

I ENCONTRO D!SCENTE

PPGH | UFPB

ANAIS ELETRÔNICOS

07 e 08 de outubro de 2024
Evento online



ANAIS ELETRÔNICOS

I Encontro Discente PPGH | UFPB

“Ensino, Saberes Históricos e Regionalidades”

07 E 08 DE OUTUBRO DE 2024

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal da Paraíba.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

E56a Encontro Discente PPGH/UFPB (1. :2024 : João Pessoa, PB)
Anais eletrônicos do I Encontro Discente PPGH/UFPB. "Ensino, saberes históricos e regionalidades 07 e 08 de outubro de 2024. / Organizadores Alanna Soares de Morais... [et al.]. - João Pessoa: CCTA/UFPB, 2024.

Evento online
639 p.
ISBN 978-65-5621-503-7

1. Historiografia. 2. História – Mulheres. 3. Culturas políticas -Brasil. 4. Culturas.
5. Regionalidades. I. Morais, Alanna Soares de. II. Título.

BSE-CCHLA

CDU: 930

Editoração eletrônica e design da capa: Millena Luzia Carvalho do Carmo

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.
A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido
pelo artigo 184 do Código Penal.

Revisão ortográfica e gramatical sob responsabilidade dos autores dos artigos.

A Comissão Organizadora do evento se responsabilizou pela revisão da formatação dos textos de acordo com as normas de edição dos Anais Eletrônicos. Eventuais erros ortográficos e o conteúdo dos textos são de inteira responsabilidade dos/as autores/as. Foram acolhidos aqui os textos oriundos das comunicações orais apresentadas nos Simpósios Temáticos.



Universidade Federal da Paraíba

Reitora: Terezinha Domiciano Dantas Martins

Vice-Reitora: Mônica Nóbrega



Diretor: Ulisses Carvalho da Silva

Vice-Diretora: Fabiana Cardoso Siqueira



Conselho Editorial:

Ulisses Carvalho da Silva

Carlos José Cartaxo

Magno Alexon Bezerra Seabra

José Francisco de Melo Neto

José David Campos Fernandes

Marcílio Fagner Onofre

Secretário: Paulo Vieira

Lab. de Jor. e Editoração Coordenador: Pedro Nunes Filho

Comissão Organizadora | 2024

Alanna Soares de Moraes

Aline Vieira Fernandes

Aluizio Firmino do Nascimento Junior

Ana Beatriz Saraiva Leite

Bruno Santrovitsch da Silva

Eduardo Hudson Araújo

Isadora Assunção Sousa Chaves

Maria Emyllen Dantas Neves

Maria Luísa Soares Marcolino

Millena Luzia Carvalho do Carmo

Olaisyenne dos Santos Gonçalo

Rayane de Lima Brasil

Victor da Rocha Silva Júnior

Yris Campos Oliveira

SUMÁRIO

ST 1 | MÚLTIPLAS E PLURAIS: PARTICIPAÇÃO FEMININA EM DIFERENTES ESPAÇOS SOCIAIS E CULTURAIS NA HISTÓRIA

Alanna Soares de Morais

Isadora Assunção Sousa Chaves.....7

ST 2 | HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E CULTURAS POLÍTICAS NO BRASIL REPUBLICANO

Maria Emyllen Dantas Neves.....78

ST 3 | OS 60 ANOS DO GOLPE E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM DEBATE

Paula Carolina Firmino de Lima

Victor da Rocha Silva Júnior.....144

ST 4 | O PAPEL DAS PÁGINAS: A IMPRENSA COMO FONTE HISTORIOGRÁFICA

Olaisyenne dos Santos Gonçalo

Aline Vieira Fernandes.....193

ST 5 | MUNDOS DO TRABALHO: PRECARIZAÇÃO E VULNERABILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CAPITALISMO TARDIO

Ana Beatriz Saraiva Leite

Aluizio Firmino do Nascimento Junior.....265

ST 6 | CULTURAS E REGIONALIDADES: ABORDAGENS E PERSPECTIVAS SOBRE O OITOCENTOS

Eduardo Hudson Araújo

Rayane de Lima Brasil.....299

ST 7 | HISTÓRIA INDÍGENA: PERSPECTIVAS DE ENSINO E PESQUISA

Yris Campos Oliveira

Maria Luisa Soares Marcolino.....440

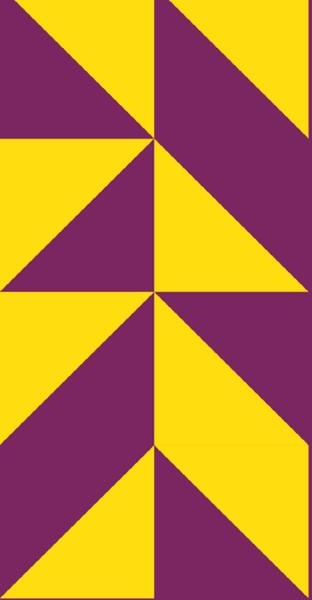
ST 8 | ENSINO DE HISTÓRIA: METODOLOGIAS, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

Millena Luzia Carvalho do Carmo.....478

ST 9 | HISTÓRIA ANTIGA EM ABORDAGENS MÚLTIPLAS: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Bruno Santrovitsch da Silva

Ana Carolina Simões Silva.....576



ST 01

MÚTIPLAS E PLURAIS: PARTICIPAÇÃO FEMININA EM DIFERENTES ESPAÇOS SOCIAIS E CULTURAIS NA HISTÓRIA

Coodenadoras: Alanna Soares de Moraes e
Isadora Assunção Sousa Chaves

DONAS E TUTORAS: DIREITO NOS SERTÕES DE PIRANHAS E PIANCÓ DA PARAÍBA DO NORTE DO BRASIL SETECENTISTA

Alanna Soares de Morais
UFPB-PPGH. E-mail: alannamorais99@gmail.com

RESUMO

Na presente comunicação, pretendo abordar uma discussão relacionada às experiências de mulheres donas e viúvas em face ao direito à tutela dos seus filhos. Partindo do recorte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, na qual se estrutura em torno de temáticas ainda lacunares na historiografia, quais sejam, as mulheres de elite e sertanejas e seus espaços de atuação social no período colonial. A partir de leituras e transcrições de fontes cartoriais e judiciais, como inventários *post mortem*, testamentos e procurações, foi possível capturar as participações de mulheres em questões jurídicas e administrativas nos entremeios de uma sociedade colonial emergente e androcêntrica/patriarcal, que considerava o lugar do feminino apenas na esfera privada da vida cotidiana, em tarefas que envolviam o cuidado da prole e do lar, excluindo de suas realidades as relações econômicas e políticas dentro das dinâmicas de sociabilidade, por exemplo. Todavia, o acesso a documentações referentes às mulheres mães e viúvas no Setecentos, nos inseriu em novas discussões acerca do acesso à direitos direcionados ao sexo feminino e a compreensão de suas estratégias e subterfúgios construídos para administrar os seus cabedais materiais e simbólicos e a vida familiar. De maneira que neste ST, apresentarei análises e interpretações a partir do trato de uma escritura de fiança e obrigação produzida após a garantia do acesso de uma mãe a tutoria de seus filhos, visando identificar as estratégias de mulheres sertanejas frente a administração de suas famílias e de seus bens. Dentro do contexto de viuvez, observei que essas mulheres utilizaram de subterfúgios para adquirir tanto o direito de bens legados quanto de garantir o acesso à tutela dos seus filhos, perspectiva esta negada em sociedade patriarcal que entregava tal função aos homens. Busco abranger, portanto, discussões acerca das estratégias desenvolvidas pelo feminino na tentativa de manter o controle de sua prole, assim como compreender as mudanças em suas vidas com as novas identidades ou “status” adquiridos como viúvas, “donas” e possuidoras de bens inserindo-as em um *ethos* socioeconômico específico, o espaço interiorano colonial em formação e contribuir com a produção de conhecimento histórico acerca de vivências de algumas “donas” viúvas dos sertões de Piranhas e Piancó, extremo oeste da Capitania da Paraíba do Norte do Brasil setecentista.

Palavras-chave: Mulheres de Elite. Sertões da Paraíba Colonial. Tutela. História das Mulheres.

INTRODUÇÃO

São diversos os caminhos que podemos traçar para a compreensão das práticas e dos costumes de uma sociedade. Nesse momento, nosso caminho inicia-se no entremeio de documentos cartoriais relativos ao século XVIII, produzidos nos sertões da Capitania da Paraíba do Norte. Foi a partir dessa documentação que conseguimos identificar códigos de uma sociedade colonial, onde temos acesso às vivências que nos contam sobre práticas comuns, sobre as simbologias sociais presentes no produzir desses processos; e são esses escritos que nos guiam através de lugares e existências no sertão do Piancó.

Entre os Livros de Notas produzidos por tabeliães, traçamos linhas que nos levam a analisar um cotidiano simples e regado por códigos trazidos do “Velho Mundo”, sendo-nos possível observar a presença de mulheres livres e abastadas partícipes nas dinâmicas do sertão paraibano colonial. Com o manuseio da documentação referente ao sertão do Piancó, nos deparamos com mulheres dentro do contexto da viuvez que possuíam bens materiais de grande valor socioeconômico para essa região no setecentos e que estavam à frente da administração de suas posses, recorrendo ao direito para fazer valer suas necessidades e interesses. O nosso objetivo é dar voz a essas sertanejas e abrir espaço para a análise da participação feminina nas teias sociais dos sertões da Capitania da Paraíba do Norte. Nesse momento, tomando a discussão acerca da sociedade sobre a qual estamos analisando, é essencial que possamos identificar as realidades desenvolvidas nesse sertão.

O estabelecimento da povoação que se estrutura enquanto nosso espaço de pesquisa, foi possível através do capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, sertanista que recebeu admiração do governador da Paraíba pelos serviços prestados nos sertões e pelo sucesso de suas batalhas travadas com os indígenas. Em um de seus regressos ao sertão das Piranhas, Teodósio de Oliveira Ledo levou a missão de fundar o arraial antes conhecido como Piancó, e que posteriormente será nomeado como povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó. (SEIXAS, 2004, p. 136-137). O termo, com ampla jurisdição para um território em processo de conquista, “foi o primeiro agrupamento humano que se formou no Alto Sertão da Paraíba, centro de irradiação territorial e fonte de onde se originaram outros núcleos de população [...]” (SEIXAS, 2004, p. 130-131).

Nesse espaço, que abrange grande parte do sertão da Paraíba, pudemos aguçar nosso olhar diante de documentos que nos permitiram traçar identidades, compreender a influência de cada indivíduo através de seus bens, de seus títulos e suas ações; homens e mulheres que buscaram lugares de privilégio no meio social do sertão do Piancó. Um ponto importante para identificar a consolidação de uma estrutura social nesses territórios se mostra através das posses de títulos, honras e mercês. De acordo com Larissa Lacerda (2018, p. 56), eram esses três pertences que proporcionavam o reconhecimento social naquele espaço. Para os homens do

Piancó, o exercício da autoridade local, configurado na detenção de ofícios militares e jurídicos, garantia privilégios que legitimavam o sentimento de destaque social daqueles sujeitos.

Segundo Yan Bezerra de Moraes (2018, p. 15), a fé, a lei e a ordem trazidos para o sertão pelos conquistadores, reordenaram aquele lugar sob perspectiva lusitana, assim como sofreram alterações de acordo com as formas de viver impostas pelo novo espaço. A criação de estruturas sociais específicas do Brasil colonial permitiram que os súditos da Coroa portuguesa pudessem exercer cargos da administração e da governança colonial daquelas paragens. Em suma, estamos aqui tratando de uma sociedade com caráter de vida simples, que possuía suas próprias peculiaridades dentro do contexto em que estavam mergulhados, onde a garantia de pertencimento à um *ethos* era proporcionada através de títulos e da posse de terras e animais.

No que se refere a nossa documentação, na leitura e transcrição de escritos registrados nos Livros de Notas, nos deparamos com uma escritura de fiança e obrigação produzida a partir do nome de Teresa Fernandes Neves, viúva que recorreu ao juiz e tabelião do sertão do Piancó para formalizar o pedido de tutoria dos seus filhos menores de idade e o acesso as suas legítimas. Para além desse documento, entre solicitações escritas pelo tabelião, observamos mulheres detentoras de bens, que participavam de uma camada social abastada, sertanejas que mesmo colocadas dentro de estereótipos voltados à incapacidade, puderam ter acesso à cabedais e tiveram condições de recorrer à justiça em momentos de necessidade, como a viúva Teresa Neves. A partir disso entendemos que as mulheres tinham consciência do sistema que as rodeava, e são essas nuances de ações femininas que buscamos lançar luz.

Nos interessa aqui as *maneiras de fazer* (CERTEAU, 1994) de mulheres do século XVIII, que podem não ter rompido com o sistema androcêntrico do período, mas souberam utilizar e contornar determinadas situações, fazendo valer suas vivências dentro do contexto a que estavam inseridas. Seguindo o exercício proposto por Suely Almeida (2003, p. 17), sabemos da relevância existente na atenção dada para o velho e o novo, porque é nesse movimento que contemplamos as permanências que serviram como base para a produção de estereótipos fundamentados através da repressão. Nesse sentido, voltar a atenção para uma sociedade setecentista, onde a figura do homem era central nas atividades desenvolvidas naquele espaço, nos permitiu encontrar mulheres também envolvidas nas dinâmicas sertanejas.

A partir do trabalho realizado com as fontes conseguimos pensar sobre formas de viver de mulheres no sertão do Piancó, onde o acesso a cabedais e ao próprio direito, imprimiu novas percepções às estratégias femininas e aos comportamentos específicos de uma determinada sociedade. A análise da documentação determina a tentativa de se aproximar de um cotidiano social, político e econômico sertanejo (MACÊDO, 2007, p. 146).

Assim sendo, o presente escrito fora produzido em torno da escritura em nome de Teresa Neves, desenvolvida para oficializar o acesso de uma mãe viúva à tutoria dos seus filhos, assim como à legítima herdada por cada um desses indivíduos. Trabalhamos com os pormenores da

documentação, analisando suas informações e corroborando com trabalhos realizados anteriormente, visto que este artigo surge a partir do trato com documentos cartoriais e judiciais no processo de desenvolvimento de pesquisas ao longo do mestrado. Capturamos nas páginas das fontes, mulheres viúvas ligadas à posses consideradas importantes para aquele período, percebemos sertanejas inseridas em dinâmicas próprias de um sertão colonial, desenvolvendo práticas que colocavam-nas em espaços de autoridade e administração.

DESENVOLVIMENTO/METODOLOGIA/RESULTADOS

Em uma história feita por homens, não alcançamos os passos promovidos por mulheres no tempo. Observamos que a participação de mulheres nas dinâmicas sociais se perdeu diante de uma história produzida majoritariamente por homens, moldada em forma de dicotomia onde o masculino integrava-se em eventos descritos nas linhas da(s) história(s), e ao feminino restava o espaço oculto, a submissão e o mistério, fadadas a estereótipos ligados a incapacidade e fragilidade. Essa marginalização feminina na história teve como ponto de partida os códigos morais que manipularam e oprimiram os comportamentos de mulheres em diferentes temporalidades e espacialidades, dentro de uma rede de vigilância. À mulher cabia o espaço do lar, da família e da vida privada, cabia uma passividade que foi expressada nas ideias criadas em um grande número de produções históricas. (PERROT, 2006, p. 188).

Diversos eram as concepções acerca da natureza feminina no período colonial, perspectivas importadas do além mar e trazidas para o “Novo Mundo” que definiam a natureza feminina, onde mulheres eram reconhecidas enquanto incapazes para funções de mando, tarefas como administração de pertences, participação em lugares de jurisdição, não eram compreendidos enquanto espaços que o feminino podia tocar; à mulher cabia a sujeição aos homens, assim como detinham fragilidade e ignorância (SILVA, 2020, p. 99). Para o feminino era designado o papel do cuidado; dentro do lar, o bem estar era assegurado por uma boa esposa e mãe, esta subjugada ao contexto familiar colonial e submetida a códigos de conduta que delimitavam sua atuação no âmbito privado e público. Desse modo,

[...] o casamento constituía uma referência central para a vida das mulheres. [...] O casamento era um vínculo que iniciava a vida familiar, sendo pouco recomendável às mulheres uma vida fora desta sociedade. A mulher, por sua natureza frágil e passiva, segundo parte do discurso formal, deveria estar sob a proteção e orientação de um pai ou marido (SILVA, 2020, p. 101).

Isto posto, compreendemos que enquanto solteiras, casadas e mesmo viúvas, as mulheres eram vigiadas e tuteladas por homens, pois em face à sua incapacidade, poucos eram os espaços que o feminino poderia ocupar e atuar na sociedade. Todavia, diante de pesquisas realizadas, observamos que a participação de mulheres em lugares de poder nas sociedades coloniais brasi-

leiras existiu de forma notável.¹ Mergulharemos aqui na perspectiva da viuvez, partindo da noção de que a mulher enquanto viúva poderia ter um espaço mais amplo de atuação na sociedade da América portuguesa, pois “ainda que a viúva tivesse de lutar para obter e manter o controle sobre a propriedade familiar, se tinha êxito, tornava-se uma agente poderosa dentro da família” (METCALF, 1989-90, p. 27).

Enfatizamos a condição da viuvez ao levantarmos o objetivo desse estudo, onde a documentação e pesquisas anteriores, nos apresentaram à perspectivas amplas do feminino no Brasil colonial, localizando vivências de mulheres dentro das esferas econômicas, políticas e sociais, para além das normatividades impostas no período. Desse modo, compreendemos que o casamento, dentro dos papéis impostos ao feminino, poderia representar o enclausuramento de mulheres na vida doméstica, assim como também possibilitava subterfúgios para práticas dessas sujeitas.

Em relação às possibilidades de estratégias por mulheres, foi possível identificar que o acesso à posse e à tutoria da prole, ambos assegurados pelo direito da colônia, dependiam de perspectivas sociais e econômicas, assim como de prática imbricadas por essas mulheres. Em relação ao acesso à posse, os casamentos realizados por carta de ametade garantiam aos cônjuges o direito a metade de todos os bens do casal, incluindo os pertences incorporados ao matrimônio e aquele que foram adquiridos durante a união. Desse modo, no contexto de morte de um indivíduo significava a herança, ou meação, composta por metade do cabedal familiar. A partir da morte do cônjuge, as mulheres detinham o acesso a cabedais e a administração destes, visto que dentro do matrimônio, o homem possuía o direito a manipulação e cuidado de todos os bens do casal. Logo, a viuvez, em sua delicadeza subjetiva, poderia possibilitar uma maior autonomia ao feminino dentro e fora do lar (SILVA, 2020, p. 120).

No que diz respeito ao acesso de mulheres a tutoria de filhos menores, analisamos aqui a escritura produzida em nome a viúva Teresa Fernandes Neves que, em face ao direito, alcançou a possibilidade de tutelar sua prole. A partir do parecer de uma provisão real, vemos que a viúva citada oficializou a tutoria dos menores, assim como a administração da legítima, ou seja, da herança recebida pelos filhos. De acordo com Hildete Melo e Teresa Marques (2001, p. 159), a lei dava às mulheres o direito de administrar os bens de sua prole, desde que ela fosse nomeada enquanto tutora e uma fiador se responsabilizasse pelo cabedal da família. No caso de Teresa Neves, a escritura traz um fiador nomeado: Sargento mor Luis Peixoto, indivíduo que deveria cumprir o papel de monitorar as atuações socioeconômicas da viúva, vigiando suas ações a partir do discurso normativo voltado para a incapacidade supostamente presente na natureza feminina. O documento cita:

1 Trabalhos produzidos por autoras como Mary del Priore (1995), Leila Mezan Algranti (1992), Baíza Faustino Soares (2017), Ana Cecília Farias de Alencar (2014), entre outras, evidenciam a presença feminina e os subterfúgios destas em distintas esferas da vida cotidiana, enfatizando suas formas de viver e seus poderes dentro das sociedades coloniais no Brasil.

[...] fiador da dita viúva Teresa Fernandes Neves tanto a sua pessoa como de todos os bens adjudicados aos órfãos seus filhos para de tudo ar conta quando pella justiça se por mandado para assim cumprir e guardar [...] bens moveis semoventes e de rais havidos e por haver.²

Observamos que diante de certa autonomia da viúva Teresa Neves, ainda haviam lugares de questionamento de suas condutas, onde a vigilância de suas atitudes eram encobertas sob o véu do discurso de manutenção de boas práticas e da suposta preocupação de escolhas que afetariam a vida da mãe e dos seus filhos.

De acordo com Raquel Mendes Chequer (2021, p. 71), a fiscalização era uma prática necessária nesses casos, mesmo após uma decisão real acerca da tutoria de filhos, a mãe deveria prestar contas da administração do seu patrimônio a pedido do juiz, além de que a tutela realizada por esta, deveria ser acompanhada por um curador, designado pela instância de justiça local. O reconhecimento da fragilidade feminina situava suas ações enquanto questões que tornavam-se pautas na sociedade, pois poderiam se desfazer se seus pertences e negligenciar o cuidado de seus filhos. O lugar de manipulável e incapaz acompanhava as mulheres em qualquer situação de suas existências. Subterfúgios eram utilizados para fazer valer seus interesses, todavia, esses estigmas perseguiram e alteravam os modos de viver de sertanejas. Assim, para viver a autonomia que o contexto colonial possibilitava nessas situações, a mulher deveria mostrar-se honesta, capaz de exercer as tarefas que solicitavam e deter patrimônios que garantissem o seu sustento. De acordo com Alida Metcalf,

A lei dava à viúva o direito de dirigir as heranças dos filhos [...]. Porém, a sua posição podia-lhe ser retirada se ela voltasse a casar ou se dirigisse mal a propriedade. A lei concedia à viúva o direito de administrar as heranças, mas ao mesmo tempo revelava claramente o medo generalizado de que, sendo viúva, a mulher fosse vulnerável, especialmente aos homens à procura de propriedade, e de que a mulher fosse uma fraca administradora da propriedade familiar (METCALF, 1989-90, p. 22).

Exposta a um contexto androcêntrico e opressor, Teresa Fernandes Neves, “viúva que ficou do Tenente Manoel da Silva de Lacerda”, descrita enquanto mulher possuidora de bens, adquiriu o direito de acesso aos seus pertences e a administração dos bens de seus filhos, cumprindo o papel de responsável pela vida de sua família. A escritura de fiança e obrigação nos apresenta a uma mãe, viúva e tutora que recorreu à justiça e pode ser reconhecida enquanto sujeita de poderes.

2 Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1762-1764. “Escritura de fiança e obrigação que faz Teresa Fernandes Neves viúva que ficou do Tenente Manoel da Silva de Lacerda em cumprimento da Provisão Real para poder ser tutora dos órfãos seus filhos”. 1764, folha: 90v.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Leila Mezan Algranti (1992), os trabalhos sobre a História das Mulheres em meio ao Período Colonial que bebem na fonte dos estudos dos laços familiares, muito contribuem para um maior alcance do entendimento de vivências de mulheres; e diversas são as possibilidades de análise, passando pelo sistema de casamentos, pela transmissão de patrimônios, como também pelo papel da maternidade. Esses recortes nos auxiliam na captura de práticas do feminino nas sociedades do Brasil colonial. (ALGRANTI, 1992, p. 65).

Desse modo, retornamos a discussões promovidas anteriormente sobre a dificuldade de acesso a documentos que abordam amplamente ações promovidas pelo feminino. Essa escassez de fontes nos faz recorrer à outras formas de análises acerca da existência de mulheres que fogem à esse lugar de passividade e submissão impostas nas descrições do feminino na história.

No contexto da viuvez e no seio da vida familiar, nos deparamos com resquícios deixados por Teresa Neves e que nos apresenta a formas de viver de mulheres abastadas no Período Colonial no Brasil, ultrapassando as normatividades que limitavam as atuações femininas. O acesso a posse e a administração em mãos de mulheres sertanejas, abrem novas perspectivas para o estudo de práticas e participações do feminino ao longo da história, trazendo também novos olhares para o tecido social na Paraíba colonial. Assim, o acesso a documentos cartoriais que contam com resquícios deixados por mulheres sertanejas, nos possibilita abranger perspectivas históricas antes abandonadas e a estruturar contribuições para a História das Mulheres.

REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas:

Escritura de fiança e obrigação - Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal Paraíba.
Livro de Notas de 1762-1764.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Ana Cecília Farias de. **Declaro que sou “dona”, viúva e cabeça de casal:** mulheres administradoras de seus bens nos sertões de Quixeramobim. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2014. 151 f.85.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas:** mulheres na Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O sexo devoto:** normatização e resistência feminina no Império português (XVI-XVIII). Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. 332f.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** 1 artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. Negócios de família, gerência de viúvas: senhoras administradoras de bens e de pessoas no século XVIII em Minas Gerais. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LACERDA, Larissa Daniele Monteiro. **Distintos pelos serviços e seus cabedais**: administradores, militares e a sociedade no sertão do Piancó (Capitania d Paraíba do Norte, século XVIII). Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras, 2018. 140 f.

MELO, Hildete Pereira de Melo. MARQUES, Tereza Cristina de Novaes. A partilha da riqueza na ordem patriarcal. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, 5(2): 155-179, jul./dez. 2001.

METCALF, Alida, Mulheres e Propriedade: filhas, esposas e viúvas em Santana de Parnaíba no séc. XVIII. **Revista Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**, nº 5, São Paulo, 1989/90.

MORAIS, Alanna Soares de. **Entre o poder e a honra**: cultura material e a condição feminina no sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Paraíba no Norte, século XVIII). Monografia (Licenciatura Plena em História). Universidade Federal de Campina Grande Cajazeiras, 2022. 88f.

MORAIS, Yan Bezerra de. **“E por ser de conhecida nobreza”**: elites locais e redes de reciprocidade no Sertão de Piancó, Capitania da Paraíba do Norte, 1711-1772. (Dissertação) - Mestrado em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2018. 185 f.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 4º Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **O velho arraial de Piranhas (Pombal)**. 2º ed. João Pessoa: Grafset, 2004.

SILVA, Luisa Stella de Oliveira Coutinho. **Nem teúdas, nem manteúdas**: História das Mulheres e Direito na capitania da Paraíba (Brasil, 1661-1822). Frankfurt am Main: Max Planck Institute for European Legal History, 2020.

SOARES, Baíza Faustino. **Dotadas de bens**: os enlaces matrimoniais no sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Paraíba do Norte, século XVIII). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2017. 145 f.

ENEIDA DE MORAES E O DEBATE SOBRE GÊNERO NA REVISTA MOMENTO FEMININO (RJ)

Amanda Batista da Silva
UFPB-PPGH. E-mail: amanda_batistaa1@outlook.com

RESUMO

O presente trabalho busca refletir e analisar por meio da escrita jornalística da paraense Eneida de Moraes sua contribuição para o debate de gênero entre as décadas de 1940 a 1950, por meio da revista *Momento Feminino* (RJ). Inúmeras mulheres no decorrer na história transgrediram e deram voz ao debate feminino e feminista por meio da literatura e imprensa, sendo uma dessas, Eneida de Moraes. Eneida adentrou a militância em 1932 vinculando-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a partir disso estabeleceu uma conexão clara entre sua escrita e suas opiniões políticas. Parte dessa conexão pode ser vista em sua contribuição para a revista *Momento Feminino* (1947 - 1956) vinculada ao PCB e impressa pela tipografia Imprensa Popular, sendo assim, uma revista voltada para o debate feminino e feminista da mulher brasileira, sejam essas trabalhadoras, periféricas, mães etc. A partir disso, analisaremos as contribuições de Eneida para o debate de gênero por meio da coluna *Mundo de Hoje*, observando também questões como raça e classe em sua escrita jornalística da época.

Palavras-chave: Eneida de Moraes; Militância; Jornalismo; História das Mulheres

INTRODUÇÃO

As reinvenções historiográficas iniciadas pelo movimento da Escola dos Annales trouxeram à tona a possibilidade de novas narrativas, conhecimentos e saberes, dando origem a uma nova perspectiva histórica. Apesar das rupturas significativas no campo da historiografia, a história das mulheres não foi o foco central da primeira geração dos Annales, pois prevalecia a ideia de que a história universal dos homens já incluía as mulheres. Somente a partir da década de 1970, com a terceira geração, essa narrativa começou a se modificar, acompanhando diversas movimentações políticas e sociais, especialmente o movimento feminista e a feminilização da educação — sobretudo a superior, como observado nos Estados Unidos (Da Silva, 2008.)

No Brasil, Duarte (2017) explica que a literatura, a imprensa e a consciência feminista surgiram quase simultaneamente. As mulheres, ao conquistarem acesso ao letramento, apropriaram-se da leitura, da escrita e da crítica, passando a produzir textos em diferentes gêneros,

como crônicas, poesias e ficções. A partir disso, observa-se a formação de dois tipos de imprensa: uma voltada para mulheres e outra produzida por e direcionada a mulheres, ou seja, uma imprensa feminina e outra feminista respectivamente. A imprensa tornou-se, assim, um espaço que permitiu às mulheres uma participação efetiva e crítica na sociedade, rompendo com o confinamento ao espaço exclusivamente privado.

É nesse contexto de crescimento do movimento feminista, da ampliação do espaço feminino na imprensa e de intensas questões políticas e sociais no Brasil que Eneida de Moraes estabeleceu seu lugar como escritora. Eneida Costa de Moraes, ou simplesmente Eneida, como preferia ser chamada¹, foi uma escritora e jornalista de grande relevância entre as décadas de 1930 e 1960, com produção destacada tanto na imprensa paraense quanto na carioca. Nascida em Belém, no Pará, a escritora mudou-se na década de 1930 para o Rio de Janeiro, onde ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Eneida foi perseguida e presa 11 vezes pelo governo Vargas, sendo considerada uma figura de alta periculosidade à época.

Influenciada por suas posições políticas, Eneida participou ativamente do debate sobre as questões de gênero em seu tempo, especialmente na imprensa carioca. Assim, por meio da análise da produção jornalística da escritora paraense na revista *Momento Feminino* (RJ), em sua coluna *Mundo de Hoje* (1947- 1948), buscamos retomar a importância e relevância do debate de gênero promovido por ela em sua época - e na atualidade -. Além disso, considerando que a imprensa se constitui como uma rica fonte para estudos que dialogam com diversos campos da história, torna-se possível por meio dela, compreender o papel das mulheres em diversas perspectivas e particularidades políticas e sociais ao longo do tempo. Por fim, diante da necessidade e constante pluralização da história das mulheres, é de extrema importância recuperar e valorizar os espaços femininos ocupados por figuras deslocadas e apagadas da literatura e da historiografia nacional, como o da escritora e jornalista paraense, Eneida.

DESENVOLVIMENTO

Filha de uma professora de português e de um comandante de navios, Eneida nasceu em Belém, no estado do Pará, em 1904, durante o áureo período gomífero da região. Proveniente de uma família abastada, sua posição de privilégio possibilitou-lhe alfabetizar-se muito jovem e, desde cedo, destacar-se no meio literário e jornalístico. Aos quinze anos, escandalizou² a burguesia paraense ao publicar seu primeiro texto na revista *A Semana*, chegando a estampar

1 Eneida ao se mudar em 1930 para o Rio de Janeiro deixa para trás sua família, marido e filhos para seguir sua jornada como escritora e posteriormente militante. Nesse período, propositalmente retira o sobrenome do marido e do pai, se desvinculando completamente das raízes patriarcais de sua vida. A partir disso, passa a ser reconhecida em seus trabalhos somente como Eneida.

2 Sua posição como mulher, rica e jovem trouxe espanto para a sociedade da época ao se expor por meio da escrita, lugar aquele que não deveria pertencer a uma mulher de modos e abastada. O escândalo à época foi falado por Eneida em sua entrevista para a revista *O Pasquim* (RJ), edição 00081, p. 10, 1971.

a capa da edição. A partir desse marco, Eneida consolidou-se na imprensa local, inicialmente produzindo crônicas e poesias. Sua produção possibilitou a entrada movimento modernista paraense, o que lhe abriu espaço para uma escrita mais crítica em periódicos como *Belém Nova* e *O Estado do Pará*. Além disso, Eneida participou do radiojornalismo para Rádio Clube do Pará, onde produzia matérias culturais voltadas à capital paraense, reforçando seu protagonismo no cenário intelectual da época.

Circulando entre o Rio de Janeiro e Belém desde a juventude, Eneida decidiu, em 1930, estabelecer-se definitivamente na então capital brasileira, onde passou a se dedicar intensamente à sua produção escrita e, posteriormente, à vida política. Dois anos depois, ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB), participando ativamente da produção panfletária. Eneida foi presa inúmeras vezes pelo governo de Getúlio Vargas, sendo a detenção mais marcante em 1935, quando foi encarcerada junto a outros grandes nomes, como Olga Benário, Nise da Silveira e Graciliano Ramos. Inocentada em 1937, continuou sua produção literária e jornalística, com crônicas, matérias de opinião e reportagens, marcadas por um tom crítico e contestatório, alinhado à sua posição política.

No final da década de 1940, Eneida uniu-se a companheiras militantes na produção da revista *Momento Feminino* (RJ), que contou com a colaboração de nomes como Arcelina Mochel, Edíria Carneiro e Alina Paim. Vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e impressa pela tipografia *Imprensa Popular* durante o período republicano, a revista trouxe o debate de gênero para dentro de muitos lares, com o objetivo de informar, conscientizar e contribuir para a emancipação e a educação de mulheres trabalhadoras, periféricas, mães e outras em situação de vulnerabilidade. Mesmo distanciando-se oficialmente do termo feminista - mal visto à época -, a produção e escrita de seu material pode ser compreendido hoje à luz das teorias feministas.

Além da carga pejorativa, fatores ligados à linha político-editorial do periódico também ajudam a compreender a postura das articulistas frente ao feminismo. No PCB, [...] a ideia hegemônica era de que o feminismo era um movimento liberal, no sentido político e econômico, e, consequentemente, de orientação burguesa. [...] Considero que o fato de o MF não se assumir feminista não inviabiliza compreendê-lo como tal, desde que a expressão seja pensada conceitualmente, uma vez que as variações no conceito de feminismo estão imbricadas à história do próprio movimento.” (Alves, 2022, p.4-5)

Inserida em uma imprensa que defendia os direitos das mulheres, combatia políticas repressivas contra mulheres periféricas e trabalhadoras, e promovia a luta democrática e a conscientização, a produção jornalística da revista pode ser centralizada como feminista, assim como os escritos de Eneida para suas páginas.

Com circulação entre 1947 e 1956 e recursos financeiros limitados, a estrutura da revista — desde sua capa até o conteúdo — era composta por fotografias, desenhos e quadrinhos, cuidadosamente elaborados para atrair mulheres trabalhadoras e não letradas (Alves, 2022). In-

serida em uma realidade pós-guerra e marcada por políticas anticomunistas, a revista enfrentou vários desafios, além das limitações financeiras, como dificuldades de distribuição e perseguições políticas às mulheres envolvidas em sua produção. A equipe editorial da revista era composta exclusivamente por mulheres, majoritariamente brancas e letradas — uma característica recorrente na imprensa brasileira da época - . Na primeira edição, destacam-se Lia Corrêa Dutra como redatora-chefe e Maura de Sena Pereira como colaboradora, juntamente com Eneida. Todas eram ligadas, direta ou indiretamente, ao Partido Comunista Brasileiro.

Um dos espaços de debate sobre gênero na *Momento Feminino* (RJ) era conduzido especialmente por Eneida. Seu primeiro texto como redatora do periódico foi publicado em julho de 1947, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e do governo Dutra por meio da coluna *Mundo de Hoje*, que esteve presente da primeira edição até a vigésima nona da revista, dos quais 11 são aqui discutidos. Em sua coluna, aborda os movimentos políticos protagonizados por mulheres ao redor do mundo, com o objetivo de conscientizar e informar as mulheres brasileiras sobre seus direitos e seu papel em lutas democráticas, raciais e outras questões sociais de destaque.

[...] lutamos hoje com o mesmo vigor e a mesma perseverança para construir um mundo democrático, para garantir a paz. Repetimos a frase daquele grande escritor: “Hitler não terá herdeiros”, e para executá-la, reunimo-nos tôdas nesse grande anseio que é de todas as mulheres: defender nosso grande lar que é a nossa pátria (Moraes, 1927, *Momento Feminino*, p. 2, ed. 01).

O primeiro “passeio” de Eneida pelo mundo em sua coluna inicia-se pela Iugoslávia, seguindo pela Polônia, onde destaca a atuação da “Liga de Mulheres” que conquistou o direito ao voto no país. Pontua também a importância de lembrar que guerras ao redor do mundo continuam, a luta das mulheres não acaba, dentre essas a libertação do Vietnã, do povo Chinês bem como da Palestina. A jornada continua pela França, Itália, Romênia, Hungria, Áustria, URSS, China, Coreia do Norte e Estados Unidos. Neste último, Eneida enfatiza a resistência ao governo do presidente norte-americano Truman e ressalta a importância da luta das mulheres americanas em defesa dos direitos das mulheres negras.

As mulheres americanas, como o povo do Ianque, lutam contra a política imperialista, reacionária fascista, de Truman. Cabe ainda à mulher democrata americana a luta pela liberdade e pelos direitos da mulher negra, que o preconceito sócio- racial tanto escravisa [sic] e humilha (Moraes, 1927, *Momento Feminino* p. 8, ed. 01).

Em suma, desde sua primeira edição, Eneida transita com agilidade e precisão pela política e movimentação feminina de diversos continentes. No Brasil, assim como em toda a América Latina, a autora descreve o processo de organização dos movimentos femininos como débil, destacando também o ritmo lento e os entraves das conquistas femininas no território nacional, prejudicadas pelo governo Dutra. No cenário internacional, Eneida aborda a luta contra o fas-

cismo, a defesa dos princípios democráticos, a mobilização das mulheres negras nos Estados Unidos contra o governo imperialista, e os movimentos e vitórias de mulheres em contextos de guerra, como as espanholas sob o regime franquista. Tais temas são constantemente reiterados em sua coluna, com o claro objetivo de educar, politizar e conscientizar as mulheres brasileiras sobre seu papel nas lutas femininas, assim como o papel de tantas outras mulheres ao redor do mundo.

No campo das lutas de classe e raça, a escritora recorre frequentemente aos Estados Unidos como exemplo da necessidade de uma batalha constante pelos direitos das mulheres negras. Na edição número dois de sua coluna, Eneida discorre sobre as diversas ameaças que os negros enfrentam, além do linchamento, relatando as condições insalubres em que vivem nos guetos. Além disso, menciona a escassez de hospitais e médicos para a população negra e enfatiza a consequência direta da falta de qualidade de vida: a morte.

O Sr. Truman que sonha e arquiteta guerras, que quer meter as garras do dollar em nossos países, que manda 3.600.00.00 de dólares para Chiang Kai Check trucidar os patriotas chineses, agiria muito melhor se ajudasse os democratas americanos, a liquidar com uma monstruosidade desse tamanho (Moraes, 1947, p. 2, *Momento Feminino*, ed.02).

O tema da violência e dos abusos cometidos por pessoas brancas contra mulheres negras será um assunto recorrente na coluna de Eneida. Na edição número 4 de 1947, a escritora denuncia um caso de violência ocorrido em Montgomery, Alabama, onde uma mulher negra foi agredida em sua própria casa por seis homens brancos, que posteriormente foram declarados inocentes pelo júri local. A política de guerra do presidente Truman também é constantemente criticada por Eneida, sendo vista como um problema sério. Ela cita que até mesmo “[...] progressistas e liberais se perguntam se o país não estará evoluindo rapidamente para uma forma americana de fascismo” (Moraes, ed. 12, p. 2, 1947, *Momento Feminino*), em razão do aumento do racismo entre a população e a perda de direitos, como os trabalhistas, conforme mencionado pela própria escritora. Em suma, as perseguições às pessoas negras são constantemente apontadas e reiteradas dentro das problemáticas políticas e da negação dos direitos cidadãos a essa população. A partir de sua crítica, é possível compreender os recortes de raça e localidade, que Eneida aborda mais adiante ao tratar também dos países latino-americanos.

No campo internacional, a descredibilização e o esquecimento da mulher latina são reiterados pelo eurocentrismo em um jornal britânico ao tratar Eva Perón como a primeira mulher dedicada à política na Argentina.

Um jornal de Londres referindo-se a Eva Perón disse que antes dela nenhuma outra mulher na Argentina dedicou-se à política. As mulheres argentinas responderam assim: “Ocupamos desde meio século nosso posto de luta por nossa conta em defesa dos direitos das mães e cidadãs. há meio século que realizamos congressos femininos representando milhares de mulheres com suas inquietações políticas, sindicais, culturais e sociais” (Moraes, 1948, p. 2, *Momento Feminino*, ed. 29)

Assim, no que tange à América Latina, a autora noticia a luta das companheiras argentinas pela conquista de direitos, como o voto, além de melhores estruturas, como hospitais, creches e escolas, com um foco especial nas mães, assim como nos direitos das mulheres trabalhadoras, tanto do campo quanto das áreas urbanas. Além das argentinas, menciona suas companheiras chilenas na luta contra o domínio norte-americano, e a luta das mulheres paraguaias em defesa de seus presos políticos, que sofrem sob a ditadura de Morínigo. Destaca-se também sua crítica ao campo educacional, evidenciando a falta de acesso à educação e ao letramento das mulheres latino-americanas.

Em Cuba, por exemplo só 33% das meninas em idade escolar frequentam as aulas e na Venezuela só 163 mulheres tiveram até agora educação universitária. E no Brasil? Isso é uma coisa que não se dizem as nossas estatísticas. No Brasil qual a porcentagem de analfabetos do sexo feminino? (Moraes, 1948, *Momento Feminino*, ed. 29, p. 2).

Eneida reitera as problemáticas políticas e sociais enfrentadas pelo continente, criticando os domínios econômicos e culturais brancos e eurocêntricos impostos sobre as mulheres e também sobre os homens, prisioneiros dessas estruturas. No Brasil, mesmo com as movimentações governamentais prejudicando a formação de movimentos femininos fortes, Eneida apela para que se deixem de lado as divergências e se unam em torno de um único objetivo: a defesa da paz, da democracia e da Constituição no país. Esse amplo discurso, que circula entre críticas ao governo Dutra, a busca pela união feminina para a formação de movimentos e lutas constitucionais, será uma constante na produção da autora, que se debruça sobre as violências e abusos sofridos pela mobilização feminina no Brasil.

METODOLOGIA

Por meio do recorte de gênero, buscamos analisar a construção das narrativas históricas femininas, com ênfase em mulheres apagadas da história e sua contribuição para os debates de sua época. Para isso, partimos de autoras que atuam nos campos da história das mulheres, da imprensa feminina e feminista no Brasil, das teorias feministas e de alguns estudos decoloniais. Nesse contexto, as obras de Joan Scott tornam-se referência central, especialmente por sua reflexão sobre as mudanças na historiografia para os estudos das mulheres como categoria analítica, além de outras discussões que envolvem a categoria de gênero e suas relações de poder. Autoras como Constância Lima Duarte, com seu debate sobre a imprensa feminina e feminista e a emancipação feminina por meio dos periódicos, e Rachel Soihet, María Lugones e Rita Segato, que ampliam o debate sobre gênero, feminismo e teorias decoloniais, também são fundamentais para este estudo. Considerar aspectos como raça, classe e localidade é essencial quando pensamos na ampliação do debate e na pluralização de histórias alternativas, especialmente sob o prisma do gênero.

Nesse sentido, utilizamos como fonte para análise a produção jornalística da escritora Eneida, especificamente para a revista *Momento Feminino* (RJ), em circulação entre 1947 e 1956. Eneida participou desde a primeira edição da revista, contribuindo por meio das colunas *Mundo de Hoje* e *De Semana em Semana*. Para o recorte deste estudo, selecionamos textos de 1947 publicados na coluna *Mundo de Hoje*, que abordam questões relacionadas à raça, alfabetização, democracia e política no campo das mulheres. A escolha dessa coluna deve-se à sua especificidade: ela voltava-se exclusivamente para a luta feminina ao redor do mundo, abordando diferentes instâncias e reforçando a necessidade de conscientização das mulheres brasileiras nas lutas da época. Todo o material de imprensa utilizado está disponível para consulta no site da Hemeroteca Digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com uma voz firme, Eneida contribuiu significativamente para o debate e a conscientização das mulheres brasileiras sobre os movimentos femininos, tanto no Brasil quanto no mundo, por meio de sua coluna *Mundo de Hoje*. Suas críticas estavam profundamente enraizadas em sua consciência de classe e na luta contra os domínios e discursos imperialistas, ditatoriais e fascistas.

Entre os tópicos mais abordados por Eneida, destaca-se a luta das mulheres negras nos Estados Unidos, amplamente discutida pela autora. No entanto, observa-se a ausência de menções à luta negra no Brasil, especialmente à feminina, tópico tão apresentado pela autora. Ainda assim, sua contribuição para o debate sobre as mulheres negras é de extrema importância, ampliando e visibilizando as lutas femininas para além das questões de classe, levando esse conhecimento e movimento ao alcance da população feminina brasileira, independentemente de sua origem.

Além do recorte racial, a questão da localidade abordada por Eneida, com ênfase na luta das mulheres latino-americanas, também assume uma relevância significativa que perdura até os dias atuais. Sua abordagem, que vai além das questões de classe, inclui crianças e mães, segmentos historicamente marginalizados e pouco discutidos. Eneida destaca, ainda, a importância da alfabetização dessas mulheres e de seus filhos, ampliando o debate e promovendo a conscientização sobre temas essenciais para a transformação social e cultural da época.

Em suma, Eneida fez parte, junto a inúmeras outras mulheres, do processo de conscientização feminista da população brasileira, com especial destaque para as mulheres trabalhadoras. Sua atenção para marcadores como raça e localidade evidencia sua contribuição para um debate que reconhece outros fatores como fomentadores de processos de exclusão que necessitam ser discutidos para além das questões de gênero e classe. Mulher, mãe, intelectual, militante e nortista, Eneida transgrediu diversos espaços, contribuindo para a ampliação do protagonismo

feminino e do debate feminista, não apenas em sua época, mas com ecos que ressoam até os dias atuais. Resgatar seu legado significa também recuperar o espaço de inúmeras outras mulheres apagadas da historiografia, mas que foram peças fundamentais nos movimentos femininos e debates feministas brasileiros.

FONTES

Moraes, Eneida de. **A semana: revista ilustrada**, ed. 103, O Triste, 23 de março. 1920.

Moraes, Eneida de. **Momento Feminino (RJ): Um jornal para o seu lar** , ed. 01, Mundo de Hoje, 1947, p.2.

Moraes, Eneida de. **Momento Feminino (RJ): Um jornal para o seu lar** , ed. 02, Mundo de Hoje, 1947, p.2.

Moraes, Eneida de. **Momento Feminino (RJ): Um jornal para o seu lar** , ed. 03, Mundo de Hoje, 1947, p.2.

Moraes, Eneida de. **Momento Feminino (RJ): Um jornal para o seu lar** , ed. 04, Mundo de Hoje, 1947, p.2.

Moraes, Eneida de. **Momento Feminino (RJ): Um jornal para o seu lar** , ed. 05, Mundo de Hoje, 1947, p.2.

Moraes, Eneida de. **Momento Feminino (RJ): Um jornal para o seu lar** , ed. 06, Mundo de Hoje, 1947, p.2.

Moraes, Eneida de. **Momento Feminino (RJ): Um jornal para o seu lar** , ed. 09, Mundo de Hoje, 1947, p.2.

Moraes, Eneida de. **Momento Feminino (RJ): Um jornal para o seu lar** , ed. 12, Mundo de Hoje, 1947, p.2.

Moraes, Eneida de. **Momento Feminino (RJ): Um jornal para o seu lar** , ed. 27, Mundo de Hoje, 1948, p. 2.

Moraes, Eneida de. **Momento Feminino (RJ): Um jornal para o seu lar** , ed. 29, Mundo de Hoje, 1948, p.2.

Moraes, Eneida de. **Momento Feminino (RJ): Um jornal para o seu lar** , ed. 30, Sofrem as Mulheres Paraguaias, 1948, p.4.

REFERÊNCIAS

Alves, Ana Carla Farias; Alves, Ana Karina da Silva. **As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres**. IV Seminário CETROS, 2013. https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf

Alves, Iracélli da Cruz. “**Para o coração, sim, mas também para o espírito**”. **Momento Feminino e o debate feminista no Brasil Republicano (1947-1956)**”. Revista de História (São Paulo), 2022. <https://www.scielo.br/j/rh/a/HDmsTPwnrfsrmV9kDgVR5fx/>

Da Silva, Tânia Maria Gomes. **Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. Politéia-História e Sociedade**, v. 8, n. 1, 2008. <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3871>

Duarte, Constância Lima. **A crônica feminina brasileira: das origens à contemporaneidade. Vivência**, Natal, v. 9, n. 2, p. 107-113, jul./dez. 1995.

Duarte, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil**. Estudos avançados, v. 17, p. 151-172, 2003. <https://www.scielo.br/j/ea/a/6fB3CFy89Kx6wLpwCwKnqfS/?format=html>

Duarte, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: nos primórdios da emancipação**. Revista XIX, v. 1, n. 4, p. 95-105, 2017. <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaXIX/article/view/21741>

Duarte, Constância Lima. **Literatura, imprensa e emancipação da mulher no Brasil no século XIX**. In: ENCONTRO DA ANPOLL, UFMG, 1 a 3 de julho de 2010. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5660025>

Lugones, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista estudos feministas, v. 22, p. 935-952, 2014. <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/?lang=pt>

Scott, Joan W. **O enigma da igualdade**. Revista estudos feministas, v. 13, n. 01, p. 11-30, 2005. http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-026X2005000100002&script=sci_abstract

Scott, Joan. **História das mulheres. A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, v. 1, p. 75-85, 1992.

Segato, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. E-cadernos ces, n. 18, 2012. <https://journals.openedition.org/eces/1533>

Soihet, Rachel; Pedro, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero**. Revista Brasileira de História, v. 27, p. 281-300, 2007. <https://www.scielo.br/j/rbh/a/QQh4kZdCDdnQZjv6rqJdWCC/?lang=pt>

Varejão, Adriana et al. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

EMMA GOLDMAN UMA FEMINISTA LIBERTÁRIA INTELLECTUAL

Andrea da Conceição

(UERJ. E-mail: andreea.uerj@gmail.com/ Bolsista CAPES)

RESUMO

A anarquista Emma Goldman (1869-1940) nasceu em Kovno, na Lituânia, à época integrada ao Império Russo, no dia 27 de junho de 1869. Desde a infância, demonstrou traços de rebeldia, tornando a desobediência parte da sua essência, detectada ao questionar as normas sociais impostas e até mesmo as regras duras estabelecidas por seu pai no seio de uma família judia. Em vista disso, a apresentação aqui desenvolvida busca revelar a importância do protagonismo histórico feminino, expresso pela atuação da anarquista Emma Goldman, com destaque a sua produção intelectual, de modo a compreender que a experiência contida na luta feminina é uma parte importante do processo histórico. Problematiza-se, portanto, a intelectualidade da anarquista a partir de seus escritos, na tentativa de conferir reconhecimento à sua produção, uma vez que ela produz reflexão e conhecimento sobre um dado tema em um período histórico determinado.

Palavras-chave: Anarquismo; Feminismo libertário; Intelectualidade feminina

INTRODUÇÃO

Goldman nasceu em Kovno, na Lituânia, à época integrada ao Império Russo, no dia 27 de junho de 1869. Desde a infância, demonstrou traços de rebeldia, tornando a desobediência parte da sua essência, detectada ao questionar as normas sociais impostas e até mesmo as regras duras estabelecidas por seu pai no seio de uma família judia.

Goldman recebeu influência do movimento intelectual russo, sensibilizando-se pela causa do povo explorado e oprimido. Em 1886, emigrou para os Estados Unidos da América, país em que se tornou operária em fábrica de tecidos e conheceu a luta histórica dos trabalhadores pelas 8 horas de trabalho. Acompanhou o episódio dos *Mártires de Chicago*, que resultou no enforcamento de quatro operários e militantes anarquistas, em 1887. A partir daí, aproximou-se do anarquismo e iniciou sua militância. O contato com as ideias e práticas anarquistas, então em efervescência no território estadunidense, assim como na Europa e América Latina, levaram-na a uma militância aguerrida, a ponto de ser considerada, à época, a mulher mais perigosa

da América, a Red Emma. Por sua militância, sofreu perseguições, chegando a ser presa várias vezes.

Oradora notável e uma das principais agitadoras anarquistas dos EUA, Emma estreitou laços com a militância em dimensão internacional e fundou, em 1906, um importante revista libertária: *Mother Earth*. Neste periódico, desenvolveu muitas de suas ideias acerca de diferentes temas caros ao movimento anarquista internacional. Combateu a autoridade, o militarismo, a guerra, o regime de propriedade, o capital, o sufrágio – incluindo o feminino –, o casamento monogâmico indissolúvel contratual, regulamentado e sacramentado, a prostituição e o tráfico de mulheres com a mesma veemência com que defendeu a emancipação feminina, a maternidade consciente e voluntária, o controle de natalidade, o amor livre, a livre união, a livre desunião, a arte, entre outros.

Por sua trajetória, escolhas e ideias, Goldman é um nome incontornável na busca de formas mais livres e igualitárias de viver. Impossível deixar de ler seus livros e compreender o desenvolvimento de suas ideias. Conhecer seu pensamento acerca da condição feminina na virada do século XIX para o XX é tarefa fundamental no redimensionamento dos primórdios da luta das mulheres por sua emancipação, uma vez que tal luta não se reduziu à conquista dos direitos políticos pela implementação do voto feminino e acesso à esfera pública. Foi muito além, estendendo-se ao campo da moral sexual, como pretendiam os/as anarquistas.

GOLDMAN A ANARQUISTA INTELLECTUAL

Nessa referência, é necessário observar que os pressupostos teóricos utilizados na análise buscam não apenas demonstrar o protagonismo histórico feminino de Goldman a partir da análise do seu percurso político-intelectual, mas, sobretudo, reconhecer que ela devotou a vida a produzir uma reflexão sobre os condicionantes da condição da mulher no final do XIX e início do XX, emergindo como uma intelectual feminina.

É preciso considerar a importância do *locus* demarcado pela História das Mulheres, que pretende romper com a história universal baseada na hegemonia do masculino, propondo uma cisão com os estereótipos e possibilitando a descoberta de novas experiências históricas a partir da presença feminina. Nessa perspectiva, é inegável a contribuição dos escritos de Emma Goldman no alargamento da participação de corpos femininos no *front* da história. Recuperar, portanto, Emma e sua luta significa “reintegrar as mulheres à história e restituir a elas sua história” (MATOS, 1998, p. 67). Ou seja, significa legitimar a ação feminina frente ao processo histórico, garantindo o seu lugar de fala e a autonomia intelectual.

Em vista disso, não se pode desconsiderar “a conexão entre a história das mulheres e a política” (SCOTT, 1992, p. 64), já que é, ao mesmo tempo, óbvia e complexa, uma vez que a política feminista é o ponto de partida para a investigação do *locus* das mulheres através do seu

pleito pela igualdade, por meio do respeito pela diferença, entendendo que homens e mulheres deveriam receber tratamentos iguais, pois se tratava de indivíduos humanos.

De fato, são densos os caminhos pelos quais as potencialidades contidas na História das mulheres são exploradas e “trazem à luz [...] que a história como está é incompleta, mas também que o domínio que os historiadores têm do passado é necessariamente parcial” (SCOTT, 1992, p.64). Isso dá margem às experiências históricas cuja centralidade consiste nas mulheres como sujeitos e protagonistas da sua própria história, como é percebido não apenas nos textos da militante, mas, sobretudo, na sua trajetória de vida. É irrefutável o fato de que a anarquista Emma Goldman tenha produzido reflexões e indagações sobre a condição feminina. Por isso, também se torna imprescindível, nesta pesquisa, a consideração sobre “o sexo no próprio exercício do poder” (FOCAULT, 2009, p.53) que permeia seus textos. Isso porque o sexo era utilizado como forma de dominação e inferiorização da mulher ante à hegemonia e dominação masculina.

É preciso humanizar a face militante, feminina, feminista e operária de Emma ao nos debruçarmos sobre sua autobiografia e analisarmos seu percurso político-intelectual. Não se trata de heroificá-la, exaltando-a, mas percebê-la em suas próprias contradições e conflitos. Na busca dessa compreensão, segundo as contribuições de Verena Albertini, é necessário perceber os caminhos responsáveis pela dotação de sentido à sua vida e quais conceitos são centrais na construção da sua significação, na estruturação da emancipação feminina, compreendendo-se que a autobiografia não fica reclusa ao pacto autobiográfico.

Posto isso, é necessário, ainda, que se compreenda que os escritos goldmanianos operam dentro da “escrita de si”, chave analítica utilizada por Margareth Rago e Ângela de Castro Gomes para orientar que a autobiografia opera dentro da subjetividade do/a autor/a. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o/a autor/a diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento.

Para emprendermos um processo de imersão e reflexão acerca da intelectualidade contida na face feminina da anarquista Emma Goldman, é necessário ponderar sobre a invisibilidade dada as mulheres, renegadas como seres detentores de racionalidade, sempre sujeitas a duras censuras intelectuais ao longo da história, tendo suas vozes abafadas e deslegitimadas.

Por outro lado, devemos nos deter, também, na crítica contida nas vozes das mulheres que reivindicaram seu *locus*, sobretudo nas das precursoras, como Woolf, a qual enfatizou que o percurso, intelectual ou não, das mulheres tinha sido apagado:

De nossos pais sempre sabemos alguma coisa, um fato, uma distinção. Eles foram soldados ou foram marinheiros; ocuparam tal cargo ou fizeram tal lei. Mas de nossas mães, de nossas avós, de nossas bisavós, o que resta? Nada além de uma tradição. Uma era linda; outra era ruiva; uma terceira foi beijada pela rainha. Nada sabemos sobre elas, a não ser seus nomes, as datas de seus casamentos e o número de filhos que tiveram. (GOMES, 2004, p. 10)

Em vista dessa afirmativa contestatória, podemos nos deter não apenas no fato de que as mulheres são caracterizadas como rostos disformes, mas que sua participação na história recai apenas como contribuições no campo da sexualidade, sobretudo, por sua “natureza” intrínseca para o matrimônio e a procriação.

O revérbero feminino ainda está presente na exaltação da beleza feminina, voltada para os atributos vislumbrados como necessários para atrair a atenção masculina. E é sobre isso que perpassa a crítica e a reflexão das mulheres que assumem o papel autoral e legitimam o local da sua intelectualidade. É necessário que mulheres expressem a experiência vivenciada não apenas por elas, mas por um coletivo singular, pois “[...] é provável [...] que, quer na vida, quer na arte, os valores de uma mulher não sejam os mesmos de um homem” (GOMES, 2007, p. 15). Sendo isso responsável por dotar de especificidade e potência o discurso feminino, conferindo às mulheres a legitimidade de refletir e promover análises acerca da sua condição.

A intelectualidade feminina é perpassada por suas experiências e apreensão da sua realidade. Diante disso, é necessário considerarmos as singularidades intelectuais contidas no processo de formação da anarquista Emma Goldman, uma mulher que viveu em uma sociedade do século XIX e XX, que exprimia sobre as mulheres padrões de feminilidade responsáveis por moldar sua interpretação de si. É buscando subverter esse cenário que algumas mulheres como Virginia Woolf, Voltairine de Clayre, Maria Lacerda de Moura, Louise Michel e Emma Goldman, cada uma a seu modo e no seu tempo, usaram suas palavras como armas para a revolução social. Podem ser consideradas mulheres pioneiras que ousaram ao produzir reflexões feministas em uma sociedade que não lhes admitia o “dom” da racionalidade, quiçá o da crítica.

Nessa perspectiva, é interessante fazer uma reflexão acerca do emprego da expressão “escrita feminina” que perpassa, por sua vez, o estudo da intelectualidade feminina, ambos de importância para a compreensão do presente capítulo. Nesse intuito, partimos da mobilização feita por Jizengi, para quem “o fato de o vocábulo feminino reunir atributos que o tornam quase uma propriedade visceral das mulheres, impregnando todas as dimensões das suas práticas sociais e discursivas” (JINZENJI, 2012, p.367) possibilita que sejam engendrados alguns questionamentos acerca da sua utilização por meio da autoria feminina. Nessa perspectiva, compreendemos que a mobilização da autoria feminina, principalmente no que tange aos escritos goldmanianos, é perpassada por “um sentido histórico que não deve ser removido” (SCHMIDT, 2002, p.10). Ainda, para Rita Schmidt, “a escrita feminina é um ato político” (SCHMIDT, 2002, p. 4) que permeia a busca do protagonismo feminino dentro de uma escrita estritamente masculina. Desse modo, deve ser considerado que a escrita feminina se refere ao “texto de autoria feminina escrito do ponto de vista da mulher e em função de representação particularizada e especificada no eixo da diferença” (SCHMIDT, 2002, p.8).

De fato, o ato de escrever para as mulheres não foi uma tarefa fácil. Sua escrita “ficava restrita ao domínio privado, à correspondência familiar ou à contabilidade da pequena empresa” (PERROT, 2019, p.97) a negação da capacidade feminina, não apenas intelectual, mas

sobretudo de criação, perpassou toda a perspectiva histórica, principalmente o século XIX e início do XX. Se observamos as outras artes, que dispõem do dispositivo criativo para sua realização, nos deteremos de forma singular na perspectiva reprodutiva, que à mulher cabe apenas a cópia; nada mais apropriado do que isso, já que a mulher se tratava de uma cópia malfeita do homem. Além disso, como é apresentado por Michelle Perrot sobre a criação feminina: “[...] as mulheres são impróprias para isso. Como poderiam participar dessa colocação em forma, dessa orquestração do universo? As mulheres podem apenas copiar, traduzir, interpretar” (PERROT, 2019, p.101).

Nessa perspectiva, vale destacar uma máxima da época: “O saber é contrário à feminilidade” (PERROT, 2019, p.92). A mulher não precisava saber, apenas obedecer ao líder masculino dotado de racionalidade. O próprio texto bíblico caminha nessa direção: “Como é sagrado o saber, é o apanágio de Deus e do Homem, seu representante sobre a terra. É por isso que Eva cometeu o pecado supremo. Ela, mulher, queria saber; sucumbiu à tentação do diabo e foi punida por isso” (PERROT, 2019, p.91). A ousadia da mulher em romper com os interditos, em transgredir, era punível com a morte de espírito, mente e corpo. Para tanto, a feminilidade foi atrelada a sua incapacidade de questionamento e de subversão ante um sistema que aprisionava as mulheres, uma vez que a sabedoria revelaria a crueldade que perpassava os mandos e desmandos sobre o corpo e mente femininos.

Apesar da insistência de algumas mulheres em escrever e legitimar sua autoria, essa prática era entendida como insuficiente para o fim da condição feminina enquanto escrava dos pressupostos morais, sexuais e intelectuais. Assim, era necessário um processo de aprofundamento e busca contínua por um rompimento, “afinal, ainda é meio para o fim, e o fim só poderá ser alcançado quando a mulher tiver coragem para se sobrepor à oposição e determinar-se a ser fiel a si mesma” (WOOLF, 2019, p.15). Fidelidade alcançada pelo protagonismo das mulheres ao reconhecerem a si mesmas como produtoras de conhecimento, reflexão e engajamento da sua própria história, quebrando, assim, o papel de subalterna, da mulher que é suscetível: “[...] a chacota, a censura, a garantia de inferioridade de uma forma ou de outra, prodigalizadas às mulheres que praticavam a arte, foram naturalmente a causa dessas reações” (WOOLF, 2019, p.16).

A palavra oral e escrita sempre foi valorizada pelos/as anarquistas. Como tal, Emma não foi diferente. Ela não se furtou ao uso da palavra e nem tampouco negligenciou o poder da arte, aí incluído a literatura, em sentido amplo, como forma de atingir os indivíduos e mobilizar à ação. E foi invocando, também, a arte, por meio da sensibilidade, que a anarquista Goldman se destacou por sua crítica assertiva, reflexiva e intelectualizada acerca da condição feminina. Assim, devemos considerar que “os estudos dos intelectuais como atores do político é, portanto, complexo” (REMOND, 2007, p. 244).

Nessa perspectiva, é necessário que possamos analisar os emaranhados que compõem a face intelectual de alguns/algumas anarquistas. De fato, eles/elas acreditavam que a palavra energia como um ato revolucionário, um ato de insurgência e de negatividade diante do sistema.

Desse modo, a rebeldia revolucionária está intimamente ligada ao processo de construção da intelectualidade anarquista, especialmente de Emma Goldman, por acreditar que a centelha revolucionária é embebida em palavras e pensamentos. Pois, ainda segundo Moura: “O rebelde faz a Arte-Nova, a Arte Reveladora e grande, a Arte criadora, a Arte feliz” (REMOND, 2007, p.172), ou seja, a arte responsável por criar e propor algo novo.

Por outro lado, é inegável que a rebeldia de Emma Goldman é potencializada pela força de seu pensamento crítico. Assim, “todas as grandes transformações que ocorreram até agora na sociedade foram realizadas pelo pensamento antes da ação” (MIR Y MIR, 1974, p.2). É necessário pontuarmos, aqui, que a compreensão do pensamento está imbricada no modo de esquematizar a força revolucionária, expressa sobretudo no ato, não apenas de pensar, mas de publicizar a ideia por meio de palavras escritas, como é bem pontuado por Mir y Mir: “Nada no mundo causa uma impressão tão duradoura e influente quanto a palavra escrita” (MIR Y MIR, 1974, p.13).

Nada mais desafiador que a oratória e a presença autoral feminina, o que aparece legitimado, nesta dissertação, pela presença histórica dos escritos goldmanianos. De fato, a existência da anarquista é palatável na historiografia, mas é inquestionável que a presença e o reconhecimento da mulher como autora, sobretudo, como intelectual, são negligenciados, especialmente no que diz respeito à mulher anarquista. A presença da autoria feminina, quiçá feminista, é obscurecida, recaindo sobre a mulher o papel secundário e suprimido, a fim de perpetuar a quimera da “máquina inconsciente”, esvaziada de qualquer conhecimento, como podemos perceber pela afirmativa de Sirinelli:

Com frequência se destacou o caráter polissêmico da noção de intelectual, o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais, e a imprecisão daí decorrente para se estabelecer critérios de definição da palavra, de tanto que esta noção e esta palavra evoluíram com as mutações da sociedade francesa. Por esta última razão, é preciso, a nosso ver, defender uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes. Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os mediadores culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto, postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou mediadores em potencial, e ainda outras categorias de receptores da cultura. É evidente que todo estudo exaustivo do meio intelectual deveria basear-se numa definição como esta. [...] Estes últimos também podem ser reunidos em torno de uma segunda definição, mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator – mas segundo modalidades específicas, como, por exemplo, a assinatura de manifestos –, testemunha ou consciência. Uma tal acepção não é, no fundo, autônoma da anterior, já que são dois elementos de natureza sociocultural, sua notoriedade eventual ou sua “especialização”, reconhecida pela sociedade em

que ele vive – especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade –, que o intelectual põe a serviço da causa que defende. (SIRINELLI, 2007, p .210)

É interessante que Sirinelli trata o conceito de intelectual como algo mutável, aberto e dialógico. No entanto, ao nos debruçarmos sobre sua reflexão, observamos que o trato não alcança o universo feminino, cabendo às mulheres continuar no “ângulo morto” (SIRENELLI, 2007,p.234), em que não é enxergada como um ator social produtor. Nesse sentido, é necessário permitir que as mulheres sejam autoras de suas vidas, ao considerarmos que “[...] é preciso relacioná-la com as forças profundas no contexto histórico e procurar desvendar como um indivíduo pode criar símbolos que constituem a alquimia política” (SIRINELLI, 2007, p. 168). A mulher deve ser considerada em sua singularidade e especificidade, pois “[...] resulta daí que não apenas cada homem vivo é diferente de todos os homens do passado e de todos os homens do futuro”(LEVILLAIN, 2007, p. 171).

Assim, é necessário reconhecermos que à mulher era negada a produção do conhecimento, especialmente quando nos debruçamos sobre a análise dos intelectuais e nos deparamos com figuras particularmente masculinas, que atribuem o seu conhecimento ao direito natural, baseado na sua destreza e liderança. Desse modo, é essencial observar que a escrita de Goldman está imbricada em uma perspectiva anarquista e feminista libertária.

Nessa síntese, Goldman não poderia deixar de lado o ideal. Sua palavra, oral e escrita, como arma de combate, é potência tensionada pelo anarquismo, uma vez que para ela o anarquismo seria a mola propulsora, tornando-se única e singular: “[...] somente o anarquismo rompe e propaga a rebelião irreduzível” (LEVILLAIN, 2007, p.126). Só a rebelião, evidentemente, não bastava, mas era essencial para o despertar, para que os indivíduos galgassem condições melhores. Mas, é ressaltado pela libertária que a construção de uma sociedade outra é baseada no fluxo contínuo de construções cotidianas em benefício da anarquia:

Deste ponto de vista, penso que minha vida e trabalho foram bem-sucedidos. O que geralmente se tem como sucesso – aquisição de bens, conquista do poder ou prestígio social –, considero fracassos deploráveis. Desconfio quando ouço que um homem chegou lá. Isso significa que ele está acabado, que seu desenvolvimento parou em determinado ponto. Sempre me esforcei para me manter em um estado de fluxo e crescimento contínuos, e não estagnar em um nicho de autossatisfação. Se tivesse que viver minha vida novamente, assim como qualquer um, mudaria alguns pequenos detalhes. Mas, minhas ações e atitudes mais importantes, viveria exatamente como fiz. Certamente eu trabalharia pelo anarquismo com a mesma convicção e confiança em seu triunfo final. (GOLDMAN, 2019, p. 116)

Emma Goldman foi defensora do anarquismo como “chave intelectual”, por acreditar que a filosofia anarquista se atenta às sutilezas do cotidiano que condicionam e inferiorizam a humanidade, especialmente aqueles que fazem parte dos estratos mais baixos, em que se encontra

o grupo formado por mulheres; essas que nos discursos libertários possuem rostos disformes sempre marcados pela chaga da dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A anarquista Emma Goldman foi uma mulher surpreendente não apenas por seu percurso político e intelectual, mas, sobretudo, por sua ousadia pulsante, presente no trato conferido por sua voz e por seus textos a temas que se tornaram primordiais para a libertação sexual e intelectual da mulher. A libertária desafiou o eufemismo contido na predisposição feminina atrelada à obediência cega ao sistema e ao líder masculino.

É interessante perceber como uma mulher que viveu o final do XIX e o início do XX é, ainda hoje, reconhecida como uma intelectual que problematizou questões que ainda são enfrentadas de forma cotidiana por cada face feminina. É inegável que, como mulher, operária e anarquista, a libertária Emma Goldman era conhecedora da realidade de medo, subordinação e exercício exacerbado de poder sobre o corpo da mulher. No entanto, ela despertou para a necessidade do rompimento radical das estruturas sociais existentes através de uma revolução social.

Essa ideia de revolução ganhou destaque em suas obras, tanto quanto na sua vida. Esteve presente em seus questionamentos diante do que representava o Estado grotesco que ameaçava a liberdade dos indivíduos, impedindo-os de serem o que desejassem, acorrentando-os a modos arcaicos de viver. De fato, Goldman foi uma mulher que compreendia a necessidade de falar para aqueles que eram oprimidos e invisibilizados socialmente porque era a partir deles que sairia a fagulha para o rompimento, possibilitando, assim, a construção de corpos e mentes libertos e, conseqüentemente, libertários.

É interessante constatar que, apesar da inegável contribuição da obra e da vida goldmaniana para a liberdade feminina, a anarquista ainda é pouco estudada e conhecida entre nós. Sua voz libertária e suas construções textuais buscam a liberdade de um todo coletivo, formado por homens e mulheres, tal como preconizava o movimento anarquista à época. A singularidade contida no pensamento de Goldman é percebida por sua compreensão de que os homens também são indivíduos aprisionados em modelos pré-estabelecidos social, moral e sexualmente; que também deveriam se encontrar no processo de libertação e construção de uma liberdade que colocasse fim aos condicionantes do seu comportamento.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 30.

FOCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GOLDMAN, EMMA. Minha vida valeu a pena? **Verve**, n. 35, p. 116, 2019.

GOLDMAN, Emma. **Questão feminina**, São Paulo: Biblioteca Terra Livre, Projeto Emma Goldman, 2019.

GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 30.

JINZENJI, Mônica Yumi. Leitura e escrita femininas no século XIX. **Cadernos Pagu**, n. 38, jan./jun. 2012.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 171.

MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, 1998, p. 67.

MIR Y MIR. Prologo. In: **DINAMITA cerebral: Los mejores cuentos anarquistas de los más famosos autoras**. 2. ed. Buenos Aires: Distribuidora Baires S. R. L., 1974. (Coleccion Pepeles com Tinta).

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. 2. ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019, p.101.

RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SCHMIDT, Rita Terezinha. A crítica feminista na mira da crítica. **Revista Ilha do Desterro**, n.42, 2002.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 237.

WOOLF, Virginia. **Mulheres e ficção**. Tradução de Leonardo Fróes. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2019, p. 15.

RESISTÊNCIA JUDAICA: MULHERES CONTRA O NAZISMO

Letícia Martins Calheiros
UFES. E-mail: leticia-calheiros@hotmail.com

RESUMO

O Plano da Solução Final nazista que tinha como objetivo exterminar o povo judeu, foi colocado em prática por meio do plano da desumanização. Esse projeto visava acabar com toda a humanidade e existência judaica, como a memória. Todos foram afetados, homens e mulheres, e houve grande movimentação por parte dos judeus com o intuito de se salvar e cuidar de seu povo. Entretanto, por muito tempo a história das mulheres foi invisibilizada, principalmente em momentos de guerra, como o da Segunda Guerra Mundial. Os testemunhos que foram produzidos a partir da segunda metade do século passado, estão focados na experiência feminina. O objetivo desta comunicação é evidenciar a ação de mulheres, principalmente de mulheres judias contra o nazismo. Mostrando não apenas o seu lado como vítima, que não deixa de ser essencial, mas partes importantes de suas atuação na luta contra a ideologia nazista. Por meio de ações grandiosas, como o serviço na guerrilha, trabalho como espiã e os levantes dentro dos campos de concentração e dos guetos. Mas também as pequenas atitudes cotidianas de desobediência ao regime. O intuito é refletir, a partir da elucidação das ações de resistência das mulheres, como o papel delas é essencial para a história do Holocausto.

Palavras-chave: Holocausto, Mulheres, Resistência.

INTRODUÇÃO

A necessidade advinda com a Segunda Guerra Mundial motivou diversos países e territórios a aceitarem a mão de obra feminina no esforço de guerra. A participação feminina na guerra foi de fundamental importância para o funcionamento de todo o conflito, superando as convenções sociais que entendiam o papel das mulheres apenas como mães, esposas e cuidadores de seus lares. Além disso, as condições desumanas a que foram submetidos os perseguidos pelo regime nazista, especialmente os judeus, desafiaram intensamente todo um conjunto de valores impostos e aceitos socialmente até aquele momento. Essas mudanças sociais marcaram grande parte do comportamento social no pós-guerra, principalmente em relação às mulheres. Para se salvar e salvar a vida dos seus companheiros, elas atuaram também nos movimentos de resistência.

Toda a perseguição sofrida pelos judeus não foi consequência incidental das ações dos nacional-socialistas, mas parte de um plano minuciosamente arquitetado e executado. Dessa forma, o projeto de desumanização dos judeus estava profundamente integrado ao Plano da Solução Final.

Assim, ao considerar que o plano nazista envolvia desumanizar para invalidar toda a memória de um grupo, entende-se que o processo de desumanização fazia parte do planejamento mais amplo da Solução Final, cujo objetivo era eliminar, da forma mais brutal, todos os que não se enquadrassem na ideologia do Terceiro Reich (Guterman, 2020). Para o filósofo Giorgio Agamben (2004), o estado de exceção moderno se manifesta como uma espécie de guerra civil instaurada pela lei, que permite a eliminação física de adversários políticos e de grupos inteiros de cidadãos, os quais, de algum modo, estão excluídos do ideal de sistema político imposto (Agamben, 2004). É, portanto, a partir dessa ideia de como o totalitarismo hitlerista utilizou o estado de exceção para perpetrar a violência contra os perseguidos, especialmente os judeus, que se parte para se compreender a importância da resistência contra o Plano de Desumanização dos nazistas que fazia parte do plano maior que era o da Solução Final da Questão Judaica.

A ideologia nazista pregava o extermínio total dos judeus, sem distinção de idade ou gênero. Os alemães e seus colaboradores não poupavam nem mulheres nem crianças nas operações de assassinato em massa. As SS, junto com agentes policiais colaboracionistas, implementaram essa política sob o código da Solução Final, realizando execuções em massa em várias regiões dos territórios soviéticos ocupados, onde homens e mulheres foram cruelmente massacrados. Durante as deportações, mulheres grávidas e mães com bebês eram sistematicamente classificadas como “inaptas para o trabalho”, sendo enviadas diretamente aos centros de extermínio, onde geralmente eram as primeiras a serem encaminhadas para as câmaras de gás (Enciclopédia do Holocausto, s/d).

As mulheres judias ortodoxas, frequentemente acompanhadas por seus filhos, estavam especialmente vulneráveis, pois eram facilmente identificáveis pelas vestimentas religiosas que usavam. Elas se tornaram alvos preferenciais de atos de crueldade durante os massacres. Além disso, o grande número de filhos nas famílias ortodoxas tornava essas mulheres alvos preferenciais da ideologia nazista, que as via como uma ameaça significativa aos objetivos de erradicação completa do povo judeu (Enciclopédia do Holocausto, s/d).

Mas elas não se deixaram abater diante da situação e buscaram diferentes maneiras para ir contra ordens nazistas, sobreviver e ajudar companheiras e companheiros. Assim, as mulheres desempenharam papéis fundamentais em diversas atividades de resistência ao nazismo. Muitas que já eram membros de movimentos socialistas, comunistas ou sionistas juvenis antes da guerra continuaram sua atuação. Na Polônia, mulheres atuavam como mensageiras, transmitindo informações para os guetos. Algumas fugiram, encontrando refúgio nas florestas no leste da Polônia e da União Soviética, e unindo-se a unidades de guerrilheiros. Na resistência francesa, onde várias mulheres judias participaram, elas também tiveram uma atuação significativa.

Sophie Scholl, estudante da Universidade de Munique e membro do grupo de resistência Rosa Branca, foi presa e executada em fevereiro de 1943 por distribuir material antinazista (Enciclopédia do Holocausto, s/d).

Dentro dos campos de concentração, prisioneiras formaram vários grupos informais de assistência mútua, onde colaboravam para sobreviver, trocando informações, alimentos e roupas. Normalmente, as integrantes desses grupos tinham origem na mesma cidade ou região, compartilhavam o mesmo nível de instrução ou possuíam laços familiares (Enciclopédia do Holocausto, s/d).

Apesar da conhecida e importante atuação das mulheres tanto na guerra, como na resistência ao nazismo, a documentação em relação à elas é bastante limitada. Batalion (2020) explica que, ao longo da história pós-Holocausto, fatores políticos e pessoais, sobretudo, influenciaram a construção das narrativas sobre esse evento. Ela afirma que “nossa memória coletiva foi moldada por uma resistência generalizada à própria resistência. O silêncio é uma ferramenta que afeta as percepções e desloca poderes, tendo operado de diferentes formas” (Batalion, 2020, p. 20) em vários países ao longo das décadas. Além disso, “o silêncio também é uma maneira de lidar com os traumas e continuar vivendo” (Batalion, 2020, p. 20), especialmente no caso de mulheres que, após a guerra, se casaram, tiveram filhos e reconstruíram suas vidas.

Apesar desse silêncio, dos traumas e de toda invisibilidade sofrida por elas, “as mulheres estavam presentes, ainda que a história dê preferência às batalhas e a seus grandes comandantes” (Quétel, 2009, p. 5). Elas são frequentemente esquecidas na história em tempos de paz, e ainda mais durante períodos de guerra. “Sem nação, classe social, partido político ou uma minoria ativa que as representasse, as mulheres veem suas histórias diluídas na dos homens” (Quétel, 2009, p. 5). E em tempos de grandes conflitos, isso ocorre de forma ainda mais intensa, pois os homens assumem o protagonismo e ocupam o centro das narrativas. Durante séculos, eles foram os que escreveram a história — muitas vezes, apenas a sua própria história.

O grande desafio ao estudar a Resistência é justamente o trabalho de preservar na história a memória das mulheres e dos homens que lutaram ativamente contra o Estado nazista e seus apoiadores. O objetivo é retratá-los não como figuras míticas e inatingíveis, mas como seres humanos, reconhecendo toda a sua complexidade, tanto em nível individual quanto coletivo. “Esta é a maior homenagem, independentemente de diferenças, que podemos oferecer a eles” (Rollemberg, 2016, p. 14).

Sendo assim, o objetivo deste texto é evidenciar a ação de mulheres, principalmente de mulheres judias contra o nazismo. Mostrando não apenas o seu lado como vítima, que não deixa de ser essencial, mas partes importantes de suas atuação na luta contra a ideologia nazista. Por meio de ações grandiosas, como o serviço na guerrilha, trabalho como espiã e os levantes dentro dos campos de concentração e dos guetos. Mas também as pequenas atitudes cotidianas

de desobediência ao regime. O intuito é refletir, a partir da elucidação das ações de resistência das mulheres, como o papel delas é essencial para a história do Holocausto.

RESISTÊNCIA

Há uma grande discussão acerca da resistência em relação à *Shoah*. Alguns estudiosos defendem a ideia de que os judeus foram como “ovelhas caminhando para o matadouro”, por acreditarem na passividade deles, como sustenta o cientista político Raul Hilberg. Além dele, diversos outros intelectuais defenderam essa premissa, como os historiadores Israel Gutman e Henri Michel. Para eles, então, os judeus se entregaram ao sacrifício, ao destino posto a eles sem lutar, e se lutaram foi muito pouco. Em combate a essa tese, se encontra o grupo que acredita que o povo judeu de fato lutou, e de diferentes formas (Tavira, 2019, p. 38).

Com base no enfoque do Plano da Solução Final nazista, que buscava a eliminação dos judeus também pelo processo de desumanização (Guterman, 2020), vejo qualquer ação que contrariasse esse propósito, intencionalmente ou não, de maneira direta ou indireta, como uma forma de resistência. Considero, ainda, as vidas perdidas que, ao deixarem suas memórias, resistiram ao apagamento. Afinal, o objetivo nazista não era apenas exterminar o povo judeu, mas apagar sua existência completa, incluindo suas lembranças e identidade cultural. Dessa forma, para se compreender como se deram esses atos de resistência, é importante compreender também como se deu a própria ideia de resistência no pós-guerra.

A historiadora Judy Batalion (2023) faz uma discussão importante sobre a definição de resistência judaica durante a *Shoah*. Ela observa que, para alguns estudiosos, uma concepção mais ampla de resistência inclui qualquer ato que afirme a humanidade dos judeus ou que desafie, mesmo que indiretamente, a ideologia nazista — o que incluiria ações como sobreviver às adversidades ou ajudar os outros a suportarem as dificuldades (Batalion, 2023, p. 17). Contudo, há pesquisadores que discordam dessa definição abrangente, argumentando que ela pode diminuir o valor dos atos de resistência direta, onde a vida era colocada em risco para desafiar o regime nazista.

Para esses estudiosos, é fundamental separar os conceitos de *resistência*, que envolve confrontos diretos contra as políticas e forças nazistas, de *resiliência*, que se refere à capacidade de suportar e sobreviver às duras condições impostas. Essa distinção entre *resistência* e *resiliência* é crucial, pois destaca a diversidade de respostas individuais e coletivas ao Holocausto. Enquanto algumas ações tinham a intenção explícita de confrontar o regime nazista, outras, embora mais sutis, afirmavam a dignidade e a identidade cultural dos judeus, contribuindo para a preservação de sua humanidade frente à desumanização (Batalion, 2023, p. 17).

Contudo, essa questão levanta um debate essencial sobre como a resistência deve ser entendida em contextos de opressão extrema, como foi no nazismo. A definição mais ampla,

que inclui atos como manter a identidade cultural e a sobrevivência, expande o conceito de resistência para além de ações diretas de confronto, reconhecendo a importância de preservar a dignidade e a humanidade diante da desumanização, que ocorreu de forma multifacetada na sociedade.

Para Batalion e outros estudiosos que defendem essa perspectiva, qualquer ato que afirme a identidade judaica ou desafie simbolicamente o sistema opressor é valioso e, em si, um gesto de resistência. Esse entendimento torna visível o papel de mulheres, crianças, idosos e de todos aqueles que, mesmo sem força ou recursos para se rebelarem ativamente, ainda assim resistiram ao apagamento de suas histórias e culturas. Por outro lado, os que se opõem a essa visão argumentam que uma definição ampla pode diluir o reconhecimento dos atos de resistência ativa e arriscada. Para eles, é importante reservar o termo resistência para aqueles que, de forma explícita e consciente, enfrentaram o regime nazista em ações de rebelião, fugas organizadas e sabotagens, diferenciando essas ações da resiliência cotidiana (Batalion, 2023, p. 17).

Sendo assim, essa distinção entre *resistência* e *resiliência*, embora complexa, enriquece o entendimento dos atos de coragem no *Shoah*, permitindo uma análise mais detalhada das formas de luta, seja pela sobrevivência ou pelo confronto direto. Assim, o debate se torna uma reflexão profunda sobre o que significa resistir em contextos onde, muitas vezes, sobreviver já era um ato de profunda resistência.

Mulheres na resistência

Assim como em toda a Segunda Guerra Mundial, as mulheres tiveram um importante papel na luta e na resistência contra o regime nazista. O objetivo desse texto é tratar acerca da resistência das mulheres judaicas, mas é importante também destacar a atuação das mulheres que mesmo não pertencendo ao povo judeu, os acolheu e os ajudou da forma que podiam. Fosse na frente de batalha ou doando alimentos e os escondendo.

Dito isso, desde o início da ocupação nazista na Europa, mesmo sob o clima de terror, os judeus adotaram várias estratégias de resistência, entre elas a resistência cultural, que assumiu diferentes formas dependendo das possibilidades em cada localidade. Embora fossem proibidos de frequentar sinagogas, escolas e teatros, e de publicar jornais e revistas, essas atividades continuaram, ainda que com menor frequência e enfrentando grandes dificuldades (Kinoshita, 2015, p. 20).

A pesquisadora Ruth Rubin compilou canções e poemas escritos durante os anos do Holocausto, período em que seis milhões de judeus foram exterminados, e organizou recitais para jovens norte-americanos em homenagem ao Iom Hashoá ve-HaGuevurá, o Dia da Destruição e do Heroísmo. Artistas como Sidor Belarski, Danto, Chava Alberstein, Sara Gorby e Joan Baez ajudaram a divulgar essas canções pelo mundo (Kinoshita, 2015, p. 20).

Diante de todo o horror perpetrado pelo regime nazista, “a literatura emergiu como estratégia de resistência utilizadas pelos judeus nos guetos, campos de trabalho forçado e mesmo nos campos de extermínio, apesar do terror reinante” (Kinoshita, 2015, p. 26). Além disso, “terminada a II Guerra Mundial, o registro da resistência cultural dos judeus, por meio de sua produção literária, foi de suma importância para que o mundo tomasse conhecimento do que aconteceu” (Kinoshita, 2015, p. 26). Dentre os escritos de memória produzidos,

há livros de memórias individuais e coletivas; há também obras de largo fôlego, produzidas por romancistas e estudiosos das ciências humanas; constitui-se, portanto, uma verdadeira biblioteca sobre o tema do Holocausto e da resistência. Por sua variedade literária e por sua riqueza como testemunho artístico de um conturbado período da história recente, essa biblioteca surge como patrimônio não apenas do povo judeu, mas de toda humanidade (Kinoshita, 2015, p. 26).

Alguns nomes importantes da literatura feminina acerca da Shoah merecem destaque: Anne Frank com seu diário conhecido mundialmente; Nanette Blitz Konig com seu relato testemunhal, Renia Spiegel com seu diário e tantas ou outras, que apesar de todo trauma e dor, se dedicaram a contar o que passaram e eternizaram a memória dos que não sobreviveram.

Além da atuação no campo cultural, muitas mulheres também se aventuraram na ação propriamente dita, esse foi o caso de Hanna Szenes. Uma figura emblemática da resistência judaica durante a Segunda Guerra Mundial, que é lembrada por sua coragem e determinação. Nascida na Hungria em 1921, sua imigração para a Palestina reflete o desejo de escapar da crescente ameaça nazista na Europa e de construir uma nova vida. No kibutz, ela se envolveu ativamente na Haganá, que se tornaria a base das Forças de Defesa de Israel (Kinoshita, 2015, p. 26).

O envolvimento de Hanna com o Exército Britânico e seu treinamento como paraquedista destacam seu compromisso em lutar contra o fascismo e apoiar a luta dos judeus na Europa ocupada. Sua missão na antiga Iugoslávia visava ajudar a resistência local, que lutava contra as forças do Eixo e tentava salvar judeus perseguidos. “Hanna foi capturada pelos alemães na fronteira da Hungria, torturada de forma bárbara, mas não revelou nenhum detalhe da missão. Foi julgada, condenada à morte e executada” (Kinoshita, 2015, p. 26). Sua vida e seu legado são uma inspiração, simbolizando a luta pela liberdade e a resistência diante da opressão. As suas poesias, que expressam a dor, a esperança e a determinação, continuam a ressoar até hoje (Kinoshita, 2015, p. 26).

Muitas mulheres desempenharam papéis cruciais na resistência contra os nazistas nos guetos. Essas “garotas do gueto”,

subornavam guardas da Gestapo, escondiam revólveres dentro de pães e ajudavam a construir sistemas de bunkers subterrâneos. Flertavam com os nazistas, os compravam com vinho, uísque e doces e, furtivamente, os matavam a tiros (Batalion, 2020, p. 15).

Elas também realizavam diversas operações de espionagem para a União Soviética, distribuíam panfletos clandestinos e criavam documentos falsos. Elas também eram responsáveis por relatar as condições enfrentadas pelos judeus (Batalion, 2020, p. 15). “Cuidavam dos enfermos e davam aula para as crianças; detonaram bombas nas linhas de trem alemãs e sabotaram o fornecimento elétrico de Vilna” (Batalion, 2020, p. 20). Além disso,

subornavam carrascos, redigiam boletins para a rádio clandestina, mantinham o ânimo do grupo elevado, negociavam com proprietários de terras polonesas, convenciam guardas da Gestapo a carregar por elas malas cheias de armas, criaram um grupo de nazistas antinazistas e, é claro, cuidavam da maior parte da administração na clandestinidade (Batalion, 2020, p. 15).

Havia também as partisans, mulheres que atuavam na resistência. Muitas vezes, se escondiam nas matas e florestas para se juntarem às guerrilheiras, com o objetivo de realizar missões para a inteligência e diversos tipos de sabotagens (Batalion, 2020, p. 17). Muitas mulheres que não aparentavam ser judias, se aproveitavam para atuar na clandestinidade e ajudar seus companheiros e companheiras.

Outro importante exemplo de resistência foram as que ocorreram nos campos de concentração. O livro *As nove mulheres de Ravensbrück* (2022), de Gwen Strauss, traz a história de nove amigas que conseguiram escapar do campo do maior e pior campo para mulheres. Essas mulheres foram transferidas de Ravensbrück para um campo de trabalho em Leipzig, onde estavam envolvidas na produção de armamentos. Foi nesse local que se tornaram grandes amigas, unidas pelas experiências de sofrimento, como a fome e o frio intenso. Em abril de 1945, com o avanço e os intensos bombardeios dos Aliados, os nazistas decidiram evacuar o campo, forçando cerca de 5 mil mulheres, que estavam extremamente exaustas, famintas e enfrentando temperaturas congelantes, a marcharem em direção ao leste. Foi nesse momento que tiveram a chance de escapar durante a temida Marcha da Morte (Strauss, 2022).

O campo de concentração de Auschwitz também foi alvo de uma ação de resistência em outubro de 1944, quando cinco mulheres judias, que trabalhavam na fábrica de armamento que existia dentro do campo, com a separação de munição, forneceram pólvora para detonar uma câmara de gás. Essa ousada ação resultou na morte de vários membros da SS. O levante foi coordenado por judeus pertencentes ao Grupo Especial (Armeni, 2019).

A jornada de volta para casa após a fuga não foi nada fácil para Hélène, Zaza, Nicole, Lon, Guigui, Zinka, Josée, Jacky e Mena. Famintas, cansadas, feridas, congelando e doentes, elas enfrentaram muitos desafios. No entanto, demonstraram grande coragem e resistência em dois momentos cruciais: antes da prisão, que resultou na captura de muitas delas, e na ousadia de escapar dos nazistas (Strauss, 2022).

Apesar do conturbado papel que as igrejas Católica e Protestante tiveram durante o governo nazista. Algumas delas, com a influência de seus membros, tiveram uma importante ação na proteção de um número significativo de judeus. Esse foi o caso da Igreja Confessante, que por

meio da professora Elisabeth Schmitz, que se dedicou a escrever “memorandos em 1935 e 1936 para a Igreja Confessante, apelando à solidariedade em relação a todos os judeus perseguidos e não apenas aos cristãos de ascendência judaica” (Rollemberg, 2021, p. 14). Conseguiu que a igreja se mobilizasse na ação de salvar muitas vidas.

Outras mulheres também se dispuseram a interceder junto à Igreja em favor dos judeus, uma delas foi a Margarete Sommer que “em 1942, começou a enviar relatórios para o presidente da Conferência de Bispos Alemães sobre os objetivos das deportações e as primeiras notícias de assassinato em massa” (Rollemberg, 2021, p. 14). Seus dois apelos não surtiram efeitos, mas a ação dela de lutar pelas vidas que se perdiam já é um marco. Houve também “a quaker Margarethe Lachmund, que enviava cartas e pacotes para campos e guetos em territórios ocupados” (Rollemberg, 2021, p. 14). E a triste história de Gertrud Lucker, “representante do arcebispado de Freiburg, que usou sua posição para proteger pessoas perseguidas. Por ajudar judeus a se esconder, foi internada no campo de concentração de Ravensbrück entre 1943 e 1945” (Rollemberg, 2021, p. 14).

A narrativa sobre a resistência feminina durante o nazismo, assim como a trajetória das mulheres ao longo do conflito, revela que “existia uma perspectiva alternativa sobre a experiência feminina durante a guerra. Elas se mostraram decididas e corajosas — em várias situações, até violentas — ao realizar contrabando, coletar informações, realizar ações de sabotagem e lutar armadas; sentiam orgulho de sua determinação. Essas mulheres não buscavam compaixão, mas comemoravam a coragem e a audácia. Mesmo enfrentando fome e tortura, demonstraram bravura e destemor. Muitas tiveram chances de escapar, mas optaram por permanecer e lutar, algumas até retornando para a batalha (Batalion, 2020, p. 16).

A resistência entre as não judias

A resistência ao nazismo durante a Segunda Guerra Mundial foi uma mobilização multifacetada que incluiu não apenas ações de grupos organizados, mas também esforços individuais e coletivos em diversas frentes europeias. Além da resistência judaica, que enfrentava o regime em condições extremas, outros movimentos e atores desempenharam papéis decisivos.

A União Soviética, por exemplo, foi fundamental no combate ao nazismo. O Exército Vermelho, com sua força esmagadora, desempenhou um papel crucial na derrota de Hitler, culminando na tomada de Berlim em 1945. Dentro das fileiras soviéticas, destaca-se a participação das mulheres, muitas delas aviadoras conhecidas como as “bruxas da noite”. Essas mulheres realizaram missões de bombardeio noturno, aterrorizando as tropas alemãs e contribuindo para a desmoralização do inimigo. Foram bastante temidas por matar nazistas. Além disso, voavam em seus aviões de baixo custo, que apesar de oferecerem grande risco, por meio das altas habilidades de suas pilotas fizeram grandes estragos entre os nazistas. E contribuíram não apenas para a derrota da Alemanha na guerra, mas para a derrota do nazismo (Armeni, 2019).

Essas mulheres eram jovens e “durante a guerra, atacavam os alemães a partir de aviões pequenos e frágeis em meio à escuridão do céu” (Armeni, 2019, p. 11). Essas bruxas “faziam parte de regimentos exclusivamente femininos. Eram chefiadas por mulheres. Assim como eram mulheres as mecânicas e as encarregadas dos armamentos” (Armeni, 2019, p. 11). Nomes importantes foram o de Irina Rakobolskaya, a última bruxa viva, e o de Marina Raskova, “a mulher que convenceu Stalin a construir os regimentos compostos apenas por aviadoras” (Armeni, 2019, p. 21).

É importante destacar também a participação das mulheres soviéticas em que “quase um milhão de mulheres serviram no Exército Vermelho na Frente Oriental” (Dároz; Dároz, 2018, p. 16) durante toda a guerra, fazendo frente à ação nazista no território da União Soviética. Além da ação direta na guerra “outras 28 mil combateram entre os partisans” (Dároz; Dároz, 2018, p. 12).

Por toda a Europa, os movimentos de partisans operavam na clandestinidade, realizando sabotagens, espionagem e ataques diretos às forças nazistas. Na França, a Resistência Francesa desestabilizou a ocupação alemã por meio de sabotagens, ataques às linhas de comunicação e transporte, e apoio aos Aliados durante a libertação.

Além desses movimentos organizados, havia um exército invisível de indivíduos comuns que arriscavam suas vidas como patrocinadores, mensageiros e colaboradores no dia a dia. Civis escondiam judeus, repassavam informações vitais aos Aliados ou realizavam pequenos atos de sabotagem, minando o controle nazista. Esses atores do cotidiano, muitas vezes anônimos, foram peças indispensáveis para enfraquecer a máquina de guerra nazista (Quétel, 2009).

Juntas, essas frentes formaram uma teia de resistência diversa, onde ações de grande escala se entrelaçavam com atos de coragem individual. Cada uma delas foi essencial para a derrota do regime nazista, mostrando que a luta contra a opressão é feita tanto de grandes gestos quanto de pequenos, mas fundamentais, atos de resistência.

CONCLUSÃO

Durante a Segunda Guerra Mundial, a política nazista de extermínio, conhecida como Solução Final, foi implementada com o objetivo de exterminar o povo judeu. Esse plano se baseava na desumanização, que buscava eliminar qualquer traço de humanidade e memória do povo judeu, afetando todas as esferas de sua existência.

Apesar de todo o sofrimento compartilhado, as experiências específicas das mulheres judias foram, por muito tempo, invisibilizadas nos relatos históricos. A partir da segunda metade do século XX, no entanto, o interesse por testemunhos que abordam as perspectivas e vivências das mulheres durante o Holocausto começou a ganhar atenção. Esses relatos revelam experiências de resistência e sobrevivência peculiares ao gênero feminino, abordando questões como

a maternidade em meio à barbárie, a luta para manter sua dignidade e a solidariedade entre as prisioneiras, aspectos que muitas vezes diferem dos testemunhos masculinos.

Esses relatos não apenas mostram o impacto devastador da guerra e da opressão nazista, mas também destacam a resiliência, a organização interna e a solidariedade das mulheres, que criaram redes de apoio dentro dos campos de concentração e guetos. Isso ajuda a enriquecer a compreensão sobre os impactos do Holocausto, não só no povo judeu em geral, mas também na vida das mulheres, oferecendo uma visão mais completa da história. Além disso, são entendidos como uma ação de resistência e trazem neles diversos atos de violência cometidos por essas mulheres.

Além da literatura, as mulheres judias atuaram em diversos outros campos. Resistiram no âmbito cultural, familiar, na guerrilha, nos grupos de *partisans* e nas frentes de batalha, quando era permitido.

Sendo assim, o presente texto teve como objetivo evidenciar a ação de mulheres, principalmente de mulheres judias contra o nazismo. Mostrando não apenas o seu lado como vítima, que não deixa de ser essencial, mas partes importantes de suas atuação na luta contra a ideologia nazista. Por meio de ações grandiosas, como o serviço na guerrilha, trabalho como espiã e os levantes dentro dos campos de concentração e dos guetos. Mas também as pequenas atitudes cotidianas de desobediência ao regime. O intuito é refletir, a partir da elucidação das ações de resistência das mulheres, como o papel delas é essencial para a história do Holocausto.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARMENI, Ritanna. **As bruxas da noite**: a história não contada do regimento aéreo feminino russo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Seoman, 2019.

BATALION, Judy. **A luz dos dias**: a história não contada da resistência feminina nos guetos de Hitler. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

AS MULHERES durante o Holocausto. In: **ENCICLOPÉDIA do Holocausto**. Washington: United States Holocaust Memorial Museum, [s.d.]. Disponível em: <[GUTERMAN, Marcos. **Holocausto e Memória**. São Paulo: Contexto, 2020.](https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/women-during-the-holocaust#:~:text=Milh%C3%B5es%20de%20mulheres%20foram%20perseguidas,e%20n%C3%A3o%20o%20seu%20sexo.>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.</p></div><div data-bbox=)

KINOSHITA, Dina Lida. A literatura do Holocausto e da resistência. **Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, [s. l], v. 7, n. 2, p. 19-28, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/webmosaica/article/view/63016>. Acesso em: 15 out. 2024.

QUÉTEL, Claude. **As Mulheres na guerra**: 1939-1945. São Paulo: Larousse, 2009. 1 v.

ROLLEMBERG, Denise. Memorial dos Heróis Silenciosos (1933-1945). **Revista de História, São Paulo**, n. 180, p. 1-34, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/165343>. Acesso em: 10 out. 2024.

ROLLEMBERG, Denise. **Resistência**: memória da ocupação nazista na França e na Itália. São Paulo: Alameda, 2016.

STRAUSS, Gwen. **As nove mulheres de Ravensbrück**: a verdadeira história das prisioneiras que escaparam do mais terrível campo de concentração feminino da Alemanha nazista. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2022.

TAVIRA, Adriana de Oliveira. **Os diários - Literatura clandestina a serviço da memória da Shoah**. 2019. 90 f. Monografia (Especialização) - Curso de História, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Cap. 3.

MULHERES NEGRAS E TRABALHO: ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS.

Morgana Maria Cardoso de Souza Silva
Mestranda ProfHistória UFPB. E-mail: profmorghistoria@gmail.com

RESUMO

O presente artigo é fruto das discussões realizadas dentro do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mesclando pesquisas sobre gênero e espaço escolar, para a escrita da dissertação, com leituras referentes à disciplina optativa “Ensino de História e Pensamento Decolonial”. Foi desenvolvido com o objetivo de refletir sobre alguns dos desafios ainda enfrentados pelas mulheres negras ao ocuparem diversas funções de trabalho, tendo em vista que diversas pesquisas interseccionais continuam a apontar uma maior dificuldade desse grupo para o acesso a certos espaços, ao passo que outros locais são vistos como sua única opção. Para tanto, passaremos por uma discussão sobre a relação entre público e privado, apontaremos para um debate sobre racismo genderizado e interseccionalidade, e cruzaremos a literatura sobre o tema com resultados obtidos com uma pesquisa quantitativa, fruto das reflexões para a dissertação. Pretende-se que, ao fim do artigo, possamos ter refletido sobre as problemáticas já superadas pelas mulheres negras no Brasil, e também sobre os caminhos ainda a serem trilhados no combate a essa subjugação das mulheres negras.

Palavras-chave: Mulheres negras, racismo, decolonialidade, trabalho.

MULHERES NEGRAS, RACISMO GENDERIZADO E INTERSECCIONALIDADE

Escrever sobre racismo interseccionado com gênero se faz desafiador e necessário, à medida que refletimos sobre o lugar que as mulheres negras ocupam, precisam ocupar, ou ainda, que precisam deixar de ocupar. Kilomba (2021) aponta que

Mulheres negras têm sido, portanto, incluídas em diversos discursos que mal interpretam nossa própria realidade: um debate sobre racismo no qual o sujeito é o homem negro; um discurso genderizado no qual o sujeito é a mulher branca; e um discurso de classe no qual “raça” não tem nem lugar. (p. 97).

E ela segue citando Heidi Safia Mirza (1997):

“[...] as mulheres negras habitam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da ‘raça’ e do gênero, o chamado ‘terceiro espaço’. Habitamos uma espécie de vácuo de apagamento e contradição ‘sustentado pela polarização do

mundo em negros de um lado e mulheres do outro’. Nós no meio.” (KILOMBA, 2021, p. 97).

Tal pensamento é compartilhado por Lugones (2008), ao defender a existência de uma indiferença

[...] do feminismo hegemônico, precisamente por ele ignorar a interseccionalidade das relações de raça/classe/sexualidade/gênero. [...] (e) vinda dos homens que foram e continuam sendo vítimas da dominação racial, da colonialidade do poder, homens que são inferiorizados pelo capitalismo global. (HOLLANDA, 2020, p. 53)

Sobre o feminismo hegemônico já trataremos alguns elementos expostos no segundo tópico. Com relação à colaboração dos homens negros para o apagamento das mulheres negras, Lugones (2008) tece críticas ao conceito de “colonialidade do poder” de Aníbal Quijano.

Ao tratar sobre a “colonialidade do poder”, Quijano (2005) afirma que

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. Desse modo, impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho. (p. 118)

A crítica que Lugones (2008) constrói parte da ideia que “Quijano entende que o poder está estruturado em relações de dominação, exploração e conflito entre atores sociais [...]” (p. 55). No entanto, autora defende que “O olhar de Quijano pressupõe uma compreensão patriarcal e heterossexual das disputas pelo controle do sexo, seus recursos e produtos. Ele aceita o entendimento capitalista, eurocêntrico e global sobre o gênero.” (p. 56). Lugones (2008) aponta para uma discussão decolonial, mas alerta que

[...] “colonialidade” não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade /intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessa relações intersubjetivas. Ou seja, toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade. (p. 57)

Complementando esse mesmo pensamento, Kilomba (2021) defende que

Pode-se argumentar que, como processos, o racismo e o sexismo são semelhantes, pois ambos constroem ideologicamente o senso comum através da referência às diferenças “naturais” e “biológicas”. No entanto, não podemos entender de modo mecânico o gênero e a opressão racial como paralelos porque ambos afetam e posicionam grupos de pessoas de forma diferente e, no caso das mulheres *negras*, eles se entrelaçam. (p. 100, grifo da autora).

Sendo assim, a abordagem interseccional mostra-se importante pois, como afirma Lugones (2008), “[...] revela o que não conseguimos ver quando categorias como gênero e raça são concebidas separadas uma da outra.” (HOLLANDA, 2020, p. 59).

MULHERES NEGRAS E TRABALHO: CONQUISTAR O ESPAÇO PÚBLICO É O SUFICIENTE?

Assistimos, entre os séculos XIX e XX, a inúmeras transformações, que envolvem a participação das mulheres na vida pública, sendo pauta para as principais lutas do movimento feminista. Uma das bandeiras levantadas por esse grupo refere-se ao acesso ao mercado de trabalho e à igualdade de direitos trabalhistas.

No Brasil, a consolidação do capitalismo e a urbanização do país são marcados também pela ascensão da burguesia e de novas ideias. Porém, a construção dessa nova visão de nação vai acabar colaborando com ideias contrárias ao que era defendido por feministas naquele período, como afirma Rago (1997):

A promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, e uma preocupação especial com a infância, percebida como riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras deste jogo de agenciamento das relações intra-familiares. A mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família (p. 62).

O espaço privado continuava sendo o melhor lugar para as mulheres serem mantidas, preservadas, visto que “A mulher foi criada para a família e para as coisas domésticas.” (PERROT, 1998, p. 9). Historicamente, as transformações sociais, culturais, políticas, não significariam grandes mudanças na vida feminina.

No entanto, tratar da busca pela conquista do espaço público de forma generalista como uma problemática que atingia a todas as mulheres igualmente, sem considerar as nuances como classe e raça, já não é mais suficiente. Como afirma Biroli (2018): “[...] a produção do gênero não ocorre de forma isolada de outras variáveis que, em dado contexto, são relevantes no posicionamento e na identificação das pessoas, assim como no seu acesso a espaços e recursos.” (p. 36). Neste artigo, discutiremos especialmente a intersecção com a raça, visto que

“Raça” não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da “raça”. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de “raça” e na experiência do racismo. (KILOMBA, 2021, p. 94).

Para que haja uma reflexão verdadeiramente interseccional, alguns pontos precisam ser considerados: primeiro, a conquista do espaço público nem sempre é sinônimo de vitória, já que para alguns grupos o espaço privado pode ser o único lugar de segurança e fuga de opres-

sões; segundo, a ocupação desse espaço público não é feita de forma homogênea por todas as mulheres; e, por fim, o trabalho doméstico também pode ser uma fonte de opressão e controle.

Sobre o primeiro ponto, Biroli (2018) nos alerta que

[...] o contraste entre a casa como restrição e o mundo público como libertação é uma visão marcada pela experiência de um grupo específico de mulheres. Quando a posição nas relações de trabalho fora da casa implica exploração e é impactada pelo racismo, a vida familiar pode possibilitar formas de cooperação e afeto que se apresentem como alternativas às violências sofridas fora de seus limites. (p. 38).

Tal reflexão nos aponta para o quanto a luta da segunda onda feminista por acesso ao mundo público do trabalho estava restrita às mulheres burguesas, sendo

[...] vista por feministas negras e provenientes das classes trabalhadoras como uma idealização fincada na experiência de mulheres brancas, com acesso a carreiras profissionais capazes de oferecer um grau relativamente elevado de autonomia e remuneração. (BIROLI, 2018, p. 38).

Para as mulheres negras, não faz sentido lutar para ocupar um espaço na esfera pública quando o espaço destinado a elas, na maior parte das vezes, se encontra em empregos desvalorizados e onde continuam a perpetuar uma cadeia de exploração. E é aí que partimos para o segundo ponto.

Nascimento (2021) afirma que “A ‘herança escravocrata’ sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. [...] As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos [...] e permaneça como trabalhadora nas áreas rurais.” (p.58). Biroli (2018) colabora com essa ideia ao afirmar que “[...] o acesso ao trabalho remunerado se dá de forma diferenciada não apenas entre homens e mulheres, mas também entre diferentes grupos de mulheres.” (p. 39).

Sendo assim, se faz necessário refletir qual é esse espaço de trabalho ocupado pelas mulheres negras e quais as principais barreiras responsáveis por afastá-las de alcançarem os mesmos lugares que as mulheres brancas.

Nascimento (2021) aponta para a educação como um elemento importante a ser considerado, visto como “[...] fator de pressão dos grupos subordinados [...]” (p. 58), e destaca que, apesar do crescimento nas últimas décadas do acesso das mulheres ao curso superior, a maior parte delas não é negra.

[...] pesquisas recentes baseadas nos recenseamentos de 1940, 1950 e 1970 registram que a mulher branca conseguiu maior acesso ao curso superior, diminuindo proporcionalmente a desigualdade entre ela e o homem branco. A recíproca não foi idêntica quanto à população negra e mestiça, menos ainda em relação à mulher negra. (NASCIMENTO, 2021, p. 59).

Outros dados que reafirmam essa ideia são trazidos por Biroli (2018)

A média de tempo de estudo entre as pessoas com mais de 15 anos era, em 2013, de 7,8 anos para os homens e de 8,2 anos para as mulheres. [...] Por outro lado, a diferença no tempo de estudo se amplia quando consideramos a raça. Entre os homens brancos na mesma faixa etária, ainda em 2013, a média é de 8,7 anos; entre os negros, é de 6,9 anos; entre as mulheres brancas, é de 9 anos; entre as negras, é de 7,4 anos. (p. 41).

Essa posição de desvantagem reforça mais uma vez que as lutas das mulheres brancas e negras não devem ser equiparadas, e colabora para entendermos porque as mulheres negras, em sua maioria, acabam por serem empurradas para funções que reproduzem as heranças coloniais, como já citado acima. Entraremos então no terceiro ponto: os trabalhos manuais, domésticos e de cuidado como meios de dominação das mulheres negras. Para Biroli (2018),

A alocação das tarefas tem o gênero como um eixo. Ancora-se na naturalização de habilidades e pertencimentos, definidos de acordo com uma visão binária, não apenas simplificada, mas também ilusória, da conexão entre sexo biológico e comportamentos. A associação entre mulher e domesticidade constrói-se nessa chave. (p.67).

Como afirma Gonzalez (2020):

[...] as trabalhadoras negras concentram-se sobretudo nas *ocupações manuais* (83%), [...] tanto assalariadas quanto autônomas e não remuneradas. [...] Enquanto isso, nas *ocupações não manuais*, a presença da trabalhadora negra ocorre em proporções muito menores: 16,9% para 38,5% de trabalhadoras brancas. (p. 88, grifos da autora).

Em outra obra a autora reforça tais ideias ao afirmar que, segundo o censo de 1950 “Quanto às atividades econômicas, apenas 10% trabalhavam na agricultura e/ou na indústria; os 90% restantes, concentrados na área de prestação de serviços pessoais.” (GONZALEZ, 2018, p. 43).

Sobre estes serviços pessoais, Gonzalez (2018) segue afirmando que

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. [...] ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “*inferioridade*” que lhe seriam peculiares. (p. 44, grifo da autora).

Tal ideia conversa com Biroli (2018) quando defende que “As mulheres negras, em especial, estão concentradas em atividades vistas como extensão das atividades domésticas não remuneradas e, como tais, desvalorizadas e menos formalizadas. (p. 69). Além disso, a autora alerta que “Cuidando dos filhos de outras mulheres, (as mulheres negras) permitiram que estas se ‘emancipassem’ e tivessem maior autonomia e reconhecimento profissional.” (BIROLI, 2018, p. 68), reforçando o que levantamos no início deste artigo com relação às desigualdades entre mulheres brancas e negras.

Além desse trabalho remunerado, é importante destacarmos ainda a problemática da dupla jornada. Gonzalez (2018) aponta que a mulher negra “Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas, de um modo geral, encarregando-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos.” (p. 46). Tal pensamento é mais uma vez reforçado por Biroli (2018), quando diz que “Hoje, prevalece um modelo em que ‘a tendência predominante é a maioria dos homens investir seu tempo prioritariamente no mercado de trabalho enquanto a maioria das mulheres se divide entre o trabalho remunerado e os cuidados da família.’” (p. 67).

Os conflitos acima levantados acabam por colocar a mulher negra numa posição inferior a homens e também a mulheres que não se encaixam nesse perfil. É partindo desse olhar, somado ao que já foi exposto, que analisaremos a seguir alguns dados provenientes da pesquisa para a dissertação, aplicada nas escolas nas quais trabalho: a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João XXIII e o Invictus Colégio e Curso.

MULHERES NEGRAS E ESPAÇO ESCOLAR

Os dados aqui analisados levarão em consideração apenas as funcionárias das duas instituições pesquisadas, que ocupam as mais variadas funções, com o objetivo de refletir como o debate levantado nos tópicos anteriores pode se apresentar na prática nesses recortes espaciais. Vale destacar desde já que se tratam de uma escola da rede pública e uma da rede privada. O número de mulheres que responderam ao questionário encontra-se na tabela abaixo:

Nº DE FUNCIONÁRIAS POR ESCOLA	
INVICTUS	JOÃO XXIII
9	8
TOTAL: 17 PARTICIPANTES	

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Ao serem questionadas sobre a cor da pele, houve uma predominância das mulheres que se consideram pardas. Nenhuma se identificou como indígena, porém, para o meu espanto, uma sujeita declarou ser amarela. No entanto, pelo menos aparentemente, nenhuma das participantes apresenta origens orientais.

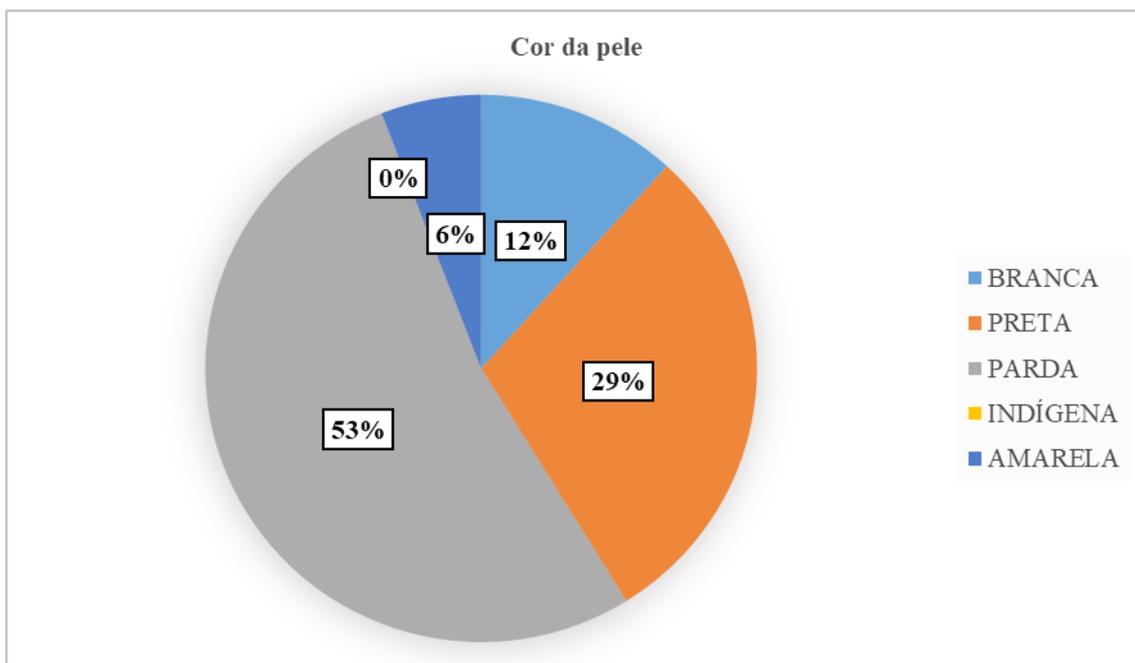


Gráfico 18: Dados sobre a cor da pele das sujeitas da pesquisa.

Fonte: A autora.

Porém, quando partimos para a análise desses dados separando por instituição, os resultados passam a apresentar nuances. Enquanto que no colégio Invictus a maior parte realmente se vê como parda, na escola João XXIII a maior parte divide-se entre pretas e pardas, como apresentado no gráfico abaixo.

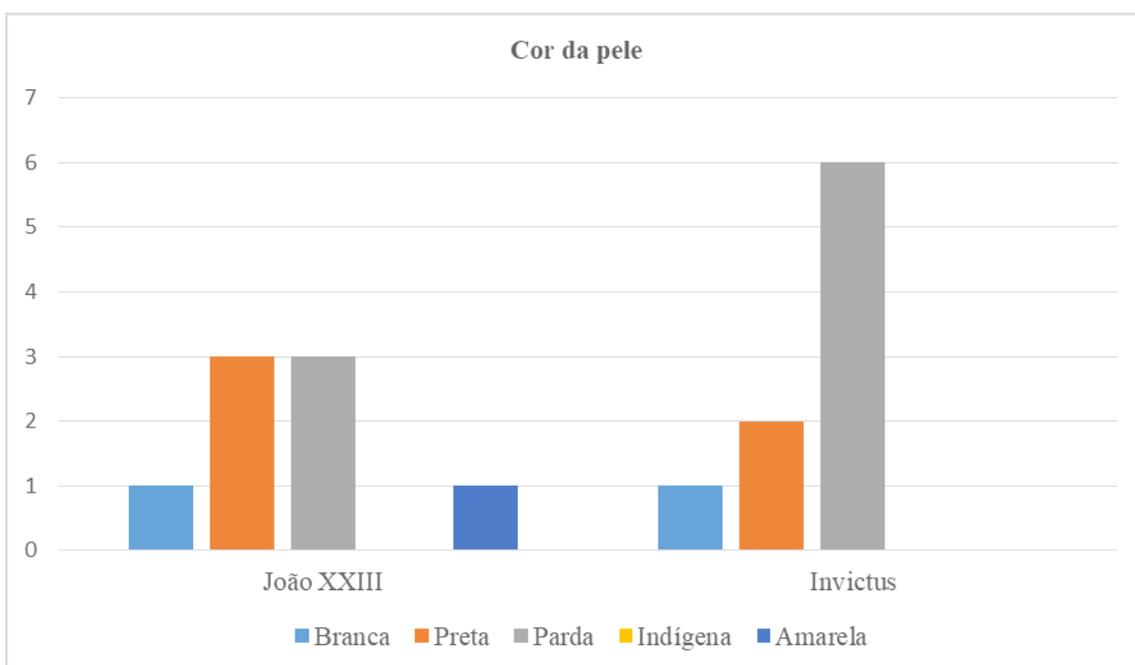


Gráfico 19: Dados comparativos sobre a cor da pele das sujeitas da pesquisa.

Fonte: A autora.

Na escola Invictus, das sete mulheres que se consideram brancas ou pardas, cinco estão ocupando cargos ligados à parte administrativa, desde a direção até inspetoria. Das duas mulheres que se veem como pretas, uma trabalha como secretária e a outra em serviços gerais.

Na escola João XXIII, das quatro mulheres que se identificam como brancas ou pardas, três executam funções administrativas, enquanto que das três que se consideram pretas, duas trabalham com serviços gerais.

Todas as funcionárias que responderam ao questionário residem na cidade de Cabedelo. Porém, foi constatado que todas as que trabalham no Invictus residem em bairros de classe média. Já entre as que atuam na escola João XXIII, todas que ocupam funções de limpeza e alimentação, negras ou não, vivem em bairros periféricos da cidade, e possuem renda de apenas um salário mínimo.

Ainda sobre a questão da renda, observemos o gráfico abaixo:

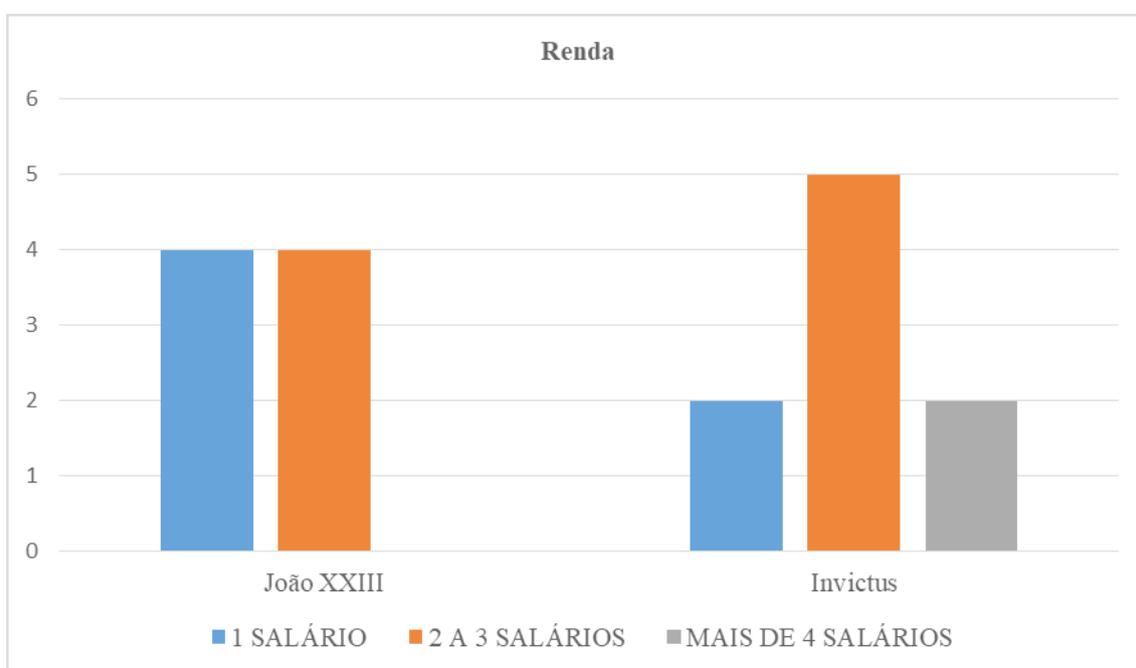


Gráfico 20: Dados comparativos sobre a renda das sujeitas da pesquisa.

Fonte: A autora.

É possível observar que nenhuma das funcionárias do João XXIII ganham mais de 4 salários. Já no colégio Invictus a maior parte ganha entre 2 e 3 salários, e duas mulheres do setor administrativo, uma branca e uma parda, acumulam 4 salários.

Ao analisarmos o nível de escolaridade desse grupo, as diferenças entre os dois espaços escolares persistem, como demonstrado no gráfico abaixo:

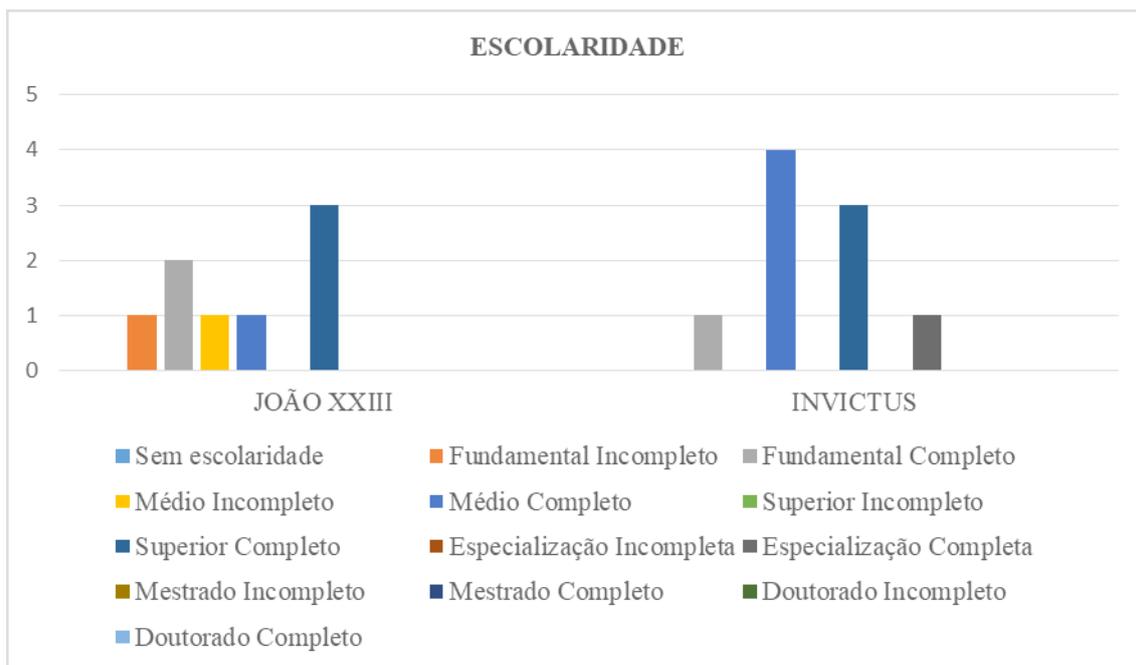


Gráfico 21: Dados comparativos sobre o nível de escolaridade das sujeitas da pesquisa.

Fonte: A autora.

Percebemos que a maior parte das mulheres da escola João XXIII possuem escolaridade entre Fundamental Incompleto, chegando no máximo ao superior completo (35%). Entre as que possuem apenas Ensino Fundamental (incompleto ou completo), todas ocupam atividades manuais. As que se identificaram como pretas estão nesse grupo, e vivendo em bairros periféricos.

Já na escola Invictus apenas uma das funcionárias tem como formação mínima o Fundamental Completo. Mas a maioria possui entre o Médio Completo e a Especialização Completa. Além de uma formação mais completa, parte das funcionárias desta instituição possuem Ensino Superior ainda que exerçam cargos que não são de liderança.

Conclui-se, portanto, que as reflexões da literatura citada neste artigo são uma representação da realidade (infelizmente) ainda muito atual. O uso de dados e informações coletados nos espaços escolares citados serve como exemplo para ilustrar uma realidade maior, destacando a necessidade de utilizar a interseccionalidade e a decolonialidade para que as mulheres negras possam sair desse vácuo social que são colocadas.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALES, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. São Paulo: Filhos da África, 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Coleção Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p. 107-139.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA REVISTA A CENA MUDA SOBRE OS PAPÉIS DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA – 1940

Mulher, atriz, esposa ou mãe? Tudo isso e mais um pouco

Natália Correia de Melo
(UFPB, nataliacorreia06@hotmail.com)

RESUMO

Este trabalho tem como intuito fazer uma análise de quais papéis eram exercidos e esperados pelas mulheres na década de 1940 a partir da revista *A Cena Muda*, periódico brasileiro sobre cinema que circulou de 1921 a 1955 e disseminou práticas culturais e educativas na sociedade brasileira com base no universo hollywoodiano, principalmente, em um contexto que predominava o *american way of life* e a Política de Boa Vizinhança. Fotografias das atrizes apareciam em todas as edições da revista, seja em suas atuações no cinema ou na vida pessoal, ficção e realidade se misturavam diante desse cenário. Com isso, o presente trabalho visa compreender como os discursos da revista criaram padrões para a vida dessas mulheres que tinham que ser boas atrizes, esposas, mães e ainda serem belas e felizes, uma vez que a própria revista disseminou ideais de beleza e relações que deveriam ser almeçadas não somente pelas atrizes, mas também por aquelas que consumiam esse tipo de conteúdo.

Palavras-chave: Mulheres, beleza, a cena muda, cinema, atriz.

INTRODUÇÃO

A *Cena Muda* é considerada a primeira revista popular sobre cinema que circulou no Brasil, conforme o acervo digital da Biblioteca Nacional Digital Brasil, local também onde suas edições foram digitalizadas. Os principais temas da revista eram o cinema de Hollywood, os acontecimentos importantes sobre esse universo, seus personagens e vida pessoal dos artistas. O periódico circulou de 1921 a 1955 através da Companhia Editora Americana S.A. e era publicada semanalmente de 1921 a 1954, quinzenalmente até março de 1955, e mensalmente nas últimas edições.

Nas suas edições, era comum encontrar fotografias de atrizes famosas, seja em seus personagens, mas também na vida “real”. Padrões de beleza, corpos, relações, modo de vida e trabalho foram disseminados a partir dos discursos imagéticos ou não da revista, sobretudo, na

década de 1940 com a Política da Boa Vizinhança e o *american way of life*, que tinham como foco disseminar práticas culturais da cultura norte-americana às nações “amigas”.

Diante disso, para as mulheres, foram esperados que desempenhassem diversos papéis dentro desse contexto, mulher, atriz, esposa e mãe eram alguns desses que iremos discutir agora.

DESENVOLVIMENTO

Quanto à noção do que é ser mulher, percebemos que o discurso da revista é daquela que é simpática, sorridente, graciosa, espírito de moça, doce, encantadora etc. Podemos observar tais parâmetros no discurso acerca da atriz Alba Regina:

Alba Regina, graciosa estrela com que ora conta a PRG-3, é a bem dizer uma revelação de Paulo Gracindo. [...] Jovem e graciosa, com dezenove anos de idade e uma voz bem radiofônica, não lhe foi difícil transpor as barreiras que se antepõem aos que almejam vencer no rádio... [...] Espírito bem feminino, a nova estrela da Tupi sonha com o casamento (MIGUEIS, 1947. p. 6).

Além desse ideal de feminino, a noção de que o casamento é um objetivo que faz parte da vida das mulheres e que é sempre desejado por elas, implica na realização de um sonho ou de uma meta alcançada. Como visto na citação anterior, ao falar sobre Alba Regina, a nova estrela da Rádio Tupi, que “sonha com o casamento”, no sentido de que apesar do crescimento da sua carreira, ela não deixou o casamento de lado. Interromper uma vida, carreira ou trajetória não seria problema tendo em vista que seria em prol de um bem “maior”, pois o casamento era visto como um ideal natural de vida para a mulher e a sua não realização seria um símbolo de fracasso, como diz Mary Del Priore:

“Dar-se ao respeito” era a palavra de ordem. Não casar era sinônimo de fracasso e interromper carreira, na chegada do primeiro filho, considerado normal. A opinião do grupo e da família contava muito; poucas se casavam contra a vontade família. O sonho era casar na igreja de véu e grinalda, símbolo de pureza (DEL PRIORE, 2014. p. 71).

As descrições sobre Alba Regina aparecem no texto de Armando Migueis da edição de 16 de setembro de 1947, de maneira sempre a valorizar seus talentos, mas também seu “espírito feminino”, descrevendo como foi seu início de carreira na rádio de muito sucesso e talento: “Agora mesmo, coube-lhe outro papel destacado em ‘Quando a noite desce’, novela de Helio do Soveral que a PRG-3 está irradiando as segundas, quartas e sextas-feiras, às 20h30. Sua atuação vem sendo excelente” (MIGUEIS, 1947 p. 6).

Figura 1: Alba Regina.



Alba Regina, a descoberta de Paulo Gracindo para o elenco Tupi, diz que sentirá muito sofrer de abandonar o microfone. É que seu sonho dourado sempre foi o rádio, onde tem vivido grandes papéis.

dos maiores cartazes do nosso "broadcasting" uma vez que para tanto não lhe faltam qualidades.

Espirito bem feminino, a nova estrela da Tupi sonha com o casamento. Aliás, Carlos Pallut, o mesmo que anunciou sua estreia na PRG-3, em recente entrevista ao microfone, afirmou ser Alba Regina "a mulher de seus sonhos", pretendendo levá-la ao altar. Caso tal sonho se realize, assistiremos a mais um acontecimento festivo na família radiolista.

PRIMEIRO CONTACTO COM O MICROFONE

O ingresso de Alba Regina no rádio prende-se exclusivamente à sedução que o microfone exerceu sobre seu espírito de moça. Acostumada a acompanhar toda a sorte de novelas, fossem elas românticas ou dramáticas, cedo revelou sua inclinação para o microfone. E acalentando esse sonho, aproveitou a "chance" que a PRH-8 oferecia aos novos. Quasi incrêver-se para uma experiência, da qual se saiu da melhor maneira, passando a integrar o conjunto dessa emissora oficial na esperança de que seu trabalho fosse observado pelas estações particulares.

Tal como na velha história da Gata Borracheira, a oportunidade chegou. Ela, que se contentava em fazer pequenos papéis, viu-se de uma hora para outra transformada em estrela de primeira grandeza com um vantajoso contrato.

Alba Regina que na vida privada é Iracema dos Santos, narra sua história com a maior simplicidade. É uma artista que muito promete no "broadcasting" carioca, tal o interesse que toma pelas suas atuações. Procura sentir as personagens, conforme o fez em "A Mulher de meus sonhos", quando teve como seu "partenaire" esse talentoso artista que é Paulo Gracindo.

Agora mesmo, coube-lhe outro papel destacado em "Quando a noite desce", novela de Heli do Several que a PRG-3 está irradiando às segundas, quartas e sextas-feiras, às 25,30 horas. Sua atuação vem sendo excelente. Também nos espetáculos do "Grande Teatro Tupi" a jovem artista empresta seu concurso, aparecendo ao lado de nomes de projeção na

(Cont. na pág. 33)

Alba Regina falando a Armando Migueis.

ALBA REGINA,

DESCOBERTA DE PAULO GRACINDO

A NOVA ARTISTA DA RADIO TUPI — BATIZADA NO RÁDIO PELO ARTISTA RESTIER JUNIOR E APRESENTADA POR CARLOS PALLUT — NADA DESEJA DO TEATRO NEM TAMPOUCO DO CINEMA — SENTE-SE FELIZ AO MICROFONE, NÃO PRETENDENDO ABANDONÁ-LO TÃO CEDO.

Reportagem de ARMANDO MIGUEIS (Especial para "A CENA")

A LBA Regina, graciosa estrela com que ora conta a PRG-3, é, a bem dizer, uma revelação de Paulo Gracindo. Foi o animador da "Rádio Sequência G-3", quem a descobriu no conjunto de amadores da Rádio Mauá, quando procurava a personagem central de "A Mulher de meus sonhos", novela que assinou sua estreia como autor de histórias seriadas, além de marcar sua volta aos espetáculos de rádio-teatro da Tupi.

Habituada a fazer pontinhas da PRH-8, nem por isso, Alba Regina deixou de brilhar em papel de tão grande responsabilidade. Antes, passara satisfatoriamente no rigoroso e severo "test" a que foi submetida, antes de assinar contrato de exclusividade com a principal antena associada. É que seu enorme senso de responsabilidade aliado ao desejo de galgar tão alta posição, colocou-a acima de quaisquer nervosismos e fracassos... Desse modo, os ouvintes da PRG-3 agradavelmente surpreendidos quando Carlos Pallut anunciou a presença de uma nova estrela no elenco das associadas, a qual tivera como padrinho, no rádio, o conhecido artista Restier Junior.

Jovem e graciosa, com dezenove anos de idade e uma voz bem radiolista, não lhe foi difícil transpor as barreiras que se antepõem aos que almejam vencer no rádio... Para tanto, a simpática artista toma a sério os papéis que lhe são confiados, estudando-os com dedicação e corrigindo os defeitos que os críticos lhe apontam. Por isso, não será de estranhar que, em breve, seu nome figure ao lado



A CENA MUDA — 16-9-47 — Pág. 6

Fonte: A CENA MUDA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana S.A.
16 de setembro de 1947. p. 6.

Como o casamento era considerado um fato muito importante na vida da mulher – de forma semelhante como é colocado atualmente – consequentemente, ganhava destaque nas páginas das revistas, tanto os que aconteciam nos filmes, como os da vida pessoal dos atores

e atrizes. Na imagem a seguir, estão as fotografias do casamento de Heber de Bôscoli e Yára Salles, casal de artistas de rádio no Brasil.

Figura 2: Heber de Bôscoli e Yára Salles.



Fonte: A CENA MUDA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana S.A. 12 de agosto de 1947. p. 8.

A reportagem é de Nestor de Holanda, da edição de 12 de agosto de 1947, e ele afirma que o casamento deu o que fazer aos policiais devido à quantidade de fãs que o casal arrastou:

Mais de cinco mil fãs assistiram ao vivo – cordões de isolamento e batedores de motocicleta – espetáculo inédito – o bispo de Maurá fala ao repórter, maravilhado com a ocorrência dos ouvintes do *Trem da Alegria* a sua igreja – a assistência chamada ao local para socorrer os acidentados. Os fãs resolveram fazer um feriado no dia do casamento de Heber de Bôscoli e Yára Salles. (p. 8)

Essa movimentação do público revela que além da vigilância sobre os corpos, de sua beleza e moda, também havia uma expectativa depositada nas relações amorosas, na forma como

elas deviam ocorrer, do que era “felicidade” e, sobretudo, no que era amar, pois era esperado que os romances vistos nos filmes fossem prolongados para vida, supostamente, privada desses sujeitos.

Nas imagens presentes na revista, fica evidente como a circulação dos discursos em torno do dito beijo de cinema, do casal perfeito, do namoro ou casamento perfeito contribuíram para a criação dos padrões de relacionamento. A edição da revista do dia 19 de agosto de 1947 aborda justamente o significado do beijo para o cinema e os encantos que ele é capaz de causar:

Para algumas pessoas o beijo, o ósculo é uma simples forma de cumprimento, uma saudação como o aperto-de-mão ou outra qualquer. Para outras é a espontânea e terna expressão de carícia. Mas para quem trabalha na tela existe outro significado: é como um “estratagema dramático”, que faz parte da própria arte de representar. Chega mesmo a ser uma arte, como toda arte, é suscetível de certas mudanças, alterações... Daí as variedades de beijos que se conhecem. Aliás, uma das causas da imensa popularidade do beijo no cinema e justamente esse processo de sua evolução (CROWTHER, 1947. p. 12).

Figura 3: O beijo no cinema.



Fonte: A CENA MUDA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana S.A. 19 de agosto de 1947. p. 12 e 13.

Figura 4: O beijo no cinema 2.



Fonte: A CENA MUDA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana S.A. 19 de agosto de 1947. p. 14 e 15.

Nas imagens anteriores, vemos inúmeras fotografias do que seria o clássico beijo que aparece nos filmes de romance. São inúmeros os filmes que terminam com uma cena como esta, a ideia do final feliz, do que é alcançar um estado de felicidade mediante uma relação amorosa tida como “perfeita”, do casamento, o que reforça o estereótipo de que casamento e felicidade são sinônimos. Vale ressaltar que são relacionamentos heteroafetivos e entre pessoas brancas.

O beijo, imagetivamente, costuma se relacionar com um sentimento que é o amor, e que ao ser tratado como algo positivo, desejável e objeto central no universo cinematográfico ganha grande importância para o público. A própria revista traz como o beijo teve uma evolução em sua aceitação e como isso simbolizou um ganho para o campo da arte.

Desde então o beijo começou a ter no cinema o sabor de coisas proibidas e por isso mesmo passou a ter um lugar de destaque [...] A essa altura da evolução do beijo foi que surgiu o famoso Código de Produção Cinematográfica, que controlou e estabeleceu normas para regular a “moral” do cinema. Uma dessas normas não pode deixar de ser transcrita aqui: “Não é permitido o beijo longo ou sensual”. [...] A arte de beijar tem horizontes infinitos quando o filme é dirigido por um diretor que tenha alguma imaginação (p. 13, 14 e 15).

Para o leitor, a partir desses trechos da revista, o beijo passava a ser considerado algo comum, desejável e alcançável, pois representava um sentimento bom, uma felicidade e um desejo a serem alcançados nas relações amorosas cinematográficas, mas também nas reais, pois esse cinema foi responsável por criar práticas culturais acerca do conceito de amor, de como ele devia ser vivido, sentido e praticado, para ser consumido por seus leitores.

A partir da personagem vivida pela atriz Marilyn Monroe em “Os homens preferem as loiras” (1953), chamada Lorelei Lee, que teve como umas de suas principais características a sua sensualidade, mas não vulgaridade. Uma beleza composta por figurinos chamativos que marcavam a cintura, maquiagem e batom vermelho, um cabelo platinado e bem arrumado, tiveram como principal função a criação de um personagem, mas também de um ideal a ser conquistado pelos homens. Nesse sentido, esse papel vivenciado pela atriz criou um modelo de feminilidade desejável que tanto passa a ser parte do universo masculino, enquanto fonte de conquista, mas também das mulheres que tentam se assimilar a ela para que também passem a ser desejadas e que Elocir Guedes Soares chama de “*ambição feminina*”.

A revista contribuiu para criar uma concepção de felicidade e sucesso que os sujeitos e sujeitas poderiam alcançar em suas vidas, aquilo que todos almejam, pobres e ricos, de todas as classes, gêneros e raças – a felicidade.

Na edição de 16 de setembro de 1947, é possível observar como a atriz Joanne Dru aparece representada no título do artigo da revista a partir da figura masculina de seu marido – “*A esposa de Dick Haymes.*”

Joanne Dru, a encantadora esposa de Dick Haymes que vem de fazer a sua estreia cinematográfica na versão falada da famosa peça de Anne Nichol- las “*Abie’s Irish Rose*” (Rosa da Irlanda), nasceu na pequena cidade de Logan... [...] A felicidade conjugal estava em primeiro plano para Joanne e essa felicidade deve ter sido invejada por muitos casais em Hollywood [...] (p. 12).

Figura 5: Joanne Dru.



Fonte: A CENA MUDA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana S.A. 26 de agosto de 1947. p. 12 e 13.

A atriz é representada a partir da sua vida conjugal, do seu papel de esposa, e não como uma mulher de sucesso, capaz de atuar e vivenciar uma vida familiar e etc. O texto acima nos passa a ideia, inclusive, de algo que é comum até os dias de hoje, uma mulher sendo representada a partir de sua relação com um homem, ser que a legitima e lhe dar lugar de reconhecimento perante a sociedade. Aqui ainda e mais uma vez, a felicidade alcançada através da vida matrimonial, como sendo um ponto na vida a ser conquistado pelas mulheres.

A década de 1940 é marcada pelos impactos da guerra, que não gerou consequências políticas, sociais, históricas e geográficas, mas também culturais, dentre elas, o cinema. Brian Young diz o seguinte na edição do dia 25 de novembro de 1947, sobre a volta da atriz e cantora Jeanette Mac Donald: *“Não só os astros masculinos que estiveram na guerra estão agora de volta à tela (...) Portanto, muitas pessoas deram uma pausa na sua carreira e retomaram momentos posteriores à guerra.*

Interessante notar que a atriz explica os motivos da pausa na sua carreira, que segundo ela foram: a forma como desenvolvia sua carreira; as duas outras carreiras que tinha, a ópera e concerto; e a última que gostaria de dedicar mais tempo ao seu marido, Gene Raymond. No entanto, explica também como foi a volta para as telas.

Não me é possível explicar a alegria que tive, quando recebi o “script” de “Birds and Bees”. A história é diferente... é divertida. O diálogo é moderno. Minhas roupas, feitas por Irene, são estritamente à moda de amanhã. A mãe que faço não é nenhuma atriz prima-dona... é apenas uma mulher real. Não é o musical de sempre, mas uma história interessante, com algumas canções, cantadas como gente real as cantaria. Minha mãe e minha irmã disseram que pela primeira vez eu poderia ser eu mesma na tela. (DONALD, Jeanette. p. 10)

Figura 6: Jeanette MacDonald voltou pra ficar!



Fonte: A CENA MUDA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana S.A. 25 de novembro 1947. p. 10.

Quando a atriz fala que não interpreta uma mãe “prima-dona”, traz ao leitor o sentido de que não é uma estrela, algo inalcançável, é a mulher real, o tipo mãe que todo mundo conhece e que agora ela pode interpretar e ser quem se é, cantar músicas cantadas por pessoais reais e etc. com o intuito de mostrar a diferença do que interpretava no início de sua carreira para o momento em que fala.

O contexto pós-guerra é favorável às mensagens sobre esse futuro que muitos almejavam, onde os problemas já teriam sido solucionados. Além disso, o fato dela poder ser nas telas essa mulher “real” quebrava os demais papéis encenados até então.

Ainda que boa parte da sua história de vida enquanto atriz seja contada nas páginas da revista, mais uma vez a temática sobre o casamento está presente e para tratar sobre isso Brian Young afirma ainda na mesma reportagem “*O marido e o lar são de maior importância para ela. E é bom lembrar que em junho passado ela celebrou seu décimo aniversário de casamento e que seu lar atual ainda é o mesmo para onde a levou Gene na noite de núpcias.*” (p. 11)

Assim, ela poderia ser uma atriz famosa, bem sucedida e com lugar guardado nas telas, no entanto, antes de tudo isso, estava seu casamento e a relação que mantinha todos esses anos com seu parceiro, como uma forma de mostrar que seu papel da vida de esposa era tão importante quanto o de atriz.

Fornecer dados e falar sobre esse aspecto privado da vida parecia uma prestação de contas, caso a vida matrimonial não estivesse dentro de tais fatores esperados, possivelmente sua carreira profissional não tivesse o mesmo reconhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, entre o público e o privado, a relação entre corpo, mídia e disciplinarização se constrói. A revista *A Cena Muda* – fonte aqui utilizada – bombardeou os corpos, principalmente, o feminino e estabeleceu **não apenas os atributos físicos como também os preceitos morais voltados para a construção de damas “recatadas e do lar”**.

Os guias de comportamento difundidos através dos discursos foram capazes de influenciar na manutenção da carreira **não somente** de atriz, bem como, de mulher, esposa e mãe. A partir disso, um dos principais intuítos do artigo foi de perceber como a mídia conseguiu – e consegue atualmente – criar uma estética comportamental para as mulheres sugerindo os papéis que elas deveriam/devem desempenhar na sociedade.

REFERÊNCIAS

A CENA MUDA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana S.A. 12 de agosto de 1947. p. 8.

A CENA MUDA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana S.A. 19 de agosto de 1947. p. 12 e 13.

A CENA MUDA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana S.A. 26 de agosto de 1947. p. 11.

A CENA MUDA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana S.A. 16 de setembro de 1947. p. 6.

A CENA MUDA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana S.A. 25 de novembro 1947. p. 10.

BONE, Emily. **A História da Moda**. 1ª Edição. São Paulo. Usborne. 2018.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda, política e manipulação**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; 1 ed. Petrópolis, Vozes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, gênero e sexualidade**. 2003. 5ª Edição. Editora Vozes.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Guacira Lopes Louro. 2018. 4ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica.

MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem: fotografia e história interfaces**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996, p. 73-98.

MAUAD, Ana Maria. **Como nascem as imagens? Um estudo de História Visual**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 61, p. 105-132, jul./dez. 2014. Editora UFPR.

PINNA, Márcia Raspanti. Vestindo o corpo: breve história da indumentária e da moda no Brasil, desde os primórdios da colonização ao final do Império. IN: **História do Corpo no Brasil**. Org. DEL PRIORE, Mary. AMANTINO, Marcia. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. **História da Beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

MULHERES POBRES, POBREZA E VIOLÊNCIA NOS SERTÕES DO CARIRI CEARENSE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Ravenna Rodrigues Cardoso

UFC. E-mail: ravennacardoso@alu.ufc.br. Pesquisa Financiada pela CAPES.

RESUMO

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla, que está sendo realizada no Doutorado em História Social da Universidade Federal do Ceará-UFC, e busca investigar as mulheres pobres livres e a pobreza no Sertão do Cariri Cearense na segunda metade do século XIX, interligando os aspectos da violência e da propriedade da terra, além de nos ocuparmos em analisar o discurso sobre os pobres e a pobreza. Utilizaremos como fonte os processos-judiciais que estão disponíveis para pesquisa no Centro de Documentação do Cariri-CEDOCC. Também se constituirá como fonte os periódicos da época, mas neste estudo utilizaremos apenas *O Araripe*. No periódico procuraremos evidenciar como foram construídos os discursos e as representações sobre os pobres e a pobreza na região dos Sertões do o Cariri cearense. No que tange aos processos esses podem nos revelar aspectos de violências que afetaram as mulheres sertanejas, bem como as querelas em torno da propriedade e outras camadas do cotidiano.

Palavras-chave: Mulheres, Pobres, Pobreza, Violências, Sertões.

INTRODUÇÃO

O sertão do Cariri é uma região localizada no sul do Estado do Ceará. É importante elucidar sobre o conceito de Sertão, que não deve ser visto como um todo homogêneo e que é, antes de tudo, uma construção. Neves e Cândido explicam que a palavra sertão possuem inúmeros significados, porém cabe nos atentarmos para sua colocação no sentido que “o sertão é o outro, a sua negação, o seu reverso, assim, o sertão era o espaço do cangaço, tanto quanto, em sua perspectiva idealizada, o espaço da defesa da honra e da formação de homens fortes e íntegros...” (2017.p.5). Não podemos deixar de atribuir um certo ideal de masculinidade que permeia as relações de gênero nos sertões a esse ideal de homem que habita esse espaço, como posto por Neves e Cândido “fortes”, sendo que essa força e conseqüentemente virilidade deixam marcar de violências tanto para o homem sertanejo, cuja idealização requer virilidade, como para as relações cotidianas no geral, onde por vezes é necessário mostrar essa masculinidade.

A região é conhecida como o “oásis do sertão” devido a produção discursiva de intelectuais, políticos e tantos outros sujeitos que narraram e narram este espaço como sendo dotada de “diferenças” se comparadas aos outros sertões do Estado.

É nesse recorte espacial que se encontra o nosso objeto de estudo, que são as mulheres pobres livres dessa região e, de forma secundária, mas não menos importante os discursos sobre o pobre e a pobreza. A pobreza é, em primeiro lugar reconhecida pela destituição material, embora não seja sua única expressão, porém se apresenta em sua universalidade no mundo capitalista, ela pode ser lida na relação que se estabelece entre o mundo do trabalho e o capitalismo. A pobreza é permeada por noções que se compõe de realidades sociais intrincadas e dinâmicas que segundo Mollat, (1989) torna difícil a apreensão das relações entre conceito e as situações vividas, porém as mesmas são relativizadas, através de suas ambiguidades, pois não devemos falar em “uma pobreza” em dado período, mas sim em “pobrezas”.

O trabalho em tela está elaborado em dois momentos, sendo que no primeiro apresentamos discursos sobre o pobre e a pobreza tendo como fonte o periódico O Araripe. Tentamos mostrar como o jornal difundia tal questão, bem como por vezes apresentava opiniões sobre a conduta feminina. No segundo momento utilizamos um processo crime de lesão corporal, que foi motivado por danos em uma propriedade, envolvendo inclusive propriedades distintas, a terra do roçado e a plantação do mesmo e os animais de criação. Ainda nesse tópico também apontamos questões de violências envolvendo escravizados- que como é sabido, fora considerado legalmente propriedade por longos anos no Brasil-. Reforçamos novamente que a pesquisa se encontra em fase embrionária, tendo muito caminho a ser trilhado, e a pesquisa em tela é uma parcial do que pretendemos ver, com outras questões.

“ENVERGONHAI-VOS DE VOS ACHARDES NA OCIOSIDADE”: O DISCURSO SOBRE O POBRE E A POBREZA NO JORNAL O ARARIPE.

A região dos sertões do Cariri Cearense fica situada no extremo sul do Estado, distante da capital Fortaleza mais de 500 km. A região supracitada foi se constituindo ao longo do tempo com contornos específicos no âmbito discursivo por diferentes sujeitos sociais. Um dos que mais se sobressaem é o da região como um “oásis do sertão”, que foi sendo construída ao longo do tempo na citada região por sujeitos específicos que estavam ligados ou eram da classe senhorial da localidade, além disso, nos relatos de viajantes, escritores, periódicos locais o município estava posicionado em uma região considerada privilegiada naturalmente por encontrar-se em um solo considerado fértil, devido aos recursos hídricos que nele estavam presentes (Reis Junior, p.32, 2014).

Essa especificidade é usada como um marco espacial que a torna “especial”. Apesar de estar situada no sertão, ela possui características menos comuns a um espaço sertanejo, devido a suas fontes e vegetação. O historiador Darlan de Oliveira Reis Júnior explica que:

A busca pela identidade da região como diferenciada e beneficiada pela generosidade da natureza cumpriu um importante papel no desenvolvimento das relações sociais, no decorrer da segunda metade do século XIX. Fez parte de uma representação que tentou ser divulgada como característica do conjunto da população, como se nela houvesse um sentimento caririense inato, que precisava ser lembrado e comemorado. Além do orgulho em ser caririense, a reverência a um suposto passado glorioso contribuiria, segundo determinada concepção, para o desenvolvimento regional (2014, p. 31).

Isto posto, refletiremos como os usos desses discursos foram utilizados para forjar uma identidade para o Cariri Cearense. Por outro lado, isso acabou se refletindo nas relações sociais, bem como nos estigmas que foram construídos para designar aqueles que não detinham a posse da terra e nem dos recursos da desta, bem como os sujeitos que não tinham trabalho nos sertões do Cariri. Sobre o conceito de sertão faz-se necessário que o expliquemos minimamente.

Para Antônio Carlos Robert Moraes os sertões são mais que vastos espaços recém conquistados e sobre os quais pouco se sabiam à época desta conquista, com isso se caracterizariam por muito tempo discursivamente. No âmbito da historiografia estava posto como extensões territoriais de “domínio incompleto”, que se distanciavam do espaço litorâneo. Definir esses sertões representava um processo cujo ponto referencial era o homem do litoral, o conquistador. Essa definição foi corriqueira para os homens oitocentistas e perpetuada a *posteriori*, porém é importante lembrar que essa pouco se fundamenta como características a todos sertanejos, pois são os sertões um todo contínuo e heterogêneo (Moraes, 2003). Portanto, os espaços e territórios que se compreende como Sertões seria esse “outro geográfico”, o lugar distante, o lugar vazio que no olhar do conquistador estava ali para ser desbravado.

No que se refere a pobreza as questões acerca dessa noção assumem contornos e representações distintas no percurso do tempo, oscilando no âmbito social e acompanhando as ideias das épocas e os diferentes níveis culturais e desenvolvimento econômico para Michel Mollat (1989), em sua obra “os pobres na idade média”, ele aponta que na esfera individual existem diferenças relacionadas a posição e ao meio em que está inserida. Seguindo essa mesma perspectiva as descrições sobre o pobre e sua condição devem ser amplas, pois de acordo com Mollat (1989) o pobre é aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação. Para ele “a pobreza designa inicialmente a qualidade, depois a condição de uma pessoa de qualquer estado social atingida por uma carência”. (1989, p. 2)

Ao nos debruçarmos sobre a temática e o problema da pobreza é importante o indicativo de a qual pobreza nos referimos, destaca-se dessa forma a relatividade da pobreza. Mollat

(1989) distingue pelo menos três limites, sendo estes: o biológico, quando não se possui condições mínimas de saúde e de sobrevivência. O econômico, assentado nas possibilidades de abastecimento, relacionado com a troca, com a compra e com o valor real da moeda e o sociológico, que cria a desclassificação digna de ser humano, que tende neste caso a marginalização. Portanto, é importante refletir sobre a pobreza em um determinado recorte espacial, bem como em uma temporalidade historicamente localizada, incluindo vários aspectos da localidade e do próprio tipo de pobreza.

Um dos tipos de fontes que nos forneceram dados sobre como a pobreza foi retratada são os periódicos, e nesse trabalho em específico nos limitamos a passagens do Jornal *O Araripe*, que circulou a partir de 1855, mais precisamente sendo sua primeira edição em sete de julho de 1855. O referido jornal retratava ideias liberais- e era dominada por membros do partido liberal-, além de retratar as ideias liberais ele trazia também assuntos como os costumes e dados estatísticos da região do Cariri Cearense. Suas edições eram lançadas aos sábados.

Em seu primeiro número de circulação na região *O Araripe* se apresenta tendo como missão ser “destinado a sustentar as ideias livres, proteger a causa da justiça, e propugnar pela fiel observância da Lei, e interesses locais. A redação é responsável pelos seus artigos, todos os mais, para serem publicados deverão vir legalizado” (1855, edição 1, p.1).

No que tange a um aspecto de nossa proposta, que é analisar o discurso acerca do pobre e da pobreza no referido periódico- enquadrando as mulheres pobres- trataremos da seguinte matéria que foi veiculada no jornal, nos idos de 22 de julho de 1856 e atestava que:

atesto-lhe, que em todo o Brasil não há um torraõ de gente mais pobre do que este do municipio desta cidade: atesto-lhe também, que todos sabem, **o quanto é elle fertil; e o quanto ajuda ao homem laborioso, que se aplica com deligencia ao trabalho. E qual será a causa principal de tanta pobreza?** quanto a mim é unicamente a **viciosa preguiça;** e nisto V.m ha de concordar comigo em genero, numero e caso.

(...)a muito poderosa **Senhora D Preguiça, - que semelhante ao cancro monstro, que nascendo na cabeça, tem comido todo o corpo até os pés.** E qual o medico que será capas de curar tamanha doença, e com que remedio?Eu respondo já; este medico, he hum governo forte no Cariry; e **o remedio he huma policia activa,** que fasendo destruir o mal, apparecerá o bem: o mal he a **suma pobreza, em que está afogado o Cariry, gerada da preguiça; e o bem he a riqueza,** que proverá com a destruiçõ d’aquele (O Araripe,1856, p.3) (grifos meus)

O articulista do referido periódico alegava que seria a cidade “a mais pobre” de todo o Brasil, essa declaração certamente estava baseada em boa medida na sua “exaltação” ao falar sobre a questão da pobreza, preguiça e do trabalho na região do Cariri frente à potencialidades que a região apresenta. Ao ressaltar, como tantos outros de sua época- e não apenas dela- a riqueza natural da região o problema da pobreza recai na preguiça, dado que a terra é atestada como fértil, podendo ser entendido como uma dádiva e, mesmo com isso não estaria sendo trabalhada para a prosperidade, o que não é levado em conta nesse, assim como em outros

discursos é que a maioria da população não tinha posse da terra-nem propriedades grandes-, e sim que poucas pessoas da classe senhorial que a detinham e estavam mais interessados na subordinação via trabalho para essas pessoas que estão sendo postos nos discursos do periódico como preguiçosos e, conseqüentemente culpados pela pobreza de uma terra com “potencial de prosperidade”.

É notório na matéria que a culpa de tal miséria é do pobre que foge da labuta acometido pela “viciosa preguiça”. Mas é preciso que entendamos que esse discurso não está isolado no tempo e no espaço, tampouco foi inventado pelo articulista. Esse tipo de discurso era feito de parte da sociedade que tinha interesse na força de trabalho dos homens e mulheres pobres livres, mais especificamente da classe senhorial, como aponta Darlan de Oliveira Reis Junior (Reis Junior, p. 354, 2016) a percepção sobre a fuga ou do “pouco” trabalho estava presente nas observações do início do século XIX. E se manteriam por todo aquele século e o seguinte. Portanto essa não era uma exclusividade da segunda metade do século XIX, tampouco apenas destes periódicos. O autor segue questionando a respeito disto é que “O que a classe senhorial não queria explicar era o fato de que, se a população era “vadia”, como explicar que conseguia sobreviver? (Reis Junior, p. 354, 2016)

Como posto acima, as preocupações com a ociosidade e com o pouco trabalho remontam a antes da segunda metade do século XIX, recorte que estamos tratando, pois como apontado pelo historiador esse discurso se prolonga até a segunda metade e até além dela. Como bem colocado pelo autor apesar de ser considerada “vadia” por membros da classe senhorial esta mesma classe não conseguia justificar como essas pessoas sobreviviam, e isso provavelmente os incomodava. Em outra matéria do periódico, intitulada “O bom homem Ricardo” encontramos o seguinte;

Envergonhai-vos de vos achardes na ociosidade quando tendes tanto a faser abem de vos mesmo, de vossa família e de vossa patria. Levantai-vos pois de madrugada para que o sol olhando para a terra nao possa dizer: eis ahi um covarde que dorme (...)Porque, como diz o bom homem Ricardo; **a preguiça gera cuidados e o descanso sem necessidade produz desgosto.** Muita gente quisera viver sem trabalhar, mas não o consegue por falta de fundos. Pelo contrário **o trabalho tras consigo contentamento, abundancia e consideração. O praser corre atrás daquele que fogem dele, nunca falta camisa a fiadeira cuidadosa.** Depois que tenho vacas e ovelhas todos me faser cumprimentos, diz muito bem e o bom homem Ricardo. Mas, alem do amor ao trabalho é mister resolução e cuidado constante. Cumpre ver com os proprios olhos as cousas que interessao e não confiar demasiado nos outros, porque como diz o bom homem Ricardo, nunca vi que as famílias e as arvores que se mutao e transplantao muitas veses, prosperem tanto como as que são estaveis. (...) **se quereis que vosso negocio tenha bom êxito, tractai-o vòs mesmo. Se quereis que nao se faça, encomendai-o a outro. Para que a lavoura prospere é preciso que o mesmo lavrador dirija a sua charrua.** Os olhos do amo faser mais do que ambas as suas mãos. Nao vigiar os operarios, é por a bolça a sua disposição (O Araripe, 1857, p.4) (grifos meus).

Nessa matéria o foco difere um pouco da primeira que tratamos, visto que a primeira além de outros elementos ressalta as qualidades da região. Nesta a preocupação também está na ociosidade, mas com requintes de “conselhos”. A vergonha é posta como um sentimento para que se tenha sobre a preguiça, ao mesmo tempo em que mostra como o labor proverá respeito e admiração. Em todos os casos o que podemos notar é a constante tentativa dos articulistas em condenar a ociosidade, a preguiça e a mendicância. Vale ressaltar que sobre esses aspectos o autor Michel Mollat, em sua obra cita que existem uma certa ambivalência entre a caridade e a condenação da mendicância, pois a Igreja Católica encarava a caridade como virtude, sendo uma obrigação moral ajudar os necessitados. Essa caridade era valorizada e até incentivada em comunidades religiosas.

Porém, vale lembrar que estamos nos referindo ao contexto do Brasil e, mais especificamente dos sertões do Cariri em um período que ainda vigorava a escravidão e, além disto, o contexto da localidade passava por estiagens periódicas. O que queremos apontar com isto é que esse discurso partia daqueles que tinham interesse na mão de obra livre e escravizada, esta última tem suas especificidades quanto às práticas de trabalho forçado uma vez que eram propriedade senhorial assim como as terras, mas os pobres livres não necessariamente eram obrigados a servir, e isso incomodava, pois muitos preferiam viver de suas pequenas plantações e não ser subordinado a um senhor. Dentro dessa dinâmica surge um outro ponto que quero abordar, que são os conflitos envolvendo roçados e animais de criação entre a população local e, como isso resultava em querelas na justiça. Uma fonte crucial para a analisar e refletir acerca das existências de mulheres pobres livres no século XIX são os processos criminais, segundo Allyson Luís Freitas de Jesus (2011) a procura pela justiça findava por vezes sendo um instrumento de sujeitos pobres livres contra seus iguais, enquanto os senhores com maior influência muitas vezes acabavam resolvendo suas questões no âmbito privativo.

“PORQUE ESTE TINHA DESTRUÍDO SUA ROÇA”: CONFLITOS COTIDIANOS EM PEQUENAS PROPRIEDADES DE MULHERES POBRES NO CRATO

Os processos-crime enquanto fonte para a pesquisa histórica tem se mostrado importantíssimas, pois nelas podemos ter acesso a detalhes que outras fontes não nos permitem com tantas nuances. Mesmo tendo em vista que o processo em si não é uma realidade, ali não encontraremos o evento tal qual aconteceu, mas resquícios das relações sociais que em muito nos auxiliam a entender a aspectos da pesquisa. Para Arlette Farge

O arquivo nasce da desordem, por menor que seja; arranca da obscuridade longas listas de seres ofegantes, desarticulados, intimados a se explicarem perante a justiça. Mendigos, desocupados, dolentes, ladras ou sedutores agressivos emergem um dia da multidão compacta, fígados pelo poder que os perseguiu em meio à sua agitação habitual, ou porque estavam onde

não deviam, ou porque eles próprios decidiram transgredir e chamar atenção, ou talvez ser nomeados enfim diante do poder. Os fragmentos de vida que jazem ali são breves, mas mesmo assim impressionam: espremidos em poucas palavras que os definem e a violência que, de uma hora para outra os fizeram existir para nós, eles preenchem registros e documentos com a sua presença. (2017, p.31)

Portanto, cabe elucidar que as fontes que vamos utilizar na sequência se tratam desses conflitos, do choque com o poder que “de uma hora para outra fizeram existir para nós”. Entendemos que poderíamos sim ter acesso a esse tipo de acontecimento em um jornal etc, mas o processo-crime para tratar dos sujeitos comuns nos apresenta uma maior riqueza de detalhes e informações, mas de forma alguma estamos aqui querendo pregar uma ‘superioridade’ deste tipo de fonte, apenas consideramos mais apropriada e rica em detalhes para analisarmos os pequenos desvios da ordem, os minúsculos conflitos do cotidiano como o caso que passaremos a analisar.

De acordo com o historiador Hugo Eduardo Cavalcante a região do cariri no século XIX teve sua natureza foi apropriada de diferentes maneiras, seja pelos intelectuais que publicavam nos jornais, pelo discurso político ou pelos viajantes” (Cavalcante, p.20. 2022). Apropriada que fora no nível do discurso por diferentes sujeitos e com interesses múltiplos, a região se tornou campo de disputa além do simbólico imaginário desses que a descreviam, havia também as pequenas disputas, mais conflituosas e no nível material; eram as que envolviam as pequenas propriedades, como no caso do roçado de Luzia Maria da Conceição, que teve sua roça destruída por porcos pertencentes à Viancia de Mello. Um tio de Viancia, chamado Joaquim acabou produzindo lesões em Luzia Maria em decorrência da querela envolvendo a sua roça. No auto de inquirição Luzia Maria disse;

Que desconfiava ter-se dado isto porque este tinha destruído sua roça por uns porcos de Viancia De Mello, sobrinha do ofensor Joaquim, e ela por muitas vezes se queixava e não era atendida, e que já vinha sido se queixar, digo, vindo pedir ao tenente Jesuino para resolver e ele prometeu-lhe que faria, porem viancia de tal não queria conversa alguma. (...) Disse mais que no dia do facto, estando trabalhando em sua caza, quando viu Joaquim de Tal passando com facão em punho a caza de Viancia de Mello e ela respondente desconfiando de alguma cousa fechou sua porta e marcha para uma janela para ver se o via, quando recebeu uma cutilada nos dedos abriu-se mais ferimentos constam do corpo de declito. (FHP, BR, CEDOCC, LC, p.4. Caixa 3, pasta 33, 1895) (grifos meus)

A lesão corporal de que Luzia Maria fora vítima estava diretamente ligada a uma pequena propriedade semoventes (porcos) de Viancia de Mello, que eram porcos. A partir disso é interessante pensar em como as propriedades poderia gerar situações conflituosas no cotidiano, que acabava envolvendo outras pessoas, como no caso supra, onde um tio de uma das partes se envolveu e virou réu no processo. A ameaça fora feita com antecedência e uma autoridade

policial já estava a par do conflito prévio em decorrência da destruição da roça. Viância, que tinha animais de criação, já tinha certa relação de inimizade com a Luzia. Da forma que a vítima expos em seu depoimento teria sido proposital que Joaquim botou os porcos para comer sua plantação.

Dito isso, podemos pensar na forma de “ataque” a pequena propriedade de Luzia como forma de afetá-la antes mesmo da violência que fora vítima após ter sua roça destruída. Para além disto temos também que dar uma certa atenção as pessoas que entram como testemunhas e que, no decorrer do caso vão dando suas versões e nos apresentado espaços e pessoas em seus depoimentos. O que era cultivado por Luzia não ficou explicitado ao longo do processo, porém como se trata de um pequeno roçado podemos intuir que possa ser para agricultura de subsistência, dado que esse tipo de agricultura era comum na região, embora em determinado período a pratica não fosse bem quista, como aponta Darlan Reis de Oliveira Júnior

A verdade é que tentavam desqualificar os hábitos de trabalho da população rural no Cariri, que eram baseados na agricultura de subsistência, em pequenas posses quando possível, pois o fato concreto é que os homens livres pobres preferiam essa condição a ter que trabalhar como alugados, por jornada, ou como agregados, vivendo de “favor” nas terras dos senhores (REIS, JR, 2016, p. 354)

O autor aponta como a classe senhorial do cariri desqualificava a prática da agricultura de subsistência por ser um ato que iria prejudicar diretamente a classe senhorial uma vez que essa queria subordinar a força de trabalhos desses sujeitos nas suas grandes propriedades, os explorando e etc., Para Reis (2016, 114), com relação a classe senhorial (...)ter o controle efetivo sobre a terra era um dos aspectos que poderia garantir a subordinação das pessoas que vivenciavam a condição de pobreza e que não tinham acesso àquele tipo de bem”. Portanto, a cultura de pequenos roçados de subsistência apesar de nem sempre vistos positivamente existiam e geravam conflitos diversos, desde o “prejuízo” que a classe senhorial alegava sofrer como os conflitos do cotidiano como no caso de Luzia. Unido ao fato de Joaquim de tal ter sido pago para agredir Luzia provavelmente este o fizera por já não gostar da mulher e também por ter dividas com ela, como apontado por ela;

Que há muito tempo o ofensor não gosta dela respondente por **causa de uma dívida que lhe devia**, disse mais que em uma ocasião, encontrando ele na feira desta cidade, ela respondente, cobrara, e ele respondeu que naquela ocasião não tinha, porem no seguinte ele ofensor viera na casa d’ela perguntar quanto lhe devia, ela respondente disse que ele sabia quanto era, e, ele lhe respondeu com desdém. (FHP, BR, CEDOCC, LC, p.4. Caixa 3, pasta 33, 1895) (grifos meus)

Luzia deixa explicito em seu depoimento inicial que o seu agressor já rondava sua presença nos espaços públicos a insultando, tanto a ela como a um rapaz que trabalhava com ela, chegando inclusive a agredir verbalmente o rapaz – o processo não foi encontrado- possível-

mente o dessa agressão verbal não chegou a justiça como o caso de Luzia, mas é mencionado em todos os seus depoimentos, pois ele acusava-o de estar se aproveitando de uma “mulher viúva” como forma de desdém tanto para ela com para “implicar” e procurar confusão junto a eles. É importante observar como o estado civil dela é colocado como forma de desdém em mais de uma ocasião antes do crime de lesão corporal, pois ele se dirigiu a ela com desdém com relação a isso e ao rapaz que trabalhava com ela. Podemos perceber que se trata de uma mulher pobre por diversos elementos que o processo nos apresenta. O primeiro deles é que ela plantava para seu próprio consumo em quintal aberto em sua residência- que não ficou claro se era alugado ou não-, mas o fato é que era um roçado onde ela usava para se alimentar. Em segundo lugar porque ela não trabalhava da venda do que era plantado e sim em outro local e com outro ofício. Caso ela fosse uma mulher que tivesse posses e grandes extensões de terras não precisaria de um outro emprego, certamente. As mulheres pobres segundo Miridan Falci eram facilmente encontradas na cidade;

As pobres livres, lavadeiras, as doceiras, as costureiras e rendeiras - tão conhecidas nas cantigas do Nordeste -, as apanhadeiras de água nos riachos, as quebradeiras de coco e parteiras, todas essas temos mais dificuldade em conhecer: nenhum bem deixaram após a morte e seus filhos não abriram inventário, nada escreveram ou falaram de seus anseios, medos, angústias, pois eram analfabetas e tiveram, no seu dia-a-dia de trabalho, de lutar pela sobrevivência. Se sonharam, para poder sobreviver, não podemos saber (FALCI, 1997, p.241-242).

Luiza maria trabalhava na feira, assim como as citadas por Falci e, fazia parte, portanto, de uma das inúmeras atividades desempenhadas por mulheres pobres no cotidiano das cidades, fossem elas grandes centros urbanos ou não o labor dessas mulheres estiveram ali, quase que de forma invisível, pois o papel da mulher segundo os idealistas que se referiam as mulheres abastadas era o âmbito privado, ignorando as mulheres pobres que sempre estiveram inseridas no mundo do trabalho. Ademais podemos pensar também na questão da violência sofrida por ela, Luzia era viúva e morava sozinha, fato esse que também foi tratado com desdém por parte de Joaquim ao procurar o rapaz que trabalhava com ela, percebe-se, portanto, como a vida das mulheres sempre estiveram em situação vulnerável, seja pela presença de um marido que possa ser violento- como em alguns casos- ou até na ausência deste a violência ocorre por outros. Ser mulher pobre sozinha no cariri cearense da segunda metade do século XIX apresenta um certo perigo, pois ser mulher em uma sociedade machista por si só já é perigoso. No tocante aos ideais de feminilidade para as mulheres o periódico também apresentava suas recomendações, fosse para solteira, casada e etc, há sempre algo que oriente a conduta feminina, como deve se portar, o que deve vestir, com quem andar, o que fazer e o que não fazer. Em uma matéria do jornal O Araripe, ao falar sobre papel das mulheres temos que:

Coração de mulher deve ser como a andorinha, **que é boa e que se aninha sob o tecto domestico**- Mas ao mesmo tempo não deve ser como a andorinha que foge ao primeiro sopro do inverno. Coração de mulher deve

ser como uma folhinha: **deve ter em si todos os dignos celestes** – Mas ao mesmo tempo não deve ser como uma folhinha, que tem dia por dia um nome a festejar (O Araripe 1855, p. 4).

Diante do trecho percebe-se o quanto poderia ser regulado-pelo menos na tentativa- o comportamento e a vida das mulheres de uma forma geral. Deve ser como a andorinha que aninha o teto doméstico, mas apenas na parte que convém que fosse como tal, pois como colocado na matéria não deve sair no inverno para alçar voo para longe, mantendo-se, portanto, no ambiente doméstico a que lhe é “adequado”. Porém sabemos que em muito isso se aplica apenas uma parte das mulheres, a ficar em casa e seguir essas recomendações porque, seja como for, as mulheres pobres livres precisavam ir para às ruas, feiras e etc. para trabalhar para sobreviver. Com isso, o que apontamos a respeito desse tipo de discurso é que ele pode até ter tido pretensão de atingir as mulheres da classe trabalhadora, mas em linhas gerais esses conselhos não são condizentes com a sua realidade, embora se esperassem que elas também o seguissem e escutassem. No mesmo periódico ainda podemos destacar uma outra matéria que trata sobre mulheres assassinas, mesmo que não tenha se dado o fato na região do Cariri, ocorrera no Estado com o qual faz a região faz divisa, Pernambuco;

Já não se contentaõ as nossas mulheres seguindo o exemplo das antepassadas, em surrarem, arranharem com o ferro de enogmar às escravas; ellas vão hoje mais longe- convertem-se em assassinas!

Durante o mez passado, vejamos o que de algumas temos a registrar:

Em um dos lugares de Pernambuco, uma **môça donzela- assassina com CIUMES, á sua escrava, e arranca-lhe do ventre duas creancinhas!!!**

Em outro lugar da capitania, duas irmaas casadas, uma Conceição; e outra, Sacramento, ambas com filhos, - amarraõ a um póste uma escrava da mãe, surraõ n'a e a assassinaõ queimando a!!! (O Araripe, 1857, p.4) (grifos meus)

Muitas são as questões que devem ser levantadas a partir do trecho da matéria, mas vamos dar destaque apenas a algumas. Em primeiro lugar nota-se que a preocupação não parece ser com a questão da existência da violência, que ocorreu de mulheres livres e possuidoras de escravizadas contra essas últimas. E isso fica evidente quando é posto que não se “contentam como suas antepassadas” em ferir sem assassinar, naturalizando a violência – como de fato o era em relação aos escravizados à época- a preocupação no crime de assassinato, mais parece, podemos supor, com a preocupação da perda da propriedade que certamente causaria prejuízo, pois se o articulista apresentasse repúdio a violência o teria feito desde o início da matéria não tentando vangloriar um passado onde as mulheres possuidoras de escravas se contentavam em apenas violentá-las, isso porque as surras citadas poderiam dar a chance de sobreviver e se permanecer com o escravizado. Outro aspecto é o da motivação, que em letras maiúsculas denota, ao nosso ver, a questão do descontrole em razão de ciúmes, embora não fique claro sobre o que ou quem ocorrera esse ciúme. Poderia ser por diversos motivos, o qual não podemos afirmar,

pois não fica claro na matéria. Poderia ter sido ciúme amoroso, ciúme pelo fato da gravidez e do controle sobre a própria escravizada, enfim o ciúme teria sido a causa, mas não podemos saber de que ou quem.

E por último podemos refletir acerca da própria condição das mulheres envolvidas nesses casos, não são violências e querelas envolvendo mulheres em uma mesma condição, pois a primeira era “dona” da escravizada que matou, então tem-se nessa situação uma mulher livre que tira a vida de outra mulher que era sua propriedade pela condição da escravização. Da mesma forma o caso das duas irmãs que incendiaram a escravizada, eram duas mulheres livres – embora não possamos afirmar que sejam de muitas posses- contra uma escravizada de sua mãe. Nisso podemos pensar em como a situação das mulheres pode variar de acordo com fatores envoltos a sua condição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito há ainda a investigar no que tange as mulheres pobres livres no sertão do cariri na segunda metade do século XIX, bem como sobre o discurso a respeito dos pobres e da pobreza. Como dito inicialmente essa é uma pesquisa que se encontra em andamento, portanto o resultado aqui apresentado é parcial, mas algumas questões já nos saltam aos olhos e inquietam nossas reflexões. O que podemos atestar até o presente momento é que as mulheres pobres do Cariri viveram em condições que as expuseram a violência, como a sofrida por Luzia, mas que também existiam mulheres que não eram vítimas, como a Viancia, proprietária dos porcos de criação que deu origem a mutilação dos dedos de Luzia ao incentivar seu tio a cometer a agressão, pois essa fora encomendada por Viancia, assim como no caso das mulheres que mataram as escravizadas. Em resumo, atestamos de certo que muito há ainda a ser investigado sobre esses cotidianos que envolviam propriedades e violências.

FONTES

Cento de Documentação do Cariri- CEDOCC

FHP, BR, CEDOCC, Lesão Corporal, Caixa 3, pasta 33, 1895

Disponíveis na Hemeroteca Digital em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213306&pesq=ricardo&pagfis=374>.

O Araripe 1855.

O Araripe, 1857.

O Araripe, 1857, edição 96.

O Araripe, 1856.

REFERÊNCIAS

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes; NEVES, Frederico de Castro. **Capítulos de História Social dos Sertões**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, 2017.

CAVALCANTE, Hugo Eduardo. **ENTRE CERCAS, ROÇAS E ANIMAIS: NATUREZA EM DISPUTA (CARIRI/CE, 1850-1880)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará- UFC. 2022.

REIS JR. Darlan de O. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. Tese de doutorado em História Social, UFC, 2014.

FALCI, Miridan Knox. **Mulheres do Sertão Nordestino**. In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 1-683.

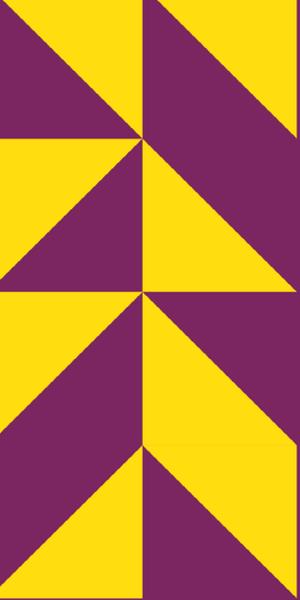
JESUS, Allyson Luiz Freitas de. **Cotidiano e poder nas relações sociais escravistas e pósescravidão: O sertão das Minas entre 1850 e 1915**. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **O Sertão: Um “outro” geográfico**. *Terra Brasilis*, v., n. 4- 5, p.1-8, 1 jan. 2003. Disponível em <http://dx.doi.org/10.4000/terrabrasilis.341>. Acesso em: 22 de setembro de 2024

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1998

PERROT, M. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiras**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

SOIHET, R. **Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano**. In: PRIORE, M. D. (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 2 ed. São Paulo, 1997



ST 02

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E CULTURAS POLÍTICAS NO BRASIL REPÚBLICANO

Coodenadora: Maria Emyllen Dantas Neves

UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA: VERBETES HISTÓRICOS DE PEDRO GONDIM E ODON BEZERRA CAVALCANTI

Alexandre Freire Cunha

(UFPB. E-mail: alexandre96cunha@gmail.com)

Martinho Guedes dos Santos Neto

(UFPB. Orientador. E-mail: martinho.clio@gmail.com)

RESUMO

A política paraibana possui um histórico familiar com nomes e sobrenomes que se perpetuam durante a história política do estado, por esta razão que este trabalho busca identificar os participantes da 1ª Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) no pós-Estado Novo. A partir desta caracterização estabelecida, está análise busca a sistematização e a organização das fontes históricas fazendo um exame crítico de suas referências e problematizando as informações coletadas, permitindo assim a extração de evidências úteis para e servindo de guia para composição de pesquisas sobre a história política da Paraíba. Dessa forma, o projeto estabelece a construção de verbetes-históricos biográficos como o foco de estudo dos personagens políticos que compõe a elite política da Paraíba. Esse formato proporciona a esquematização de informações básicas para a identificação da personalidade histórica, permitindo assim uma análise de sua origem, e a organização de sua trajetória política, fazendo uma leitura de sua prática quanto ator político. Contudo, a carreira política destes sujeitos da política são ao mesmo tempo divergentes e convergentes entre si, por está razão que a estrutura do verbete foi constituída de forma a ser adaptativa a necessidade biográfica, para isso o estudo apresenta verbetes do Pedro Gondim e do Odon Bezerra Cavalcanti, demonstrando assim as diferenças da construção biográfica.

Palavras-chave: Pedro Gondim, Odon Bezerra Cavalcanti, Verbetes, ALPB.

INTRODUÇÃO:

Durante o estudo da história política brasileira deparamos com uma longa tradição familiar continuada no controle dos cargos eletivos do país, dessa forma, a análise da política nacional concentram-se em pequenos grupos políticos que formam a elite política local. Dessa forma, estes grupos familiares ou parentela (LEWIN, 1993) dominam o poder local e passam a

utilizar desse controle para garantir a reeleição de seus membros na política. Tal fator é evidente quando observa-se a composição dos membros das Assembleias Legislativas, onde existe uma perpetuação de determinados sobrenomes, parte desse grupos ostenta uma tradição na política desde o Império, como o caso família Andrada de Minas Gerais presentes na Câmara Federal desde a 1ª legislatura do Império. Tal herança política pode ser melhor evidenciada quando delimitamos nossa pesquisa para o plano estadual, como concentramos num estado pequeno como a Paraíba, nota-se que tal permanência torna-se mais aguda. Por esse motivo que a Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) sempre deteve um dos mais baixos níveis de renovação política de seus membros.

Por estas razões ao elaboramos um exame dos deputados detentores das cadeiras da ALPB podemos configurar uma análise dos grupos políticos as quais estas personalidades estavam inseridos, estabelecendo assim um panorama ideológico dos membros da elite paraibana. Dessa forma, o estudo estabelece o marco da Legislação de 1947 como ponto de partida, estabelecendo assim a pedra angular para a análise.

A primeira legislatura da 2ª era democrática ocorre com o fim do Estado Novo, sendo a Paraíba um dos estados mais afetados pelos eventos revolucionários de 1930. As consequências de uma briga entre as oligarquias locais resultaria na morte de João Pessoa, a sua morte abalaria a política a âmbito nacional e derrubaria a República, mas, no plano estadual o seu assassinato inauguraria um período de “caça as bruxas” aos seus opositores políticos. Além disso, a ascensão de José Américo de Almeida¹ como uma figura política nacional e prestígio no novo governo disponibiliza uma ampla disponibilidade de recursos no plano estadual, elevando assim José Américo como o grande nome da política local. Por estas razões, o primeiro período das interventorias estadual é marcado por um combate as antigas oligarquias estaduais, principalmente as contrarrevolucionárias, no entanto, com ascensão dos interventores Gratuliano de Brito² e Argemiro de Figueredo³, membros desta mesma elite tradicional, cessa o confronto com estes grupos e os remaneja para dentro da máquina pública estatal.

1 José Américo de Almeida em 1928 iniciou sua participação no governo de João Pessoa na Paraíba como secretário do Interior. Participou ativamente das articulações do movimento revolucionário para depor o presidente Washington Luís em 1930. Após a vitória do Movimento de 1930, José Américo foi designado chefe civil da revolução nos estados do Norte e Nordeste, cabendo a chefia militar a Juarez Távora. Foi nomeado interventor em novembro de 1930, onde permaneceu por trinta dias, quando foi nomeado para o cargo de ministro do Ministério da Viação e Obras Públicas (1930-1935 e 1953-1954). Depois de seu período como ministro de Vargas, articulou sua candidatura para as eleições de 1938 não realizadas pelo golpe do Estado Novo, com a redemocratização tornou-se uma das figuras-chaves da UDN Paraibana, seus apoiadores políticos ficaram conhecidos como americistas.

2 Gratuliano da Costa Brito foi o delegado-geral da polícia durante o governo João Pessoa (1928-1930), posteriormente filiou-se a Aliança Liberal e foi Secretário do Interior e Segurança Pública durante o governo Antenor Navarro (1930-1932), com o acidente aéreo de Antenor em 1932, foi nomeado governador da Paraíba entre 1932 até 1934. Em 1935 foi eleito deputado federal e permaneceu na câmara até o golpe do Estado Novo, depois da vitória de Vargas em 1937, afastou-se então da política e fixou residência no Rio de Janeiro, dedicando-se a atividade comercial e jornalística.

3 Argemiro de Figueredo em 1929 foi eleito deputado estadual pelo Partido Democrático da Paraí-

Por outro lado, a saída de Argemiro da interventoria marcou um rompimento destes grupos tradicionais com o executivo federal, enquanto as famílias que ascenderam ao poder político durante o processo revolucionário agrupavam-se na figura-chave do Interventor Rui Carneiro. Da mesma forma, após o fim do Estado Novo, a nova reorganização político-partidária estadual passará pela formação dos dois grandes partidos da 2ª República, enquanto os grupos alinhados da máquina pública fundava o Partido Social Democrático (PSD) com a presidência de Rui Carneiro⁴, as forças das oligarquias derrotadas em 1930 e desagravos do Estado Novo formam o cerne da União Democrática Nacional (UDN) presidida por José Américo de Almeida e Argemiro de Figueredo.

A caracterização política deste período molda-se pela criação destes partidos e alocação desses grupos políticos na sua composição, reorganizando assim os espaços locais de atuação destas famílias tradicionais e consolidando a mudança das estratégias de permanência no poder que consolidaram sua influência na Assembleia Legislativa estadual. Para isso, está pesquisa realizou uma análise de cada um dos membros da ALPB buscando assim produzir pequenas biografias dos mesmos, tendo como objetivo traçar pontos de convergência do pensamento ideológico dos deputados estaduais, pontuando elementos em comum. Da forma, o estudo pode observar espaços de socialização dos membros desta elite, permitindo assim apontar uma melhor distinção do juízo de suas personalidades.

DESENVOLVIMENTO/METODOLOGIA/RESULTADOS

Na Organização do estudo sobre as elites políticas, a pesquisa inicialmente focou na identificação do contexto histórico da época, dessa forma, seria estabelecido a conjectura do período e onde esses sujeitos estudados atuavam. A segunda etapa foi o processo de identificação de cada uma dessas figuras históricas, embora pareça um processo simples, as assembleias legislativas têm um alto grau de rotatividade de seus membros em virtude da saída de seus membros para outros cargos políticos, como a saída de Osvaldo Pessoa Cavalcanti de Albuquerque para a prefeitura de João Pessoa em 1948 ou a de Rui Carneiro ainda 1947 para assumir a superintendência da Organização Henrique Lage. A partir dessa identificação inicial, as questões pro-

ba (PD), seguindo a linha partidária apoiou a candidatura da Aliança Liberal (AL) e posteriormente a Revolução em outubro. Por indicação de José Américo foi Secretário do Interior e Justiça do governo Gratuliano de Brito (1932-1934), pouco tempo depois Argemiro seria empossado Governador durante o período de 1935 até 1940 quando seria afastado por Getúlio Vargas. Após o fim do Estado Novo, Argemiro filiou-se a UDN e seria um dos caciques do partido, sendo eleito deputado federal para a Assembleia Nacional Constituinte, seus apoiadores políticos foram nomeados como argemiristas.

4 Rui Carneiro era diretor do Jornal “Correio da Manhã” antes dos eventos da revolução de 1930, simpatizante da Aliança Liberal, engajou-se na campanha de Vargas e posteriormente atua como ajudante de Juracy Magalhães. Com a vitória aliancista, Rui acompanha José Américo e torna-se chefe de seu gabinete e depois consegue um posto no Banco do Brasil. No ano de 1940, Rui Carneiro é nomeado por Getúlio como novo Interventor da Paraíba até o fim do Estado Novo. Fundador do PSD, Rui Carneiro seria eleito deputado estadual em 1947 e depois Senador em 1950.

blematizadas e os pontos centrais para a elaboração dos verbetes históricos biográficos foram formulados.

Para tanto, o estudo procurou abordar as mais diversas fontes possíveis, com o levantamento oficial sendo realizado através do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), organizando os dados disponíveis dessas plataformas foi feita a identificação de cada membro da ALPB, além de sua vinculação partidária no período da eleição. Além disso, graças aos dados disponíveis foi possível realizar uma análise dos resultados eleitorais em cada município, permitindo assim mapear dos redutos eleitorais de cada um dos deputados, o que a posterior serviria de referência para entender parte de sua atuação política. Dessa forma, pode-se observar como utilização da cadeira da ALPB serve para realimentar o poder local de seus membros, reforçando assim o Capital Econômico, Capital Social e Capital Simbólico (BOURDIEU, 2017) dessas famílias em suas localidades. Tal fator permite compreender como essas parentelas conseguem garantir uma fidelidade dos votos locais para reelegerem-se constantemente.

Com o processo de identificação concluída, passou-se então a procurar uma busca rápida e superficial de cada um dos membros da ALPB. Esse contato inicial procurou informações básicas sobre cada um dos deputados, além de identificar quais dessas figuras seriam as mais exigentes da pesquisa. Dessa forma, foi feita uma classificação de cada um dos deputados quanto a disponibilidade de fontes e material disponível, onde tínhamos deputados com uma grande quantidade de informações, exemplo do Pedro Moreno Gondim, membros da ALPB com pouca e escassos materiais de referência, como o Odon Bezerra Cavalcanti, e, por fim, personalidades com informações mínimas ou nenhuma disponibilidade, caso o Álvaro Gaudêncio de Queiroz. Esse processo assimilou as mais diversas fontes disponíveis, desde biografias oficiais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), as biografias oficiais realizadas pela comunidade do Estado e as não-oficiais escritas em sites memorialistas locais que objetivam registrar a importância da figura para a história da localidade.

Contudo, o próximo passo é a observação dessas fontes biográficas, sendo o trabalho do historiador de questionar e averiguar suas referências, as fontes não podem adquirir o caráter de verdade absoluta do fato. Da mesma forma, o trabalho biográfico nunca estará completo no seu quesito informacional, à medida que a cada dia que se passa novas fontes surgem que mudam e moldam as biografias realizadas. Além disso, ao fazer uma análise desse material precisasse ter um receio quanto as intenções de seus escritores, uma vez que as informações reunidas numa biografia não estão isentas de suas intenções. Esse fator fica cada vez mais evidente quanto mais contato com este estilo de biografias não-oficiais, onde o olhar do escritor em sua maioria aponta numa exaltação exacerbada da personalidade histórica, sendo em sua maioria escrita por membros da família, amigos ou figuras próximas da personalidade, ou sendo escrita por memorialistas e historiadores que queiram demonstrar a sua importância para a comunidade. Tal escrita

têm a tendência de alavancar tal personagem em um pedestal, maximizando suas qualidades e minimizando seus defeitos, tornando assim o sujeito da pesquisa um indivíduo unidimensional.

Por estas razões, o próximo passo realizado foi de escutar a personalidade em si. O processo de pesquisa conseguiu acesso a partes das atas da ALPB durante o período da 1ª legislatura, dessa forma, conseguimos um registro dos discursos que cada um dos seus membros trazia para o pleito. Alinhado a isso, entrevistas em jornais como A União ou para alguns casos entrevistas registradas em rádio e mais recentes veículos de televisão. Tal análise permite compreender parte do pensamento ideológico que forma cada um dos deputados estudados e nos ajuda a entender como essas figuras relacionavam-se entre si, observando assim as relações entre companheiros de partidos e suas interações com grupos adversários. Essa análise permite caracterizar elementos econômicos, sociais e ideológicos em comum entre os membros do PSD, UDN e do Partido Comunista do Brasil (PCB), possibilitando assim identificar aspectos em comum entre os membros dessas elites. Este foco possibilita a quebra da interação unidimensional observada anteriormente, ao observar o sujeito político no ambiente público da Assembleia, permitindo assim analisar contradições em seus discursos e pensamento ideológico, dessa forma, a análise proporciona estudar diferentes facetas dos indivíduos.

Com esse pensamento estabelecido foi discutido de forma extensa a necessidade de uma construção metodológica própria que atendesse as necessidades de elaboração dos materiais produzidos, acatando assim a problemática organizada pelas questões formuladas na fase inicial da pesquisa. Dessa forma, a produção biográfica pode configurar um formato para os verbetes que adapta-se as diferentes origens e trajetórias dos sujeitos levantados, criando assim uma estrutura base que padronizasse a criação dos verbetes.

Por esta razão quando a estruturação dos verbetes históricos biográficas foi construída foi pensada num formato que pudesse ser aplicado para cada um dos indivíduos, essa estrutura adaptativa permitiria ao mesmo tempo construir um verbete único para cada um desses indivíduos, ao mesmo tempo, que estabelece pontos característicos em comum para cada um desses deputados. Esses pontos são:

- Nomenclatura, a entrada de cada um dos indivíduos dos verbetes históricos biográficos é composta pelo último sobrenome de forma consagrada inteiramente em maiúsculo e nome da personalidade em destaque, ex; GONDIM, Pedro Moreno, esse padrão segue a norma do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (2001);
- Data e Local de Nascimento e Morte, essa identificação possibilita a identificação do indivíduo no espaço e no tempo, apontando os vinculo locais e temporais que a personalidade possui, estabelecendo assim a influência do meio na formação da personalidade;
- Identificação dos pais, caracterizando seus nomes e profissões, esse método constitui mais um elemento de identificação das origens do indivíduo ao estabelecer a influ-

ência da família e dos pais da personalidade para a comunidade em que ele se insere. Dessa análise podemos extrair a rede de relações entre a família do indivíduo com os demais membros da parentela, além de destacar o papel exercido pelo mesmo dentro do grupo familiar;

- Identificação do Cônjuge, estabelecendo a nomenclatura e a profissão seguida pelo ano de casamento e alguma outra informação adicional, como ano de falecimento ou divórcio, terminando com o número e nome dos filhos do casal. Alinhado a um dos pontos principais do verbete que é de traçar a perpetuação dos grupos políticos na Paraíba, esta estrutura de pontuar a origem da personalidade e de seu cônjuge, permite identificar como as relações matrimoniais praticada pelas elites das paraibanas caracterizam uma prática endógena⁵ necessária para a manutenção dos grupos familiares⁶ no tocante a política local constituindo assim um dos núcleos da perpetuação desses grupos políticos;
- Carreira Acadêmica, este ponto visa determinar a trajetória de estudos do indivíduo destacando a sua participação estudantil e pontuando o círculo de amizades dentro das instituições de ensino continuam durante a vida da personalidade;
- Carreira Profissional, busca traçar as origens econômicas dos indivíduos e assim recortar e observar a atuação destas personalidades quando utilizam-se do poder político para defender os seus próprios interesses financeiros enquanto possuidores de cargos oficiais no Estado;
- Ingresso na Vida Política, este ponto do verbete destaca a forma que tais personalidades adentram na vida política, o ambiente político brasileiro destaca-se pela criação de uma carreira política, a política passou a ser vista como uma forma de ascensão social e econômica (LEOPOLDI, 1973);
- Trajetória Política, o último ponto de destaque dos verbetes é identificar a carreira política destes personagens, identificando os partidos e grupos políticos que marcam a história da personalidade. Desta forma, podemos estudar a movimentação política destas figuras nos espaços públicos de poder, como a Assembleia Legislativa da Paraíba, assim como nas esferas privadas dentro dos partidos políticos.

Estabelecendo esses pontos o primeiro verbete a ser produzido foi o do Pedro Moreno Gondim (Anexo 1), a escolha do Gondim deu-se no fato que a sua carreira política inicia-se com a legislatura de 1947, dessa forma, o projeto de pesquisa alinhava o seu início com a da figura histórica e a partir dele colocava em prática a estruturação elaborada. Além disso, um se-

5 A prática endógena nas relações de poder constitui a união matrimoniais de membros de um mesmo grupo político, tais união incluíam relações de parentesco consanguíneo, entre tios e tias ou sobrinhos e sobrinhas, dessa forma a manutenção do poder econômico e poder simbólico continuava no controle do grupo.

6 Ver: LEWIN, Linda. *A Parentela no Império e na República*. Rio de Janeiro: Record. 1993.

gundo motivo foi a grande quantidade de informação sobre a personalidade disponível, por ser um membro de um grupo político de grande atuação até a atualidade e do seu impacto na política local, existe um grande número de material de pesquisa disponível sobre o objeto de estudo.

Nesse sentido, o processo de estudo deparou-se com uma possibilidade até então inusitada que era o excesso informacional. Como grande parte dos deputados tiveram carreiras e atuação voltada para suas localidades, o processo de produção biográfica ficou muito restrito ao nível local e a poucas produções focalizadas numa região. No entanto, como em casos que o deputado têm uma trajetória política cada vez mais elevada nos cargos públicos, surge uma gama de referências sobre o mesmo, nesse caso o trabalho biográfico focou-se no processo de filtragem de informações da personalidade, focando nos aspectos essenciais da sua vida e de sua carreira política. Uma vez que a produção de verbete estabelece a criação de uma biografia curta sobre cada uma dessas personalidades, a função do historiador passa mais pelo trabalho de selecionar o essencial para sua pesquisa que possa servir como base e referência para outros trabalhos mais extensos sobre a figura.

Por outro lado, a entrada do Odon Bezerra Cavalcanti (Anexo 2) foi escolhida por fatores inusitados e opostos ao do Gondim, um deles é que enquanto a legislatura de 1947 foi o início da vida política do primeiro, a mesma marca o fim da trajetória do Bezerra Cavalcanti pelo seu falecimento durante o exercício do mandato. Outro fator diferenciador entre os dois indivíduos é a quantidade de informações de cada um, as fontes do Odon Bezerra emperram tanto pelo distanciamento político quanto pelo curto espaço de atuação política, ou seja, nas fontes de referências para a produção do seu verbete o desafio encontrou-se em buscar uma correlação das informações que pudessem comprovar a veracidade das fontes utilizadas.

Dessa forma, se por um lado o Gondim estabelecia o ponto de partida do verbete de 1947 adiante, o Bezerra Cavalcanti o coloca como termino e dessa forma procura-se estabelecer sua trajetória anterior a mesma. Dessa forma, temos dois políticos com uma trajetória e formação política de períodos diferentes, enquanto o Pedro vêm no momento de fim do Estado Novo, o Odon é um político fruto do Movimento de 1930.

Tendo como base a legislatura de 1947, ocorre que no levantamento dos deputados teremos atores políticos remanescentes dos grupos latifundiários ligados da antiga república que perpassam o Estado Novo e dão continuidade a sua vida política, o caso mais exemplar é o Flávio Ribeiro Coutinho deputado na legislatura pré-Estado Novo. Por outro lado, teremos a ascensão de novos grupos políticos ligados ao período das Interventorias e constituidores de uma classe política ligada ao funcionalismo público, como o Odon Bezerra Cavalcanti. Por fim, vemos um aparecimento de uma nova elite política ainda ligada ao latifúndio rural mais que elevaram a participação política de sua parentela para novas alturas e têm sua primeira legislatura em 1947, como o Pedro Gondim e José Fernandes de Lima.

Como a produção dos verbetes têm como marco a legislatura de 1947, a biografia fez questão de analisar a sua atuação parlamentar, atentando-se aos discursos, aos projetos apresentados pelo deputado e as comissões de atuação do mesmo. Dessa forma, o verbete pode explorar um pouco do pensamento ideológico tanto do Pedro Gondim como também o do Odon Bezerra conseguindo entender como os seus grupos políticos operavam, observando as questões trazidas pelos mesmos para a ALPB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações políticas partidárias das décadas de 30 e 40 reorganizaram a forma como os grupos políticos da 1ª República operavam, além de permitir uma abertura de espaço para ascensão de outros e novos grupos políticos ligados ao Estado Novo. Dessa reorganização destacam-se a formação de dois grandes partidos a UDN e o PSD, essas duas agremiações abarcariam as grandes oligarquias estaduais, na Paraíba a primeira seria disputada por Argemiro Figueredo e José Américo de Almeida enquanto a segunda ficaria a controle de Rui Carneiro.

Ao construir os verbetes de dois membros do PSD, o Pedro Gondim e o Odon Bezerra Calvacanti, compreende-se a diversidade dos grupos que operavam dentro deste partido, ao mesmo tempo, que traçamos pontos em comum de sua trajetória acadêmica, profissional e política. Destacando assim pontos de convergência de sua formação ideológica como o Colégio Lyceu Paraibano e a Faculdade de Direito do Recife, contudo, podemos observar divergência dos mesmos quanto a educação militar do Bezerra Cavalcanti e sua afiliação com o tenentismo.

Da mesma forma, ao fazer uma análise do histórico familiar desses dois indivíduos observamos como os mesmos são originados do sistema oligárquico da República Velha. Oriundos da estrutura latifundiária e de grupos políticos em Alagoa Nova e Bananeiras, respectivamente. Esse cerne da herança rural torna-se mais evidente quando analisamos o casamento dessas duas figuras com filhas de outros proprietários rurais.

Esses dados reunidos são essenciais para compreender a postura e as posições desses parlamentares durante a análise de sua atuação política, entendo assim a destinação das emendas propostas de seus membros para certas localidades ou da defesa de alguma classe específica. Alinhando assim a importância dos cargos eletivos na estrutura estatal com os interesses do seu grupo político, servindo de fomento para manutenção da parentela.

Ao mesmo tempo, essas questões foram essenciais para a formulação da estrutura dos verbetes históricos, convergindo os dados levantados sobre cada um dos deputados, a estruturação no formato apresentado acima compreendia um padrão de informações básicas que permitiriam a identificação de cada um dos indivíduos estudados. A partir dela, exteriorizamos a pesquisa para abranger diferentes aspectos da vida pessoal e política da personalidade de forma a tornar o objeto da pesquisa uma persona “única”.

Para isso, a estruturação do verbete precisou ser construída de forma adaptativa para cada um dos deputados que fosse compor as entradas dos projetos, seguindo uma lógica de que cada biografia seria única, as modificações e alterações puderam ocorrer sem prejudicar a estrutura definida, sendo a mesma servindo de base para o recolhimento de informações dos deputados.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Clara Beatriz de Araújo. **A PARAÍBA NA DÉCADA DE VINTE: OS PROTAGONISTAS DA POLÍTICA.** In: Anais do XXI Encontro Estadual de História América Latina e Brasil: Entre Ondas Progressistas e Reações Conservadoras. Anais... Campina Grande(PB) UEPB, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xxi-encontro-estadual-de-historia-america-latina-e-brasil-entre-ondas-progressistas-e-reacoes-conservadoras-anpuh-paraiba-453769/867133-A-PARAIBA-NA-DECADA-DE-VINTE--OS-PROTAGONISTAS-DA-POLITICA>. Acesso em: 25/10/2024.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral.** Resultados 1950. Disponível em: <<https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/resultados-1950>>. Acesso em: 18 de Julho de 2024.

BELOCH, Israel. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro:** dilemas na elaboração de um dicionário de história política. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

BOURDIEU, Pierre. **Elite.** 2º edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARNEIRO, Renato César. **A BAGACEIRA ELEITORAL – A História do Voto na Parahyba (De 1930 a 1965).** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945/1964).** João Pessoa: Universitária/UFPB/Idéias, 1998.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Carreira política e mobilidade social:** o Legislativo como meio de ascensão social. Revista de Ciência Política, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 83-95, 1973.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba:** um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

PARAÍBA (Estado) Atas das Sessões da Assembleia Legislativa Nº01 a 29ª sessão, de 12 de Junho de 1947 a 31 de Julho de 1947.

PAULA, Jessica Nayra Sayao de. **Atas novecentistas do IHGMG:** edição e proposta de dicionário biográfico. Dissertação de Mestrado, UFMG, 2017.

Anexo 1

GODDIN, Pedro Moreno
 (Nascimento: 1 de maio de 1914 no Engenho Capim Agui em Alagoa Nova – PB Falecimento: 26 de Julho de 2005 em João Pessoa – PB)

Filho do ex-senador de engenho e cônego federal Inácio da Costa Goddín e de Eulina Moreno Goddín, casou-se em 1938 com a filha de proprietários rurais Ozangete Duarte Goddín, dessa união nasceram: Sínia, Hamilton, Pedro, Ozangilê (Nêlida Goddín) e Rosa. Tomou-se viúvo em 1953, casando-se novamente em 1960 com a professora universitária Silva Marques Goddín, com quem teve dois filhos: Gábor e Fábio. Foi Bealê, advogado e político. Estudou no Liceu Paraibano, ingressando na Faculdade de Direito de Recife, onde se formou bacharel em ciências e letras jurídicas. Na época de estudante, atuou como Bealê no Colégio Carneiro Leão e posteriormente como advogado para manter-se em Recife. Bacharelado na turma de 1938 atuou na região do Brejo paraibano tornando-se um dos nomes mais prominentes da região, com o fim do Estado Novo e a redemocratização a posteriori foi convidado pelo fundador do Partido Social Democrático (PSD), Ruy Carneiro, para ingressar na vida política. Foi eleito deputado estadual no pleito de 1947, sendo o último candidato do PSD a entrar na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), sua campanha concentrou-se na região do brejo paraibano principalmente no município de Serariá, localidade onde em todas as suas eleições para o legislativo estadual angariou ao menos metade do eleitorado. Na sua legislatura de 1947 Pedro Goddín destacou-se pela sua defesa dos produtores de algodão e pecuaristas paraibanos, seus primeiros projetos incluíam desde a moção de desistência das dívidas dos pecuaristas a uma comissão de amparo aos pecuaristas. Esse empenhamento na pauta rural rendeu a Pedro a alcunha de “Deputado Ruralista” ganhando assim intensa projeção no cenário paraibano, essa liderança o levou a ser vice-presidente da Federação das Associações Rurais do Estado da Paraíba (FARERPA). Outro projeto endossado por Pedro Goddín foi a elaboração da nova Constituição Estadual, escolhido para a presidência da Comissão Constitucional, o deputado foi encarregado de organizar e estruturar a administração da Secretaria da Assembleia e seu quadro de pessoal. Por fim, os discursos parlamentares de Goddín na legislatura de 1947 focaram-se na defesa da pecuária rural do Estado e no arquivamento das disputas internas da UDN as suas alianças a Agostinho Figueiredo e as ligadas a José Américo de Almeida da UDN, tal posicionamento foi essencial para a articulação da chapa Coligação Democrática Paraibana (CDP) formada pela dissidência goderiana filiada ao Partido Libertador (PL) e o PSD.

Candidato a deputado estadual pelo chapa CDP, Pedro Goddín foi reeleito a assembleia, mas com a vitória da chapa para o executivo estadual tornou-se Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas mantendo-se no cargo até 1951 quando abandonou o cargo para o seu colega de turma da Faculdade de Direito José Fernandes de Lima, irmão do vice-governador do Estado. Sendo reeleito novamente para o cargo de deputado estadual Goddín permaneceu na assembleia

estadual até 1955, abandonando o cargo para ser o candidato único a vice-governador e sendo eleito pela coligação UDN, PSD, PL e PSB. No entanto, em virtude de problemas de saúde do governador Flávio Ribeiro Coutinho assumiu como governador interino, sua agenda política de realizar obras pelo Estado e de promover aumentos salariais além da inflação, além da criação do Banco de Fomento da Paraíba e do Fundo Agrícola Industrial (FAGRIN), dessa forma construiu assim uma plataforma populista e gerando um movimento popular chamado posteriormente de “Goderismo” ou “Queerismo”. Além disso, durante o primeiro governo Goddín participou de diversas reuniões com o presidente Juscelino Kubitschek onde foi proposta a criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENE) em 1958, está seria a base para a formação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no ano seguinte. Pedro Goddín permaneceu como governador interino até uma piora no quadro de saúde do governador Flávio Ribeiro, o que obrigou a Goddín a renunciar ao cargo em 1960 para concorrer ao executivo estadual, nesse período quem assumiu o executivo estadual foi José Fernandes de Lima, o presidente da ALPB, que a partir de então formou-se uma desavença política entre ambos.

As eleições de 1960 foi marcada pelo recuo do PSD, entre o governador interino e populista Pedro Goddín e Jacquelyne Carneiro irmã de Ruy Carneiro, ex-sede do partido, Goddín filia-se ao Partido Democrata Cristiano (PDC) e inicia uma aproximação do grupo Ribeiro Coutinho através de seu colega de Faculdade João Urylydo formando assim a coligação a PDC, UDN, PTB, PL e PSB. Gostando de grande apoio popular o movimento “Queerismo” de Goddín contou com o indefinido das ideologias populares, além do apoio dos industrialistas alagoabinos do sertão, como dos irmãos Para e Guedêlia de Sousa, dessa forma a disputa eleitoral terminou com uma grande vitória de Pedro Goddín na sua posse o governador em exercício, José Fernandes de Lima, fez questão de não comparecer.

Na administração pública Pedro Goddín continuou sua política populista desenvolvimentista do primeiro governo com o investimento em obras públicas e reuniões com o executivo federal, dessa vez sobre o Presidente Jânio Quadros, iniciando assim a criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento – Atual Secretário do Planejamento e Coordenação Geral –, a Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba e a construção dos distritos industriais de João Pessoa e Campina Grande.

No plano político o segundo governo Goddín começou com otimismo da vitória, iniciado os trabalhos em 1961 Pedro tentou encabeçar o movimento da Frente Renovadora Paraibana numa tentativa de agremiar a chefia de um partido de peso no Estado, visando assim manter a correlação das forças que garantiriam-lhe o governo. Contudo, a política do “goderismo” exigia o apoio dos movimentos populares ao mesmo tempo que tentava se aproximar das forças tradicionais que garantiram o sua base política, dessa forma o governo encontrou-se em meio a disputa entre as

Liga Camponesas e as lideranças agrárias reunidas na UDN. Ao tempo que procurava estabelecer um posicionamento central nesta disputa, Goddín sinalizava apoio as reformas de base defendidas pelo Pres. João Goulart e as ligas camponesas ao mesmo tempo que procurava garantir a ordem e a segurança das propriedades rurais que aglutinavam-se na figura de Renato Ribeiro Coutinho. Tal posição ambígua foi marcada por posições que hora o governador liberava a polícia para reprimir as irruções das ligas camponesas, hora hospedava Célia Gouveia, a mãe de Cêso Gouveia, a pedido da Liga Camponesa. Tal postura ambígua manteve-se até o ponto de ruptura em 1964, com a desfiliação do Golpe Militar ocorreu uma reorganização da cena política local, o que fez Pedro Goddín alinhar-se novamente com as forças que permitiram a sua eleição, ao mesmo tempo que procura demonstrar apoio ao novo regime instaurado. Foi justamente essa postura que fez Pedro Goddín escapar da perseguição inicial da Ditadura Militar terminar o seu mandato de governador, fato que não ocorreu com Miguel Arraes (PE). Em janeiro de 1966 deixou o Executivo estadual para a posse de seu correligionário João Agripino Filho, eleito pela coligação PDC-UDN.

Com a extinção dos partidos políticos e a formação do bipartidarismo formado pelo Ató Institucional nº2 (27/10/1965), Pedro Goddín filia-se a Aliança Renovadora Nacional (Arena), agremiação de apoio ao governo, nesta legenda elegeu-se como deputado federal pela Paraíba no pleito de 1966, empossado no ano seguinte a atuação parlamentar de Pedro restringiu-se a participação na Comissão das Relações Exteriores e na aprovação da proposta que altera os estoques de trigo e derivados ampliando o benefício para os indústrias. Contudo, com o endurecimento do regime em 1969, Pedro Goddín teve seu mandato cassado em fevereiro de 1969 e seus direitos políticos suspensos por 10 anos com base no Ató Institucional nº7 (15/12/1968).

No entanto, Pedro Goddín retornou a político beneficiado pela anistia concedida pelo ditador João Figueiredo (1979-1985) em 28 de agosto de 1979, com a revogação de partes dos Atós Institucionais e o fim do bipartidarismo, Goddín aproveitou-se da reformulação política para filiar-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sucessor do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que era oposição ao regime militar. Pedro assim lançou-se candidato ao Senado pela Paraíba em 1982, no entanto, foi derrotado por Marcondes Gadelha, candidato da situação governista, o Partido Democrático Social. A partir de então não concorreu mais a nenhum cargo público, o que não impediu de percorrer outros cargos na administração pública como Consultor-Geral e Secretário de Viação e Obras Públicas da Paraíba, além de uma diretoria do Banco do Nordeste entre 1985-1990.

Além da política, Pedro Goddín dedicou-se ao magistério superior e à poesia, tendo como poeta utilizado o pseudônimo de Homeno Morgan começou publicando sua obra no Jornal do Comércio, foi membro da Academia Paraibana de Letras, publicando obras como a *Floresta e Verdade* (1963) e *A Verdade na Acção* (1966).

GODDIN, Pedro Moreno
 (Nascimento: 1 de maio de 1914 no Engenho Capim Agui em Alagoa Nova – PB Falecimento: 26 de Julho de 2005 em João Pessoa – PB)

Filho do ex-senador de engenho e cônego federal Inácio da Costa Goddín e de Eulina Moreno Goddín, casou-se em 1938 com a filha de proprietários rurais Ozangete Duarte Goddín, dessa união nasceram: Sínia, Hamilton, Pedro, Ozangilê (Nêlida Goddín) e Rosa. Tomou-se viúvo em 1953, casando-se novamente em 1960 com a professora universitária Silva Marques Goddín, com quem teve dois filhos: Gábor e Fábio. Foi Bealê, advogado e político. Estudou no Liceu Paraibano, ingressando na Faculdade de Direito de Recife, onde se formou bacharel em ciências e letras jurídicas. Na época de estudante, atuou como Bealê no Colégio Carneiro Leão e posteriormente como advogado para manter-se em Recife. Bacharelado na turma de 1938 atuou na região do Brejo paraibano tornando-se um dos nomes mais prominentes da região, com o fim do Estado Novo e a redemocratização a posteriori foi convidado pelo fundador do Partido Social Democrático (PSD), Ruy Carneiro, para ingressar na vida política. Foi eleito deputado estadual no pleito de 1947, sendo o último candidato do PSD a entrar na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), sua campanha concentrou-se na região do brejo paraibano principalmente no município de Serariá, localidade onde em todas as suas eleições para o legislativo estadual angariou ao menos metade do eleitorado. Na sua legislatura de 1947 Pedro Goddín destacou-se pela sua defesa dos produtores de algodão e pecuaristas paraibanos, seus primeiros projetos incluíam desde a moção de desistência das dívidas dos pecuaristas a uma comissão de amparo aos pecuaristas. Esse empenhamento na pauta rural rendeu a Pedro a alcunha de “Deputado Ruralista” ganhando assim intensa projeção no cenário paraibano, essa liderança o levou a ser vice-presidente da Federação das Associações Rurais do Estado da Paraíba (FARERPA). Outro projeto endossado por Pedro Goddín foi a elaboração da nova Constituição Estadual, escolhido para a presidência da Comissão Constitucional, o deputado foi encarregado de organizar e estruturar a administração da Secretaria da Assembleia e seu quadro de pessoal. Por fim, os discursos parlamentares de Goddín na legislatura de 1947 focaram-se na defesa da pecuária rural do Estado e no arquivamento das disputas internas da UDN, tal posicionamento foi essencial para a articulação da chapa Coligação Democrática Paraibana (CDP) formada pela dissidência goderiana filiada ao Partido Libertador (PL) e o PSD.

Candidato a deputado estadual pelo chapa CDP, Pedro Goddín foi reeleito a assembleia, mas com a vitória da chapa para o executivo estadual tornou-se Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas mantendo-se no cargo até 1951 quando abandonou o cargo para o seu colega de turma da Faculdade de Direito José Fernandes de Lima, irmão do vice-governador do Estado. Sendo reeleito novamente para o cargo de deputado estadual Goddín permaneceu na assembleia

estadual até 1955, abandonando o cargo para ser o candidato único a vice-governador e sendo eleito pela coligação UDN, PSD, PL e PSB. No entanto, em virtude de problemas de saúde do governador Flávio Ribeiro Coutinho assumiu como governador interino, sua agenda política de realizar obras pelo Estado e de promover aumentos salariais além da inflação, além da criação do Banco de Fomento da Paraíba e do Fundo Agrícola Industrial (FAGRIN), dessa forma construiu assim uma plataforma populista e gerando um movimento popular chamado posteriormente de “Goderismo” ou “Queerismo”. Além disso, durante o primeiro governo Goddín participou de diversas reuniões com o presidente Juscelino Kubitschek onde foi proposta a criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENE) em 1958, está seria a base para a formação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no ano seguinte. Pedro Goddín permaneceu como governador interino até uma piora no quadro de saúde do governador Flávio Ribeiro, o que obrigou a Goddín a renunciar ao cargo em 1960 para concorrer ao executivo estadual, nesse período quem assumiu o executivo estadual foi José Fernandes de Lima, o presidente da ALPB, que a partir de então formou-se uma desavença política entre ambos.

As eleições de 1960 foi marcada pelo recuo do PSD, entre o governador interino e populista Pedro Goddín e Jacquelyne Carneiro irmã de Ruy Carneiro, ex-sede do partido, Goddín filia-se ao Partido Democrata Cristiano (PDC) e inicia uma aproximação do grupo Ribeiro Coutinho através de seu colega de Faculdade João Urylydo formando assim a coligação a PDC, UDN, PTB, PL e PSB. Gostando de grande apoio popular o movimento “Queerismo” de Goddín contou com o indefinido das ideologias populares, além do apoio dos industrialistas alagoabinos do sertão, como dos irmãos Para e Guedêlia de Sousa, dessa forma a disputa eleitoral terminou com uma grande vitória de Pedro Goddín na sua posse o governador em exercício, José Fernandes de Lima, fez questão de não comparecer.

Na administração pública Pedro Goddín continuou sua política populista desenvolvimentista do primeiro governo com o investimento em obras públicas e reuniões com o executivo federal, dessa vez sobre o Presidente Jânio Quadros, iniciando assim a criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento – Atual Secretário do Planejamento e Coordenação Geral –, a Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba e a construção dos distritos industriais de João Pessoa e Campina Grande.

No plano político o segundo governo Goddín começou com otimismo da vitória, iniciado os trabalhos em 1961 Pedro tentou encabeçar o movimento da Frente Renovadora Paraibana numa tentativa de agremiar a chefia de um partido de peso no Estado, visando assim manter a correlação das forças que garantiriam-lhe o governo. Contudo, a política do “goderismo” exigia o apoio dos movimentos populares ao mesmo tempo que tentava se aproximar das forças tradicionais que garantiram o sua base política, dessa forma o governo encontrou-se em meio a disputa entre as

Liga Camponesas e as lideranças agrárias reunidas na UDN. Ao tempo que procurava estabelecer um posicionamento central nesta disputa, Goddín sinalizava apoio as reformas de base defendidas pelo Pres. João Goulart e as ligas camponesas ao mesmo tempo que procurava garantir a ordem e a segurança das propriedades rurais que aglutinavam-se na figura de Renato Ribeiro Coutinho. Tal posição ambígua foi marcada por posições que hora o governador liberava a polícia para reprimir as irruções das ligas camponesas, hora hospedava Célia Gouveia, a mãe de Cêso Gouveia, a pedido da Liga Camponesa. Tal postura ambígua manteve-se até o ponto de ruptura em 1964, com a desfiliação do Golpe Militar ocorreu uma reorganização da cena política local, o que fez Pedro Goddín alinhar-se novamente com as forças que permitiram a sua eleição, ao mesmo tempo que procura demonstrar apoio ao novo regime instaurado. Foi justamente essa postura que fez Pedro Goddín escapar da perseguição inicial da Ditadura Militar terminar o seu mandato de governador, fato que não ocorreu com Miguel Arraes (PE). Em janeiro de 1966 deixou o Executivo estadual para a posse de seu correligionário João Agripino Filho, eleito pela coligação PDC-UDN.

Com a extinção dos partidos políticos e a formação do bipartidarismo formado pelo Ató Institucional nº2 (27/10/1965), Pedro Goddín filia-se a Aliança Renovadora Nacional (Arena), agremiação de apoio ao governo, nesta legenda elegeu-se como deputado federal pela Paraíba no pleito de 1966, empossado no ano seguinte a atuação parlamentar de Pedro restringiu-se a participação na Comissão das Relações Exteriores e na aprovação da proposta que altera os estoques de trigo e derivados ampliando o benefício para os indústrias. Contudo, com o endurecimento do regime em 1969, Pedro Goddín teve seu mandato cassado em fevereiro de 1969 e seus direitos políticos suspensos por 10 anos com base no Ató Institucional nº7 (15/12/1968).

No entanto, Pedro Goddín retornou a político beneficiado pela anistia concedida pelo ditador João Figueiredo (1979-1985) em 28 de agosto de 1979, com a revogação de partes dos Atós Institucionais e o fim do bipartidarismo, Goddín aproveitou-se da reformulação política para filiar-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sucessor do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que era oposição ao regime militar. Pedro assim lançou-se candidato ao Senado pela Paraíba em 1982, no entanto, foi derrotado por Marcondes Gadelha, candidato da situação governista, o Partido Democrático Social. A partir de então não concorreu mais a nenhum cargo público, o que não impediu de percorrer outros cargos na administração pública como Consultor-Geral e Secretário de Viação e Obras Públicas da Paraíba, além de uma diretoria do Banco do Nordeste entre 1985-1990.

Além da política, Pedro Goddín dedicou-se ao magistério superior e à poesia, tendo como poeta utilizado o pseudônimo de Homeno Morgan começou publicando sua obra no Jornal do Comércio, foi membro da Academia Paraibana de Letras, publicando obras como a *Floresta e Verdade* (1963) e *A Verdade na Acção* (1966).

Anexo 2

CAVALCANTI, Ojôz Bezerra

(Nascimento: 20 de maio de 1901 em Bananeiras-PB; Falecimento: 12 de agosto de 1949 em João Pessoa-PB)

Filho do proprietário rural Leopoldo Bezerra Cavalcanti e de Júlia Góbio Bezerra Cavalcanti, casou-se em 11 de julho de 1928 com a filha de comerciantes, neta de Felinto Elísio de Oliveira Anverso ex-governador do Rio Grande do Norte, gerando assim três filhos: Marjuly Mesquita Bezerra Cavalcanti, Gabriel Bezerra Cavalcanti e Jurgem Holanda Madruga Bezerra Cavalcanti. Foi Inspetor Federal, militar, advogado e político. Estudou no Colégio Diocesano Pio X e no Liceu Paraibano, ingressando na Faculdade de Direito do Recife em 1919, contemporâneo de Argemiro de Figueiredo, Álvaro Gusmão de Queiroz, Orlando Trigueiras de Albuquerque Melo, José Marques da Silva Mariz e José Luis do Rego. Sorteado para o serviço militar em 1922, ingressou no 21º Batalhão de Caçadores antes de se transferir para Distrito Federal, no Rio de Janeiro, servindo na 1ª Cia. de Infantaria, cursou a Escola Militar de Realengo entre 1923 e 1924, tendo assim contato com o pensamento do movimento tenentista, antes de ser expulso por suspeita de envolvimento com a conspiração tenentista, retornando ao Recife no mesmo ano, bacharelou-se em dezembro de 1924. Atuando como advogado na região limítrofe da Paraíba e do Rio Grande do Norte, ingressando na política a convite do Presidente do Estado João Suassuna que o nomeou para ser subprefeito de Bananeiras em março 1928 e assumindo a prefeitura no mês seguinte, desde então a cidade é o reduto eleitoral da família Bezerra Cavalcanti. Emuansista da Aliança Liberal Ojôz Bezerra deixa a prefeitura em 1929 e muda-se para a Capital, onde montou um escritório de advocacia e contatou como advogado pelo Banco da Paraíba.

No capital, Ojôz Bezerra aproximaria dos tenentes do exército Jurez Távora, Juraci Magalhães, Agildo Barata Ribeiro, todos influenciados do movimento tenentista e apoiadores da Aliança Liberal. Com a crise política da oligarquia Epitácio ocorreu um racha entre as forças políticas paraibanas graças a postura intrançante do Presidente João Pessoa, colouca o Estado em guerra civil com a Revolta de Princesa. De um lado corria o Sertão com a figura central de José (Zé) Pereira com laços as oligarquias tradicionais do sertão e ao governo central, do outro lado João Pessoa que relutantemente aderiu a Aliança Liberal (AL). Com a guerra civil estalando no Estado, Ojôz Bezerra atuou como mensageiro e informante dos aliancistas pela ligação entre os elementos do Nordeste com o Sul, entrando em contato com Orlando Azeite, João Alberto Lima de Barros e outros chefes revolucionários. A principal missão de Bezerra Cavalcanti era recrutar o Luís Carlos

Pereira, no entanto, tal missão foi abortada após Pereira declarar-se comunista, a partir daí a missão de Ojôz passou a estabelecer comunicações entre os batalhões federais no interior do Nordeste. Com a eclosão da revolução por causa de um erro de transcrição e de data, em 4 de outubro de 1930, Ojôz, promovido a capitão, e seus companheiros tenentes liderados por Agildo Barata e Antenor Navarro seriam os responsáveis pelo assalto e tomada do 22º Batalhão de Caçadores. Uma vitória rápida e decisiva com a morte do General Alberto Lygnegre Wanderley garantiu a ascensão de José Américo de Almeida ao governo do Estado, posto que ficaria pouco tempo, e Ojôz Bezerra passou a ser secretário de Segurança. A vitória da Revolução de 30 e a instalação do governo provisório de Getúlio Vargas, José Américo foi convidado para ser ministro e detentor o cargo de governador da Paraíba para Antenor Navarro, no governo Navarro, Ojôz beneficiado pela sanista do governo provisório ainda acumularia o cargo de Chefe de Polícia, antes de ser nomeado Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública em fevereiro de 1931. Com a eclosão da Revolta Constitucionalista em 1932 em São Paulo, Ojôz Bezerra mais uma vez partiu para a ação, comissionado como tenente-coronel, organizou um batalhão da polícia paraibana contra os insurgentes, ainda contou com o apoio da sua esposa Alina Cunha Bezerra Cavalcanti que foi alçada como enfermeira voluntária. Como forma de agradecimento pelos serviços prestados as forças governistas, o governo federal nomeou Ojôz Bezerra Cavalcanti como tenente-coronel honorário da Polícia Militar.

O retorno da normalidade democrática e do compromisso de Vargas com as eleições, Ojôz ingressou no Partido Progressista da Paraíba e depois se deputado para a Assembleia Nacional Constituinte onde ajudou a elaborar a constituição de 1934, tal atuação o elegeu em outubro de 1934 Bezerra Cavalcanti ao cargo de deputado federal para a legislatura do ano seguinte. Atuante como membro das comissões de Legislação Social e de Reforma Ortográfica, teve como companheiros de bancada nomes ligados a mitiga AL, como Getúlio de Costa Brito, José Gomes da Silva, Ray Carneiro que viriam ser interventores paraibanos, além de outros aliancistas como Samuel Duarte. No entanto, o mandato de todos seria abreviado em 10 de novembro de 1937, quando todos os órgãos legislativos foram fechados pelo golpe do Estado Novo (1937-1945). Com o fim da ordem democrática, Ojôz Bezerra volta para a capital paraibana no início do ano seguinte e reatou o seu escritório de advocacia e em 1940 tornou-se o advogado do Banco do Brasil em João Pessoa, função que exerceria até o seu falecimento.

Com o fim do Estado Novo e a reabertura democrática em 1945, Ojôz Bezerra foi um dos organizadores do Partido Social Democrático (PSD) e um dos apoiadores a candidatura de Eurico Gaspar Dutra a presidência, com o candidato do PSD ribeirno no final de 1945, Ojôz foi nomeado interventor federal da Paraíba em fevereiro do ano seguinte. O estado da Paraíba encontrava-se em crise financeira naquele ano e o governo Bezerra Cavalcanti foi o responsável de negociar um

empréstimo com a Câmara Econômica Federal para a restauração dos serviços de água e eletricidade, concerto e construção de escolas e prédios públicos, além de créditos agrícolas. A iniciativa foi combatida pela oposição, contanto inclusive com o apoio do primo de Ojôz, Cláudio Bezerra Cavalcanti. No final, Ojôz Bezerra foi exonerado do cargo em setembro de 1946, pois procurava-se desincorporabilizar do cargo para concorrer a um mandato eletivo para a Assembleia Constituinte da Paraíba (ALPB), sendo eleito para o cargo em janeiro de 1947. Ojôz Bezerra contou com os votos do reboto da sua família em Bananeiras, além de apoiadores na capital. Assumindo o mandato em março, integrou a comissão responsável por organizar e instrumentalizar o projeto da Carta da Paraíba, pouco tempo depois licenciou-se do cargo para o suplente João Luis de Luna Freire, no entanto, em outubro do mesmo ano Orlando Pessoa foi eleito para a prefeitura de João Pessoa, efetivando assim Luna Freire e Ojôz reassumiu sua cadeira no mês seguinte. Passou a ser o líder da bancada do PSD na ALPB e presidente da comissão de Constituição, Legislação e Justiça, atuante constante da assembleia, a partir de 1949 Ojôz Bezerra foi acometido de uma grave enfermidade, necessitando licenciar-se do cargo sucessivas vezes até o seu falecimento em agosto.

Referências:

PEREIRA, Jucal de Brito. Ojôz Bezerra Cavalcanti: Homem de Lutas e de Letras. Ed. A União. 2001.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Ojôz Bezerra Cavalcanti. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Disponível em: <https://cpqho.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAVALCANTI,%20Oj%20Bezerra.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

CAVALCANTI, Ojôz Bezerra

(Nascimento: 20 de maio de 1901 em Bananeiras-PB; Falecimento: 12 de agosto de 1949 em João Pessoa-PB)

Filho do proprietário rural Leopoldo Bezerra Cavalcanti e de Júlia Góbio Bezerra Cavalcanti, casou-se em 11 de julho de 1928 com a filha de comerciantes, neta de Felinto Elísio de Oliveira Anverso ex-governador do Rio Grande do Norte, gerando assim três filhos: Marjuly Mesquita Bezerra Cavalcanti, Gabriel Bezerra Cavalcanti e Jurgem Holanda Madruga Bezerra Cavalcanti. Foi Inspetor Federal, militar, advogado e político. Estudou no Colégio Diocesano Pio X e no Liceu Paraibano, ingressando na Faculdade de Direito do Recife em 1919, contemporâneo de Argemiro de Figueiredo, Álvaro Gusmão de Queiroz, Orlando Trigueiras de Albuquerque Melo, José Marques da Silva Mariz e José Luis do Rego. Sorteado para o serviço militar em 1922, ingressou no 21º Batalhão de Caçadores antes de se transferir para Distrito Federal, no Rio de Janeiro, servindo na 1ª Cia. de Infantaria, cursou a Escola Militar de Realengo entre 1923 e 1924, tendo assim contato com o pensamento do movimento tenentista, antes de ser expulso por suspeita de envolvimento com a conspiração tenentista, retornando ao Recife no mesmo ano, bacharelou-se em dezembro de 1924. Atuando como advogado na região limítrofe da Paraíba e do Rio Grande do Norte, ingressando na política a convite do Presidente do Estado João Suassuna que o nomeou para ser subprefeito de Bananeiras em março 1928 e assumindo a prefeitura no mês seguinte, desde então a cidade é o reduto eleitoral da família Bezerra Cavalcanti. Emuansista da Aliança Liberal Ojôz Bezerra deixa a prefeitura em 1929 e muda-se para a Capital, onde montou um escritório de advocacia e contatou como advogado pelo Banco da Paraíba.

No capital, Ojôz Bezerra aproximaria dos tenentes do exército Jurez Távora, Juraci Magalhães, Agildo Barata Ribeiro, todos influenciados do movimento tenentista e apoiadores da Aliança Liberal. Com a crise política da oligarquia Epitácio ocorreu um racha entre as forças políticas paraibanas graças a postura intrançante do Presidente João Pessoa, colouca o Estado em guerra civil com a Revolta de Princesa. De um lado corria o Sertão com a figura central de José (Zé) Pereira com laços as oligarquias tradicionais do sertão e ao governo central, do outro lado João Pessoa que relutantemente aderiu a Aliança Liberal (AL). Com a guerra civil estalando no Estado, Ojôz Bezerra atuou como mensageiro e informante dos aliancistas pela ligação entre os elementos do Nordeste com o Sul, entrando em contato com Orlando Azeite, João Alberto Lima de Barros e outros chefes revolucionários. A principal missão de Bezerra Cavalcanti era recrutar o Luís Carlos

Pereira, no entanto, tal missão foi abortada após Pereira declarar-se comunista, a partir daí a missão de Ojôz passou a estabelecer comunicações entre os batalhões federais no interior do Nordeste.

Com a eclosão da revolução por causa de um erro de transcrição e de data, em 4 de outubro de 1930, Ojôz, promovido a capitão, e seus companheiros tenentes liderados por Agildo Barata e Antenor Navarro seriam os responsáveis pelo assalto e tomada do 22º Batalhão de Caçadores. Uma vitória rápida e decisiva com a morte do General Alberto Lygnegre Wanderley garantiu a ascensão de José Américo de Almeida ao governo do Estado, posto que ficaria pouco tempo, e Ojôz Bezerra passou a ser secretário de Segurança. A vitória da Revolução de 30 e a instalação do governo provisório de Getúlio Vargas, José Américo foi convidado para ser ministro e detentor o cargo de governador da Paraíba para Antenor Navarro, no governo Navarro, Ojôz beneficiado pela sanista do governo provisório ainda acumularia o cargo de Chefe de Polícia, antes de ser nomeado Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública em fevereiro de 1931. Com a eclosão da Revolta Constitucionalista em 1932 em São Paulo, Ojôz Bezerra mais uma vez partiu para a ação, comissionado como tenente-coronel, organizou um batalhão da polícia paraibana contra os insurgentes, ainda contou com o apoio da sua esposa Alina Cunha Bezerra Cavalcanti que foi alçada como enfermeira voluntária. Como forma de agradecimento pelos serviços prestados as forças governistas, o governo federal nomeou Ojôz Bezerra Cavalcanti como tenente-coronel honorário da Polícia Militar.

O retorno da normalidade democrática e do compromisso de Vargas com as eleições, Ojôz ingressou no Partido Progressista da Paraíba e depois se deputado para a Assembleia Nacional Constituinte onde ajudou a elaborar a constituição de 1934, tal atuação o elegeu em outubro de 1934 Bezerra Cavalcanti ao cargo de deputado federal para a legislatura do ano seguinte. Atuante como membro das comissões de Legislação Social e de Reforma Ortográfica, teve como companheiros de bancada nomes ligados a mitiga AL, como Getúlio de Costa Brito, José Gomes da Silva, Ray Carneiro que viriam ser interventores paraibanos, além de outros aliancistas como Samuel Duarte. No entanto, o mandato de todos seria abreviado em 10 de novembro de 1937, quando todos os órgãos legislativos foram fechados pelo golpe do Estado Novo (1937-1945). Com o fim da ordem democrática, Ojôz Bezerra volta para a capital paraibana no início do ano seguinte e reatou o seu escritório de advocacia e em 1940 tornou-se o advogado do Banco do Brasil em João Pessoa, função que exerceria até o seu falecimento.

Com o fim do Estado Novo e a reabertura democrática em 1945, Ojôz Bezerra foi um dos organizadores do Partido Social Democrático (PSD) e um dos apoiadores a candidatura de Eurico Gaspar Dutra a presidência, com o candidato do PSD ribeirno no final de 1945, Ojôz foi nomeado interventor federal da Paraíba em fevereiro do ano seguinte. O estado da Paraíba encontrava-se em crise financeira naquele ano e o governo Bezerra Cavalcanti foi o responsável de negociar um

empréstimo com a Câmara Econômica Federal para a restauração dos serviços de água e eletricidade, concerto e construção de escolas e prédios públicos, além de créditos agrícolas. A iniciativa foi combatida pela oposição, contanto inclusive com o apoio do primo de Ojôz, Cláudio Bezerra Cavalcanti. No final, Ojôz Bezerra foi exonerado do cargo em setembro de 1946, pois procurava-se desincorporabilizar do cargo para concorrer a um mandato eletivo para a Assembleia Constituinte da Paraíba (ALPB), sendo eleito para o cargo em janeiro de 1947. Ojôz Bezerra contou com os votos do reboto da sua família em Bananeiras, além de apoiadores na capital. Assumindo o mandato em março, integrou a comissão responsável por organizar e instrumentalizar o projeto da Carta da Paraíba, pouco tempo depois licenciou-se do cargo para o suplente João Luis de Luna Freire, no entanto, em outubro do mesmo ano Orlando Pessoa foi eleito para a prefeitura de João Pessoa, efetivando assim Luna Freire e Ojôz reassumiu sua cadeira no mês seguinte. Passou a ser o líder da bancada do PSD na ALPB e presidente da comissão de Constituição, Legislação e Justiça, atuante constante da assembleia, a partir de 1949 Ojôz Bezerra foi acometido de uma grave enfermidade, necessitando licenciar-se do cargo sucessivas vezes até o seu falecimento em agosto.

Referências:

PEREIRA, Jucal de Brito. Ojôz Bezerra Cavalcanti: Homem de Lutas e de Letras. Ed. A União. 2001.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Ojôz Bezerra Cavalcanti. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Disponível em: <https://cpqho.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAVALCANTI,%20Oj%20Bezerra.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

O RELATÓRIO OFICIAL DO TENENTE JOSÉ GÓES DE CAMPOS BARROS E A INVENÇÃO DE UMA TRAGÉDIA FUTURA: O CASO DO CALDEIRÃO DA SANTA CRUZ DO DESERTO, NO CEARÁ, NO ESTADO NOVO¹

Anderson da Silva Felix

(Universidade Federal de Pernambuco, anderson.asf@ufpe.br)

RESUMO

O presente artigo pretende analisar como o relatório “A Ordem dos Penitentes” do ten. Campos Barros influenciou os discursos disseminados na imprensa estadonovista e, em paralelo, forjou no imaginário coletivo que os camponeses do Caldeirão teriam “possibilidade para degenerar em horda”. Portanto, partimos da hipótese que a construção narrativa e semiológica deste documento seguiu as diretrizes do campo político e cultural do recém criado estado republicano brasileiro. Com isso, problematizamos como o relatório “fabricou” ou “inventou” um inimigo que a sociedade deveria enfrentar, uma persuasão política positivista que justificou o ataque a comunidade do Caldeirão em 11 de setembro de 1936 e, posteriormente, serviu de base para o confronto sangüinário entre a força policial e os remanescentes em 10 de maio de 1937. Ademais, a presente discussão é fruto das reflexões da pesquisa de mestrado em desenvolvimento do autor, cuja temática é a Romaria das Comunidades ao Caldeirão da Santa Cruz (1984-2024).

Palavras-chave: Caldeirão, relatório A Ordem dos Penitentes, Estado-Novo.

INTRODUÇÃO

Canudos, Contestado e Joazeiro, lembram retrocesso e sangue. O governo, inteligente e bem intencionado que, atualmente, é responsável pela produtiva tranquilidade do povo cearense, viu e impediu a formação de uma tragédia futura, no sertão exausto e sofredôr. Decorreram daí as diligências de Caldeirão (Barros, 1937, p. 9).

Em 20 de março de 1937, o então chefe de polícia do Estado do Ceará, o capitão Cordeiro Neto, encontrou-se com o governador cearense a fim de relatar verbalmente as diligências ocorridas no dia 11 de setembro de 1936 na comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto,

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

localizada no município do Crato, região sul do Ceará. Posteriormente foi produzido um relatório expositivo, pelo tenente José Góes de Campos Barros, ao qual destaca-se a visão policial justificada sob o ponto de vista histórico positivista.

Para nos debruçarmos mais detidamente sobre a exposição do ten. Campos Barros, faz-se necessário, pontuarmos, que o presente artigo faz parte do trabalho de dissertação em andamento, ao qual estudamos a tecitura das Romarias das Comunidades ao Caldeirão. Uma análise focada nas manifestações socioculturais dos sujeitos que vão anualmente celebrar a história e memória dos camponeses que foram alvo das operações narradas no referido relatório.

Ao discutirmos, no tempo presente, a relação de diversos sujeitos e organizações com a memória de um povo que até a década de 1980 era conhecida com base na narrativa dos opressores, percebemos a necessidade de problematizar a escrita que sentenciou ao silenciamento e apagamento, por um longo período de tempo, estes sujeitos. Portanto, partimos da hipótese de que o documento foi construído com base nas diretrizes do campo político ideológico do recém criado Estado republicano brasileiro.

Para refletirmos tal inquietação, recorreremos ao campo teórico-metodológico da História Cultural, uma análise que nos permitiu formular novas problemáticas em narrativas cristalizadas, ou melhor, a possibilidade de fazermos uma outra discussão da então “História Única”. Assim, pretendemos problematizar a escrita “A Ordem dos Penitentes” e seus efeitos fabricados contra um coletivo que, segundo o tenente Barros, tinham “possibilidade degenerar em horda” (Barros, 1937).

Ao elegermos a história cultural como aporte teórico, podemos (re)dimensionar fontes sensíveis para o centro do debate, uma construção narrativa-problema, isto é, uma discussão “multidisciplinar, bem como interdisciplinar” (Burke, 2008, p. 68). Assim, partimos do presun- to que em cada sociedade tem-se manifestações culturais distintas e, portanto, podem existir transformações, uniões e até mesmo imposições de determinadas práticas culturais a outras, possibilitando em alguns casos um processo de apagamento.

Ademais, essa linha de pensamento dialoga com as acepções defendidas por Michel de Certeau (2005, p. 233), ao descrever a cultura como “[...] sistemas culturais, múltiplos e fluidos”. Portanto, refletirmos nesse artigo, a formação da comunidade do Caldeirão e sua relação com outros eventos históricos da região do Cariri cearense, como o famoso milagre do “Joaseiro”. Além disso, discutimos a escrita e fotografias presentes no relatório “A Ordem dos Penitentes” e sua influência nos discursos difundidos na imprensa sobre os camponeses do Caldeirão nos anos de 1936-1937.

DESENVOLVIMENTO

No final do século XIX, seja baseado em fatos ou fábulas, houve uma possível transmutação da hóstia em sangue na boca da beata Maria de Araújo, no momento da Eucaristia presidida pelo padre Cícero Romão Batista.² A partir desse fenômeno, o pequeno povoado de “Joazeiro” vivenciou um crescimento substancial da população formada por peregrinos nordestinos. Segundo José Figueiredo Brito:

[...] não havendo em Juazeiro trabalho para todos, o padre encaminhou muitos romeiros para os campos inexplorados do Cariri, particularmente para a Serra do Araripe e de São Pedro, recomendando-lhes que aforassem, arrendassem e comprassem aquelas terras e ali vivessem sob sua proteção espiritual. (BRITO *apud* RAMOS, 2001, p. 33).

Uma das terras arrendadas foi o sítio Baixa Dantas, na zona rural do Crato, pelo então jovem José Lourenço, que tinha ido ao Cariri procurar sua família e por lá ficou. Sendo agricultor de vivência ou sobrevivência, José Lourenço sabia manejar a terra e, em certo grau, amansar a braveza de animais. Suas técnicas chamou a atenção do padre Cícero e, conforme Régis Ramos:

Diante do seu espírito bondoso, sua casa começa a ficar rodeada de outras moradias, feitas e habitadas por despossuídos. Lá, encontraram um canto para viver do cultivo da terra. É o início da formação de uma pequena comunidade de camponeses. (Ibidem. p.45)

A comunidade de Baixa Dantas foi um pré-caminho, um embrião da comunidade noticiada no relatório do tenente Campos Barros. Inclusive, para narrar as diligências ocorridas no dia 11 de setembro de 1936 nas terras do Caldeirão, o tenente citou alguns acontecimentos do espaço-tempo vivenciado em Baixa Dantas, sendo a Sedição de Juazeiro (1914), o caso do Boi Mansinho e prisão do beato José Lourenço, em fins de 1926.³

Após passar quase três semanas preso, o beato foi solto por intermédio do padre Cícero, mas sua labuta estava prestes a ficar mais pesada e recheada de obstáculos. Ao retornar ao sítio de Baixa Dantas é informado que o então proprietário João de Brito tinha vendido o espaço e o novo dono queria a posse imediata das terras. Assim, algumas centenas de pessoas foram desalojadas e a partir daí iniciou a ocupação do sítio Caldeirão dos Jesuítas, propriedade de padre Cícero.⁴

2 Cf.: DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985; NOBRE, Edianne. **Incêndios da alma**: a beata Maria de Araújo e o milagre de Juazeiro – Brasil, Século XIX. Editora Multifoco: RJ, 2016.

3 Para maiores informações acessar: FELIX, Anderson da Silva. “Destacar e pôr do avesso”: ensaio da condição histórica do espaço do Caldeirão - CE, na imprensa, em idos de 1930. In: SILVA, Paulo Julião da; GUAZZELLI, Raphael.. (Org.). **Teorias e Metodologias em temáticas plurais na história**: debates conceituais e empíricos. 1ed. Recife: Ed. UFPE, 2022, v., p. 31-57.

4 O recém espaço cedido pelo padre Cícero era conhecido por Caldeirão dos Jesuítas, reza a lenda que naquele local morreram padres jesuítas perseguidos. Cf.: RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Caldeirão**: um estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades. Fortaleza, Instituto Frei Tito de Alencar / NUDOC/ UFC, 2ª ed. 2011, p.60.

Em 1926, os camponeses sob a liderança de José Lourenço, ocuparam o sítio dos Jesuítas, um local geograficamente deformado com grandes elevações e com muita incidência solar. É a partir da cotidianidade desses sujeitos que foi construída uma comunidade baseada no compartilhamento das tarefas e do que era produzido. Os camponeses exerciam suas funções de acordo com sua mão-de-obra e usufruíram dos bens produzidos com base em suas necessidades.

A comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto se desenvolveu a partir desse modelo organizacional, que era baseado em três preceitos, a fé, o trabalho e a oração. Nesse processo a comunidade chamou a atenção de grandes latifundiários e de lideranças religiosas, pois suas ações eram dissonantes das práticas dos grandes centros urbanos, onde imperava o individualismo.

Cumprir destacar, assim, alguns acontecimentos que eclodiram naquele período e que, em certa medida, influenciaram a dinâmica dos camponeses do Caldeirão. Estamos nos referindo a outras experiências no campo ou cidade que foram associadas, na visão do Estado do Ceará, as ações praticadas na Santa Cruz do Deserto. A guerra de Canudos (fins do século XIX, na Bahia), a Guerra de Contestado (1912-1916), o Movimento Tenentista (década de 1920, cuja Coluna Prestes ganhou notoriedade), a Sedição de Juazeiro (1914), a Revolução de 1930 e a Intentona Comunista (1935).

Estes eventos foram associados ao modo de vida do Caldeirão tanto no plano político (o receio de serem um possível núcleo comunista ou contra o regime republicano), quanto no plano cultural (a partir da dimensão religiosa não ortodoxa). Tais acontecimentos serviram de base para justificar as ações violentas desencadeadas pelo Estado, Igreja e proprietários de terra contra os camponeses do Caldeirão.

Em 1930 eclodiu a Revolução de Outubro, um movimento civil-militar que depôs o então governo de Washington Luís e impediu a posse do então presidente eleito, Júlio Prestes. O movimento foi liderado por Getúlio Vargas e pelo tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, inaugurando o “Governo Provisório” e o início de um novo modelo regimental, a “Era Vargas”.

Conforme o jornalista José Figueiredo, a ascensão de Vargas, acabou inaugurando novas perseguições ao beato José Lourenço e aos camponeses do Caldeirão, estes fugiram “das tropas que o tentaram prender, ele abandonou todo o seu trabalho, com seu pessoal, procurando asilo em lugar seguro” (Figueiredo, 1934, p. 7). Apesar de não encontrarem indícios de que na comunidade do Caldeirão existia um núcleo comunista, a força policial iniciou suas suspeitas e perseguições aos camponeses.

Em 1932 recaiu sobre o território cearense uma seca que, inevitavelmente, alastrou a fome e a sede a milhares de pessoas. Nesse cenário de morte anunciada, a comunidade do Caldeirão destacou-se, ao passo que haviam criado uma reserva de cereais da colheita anterior. Assim, devido aos princípios de fraternidade, estes camponeses atenderam com seus estoques uma parcela dos sujeitos marcados para morrer de fome e sede.

Estudos estimam que a comunidade do Caldeirão atendeu a milhares de “flagelados”, como ficaram conhecidos os sujeitos que estavam à mercê das políticas públicas do governo estadual.⁵ Com isso, acredita-se que a população triplicou em poucos meses, chegando a cerca de 1000 pessoas (Figueiredo, 1934). Logo, esse agrupamento de sujeitos chamou a atenção de fazendeiros e políticos locais, temendo que naquela localidade existisse uma organização igual a de Canudos-BA.

Outro marco importante na história do Caldeirão foi a morte do padre Cícero em 20 de julho de 1934. O sacerdote era proprietário das terras do Caldeirão e, principalmente, era líder espiritual e guia dos dogmas católicos do povo da Santa Cruz do Deserto. A imensidão entre o verde da lavoura e o chão barroso foi tingido, daquele momento em diante, de um preto-luto no corpo dos camponeses daquela localidade.

Cumprir destacar, que apesar de uma relação próxima entre o beato José Lourenço e o padre Cícero, este último não modificou o seu testamento datado de 1923. Ou seja, a última modificação no testamento de padre Cícero foi feita três anos antes da ida de José Lourenço para o Caldeirão e, apesar de ocuparem por quase 10 anos a localidade, este espaço foi herdado pela Ordem dos Salesianos, conforme Regis Lopes:

Em 1934, quando o Padre Cícero morreu, o beato ficou sem a posse legal das terras. Tudo indica que o Padre Cícero tinha confiança no espírito de caridade cristã dos Salesianos. Mas essa previsão estava equivocada: em 1936, os padres salesianos começaram a reprimir o ‘fanatismo de Juazeiro’ e deram amplo incentivo para operação militar que expulsou os camponeses do Caldeirão. (Lopes, 2004, p. 375)

No noticiário, uma das primeiras matérias circuladas após a morte do padre Cícero sobre a comunidade do Caldeirão, datado de 02 de março de 1935 pelo jornal O Povo, evidencia um forte elo entre as áreas religiosas e sociais. A escrita foi assinada por Antônio de Alcântara Machado e dispunha em sua titulação a seguinte manchete: “OS FANÁTICOS – do Caldeirão” (Machado, 1935).

No corpo da matéria, Alcântara Machado afirma que, no Ceará, “José Lourenço e Severino, andam explorando no vale do Cariri a memória do padre Cícero” (Ibidem). A partir da morte de padre Cícero e, paralelamente, da atenção que o beato José Lourenço recebeu dos romeiros que iam em peregrinação a Juazeiro, vários outros veículos jornalísticos publicaram artigos atacando as manifestações religiosas exercidas no Caldeirão da Santa Cruz do Deserto e os associaram ao comunismo.

Como resultado, o então chefe da polícia do Ceará, o capitão Cordeiro Neto, enviou o capitão José Bezerra disfarçado para averiguar a possível formação de um núcleo comunista no Caldeirão. O cap. Bezerra visitou o sítio como um representante industrial a fim de negociar

5 Consultar: NEVES, Frederico de Castro. Cural dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915-1932). **Revista Brasileira de História**. Contexto, v.15, nº 29, p. 93 – 122, 1995.

com o beato e os camponeses. O intuito era ganhar a confiança desses sujeitos e, se possível, obter provas que os ligassem ao comunismo.

No entanto, não encontrando resquícios de armas ou projetos comunistas, o cap. Bezerra apenas destaca que certamente um agrupamento de pessoas seria perigoso. Assim, com base em seu relatório verbal, a polícia invadiu a comunidade entre os dias 10 e 11 em setembro de 1936, conforme registra o tenente Campos Barros:

[...] Fazia-se necessária uma medida drástica e radical, de modo a não mais ser possível a sua reconstituição, mediante a afluência de romeiros que, de longe, já vinham atraídos pela santidade do preto sagaz; falavam-se em presentes de vinte contos de réis, que eram incorporados a economia simples daquele Estado Comunista e teocrático; (Barros, 1937, p. 25-26).

A invasão reverberou em vários veículos jornalísticos e, tinham como base narrativa, os relatórios orais da força policial. Havia um espírito de dever prestado ao bem da sociedade como todo, conforme o subtítulo de uma entrevista com o cap. Cordeiro Neto ao jornal *Gazeta de Notícias* de 17 de setembro: “COMO FOI EXTINTO O ANTRO DO JOSÉ LOURENÇO EM CALDEIRÃO” (*Gazeta de Notícias*, 1936). O gráfico abaixo apresenta a repercussão dos ataques ao Caldeirão na imprensa brasileira (1936-1937).

Gráfico 1 – Quadro da repercussão da destruição do Caldeirão na imprensa, Ceará, 2017.



Fonte: Menezes; Pinho, 2017, p. 78.⁶

6 Para maiores informações sobre a produção do quadro, consultar: SILVA, Sônia Maria Menezes; PINHO, Maria de Fátima de Moraes. Imprensa, anticomunismo e fé: a destruição do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto nas representações da imprensa brasileira (1936- 1937). *Revista Em Perspectiva*, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 75-96, 2017.

Retornando ao relatório do tenente Campos Barros, cumpre destacar, o alinhamento ideológico presente em sua escrita e nas fotos anexadas na exposição ao período do estadonovista e os meios que estas notícias eram difundidas. Conforme Graças Andrade Ataíde Almeida, o jornal era um instrumento:

[...] de persuasão e doutrinações diários calcados sobre a repetição sistemática, a imprensa pode ser um veículo das mensagens e valores que compõem a ideologia dominante, colaborando para a construção do imaginário coletivo, acionando imagens e signos que passam a ser compartilhados pela massa. (Almeida, 2001. p. 162).

Tomemos, o seguinte recorte textual, como exemplo do teor “civilizatório” presente no relatório: “Em pleno século vinte quando a humanidade parece prestes a chegar á ordenada máxima da Civilização, esta fôrma grotesca de expansão mística deve, forçosamente, classificar-se no passado, entre os fenômenos mortos na evolução humana...” (Barros, 1937, p. 3) Seria, portanto, uma mensagem que justificava as providências realizadas pela força policial em setembro de 1936 contra o Caldeirão.

Um outro recurso utilizado pelo tenente Campos Barros para justificar as ações contra o Caldeirão e, assim, ter a opinião pública ao seu lado, foi o uso de diversas fotografias. Analisemos a imagem abaixo sob o ponto de vista semiológico.

Figura 1 – Fotografia dos camponeses do Caldeirão no dia da invasão, Ceará, 1936.



Grupo de fanáticos tirado no dia 11 de setembro de 1936. — Veem-se, á esquerda, alguns soldados. — Como se vê, a “ORDEM DOS PENITENTES” tinha possibilidades para degenerar em horda...

Fonte: Barros, 1936, n.p.

A fotografia foi anexada no começo do relatório do tenente Campos Barros. Percebe-se uma construção narrativa, uma tônica que analisada sob a abordagem semiológica expõe uma

marca do referente (nesse caso a Irmandade do Caldeirão), uma deliberada generalização ao nominar tais sujeitos como “antro de fanáticos”. Portanto, tem-se uma produção cultural que serviu de referência para outras reproduções, sobretudo nos jornais, evidenciando um complexo jogo de poderes (Lima; Carvalho, 2017).

Com isso, tem-se um relatório que “fabricou” uma fonte documental, ou melhor, “inventou” uma imagem como um artefato, reproduzindo uma concepção de como a sociedade cearense deveria saber sobre as diligências ocorridas na comunidade do Caldeirão. Isto é, um ataque crucial do governo contra “um grupo de fanáticos” e com “possibilidades para degenerar em horda” (Barros, 1937).

METODOLOGIA

A partir dos dados supracitados surgiu a necessidade de problematizar o relatório “A Ordem dos Penitentes”, ao qual foi tratado como a “história única”, durante um longo período de tempo. Diante disso, ampliamos, no decorrer desse estudo, a perspectiva reproduzida na exposição do tenente Campos Barros, focalizando não somente o plano político, mas entrelaçado com as questões sociais, culturais e econômicas vigentes no Brasil da década de 1930.

Portanto, era importante refletirmos sobre o lugar de produção do referido relatório e seu poder de alcance no corpo social cearense. Posto isso, dividimos nossa abordagem em duas dimensões complementares, no primeiro momento fizemos a leitura da produção do tenente Campos Barros, sob uma ótica semiológica e análise de discurso. No segundo momento, realizamos um levantamento no site da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional a fim de mapear a rede de jornais que divulgaram em seus noticiários a versão da força policial.

Depois desse processo fizemos uma análise com base nas discussões teóricas associada às técnicas semiológicas, ou seja, partimos das acepções de Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho (2017) que entendem as fotografias como um documento histórico e como tal registram vestígios, marcas e características dos sujeitos envolvidos. Portanto, não tomamos os dados presentes no referido relatório e depois divulgado em diversos jornais como uma mera produção de coincidências e leitura da realidade. Existe, desse modo, uma outra dimensão instigante nessas fontes.

Assim, no nosso artigo, foi importante refletirmos o Brasil dos anos de 1930 e, principalmente, dimensionar e discutir o público-alvo das operações policiais, os camponeses da Santa Cruz do Deserto. A comunidade rural foi liderada por um paraibano preto e pobre, o beato José Lourenço, ao qual ensinava os princípios religiosos católicos e cooperativismo desde o início do Caldeirão, em 1926.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto ao longo desse artigo, a narrativa sobre a Irmandade foi enunciada e construída pelas “falas oficiais” dos policiais, com amplo destaque ao relatório do tenente Campo Barros. Importante pontuar que a escalada de violência, em dois momentos distintos, foi justificada em certas previsões ameaçadoras, ao qual destaca-se, que caso o governo não interviesse “mais cedo ou mais tarde, poderia ser explorado por um qualquer ambicioso, inteligente e audaz, criando-lhe imprevisíveis embaraços”. (Barros, 1937, p. 61)

Com isso, observa-se o poder da operação narrativa no processo de silenciamento e apagamento sobre os corpos, memórias e histórias dos camponeses do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto. Sendo reproduzido, como observamos no gráfico 1, por diversos jornais do Brasil. A partir da leitura do relatório observamos a eliminação de uma comunidade e, principalmente, a inauguração de uma marca de “perigosos em potencial” na identidade das pessoas da Irmandade.

Desse modo, defendemos o entendimento histórico-crítico, ao qual devemos questionar as fontes “únicas”, ou que foram produzidas para essa finalidade. Pois, ao problematizamos questões no tempo presente, como a marca de que os camponeses do Caldeirão eram perigosos, precisamos analisar as “narrativas cristalizadas”. Uma reflexão que questiona quem produziu, o modo que foi produzido e, em especial, sua repercussão na sociedade.

Portanto, observamos que o referido relatório serviu de base para justificar as ações realizadas contra os camponeses do Caldeirão. Notamos que o mesmo foi produzido pela voz “vencedora” dos ataques e, principalmente, foi realizada em consonância a aspectos ideológicos do Brasil estadonovista. Sendo, inclusive, reproduzido em diversos veículos jornalísticos como uma vitória necessária contra o “antro de fanáticos e comunistas”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

ALMEIDA, Maria Isabel Medeiros. **Memória e História: O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto na Narrativa Histórica**. 1. ed. Saarbrücken: NEA - Novas Edições Acadêmicas, 2014.

BARROS, José D’Assunção. **O Campo da História**. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

BARROS, José Góes de Campos. **A Ordem dos Penitentes**. Fortaleza Imprensa Oficial, 1937.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. 4ª ed. Campinas: Papyrus, 2005.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985.

FELIX, Anderson da Silva. “Destacar e pôr do avesso”: ensaio da condição histórica do espaço do Caldeirão - CE, na imprensa, em idos de 1930.. In: SILVA, Paulo Julião da; GUAZZELLI, Raphael.. (Org.). **Teorias e Metodologias em temáticas plurais na história: debates conceituais e empíricos**. 1 ed. Recife: Ed. UFPE, 2022, v. , p. 31-57.

FIGUEIREDO, José Alves de. O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri. **O Povo**, 07 de junho de 1934. Disponível em: [O Povo \(CE\) - 1934 a 1937 - DocReader Web](#). Acesso em: 20 de março de 2022.

GOMES, Antônio Máspoli de Araújo. A destruição da terra sem males: o conflito religioso do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto. **Revista USP**. Brasil, Universidade de São Paulo, Coordenadoria de Atividades Culturais, 2009.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de (ed.). Fotografias: Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (ed.). **O historiador e as suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2017. cap. 2. p. 29-60.

NOBRE, Edianne. **Incêndios da alma: a beata Maria de Araújo e o milagre de Juazeiro – Brasil, Século XIX**. Editora Multifoco: RJ, 2016.

NEVES, Frederico de Castro. Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915-1932). **Revista Brasileira de História**. Contexto, v.15, nº 29, p.93 – 122, 1995.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Caldeirão: um estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades**. Fortaleza, Instituto Frei Tito de Alencar / NUDOC/UFC, 2ª ed. 2011.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Juazeiro e Caldeirão: espaços de sagrado e profano. In.: **Uma nova História do Ceará**. Org.: Simone de Souza; Adelaide Gonçalves... [et al] - 3. ed. rev. e atual. - Fortaleza Edições Demócrito Rocha, 2004, p.375.

SILVA, Sônia Maria Menezes; PINHO, Maria de Fátima de Moraes. Imprensa, anticomunismo e fé: a destruição do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto nas representações da imprensa brasileira (1936- 1937). **Revista Em Perspectiva**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 75-96, 2017.

MACHADO, Antônio de Alcântara. OS FANÁTICOS – do Caldeirão. **O Povo** (CE), Fortaleza, 02 de março de 1935. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763853&pesq=%20Beato%20Jos%C3%A9%20Louren%C3%A7o&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=2>. Acesso em: 20 de março de 2022.

Gazeta de Notícias (CE), Ano X, nº 2848, 17/09/1936, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763853&pesq=Serra%20do%20%20Arar%20ipe%20&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=110>. Acesso em: 20 de março 2022.

A PARAÍBA NA DÉCADA DE VINTE: A ADMINISTRAÇÃO JOÃO SUASSUNA NAS PÁGINAS DO JORNAL “A UNIÃO” (1926)

Clara Beatriz de Araújo Albuquerque
(UFPB. E-mail: biaalbuquerque950@gmail.com)

Monique Guimarães Cittadino
(UFPB. Orientadora. E-mail: mcittadino12@gmail.com)

RESUMO

O presente trabalho visa expor resultados obtidos com a pesquisa sobre o Governo João Suassuna durante o ano de 1926, através das publicações do jornal “A União”, imprensa oficial do estado da Paraíba. Embora inserido na oligarquia epítacista, o presidente do estado assumiu um posicionamento que se mostrou contra os interesses do grupo dominante, causando desentendimentos agravados pelo cenário político nacional caótico. No entanto, por ser manipulado pela máquina estatal, as notícias assumiram o tom elogioso como principal conduta para driblar os desentendimentos e expor uma conjuntura estável para a população, fazendo com que a oligarquia não perdesse sua força diante de conflitos internos. Em síntese, o projeto se volta à análise das questões econômicas, políticas e sociais, considerando principalmente a segurança pública, a indústria das secas, a infraestrutura, educação e a saúde, que acaba adquirindo um papel secundário nas publicações, embora o estado passasse por diversas epidemias. Alguns outros assuntos, como a Coluna Prestes, também são abordados e desse modo conseguimos fechar um panorama do que foi a administração desempenhada por João Suassuna em um momento tão conturbado da história do estado.

Palavras-chave: Epítacismo, João Suassuna, Jornal “A União”, Primeira República.

INTRODUÇÃO

A política na década de 1920, na Paraíba, foi controlada pela Oligarquia Epítacista que esteve no poder desde 1915, quando consolidou-se através das eleições daquele ano. Diante desse cenário, os anos 20 testemunharam a dicotomia política entre os governos de Solon de Lucena (1920 - 1924) e João Suassuna (1924 - 1928), que representaram respectivamente o auge da oligarquia e o início de sua decadência.

Com uma política de subserviência, Solon pautou sua administração nas vontades políticas e ideológicas do chefe oligárquico, Epítácio Pessoa, que também esteve à frente da presi-

dência da república e dispensou inúmeros favorecimentos ao estado através das concessões de verbas destinadas, em sua grande maioria, a indústria das secas (Trigueiro, 1982). Ao somar a estabilidade climática, social, econômica e política, percebesse que o período não apresentou problemáticas capazes de desestabilizar o governo estadual, favorecendo para que Sólton de Lucena consolidasse seu nome.

Em contrapartida, João Suassuna ao longo de seu mandato encontrou o oposto de seu antecessor. Crises econômicas, agravadas pelas condições climáticas e cortes de verbas, desestabilização política em âmbito nacional, epidemias e divergências ideológicas com a oligarquia foram características que permearam seu governo, o que marcou o início do enfraquecimento da máquina política implementada em 1915 (Gurjão, 1994; Lewin, 1993).

Tendo em vista o supracitado, o presente trabalho propõe a análise da administração de João Suassuna no ano de 1926, tomando por fonte o jornal “A União”, que por ser o jornal oficial do governo foi usado como mecanismo de consolidação da oligarquia ao favorecer a imagem do presidente de estado, assim como a de Epiácio Pessoa.

É de suma importância para a história da Paraíba entender como a política de João Suassuna era passada para a população e quais os principais tópicos que estavam no centro do debate político. Visto que seu governo foi o responsável pelo início da desestabilização oligárquica, é relevante que se analise as medidas tomadas pelo presidente de estado e por isso será investigado os principais pilares do governo no ano de 1926, tais como as obras de infraestrutura, finanças, a segurança pública, incluindo o cangaceirismo, a educação e saúde.

DESENVOLVIMENTO / RESULTADOS

João Suassuna, foi eleito em 1924 por indicação de Epiácio Pessoa e teve seu mandato rodeado de circunstâncias que o impeliram a tomar decisões motivadas pela tentativa de manutenção do poder, o que acabou por divergir da subserviência esperada de um membro da oligarquia.

Por não contar com o protecionismo do presidente da república¹ quanto a questão social e financeira, teve seu governo dificultado pelo corte de verbas que anteriormente era destinado a indústria das secas, iniciando a desestabilização econômica no estado que viria a ser agravada posteriormente por períodos de estiagem que proporcionaram a baixa na produção e comercialização do algodão.

Pautada na economia agropecuarista, tendo o algodão como a principal fonte de renda do estado (Silva, 1985), a Paraíba passou por uma grave recessão com os cofres públicos em

¹ Arthur Bernardes ao assumir a presidência da república, implementou medidas que marginalizaram o nordeste, chamada na época de norte, cortando apoios, sobretudo financeiros, da região. Devido a algumas medidas que desagradaram boa parte das bases de poder do país, seu governo gerou grandes instabilidades (Ferreira, et al, 2018).

baixa e a verba limitada. No entanto, embora a crise econômica que se estabeleceu, o jornal não parou de noticiar os investimentos do governo quanto ao quesito das obras, enfatizando com frequência a continuidade pela busca da modernidade representada pela implementação de mecanismos que assegurariam esses avanços, como a implantação da energia elétrica em alguns municípios como Piancó, Serra Redonda, Caiçara e Pilar, assim como a inauguração da estação ferroviária de Souza.

Apesar das dificuldades financeiras enfrentadas pelo estado, João Suassuna não deixou de investir na infraestrutura, empregou a construção de pontes, estradas de rodagem e investiu na conclusão das obras de água e esgoto, iniciadas no governo anterior. Posteriormente, foi anunciado a instalação de canos de água na cidade de Campina Grande e a instalação de hidrômetros, sendo somada às obras supracitadas as inaugurações de postos de saneamento pelo serviço de Prophylaxia Rural.

Já a segurança pública e a manutenção da ordem foi uma pauta crucial para o ano de 1926 devido ao cangaço, mas principalmente devido à Coluna Prestes.

A tentativa de mudar as bases administrativas do Estado brasileiro foi uma constante na época, tanto que a Coluna Prestes surgiu com o ideário de uma mudança política mais efetiva, demonstrando influência na organização paraibana a partir de janeiro de 1926 com conspirações contra o governo de João Suassuna, que mais uma vez ostentou um mandato marcado por circunstâncias desordenadas e ameaçadoras da integridade de sua administração. (ALBUQUERQUE, 2023, P. 2)

Simultaneamente a chegada dos rebeldes² na Paraíba estabeleceu-se um complô, articulado desde o fim de janeiro, com o intuito de depor o presidente de estado em nome do movimento tenentista. O intuito dos conspiracionistas era desarticular o governo e seguir em marcha para o interior, onde se juntaram à Coluna Prestes e seguiriam para Pernambuco. Porém o plano não se concretizou, pois ao tentarem por em prática a deposição do presidente no dia 05 de fevereiro de 1926, foram surpreendidos por um contra-ataque do 22º Batalhão dos Caçadores que, recebendo ordens diretas de João Suassuna³, atacou os conspiradores que acabaram por se render (FERREIRA, 1990).

Enquanto isso, a Coluna Prestes entrava na Paraíba através da cidade de São José do Rio do Peixe, com o intuito de apenas passar pelo estado em direção a Pernambuco. No entanto, o que se esperava ser uma passagem tranquila, acabou sendo permeada por perseguições⁴ e fatos

2 Era assim que o jornal se referia a Coluna Prestes.

3 João Suassuna descobriu o complô através do Sargento Francisco Pedro do Santos e com isso conseguiu criar estratégias antecipadas para barrar o motim (FERREIRA, 1990).

4 Antes da chegada da Coluna no estado o governo iniciou uma grande propaganda contra a Coluna Prestes, o que ganhou muitos adeptos em detrimento das circunstâncias, fazendo com que a própria população, tomada por um sentimento de revolta e injustiça, combatesse de forma armada o movimento. Concomitantemente os coroneis, que dispensavam forte apoio a João Suassuna, aderiram à causa, o que levou as potências locais a combater diretamente os rebeldes (TRIGUEIRO, 1982).

marcantes para o local. Durante todo o período o jornal atualizou a população dos acontecimentos, publicando diariamente informações sobre os rebeldes e sobre a resistência paraibana na tentativa de manutenção da ordem.

Em 9 de fevereiro a Coluna Prestes chegou no município de Piancó, onde aconteceu o ocorrido mais marcante da estadia da Coluna no estado. Ao entrar na cidade o grupo encontrou forte resistência local liderada pelo padre Aristides Ferreira da Cruz⁵, que juntamente a poucos membros da força oficial e a própria população resistiram por horas.

No final do conflito o padre, juntamente a outros 11 companheiros, foram mortos, o que causou grande comoção no estado. Principalmente após ter sido noticiado no dia 12 de fevereiro, o acontecimento narrando o ocorrido imbuíu a população, mais uma vez, com o sentimento de revolta em relação a Coluna Prestes, que mesmo tendo saído vitoriosa desse conflito, movimentou-se para sair o mais rápido possível da Paraíba devido ao cenário hostil que encontrou a sua presença.

Em suma, o jornal publicou com recorrência durante o primeiro semestre atualizações à população com relação aos acontecimentos do dia 09 de fevereiro em Piancó, expondo novas perspectivas do ocorrido e notícias referentes à própria Coluna e seu trajeto. Houve uma investida por parte da presidência do estado de mostrar que, mesmo com as tentativas de desestabilização do governo por parte de forças externas, a política da Paraíba continuava firmemente consolidada. “A União” chegou a transmitir um depoimento dado por João Suassuna ao “Jornal do Commercio” de Recife, afirmando que a Coluna Prestes foi concorrer com um mal que já assolava a região, comparando-a ao Cangaço.

No geral, esses acabaram sendo os principais assuntos referentes à segurança pública. Raras vezes evidenciaram algumas prisões e solturas, mas no geral o primeiro semestre foi voltado, quase que inteiramente, a Coluna e conforme ela foi se distanciando do estado o tema principal tornou-se o cangaço, que era visto como a principal problemática no quesito segurança em todo nordeste.

João Suassuna buscou implementar medidas cabíveis ao controle do banditismo e com frequência prestava declarações indo contra o cangaço, instigando algumas pessoas influentes de seu convívio a fazer o mesmo. Todavia, mesmo com essas medidas, era sabido que os próprios coroneis, que o apoiavam⁶, também tinham interligações com grupos de cangaceiros em uma complexa troca de favores.

5 O padre Aristides foi membro da Assembleia Legislativa da Paraíba durante 3 mandatos consecutivos, a partir de 1915, aliado ao epitacismo. Após se eleger deputado estadual, assumiu a chefia local do município de Piancó, fazendo forte oposição à família Leite. (OTAVIANO, 1955)

6 O epitacismo buscava centralizar a imagem dos coroneis na oligarquia, fator que foi realizado por Solon de Lucena. No entanto, devido a familiaridade que tinha com os chefes locais, por causa da sua origem, e graças às problemáticas apresentadas ao longo de seu mandato, João Suassuna centralizou o poder regional na sua imagem e não mais na de Epitácio (TRIGUEIRO, 1982), fazendo com que se iniciasse a divergência dentro do poder oligárquico, mas sendo uma forte empreitada para a própria manutenção a frente da presidência estadual.

Embora fosse um assunto em alta, o estado noticiou apenas 2 ocorrências ao longo do ano de 1926. A primeira foi em julho quando o grupo de Sabino Goés, antigo companheiro de Lampião, invadiu o município de Misericórdia onde fez de refém o coronel Zuza Lacerda. Houve conflito armado, chegando depois a informação para o chefe de polícia, Júlio Lyra, de que o grupo tinha o total de 12 homens e que 1 foi morto e outro baleado.

A última ocorrência foi novamente pelo grupo de Sabino Góes que tentou tomar a cidade de Cajazeira de surpresa em setembro, encontrando forte resistência da população juntamente a polícia local que, após 5 hrs de tiroteio, conseguiram expulsar o grupo de volta para o Ceará, de onde tinham vindo. Encerrando assim o assunto da segurança pública, visto que pouco foi noticiado a respeito.

Quanto a educação, não a vemos tomar um destaque tão grande quanto as questões econômicas e de segurança pública, no entanto há uma grande ênfase na fundação de alguns grupos escolares e principalmente a publicação de decretos voltados às mudanças de cadeiras nos institutos, além da divulgação de processos seletivos para alguns colégios de renome como o Lyceu Paraibano, que na época centralizava a elite do estado. No geral é uma temática que pouco é falada, pois o jornal não se preocupa em dar relevância ao assunto, provavelmente devido a quantidade de problemáticas enfrentadas pela política no período.

João Suassuna governou em um cenário caótico, incluindo endemias e problemas envolvendo a saúde pública. A primeira ocorrência aconteceu com o reaparecimento da febre amarela no estado, no início do ano, o que causou preocupação em âmbito nacional, visto que anteriormente a doença já tinha causado problemas em outros estados, ocasionando alerta em todo o país. Em meados de maio, o diretor da Repartição Estadual de Higiene, Teixeira de Vasconcellos, e o chefe da Comissão de Saneamento Rural, Guedes Pereira, lançaram nota através do jornal informando a diminuição dos casos no estado, em uma tentativa de acalmar a população, o que foi enfatizado pela medida da Defesa Sanitária Marítima em agosto ao interromper as medidas protetivas na região devido ao controle da doença. Porém, mesmo com essas notícias, ela continuou a se espalhar no interior da Paraíba.

A malária também levou consequências à saúde pública, chamada na época de impaludismo. O estado passou por um surto ao longo de 1926 que atingiu, principalmente, o município de Araruna, que foi considerado o foco da proliferação. Foi instalado um posto de socorro na cidade para auxiliar os doentes e o médico Oswaldo Joffily foi o responsável pela distribuição de medicamentos e cuidados necessários, fazendo com que o jornal mais uma vez noticiasse o bom manejo que o governo estava tendo em relação ao surto em uma tentativa de mostrar a população que estava tudo sob controle.

No ano anterior o estado havia passado por momentos conturbados devido a propagação da varíola em todo o território paraibano, fazendo com que 1926 fosse um ano de alerta devido a alguns casos que ainda persistiram. Em razão do estarem causados pela doença em

1925, em outubro de 1926 chegou no estado um lote de vacinas para evitar que novos casos ocorressem, iniciando uma propaganda quanto a eficiência do governo estadual e igualmente uma propaganda em prol da vacinação.

A respeito da peste bubônica algumas poucas menções foram feitas no jornal, sabe-se que ela trouxe problemas à região, mas o assunto só começa a aparecer por volta de outubro. A notícia mais relevante sobre é informando da primeira conferência agropecuária que teve por foco o debate de como preveni-la. Destacou-se também a iniciativa da Sociedade Brasileira de Medicina e Veterinária de colocar em pauta o debate sobre a prevenção e o controle da raiva.

Devido a propagação de tantas doenças em um período tão curto, o estado acabou por investir em palestras para a conscientização da população quanto a questão da higiene, para que fossem evitados novos casos, principalmente, o surgimento de novas doenças. Por isso, a partir de fevereiro o jornal começou a anunciar as palestras ministradas em todo o estado pelo médico Flávio Maroja.

No geral, a saúde pública ao longo do ano de 1926 foi uma das principais problemáticas, pois tiveram inúmeras doenças crescendo dentro do estado ao mesmo tempo. Como meio oficial de comunicação do governo, “A União” transmitia a população informativos explicando medidas tomadas pelo presidente estadual e acabava minimizando a problemática para tranquilizar a população, buscando mostrar que estava tudo sob controle, embora a realidade fosse outra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal “A União” desde 1915 transmitiu informações articuladas de modo a favorecer a imagem do epitacismo, principalmente através da consolidação da imagem do presidente de estado, no entanto, devido aos conflitos ideológicos que foram surgindo entre João Suassuna e Epitácio Pessoa ao longo do mandato, o jornal foi distanciando-se cada vez mais das medidas estaduais e noticiando-as de modo geral, sem o devido detalhamento, enquanto a imagem do chefe da oligarquia e de Solon de Lucena, que havia falecido naquele ano, era evidenciada.

O próprio jornal em 1926 assume um distanciamento quanto à imagem de João Suassuna, expondo apenas o necessário, para que a ordem oligárquica fosse mantida enquanto não deixava transparecer os conflitos internos. A todo momento esteve tentando transmitir a ideia de controle das crises por parte do governo, mas sem evidenciar propriamente a imagem do principal responsável, o presidente estadual, que assumiu um papel secundário dentro das próprias ações.

Pode-se concluir que o jornal “A União” foi de extrema importância para a consolidação da oligarquia, pois desempenhou um papel crucial na manipulação dos acontecimentos para que a população fosse tranquilizada em momentos de crise política, econômica e social, auxiliando na continuidade dos privilégios da elite dominante.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Clara Beatriz de Araújo. **A PARAÍBA NA DÉCADA DE VINTE: OS PROTAGONISTAS DA POLÍTICA.** In: Anais do XXI Encontro Estadual de História América Latina e Brasil: Entre Ondas Progressistas e Reações Conservadoras. Anais... Campina Grande(PB) UEPB, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xxi-encontro-estadual-de-historia-america-latina-e-brasil-entre-ondas-progressistas-e-reacoes-conservadoras-anpuh-paraiba-453769/867133-a-paraiba-na-decada-de-vinte--os-protagonistas-da-politica/>

Acesso em: 02/11/2024.

A União: órgão do Partido Republicano da Parahyba do Norte. Paraíba: Imprensa Oficial, 1926. Edições consultadas de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1926.

FERREIRA, Jorge, et al. **O Brasil republicano.** O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República à Revolução de 1930. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. cap. 8.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **A Coluna Prestes na Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária, 1980.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias.** Paraíba (1889-1930). João Pessoa. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1994 pp.17-87.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba.** Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

OTAVIANO, Manuel. **Os Mártires de Piancó:** Campanha Carlos Prestes. 1ª. ed. João Pessoa: Editora Teone S.A, 1955.

SILVA, Josefa Gomes de Almeida e. **Latifúndio e algodão em Campina Grande:** Modernização e Miséria. 1985. (Dissertação). Mestrado em História - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985.

TRIGUEIRO, Oswaldo. **A Paraíba na Primeira República.** João Pessoa: A União, 1982.

A CAMINHO DO CENTENÁRIO DE 1930: FONTES DIGITAIS

Carla Keuren Nunes Sousa

(UFPB/FCJA. E-mail: keurensousa@gmail.com)

Prof. Dr. Jivago Correia Barbosa

(IFPB/FCJA. E-mail: jivago.barbosa@ifpb.edu.br)

RESUMO

Neste ano de 2024, dois dos mais importantes e emblemáticos episódios da historiografia brasileira estarão sendo lembrados: os 70 anos do suicídio de Getúlio Vargas, ocorrido no dia 24 de agosto de 1954 e os 94 anos da chamada Revolução de 1930, instaurada no dia 5 de outubro de 1930. Esse último acontecimento, elevou Getúlio Vargas à presidência da República, tornando-o o presidente que passou o maior tempo à frente do Executivo federal brasileiro, quase dezenove anos. Ao realizarmos diversas pesquisas acadêmicas sobre a chamada “Era Vargas” e os seus desdobramentos, percebemos que não existe um repositório, ou um acervo documental compilando dissertações, teses, livros, revistas, mapas, jornais, entrevistas (na forma oral e escrita), dentre outras fontes que abarquem a “Revolução” de 1930. Dessa forma, o projeto proposto visa realizar o levantamento em fontes primárias e secundárias sobre a “Revolução” de 1930, além da digitalização, catalogação, indexação e disponibilização destes acervos a partir da criação de duas plataformas digitais (biblioteca digital e aplicativo), possibilitando o rápido e fácil acesso de estudantes, professores e pesquisadores não apenas da Paraíba, mas do Brasil e do mundo.

Palavras-chave: Revolução de 1930, Getúlio Vargas, biblioteca digital, Fundação Casa de José Américo.

INTRODUÇÃO

O momento histórico denominado de Revolução de 1930 foi um golpe armado que depôs o presidente Washington Luís e elevou Getúlio Vargas à presidência da República. A partir do Decreto nº 19.398, foi então instaurado o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, com Vargas à frente do Executivo, se tornando o político que passou o maior tempo nesse cargo, cerca de 15 anos de forma ininterrupta.

A partir de transformações econômicas, políticas e sociais ocorridos na década de 1920, no Brasil e no mundo, é que a Revolução¹ de 1930 se estabeleceu. Nesse contexto, o pensamento autoritário ganhava força na Europa através de figuras como Mussolini na Itália, visto que esses governos fortes prometiam ações mais rápidas e efetivas do que as democracias liberais, vistas como ineficientes, em um período de crise após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). No Brasil, esse pensamento foi defendido por autores como Oliveira Viana e Alberto Torres, a partir da necessidade de uma reforma no Estado brasileiro e maior possibilidade de ação para o poder Executivo.

No âmbito econômico, o Estado brasileiro passava por uma instabilidade na economia cafeeira, que se agravou efetivamente com a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, levando ao fim da hegemonia da classe burguesa exportadora, principalmente a elite cafeeira paulista que se viu obrigada a migrar para outros setores produtivos.

Em meados de 1929, ocorria a campanha presidencial, do qual a elite mineira indicaria o sucessor do presidente, a partir do acordo firmado entre os estados de São Paulo e de Minas Gerais e chamado por alguns historiadores de “café com leite”. Contudo, Washington Luís defendeu a candidatura do presidente de São Paulo, Júlio Prestes, causando revolta não apenas dos políticos mineiros como também das elites dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Sul. Descontentes com a indicação, os políticos desses três estados formaram a chamada Aliança Liberal (AL) e lançaram Vargas como candidato à presidência, associado ao então presidente da Paraíba, João Pessoa, para o cargo de vice.

No ano de 1930, com as eleições sendo vencidas por Júlio Prestes e seu vice, Vital Soares, o resultado foi contestado pela Aliança Liberal e parte dos seus integrantes passaram a reivindicar uma revolução que buscasse a restauração da moralidade republicana. Enquanto isso, em 26 de julho de 1930, João Pessoa foi assassinado por João Dantas e o episódio passou a ser utilizado como pretexto para a revolta armada. No dia 5 de outubro, ocorreu a Revolução e Getúlio Vargas – com o apoio de tenentes civis e militares, além de outros setores da classe média – foi conduzido ao poder, instaurando o chamado Governo Provisório, que deveria permanecer até a realização de novas eleições. Entretanto, isso foi o início de um governo intervencionista e centralizador, que também trouxe mudanças significativas em diversas áreas da sociedade brasileira, nos anos seguintes, ao ponto de se estabelecer como um marco na historiografia brasileira.

Entretanto, quando realizamos pesquisas acadêmicas sobre a chamada “Revolução” de 1930, o período Vargas, os seus dobramentos e as relações político-administrativas de Vargas junto a trajetória pública e política de José Américo de Almeida e de outros personagens históricos que participaram diretamente deste recorte temporal, é notável que não existe um espaço

¹ Esse termo é utilizado no artigo por ser o mais comumente designado na historiografia, contudo é importante salientar que há estudiosos que se valem do termo golpe de Estado, uma vez que se trata da deposição de um presidente e impedimento de posse do sucessor. O termo movimento é considerado a forma mais neutra para se referir ao assunto, dado que o termo “revolução” é associado à ideia de transformações profundas.

compilando dissertações, teses, livros, revistas, mapas, jornais, entre outros sobre esse importante período.

Vale pontuar que este trabalho se estabelece como um recorte no projeto de pesquisa “Preservação da memória e difusão educativa, cultural e científica do acervo da Fundação Casa de José Américo”, fruto da parceria entre a Fundação Casa José Américo, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior da Paraíba (SECTIES) e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ-PB).

Logo, este artigo visa pesquisar fontes primárias e secundárias – jornais, fotos, trabalhos acadêmicos, documentos, livros, entrevistas, dentre outros – que abordam acerca da Revolução de 30 e seus desdobramentos presentes no ambiente digital, se tratando especificamente de teses e dissertações disponíveis em repositórios, para disponibilização futura desses arquivos em plataformas digitais direcionadas, a partir da utilização da tecnologia digital que já é aplicada nos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), em virtude de que vivemos cada vez mais em uma sociedade da informação, onde é notório a necessidade de se criar espaços eletrônicos de divulgação de pesquisas sobre temas distintos, tornando o acesso às informações cada vez mais rápida e eficiente.

A REVOLUÇÃO DE 1930 NA ERA DIGITAL: DISSERTAÇÕES E TESES

A história é uma ciência que se debruça acerca das mudanças e permanências dos feitos humanos no tempo e a sua produção se estabelece partindo de questões e indagações feitas por quem se debruça sobre determinado evento ou tempo histórico, tendo influência de forma indireta ou direta do contexto em que se produz. Em uma historiografia mais recente, Mourelle (2023) destaca que a Revolução de 1930 pode ser definida como:

[...] o início de uma ruptura, de transformações em várias esferas, levadas adiante por um governo autoritário – filho de seu tempo –, que ascendeu ao poder com o objetivo de mudar a forma de se relacionar com os trabalhadores, modificar o sistema eleitoral e implementar um novo modelo de Estado, de cima para baixo, acreditando que assim alçaria o Brasil a uma posição de maior protagonismo e menos dependente internacionalmente. (MOURELLE, 2023, p.19)

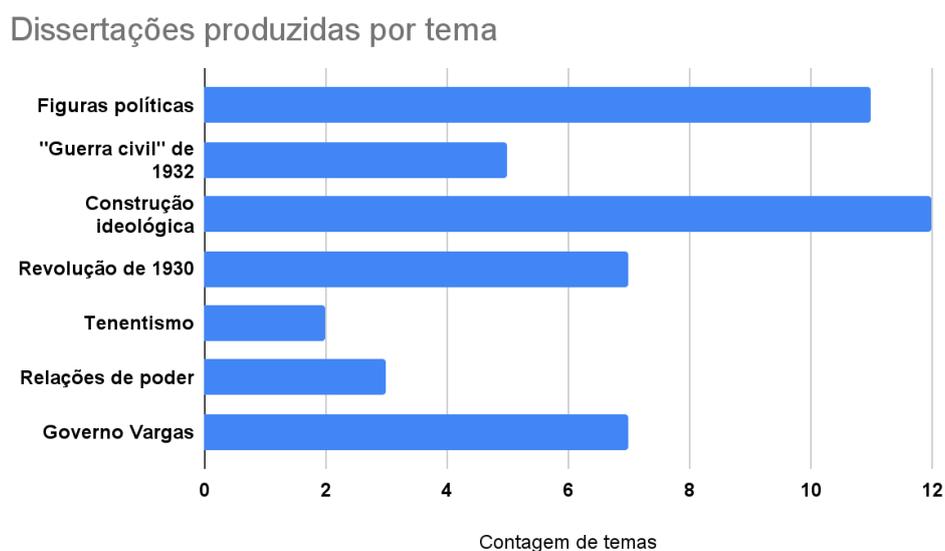
Por conseguinte, para compreender as razões que levaram ao movimento e suas consequências é necessário a utilização de diversas fontes primárias e secundárias, como dissertações e teses, para se estabelecer uma visão mais abrangente sobre esse episódio histórico.

Através de uma equipe multidisciplinar, constituída de pesquisadores e graduandos da área de Ciências Humanas, está sendo realizado o levantamento de fontes distintas a respeito da conjuntura histórica de 1930 e suas consequências. Entre essas fontes estão presentes as dis-

sertações e teses disponíveis, de forma digital, em diversos Programas de Pós-Graduação em História de todo o país.

Até o momento, foram identificadas e analisadas 48 dissertações de mestrado e 29 teses de doutorado sobre o período determinado, encontradas em ambientes digitais, como Domínio Público, Plataforma Sucupira, repositórios de universidades brasileiras, entre outras, produzidos entre os anos de 1980 a 2023. Através do estudo desses trabalhos acadêmicos é possível traçar algumas ponderações.

Gráfico 1: Quantidade de dissertações por temas relacionados com a Revolução de 1930



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Dentre as dissertações examinadas (Gráfico 1), é possível verificar que um dos subtópicos mais estudados condiz com as ideias e pensamentos que permearam os acontecimentos históricos que levaram a Revolução de 1930, elaborando um modelo ideológico distinto para o Estado brasileiro, como o trabalho de Mundim (2007). Nessa temática, também está agrupado o trabalho de Alves (2007) que trata sobre como se deu as representações anticomunistas na década de 1930 em jornais, bem como sobre a Revolução de 1930.

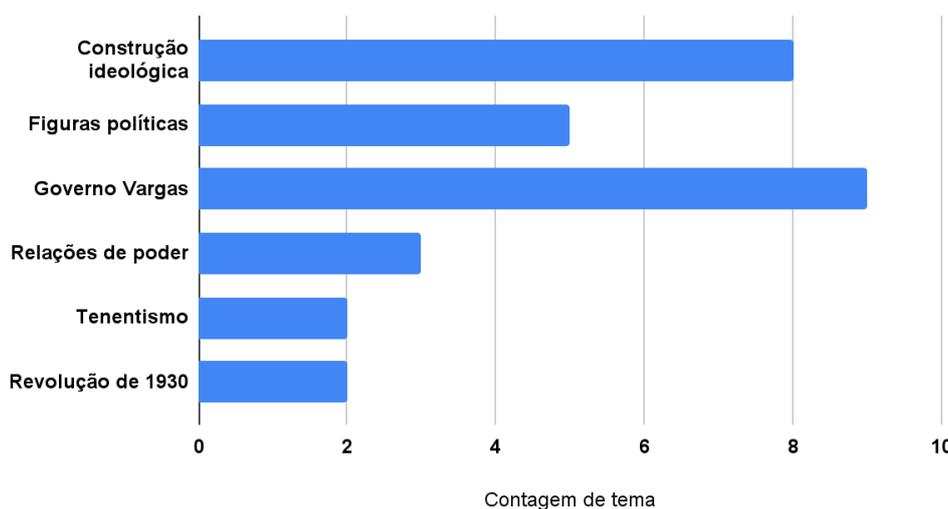
Outro subtópico bastante trabalhado (Gráfico 1) corresponde às figuras políticas envolvidas na Revolução de 1930, como José Américo de Almeida, Juarez Távora, Juracy Magalhães, Pedro Ludovico Teixeira, entre outros. Essas personalidades vão se fazer presentes nas articulações políticas e de estabelecimento do Governo Provisório (1930- 1934) em diversos lugares do país. Sobre a figura de José Américo de Almeida, primeiro interventor da Paraíba assim que foi estabelecido o Governo Provisório, há o trabalho de Silva (2015) que se debruça sobre a formação da sua influência política, que ultrapassa o cenário local e regional ao assumir como

Ministro de Viação e Obras Públicas (1930-1934)². Já na dissertação de Ribeiro (2009), a figura política tratada é João Pessoa, onde sua morte é considerada como estopim do movimento de 1930. Além disso, o autor analisa algumas construções simbólicas estabelecidas em torno de sua imagem.

Entre as teses de doutorado (Gráfico 2), o subtópico mais trabalhado é sobre questões referentes ao Governo Vargas (1930-1945/1950-1954), relacionadas diretamente ou como especificidades que se desdobram a partir da Revolução de 1930, como a questão trabalhista. A tese de Silva (2008) se refere ao Departamento Nacional do Trabalho no processo de sindicalização dos trabalhadores entre 1931 e 1945. A temática com relação às ideias e construções ideológicas em torno da Revolução de 1930 continua sendo um assunto frequente também nessa categoria de trabalho.

Gráfico 2: Quantidade de teses por temas relacionados com a Revolução de 1930

Teses produzidas por tema



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Outra etapa da pesquisa é a definição de metadados que vão estar disponíveis nas plataformas digitais, abrigando arquivos e incluindo autor, título, local de publicação, entre outros, possibilitando a disseminação de informações de forma fácil e direcionada, como expresso na figura 1 a seguir:

² Para mais informações a respeito, ver: BARBOSA, Jivago Correia. **A integração dos “Brasis”**: José Américo de Almeida e o Ministério da Viação e Obras Públicas durante o Governo Provisório (1930-1934). João Pessoa: Editora do CCTA, 2024.

Figura 1: Tabela de identificação e descrição de fontes secundárias

Projeto BR 1930					2024
Teses					
Autor	Título	Local	Ano	Link	Descritores
BALOCCO, Felipe Duarte	O PENSAMENTO DE GÓES MONTEIRO E SUA INSERÇÃO NA ERA VARGAS (1930 – 1945)	Rio de Janeiro	2018	http://www.bdt.d.ufrj.br/handle/1/13175	Oswaldo aranha, goés monteiro, política externa brasileira, forças armadas, governo vargas
BARBOSA, Jivago Correia	A INTEGRAÇÃO DOS "BRASIS": JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA E O MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DURANTE O GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1934)	Campina Grande	2019	http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/28183	Ministério da Viação e Obras Públicas, José Américo, Governo Provisório, Getúlio Vargas, integração nacional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Isto é viabilizado a partir da utilização da tecnologia digital que já é utilizada nos ambientes virtuais de ensino e aprendizagem, a partir da chamada “cultura tecnológica”, desenvolvida por pesquisadores, docentes e discentes – a exemplo da Educação a Distância (EAD), que se tornou corriqueira em diversas instituições educacionais por todo país. Aos poucos, se forjou um “novo” conceito de sociedade (“sociedade da informação”) que trouxe uma ampliação significativa da circulação de informações através do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), principalmente com a inserção dos recursos digitais (*internet, sites, blog, Google, Twitter, Facebook, Instagram*, dentre outros).

A partir dessas transformações, surgiram novas possibilidades de veiculação de informações, como também a necessidade de criação de espaços eletrônicos de divulgação de pesquisas (ciberespaço) sobre temas ligados às diferentes áreas do saber. Dessa forma, as bibliotecas necessitaram passar por uma transformação na divulgação de seus acervos, ampliando os serviços disponibilizados a partir do emprego dos meios digitais.

Os meios digitais romperam com a antiga noção de que as bibliotecas necessitavam de um prédio, ou estrutura fixa, para onde as pessoas precisavam se deslocar para ter acesso a esses acervos. A partir de então, as bibliotecas – núcleos de documentação e demais serviços de informação – passaram a utilizar os chamados recursos informacionais, compondo um sistema de conexão amplo e variado.

Diante disso, visamos como produto final do projeto a disponibilização de fontes distintas em plataformas digitais (biblioteca digital e aplicativo) que reunirão esse conjunto de documentos, tornando-se uma ação efetivamente necessária e importante, visto que facilitará as pesquisas sobre o assunto, ampliando o acesso de estudantes, educadores e educadoras das diversas modalidades de ensino (médio e superior), além de pesquisadores e pesquisadoras, possibilitando novas integrações/parcerias dos profissionais de diversas instituições de ensino do país e do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que neste ano de 2024 foi celebrado os 94 anos da chamada Revolução de 1930, instaurada no dia 5 de outubro de 1930 e em 2030 teremos o centenário desse evento emblemático, esse artigo busca contribuir para atualizar e ampliar o debate sobre o referido episódio e seus desdobramentos, presentes em fontes digitais, especificamente em dissertações e teses existentes em diversos repositórios.

A partir dessas produções acadêmicas, é possível identificar novas perspectivas sobre a Revolução de 1930 e seu contexto, que foram e vão sendo traçados a partir das indagações realizadas pelos historiadores e historiadoras durante a escrita de seus trabalhos, além de se observar os temas mais trabalhados e os menos trabalhados nestas dissertações e teses analisadas por nós.

Como parte de um projeto mais amplo, que consiste no levantamento, digitalização, catalogação, indexação e disponibilização dos acervos documentais impressos e digitais existentes – e que ainda serão escritos ao longo do período de desenvolvimento da pesquisa – sobre a Revolução de 1930, a nossa equipe de pesquisadores, pesquisadoras e bolsistas graduandos seguem os princípios teóricos e metodológicos necessários para cada área do conhecimento, dentro das Ciências Humanas, com o intuito máximo de obter a integração/interlocução entre a História, as Ciências Sociais, a Arquivologia e a Biblioteconomia.

Ademais, entendemos que o desenvolvimento dessa pesquisa atende aos pré-requisitos necessários para a realização de duas categorias de desenvolvimento científico: 1. A ciência aplicada, pois como o próprio nome já diz, ela “[...] utiliza as descobertas científicas para atender as demandas da sociedade”; e a 2. Ciência da tecnologia que “[...] são ações conexas de geração, difusão e aplicação de conhecimentos na produção de produtos e processos em todos os campos do saber” (MEDEIROS, 2012, p.355).

Com o projeto ainda em andamento, esperamos como resultado a criação de uma biblioteca digital e de um aplicativo que irá disponibilizar todo esse material pesquisado sobre a Revolução de 1930, o Regime Vargas e seus desdobramentos, facilitando o desenvolvimento de futuras pesquisas sobre o tema, ampliando o acesso de estudantes, educadores, educadoras, pesquisadores e pesquisadoras que buscam informações sobre o referido tema.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jivago Correia. **A integração dos “Brasis”**: José Américo de Almeida e o Ministério da Viação e Obras Públicas durante o Governo Provisório (1930-1934). João Pessoa: Editora do CCTA, 2024.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. Editora Brasiliense: São Paulo, 1970.

MEDEIROS, José Washington de Moraes. Cap. 10. METODOLOGIA DA PESQUISA. In: PRESTES, Emília da Trindade; ROSSI, Sílvio José (Orgs.). **Comunidades de aprendizagem e educação ao longo da vida**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p.335-39

MOURELLE, Thiago C. Revolução de 1930. In: **Dicionário do Governo Vargas: Da Revolução de 1930 ao suicídio**. Organizadores: André Barbosa Fraga, Mayra Coan Lago e Thiago Cavaliere Mourelle. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2023, p. 15-20.

SILVA, NATÁLIA RODRIGUES. **Bibliotecas digitais ou plataformas digitais colaborativas?** Por uma compreensão do funcionamento das bibliotecas digitais (não) autorizadas no espaço digital. Curitiba: Apris, 2020.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Trad. Ismênia Tunes Dantas. 7 ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TEIXEIRA, Luciana. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. **EAD Syndell-Inovação e Tecnologia nas Bibliotecas-ITB**, v. 1, n. 1, p. 78-90, 2023.

A LUTA POLÍTICA DO MOVIMENTO NEGRO PELA EDUCAÇÃO E CONTRA O RACISMO NA REDEMOCRATIZAÇÃO (1982-1988)

Érica Melo Lima¹

(UFCG. E-mail: erica.lima1110@gmail.com)

RESUMO

No período da chamada “redemocratização”, representantes políticos negros se organizaram para levar ao congresso as pautas do movimento negro. Este trabalho tem como principal objetivo investigar e analisar os debates sobre a questão de raça na ANC e o “mito” da democracia racial como ferramenta da branquitude dentro do congresso brasileiro para frear as lutas do movimento negro. As principais fontes analisadas serão os discursos parlamentares presentes na ata da câmara dos deputados e das reuniões das subcomissões da ANC, além de projetos de lei propostos pelos deputados negros, especificamente, Abdias do Nascimento (PDT-RJ) e a deputada Benedita da Silva (PT-SP), que foram figuras centrais da luta política dos negros. O recorte temporal deste trabalho será de 1982 a 1988. Essa escolha acompanha a mudança de posicionamento do movimento negro na década de 80 e as discussões da Assembleia Nacional Constituinte. O trabalho segue a perspectiva do materialismo histórico e dialético, trabalhando conceitos, como: classe, luta de classe, ideologia e racismo estrutural. E teóricos, como: Lélia Gonzalez, Florestan Fernandes, Abdias do Nascimento, Clóvis Moura. A principal hipótese deste trabalho é de que a branquitude utilizou o “mito” da democracia racial e o argumento de que não existe racismo no Brasil para furar os avanços do movimento negro.

Palavras-chave: Movimento Negro, Assembleia Nacional Constituinte, debate político.

INTRODUÇÃO

Os anos finais da ditadura militar no Brasil, que chegou ao fim em 1985, foram marcados pela intensificação da luta das camadas populares por democracia e amplitude de direitos. No tocante a comunidade negra, sua luta foi fortalecida pela organização do Movimento Negro Unificado, após 1979. Importante destacar a organização do MNU pois ele representou uma nova forma de luta contra o racismo no país, um movimento que não fazia distinção de sexo, raça e crença, e que através da organização e mobilização de suas reivindicações construía a luta pela emancipação política, social, econômica e cultural do povo negro (Gonzalez, 2020).

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande.

A educação sempre foi uma das principais lutas da comunidade negra. Uma pauta central na educação era a construção de um currículo que pensasse os negros e a história dos negros no Brasil como elemento positivo, destacando suas contribuições e lutas. No ano de 1982, o MNU incluiu no seu plano de ação a proposta de inclusão da História África e do Negro no Brasil nos currículos escolares.

Naquele período, o movimento negro passou a intervir amiúde no terreno educacional, com proposições fundadas na revisão dos conteúdos preceituosos dos livros didáticos; na capacitação de professores para desenvolver uma pedagogia interétnica; na reavaliação do papel do negro na história do Brasil e, por fim, erigiu a bandeira da inclusão da história da África nos currículos escolares. Reivindicava-se, igualmente, a emergência de uma literatura “negra” em detrimento à literatura de base eurocêntrica. (Domingues, 2007, p. 116)

Essa organização se desenrola no contexto de redemocratização, em que a comunidade negra contava com a manifestação política de deputados negros na tentativa de enfrentar o racismo e construir essas pautas. Neste trabalho, destacamos os deputados Abdias do Nascimento (PDT-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ), exerceram o mandato, respectivamente, entre 1983-1987 e 1987-1995. Ambos, junto a outros políticos negros, atuaram na linha de frente da luta pela garantia dos direitos da população negra na nova constituição.

O contexto político do recorte temporal da pesquisa, entre 1982-1988, é grifado pela transição democrática. Importante destacar que, mesmo com todas as pressões sociais das classes populares, o modelo pelo qual essa mudança se desenrolou foi “a transição lenta, gradual e segura” (Florestan, 2006), através da articulação política de conciliação entre os grupos conservadores. O termo “transição lenta, gradual e segura” foi cunhado pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1979), ele observou que diante do acirramento das tensões, o “melhor” para a ditadura militar brasileira seria que o regime se retirasse aos poucos, como forma de garantir a anistia para os ditadores e a permanência do poder político e econômico nas mãos da classe e do grupo racial dominante.

Deste modo, buscamos analisar a construção dessa luta dos políticos e intelectuais negros a partir dos debates presentes nas notas taquigráficas da Câmara dos Deputados; registros da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias e da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes; e dos Projetos de Lei ligados a temática da educação que foram elaborados por deputados alinhados a pauta de luta contra o racismo.

A EDUCAÇÃO COMO PAUTA DO MOVIMENTO NEGRO NA REDEMOCRATIZAÇÃO

Dentre a atuação de Abdias Nascimento e Benedita da Silva podemos destacar alguns projetos de Lei que se alinham com a temática da pesquisa. O primeiro, elaborou o PL 1.550/1983:

“declara feriado nacional o 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi, e dia Nacional da Consciência Negra, já celebrado pela comunidade afro-brasileira”; PL 1.332/1983: “Dispõe sobre ação compensatória visando à implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo Art. 153, § 1º da Constituição da República” e tentou criar a Comissão do Negro através dos Projetos de Resolução da Câmara nº 58/1983 e nº 172/1984. A segunda, desenvolveu o PL nº 857 que tinha como título “Inclui a disciplina ‘História e Cultura da África’ nos Currículos que especifica”, e tinha como Art. 1º “É incluída, no ensino de 1º e 2º graus, e no curso de Graduação em História, a disciplina ‘História e Cultura da África’” e o PL 967/1988 que “Cria, nas universidades federais, núcleos etnológicos”. Nenhum dos projetos citados foi aprovado.

Esses deputados, assim como intelectuais que atuaram nos debates das subcomissões da Assembleia Nacional Constituinte, encontraram muita resistência por parte de políticos alinhados a um projeto político de Brasil conservador e vinculado a classe dominante. Os principais argumentos desses deputados era de que não havia racismo no Brasil. Esses deputados “conservadores”, apegavam-se a propaganda do Brasil como símbolo da “Democracia Racial” para afirmar que não identificavam essa discriminação sistematizada que os deputados negros denunciavam. O deputado Carlos Santa’Ana (PMDB-BA) chega a afirmar com todas as letras que “Não há racismo no Brasil”².

Esses argumentos, do racismo como inexistente na sociedade brasileira e do Brasil como sendo símbolo da “democracia racial” e da “harmonia entre as raças” são elementos centrais na manutenção do Racismo Estrutural. Se analisarmos as questões de raça no país, considerando seu passado no escravismo colonial e os quase 400 anos de exploração dos negros enquanto mão de obra escravizada, compreenderemos as raízes deste racismo e sua relação com o modo de produção capitalista, por exemplo. Visto que, a manutenção da opressão e exploração dos negros na sociedade, a partir do racismo estrutural, contribui para o lucro excessivo dos capitalistas. Essa segregação e marginalização são ocultadas pelo “mito” da democracia racial.

O deputado Abdias Nascimento teve seu PCR nº 58/1983 considerado inconstitucional sob a justificativa central, do relator Nilson Gibson (PDS-PE), de que ele poderia representar uma “discriminação positiva”, onde a comunidade negra seria beneficiada por uma comissão para investigar unicamente sua situação na sociedade.

Aí uma dupla discriminação: uma contra os das demais raças, por não estarem contemplados; outra com os próprios africanos, eis que se pretende apenas apurar delitos contra os brasileiros de ascendência africana. Ora, a Constituição brasileira garante aos nacionais e aos estrangeiros aqui radicados os mesmos direitos.³

2 Carlos Santa’Ana, trecho publicado no DCN, 28/05/1983, p. 4206.

3 Trecho do parecer do relator do PRC nº 58/1983, publicado no site da Câmara dos Deputados, p. 04.

Na reunião da subcomissão de Educação, Cultura e Esportes o Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB) anexou suas propostas para a educação, que incluíam, “Art. Constituem matéria obrigatória em todos os níveis de educação: I - os direitos e deveres e garantias do cidadão e os provindos do Estado Democrático de Direito; II - a História dos Povos Africanos e a História do Negro e do Índio no Brasil.”⁴. As reuniões da ANC foram marcadas pelas mesmas argumentações. Enquanto políticos como Benedita da Silva e intelectuais como Lélia Gonzalez discutiam a realidade do negro brasileiro, políticos ligados à classe dominante se baseavam nessa relação entre a inexistência do racismo e o Brasil como símbolo de democracia racial.

Lélia Gonzalez participou como palestrante em uma audiência pública no dia 28 de abril de 1987, na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, que tinha como tema os “problemas do negro” na sociedade brasileira. Nesta sessão ela afirmou que a classe dominante mantinha os negros em uma posição extremamente afastada das decisões políticas, e além disso, essa classe dominante desenvolveu um processo de apagamento e embranquecimento da História e da Cultura dos povos Afro-Brasileiros.

[...] no nosso país, cultura, por exemplo, segundo essa perspectiva da classe e da raça dominante e do sexo, é importante dizer, a cultura é tudo aquilo que diz respeito a produção cultural ocidental. Já a produção cultural indígena ou africana ou afro-brasileira é vista segundo a perspectiva do folclore.

[...] E a história do nosso país é uma história falada pela raça e classe dominante, é uma história oficial, apesar dos grandes esforços do presente momento.⁵

Durante a fala da expositora, se desenrolam debates, o relator da subcomissão, o deputado Alceni Guerra (PFL-PR), apresenta um argumento para contrapor a compreensão de Lélia sobre a situação do negro baseado na ideia de que a ausência de uma forma de segregação institucionalizada comprova o fato de que não há racismo no Brasil. O relator afirma que todas as situações narradas pelos expositores – palestrantes negros e negras – relatavam “um conflito de gerações”⁶ afirmando que a segregação narrada pelos expositores não passava de questão de “geração, ou um aspecto circunstancial, local, geográfico”⁷.

A deputada Benedita buscou elaborar uma educação que contribuísse para a construção de uma visão histórica que expusesse as contribuições econômicas, sociais e culturais da comunidade negra no Brasil. Além disso, ela denunciou fortemente a atuação ideológica da democracia racial, como sendo um elemento que faz parte do desenvolvimento das relações de raça no Brasil.

4 Anexo a 17ª Reunião realizada 30/04/1987, DANC (suplemento) 18/07/1987, p. 171.

5 Lélia Gonzalez, trecho publicado no DANC (suplemento) 20/05/1987, p. 121.

6 Alceni Guerra, trecho publicado no DANC (suplemento) 20/05/1987, p. 129.

7 Alceni Guerra, trecho publicado no DANC (suplemento) 20/05/1987, p. 129.

Porque desde pequeninhos fomos acostumados com a idéia de que no Brasil “não há racismo”, de que “não somos negros mas homens de cor”, de que “não há preconceitos”, de que vivemos numa “democracia racial”, numa total harmonia entre brancos e negros, que a “miscigenação”, é uma fato evidente, pois, através dos sucessivos casamentos entre negros e brancos, os dois pólos extremos se enfraqueceriam e por seguinte desapareceriam surgindo então uma nova raça de “mulatos”, “pardos” e “morenos”.⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como outros grupos populares durante o processo de redemocratização, o MNU também se organizou de modo a buscar a elaboração e consolidação de suas pautas, principalmente em um momento de disputa, visto que, esse período foi marcado pela elaboração de uma nova Carta Magna. Porém, o forte impacto de ideologias como a da democracia racial e da tese da harmonia entre as raças, base do projeto político da classe dominante, foi central para evitar o sucesso destas pautas.

Essa luta contribuiu para diversas conquistas para a comunidade negra. Destacando a inclusão da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que deve contribuir para a construção de uma nova consciência histórica, através da luta contra o racismo estrutural, a opressão e marginalização dos negros brasileiros.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei nº 1.332/1983**. Autoria de Abdias do Nascimento. Brasília, 1983.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei nº 172/1984**. Autoria de Abdias do Nascimento. Brasília, 1984.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei nº 259/1999**. Autoria de Esther Grossi e Ben. Hur Ferreira. Brasília, 1999.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei nº 58/1983**. Autoria de Abdias do Nascimento. Brasília, 1983.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei nº 678/1988**. Autoria de Paulo Paim. Brasília, 1988.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei nº 857/1988**. Autoria de Benedita da Silva. Brasília, 1988.

8 Benedita da Silva, trecho anexado por Abdias do Nascimento DCN, 25/05/1983, p. 3925.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei nº 967/1988**. Autoria de Benedita da Silva. Brasília, 1988.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao8/subcomissao8a>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas com Deficiência e Minorias**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao7/subcomissao7c>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANDRADE, Máira Pires. **Movimento Negro, educação e os princípios da Lei 10.639/03**. Aedos, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 194 – 216, Dez. 2017.

CAMATA, Manuela Brito Tiburtino; COSTA, Eliane Gonçalves da. **A Perspectiva histórica da Lei 10.639/03 – Movimentos, cenários e percursos**. Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino, Dossiê n. 6, nov. 2021, p. 180 - 193.

CONCEIÇÃO, Manoel Vitorino da. **DAS REIVINDICAÇÕES À LEI: Caminhos da Lei 10.639/03**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DE SÁ, Ana Paula dos Santos. **Das ruas para os currículos: Precursores sociais e jurídicos das leis 10.639/03 e 11.645/08**. Educação em Revista, v.37, Belo Horizonte: 2021, p. 1 - 19.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: Alguns apontamentos históricos**. Revista Tempo, Niterói, V.12, n.23, p. 100-122, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. **Um “templo de luz”**: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. Revista Brasileira de Educação, V.13, n.39, Set./dez. 2008.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretações sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Movimento Socialista e Partidos Políticos**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

- FERNANDES, Florestan. **Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo**. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- FLORES, Elio Chaves. **Visões da África, Cultura histórica e afro-brasilidade (1944 – 1988)**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco zero, 1982.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2011.
- LACERDA, Ana Beatriz de Castro Carvalho *et al.* **A voz do cidadão na constituinte**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.
- MACIEL, David. **De Sarney a Collor: Reformas políticas, democratização e crise (1985 – 1990)**. São Paulo: Alameda; Goiânia: Funape, 2012.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do Partido Comunista**. 3ªed. São Paulo: EdiPro, 2015.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In. SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 559 – 658.
- MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.
- MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 5ª ed. Teresina, EdUESPI, 2021. E-book. Disponível em: <<https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/download/55/45/283-1?inline=1>>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Negro Revoltado**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1968.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Negro Revoltado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- NASCIMENTO, Abdias. **Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões**. Estudos

Avançados, [S. l.], v. 18, n. 50, p. 209-224, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9982>. Acesso em: 12 jan. 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e Intelectual**: Possibilidade nos dias da destruição. Editora Filhos da África, 2018.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo Estrutural**: Uma perspectiva histórico-crítica. 1ª ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

PEREIRA, Marcia Moreira; SILVA, Maurício Pedro da. **Percursos da Lei 10639/03**: antecedentes e desdobramentos. *Linguagens & Cidadania*, [S. l.], v. 14, n. 1, 2016

PINTO, Regina Palim. **Movimento Negro e educação do negro**: a ênfase na identidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 86, p. 25 – 38, 1993. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/936>. Acesso em: 26 fev. 2024.

SANTOS, Natália Neris da Silva. **A VOZ E A PALAVRA DO MOVIMENTO NEGRO NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE (1987/1988): UM ESTUDO DAS DEMANDAS POR DIREITOS**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Mestrado Acadêmico da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV - Direito SP). São Paulo, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem Preto Nem Branco, Muito Pelo Contrário**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Wilson Honório da. **O mito da democracia racial**: Um debate marxista sobre raça, classe e identidade. São Paulo: Sundermann, 2016.

THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios**. 2ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

XAVIER, Maria do Carmo; DORNELLES, Ana Paula Lacerda. **O DEBATE PARLAMENTAR NA TRAMITAÇÃO DA LEI 10.639/2003: INTERROGANDO O PAPEL DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL E ÉTNICA NO BRASIL**. *EccoS Revista Científica*, vol. 11, núm. 2, julho-dezembro, 2009, pp. 569-586.

HISTÓRIA E CULTURAS POLÍTICAS NO BRASIL REPUBLICANO CONTEMPORÂNEO: TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO E O USO DO ANTICOMUNISMO COMO ELEMENTO MOBILIZADOR (2019-2023)

Gabriel Lopes Silva

(UNIMONTES; email: gabriellopessilvamg@gmail.com)

RESUMO

O presente trabalho tem como cerne analisar a maneira que o discurso anticomunista propagado pelo fenômeno histórico e sociológico do bolsonarismo contribuiu para a tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023. Muitos apoiadores de Jair Bolsonaro utilizaram o discurso de combater o comunismo como pretexto para justificarem os atos antidemocráticos ocorridos em Brasília-DF. Desde meados do século XX no Brasil, o anticomunismo faz parte de um imaginário social, e também da cultura política, como aponta Rodrigo Motta (2000). Para realizar esta pesquisa, foram utilizados depoimentos de apoiadores nas redes sociais, como “X”, fontes documentais e o apoio em fontes bibliográficas de autores que dialogam com determinada temática. Após investigar através das fontes citadas e embasar a análise nas obras bibliográficas, podemos notar uma forte influência do discurso anticomunista como um dos elementos motivadores na tentativa de golpe, embora não seja apenas esse fator o motivo, destacamos este como um dos principais.

Palavras-chave: Anticomunismo; Bolsonarismo; Cultura política.

INTRODUÇÃO

O anticomunismo no Brasil, desde meados do século XX, desempenha um papel significativo na formação do imaginário social e da cultura política do país. Esse fenômeno, como aponta Rodrigo Motta (2000), foi instrumentalizado em diferentes momentos da história brasileira para justificar políticas autoritárias e ações que buscam restringir direitos democráticos. A ascensão do bolsonarismo, enquanto movimento político e sociológico, reavivou esse discurso anticomunista, inserindo-o no centro do debate público e utilizando-o como um dos principais elementos de mobilização de seus apoiadores. Este artigo propõe-se a analisar como esse discurso foi fundamental para a tentativa de golpe de Estado ocorrida em 8 de janeiro de 2023,

quando grupos de apoiadores de Jair Bolsonaro atacaram as sedes dos Três Poderes em Brasília, em um claro desafio à ordem democrática.

O bolsonarismo, entendido como um movimento político que articula valores conservadores, populismo e autoritarismo, tem no anticomunismo uma de suas principais bandeiras. Desde o início do governo Bolsonaro, o discurso de que o Brasil estaria à beira de uma ameaça comunista foi amplamente utilizado para justificar diversas ações governamentais, incluindo a tentativa de deslegitimar instituições democráticas, como o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional. Esse discurso resgatou narrativas históricas de combate ao comunismo, associando qualquer forma de oposição ao governo com ideais comunistas, independentemente de sua real orientação política. Dessa forma, o bolsonarismo construiu um inimigo comum – o comunismo – como uma forma de mobilização política e de coesão entre seus apoiadores.

A tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023 surge nesse contexto, em que o anticomunismo foi utilizado como justificativa para os atos antidemocráticos cometidos em Brasília. A retórica de “salvar o Brasil do comunismo” tornou-se um pretexto para a radicalização política e a adesão a movimentos extremistas, que buscaram por meio da violência a reversão dos resultados eleitorais e a derrubada de um governo democraticamente eleito. Muitos dos envolvidos nos atos golpistas compartilhavam discursos inflamados nas redes sociais, especialmente em plataformas como o “X” (antigo Twitter), onde o anticomunismo era frequentemente evocado para legitimar suas ações e incitar a violência contra as instituições democráticas.

Este artigo se apoia em uma análise crítica de depoimentos de apoiadores de Jair Bolsonaro coletados nas redes sociais, em fontes documentais e em uma extensa revisão bibliográfica de autores que discutem o papel do anticomunismo na política brasileira. A partir dessas fontes, procuramos entender como esse discurso foi instrumentalizado para legitimar a tentativa de golpe e analisar as dinâmicas que levaram à sua disseminação entre os apoiadores bolsonaristas. Embora outros fatores também tenham influenciado os eventos de 8 de janeiro, o anticomunismo se destaca como um dos principais elementos que contribuíram para a adesão aos atos antidemocráticos.

A pesquisa aqui apresentada visa não apenas compreender os eventos de 8 de janeiro, mas também lançar luz sobre o papel duradouro do anticomunismo na cultura política brasileira. Ao longo do artigo, exploraremos como essa retórica foi mobilizada no passado e como ela continua a influenciar movimentos políticos atuais, com foco específico no bolsonarismo. A análise das motivações e das justificativas utilizadas pelos apoiadores de Jair Bolsonaro oferece uma importante contribuição para o estudo das relações entre discurso político, imaginário social e práticas antidemocráticas no Brasil contemporâneo.

DESENVOLVIMENTO/METODOLOGIA/RESULTADOS

Este trabalho foi desenvolvido por meio do uso de obras digitalizadas, sendo desenvolvida metodologicamente por meio de uma revisão de literatura, abordando referências bibliográficas de autores que dialogam com a determinada temática pretendida. Com base nisso, apoiamos-nos na obra *Em guarda contra o perigo vermelho*, de Rodrigo Motta e *Mitos e Mitologias Políticas*, do historiador francês Raoul Girardet. Fizemos uma análise da conjuntura política brasileira, destacando aspectos das culturas políticas e imaginário político, abordando com principal enfoque o anticomunismo que é utilizado como elemento mobilizador. No tópico seguinte, iremos demonstrar as seguintes discussões acerca desta pesquisa.

CULTURAS POLÍTICAS: O ANTICOMUNISMO NO BRASIL DURANTE O SÉCULO XX

O uso do discurso anticomunista está enraizado na política brasileira desde meados do século XX, analisando-o de forma em que tal discurso é usado para fins autoritários. Diversos políticos utilizam do imaginário social em tempos de política e também fora desses respectivos períodos, com o intuito de fortalecer o imaginário coletivo, em prol de uma unidade. A obra *Mitos e mitologias políticas*, do historiador francês, Raoul Girardet, mesmo que analise com maior foco a história francesa, abre a possibilidade de que outros contextos sejam abordados.

Entende-se o anticomunismo como um elemento que se encaixa dentro do conceito de cultura política, pelo fato de ter características como tradições, práticas e representações, sendo assim, compreender as complexas relações entre grupos na sociedade e a constante busca pela legitimação de suas identidades, frequentemente em detrimento de outras. Em suma, as representações sociais são moldadas pelos grupos, sendo elas percepções do social e discursos que geram práticas. Esses discursos visam legitimar ou justificar, para os próprios indivíduos, suas escolhas e comportamentos. Assim, as representações requerem práticas que contribuem para a construção de um mundo social e de uma identidade (Chartier, 1991).

Dialogando com estes autores, entendemos que é possível uma análise do fenômeno político do anticomunismo, um dos mais relevantes nas duas fases de colapso institucional da democracia no Brasil (especificamente, a ascensão do Estado Novo (1937) e o golpe de 31 de março de 1964, sendo utilizado como uma espécie de elemento mobilizador. A partir de Rodrigo Motta, entendemos que o Brasil sofreu três grandes ondas anticomunista. A primeira foi em meados de 1937, enquanto a segunda teria surgido na década de 1940/1950, e por fim, a última onda analisada por Motta ocorreu em 1964, com a ditadura militar. É importante salientar este termo de “ditadura militar”, pois o golpe, que ocorre em conluio dos militares com parte da sociedade, é considerado por historiadores como “golpe civil-militar”, enquanto a ditadura,

não é considerada “civil-militar” por não ter a participação efetiva de civis durante o período ditatorial.

A primeira onda anticomunista, que tem resquícios da denominada Intentona Comunista de 1935, as sublevações que ocorreram em unidades militares de Natal, Recife e Rio de Janeiro fazem parte de uma articulação mais ampla, planejada em âmbito nacional pela ANL e executada de maneira apressada por líderes do movimento tenentista e por lideranças comunistas regionais. Motta (2002) destaca os efeitos deterministas que essa abordagem interpretativa tende a atribuir ao fenômeno. Ele propõe superar esse desafio por meio de uma reflexão sobre as representações, especialmente a visão anticomunista nas fases históricas em pauta, aliada às ações (eventos e atividades promovidos por grupos que se opuseram ao comunismo, principalmente as facções conservadoras). O autor destaca que o “objetivo é estudar o anticomunismo tanto no aspecto de constituição de representações – principalmente ideário, imaginário e iconografia –, quanto das ações – estruturação de movimentos e organizações anticomunistas, perseguição aos comunistas e manipulação oportunista do anticomunismo” (Motta, 2002, p. 25).

Nessa primeira onda, a característica fundamental é o uso do discurso anticomunista como ferramenta mobilizadora utilizada por Getúlio Vargas. Após a denominada Intentona Comunista ocorrida em 1935, o militar do exército brasileiro Olímpio Mourão Filho, utilizou desse momento de insatisfação de alas mais à esquerda, como é o caso da Aliança Nacional Libertadora (ANL), para criar/forjar um documento intitulado Plano Cohen. Esse plano continha uma suposta tentativa de tomada do poder por parte dos comunistas. O Plano Cohen, foi utilizado por Vargas para declarar a implementação do Estado Novo, na qual, o presidente brasileiro tinha como discurso o combate às “forças malignas” do comunismo.

Durante o período da Guerra Fria, o Brasil vivenciou intensas perseguições contra pessoas rotuladas como comunistas, especialmente no contexto de regimes autoritários, como o governo de Getúlio Vargas e, posteriormente, a ditadura militar instaurada em 1964. O uso do anticomunismo enquanto elemento mobilizador, para justificar o golpe de Estado dado por Vargas é o que caracteriza a primeira onda anticomunista no Brasil, segundo Rodrigo Motta.

Outro momento que o Brasil passou por um forte anticomunismo, foi entre as décadas de 1940 e 1950, durante o período da Guerra Fria, em o historiador vai denominar de segunda onda anticomunista. A Guerra Fria foi uma disputa geopolítica e ideológica entre os blocos capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco comunista, liderado pela União Soviética. No Brasil, essa tensão internacional influenciou diretamente a política interna. O comunismo passou a ser visto como uma ameaça à ordem social e econômica pelas elites políticas e militares do país, que viam nos comunistas uma tentativa de subverter o sistema capitalista e implementar um regime inspirado na União Soviética.

Neste segundo momento de perseguição ferrenha aos comunistas, tanto nos discursos quanto nas práticas. O governo Dutra destacou-se pelo alinhamento incondicional do Brasil aos

Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e pela repressão aos movimentos trabalhistas e aos comunistas, refletindo uma política interna marcada pelo combate às forças de esquerda e pela contenção de influências socialistas no país. Motta (2000), destaca que os “ Estados Unidos se propuseram a desempenhar o papel de principal fortaleza anticomunista, ocupando posição de coordenação na guerra contra o ‘perigo vermelho’, postura que derivava tanto de compromissos ideológicos quanto de interesses geoestratégicos e econômicos”(Motta, 2000, p.6).

A partir do golpe civil militar em 1964, o Brasil sofreu a sua terceira onda anticomunista, na qual, o uso do discurso de combate ao perigo vermelho foi utilizado pelos militares como elemento mobilizador e parte da sociedade acatou à esse discurso, apresentando um certo amedrontamento em relação ao comunismo, mesmo que a ideia de comunismo que tinham era distorcida da forma proposta por Karl Marx e Friedrich Engels. Diferentemente do objetivo proposto pelos intelectuais alemães, o comunismo disseminado no Brasil durante o século XX, tinha relação até mesmo com a questão religiosa, tornando “adversários irreconciliáveis da moralidade cristã tradicional”, os comunistas “desejariam destruir o pilar básico do edifício cristão, a família, que constituía a base da instituição religiosa e da própria sociedade” (Motta, 2002, p. 62).

[...] a ação dos comunistas traria formas de sofrimento como fome, miséria, tortura e escravização; a nova organização social por eles proposta levaria ao pecado, pois questionava a moral cristã tradicional defendendo o divórcio, o amor livre e o aborto; e a morte estaria sempre acompanhando o rastro dos bolcheviques, a quem se acusava de assassinar em massa seus oponentes e de provocar guerras sangrentas (Motta, 2002, p. 48).

O anticomunismo foi bastante presente durante a ditadura militar, conforme destaca Michel Goulart da Silva, “no contexto do golpe de 1964, mobilizou-se um conjunto de imagens acerca do comunismo, a partir de elemento do imaginário anticomunista elaborado e reelaborado ao longo do século XX”, e o autor ainda avalia que “essas representações anticomunistas foram mobilizadas por meio da militância política, atraindo setores de classe média para organizações de diferentes naturezas, cujo objetivo passava por neutralizar as atividades políticas consideradas subversivas e destruir as organizações comunistas” (Silva, 2021, p. 7).

A QUARTA ONDA ANTICOMUNISTA NA CONTEMPORANEIDADE

Apontamos como quarta onda anticomunista na contemporaneidade, o forte uso do discurso e também dos atos anticomunistas vistos durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, ex-presidente da República Brasileira, entre os anos de 2018 a 2022. Bolsonaro “declarou guerra” contra um de seus principais inimigos: o comunismo. O comunismo como alvo, é algo próximo de um mito conspiratório, seria uma elemento mobilizador. “O mito da conspiração, por exemplo, não é acompanhado de conotações negativas. Aquilo temido no outro, pode se tornar,

de repente, um imaginário que atribui heroísmo ao grupo que se denomina como os conspiradores do bem” (Lopes Silva, 2024, p.386).

O bolsonarismo, enquanto movimento político, pode ser visto até mesmo como uma cultura política, por transcender questões partidárias, como o próprio Bolsonaro que não era filiado a nenhum partido a pelo menos dois anos (2019 e 2021), até se filiar ao Partido Liberal (PL). Analisamos o bolsonarismo enquanto parte das diversas culturas políticas no Brasil, pois o conceito de cultura política pode ser entendido como “um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, expressando uma identidade coletiva e fornecendo leituras do passado e também fornecendo inspiração para projetos políticos futuros” (Motta, 2009, p.09).

Dessa maneira, podemos entender que o bolsonarismo utiliza de ferramentas do passado, abordando de outras culturas políticas e representações, além de um imaginário político. Bolsonaro vai colocar seus principais candidatos, como é o caso de integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT), como socialistas ou comunistas, inimigos da nação e da pátria, inimigos a serem extirpados. O ex-presidente se colocava como um político “contra políticas afirmativas para afrodescendentes; a favor do movimento escola sem partido; contra os homossexuais; contra uma lei que punia castigos corporais contra crianças; contra a interferência do Estado na organização familiar; e contra o feminismo” (Secco, 2022, p.45).

Ademais, o bolsonarismo utiliza amplamente as redes sociais e outras plataformas digitais para disseminar suas ideias, construir narrativas e consolidar uma base de apoio engajada, que atua na disseminação de conteúdos e na defesa pública de suas pautas. Esse engajamento digital permite uma comunicação direta com o eleitorado, o que fortalece a sensação de proximidade e de participação em um movimento coletivo. Essa prática de mobilização digital cria um canal efetivo de difusão ideológica, onde conteúdos simplificados e facilmente disseminados ajudam a fortalecer a identidade bolsonarista, reforçando uma dicotomia entre “nós” (os patriotas) e “eles” (os inimigos da nação).

O bolsonarismo, então, emerge como uma cultura política que se alimenta de uma visão polarizada da sociedade, buscando construir uma identidade coletiva que resiste às mudanças promovidas por movimentos progressistas e que visa um projeto político de restauração e proteção dos valores que considera ameaçados. Esse fenômeno nos permite observar a persistência de culturas políticas de caráter conservador e autoritário no Brasil, que, ao se adaptarem às novas ferramentas de comunicação e estratégias discursivas, encontram novas formas de se reproduzir e de influenciar o cenário político nacional.

Voltando a questão do anticomunismo, entendemos que Bolsonaro fez uso veementemente desse discurso, não em combate ao modelo socioeconômico proposto por Marx, mas sim como um elemento mobilizador, fazendo com que seus eleitores, ou boa parte deles, acreditassem nessa ideia e agissem de maneira similar. No dia 8 de janeiro de 2023, no ataque à Praça dos Três Poderes, em Brasília, diversos bolsonaristas disseram estar agindo em prol de uma

guerra contra o comunismo, como é relatado no relatório da CPI do 8 de janeiro, disponibilizado pelo Senado Federal. Alguns deles até relatam que perderam emprego, casamento, entre outros, em uma luta em conjunto com Bolsonaro.



Imagem 1: Capturas da rede social X feitas pela CPI do Senado Federal, em que manifestantes bolsonaristas mostram apoio ao seu líder

O bolsonarismo é um movimento de extrema direita que se relaciona com a “esquizofrenia coletiva” de combate ao comunismo/bolivarianismo, e o “enfraquecimento e desarticulação da esquerda antifascista”, como destaca Michael Löwy (2019). Em diversos discursos de Bolsonaro, podemos encontrar uma retórica em que “ele diz que os adeptos ao grupo de esquerda, são socialistas ou comunista e, portanto, seriam os inimigos do povo brasileiro” (Lopes Silva, 2024, p 386). Alessandra Brustolin (2021), comenta que o “discurso político tem espaços clássicos de enunciação. Os recentes acontecimentos no cenário político e social não são objeto de surpresa, mas um processo já anunciado” (Brustolin, 2021, p.82). Sendo assim, esse discurso premeditado por Bolsonaro é visto nos atos antidemocráticos em 8 de janeiro de 2023.

PEDIDO DE DITADURA MILITAR COM BOLSONARO NO PODER E O COMBATE AO COMUNISMO

O 8 de janeiro de 2023 ficará marcado na história da república brasileira, o dia na qual houveram atos antidemocráticos em que radicais bolsonaristas invadiram a Praça dos Três Poderes em Brasília- DF pedindo “intervenção militar com Bolsonaro no poder”, fazendo um apelo à uma nova ditadura explicitamente, porém isso ocorre antes, em meados de 2020, como mostra as imagens número 2 e 3.



Imagem 2: Registro do repórter Sérgio Lima, do jornal Poder 360



Imagem 3: Registro do repórter Sérgio Lima, do jornal Poder 360

As imagens anexadas retratam apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro em manifestações pedindo intervenção militar no Brasil, um ato que visa explicitamente a tomada de poder pelos militares e a instauração de uma nova ditadura, com Bolsonaro no comando. Esses movimentos são parte de um contexto maior de insatisfação e de teorias conspiratórias que ganharam força nos últimos anos, e que culminaram nos eventos de 8 de janeiro de 2023, um dia que ficará marcado na história do Brasil como uma tentativa antidemocrática de subverter o governo.

Bolsonaristas radicais invadiram a Praça dos Três Poderes em Brasília, vandalizando prédios públicos e atacando símbolos das instituições democráticas brasileiras. O objetivo declarado dessas ações era forçar uma intervenção militar que reinstalasse Bolsonaro ou, no mínimo, impedisse a continuidade do governo democraticamente eleito. Ao fazer isso, esses manifestantes explicitamente repudiavam o sistema democrático, manifestando saudosismo com o regime militar (1964-1985) e promovendo discursos anticomunistas e anti-esquerda.

Esse movimento revela tensões profundas na sociedade brasileira, nas quais uma parcela da população, motivada por líderes políticos e influenciadores, passou a desconfiar das instituições democráticas e dos resultados eleitorais, interpretando-os como ameaças à sua visão de nação. Esses episódios levantam questionamentos sobre a estabilidade das instituições democráticas no Brasil e destacam o desafio contínuo de preservá-las diante de ameaças autoritárias. Não podemos deixar de destacar que esses radicais também utilizavam da luta contra o comunismo para tentarem justificar seus atos antidemocráticos. Na imagem 4, podemos notar o uso desses discursos por meio de cartazes, na qual pedem a criminalização do comunismo.



Imagem 4: Registro do repórter Sérgio Lima, do jornal Poder 360

O uso de discursos anticomunistas como justificativa para atos antidemocráticos é uma tática recorrente em movimentos autoritários. Na imagem 4, os manifestantes carregam faixas e cartazes que pedem a “criminalização do comunismo”, reforçando a narrativa de que ideologias de esquerda representam uma ameaça ao país. Esse tipo de retórica anticomunista, comum em manifestações bolsonaristas, busca incitar o medo e criar um inimigo interno, justificando assim a necessidade de medidas extremas, como a intervenção militar, para “proteger a nação”.

Esses apelos pelo combate ao comunismo, mesmo que o Brasil não tenha atualmente um partido comunista relevante no cenário político, são ecoados como uma forma de legitimar ataques a qualquer força progressista ou adversária política. O discurso anticomunista, que remonta à época da Guerra Fria e da ditadura militar brasileira, é resgatado para atacar o sistema democrático, sugerindo que as eleições e as instituições estariam comprometidas por supostas ameaças “comunistas”. Esse tipo de mobilização é um esforço para criar polarização, o que enfraquece o diálogo democrático e abre espaço para práticas autoritárias.

Portanto, essa imagem ilustra não só a defesa de um regime antidemocrático, mas também a maneira como a retórica anticomunista é usada como ferramenta de manipulação ideológica e de mobilização de grupos em prol de objetivos autoritários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa análise reflete sobre o uso da retórica anticomunista como justificativa para tais atos. Essa retórica, exibida em cartazes que pedem a “criminalização do comunismo”, evoca um inimigo ideológico interno, criando um clima de polarização e medo que legitima ações extremas contra adversários políticos e contra as instituições democráticas. Este discurso, apesar de descolado da realidade política e social brasileira contemporânea, tem raízes históricas profundas no país e foi amplamente utilizado durante o regime militar para justificar perseguições e repressões.

As considerações finais sobre essa análise apontam para a importância de se compreender esses atos não apenas como manifestações políticas isoladas, mas como uma tentativa articulada de desestabilizar a democracia. Esse movimento revela uma crise de confiança nas instituições e um desejo de imposição de valores autoritários em detrimento da pluralidade política e do respeito às diferenças ideológicas, valores fundamentais para a coexistência democrática.

É importante também entender as questões relacionadas às culturas políticas e do imaginário políticos no Brasil, elementos que contribuem para a formação de uma identidade, representação, entre outros. Portanto, os eventos de 8 de janeiro de 2023 e as manifestações que antecederam esse dia servem de alerta para a necessidade de proteger e fortalecer as instituições democráticas brasileiras, e de educar a sociedade sobre o valor da democracia e dos direitos hu-

manos. É essencial que o Estado e a sociedade civil trabalhem juntos para evitar que discursos de ódio e retóricas autoritárias voltem a ameaçar a liberdade e a justiça social no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. CPMI - 8 de Janeiro - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023. Disponível em <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2606>. Acesso em 09 de mar. de 2024.

BRUSTOLIN, Alessandra. **O autoritarismo anunciado: Uma análise de discurso do Presidente Jair Bolsonaro**. Revista dos Estudantes de Direito de Brasília, 20ª edição: 2021.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, vol.5, n°11, Jan./Abr. 1991.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: CIA das Letras, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia**. Editora: Argumentum, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho : o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo : Perspectiva, 2002.

PODER, 360. **Apoiadores de Bolsonaro fazem protesto em Brasília e pedem intervenção militar**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/apoiadores-de-bolsonaro-fazem-protesto-em-brasilia-e-pedem-intervencao-militar/>. Acesso em 02 de novembro de 2024.

SECCO, Lincoln. O bolsonarismo no Brasil. Relações Internacionais, [S.L.], n. 73, p. 41-52, mar. 2022. Instituto Portugues de Relacoes Internacionais, Universidade Nova de Lisboa. <http://dx.doi.org/10.23906/ri2022.73a04>. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/RI73/RI73_art04_LS.pdf. Acesso em 03 de outubro de 2024.

SILVA, Gabriel Lopes. **O carisma de Jair Bolsonaro: análise de um fragmento do bolsonarismo**. Revista Escrita da História - ISSN 2359-0238 (online) - ISSN 2965-7431, 2024.

SILVA, Michel Goulart da. **O anticomunismo e o golpe de 1964**. Boletim de Conjuntura (BOCA), ano III, vol.6, n.16, Boa Vista, 2021

DESVENDANDO A PRIMEIRA REPÚBLICA: O USO DE NARRATIVAS VISUAIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Natália Viana Alves Silva
(UFPB. E-mail: alvesnatalia579@gmail.com)

RESUMO

Este artigo busca investigar o uso de imagens e quadrinhos como recurso didático no Ensino de História, de maneira a abordar os desdobramentos da República brasileira (1889), com o objetivo de potencializar a análise crítica dos alunos, estimulando o seu engajamento no processo de ensino e aprendizagem. O uso das caricaturas é alocado como fontes primárias que buscam manifestar e contornar os discursos ideológicos e políticos presentes na Primeira República, ofertando uma visão mais abrangente desse período. Dispõe-se a realização de abordagens metodológicas que atrelada ao planejamento pedagógico promova o pensamento crítico nos alunos através do uso de fontes históricas. Com esse propósito, optou-se pela escolha de uma metodologia qualitativa. Para o desenvolvimento desse texto será discutido o conceito de aprendizagem histórica (SCHIMIT, 2017; RUSEN, 2001; LEE, 2005; BARCA, 2005).

Palavras-chave: Aprendizagem histórica, República (1889), fontes históricas.

INTRODUÇÃO

A ideia a ser trabalhada nesta pesquisa é pensar como trabalhar o momento de implantação da República no Brasil com o uso de histórias em quadrinhos. Nos anos finais do século XIX e início do século XX, o cenário brasileiro foi marcado por vários conflitos políticos, econômicos, sociais e uma forte mudança no aspecto cultural. Buscando entender como se configurou a Proclamação da República brasileira e os caminhos que foram seguidos para a idealização do 15 de novembro, assim como, os seus desdobramentos. Nesta perspectiva, alguns conceitos ao serem trabalhados apenas com o uso do livro didático não ficam claros para que os estudantes compreendam a Proclamação da República em 1889, em seu conjunto.

A consolidação do sistema republicano brasileiro trouxe algumas especificidades, cuja compreensão imersa no conjunto social e no contexto do 15 de novembro de 1889, consolidou uma leitura apenas política da República brasileira. Desta feita, buscamos discutir a Proclamação da República brasileira a partir do uso de imagens e das histórias em quadrinhos para ajudar em uma melhor compreensão de alguns conceitos chaves, para que o estudo do contexto

de instauração da República no Brasil não seja apenas interpretado pelo viés político, mas, relacionado com a sociedade.

O modelo republicano que se instaurou no Brasil no século XIX, possui características que o tornam singular. Assim, os temas que irão permear a pesquisa são: A formação da República brasileira, Oligarquia, Coronelismo, Cidadania e Voto de Cabresto. Para tornar isso mais próximo da realidade dos alunos, a ideia é utilizar os quadrinhos em sala de aula, como uma maneira de melhorar a aprendizagem. O quadrinho que será trabalhado em sala com os alunos do 9º ano, será: “Cai o Império” República vou ver!” da Angeli e Lilia Schwarcz. Por tanto, ele terá um caráter informativo para estabelecer uma compreensão mais lúdica e autêntica, pontuando algumas das características do sistema republicano brasileiro vigente nesse momento.

A formação da República brasileira está atrelada a vários conflitos políticos, sendo assim, torna-se necessário entender como essas conformações estavam organizadas, com a mudança da monarquia para uma República presidencialista. O sistema político brasileiro foi modificado, porém, era nítido que a organização social brasileira convivia com o poder do coronel e com a influência das oligarquias locais. Dessa forma, a junção desses fatores, levou à consolidação de um modelo republicano que no âmbito econômico e social, estava comprometido com a manutenção do status quo desses grupos. Contudo, para compreender a sociedade da época e os significados do 15 de novembro de forma qualitativa, se faz necessário estabelecer conexões entre as partes da sociedade e as classes que compõem a estrutura social neste contexto, para que assim, os alunos compreendam as especificidades da República brasileira e seus impactos sobre a sociedade.

Através do quadrinho “Cai o Império! República vou ver!”, identificamos os pontos que levaram à queda do Império brasileiro e a formação da República. O uso do quadrinho como uma fonte visual adiciona uma dimensão interpretativa única ao estudo, permitindo a apreciação das representações simbólicas que podem não ser totalmente capturadas por fontes escritas convencionais. Ao unir essas diferentes facetas, este estudo busca proporcionar uma análise abrangente, que não apenas informa sobre os eventos históricos relacionados à República, mas também enriquece a discussão a respeito do uso de recursos didáticos visuais para uma melhor aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO/METODOLOGIA/RESULTADOS

A pesquisa será desdobrada em alguns pontos para ajudar na elaboração e êxito no seu resultado, para isso, em sua composição teremos alguns pontos estruturais norteadores. No primeiro momento, é desenvolvido um breve estudo historiográfico relacionado a Primeira República, buscando evidenciar os meios que levaram à sua Proclamação, bem como a construção

histórica do 15 de novembro (1889), de modo a facilitar uma melhor compreensão de qual modelo republicano foi vitorioso no Brasil ao do final do século XIX.

No segundo momento, teremos a discussão sobre o uso de metodologias que fogem do viés tradicional apresentado durante as aulas de História, especialmente sobre o uso de quadros na sala de aula. Será discutido na prática como o uso desses recursos pedagógicos podem ter um impacto positivo no processo de aprendizagem histórica dos alunos durante as aulas de História quando se discute o sistema republicano e o seu processo de implantação.

O fim do Império e os primeiros desdobramentos da República brasileira ocorreram de forma muito particular, recebendo uma influência significativa dos pensamentos vindos da Europa. As correntes ideológicas: liberalismo¹, socialismo, positivismo, anarquismo, chegaram ao Brasil e emergiram como novidade no cenário brasileiro. Dessa forma, a população visualizou uma nova conjuntura, não somente política, mas, também ideológica. É necessário entender como o processo se desdobrou para compreender a formação da República brasileira e os reflexos que ela trouxe para a sociedade da época.

Para entendermos como ocorreram os primeiros passos da República brasileira faz-se necessário mencionar que o sistema anterior, o Império brasileiro (1822-1889), influenciou para a formação da mesma, isso porque o Império buscou estabelecer um sistema político, administrativo e judicial que abarcasse o novo cenário que estava se configurando no Brasil por volta do século XIX. José Murilo destaca que “Somente ao final do Império começaram a serem discutidas questões que tinham a ver com a formação da nação e com a redefinição da cidadania” (CARVALHO, 2017, p. 24). A República brasileira nasceu com a preocupação de deixar para trás o legado do Império e pensar na construção de uma nação que deveria caminhar para o progresso, seria esse o principal desafio dos republicanos, assim, buscando estabelecer uma sobrevivência política que abraçasse a união das províncias e a ordem social.

Durante a Primeira República, o coronelismo foi uma prática muito comum nos trâmites políticos, tal prática centralizava o poder local nas mãos dos coronéis e estes tinham forte influência em suas regiões de origem, o que possibilita uma maior autonomia e liberdade para exercer seu poder e manifestar os seus interesses particulares. Essa realidade dava aos coronéis uma abertura para controlar a vida política e econômica de grande parte da população brasileira, que através de um monitoramento rígido de poder acentua a sua influência.

A prática do coronelismo esteve presente no Brasil durante a Primeira República (1889-1930), onde fica evidente a centralização do poder político na figura do coronel, estes seriam os

1 As correntes ideológicas do liberalismo e do positivismo já estavam presentes no Império e serviram de inspiração para a construção do sistema republicano. A relação entre essas correntes ideológicas moldou os aspectos políticos, sociais e econômicos da República, iniciada em 1889. Essas correntes propagaram a ideia de progresso presente nos discursos liberais e positivistas, seu impacto repercutiu na formação do estado. O anarquismo e o socialismo trazem em seu discurso uma abertura para a discussão de questões voltadas ao movimento operário e trabalhista. No Brasil republicano, ela ganhou mais espaço com o crescimento do trabalho assalariado e das indústrias em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo.

grandes proprietários de terras, latifundiários. Esse ponto é primordial para uma melhor compreensão de qual modelo político teve sua legitimidade no Brasil republicano. A influência que um coronel exercia sobre determinada região, não somente refletia nas camadas mais pobres da sociedade, mas também, tinha uma forte influência sobre a elite local. A maneira como a sociedade enxergava e aceitava essa figura política era positiva, se analisarmos o sentido de aceitação da população que constituía a primeira República brasileira (1889-1930).

Ao tratarmos dos termos que caracterizaram os primeiros passos da República, além dos coronéis, tivemos a forte influência das Oligarquias e sua predominância junto às localidades enquanto estrutura de poder, os grupos oligárquicos locais tinham por objetivo reforçar o poder político dos grupos de maior poder econômico e reafirmou a autoridade das famílias que tinham grande influência sobre uma determinada região. Assim, elas tinham uma grande participação na escolha e autonomia dos candidatos a cargos políticos de cada local “instituiu-se, assim, a perpetuação do mando nas mesmas e poucas famílias. [...] Menos um poder pessoal, mais um poder de grupo. Se há parcialidades em conflito [...] a força e o mando do grupo enquanto grupo não ficam afectados” (MAGALHÃES, 2011, p. 128).

Marcada por conflitos políticos e sem o protagonismo do povo especialmente dos negros, ex-escravizados, mulheres, indígenas e analfabetos, o novo sistema político brasileiro continuou a beneficiar apenas as elites brasileiras, o que gerou uma contradição, pois a ideia de um sistema republicano que remete a participação popular, a ideia de um coletivo ativo em um governo, a liberdade do homem no setor público e político, e a visibilidade identitária da nação, embora alardeado e estruturalmente – em tese – fosse organizada para absorver essa diversidade social, na prática: foi excludente. O sistema excluiu e continua excluindo grande parte da população brasileira, o que nos faz pensar e questionar: “Qual a ideia de povo se formou nesse momento?”, quais os sentidos dessa República para ser entendida como alavancadora do progresso e do desenvolvimento?

Essas questões se fazem importantes para que possamos aprofundar a discussão em sala de aula, para entender como o discurso foi tão bem elaborado e inclusivo, mas, sem ressonância no cotidiano dos trabalhadores, dos ex-escravizados ou dos homens e mulheres que estavam ligados a propriedade rural dos coronéis. Não propomos uma nova conceituação do 15 de novembro de 1889, mas, o entendimento de como a República brasileira foi repleta de conceitos, teses, promessas e possibilidades, cujo fim moldou apenas os interesses das elites produtoras. O nosso objetivo é aprofundar a discussão em sala de aula dos sentidos da República brasileira e suas ideias, para que os alunos elaborem através da junção de experiências ofertadas nas aulas de História, somada com a leitura do quadrinho “Cai o Império! República Vou Ver” e problematizam a partir de ideias-chaves e sequenciadas a organização brasileira da República.

O uso das histórias em quadrinhos - HQs no processo de ensino e aprendizagem oferece aos alunos um aprendizado mais significativo, levando em consideração a estrutura das narrativas que permeiam esses tipos de histórias. Em suma, elas têm um visual mais atrativo e lúdico,

com o uso de balões de fala, personagens e enredos envolventes. As HQs proporcionam aos leitores uma leitura leve e prazerosa, em um curto tempo. Embora tenham pontos positivos na educação de crianças e jovens, os quadrinhos só conseguem receber legitimidade como material pedagógico no ano de 2006 através do PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola).

Como vetor de comunicação e narrativa, as histórias em quadrinhos possibilitam um desenvolvimento da aprendizagem histórica. Durante o governo Lula, em 2006, o PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola) incluiu em suas propostas, a utilização das HQs no programa escolar para atender os estudantes do Ensino Fundamental, nas séries finais. Percebe-se assim, uma condição dos quadrinhos em atuar também como material para fins educacionais. Nessa perspectiva, entende-se que seu uso pode abrir caminhos para a formação de um pensamento histórico pautado na análise de um sistema narrativo que possibilita perspectivas para a aprendizagem dos estudantes pela consciência histórica. (Junior, Junior, Almeida. Arnaldo, Dionson, Tayane, 2022, p. 25).

A inserção dos quadrinhos no Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), em 2006, possibilitou um grande avanço nos parâmetros do uso de recursos visuais no ensino brasileiro. Essa nova realidade possibilitou a sua legitimidade como material pedagógico valioso. Antes disso, os quadrinhos eram tratados apenas como um meio de gerar entretenimento, longe de serem vistos como uma fonte pedagógica que tivesse uma possível validação. Ao ser integrado ao PNBE, as HQs tiveram o reconhecimento do seu potencial no processo educacional, atribuindo ao ensino uma perspectiva mais lúdica e cativante, especialmente no ensino fundamental. A mudança no parâmetro de reconhecimento da eficiência do uso dos quadrinhos perpassa a interpretação de atribuir ao quadrinho uma linguagem literária, essa nova realidade proporciona uma construção do pensamento crítico estimulado pela consciência histórica.

A leitura de quadrinhos permite uma melhor compreensão de contextos mais complexos, pois a junção de uma narrativa visual e interativa, promove nos estudantes uma relação de interação. Sua inclusão nos acervos do PNBE proporcionou aos professores o seu uso em sala de aula, trazendo novas possibilidades para o ensino social e histórico. A capacidade narrativa dos quadrinhos permite que os alunos possam experienciar novas dimensões históricas, estimulando a sua criticidade. Através das narrativas conseguimos visualizar nossa identidade pessoal, para nos auxiliar na compreensão social e cultural na qual estamos inseridos socialmente. Jorn Rusen aponta que “A consciência histórica é a realidade a partir da qual se pode entender o que a história é, como ciência, e por que ela é necessária” (RUSEN. 2010, p. 56).

Assim, os quadrinhos surgem no âmbito escolar como um recurso metodológico eficaz no processo de aprendizagem histórica, oferecendo aos alunos uma experiência significativa. Os seus variados gêneros linguísticos oferecem aos docentes uma infinidade de maneiras de aplicação no espaço escolar, especialmente na sala de aula. Também proporciona uma leitura significativa para todas as idades, sua narrativa é composta por variados tipos de linguagens. Segundo Pessoa, “Essa linguagem é autônoma e oferece ao seu leitor uma gama de elementos a

serem observados separadamente como tipografia, desenhos, perspectiva, onomatopeias, narrativas [...] diferentes formas de leitura de uma mesma história”. (PESSOA, 2016, p.13)

Devemos ter o cuidado na escolha dos recursos pedagógicos, a preocupação deve estar pautada em saber como utilizar essas fontes, buscando estabelecer perguntas e apontamentos que auxiliem na compreensão do documento como um todo e não apenas incorporar nas aulas de História como um passa tempo. Para o seu uso durante as aulas é necessário elaborar pedagogicamente um objetivo a ser alcançado durante a aula, seja através de um roteiro, ou até mesmo de uma sequência didática. Na atual pesquisa, os quadrinhos são tratados como fonte primária, contribuindo no processo metodológico para que ao final das aulas, os alunos possam obter uma aprendizagem histórica significativa.

Nos quadrinhos, encontram-se possibilidades de geração de sentidos, melhorias nos aspectos pessoais e comportamentais dos indivíduos, avanços nas capacidades cognitivas de percepção e interação, sugestão de mudanças no mundo à sua volta, formação de opiniões baseadas em situações e paradigmas incorporados ao contexto sócio-histórico. Todas essas características foram percebidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que sugeriram a categorização desse meio de comunicação como gênero literário, pois são constitutivas da literatura geral e oferecem aos leitores um suporte midiático de articulação do texto e literariedade (MEC, 1997).

Para um melhor direcionamento quanto ao uso dos quadrinhos em sala, especialmente a HQs - Cai o Império! República Vou Ver, se fez necessário a elaboração de um roteiro norteador. O público principal foram os alunos do 9º ano, mas essa estrutura pode ser aplicada em outros temas de aulas, o principal objetivo é orientar o docente no uso de quadrinhos como fonte. A estrutura das aulas seguiu as seguintes etapas: objetivo, introdução e contextualização, apresentação em sala do quadrinho escolhido e, por fim, uma reflexão sobre o impacto do sistema republicano brasileiro para a sociedade da época e avaliação dos alunos.

O uso de fontes visuais (caricaturas, quadrinhos, HQs, imagens) proporcionam aos alunos uma experiência enriquecedora no campo da aprendizagem. Pessoa retrata que “A história é o grande componente crítico de uma revista em quadrinhos. É aquilo que faz personagens, revistas, produtos e profissionais perdurarem”. (PESSOA, 2016, p. 18). A seguir, temos um modelo de proposta de abordagem pedagógica, um roteiro para ajudar os docentes no uso do quadrinho “Cai o Império! República Vou Ver!” como fonte didática para as aulas de História do ensino fundamental. Esse roteiro visa promover o envolvimento dos alunos através de uma análise crítica e contextualizada dos fatos e de alguns conceitos que estão relacionados à Primeira República.

Roteiro prático para o uso de histórias em quadrinhos nas aulas de História

- 1. Objetivos:** visa desenvolver um aprendizado crítico acerca da fase inicial da República brasileira, incentivando os alunos a relacionarem os eventos históricos por meio das imagens trazidas na HQs, promovendo uma aprendizagem histórica por meio dos

conceitos (oligarquia, coronelismo, cidadania e voto de cabresto) que estão presentes na fase inicial da República brasileira.

2. **Introdução e contextualização:** Para um resultado assertivo, devemos estabelecer duas etapas, sendo elas: introdução e estudo prático do tema. Na introdução, temos a apresentação do quadrinho em sala, identificando as narrativas que compõem esse tipo de história que aparece de forma sequenciada. No segundo ponto, temos o uso da HQ da Angeli e Schwarcz para contextualizar a Proclamação e os fatores que levaram a sua idealização.
3. **Apresentação em sala do quadrinho:** nesse ponto, é sugerido ao docente que estabeleça um recorte das partes dos quadrinhos que serão utilizadas em sala. Apresentando aos alunos algumas das narrativas que compõem as histórias em quadrinhos, como o uso de balões de falas, enredos e personagens. Essa perspectiva auxilia o aluno a identificar os temas centrais nas histórias.
4. **Reflexão sobre o impacto do sistema republicano brasileiro para a sociedade da época:** o professor pode incentivar os alunos a perceberem como o processo de cidadania foi construído durante a Primeira República, buscando identificar as relações de poder presentes no voto de cabresto, nas oligarquias e na figura política do coronel.
5. **Avaliação:** Nessa etapa é sugerido ao professor convidar os alunos a elaborarem suas próprias histórias em quadrinhos, tendo a liberdade de criar personagens e falas. A ideia é observar o que foi absorvido pelos alunos durante as aulas de História sobre a República brasileira. Em todo o processo de elaboração das histórias, cabe ao professor o papel de orientar os alunos na criação de suas histórias.

Seguindo a estrutura sugerida por esse roteiro prático, o docente proporciona aos seus alunos uma experiência significativa no seu processo de aprendizagem, fornecendo através da leitura uma aprendizagem histórica relevante. Através da orientação que foi apresentada, é esperado que os professores que optarem pelo uso de fontes visuais (quadrinhos), possam ter um melhor direcionamento quanto ao seu uso durante as aulas de História. Ramos discute que “Ler quadrinhos é ler sua linguagem, tanto em seu aspecto verbal quanto visual (ou não verbal). A expectativa é que a leitura - da obra e dos quadrinhos - ajude a observar essa rica linguagem de um outro ponto de vista, mais crítico e fundamentado”. (RAMOS, 2009, p. 14).

Deste modo, os resultados relacionados ao uso dos quadrinhos no ambiente escolar, resultam em um impacto positivo no processo de ensino e aprendizagem histórica dos alunos, oferecendo uma experiência educativa significativa e dinâmica. Rusen afirma que “Através do aprendizado histórico, deve ser aqui aberta a orientação temporal da própria vida prática sobre a experiência histórica e ser mantida aberta para um incremento da experiência histórica”. (RUSEN, 2011, p. 47). A aprendizagem histórica se torna eficaz quando os alunos são incentivados a interpretar essas histórias sequenciadas, como são organizadas as estruturas das HQs, de

maneira que se perceba as nuances temporais, sociais e políticas durante a Primeira República. Desse modo, os quadrinhos possibilitam uma abordagem que auxilia em uma melhor compreensão dos fatos históricos, estimulando o desenvolvimento do pensamento analítico e crítico de maneira mais dinâmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa destacou a competência da utilização das histórias em quadrinhos como uma metodologia eficaz para uma melhor abordagem da Proclamação da República, que auxilia em uma melhor compreensão dos desdobramentos que marcaram o momento inicial da República no Brasil. O uso da HQ *Cai o Império! República Vou Ver!* mostrou-se eficiente ao promover nos alunos uma leitura reflexiva e crítica sobre o sistema republicano brasileiro. O manuseio dos quadrinhos como fonte permite ao professor maior flexibilidade nas suas aulas de História, especialmente quando se discute temas mais complexos como o coronelismo, o voto de cabresto, as oligarquias e as particularidades da República brasileira, proclamada em 1889.

O estudo também discutiu como o uso dessas narrativas visuais trazidas pelos quadrinhos podem promover nas aulas de História uma aprendizagem mais significativa, especialmente no estímulo da consciência histórica dos alunos. Rusen afirma que “As operações (narrativas) da consciência histórica se tornam processos de aprendizagem quando se concentram em aumentar o conhecimento sobre o que aconteceu no passado”. (RUSEN, 2011, p. 85). A linguagem singular trazida pelos quadrinhos, que promove uma leitura através de texto e imagem, proporciona várias possibilidades de interpretação. Essa realidade oferece aos alunos uma experiência histórica mais abrangente, especialmente sobre os conteúdos históricos no seu repertório diário que perpassa a construção de um ensino mais inclusivo, dialogando com diferentes realidades temporais e no âmbito escolar.

Contudo, é fundamental que o professor planeje cuidadosamente sua aula de História quando opte por utilizar os quadrinhos como recurso metodológico, buscando estabelecer critérios e objetivos claros e que auxilie nas atividades, promovendo um bom desenvolvimento crítico nos alunos. Para isso, a escolha de um roteiro ou sequência didática, como proposto neste estudo, potencializa o uso das HQs nas aulas de História, expandindo as possibilidades de recursos metodológicos para a elaboração das aulas.

Em síntese, a atual pesquisa busca reafirmar a importância de diversificar as metodologias no processo de aprendizagem para o ensino de História, inserindo as fontes visuais e narrativas de maneira a relacionar as temporalidades (passado e presente) nos estudantes de forma significativa. A legitimidade proporcionada por programas como o PNBE, sobre o uso das histórias em quadrinhos, amplia novas perspectivas na promoção do ensino, tornando o aprendizado mais envolvente. Dessa forma, contribui para a formação de indivíduos capazes de compreen-

der e interagir de maneira crítica sobre os contextos históricos e sociais que envolvem a sociedade na qual estão inseridos.

REFERÊNCIAS

BARCA, Isabel. **Ideias chave para a educação histórica: uma busca de (inter)identidades.** Hist. R., Goiânia, v. 17, n. 1, p. 37-51, jan./jun. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados.** São Paulo: Companhia das Letras, 3º ed., 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas o imaginário da república no Brasil.** - 2º ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

COSTA, Emília. **Da Monarquia à República.** ed. São Paulo: Unesp, 1999.

FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira, tomo III o Brasil Republicano.** Bertrand; 8ª edição, 1992.

FERREIRA, ALMEIDA. Jorge e Lucilia. **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo oligárquico** - vol. 1: Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Civilização Brasileira; 1ª edição, 2019.

FERREIRA, ALMEIDA. Jorge e Lucilia. **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo** - vol. 2: Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República. Civilização Brasileira; 1ª edição, 2019.

FERREIRA, DELGADO, Jorge e Lucilia. **O tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República a revolução de 1930.** 3ª edição. Rio de Janeiro. 2008.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; RAMOS, Rubem Borges Teixeira. As histórias em quadrinhos: instrumento de informação e de incentivo à leitura. **Revista Data Grama Zero**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 7, 2012.

LEE, Peter. **Em direção a um conceito de literacia histórica.** Educar em Revista, Curitiba, p. 131-150, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: Da queda da monarquia ao fim do estado novo.** Editora Contexto 1ª edição, 2016.

PEREIRA, ALCÂNTARA, Ana e Cláudia. **Histórias e quadrinhos na educação possibilidades de uma prática.** Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE. Fortaleza - CE, 2021.

PESSOA, Alberto. **A linguagem das Histórias em Quadrinhos definições elementos gêneros.** João Pessoa. Editora UFPB, 2016.

RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos.** São Paulo. Editora Contexto, 2009.

RAMOS, Rubem Borges Teixeira. **Histórias em quadrinhos na sociedade contemporânea: lazer, obtenção de conhecimento na leitura das revistas de super-heróis.** Dissertação

(Mestrado em Ciência da Informação) - Escola da Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RUSEN, Jorn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica.** Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

RUSEN, Jorn. **Jorn Rusen e o Ensino de História.** Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil - volume 3.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

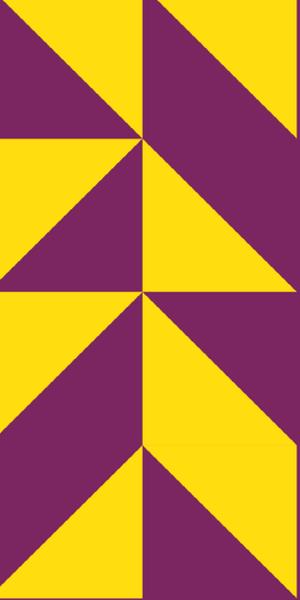
SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Cognição histórica situada: que aprendizagem histórica é esta?** Anpuh – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

SCHWARCZ, Angeli. **Cai o Império! República vou ver!** Editora Brasiliense. Janeiro 2019.

VERGUEIRO, Waldomiro. Uso das HQs no ensino. *In:* RAMA, Ângela; VERGUEIRO, Waldomiro (org.). **Como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula.** 4. ed. São Paulo, Contexto, 2014. p. 7-29.

VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo. **Quadrinhos na educação: da rejeição à prática.** São Paulo: Contexto, 2009.

VIEIRA, Cleber S. **Civismo, República e manuais escolares.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, nº 63. p. 325-340, 2012.



ST 03

**OS 60 ANOS DO GOLPE E A DITADURA
MILITAR BRASILEIRA EM DEBATE**

Coodenadores: Paula Carolina Firmino de
Lima e Victor da Rocha Silva Júnior

MAIS QUE MÚSICA: A CANÇÃO DE PROTESTO COMO ARMA CONTRA A OPRESSÃO NA DITADURA BRASILEIRA

Cinthia Raquel de França Rodrigues
(UFPB. E-mail: cinthiaraqueldfr@gmail.com)

RESUMO

O Brasil de 1964 era um país caracterizado pela a ditadura militar – o que isso significaria na história da nação brasileira? Opressão, autoritarismo, lágrima, dor, perda, vítima – O que isso resultou para a imprensa e para cultura desse país? CENSURA. Diante dessas respostas – uma certeza, quaisquer manifestações populares contrárias ao governo ditatorial deveriam ser combatidas por meio da violência. Havia quem dissesse que o que faltou foi conscientização popular diante da complexidade do golpe antidemocrático que atingiu a cadeira presidencial e silenciou milhões de brasileiros que estavam perplexos com o movimento Militar que se autodenominou de “Revolução de 64”. Para alguns historiadores a tarefa de conscientização das massas foi desempenhada por alguns artistas e intelectuais de oposição, uma vez que acreditavam a conscientização política e a intelectualização das massas se fazia necessária nesse período. A mídia teve um papel fundamental nesse processo de militarismo no Brasil, divulgando os festivais de música, percebemos o crescimento da Música Popular Brasileira, que trazia suas contribuições para um público ávido de mudanças, com ênfase aos trabalhadores do campo e da cidade, expondo as desigualdades existentes no país. O número crescente de publicações com as ideias de esquerda, que tentavam para difundir os ideais reformistas por meio de experiências, o teatro, o cinema, a literatura e as artes plásticas também foram meios de difusão usados por esquerdistas. Contudo, a produção artística e cultural do país, sobretudo nos anos 1970, sofreu uma rigorosa perseguição, a censura proibia livros, peças teatrais e músicas, que expressassem discordância sobre o regime político vigente, ou posicionamento contrário aos valores morais instituídos pela elite dominante.

Palavras-chave: Ditadura Militar - MPB - História - Censura

Na segunda metade do século XX, mais precisamente a partir da década de 1964, o Brasil passa por um período de repressão, violência, tortura, crises econômicas e sociais, com o golpe realizado pelos militares, instaurando um “terror político” e cerceamento dos direitos individuais na sociedade por 21 anos.

A produção artística e cultural do país, sobretudo nos anos 1970, sofria uma rigorosa perseguição, a censura atuava no sentido de proibir livros, peças teatrais e músicas, que expressassem discordância sobre o regime político vigente, ou posicionamento contrário aos valores

morais instituídos pela elite dominante, obras como os livros da escritora Cassandra Rios foram proibidos pelos censores, apesar de ter havido um grande consumo deste produto cultural, na música ocorreu a mesma repressão, cantores como Geraldo Vandré, Chico Buarque de Holanda e Caetano Veloso, sofreram com a proibição de suas músicas e com punições por seus posicionamentos políticos frente ao Autoritarismo Militar.

Socialmente, a vigilância e o controle eram aplicados como forma de garantir a existência do sistema. Desde entidades da sociedade civil, perpassando a atuação repressiva até os espaços públicos. Vigiar e controlar o espaço público eram a “garantia” da paz social, que necessitava também do esvaziamento dos espaços.

A vigilância ocorria tanto com inimigos do sistema como sobre a sociedade civil. A obsessão pela vigilância gerou uma particularidade: tornou-se mais importante que a produção da informação em si, a produção da suspeita.

Essa “produção da suspeita” englobava não apenas o governo, mas realizava também a criação de perfis, insinuações e conspirações que, existentes ou não, terminavam por justificar a própria necessidade deste serviço. Assim era indispensável:

Aprender a ler jornais, ouvir rádio e assistir TV com certa malícia. Aprender a captar mensagens indiretas e intenções ocultas em tudo o que você vê e ouve. Não vá se divertir muito com o jogo daqueles que pensam que são mais inteligentes do que você e estão tentando fazer você de bobo com um simples jogo de palavras (NAPOLITANO, 2004).

O Estado mantinha diversos órgãos de inteligência para investigar a participação política de várias personalidades do cenário musical do Brasil naquele período, apesar de não haver de fato profissionais que pudessem analisar as obras produzidas, observamos que qualquer obra considerada “afrenta” ao regime militar era proibida e seu autor ficava sob uma estrita vigilância.

A cultura era vista com uma suspeita especial por ser o local onde “comunistas” e “subversivos” estariam, e desse local tentariam confundir os cidadãos. Nessa esfera a MPB era uma preocupação constante dos agentes da repressão. A produção da suspeita contra os artistas baseava-se na aquisição de informações pessoais e subjetivas que serviam como fonte para a escrita de seus chamados “prontuários”.

A música era investigada desde o conteúdo de suas letras, a performance do artista e eventuais declarações que fazia. Assim, conforme afirma Napolitano, a MPB

vem se constituindo num dos principais meios de cisão psicológica sobre o público, desenvolvida por um grupo de cantores e compositores de orientação filo-comunista, atuando em franca atividade nos meios culturais. Dentre os principais agentes desse grupo se destacam: FRANCISCO BUARQUE DE HOLANDA, EDU LOBO, NARA LEÃO, GERALDO VANDRÉ, GILBERTO GIL, CAETANO VELOSO, MARILIA MEDALHA, VINÍCIUS DE MORAES, SIDNEY MULLER, GUTEMBERG, “MILTONS” [sic] NASCIMENTO, etc.

Ao abordar o período militar podemos nos utilizar da produção artística nacional, como a MPB, para mostrar como esta foi um valioso veículo de informação, formação e exposição de ideias, como seus autores e interpretes usaram-na para dar voz ao povo, conscientizar os sujeitos acerca das atitudes desses ditadores, bem como para amenizar a situação de repressão que a sociedade como um todo vivenciava naquele período.

Surgiram a partir desse movimento cultural e artístico grupos como os Tropicalistas, que traziam em suas letras várias críticas a Ditadura Militar. Vale salientar que é a partir da década de 1970 que há um aumento dos movimentos de massa visando reivindicar os direitos por cidadania como o movimento homossexual, o movimento negro e de operários, alguns incentivados pelo movimento de contracultura que se inicia também nesse momento de tensão social e política no Brasil.

Os artistas brasileiros da MPB não contavam com o apoio da imprensa para divulgar suas músicas nem tão pouco para veicular algumas de suas ideias referentes a condição social da nação nesse período, dessa forma universitários, artistas musicais, literários e cineastas se utilizam do meio acadêmico para desenvolver uma política de protesto contra o governo.

Foi a partir da realização de festivais de música por todo o país, que provocou o revigoramento da ideia dessa MPB como o centro de confluência de questões políticas e culturais, concomitante ao aprofundamento das discussões em curso e dos impasses surgidos com a implantação do novo regime político. (Silveira, 2011)

Nesse movimento de ampliação do cenário musical e político temos a participação de Geraldo Vandré com suas músicas, rotuladas como “canções protesto”, onde nelas ele busca externar sua insatisfação com o governo, bem como instigar a população a pensar na sua participação efetiva acerca dos movimentos para discutir os seus direitos, uma vez que a música popular está atingindo grandes massas e as mesmas estão cada vez mais politizadas e organizadas.

Em 1968 Geraldo Vandré se apresenta no III Festival Internacional da Canção Popular com a música “Pra não dizer que não falei das flores”, o teor da música faz referência não apenas a Ditadura Militar, mas também a condição social dos sujeitos.

Em “Caminhando e cantando”, como ficou conhecida a canção, Vandré expôs os problemas de exploração da população frente a dominação econômica, faz uma crítica aos conflitos armados e o sonho de uma sociedade mais justa e igualitária. Ele mostra nessa música a imprecisão de toda uma sociedade que sofre em conjunto a violência, sejam uma parte dos próprios militares seja a sociedade civil como um todo.

Geraldo Vandré faz um apelo nacional de mudança que veio de encontro às aspirações do povo brasileiro que vivia um regime de opressão e instabilidade econômica, social e política. Aclamada num festival estudantil traz no seu bojo toda a força, inconformidade e chamado de luta e de mudança, características próprias da juventude. Ela fala em união, igualdade, integração e aborda os problemas sociais da época, a pobreza, a reforma agrária, a vida dos soldados

nos quartéis, a inutilidade das guerras conclamando a todos para uma ação conjunta de mudanças, sem demora. O compositor e cantor paraibano abordou em sua música tudo que estava querendo ser dito, conclamando a população a rebelar-se contra a ditadura,

Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais
Braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas
Campos, construções
Caminhando e cantando
E seguindo a canção

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

...

Pelos campos há fome
Em grandes plantações
Pelas ruas marchando Indecisos cordões
Ainda fazem da flor
Seu mais forte refrão
E acreditam nas flores
Vencendo o canhão

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Há soldados armados
Amados ou não
Quase todos perdidos
De armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam
Uma antiga lição:
De morrer pela pátria
E viver sem razão

...

Segundo Silveira, se faz “importante salientar que esses festivais demonstram a existência de um grande entusiasmo com o sucesso da MPB, vista como uma expressão de engajamento e nacionalismo”.

O Brasil vive com o presidente Médici um momento de ausência de liberdade de expressão, se há alguma ela é fundamentada a partir de seus próprios pré requisitos, suas conveniências políticas dão sustentabilidade a censura nesse momento.

Podemos perceber o quanto a MPB sofreu com a criação de ícones para cercar o direito de expressão da sociedade como um todo, outro nome que se destaca no período da Ditadura Militar é Chico Buarque, filho do historiador Sergio Buarque de Holanda, foi perseguido pela censura por diversas composições a exemplo de “Geni e o Zepelim”, “Cálice” e a música “Apesar de você”. Essas músicas passaram a priori pela censura por sua ambiguidade, elas representam o povo e sua opressão, a repressão que a censura fazia para com os artistas e a crítica direta aos governantes.

A canção “Apesar de você” foi uma composição de Chico, após um ano de autoexílio, há quem diga que o período que o mesmo se ausentou do país é por consequência a extensão de sua turnê na Europa. Durante o tempo que ele passou fora do país recebeu correspondência de amigos que afirmavam que a situação política estava melhor e o incentivaram para que voltasse.

Ao retornar Chico Buarque encontra uma tensão social instaurada no país com amigos e personalidades públicas de esquerda sendo exilados, a repressão do DOI/CODI cada vez mais forte. Em “Apesar de você” há a crítica direcionada ao presidente Médici, esta música passou pela censura por trazer a ambiguidade de uma querela amorosa, e foi regravaada por personalidades como Clara Nunes que também a interpretou como a queixa de um relacionamento amoroso.

Chico Buarque de Holanda dirige-se ao Presidente Médici, numa letra forte e com esperanças num futuro melhor. Com o aumento dos desaparecimentos de pessoas contrárias ao governo, aumento das torturas e repressões era cada vez mais difícil expor algum pensamento contrário ao governo e à realidade que o país vivenciava. Assim, Chico escreve essa canção assumidamente para criticar a ditadura, pois ao voltar do exílio percebe que o país pouco mudou. Certo de que a mesma não passaria pela censura, pois a letra é dirigida diretamente a Emílio Garrastazu Médici, presidente do país desde 1969. Contudo, a letra passa e o compacto chega à marca de 100 mil cópias vendidas até que um jornal insinua que a letra era dirigida ao presidente. A gravadora foi invadida e todas as cópias destruídas. Chico foi chamado a um interrogatório para esclarecer quem era o “você” mencionado na letra. Responde dizendo que se trata de “uma mulher muito mandona, muito autoritária”. Após este fato, o nome de Chico ficou marcado pelos homens da censura, e suas canções sempre eram ouvidas com mais rigidez pela censura antes de serem aprovadas. Como solução, o cantor e compositor passa a usar pseudônimos como Julinho de Andrade e Leonel Paiva para publicar suas canções, o que não durou muito, pois rapidamente essa estratégia de Chico foi descoberta pelos militares. Esta canção só pode ser regravaada em 1978, num álbum que leva o nome do autor.

A letra de “Apesar de você” é uma aula sobre a ditadura, desde esperança de um amanhã democrático, até a percepção de poder explícita na figura do presidente/ditador Médici. Chico nos traz uma mensagem de espera para dias vindouros, se reporta a situação de autoritarismo e uma certa impossibilidade de expressão dos artistas brasileiros frente a esse autoritarismo de Médici e que “um dia” o povo vai fazer com que o poder caia, enfim, a esperança do povo também é retratada nesta música.

Amanhã vai ser outro dia
Amanhã vai ser outro dia

Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão, não
A minha gente hoje anda
Falando de lado e olhando pro chão
Viu?

Você que inventou esse Estado
Inventou de inventar
Toda escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar o perdão
Apesar de você

Amanhã há de ser outro dia
Eu pergunto a você onde vai se esconder
Da enorme euforia?
Como vai proibir
Quando o galo insistir em cantar?
Água nova brotando
E a gente se amando sem parar

...

Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia
Você vai ter que ver
A manhã renascer
E esbanjar poesia

Como vai se explicar
Vendo o céu clarear, de repente
Impunemente?
Como vai abafar
Nosso coro a cantar Na sua frente Apesar de você

...

Fugindo um pouco essa linha de música protesto que tem como seus principais representantes Chico Buarque e Geraldo Vandré, surge o tropicalismo, a partir de 1967 aparece com destaque no cenário artístico nacional o cantor e compositor baiano Caetano Veloso, este apresentou-se no festival da TV Record em São Paulo, com a música “Alegria, Alegria”. O tropicalismo trouxe inovação, e rompia com toda a produção musical realizada até então, criava polemicas e trazia também em suas letras críticas ao Regime Militar. Com talento e irreverência Caetano Veloso cantou toda a cor e beleza do país em suas músicas.

Tropicália é uma música que fica expressa todas as ideias do Tropicalismo, com uma mistura de instrumentos, leveza e harmonia esta canção também traz aspectos políticos que caracterizam o Brasil das décadas de 1960 e 1970. Em Tropicália encontramos contrastes entre

o belo e o feio, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, carrega elementos que remete ao passado, mas ao futuro também, ele faz uma alusão a presença simultânea do moderno e do antigo ou tradicional.

Podemos observar na letra dessa música referências ao tropicalismo, mas também a Carmen Miranda, paia e planalto central, existem vários contrapontos presentes em toda a canção, o que nos instiga a uma leitura analítica e crítica da mesma. Há elementos que nos fazem questionar acerca da condição socioeconômica e de dependência do Brasil, tudo abordado com extrema suavidade.

Observamos que nos anos de ditadura as intervenções dos militares na cultura eram constantes, o que forçou Caetano a fazer sua crítica na música de “Tropicália” por disfarces linguísticos.

Caetano utiliza de muitas metáforas nessa música, de forma que sua análise é bastante complexa. Para além de um Brasil multicolorido representado na letra de “Tropicália”, vemos que toda a crítica é feita de forma obscura, o que torna a análise desta música um exercício de reflexão. Por exemplo, ao falar no “tá tá tá” nas estrofes onde exalta a mulata e as coisas do Brasil, Caetano quer, visivelmente, remeter ao som das metralhadoras do regime militar.

Essa exaltação que a ‘mata verde’ do Brasil causa, é usada para esconder os pontos tortos da ordem vigente. É tudo uma crítica oculta à Ditadura Militar. “Iracema, Ipanema. ma, ma, ma”, juntando a outro refrão onde havia “tá tá tá. Mata, mata, mata”, remete-se as mortes causadas pelo regime. Analisar esta letra implica numa complexidade poética e histórica, que remete não só linguisticamente, mas também culturalmente na história de nosso país.

Sobre a cabeça os aviões
Sob os meus pés os caminhões
Aponta contra os chapadões
Meu nariz
Eu organizo o movimento
Eu oriento o carnaval
Eu inauguro o monumento
No planalto central do país Viva a Bossa, sa, sa
Viva a Palhoça, ça, ça, ça, ça
Viva a Bossa, sa, sa
Viva a Palhoça, ça, ça, ça, ça
O monumento
É de papel crepom e prata
Os olhos verdes da mulata
A cabeleira esconde
Atrás da verde mata
O luar do sertão
O monumento não tem porta
A entrada é uma rua antiga
Estreita e torta
E no joelho uma criança
Sorridente, feia e morta
Estende a mão

Viva a mata, ta, ta
Viva a mulata, ta, ta, ta, ta
Viva a mata, ta, ta
Viva a mulata, ta, ta, ta...

Em pesquisa feita na internet sobre esta música encontramos algumas análises que apontam para a música Tropicália e o movimento Tropicalismo como herdeiro das concepções de Oswald de Andrade, os idealizadores do movimento tropicalista tiveram esta intenção e reconheceram que ele era a retomada oswaldiana. A televisão, a fôrmica, a arquitetura arrojada de Brasília, o avião, a modernidade de Ipanema, a bossa nova, o plástico, a guitarra elétrica, a música pop, o azeite-de-dendê, Iracema, Carmen Miranda, a dança do bumba-meu-boi, a palhoça e o namorinho de portão, estão presentes apontando toda a diversidade de um Brasil que mesmo sob repressão possui sua beleza e singularidade perante toda essa pluralidade cultural e artística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A música como instrumento de reação à ditadura militar foi utilizada por vários cantores da MPB, como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Geraldo Vandré, Chico Buarque, entre outros cantores e compositores que viram na música a oportunidade de despertar na nação o anseio pela liberdade individual, o desejo a democracia e acima de tudo o direito a paz. Uma parte significativa das suas composições enquadradas na categoria de “Canção de protesto” tinha como finalidade conscientizar os cidadãos brasileiros sobre o que estava acontecendo no país.

Apesar de amordaçada pela censura, a sociedade brasileira encontrou meios para resistir à onda de violências que dominava o país. Compositores da MPB elaboravam letras para canções repletas de duplos sentidos, que pudessem confundir os censores da vigilância política – Napolitano no texto “A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981)” fala que a produção de suspeita era mais relevante do que a produção de informações obtidas, ou seja, prender pessoas como forma de reprimir qualquer atitude de resistência ao governo, era mais importante do que saber se indivíduos eram inocentes ou não – mesmo porque, estarem como “suspeito” já fazia deles “culpados”, portanto sujeito a serem torturados, massacrados, violentados, mortos. A MPB como instrumento de conscientização popular, foi uma bandeira contra o autoritarismo, mas do que isso, foi uma voz dissonante em meio ao silêncio da repressão, que fez eco e se tornou várias vozes, inspiradas pelo anseio de liberdade, seguiram o mesmo ritmo e juntos puderam cantar.

REFERÊNCIAS

FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 3, n. 5, p. 251–286, jul. 2002.

NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 103–126, 2004.

SILVEIRA, Dalva. A imprensa brasileira e a representação de Geraldo Vandré como símbolo de protesto contra a ditadura militar. **Ponto-e-vírgula: Revista eletrônica do programa de estudos de pós-graduados em Ciências Sociais da PUC. (PUCSP)**, v. 9, p. 89/9-104, 2011.

OFERENDAS E RESISTÊNCIAS: MEMÓRIAS SOBRE A FESTA DE IEMANJÁ EM JOÃO PESSOA/PB 1965 - 1985

Felipe Monteiro

(Estudante especial no PPGH-UFPB. E-mail: felipe-jpmonteiro@hotmail.com)

RESUMO

Nesta comunicação, pretendo abordar o tema do patrimônio afro-religioso paraibano, com foco nas festividades de Iemanjá nas praias de Tambaú e Cabo Branco em João Pessoa/PB que ocorrem desde o século XX e no período da Ditadura Militar, pela Lei nº 3.443, 06/12/1966, houve a oficialização de tais celebrações (sagrado e profano) referente à citada divindade da religiosidade afro-brasileira. A pesquisa encontra-se em andamento e está baseada em fontes jornalísticas, testemunhos orais de membros das religiões de matriz africana de João Pessoa/PB e de documentos dos poderes públicos como IPHAEP, uma vez que as nossas problematizações envolvem a hipótese de um contínuo racismo religioso contra a representação de Iemanjá, apesar do reconhecimento oficial das celebrações anuais ocorridas em espaço público, visto que nos últimos anos, há ações de destruição de sua “estátua”, como a decapitação e outros atos de vandalismo (pichação). Ademais, há propósito de expor as narrativas encontradas na imprensa, investigar a visão de lideranças religiosas no que se refere às mudanças ocorridas nas festas nas últimas décadas e a atuação dos poderes públicos quando das recentes denúncias sobre o descaso com o patrimônio afro-religioso na capital paraibana, assim como será observado e discutido as suas memórias e (re)construções de identidades nos espaços de seus ilês/tempos para o fortalecimento da comunidade de terreiro para manter a luta do movimento afro-religioso e aliados para garantir os seus direitos e os princípios da diversidade cultural do país.

Palavras-chave: Festa de Iemanjá, Racismo Religioso, Ditadura Militar, Paraíba.

IEMANJÁ: MISTÉRIOS DO PRESENTE, CONFLUÊNCIAS DO PASSADO.

O presente é o tempo da ação, o tempo no qual somos chamados a realizar escolhas, e é também o tempo mais difícil de ser compreendido, pois é o mais fugidio dos tempos. Ele se esvai enquanto tentamos apreendê-lo.

Ricouer

Entre a desvalorização e a valorização, as representações de Iemanjá em João Pessoa/PB, nos últimos anos do século XXI, **demonstram** limitações e dificuldades de aceitação tanto por parte da sociedade civil quanto pelas ações do poder público. O silêncio, a prioridade dada ao espaço urbano ou a outras representações do patrimônio cultural da cidade, são evidências, que

corroboram os estudos de Quijano (2000) sobre a colonialidade do poder, a classificação social e as hierarquias intersubjetivas e materiais que moldam as identidades pós-coloniais, eurocêntricas, e nos colocam diante de conflitos, estruturados por um poder linear e totalizante, que transformam a cultura em mercadoria, conforme a dialética relatada pelo pesquisador Pessoa (2016) entre a preservação e a mudança em que se encontra o patrimônio cultural.

A dialética entre preservação e mudança é muito complexa e sutil e todas as culturas têm direito de buscar novos caminhos, sem idealizações do passado, mas também – na outra ponta – sem serem submetidas ao massacre da indústria cultural, que não poucas vezes sacrifica importantes manifestações no altar dos negócios e da pasteurização cultural. (Pessoa. 2016. p, 147)

As relações de poder e a cultura histórica sobre a representação de Iemanjá e suas formas de celebração podem ser discutidas pelas lentes dos trabalhos de Albuquerque Junior (2012) e Schwarcz (2014), que concordam que o ato de celebrar vai muito além de simples datas comemorativas. É necessário compreender que Iemanjá é também um símbolo da cultura afro-pa-raibana, resultado de milenares reconstruções dos povos iorubás da Nigéria, Togo e Benim, na região do Rio Ogum, considerada o berço da humanidade e chamada popularmente de “mãe África”. Iemanjá, também conhecida como mãe dos homens, mãe dos orixás (deuses) e aquela cujos filhos são como peixes, de acordo com a semântica iorubá e o significado do seu nome Yeye (mãe), Omo (filho) e Eja (peixes), na mitologia dos orixás de Prandi (1991). Constatamos que a memória, assim como o mar, é envolta em mistérios, e seus vestígios no presente são ainda mais profundos.

A festa de Iemanjá foi tombada pela Lei Ordinária nº 15.081 de 22 de fevereiro de 2024, reconhecendo-a como patrimônio cultural imaterial da cidade de João Pessoa/PB. No Brasil, as relações étnicas coloniais persistem no presente como ecos do passado, evidenciando o processo histórico e narrativo envolvido na representação de Iemanjá, conectando passado e presente. Pessoa (2016, p, 145) discute a visão passadista de patrimônio histórico, que implica a percepção de que “efetivou-se a perda das conexões possíveis entre passado e presente”. Assim, o patrimônio histórico e cultural torna-se refém de interpretações que os enxergam como algo mórbido, velho e ultrapassado. No entanto, o mesmo autor destaca que é “na dimensão do presente que nos relacionamos” com o patrimônio, estabelecendo um diálogo a partir dele e para ele.

A história recente das estátuas de Iemanjá e seus limites de aceitação no Brasil, especificamente a estátua de João Pessoa/PB, revelam não apenas a desvalorização do patrimônio cultural, mas também a falta de conhecimento histórico escolar, como alertado por Pessoa (2016), e suas interseções com a cultura histórica deixando espaço para as manifestações de racismo religioso. Nos dizeres de Flores (2007, p, 88), “os despojos dos vencidos transformam-se em delicados bens culturais.” As memórias no presente são selecionadas e se transformam em cultura histórica. Ou seja, segundo Flores (2007, p, 101), em certas épocas, temas são solicitados pela sociedade, afirmando que “nem toda a experiência se realiza como cultura histórica.”

O saber historiográfico passa a ser uma versão, em meio a uma diversidade de experiências com esse conhecimento ou sentidos baseados em saberes historiográficos, oficialmente estruturados e reconhecidos no presente, onde nos relacionamos.

O dia 02 de fevereiro em Salvador/BA e Rio de Janeiro/RJ são comemorados o dia de Iemanjá, em João Pessoa/PB, porém, é no dia 08 de dezembro, o dia de celebração a Iemanjá na capital paraibana, refletindo configurações e especificidades regionais, ainda que compartilhe características, como o culto aos orixás em outras regiões do Brasil e do mundo. Essa situação demonstra a contínua reconfiguração da cultura religiosa iorubá em terras transatlânticas, ou seja, no Brasil e suas variantes regionais. Reconhece-se que essa prática afro-religiosa tem um espaço de formação, que, nas palavras de Capone (2024, p, 06), está “da Nigéria ao Benim, até o Togo, de onde saiu um contingente importante de africanos escravizados que contribuíram para a formação das religiões de matriz africana no Brasil”. Desse lugar vieram os orixás iorubás.

A sistematização da língua ioruba – como elemento central na construção de uma identidade cultural ioruba – foi de fato resultado da evangelização pelos missionários protestantes na segunda metade do século XIX [...] mostrando que a idéia de uma unidade cultural iorubá foi produzida primeiramente na diáspora dos africanos escravizados antes de se desenvolver na Nigéria. (Capone. 2024. p, 09)

A presença de missionários protestantes e viajantes pesquisadores na Nigéria e no Brasil do século XIX, segundo Schwarcz (1998), e na cidade de Oyó, “capital do Império Iorubá”, conforme Capone (2024) estabeleceu uma forte visão cristianizada sobre as práticas religiosas iorubás no século XIX, tanto na África quanto no Brasil e em João Pessoa/PB, como também apontam Schwarcz (2008) e Lima (2016). No Império, religião e festas caminhavam lado a lado; era por meio das festas que os negros podiam expressar suas culturas religiosas. A presença negra nas festas católicas era visível e alvo de muitas críticas, todavia não era possível impedir a alegria de celebrar, de se homogeneizar na impossibilidade heterogênea da vida, como salienta Quijano (2000). A organização em federações, segundo Souza (2016), e os consensos de negociação do espaço público para a oficialização da festa de Iemanjá, tais com ocorridas no Rio de Janeiro/RJ na Ditadura Civil-Militar observadas também por Souza (2016), são resultados das trocas culturais e estruturais entre as religiões, sobretudo, espírita, católica, umbanda e candomblé, uma demonstração é que, desde o Império, havia grande diversidade religiosa na capital da Parahyba do século XIX, atual João Pessoa/PB, visto com muita surpresa e curiosidade pelos viajantes protestantes.

Foi na Paraíba – assistindo a uma festa de Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade – que Kidder descobriu quantos nomes tinha, no Brasil, a Virgem Maria: “perguntamos que santa era essa e apenas souberam nos dizer que essa Nossa Senhora a mesma Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário e diversos outros nomes que dão á Virgem Maria! (Schwarcz. 2008. p, 261)

O tempo e o espaço são elementos importantes na história e ciências sociais, particularmente na história, sendo inseparáveis para a análise e formulação do conhecimento histórico. A interconexão entre tempo e espaço se manifesta também na relação entre passado e presente, pois não existe contexto sem esses dois fatores. Como destaca Motta (2009), a cultura política, ou melhor, as culturas políticas, interagem em um mesmo espaço. Assim, não podemos falar de uma única cultura política brasileira, mas de culturas políticas específicas, como a da Ditadura Civil-Militar, que, apesar das narrativas totalizantes, apresentavam contrapontos e espaços de negociação para as religiões afro-brasileiras. Ademais, a crença ou a religião muitas vezes exerce um papel de mobilização social e política mais ativo do que partidos ou movimentos sociais.

As práticas religiosas constituem uma dimensão central da identidade cultural, representando saberes, costumes e celebrações, herdados na memória e configurados no cotidiano do presente. Elas constituem o patrimônio cultural afro-religioso brasileiro e vem galgando seu reconhecimento no decorrer da história e no presente, incluindo a época da Ditadura Civil-Militar, com o golpe de 1964 e suas especificidades na Paraíba segundo Nunes (2014). A centralidade da religião para a cultura se revela na forma como essas práticas religiosas, como o candomblé e a umbanda, modificam não apenas as estruturas religiosas, bem como a organização social, política e simbólica das comunidades tradicionais de terreiros, e, constituindo, uma cultura histórica e política, desmascarando “o cânone da alta cultura”, segundo Flores (2007, p, 87). Assim, o reconhecimento e a preservação desse patrimônio são importantes para a valorização da diversidade cultural e para o enfrentamento do racismo religioso no Brasil e em João Pessoa/PB. Trazendo-nos o questionamento de que se seria à festa de Iemanjá, no contexto de legitimação pela Lei nº 3.443, de 06 de dezembro de 1966, resquícios dos folcloristas do início do século XX, a exemplo de Gilberto Freire? Ou um bem de consumo cultural do capitalismo tardio? Também ressaltado por Flores (2007).

PATRIMÔNIO AFRO-RELIGIOSO, MEMÓRIAS E INTERESSES: A FESTA DE IEMANJÁ NA DITADURA CIVIL-MILITAR EM JOÃO PESSOA/PB.

As interseções entre cultura, política e patrimônio afro-religioso em João Pessoa/PB são frequentemente classificadas e menosprezadas em sua importância. Na cidade, existem muitas referências católicas, monumentos evangélicos e de religiões de ampla adesão popular, que são inaugurados, preservados e restaurados, o que não é observado em relação à estátua de Iemanjá na Praia de Cabo Branco/JP. A Ditadura Civil-Militar na Paraíba se apoiou em discursos de reestruturação nacional e ordem, segundo Cittadino (2007, p, 41), “mostrou-ser um período extremamente rico, complexo, dinâmico e, por que não dizer, ambíguo, na vida paraibana.” Concordamos que os interesses em legitimar o regime militar perpassaram por negociações estruturais, e, no nosso caso, as religiões afro-brasileiras estiveram incluídas nesse contexto. No jornal do Estado *A União*, em 1967, com o título “Dona Janaína aniversária: O mar recebe hoje

oferendas em louvor a Iemanjá”, a celebração pública é oficialmente reconhecida e divulgada nos periódicos do Estado.

O apedrejamento e a quebra de estátuas de Iemanjá pelo Brasil, assim como as dificuldades de aceitação das representações pelo patrimônio cultural, segundo Pessoa (2016), evidenciam as fragilidades nas concepções de educação patrimonial e as confusões em sua aplicabilidade, colocando o patrimônio cultural entre o lazer e a formação da consciência histórica. O patrimônio afro-paraibano passa por momentos de valorização e desvalorização, sendo necessária a salvaguarda e políticas de preservação; porém, há grande resistência na aceitação de bens culturais afro-brasileiros, que ora se tornam produtos, ora são silenciados e destruídos. Capone (2024, p, 06) afirma que “qualquer processo de instituição cultural é profundamente animado por conflitos e inseparável do campo político”, tal como no regime ditatorial e na história recente em relação à estátua de Iemanjá na Praia de Cabo Branco/JP. Sobre cultura política, entendemos:

[..] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (Motta. 2009. p, 30)

O patrimônio cultural, para além da aula de campo e dos órgãos de proteção de bens históricos, como o IPHAEP e o IPHAN, abrange diversos personagens dentro da esfera pública. Segundo Pessoa (2016, p, 141), a “preservação envolve os mais diversos atores no conjunto da sociedade”; ou seja, o patrimônio cultural é responsabilidade de todos, pois envolve “valorização e defesa”. Trata-se de princípios e valores éticos e, embora o historiador e os órgãos de proteção tenham narrativas que promovem o reconhecimento e o estabelecimento de uma consciência histórica, essa consciência depende de uma compreensão do patrimônio como princípio interdisciplinar e direito humano.

A presença no 18º ERO: Encontro das Religiões dos Orixás, realizado no Ilê Axé Oju Ofá Dana-Dana, no bairro de Mangabeira, em João Pessoa/PB, em 2024, reuniu lideranças das religiões de matriz africana, além de representantes da Defensoria Pública do Estado da Paraíba e da Prefeitura de João Pessoa. Muitas narrativas e memórias, reafirmadas por Montenegro (2007) emergiram, incluindo as dificuldades de organizar de forma harmoniosa a situação da estátua de Iemanjá na praia de Cabo Branco/JP. Observamos que muitas narrativas se desencontram em relação à sua remoção e reinstalação em um local de maior visibilidade ou não. Cittadino (2007) e Nunes (2014) nos fornecem informações importantes sobre a Ditadura Civil-Militar na Paraíba, especialmente sobre as relações de poder e interesses, muitas vezes controversos, que marcaram esse contexto opressor. No presente, mesmo com a presença de órgãos públicos apoiando eventos como o 18º ERO, na última década não foram realizadas ações concretas para a preservação da memória de Iemanjá, através da proteção da estátua da divindade na praia de Cabo Branco, em João Pessoa.

As confluências entre os poderes políticos, a cultura e cultura histórica, são reivindicados no reconhecimento das religiões como umbanda e candomblé, pelos políticos na Ditadura Civil-Militar? A manipulação ou a reivindicação da cultura acompanha os interesses das comunidades que necessitam de uma concepção crítica sobre o patrimônio cultural, seus usos e manipulações, em diferentes contextos? Na formação dos Estados, como na época do Estado Novo 1937-1945. Reconstruções de interesses e necessidades de unidade nacional, pela identidade, possibilitam espaços de negociação, pois a legitimação da ditadura na sociedade e os ideais de paz e segurança eram primordiais na implantação do regime segundo Cittadino (2007), Nunes (2014) e Souza (2016). Ainda na matéria jornalística da *A União* é narrada as oferendas a Iemanjá no dia 08 de dezembro de 1967:

Na praia de Cabo Branco hoje, às 23 horas dezenas e mais dezenas de terreiros de umbanda estarão comemorando a passagem de mais um aniversário da rainha do mar Iemanjá, considerada a dona Janaína dos pescadores e jangadeiros de nossas praias. Os umbandistas pessoenses estarão reunidos mais uma vez num ritual que durará de 5 horas, prolongando-se até a madrugada de amanhã.

Algumas questões despertam nosso interesse no trecho da matéria sobre a festa de Iemanjá em João Pessoa/PB, no contexto da implantação da Ditadura Civil-Militar. A primeira questão é a generalização dos participantes como umbandistas, embora saibamos que em João Pessoa/PB, além da Umbanda, há também práticas de Jurema, Espiritismo, Candomblé e outras religiões, cujos seguidores igualmente cultuam ou fazem oferendas a Iemanjá. Isso evidencia que a Umbanda é frequentemente utilizada como a única representante da religiosidade afro-paraibana nas narrativas generalistas sobre o culto a Iemanjá em Cabo Branco/JP durante o período ditatorial. A segunda questão é entender por que a Umbanda aparece como a religião majoritária e como conseguiu alcançar uma liberdade de culto, apesar dos inúmeros ataques às religiões afro-brasileiras no passado e no presente.

O patrimônio histórico sacralizado provoca, necessariamente, apagamentos de memórias que não são selecionadas pelos poderes envolvidos — políticos, culturais, religiosos e também de direitos. Uma abordagem interdisciplinar sobre o tema é indispensável, ultrapassando os campos burocraticamente regulamentados para a construção do saber histórico, que, em muitas situações, fica refém de interesses particulares e conflitos histórico-culturais, conforme salientado por Albuquerque Júnior (2012) e Ricoeur (1986). Dessa forma, qual é o interesse do poder público na preservação do patrimônio afro-religioso? No jornal oficial do Estado, *A União*, no dia 10 de dezembro de 1980, foi publicada a matéria com o título “Pessoenses festejam o Dia de Iemanjá” e continua:

Com 5.582 terreiros de Umbanda de João Pessoa e de outras cidades do Estado, foi comemorado segunda-feira, na praia de Tambaú o Dia de Iemanjá, presenciado por aproximadamente 30 mil pessoas. O dia consagrado a “Rainha do Mar”, já tradicional em João Pessoa, está ano a ano

demonstrando claramente a decadência dos festejos, segundo depoimentos de habituais frequentadores.

As trinta mil pessoas, aproximadamente, compareceram à orla marítima para a Festa de Iemanjá que, nos anos anteriores, chegou a aglomerar um público calculado em 50 mil pessoas. Às 15h30m já estava tudo praticamente terminado, enquanto nos anteriores, a festa chegava até às 4 h da madrugada.

A fonte dos anos 80 reafirma algumas análises anteriores sobre a sobreposição da umbanda em relação a outras religiões. Segundo Cittadino (2007, p. 51), durante o governo ditatorial de João Agripino, houve um “investir no fomento ao turismo, como a construção do Hotel Tambaú.” Nesse contexto, questiona-se se a estátua de Iemanjá e a festa em sua homenagem poderiam ter contribuído, estrategicamente, para o processo de urbanização do litoral de João Pessoa/PB. O discurso harmônico e apaziguador, presente na época, reflete uma diminuição no número de adeptos e no culto aos orixás, especialmente durante a festa de Iemanjá, carinhosamente chamada de “Rainha do Mar”. A representação da realeza e dos orixás é familiar e não causa estranhamento. Schwarcz (2008, p. 275), em suas pesquisas, traz relatos de viajantes sobre as festas chamadas de congadas no século XIX, descrevendo: “Os congos são pretos, vestidos de reis e príncipes, armados de espadas, e que fazem uma espécie de guarda de honra a três rainhas pretas.”

Ao situar a cidade de João Pessoa/PB em relação às referências afro-religiosas, percebe-se que poucos elementos do patrimônio afro-paraibano compõem o espaço urbano da cidade, sendo muitos deles desconhecidos ou subestimados. Um exemplo disso é a estátua de Iemanjá e o pedido de tombamento (Processo nº 0069/2023/IPHAEP), que foi negado. Esse fato nos revela um problema de racismo estrutural e religioso, de caráter histórico, conforme Almeida (2018, p. 27) o racismo “pode levar à segregação racial, ou seja, à divisão espacial de raças”, reforçando os contrastes, a negação sistemática e o silêncio pelo poder público que indicam a necessidade de desenvolver uma consciência histórica, por meio da educação patrimonial e da valorização do patrimônio afro-religioso. Como ressalta Pessoa (2016), essas dimensões devem estar intrinsecamente ligadas às concepções de educação patrimonial e à cultura histórica, apontando para a importância de se criar uma consciência coletiva em torno da preservação e o reconhecimento do patrimônio cultural:

[...] temos de relacioná-la com nossa área específica de conhecimento (não exclusiva nem necessariamente agente principal na educação patrimonial, mas indispensável na mesma) e com a cultura histórica com a qual a mesma se relaciona (Pessoa. 2016. p, 144)

Sobre as definições de patrimônio histórico e educação patrimonial, segundo Pessoa (2016) são duas dimensões com aproximações, porém diferentes, pois para o historiador:

A educação patrimonial visa a aproximar, de maneira interativa, esse patrimônio (em suas diversas acepções) do âmbito da educação mais geral, buscando a interação mais ampla entre o patrimônio e a sociedade, com

efetivos reflexos, inclusive, sobre as políticas de preservação, com a construção de pontes para o exercício do diálogo entre os especialistas e a população em geral. (Pessoa, 2016. p, 144)

Assim como a historiografia, o patrimônio cultural e a educação patrimonial podem reforçar estereótipos e preconceitos, criando barreiras à aceitação da diversidade cultural. Com a chegada da República e a promulgação do Código Penal no final do século XIX, as religiões afro-brasileiras foram proibidas de ser praticadas, sendo, em sua maioria, associadas à feitiçaria, curandeirismo, charlatanismo e até ao espiritismo, recém criado na França e introduzido no Brasil, conforme apontam Lima (2008) e Souza (2016). Na transição do século XIX para o XX, as perseguições policiais e prisões tornaram-se frequentes, também conforme Lima (2008). Com a Nova República e a reforma do Código Penal de 1941, durante o Estado Novo, manteve-se a criminalização do curandeirismo, que continuava vinculado às religiões afro-brasileiras. Observa-se que apenas nas décadas de 1960 e 1970, no contexto da ditadura, começaram a ocorrer negociações e pressões para que essas religiões fossem reconhecidas e legitimadas como parte do patrimônio cultural do Brasil.

CONSIDERAÇÕES

A ação de celebrar é, também, uma ação de rememorar, como afirma Albuquerque Júnior (2012). Segundo o autor, celebrar é um exercício coletivo que, por meio das memórias e rituais de fé e devoção, estabelece uma aliança entre uma comunidade religiosa que reafirma suas identidades ao comemorar e criar uma unidade de memórias comuns. As celebrações a Iemanjá em João Pessoa/PB representam a mais genuína resistência da memória e da história, ou pelo menos da cultura histórica, indo além dos modismos culturalistas denunciado por Flores (2007, p. 96), quando afirma: “não exclusivamente os compêndios escolares, mas toda a vasta produção em massa dos bens simbólicos e culturais está disponibilizada, no mercado, aos sujeitos imperialistas e imperializados”. Não é novidade que a história e a cultura, esta última mais presente do que nunca, são instrumentos nas mãos de ideólogos, totalitaristas e opressores. No entanto, como propõe o professor e pensador Paulo Freire, podem também ser meios de libertação, ou seja, uma grande celebração.

O tombamento da festa de Iemanjá em João Pessoa/PB como patrimônio cultural imaterial da cidade, realizado em 2024, resulta da permanência desse patrimônio através da memória, redefinidas pelas práticas diante de contextos de opressão, como a Ditadura Civil-Militar e, mais recentemente, com a destruição de estátuas de Iemanjá em João Pessoa/PB e em outras cidades do Brasil. O Pai Gilberto, de Cruz das Armas/JP, conhecido por conduzir anualmente a procissão até o Busto de Tamandaré, local onde ocorre a festa, a mãe e ialorixá Renilda, do bairro de Mangabeira/JP, e o vereador Marcos Henriques, autor do projeto de lei que viabilizou

o tombamento da festa, compartilham um ponto em comum: os efeitos da crise pós-colonial que também afeta historiadores e a sociedade em geral, estudadas pelo pesquisador Quijano (2000).

A cultura política, o poder público e o patrimônio dizem muito sobre quem somos, todavia, precisa que os sujeitos possuam uma consciência histórica e tomem uma atitude de proteção e valorização cultural, que perpassa os pontos político, do direito e da memória, como princípio inalienável da humanidade. A pesquisadora Capone (2024, p. 10) retrata a importância de momentos como o de organizações e congressos que “conectaram os líderes dos cultos nigerianos com os iniciados da “diáspora” (brasileiros, cubanos, estadunidenses...)”. Estas redes transatlânticas foram segundo a autora, eventos ocorridos entre 1981-2013, na transição dos séculos XX para o XXI, importantes no entendimento do culto dos orixás a partir da concepção da diáspora e sua expansão nas Américas.

Em Havana, capital de Cuba, Yemayá, assim chamada, tem uma forte relação com a Virgem de Regla, protetora dos pescadores. Conforme destaca a pesquisadora Capone (2024), o patrimônio afro-religioso e suas redes transnacionais são parte de “um sistema divinatório que, hoje em dia, é o culto que mais se transnacionaliza no mundo.” Esse fenômeno possibilitou, em 2005, a inclusão do culto de Ifá da cultura iorubá na lista dos patrimônios mundiais, com as representações de Iemanjá ganhando destaque em países como Brasil, Cuba, Colômbia, Argentina, entre outros. Na Nigéria, houve também uma mobilização durante o regime Civil-Militar, que culminou, em 1977, com o “Segundo Festival Mundial das Artes e Culturas Negras e Africanas”. Capone (2024, p. 11) ressalta que o evento foi “um dos pontos centrais da política de valorização do patrimônio cultural” durante a Ditadura Civil-Militar na Nigéria.

As reconfigurações no campo político, público e religioso em relação às representações de Iemanjá na cidade de João Pessoa/PB vivenciam crises e conflitos no presente, movendo e removendo estátuas, seja pelos poderes públicos, por grupos afro-religiosos ou pela dificuldade de aceitação da sociedade civil. É necessário compreender por que as relações e os espaços de negociação na legitimidade da festa, durante a ditadura em 1966, e a propaganda nos periódicos do Estado *A União* não foram suficientes para a aceitação e valorização da estátua de Iemanjá na praia de Cabo Branco/JP. Ainda não encontramos fontes seguras em relação à instalação da estátua de Iemanjá, mas sabemos que ela é anterior à celebração. Identificamos e discutimos as características político-culturais no reconhecimento, legitimação e divulgação do patrimônio afro-religioso em períodos de regime militar no Brasil que podem convergir com os vivenciados na Nigéria no período também da Ditadura Civil-Militar, representando aspectos importantes da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE JUNIO, Durval Muniz. A necessária presença do outro – Mas que outro? : reflexões acerca das relações entre história, memória e comemoração. In: CEBALLOS,

Rodrigo e Bezerra, Josineide (Orgs.). **História, Memória e Comemorações**. EdUFCG. 201, p. 11-25

ALMEDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte MG. Letramento, 2018.

CAPONE, Stefania. **Entre Oyó e Ilé-Ifè: o impacto da história iorubá nas reconfigurações do campo patrimonial no Atlântico Sul (Nigéria/Brasil)**. Revista. *Tempo & Argumento*. Florianopolis/RJ. 2024.

CITTADINO, Monique. **Poder local, memória e cultura Política; possibilidades de análise a partir da figura do governo do governador João Agripino (Paraíba – 1966- 1971)**. Ed. *Saeculum*, 2007.p. 47 – 57

FLORES, Élio Chaves. **Dos Feitos e Dos Ditos: História e Cultura Histórica**. Saeculum Revista de História. João Pessoa. 2007. p, 83-102.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Cultura Política na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: *Argumentum*, 2009, pp. 13-37.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. Golpe Civil-Militar na Paraíba: repressão e legitimação. In: DANTAS, Eder, Nunes, Paulo Giovane Antônio e Silva, Rodrigo Freire de Carvalho e. (Orgs). **Golpe Civil-Militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Ed. UFPB. João Pessoa. 2014, p. 78- 118.

PRANDI, Reginaldo. **A Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **Educação Patrimonial, Ensino de História e Cultura Histórica: Algumas Experiências e Considerações**. *Saeculum*. Revista de História. João Pessoa. 2016. p, 139 -155.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. Ed. Walter Mignolo e outros. 2000.

RICOEUR, Paul. **Ideologias e Interpretações**. São Paulo. Ed Perspectiva. 1986.

SOUZA, Fabíola Amaral Tomé de. **Umbanda e Ditadura Civil-Militar relações, legitimações e reconhecimento**. Revista. *Angelus Novus* nº 11. 2016. p, 13-32.

SCHWACZ, Lília Moritz. As Barbas do Imperador; D Pedro II. Capítulo 10 In **O Império das Festas e as Festas do Império**. Companhia das Letras. 1998. p, 247-294.

OS 60 ANOS DO GOLPE DE 1964 E OS IMPACTOS NA UFRJ: VIOLÊNCIA, REPRESSÃO E MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA

Lucas Barroso Rego
(UFRJ. E-mail: lucas.barroso@ufrj.br)

Andréa Cristina de Barros Queiroz
(UFRJ. E-mail: andreaqueiroz@sibi.ufrj.br)

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados das pesquisas realizadas pelos bolsistas e voluntários de Iniciação Científica e pela equipe da Divisão de Memória Institucional (DMI) do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que culminaram na exposição virtual “Os 60 anos de 1964 e os impactos na UFRJ” (disponível em: memoria.sibi.ufrj.br/index.php/exposicoes/ano-2024). Inaugurada em 25 de abril de 2024, a exibição revela a vigilância constante sobre a comunidade universitária, promovida por gestores e órgãos de controle do regime, como inquéritos policiais militares e o Serviço Nacional de Informação (SNI). A exposição também documenta a resistência promovida por movimentos sociais e detalha as perseguições direcionadas a 45 professores da UFRJ. Nesse contexto, adotamos a noção de “trajetória” para explorar os fragmentos da vida dos cassados pela ditadura, lançando luz sobre como essa conjuntura autoritária impactou a instituição, assim como seu corpo social. Com essa iniciativa, espera-se preservar e divulgar a memória desses e outros atores, reforçando o papel da UFRJ na denúncia e reflexão sobre as violações de direitos humanos ocorridas durante o período ditatorial.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar, trajetórias, memória institucional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Desde 2014, em preparação para o cinquentenário do golpe militar de 1964, servidores e estudantes de Iniciação Científica (IC) da Divisão de Memória Institucional (DMI) do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) têm conduzido pesquisas em diversos acervos documentais da universidade, abrangendo também seu patrimônio artístico, cultural e histórico. Essas investigações permitem analisar os projetos políticos, técnico-científicos e educacionais da instituição ao longo do tempo.

Um dos resultados dessas pesquisas foi o desenvolvimento de uma investigação específica sobre a ditadura civil-militar na UFRJ, já que muitos ex-reitores faziam menção a esse período. Identificou-se, então, a necessidade de registrar as memórias de professores, estudantes e servidores técnico-administrativos que foram perseguidos e expulsos da universidade durante o regime ditatorial.

Em 2024, no aniversário de 60 anos do golpe, a DMI/SiBI/UFRJ organizou a exposição virtual “Os 60 anos de 1964 e os impactos na UFRJ”¹, com o intuito de publicizar os efeitos do período autoritário no cotidiano da maior universidade do país. As fontes e documentos exibidos são frutos do projeto de pesquisa “A UFRJ e a ditadura civil-militar”. A mostra está estruturada em cinco eixos temáticos principais: i) Controle e patrulhamento; ii) Coerção e invasões; iii) Resistência e movimentos sociais; iv) Expurgos; e v) Memória, Verdade e Justiça.

O primeiro eixo trata da vigilância exercida sobre a comunidade universitária, tanto por gestores quanto por órgãos de controle do regime, baseada em inquéritos e arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI). O segundo eixo destaca as invasões policiais aos campi da UFRJ, como o Massacre da Praia Vermelha, em 1966, e a Sexta-feira Sangrenta, em 1968, que resultaram em ferimentos a centenas de estudantes.

Nos eixos seguintes, a exposição aborda a resistência ao regime, com destaque para o papel dos movimentos sociais universitários, especialmente o movimento estudantil. O tema dos expurgos detalha as perseguições e cassações sofridas por membros da comunidade acadêmica. O último eixo enfoca o trabalho de memória realizado pela UFRJ para denunciar as violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura, com destaque para as atividades da Comissão da Memória e Verdade da universidade.

Ao revelar narrativas que documentam a repressão, a resistência e os impactos desse período na UFRJ, a exposição contribui para uma compreensão crítica da história do Brasil. Ela permite que diferentes públicos tenham acesso a informações históricas de forma pública e gratuita, promovendo a reflexão sobre as consequências do autoritarismo e a importância da defesa da democracia.

Dado o seu impacto nos debates sobre memória, direitos humanos e divulgação científica, este trabalho visa documentar a experiência de organização da exposição virtual “Os 60 anos de 1964 e os impactos na UFRJ”. A descrição abrange o processo de levantamento e análise dos acervos documentais, bem como a curadoria da exposição, destacando os desafios e os resultados alcançados na preservação e divulgação da memória institucional.

1 Disponível em: <https://memoria.sibi.ufrj.br/index.php/exposicoes/ano-2024>. Acesso em: 10 out. 2024. Para a organização e montagem desta exposição, a equipe de trabalho foi formada por servidores da DMI/SiBI/UFRJ: Andréa Cristina de Barros Queiroz (Historiadora e Curadora da exposição); Algacilda Alves da Conceição (Bibliotecária); Juliano Leal Camargo (Bibliotecário); e graduandos de História da UFRJ que participaram do projeto de pesquisa e iniciação científica: Lucas Barroso Rego; Quezia Oliveira Silva; Tássia da Silva Freitas; e Virgínia Castelhana.

DISCUSSÃO SOBRE MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS

Segundo Romero (2007), o conceito de memória pode ser entendido como uma parte essencial da consciência que um ator social tem do seu próprio passado, estando ligada à identidade e às subjetividades de um indivíduo, grupo ou sociedade. Nesse contexto, o historiador observa que a memória “é feita de lembranças, esquecimentos, distorções, reflexos, subterfúgios, realces, esmaecimentos e mil operações mais” (ROMERO, 2007, p. 10).

Diferente da memória individual, que seria espontânea e inconsciente, a memória de grupo é deliberada, pois visa servir a um fim específico conhecido pelo sujeito que a executa (FINLEY, 1989). Nesse sentido, Woisson (2002) afirma que certas circunstâncias podem ativar ou apagar determinadas recordações no tempo presente. Assim, a lembrança é sempre seletiva e uma construção retroativa de um enquadramento do passado (CATROGA, 2010).

Pollak (1992) aponta que um dos elementos de construção da identidade é a memória individual e coletiva, sendo um fator constitutivo dos sentimentos de coerência e continuidade de uma pessoa ou um grupo. Nesse sentido, a memória funciona como um importante elemento de reconhecimento e valorização, efetuando “[...] um trabalho de manutenção, de renovação, de coerência, de unidade, de continuidade, de organização” (FERREIRA, 1997, p. 1).

No que diz respeito à memória coletiva, Pollak (1989) também reconhece seu caráter potencialmente problemático, emblemático e conflituoso entre diferentes formas de recordar. Ele destaca possíveis oposições entre memórias “oficiais” e memórias subterrâneas dos excluídos, marginalizados e minorias, pontuando a disputa entre a reabilitação metodológica das marginalidades e o caráter opressor de uma memória coletiva nacional.

As memórias categorizadas como “subterrâneas”, apesar de aparentemente personalizadas, emergem e se consolidam no contexto das relações sociais. Mesmo silenciadas, essas memórias desempenham um papel fundamental na produção e percepção de sentimentos de pertencimento a passados compartilhados, essenciais para a construção de identidades fundamentadas tanto em registros históricos materiais quanto no domínio simbólico e privado (HALBWACHS, 2006).

No cerne dessas dualidades, o passado permeia o presente não apenas pelo ato de vontade ou convocação, mas pelo advento de uma lembrança – soberana, instável, incontrolável e incompleta (SARLO, 2007). Independentemente das tentativas de silenciamento, o passado resiste nos sujeitos e invade o presente, sendo parte fundamental de sua existência histórica.

As recordações existem na subjetividade pessoal e, em virtude disso, a consciência do eu está condicionado a partir da socialização e da comunicação com os outros. Dessa forma, segundo Catroga (2001), a memória individual só é formada a partir da coexistência tensional e conflitiva entre diversas memórias (dentre elas, as pessoais, as familiares, as grupais, as regionais e as nacionais), que, por estarem em construção permanente, estão sujeitas a alterações ocorridas no campo das re-presentações do pretérito.

As memórias subterrâneas, silenciadas e marginalizadas pela história oficial, cristalizam-se nos pequenos detalhes dos indivíduos dominados. Compreender e analisar essas memórias e seus receptáculos é fundamental para desvelar as lacunas e distorções da “narrativa oficial”. Nesse contexto, a trajetória de vida é reivindicada na historiografia como um caminho possível para esse processo analítico.

Desde a antiguidade até a contemporaneidade, pequenas pistas de eventos não diretamente experimentados por um observador podem ser entendidas como indícios mínimos de um meticuloso caminho de reconstituição histórica de uma determinada realidade. Nesse sentido, o método indiciário abre a possibilidade de flexibilidade e integralidade nas ciências humanas, centrando-se na análise de elementos imponderáveis, como os sentidos e a intuição de qualquer observador (GINZBURG, 1989).

Em conclusão, a análise das memórias individuais e coletivas revela uma complexidade na forma como o passado pode ser evocado e interpretado. A memória, como um processo dinâmico e multifacetado, não é apenas um reflexo das experiências passadas, mas um construto moldado por seleções, distorções e reconstruções contínuas. A interação entre memórias oficiais e subterrâneas destaca a tensão entre o reconhecimento de identidades históricas e os esforços para manter uma narrativa coesa e dominante.

Compreender, assim, esses vestígios do passado, muitas vezes fragmentados e negligenciados, é essencial para desvendar as lacunas e contradições nas narrativas históricas estabelecidas de modo oficial. O método indiciário, ao focar nos detalhes minuciosos e nas intuições dos observadores, oferece uma abordagem possível para explorar essas memórias e reconstruir a riqueza da experiência humana ao longo do tempo.

PROCESSO DE MONTAGEM DA EXPOSIÇÃO

O processo de montagem da exposição iniciou-se com o levantamento e análise de acervos documentais, conduzidos por alunos de Iniciação Científica, tanto bolsistas quanto voluntários do projeto. Essa fase envolveu a coleta de fontes em diversos locais, incluindo Bibliotecas, Museus, Arquivos e Centros de Memória da UFRJ, além da Hemeroteca Digital, Arquivo Nacional e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

As fontes coletadas foram sistematicamente organizadas em pastas virtuais no Google Drive do projeto, facilitando a gestão e o compartilhamento dos materiais entre os membros do grupo de pesquisa. Os documentos foram classificados por trajetória analisada, ano, tipo e temática, sendo organizados cronologicamente para proporcionar uma visão clara dos eventos ao longo do tempo.

Sob a supervisão da coordenadora do projeto, a historiadora Andréa Queiroz, as pastas foram organizadas de acordo com as trajetórias dos 45 professores da UFRJ que foram cassa-

dos durante a ditadura civil-militar. Documentos como relatórios, inquéritos, correspondências e fotografias que mencionavam esses professores foram catalogados e armazenados em pastas específicas.

Posteriormente, as fontes foram categorizadas conforme o tipo de material, incluindo relatórios, inquéritos, correspondências e fotografias, e, em seguida, pela temática, como controle e patrulhamento, invasões policiais e resistência estudantil. Essa organização detalhada foi fundamental para uma curadoria eficiente e para a criação de uma narrativa coesa e informativa na exposição.

A partir do levantamento realizado tanto pela curadora quanto pelos bolsistas, os servidores da Divisão de Memória Institucional (DMI) do SiBI/UFRJ selecionaram as fontes documentais, iconográficas, impressas, museográficas e audiovisuais a serem exibidas. Esses materiais foram sendo analisados ao longo de 10 anos entre diferentes efemérides. Além disso, a equipe também produziu textos, legendas e referências que compuseram a exposição virtual, com o objetivo de facilitar o tour online.

A orientadora da pesquisa e curadora da exposição estruturou os materiais em cinco eixos temáticos principais, utilizando a análise de conteúdo de Bardin (2011). Esses eixos foram: i) Controle e patrulhamento; ii) Coerção e invasões; iii) Resistência e movimentos sociais; iv) Expurgos; e v) Memória, Verdade e Justiça. Cada eixo foi projetado para destacar aspectos específicos do impacto da ditadura na UFRJ, com base nos materiais selecionados.

Por fim, a montagem da exposição virtual foi realizada pelos bibliotecários da DMI/SiBI/UFRJ utilizando o software ArtSteps. A exposição foi vinculada à página da Divisão de Memória Institucional, com um processo de montagem semelhante ao de uma exposição física, incluindo pesquisa, preparação e disposição dos materiais. No entanto, a exposição virtual trouxe vantagens, como a ambientação pré-determinada e a acessibilidade global, tornando-se uma ferramenta pedagógica importante pela democratização do acesso via internet.

A exposição foi publicada na conta institucional da DMI/SiBI/UFRJ no ArtSteps e disponibilizada no site oficial da Divisão (<https://memoria.sibi.ufrj.br>). O layout escolhido foi adequado à temática da exposição, aproveitando a experiência da equipe de servidores em montar exposições virtuais desde o início da pandemia de COVID-19. Após a inserção dos materiais no ambiente expositivo e a organização dos espaços, a exposição foi publicada e tornou-se acessível ao público de forma gratuita.

RESULTADOS

Os resultados da exposição virtual “Os 60 anos de 1964 e os impactos na UFRJ” demonstram sua relevância em diversas dimensões. O projeto, realizado ao longo de 17 meses, é fundamental para a preservação e divulgação da memória institucional da UFRJ, alcançando um

público amplo e diversificado. Além disso, o processo traz importantes ganhos para a formação acadêmica e profissional dos alunos de Iniciação Científica, que aprofunda seu conhecimento em metodologias de curadoria e gestão de acervos documentais, além de desenvolver habilidades arquivísticas e tecnológicas.

A análise dos acervos, composta por documentos e iconografias provenientes de diferentes instituições, revela a complexidade e a importância dos acontecimentos relacionados à ditadura civil-militar (1964-1985). A organização sistemática das fontes é essencial para a criação de uma narrativa coesa e estruturada, contribuindo diretamente para a qualidade e o rigor histórico da exposição.

Outro resultado significativo é o papel da tecnologia na democratização do acesso à informação, promovendo um diálogo mais amplo entre a academia e a sociedade. A exposição não apenas proporciona uma compreensão crítica da história nacional, mas também demonstra a capacidade da Divisão de Memória Institucional (DMI/SiBI/UFRJ) de utilizar ferramentas inovadoras para ampliar o alcance de suas iniciativas. Assim, a exposição virtual se consolida como um meio eficaz de preservação da memória, ao mesmo tempo em que conscientiza o público sobre os riscos do autoritarismo e a importância da vigilância democrática.

Por meio dessa iniciativa, a UFRJ fortalece sua posição como uma instituição comprometida com a memória histórica, promovendo os valores de justiça, verdade e reparação. A exposição virtual amplia o alcance das ações institucionais e reafirma o papel da universidade como protagonista na construção de uma memória coletiva que preza pelos direitos democráticos e pela resistência ao autoritarismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição virtual “Os 60 anos de 1964 e os impactos na UFRJ” representa um marco no esforço contínuo de preservação da memória institucional e na denúncia das violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura civil-militar. Por meio de uma pesquisa cuidadosa, realizada por bolsistas de Iniciação Científica e a equipe da Divisão de Memória Institucional (DMI) do SiBI/UFRJ, foi possível compor um acervo robusto que revela as nuances da repressão sofrida pela comunidade universitária. A exposição, ao documentar eventos como o patrulhamento dos campi, as invasões policiais, as cassações de professores e a resistência dos movimentos sociais, contribui de maneira significativa para uma compreensão crítica desse período sombrio da história do Brasil.

A organização da exposição, com base em trajetórias individuais e coletivas, possibilitou a construção de uma narrativa que dá voz àqueles que foram silenciados pelo regime autoritário. A utilização de fontes diversas, desde documentos oficiais até memórias pessoais, permitiu uma abordagem multifacetada, capaz de ilustrar a complexidade das relações entre repressão e

resistência. Além disso, ao destacar a memória institucional da UFRJ, o projeto reforça o papel das universidades como espaços de reflexão, denúncia e defesa da democracia.

Os resultados apresentados demonstram a relevância de iniciativas como essa para o campo da divulgação científica e da educação em direitos humanos, oferecendo uma plataforma acessível e interativa para o público em geral. A exposição virtual, ao possibilitar que memórias subterrâneas e fragmentadas sejam visibilizadas, atua como um importante instrumento de justiça histórica, resgatando vozes e experiências que, de outra forma, poderiam permanecer esquecidas.

Por fim, a experiência de curadoria e organização desse acervo reflete o potencial transformador da pesquisa acadêmica em dialogar com questões de memória e justiça social. Espera-se que este projeto inspire futuras iniciativas de preservação e divulgação da história recente do Brasil, contribuindo para a construção de uma sociedade mais consciente e comprometida com os valores democráticos.

REFERÊNCIAS

- CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan.-jun. 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/11315>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, comemorações e ética. **Projeto História**. Ética e História oral, São Paulo, n. 15, p. 157-164, abr. 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11227>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- FINLEY, Moses. **Uso e Abuso da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, n. 10, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- ROMERO, Luis Alberto. A memória, o historiador e o cidadão. A memória do Proceso argentino e os problemas da democracia. **Topoi**, v. 8, n. 15, p. 9-23, jul. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X008015001>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- WOISSON, Diana Quattrocchi. Histoire, mémoire et justice en Argentine. Le débat. **Mémoire du XX siècle**, Paris, n. 122, p. 78-88, nov.-dez. 2002.

“PCB É LEGAL”: REESTRUTURAÇÃO PARTIDÁRIA E PROPOSIÇÕES PÓS-REGIME AUTORITARIO NA PARAÍBA

Matheus Balbino Gomes
(UFPB. E-mail: matheusb.gomes10@gmail.com)

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva
(UFPB. E-mail: rfreirecs@hotmail.com)

RESUMO

Inspirado pela chamada principal da edição de julho de 1985 do “PCBoletim” — órgão de comunicação oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB) —, este trabalho realiza uma análise documental baseada em materiais cedidos por dirigentes partidários envolvidos na reestruturação e mobilização política do PCB entre o retorno do governo civil e as disputas eleitorais de 1988. Embora o PCB defendesse o combate à ditadura por meio da resistência pacífica, através da mobilização das massas e da ampla unidade das forças democráticas, o partido não foi poupado das severas medidas repressivas formalizadas pela Doutrina de Segurança Nacional, que orientou a ação militar. Dessa forma, a pesquisa destaca as mudanças internas e as propostas que o partido apresentou em seu retorno à legalidade, buscando evidenciar as consequências das repressões sofridas e as adaptações institucionais e propositivas diante do cenário de redemocratização. A relevância do estudo é sublinhada pela importância do PCB na ordem democrática, além de elucidar aspectos da reorganização das instituições democráticas e da sociedade civil.

Palavras-chave: Partido Comunista Brasileiro - PCB, Reabertura Democrática, Transição.

INTRODUÇÃO

Este artigo constitui uma extensão do projeto de iniciação científica que teve como objetivo investigar a ação política do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na Paraíba durante a década de 1950, com especial atenção à articulação entre os movimentos sociais e as disputas eleitorais. Naquele estudo, a análise concentrou-se em materiais oriundos da imprensa empresarial e comunista, explorando os discursos em circulação à época. Embora compartilhe o método de análise documental, este trabalho propõe uma abordagem distinta ao privilegiar fontes inéditas provenientes do arquivo pessoal de Hermano Nepomuceno Araújo (1952-), dirigente partidário e membro do comitê municipal de Campina Grande entre as décadas de 1980 e 1990.

Este acervo, composto por documentos internos do partido e correspondências políticas, revela as dinâmicas de reestruturação do PCB em um momento histórico marcado pelo retorno à legalidade, após mais de três décadas de clandestinidade. A cassação do registro partidário em 1947, fruto do recrudescimento das políticas anticomunistas no contexto da Guerra Fria, não significou, entretanto, o esgotamento da atuação do partido. Pelo contrário, evidenciou sua capacidade de reorganização e resistência, características que serão exploradas neste trabalho no contexto do processo de redemocratização brasileiro.

O acesso às documentações internas do PCB permite uma análise mais acurada e contextualizada, contrapondo-se aos discursos anticomunistas propagados por diversos setores da sociedade nacional e internacional ao longo do século XX. Mesmo durante o período de legalidade, o partido enfrentou forte repressão, evidenciado no papel central de sua imprensa, que, como apontado por Pedro Pomar, “era o “abre-alas” do partido, seus jornais e revistas eram a representação, a um só tempo simbólico e material, do programa e do ideário Comunista, a desafiar, por sua simples existência, a ordem profundamente reacionária” (2022, p. 319). Essa característica reafirma a organicidade do PCB, cuja capacidade de articulação se manifestou na construção de alianças com movimentos sociais e partidos políticos dentro da ampla frente democrática que buscava pôr fim aos governos militares. Assim, o material desenvolvido neste trabalho constitui um elemento fundamental para a continuidade da memória cultural, política e material do comunismo no Brasil, evidenciando suas múltiplas dimensões e impactos na sociedade brasileira.

Conforme circular do informativo da comissão regional do PCB na Paraíba, publicada em julho de 1985 sob o título “PCB é Legal”, o partido anunciou seu retorno à legalidade, por meio da edição do PCBolletim, acompanhado do convite à filiação, com vistas à reestruturação do partido de massas, democrático e nacional. Alinhado aos objetivos deste trabalho, o informativo destaca a resistência aos governos militares e cita a proposição programática elaborada durante o Encontro Nacional da Legalidade, realizado em 1983, voltado para o avanço da democratização e o enfrentamento dos problemas nacionais evidenciados ao longo dos 21 anos de ditadura militar. Neste sentido, este estudo busca evidenciar, a partir da análise dos materiais disponíveis, a relação programática e pragmática do PCB nesse novo momento histórico, considerando, sobretudo, o legado de resistência construído durante o período autoritário. Ao ocupar a linha de frente da luta democrática, o partido desempenhou funções centrais nas expressões sociais de massa, reafirmando sua centralidade na defesa da democracia e na defesa dos interesses das bases populares.

Diante da expressiva resistência do Estado brasileiro em consolidar a memória político-social, evidenciada pelo descaso na preservação de fontes históricas, este trabalho se insere no conjunto de iniciativas que buscam fortalecer a luta pela democracia a partir da experiência do estado autoritário (Ferreira, 2014). Nesse contexto, o compromisso histórico do PCB com a edificação de um Brasil livre, soberano, justo, democrático e independente, reafirmado em seu

Manifesto Partidário de 1985, torna este estudo especialmente relevante ao se debruçar sobre fontes primárias que documentam a atuação daqueles que resistiram nas trincheiras do movimento de desarticulação do regime autoritário mais violento e duradouro da América Latina. Este trabalho contribui para a permanência da memória histórica do período, destacando o papel essencial da produção acadêmica no acesso, visibilidade e divulgação dessas informações, promovendo o que Josemar Melo (2014) denomina de “democracia informacional”, essencial para o fortalecimento do debate público sobre o passado recente brasileiro.

CONTEXTO HISTÓRICO DO PCB NA DITADURA

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) desempenhou um papel central na oposição ao regime militar instaurado em 1964, enfrentando repressões sistemáticas que marcaram profundamente sua atuação, especialmente no contexto paraibano. Com o golpe militar, a já persistente perseguição ao partido — na ilegalidade desde 1947 — intensificou-se, consolidando o anticomunismo como uma política de Estado. Na Paraíba, o governo de Pedro Gondim representou um ponto de inflexão nessa repressão. Inicialmente, Gondim havia se alinhado às forças progressistas, mas, ao longo de seu mandato, rompeu com movimentos de esquerda e passou a se aproximar das elites conservadoras. Esse realinhamento político marcou uma virada repressiva, com medidas como a nomeação de oficiais anticomunistas para cargos de liderança em órgãos de segurança pública e a repressão direta a manifestações de movimentos sociais, especialmente as Ligas Camponesas. Esses movimentos, que mobilizaram grande parte da população rural em torno da reforma agrária e da justiça social, passaram a ser duramente perseguidos, garantindo a sobrevivência política e integridade física do governador em meio à escalada do autoritarismo que enrijeceu no âmbito nacional durante o golpe de 1964, entre elas com perda de mandato e perseguição aos governadores de oposição ao regime (Cittadino, 2014).

Estudos sobre o contexto histórico-político da Paraíba destacam uma ambivalência na gestão de Pedro Gondim, especialmente ao comparar seu mandato interino no final da década de 1950 com seu governo efetivo entre 1961 e 1966. Durante sua gestão interina, de 1958 a 1960, assumida em decorrência do afastamento do governador Flávio Ribeiro Coutinho por problemas de saúde, Gondim desenvolveu um estilo de governo mais progressista, voltado para os interesses populares e abertos à influência de movimentos sociais alinhados às pautas comunistas (Nunes, 2014). Entretanto, ao assumir o mandato como governador eleito, a partir de 1961, o conflito com uma elite conservadora ligada ao latifúndio levou a uma mudança de postura. O governo passou a utilizar os aparelhos estatais para atender aos interesses oligárquicos em detrimento das demandas populares, como a reforma agrária. Essa mudança resultou na escalada de violência, exemplificada pelos assassinatos de líderes camponeses como Alfredo Nascimento e João Pedro Teixeira. A repressão local naturalizou o anticomunismo a tal ponto que, com a deflagração do golpe de 1964, houve uma rápida cassação de mandatos parlamenta-

res e uma desarticulação de movimentos sociais. Tais medidas anteciparam as ações repressivas da “Operação Limpeza”, formalizadas pelo Ato Institucional nº 1 (Nunes, 2014).

A repressão na Paraíba, assim como no restante do país, foi intensificada pela aplicação rigorosa da Doutrina de Segurança Nacional, que legitimava o uso da força contra movimentos classificados como subversivos. O PCB, embora ilegal desde 1947, manteve-se ativo ao adaptar-se à realidade política e social, priorizando a construção de alianças com setores como movimentos religiosos, estudantis e da imprensa local, além de lançar candidaturas comunistas por meio de siglas alinhadas à defesa de pautas “nacionalistas” (Silva, 2014). Contudo, a imprensa empresarial, amplamente dominada pelas elites conservadoras, desempenhou um papel central na propagação do discurso anticomunista. Como destaca Lúcia Ferreira (2014), mesmo diante de lacunas documentais relacionadas às práticas de perseguição e tortura, os jornais locais fornecem elementos essenciais para compreender como o comunismo foi construído como uma ameaça, justificando a repressão estatal e a perseguição política. Essas narrativas legitimaram perseguições, prisões arbitrárias e até assassinatos de líderes políticos e sociais, consolidando a imprensa como um instrumento fundamental para sustentar e estabelecer a violência do Estado contra militantes e organizações progressistas.

Apesar da fragilidade da avaliação conjuntural anterior ao golpe, marcada pela crença na capacidade de resistência ao autoritarismo, o PCB reafirmou, em seu VI Congresso de 1967, já sob o regime militar, o compromisso com a resistência pacífica, alinhando-se à perspectiva histórica etapista. Na Paraíba, essa postura se manifestou em uma atuação política que transcendeu o campo partidário, como já se apresentava desde que posto na clandestinidade, consolidando-se como um movimento cultural e ideológico. Conforme destaca Rodrigo Silva (2014), a criação de uma frente única democrática e de massas, organizada pelo PCB, “foi a principal responsável pela eficácia da derrota dos militares, tendo influenciado diretamente as campanhas pela Anistia, em 1979, e pelas eleições diretas para Presidente da República, em 1984” (p. 73). Contudo, essa estratégia não foi suficiente para garantir a integridade física de seus dirigentes, membros e simpatizantes, que foram duramente combatidos pelos militares, especialmente a partir de 1973, em operações repressivas como a “Operação Radar” (Silva, 2014).

A imprensa comunista destacou-se como uma das principais ferramentas de resistência do PCB na Paraíba, mesmo sob intensa vigilância e censura. Veículos como *Imprensa Popular* e *Voz Operária* não apenas denunciaram as arbitrariedades do regime, mas também articularam forças progressistas em defesa da democracia, cumprindo um papel crucial na manutenção da memória das lutas populares e na exposição das atrocidades cometidas contra militantes e trabalhadores. Apesar da severidade da repressão, a atuação do PCB na Paraíba resistiu ao objetivo de erradicação imposto pelo regime, sustentando seu legado político e social. A resiliência do partido e de seus militantes evidencia o compromisso com a luta democrática, mesmo sob perseguições sistemáticas e tentativas de silenciamento. Conforme aponta Ferreira (2014), a confirmação histórica desse período depende do acesso a fontes documentais alternativas

e testemunhos orais, dada a destruição deliberada de registros oficiais. Essas memórias são indispensáveis para compreender o papel central do PCB na resistência à ditadura e na mobilização popular durante um dos períodos mais autoritários da história brasileira, ao passo em que também oferece subsídios a compreensão do partido como o primeiro partido de massas da esquerda brasileira (Silva, 2014).

O contexto paraibano, marcado por conflitos agrários, repressão policial e uma vigorosa organização popular, evidencia como a resistência comunista conseguiu se moldar às especificidades regionais, preservando sua relevância no enfrentamento ao regime militar. A atuação do PCB na Paraíba foi mais do que uma oposição partidária ao autoritarismo; representou uma articulação multifacetada que conectava movimentos sociais, sindicatos, frentes estudantis e a imprensa comunista, consolidando-se como um acontecimento de lutas democráticas e de justiça social. Mesmo sob intensa repressão e constante ameaça de desarticulação, o partido demonstrou uma resiliência singular, mantendo viva a mobilização das massas e a defesa de pautas progressistas. Dessa forma, o PCB não foi apenas uma organização política de resistência, mas um movimento social que desafiou as estruturas autoritárias ao promover uma luta ampla e integrada, cuja relevância transcende o período da ditadura, consolidando-se como um elemento central na história da busca pela democracia no Brasil.

O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO E A LEGALIDADE DO PCB

O processo de abertura democratizou-se sob a lógica tutelar dos militares, com uma transição lenta, gradual e segura, que não favoreceu a estruturação e o retorno à legalidade do PCB. Apesar da desarticulação sistematicamente provocada pela repressão e pela violência sustentada pelo ideário anticomunista, como mencionado anteriormente, o partido manteve-se ativo e buscou se reestruturar legalmente. Mesmo com a recepção pública de seus dirigentes que retornaram do exílio após a promulgação da Lei da Anistia (Lei nº 6.683/79) e com iniciativas nacionais, como o Encontro Nacional pela Legalidade, realizado em São Paulo em novembro de 1982, tais esforços não foram suficientes para garantir formalmente a liberdade de organização partidária. Conforme registrado no PCBoletim de julho de 1985, o Ministro da Justiça, Abi-Ackel, durante o governo do general João Figueiredo (1980-1985), vetou arbitrariamente a publicação no Diário Oficial que conferiria o registro do PCB em 1984. Essa decisão somente foi revertida no ano seguinte, após uma intervenção pessoal do presidente José Sarney, marcando um ponto de inflexão no retorno do partido à legalidade.

Destacando a resistência aos traços reacionários da classe dominante, evidenciados pelos três anos de legalidade desde sua fundação, em 1922, o informativo regional paraibano do PCB, intitulado “PCB é legal”, anunciou o retorno do partido à legalidade, denunciando a necessidade de mudança nas práticas estatais autoritárias e ressaltando o compromisso do partido em aderir às normas vigentes e avançar no processo de democratização inerente ao período.

Logo nos primeiros parágrafos, o informativo se vale das experiências acumuladas, apontando os erros e acertos das leituras e práticas conjunturais, reforçando, sobretudo, a necessidade de um tratamento célere e eficaz para os graves problemas sociais agravados durante os governos militares. A conquista do registro em 9 de julho de 1985 no Tribunal Superior Eleitoral, mesmo sob pedido de impugnação do Partido Social Cristão (PSC), foi registrada como um exemplo de que as forças reacionárias não se dissiparam com a mudança de regime, destacando, no argumento de defesa, a necessidade de fortalecer as práticas e condutas democráticas na política institucional e partidária.

Como parte da concessão ao registro permanente, o informativo ressaltou a necessidade de criação das Comissões Regionais, seguidas pelas municipais e distritais, lançando uma campanha de filiação sob o slogan que instituiu o título do documento: “É legal, entre no partido!” reafirmando o compromisso histórico do PCB como um partido de massas. No âmbito estadual, foram definidos os eixos diretores em João Pessoa, Campina Grande e Santa Rita, sob um corpo diretivo formado majoritariamente por dirigentes com nível superior e vinculados ao funcionalismo público. Assim como em todo o território nacional, e seguindo o reconhecimento do Tribunal Regional Eleitoral Estadual, distribuiu-se como meta a instalação de comissões em no mínimo 5% dos municípios, promovendo a filiação partidária com o objetivo de consolidar o “partido da classe operária e dos trabalhadores, aberto a todos os brasileiros que desejam a justiça social, a democracia e a liberdade” (PCBoletim, 1985).

O discurso proferido pelo vereador Márcio Rocha, na ocasião de instalação da bancada do PCB na Câmara Municipal de Campina Grande, em setembro de 1985, divulgado posteriormente pela Comissão Diretora Municipal Provisória do PCB, elenca os pontos mencionados e a construção pragmática da reestruturação partidária. Referindo-se aos munícipes e seus representantes, o então vereador destacou o “duro embate da resistência” acampado pelos comunistas durante os anos de clandestinidade, ressaltando os objetivos claros e definidos pelos quais se fizeram presentes: a dignidade humana e a superação das mazelas econômicas e sociais, com fim a paz e ao socialismo. Reforçando a leitura pragmática e a adaptação à realidade vigente, Rocha agradece a exitosa participação na bancada do Partido do Movimento Democrata Brasileiro (PMDB), destacando a necessidade de manutenção da frente democrática, acompanhada da necessidade de adesão do PCB a todas as classes e camadas sociais, seguido do convite a todos os campinenses para integrar o partido por meio das filiações.

Em documentações apresentadas a partir da conferência estadual de abril de 1987, em preparação ao VIII Congresso Nacional (Extraordinário), com presença de representação de sete municípios paraibanos, da direção estadual e nacional, foram apresentados o balanço partidário entre o período de 1985 até a ocorrência do congresso, com ênfase na eleição de 1986. Notavelmente reconfigurado entre os processos congressuais de entrega de retorno à legalidade, entre o início da década de 1980 até 1987, os dirigentes destacam como determinantes as dissidências prestistas, posteriormente designadas como “renovadores”, e as mudanças estaduais

dos membros, que representaram transferências e cooptação de novos dirigentes. Tal configuração apresentou dificuldades de inserção partidária nos movimentos sociais, como os sindicais, estudantis, juvenis, comunitários e femininos, que apresentaram novas formas de articulação. No entanto, pós-legalidade, o partido foi apresentado como despolarizado dos dois maiores centros urbanos do estado (João Pessoa e Campina Grande), tornando-se um partido de âmbito estadual, resultado da linha política de ampla frente democrática, evidenciada no desempenho eleitoral positivo na eleição anterior de 1986, apesar das dificuldades de organização política e financeira enfrentadas.

As dificuldades enfrentadas nos primeiros dois anos de retorno à legalidade culminaram na elaboração do 1º Plano Estadual de Organização Partidária, concebido como plano piloto em 1987. Estruturado a partir de definições programáticas e pragmáticas, o documento delineou diretrizes estratégicas para consolidar e expandir o partido no novo cenário político do Brasil. Mais do que uma formalização organizacional, o plano reflete a ambição do PCB em se afirmar como um ator fundamental na construção democrática do país, em um período de intensas transformações políticas e sociais. A intensificação das campanhas de filiação, com a ousada meta de duplicar o número de filiados ainda naquele ano, visava não apenas o crescimento quantitativo, mas também o fortalecimento do caráter popular e democrático do partido, consolidando sua presença no cenário político e contribuindo para a construção da democracia, da paz e do socialismo no Brasil. Esse movimento não apenas reafirmou o PCB como um partido de massas, aberto às classes trabalhadoras e aos diversos setores da sociedade, mas também indicou seu comprometimento com a justiça social, a liberdade e a consolidação de uma nova ordem política no país.

PROPOSTA E ATUAÇÃO POLÍTICA DO PCB NA PARAÍBA

Desde sua fundação, o PCB se destacou por apresentar uma diretriz programática clara e bem definida, sustentada por um projeto político que combinava princípios ideológicos com estratégias de atuação concreta. No entanto, a partir das documentações históricas das quais tivemos acesso, ao longo dos anos da legalidade, as suas proposições foram mais desenvolvidas e assertivas, respondendo de forma precisa às demandas conjunturais e aos desafios pelas transformações políticas e sociais do Brasil. Firmado no compromisso com a conquista e consolidação do Estado Democrático de Direito, o partido orientou suas propostas com ênfase no desenvolvimento econômico, na redistribuição da renda nacional e na construção do socialismo, mantendo-se fiel ao entendimento etapista que historicamente norteou sua atuação. Além disso, seu programa político fundamentava-se em uma leitura realista e estratégica do contexto nacional, articulando os objetivos mínimos do partido — como a luta pela justiça social e a democratização das estruturas de poder — às diretrizes históricas do movimento comunista, reafirmando sua capacidade de adaptação sem abdicar de seus princípios fundadores.

Em referência ao Programa Mínimo de Governo, datado de outubro de 1988 pela direção municipal do PCB em Campina Grande, observa-se uma crítica contundente ao governo federal de José Sarney, descrito como cada vez mais conservador e reacionário. Embora o documento se concentre nas eleições legislativas que se aproximam, ele evidencia os impactos das políticas federais sobre as gestões locais, destacando os municípios como “espaços nucleares da nação”, onde as condições precárias de vida se manifestam de forma mais intensa. Problemas relacionados com habitação, transporte, alimentação, saúde, educação e segurança são apresentados como desafios que exigem atenção urgente. Nesse sentido, o PCB se posiciona como responsável por promover a conscientização e organização das massas em torno de um projeto político capaz de atender às demandas sociais, utilizando a insatisfação pública e o fortalecimento da institucionalização democrática como elementos centrais para mudanças estruturais.

O documento também reforça a importância da articulação entre os entes federativos, sublinhando a aplicação das diretrizes da recém-promulgada Constituição Federal de 1988. Questões como o acompanhamento da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), com ênfase em campanhas de vacinação e saneamento básicos, são apresentadas como prioritárias, assim como o fortalecimento de políticas públicas no transporte, educação e turismo. A relação entre os níveis de governo é destacada como necessária para enfrentar os problemas sociais, com menção ao impacto da dívida externa na recessão econômica e na política monetária nacional. Por fim, o programa enfatizava o papel estratégico do município como elo entre os movimentos populares organizados e a política institucional, reafirmando a necessidade de uma representação política comprometida com a articulação das demandas sociais às instâncias decisórias, em consonância com os princípios democráticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do retorno à legalidade do PCB na Paraíba evidencia não apenas a resiliência de um partido historicamente marcado pela repressão, mas também a complexidade do processo de democratização brasileiro na década de 1980. O enfrentamento das barreiras políticas e institucionais, somado à busca pela reorganização interna e reconexão com movimentos sociais, revela um esforço contínuo de adaptação às novas condições impostas pelo regime democrático de formação. Por meio de iniciativas como o 1º Plano Estadual de Organização Partidária, o PCB reafirmou seu papel enquanto partido de massas, comprometido com a luta pela justiça social, pela democracia e pela liberdade, ao mesmo tempo em que enfrentava os desafios de reconstruir sua base política e expandir sua atuação no estado. As experiências vivenciadas nesse processo, incluindo as disputas internas e os debates com setores reacionários, não apenas reforçam o caráter combativo da legenda, mas também ilustram os limites de uma transição democrática pactuada sob a tutela militar. Nesse sentido, a trajetória do PCB no período abordado contribui para compreender as contradições do regime democrático brasileiro e as possibilida-

des de superação de práticas autoritárias, reafirmando o papel central das forças progressistas nas declarações de uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

CITTADINO, Monique. **Pedro Gondim**: um governador entre deus e o diabo. In: Golpe civil-militar na Paraíba: história, memória e construção da cidadania/Elder Dantas, Paulo Giovanni Antonio Nunes, Rodrigo Freire de Carvalho e Silva (Orgs.). João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 13-32

FEREIRA, Lúcia de Fátima G. **DITADURA MILITAR NA PARAÍBA**: Documentos e memórias. In: Golpe civil-militar na Paraíba: história, memória e construção da cidadania/Elder Dantas, Paulo Giovanni Antonio Nunes, Rodrigo Freire de Carvalho e Silva (Orgs.). João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 263- 288.

MELO, Josemar Henrique de. **Arquivo e democracia informacional**. In: Golpe civil-militar na Paraíba: história, memória e construção da cidadania/Elder Dantas, Paulo Giovanni Antonio Nunes, Rodrigo Freire de Carvalho e Silva (Orgs.). João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 308-315

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **Golpe civil-militar na Paraíba**. In: Golpe civil-militar na Paraíba: história, memória e construção da cidadania/Elder Dantas, Paulo Giovanni Antonio Nunes, Rodrigo Freire de Carvalho e Silva (Orgs.). João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 78-118

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **A imprensa comunista no Brasil (1945-1964)**. IN: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. História do PCB. Cotia: Ateliê, 2022.

SILVA, Rodrigo Freire C. e. **O Partido Comunista Brasileiro**: luta de massas entre a democracia e o autoritarismo. In: Golpe civil-militar na Paraíba: história, memória e construção da cidadania/Elder Dantas, Paulo Giovanni Antonio Nunes, Rodrigo Freire de Carvalho e Silva (Orgs.). João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 62-77

O “TODO-PODEROSO” SNI

Paula Carolina Firmino de Lima
(PPGH - UFPB | paulacarolinaufpb@gmail.com)

RESUMO

Este trabalho almeja apresentar a história da montagem do Serviço Nacional de Informações (SNI). Entendendo-o como uma das primeiras ações tomadas visando a oficialização da ditadura militar (1964-1985) no Estado brasileiro, buscamos descrever e analisar a trajetória deste que foi o primeiro e mais importante órgão da chamada “comunidade de informações” que se constituiu no território nacional neste período. Para tanto, partimos do momento em que foi apresentado e depois aprovado o seu Projeto de Lei pelo Congresso Nacional, momento em que o Serviço é descrito como um órgão de caráter consultivo para a Presidência da República, auxiliando-a na tomada de decisões que pudessem garantir a integridade do Estado de Segurança Nacional, até a sua extinção na década de 1990. Esse percurso será feito para procurarmos compreender o imenso desenvolvimento que o Serviço passou durante o regime militar, oportunidade em que a tarefa da coleta de informações se aperfeiçoa, com ações de vigilância sobre todo e qualquer que pudesse ser identificado como um inimigo interno. Para tanto, nos apoiamos em uma ampla revisão bibliográfica de obras que traçam a história do SNI, como as de Carlos Fico (2001; 2007), Priscila Carlos B. Antunes (2001) e Lucas Figueiredo (2005).

Palavras-chave: Ditadura Militar Brasileira, Repressão, “Comunidade de informações”, SNI.

INTRODUÇÃO

Os militares na condução do poder

Depois de todo um processo visando à derrubada do governo constitucional de João Goulart, desde o seu começo tomado por um clima de enorme instabilidade política, econômica, militar e social — oriundo, vale destacar, também de governos anteriores, mas largamente realçado, pelas Forças Armadas (FA), como fruto principal de um plano de governo de cunho mais reformista e nacionalista, símbolo ameaçador de uma herança getulista —, em 2 de abril de 1964 era declarada, pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, a vacância da Presidência da República¹.

Assumindo Mazzilli naquele momento a função de chefe interino do Executivo, funcionando na realidade, segundo Alves (1989), enquanto testa de ferro, pois o poder estava realmen-

¹ Isso foi feito de modo arbitral, pois Goulart ainda encontrava-se em território nacional. Sua saída da Guanabara, em 1º de abril, por razões de segurança, fora interpretada como fuga e comemorada pelos setores reacionários da sociedade brasileira. Da Guanabara, ele foi a Brasília e, de lá, ao Rio Grande do Sul, quando foi declarada a vacância.

te nas mãos dos militares, na figura do Comando Supremo da Revolução (CSR)², começava ali o ciclo militarista brasileiro³ fundamentado sob a influência da Doutrina Francesa de *Guerre Révolutionnaire* e a Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Acerca da Doutrina de *Guerre Révolutionnaire*, formulada por militares franceses que participaram dos combates nas guerrilhas locais na Indochina e na Argélia, Martins Filho (2009) argumenta que as suas noções, de caráter contra-insurgente, isto é, de união do campo político e militar contra uma luta revolucionária com forte teor ideológico, teriam sido as primeiras a chegarem ao Brasil, remontando a 1959⁴. Contudo, foram de fato oficializadas pelo Estado Maior das Forças Armadas no governo Jânio Quadros (1961), momento em que a doutrina passou a ser largamente propagada em publicações com destino exclusivo aos Estados-Maiores. Depois, montaram-se outros escritos destinados a outros setores da sociedade e, após o golpe, apesar de o debate sobre a guerra revolucionária ter diminuído no público geral, no âmbito das Forças Armadas se manteve, despontando com a luta armada, depois de 1969⁵.

Sendo a guerra revolucionária um tipo de batalha que não se dá em seu formato clássico, de combate a um inimigo externo e de apego inicial às armas, a luta contra a ameaça revolucionária, em seus moldes, teria algumas especificidades. Com o controle do inimigo interno como o seu elemento decisivo, teria um forte apelo à questão da guerra psicológica e partidária, necessitaria da criação de serviços de inteligência por parte das Forças Armadas, entre outros princípios. Mais que isso, para que essa ação contra-revolucionária se desse de modo efetivo, o seu desenlace inerente seria a formação de um governo civil em que as concepções das Forças Armadas fossem fortemente incorporadas, ou, que fosse implantado um golpe militar.

Já a respeito da DSN, Borges (2003) apresenta que ela foi elaborada nos Estados Unidos, na época da Guerra Fria, e dada a influência do país no Brasil, foi recepcionada, reformulada e difundida pela Escola Superior de Guerra (ESG)⁶ e suas filiais, as Associações dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Também ultrapassou a área militar, penetrando no

2 Era integrado pelo general Arthur da Costa e Silva, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Correia de Mello.

3 Na realidade, digamos, um ciclo mais prolongado, pois as Forças Armadas, pelo menos desde a proclamação da República, têm um histórico de participação na política nacional quando esta passa por um momento de crise, oportunidade em que se consideram os mais preparados para restabelecer a ordem institucional no país, exercendo o chamado poder moderador. Contudo, em 1964 essa posição do tipo arbitral-tutelar foi abandonada, ocasião em que se colocaram como força dirigente.

4 O autor apresenta que os Estados Unidos, até o começo do governo Kennedy, isto é, 1961, não contava com uma doutrina como a francesa, de contra insurgência. Eles deteriam apenas uma voltada à contraguerrilha e que esta teria um perfil ainda basilar.

5 Para o autor, a aplicação prática do ideário francês em nossa ditadura pode ser claramente percebido na constituição de seu aparato repressivo (os DOI-CODI), na aplicação do método da tortura e na terceira campanha das Forças Armadas contra a guerrilha do Araguaia.

6 Instituição das Forças Armadas criada em 20 de agosto de 1949, pela Lei nº. 785, para atuar diretamente subordinada ao chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. O seu objetivo era ofertar cursos e palestras para melhor preparar a corporação para funções de comando e para o planejamento da Segurança Nacional.

restante da população através, por exemplo, da escola, por meio de disciplinas como Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros.

Ao integrar uma concepção belicista do processo social, a doutrina, que pretendia um processo de segurança e desenvolvimento, possuía fortes semelhanças com a francesa ao indicar uma necessidade de ligação entre as áreas política e militar para combate à figura do inimigo interno, em que a questão da guerra psicológica tinha grande relevância. Esta seria necessária para, de um lado, abater moralmente o inimigo e desassociá-lo do restante dos cidadãos e, do outro, garantir que não houvesse oposição ao projeto político da DSN.

Ao lado da concepção de guerra interna e psicológica, também estavam presentes as noções de guerra física, permanente e total contra o inimigo comum ao ocidente, o comunismo, que poderia vir tanto do exterior, como atuar no interior do país. Assim, tal como a Doutrina de *Guerre Révolutionnaire*, a ideia de um conflito ideológico demandaria uma integração de forças. Desse modo, ainda de acordo com Borges (2003), para a edificação de um Estado forte, orientado em função da segurança, tal qual prega a doutrina, seria necessário a adoção de um aparato repressivo, para opressão, e a constituição de uma rede de informações, para reconhecimento do inimigo interno. Além do mais, a manutenção de velhos privilégios econômicos e hierarquias sociais seriam por ela favorecidos.

Dessa forma, buscando a construção, salvaguarda e consolidação desse Estado forte, autoritário e ordeiro, conseguido através do acolhimento de preceitos pertencentes a ambas as doutrinas, em 9 de abril de 1964 foi promulgado o Ato Institucional n.º 1. Nele, além de os militares⁷ justificarem à nação a “ação revolucionária” como necessária para reconstrução do Brasil e de deixarem claro que ela se legitimaria não pelo Congresso Nacional (CN), mas por si própria através de seu aparato jurídico/legislativo, eram apresentados, ao todo, 11 artigos que lançavam os primeiros pilares da construção institucional do regime militar.

Com validade que ia de 9 de abril de 1964 até 31 de janeiro de 1966, o Ato, além de decidir pela manutenção da Constituição Federal (CF) de 1946 e determinar que as eleições para o novo Presidente e Vice-Presidente da República ocorreriam dois dias depois do seu lançamento, entre outras medidas, dava ao chefe do Executivo uma série de poderes dentro do sistema político: aval de produzir emendas constitucionais; autoridade de apresentar ao CN projetos de lei sobre qualquer natureza, os quais deveriam ser apreciados dentro do prazo de 30 dias (a contar do seu recebimento) tanto pela Câmara dos Deputados como pelo Senado Federal, caso contrário, seriam tidos como aprovados; facultava competência exclusiva em legislação financeira ou orçamentária; direito de decretação de Estado de Sítio; interrupção por 6 meses das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade de servidores civis e também militares; abertura de inquéritos e processos para apuração de crimes contra o Estado e seu patrimônio,

⁷ Importante destacar que, quando falamos de militares, nos referimos à oficialidade dirigente do poder e não à categoria como um todo, dada à heterogeneidade de grupos nos quartéis, divididos diversas vezes em visões políticas distintas, como a dos chamados castelistas ou moderados, ou, ainda, aqueles identificados como duros.

contra à ordem (política e social) ou pela participação em ações revolucionárias; e suspensão (pelo prazo de 10 anos) de direitos políticos e poder de cassação de mandatos legislativos (a nível federal, estadual ou municipal).

Seguido ao AI-1, que lançou as primeiras bases de institucionalização do regime militar, Castelo Branco, o primeiro militar presidente do período, empossado no dia 15 de abril de 1964, deu seguimento à constituição da máquina repressiva com a chamada Operação Limpeza. Esta, segundo Alves (1989), tinha em mira o controle das áreas política, econômica, psicossocial e militar, em consonância ao que era apresentado pela DSN.

No entanto, essas não foram as únicas medidas repressivas tomadas por Castelo Branco:

Embora tenha passado à história como o maior representante da “ditabranda”, o governo Castelo Branco foi o verdadeiro construtor institucional do regime autoritário. Nele foram editados 4 Atos Institucionais, a Lei de Imprensa e a nova Constituição, que selava o princípio de segurança nacional e que, doravante, deveria nortear a vida brasileira (Napolitano, 2014, p. 69).

Mas, ainda que tenha sido o “verdadeiro construtor institucional do regime autoritário”, o desenvolvimento da máquina repressiva não cessou com Castelo Branco (1964-1967). O processo continuou sob a presidência de Arthur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista de Figueiredo (1979-1985), que completam o quadro dos presidentes militares do ciclo iniciado em 1964 e finalizado em 1985.

Segurança nacional e subversão interna: a comunidade de informações

Como mencionado, dada à ênfase facultada ao tema da segurança nacional, promovida tanto pela Doutrina Francesa de *Guerre Révolutionnaire* quanto pela DSN, a constituição de uma rede informações era, para uma e outra, um recurso essencial à identificação da figura do inimigo interno que, de várias maneiras, poderia ameaçar a edificação do modelo de um Estado Autoritário.

Em razão da influência exercida por ambas as doutrinas no país à época do golpe civil-militar⁸, duas atividades se destacaram no Brasil da ditadura militar, as de informações (espionagem) e as de segurança (violência) que, ao longo do regime, foram ganhando uma enorme autonomia das cadeias de comando representadas pela hierarquia militar, fato que viria a dificultar, mais à frente, a sua desmontagem, já que se constituíram em uma espécie de poder paralelo.

8 A tomada de poder em 1964 se deu através de uma ampla aliança entre militares e vários outros setores da sociedade brasileira que se viram seduzidos pelo discurso anticorrupção e anticomunismo, motes da ditadura. No entanto, concordamos com o que é exposto tanto por Fico (2017) quanto por Napolitano (2014), de que o posterior regime foi inteiramente controlado pelos militares. Estes viam com suspeição toda a sociedade brasileira e se consideravam, como apresenta Borges (2003), autodotados, donos de uma vocação revolucionária, em que seriam capazes de dizimar ameaças e garantir a propagação do movimento revolucionário.

Ainda que absolutamente ligadas, trocando entre si informações, ideias, hábitos etc, as duas atividades viriam a se organizar em instâncias próprias, com suas normas e seus objetivos característicos: através do Sistema Nacional de Informações (SISNI) e do Sistema de Segurança Interna no País (SISSEGIN). Implantados após o acirramento das atividades dos grupos de oposição no final da década de 1960, o intuito era, por meio dos sistemas, estruturar de modo mais organizado as atividades em questão.

Instituído a partir de 1970, o SISNI tinha como objetivo reunir e gerir de modo eficaz o aparato de informações. Isto é, visando manter um fluxo constante de informações que pudesse deixar o governo informado sobre tudo, o sistema seria responsável por criar normas, monitorar e fiscalizar todos os órgãos públicos de informações do Brasil, que iriam se constituir em uma rede de ajuda mútua. Como exemplo maior disso, houve a criação do Plano Nacional de Informações (PNI), aprovado em junho de 1970. Pensado pela Agência Central do SNI, o PNI estabelecia todos os encargos a serem cumpridos pelos órgãos integrantes do SISNI e “era constantemente atualizado no âmbito do SNI” (Fico, 2001, p. 80), responsável por receber e aprovar os planos setoriais que eram escritos por tais entidades.

Administrando a cadeia de órgãos de informações com a intenção de informar o governo sobre tudo e todos, a ação do sistema se daria tanto no campo externo (sobretudo, por meio de adidos militares) como no interno. Para completar, duas subdivisões da atividade de informações eram trabalhadas: a informação, originada a partir de um informe e definida como “o conhecimento objetivo sobre qualquer ato ou fato, elaborado com um determinado fim” (Ishaq; Franco; Sousa, 2012, p. 177) e a chamada contra-informação, entendida como “uma atividade de informações de natureza defensiva, que se caracterizava pela execução de um conjunto de medidas destinadas a preservar os segredos de interesse da Segurança Nacional de interferência adversa” (Ishaq; Franco; Sousa, 2012, p. 118).

Garantida as informações, era preciso reprimir o inimigo interno através de órgãos executores, envolvidos em prisões, interrogatórios, instauração de processos etc.⁹ Estes formavam o SISSEGIN, uma estrutura nacional de repressão sob o controle das Forças Armadas que surgiu, de acordo com Fico (2001), por dois motivos: primeiro, para vincular-se ao projeto maior dos militares de controle (policial e militar) da sociedade; segundo, porque era entendida pelos militares mais duros como fundamental para uma efetiva execução, por parte do Estado, das medidas coibitivas, que muitas vezes encontravam obstáculos na Justiça para se concretizarem.

Desse modo, mirando caminhos para implementar o SISSEGIN, os militares viriam a adotar diversas ferramentas visando à reestruturação do sistema repressivo, como as já mencionadas suspensão de garantias individuais (como o *habeas corpus*) e concessão à Justiça Militar da competência em julgar os crimes relativos à segurança nacional, além de também

9 Sobre este aspecto cabe um parêntese em relação ao SNI. Embora fundamentalmente um serviço de informações, há quem alegue o envolvimento direto do órgão em atividades de interrogatórios e prisões.

terem conferido ao Exército o controle das polícias militares e terem ampliado, em 1968, as competências do Conselho de Segurança Nacional (CSN), em que seu secretário-geral passaria a ficar encarregado de gerenciar as medidas para garantir a ordem e a segurança interna do país.

A consolidação do sistema, no entanto, se daria com a sistematização do padrão OBAN, ocorrida por meio da “Diretriz Presidencial de Segurança Interna”, eixo do documento “Planejamento de Segurança Interna”, juntos remetidos em outubro de 1970. O SISSEGIN, portanto, passava a contar com seu plano nacional de institucionalização.

Foram tomadas várias providências para a implantação do SISSEGIN, inclusive, o encaminhamento de orientações específicas a todos os governadores estaduais e a reunião, em Brasília, de todos os secretários de segurança pública, chamada de “Seminário de Segurança Interna”, para as devidas instruções. Conforme estabeleciam as diretrizes, em cada um dos comandos militares de área deveriam ser criados os seguintes órgãos: um Conselho de Defesa Interna (CONDI)¹⁰, um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e um Destacamento de Operações de Informações (DOI), todos sob a responsabilidade do comandante do Exército respectivo, nesse caso denominado comandante de “Zona de Defesa Interna” (ZDI). O país ficou dividido em seis ZDI. Podiam ser criadas, ainda, Áreas de Defesa Interna (ADI) ou Sub-Áreas de Defesa Interna (SADI), em regiões que merecessem cuidados especiais (Fico, 2001, p. 120-121).

O quadro pessoal do sistema era integrado por pessoas cuidadosamente escolhidas, advindas de órgãos diversos, como as Três Forças e as Polícias Federal, Civil e Militar que, por questões de segurança e carreira, eram obrigadas a passar por um rodízio em um período entre dois e quatro anos de serviços prestados. Ademais, de acordo com Fico (2001), o sistema possuía um arcabouço próprio de informações, que cercava para si aquelas alusivas à “subversão”, “terrorismo”, “sabotagens” e similares, por sua vez apreciadas pelo SNI e pelos órgãos de informações das Forças Armadas que contavam, ainda, com a ajuda das devidas seções das unidades militares.¹¹

Realizada essa breve introdução sobre os sistemas de informações e de segurança, realçando um pouco de suas particularidades, agora apresentaremos aquele que viria a ser o anunciador do SISNI, bem como seu órgão central/coordenador: o SNI, fundado poucos meses após o golpe.

10 Criados com a finalidade de assessorar o comandante de ZDI e simplificar a coordenação das atividades e a colaboração entre as autoridades civis e militares da área, poderiam compor os CONDI “governadores ou seus representantes, comandantes das forças navais e aéreas, comandantes subordinados, secretários de segurança, comandantes das polícias militares, governos municipais, órgãos públicos e outras autoridades ou personalidades, conforme assim julgasse necessário o comandante da ZDI” (Fico, 2001, p. 122).

11 Como dito, os dois sistemas, de informações e segurança, se ligavam. Assim, a polícia política interagiu com os órgãos de informações e vice-versa.

DESENVOLVIMENTO

O pioneiro: o “todo-poderoso” Serviço Nacional de Informações (SNI)

Ao assumir o poder em 1964, uma das primeiras encomendações de Castelo Branco foi a criação de um serviço de informações de primeira qualidade para o Estado brasileiro, que estivesse alinhado à DSN. Para tanto, entregou à missão a um dos principais ideólogos do regime militar e teóricos da área de informações do país: o general Golbery do Couto e Silva¹².

Experiente na área, não demorou muito para que o general formulasse a proposta do novo órgão de informações. Assim, em 11 de maio de 1964 Castelo Branco apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei de criação do SNI: o PL n.º 1.968 de 1964. Este, ao longo de 10 artigos, dava ao Serviço uma enorme gama de poderes, como: liberdade quanto à abertura de agências regionais; *status* de Ministro de Estado ao seu chefe; isenção de tornar pública informações sobre sua organização interna, regimentos e pessoal; autonomia de integrar ao seu quadro civis e militares advindos dos Ministérios e outros órgãos vinculados ao Poder Executivo sem necessidade de passar pelo crivo da Presidência da República etc.

Apresentado como um órgão que teria como objetivo “superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra-informação, em particular, às que interessem à Segurança Nacional”¹³, o Serviço estaria diretamente vinculado à Presidência da República, operando, também, em proveito do Conselho de Segurança Nacional (CSN)¹⁴. Logo, serviria não apenas para assessorar a figura do Presidente por meio do fornecimento de informações para conhecimento dos acontecimentos que circundavam o país e que auxiliasse na tomada de decisões, mas também que estas ajudassem ao CSN em suas atividades.

Aprovado pela Câmara dos Deputados em 27 de maio de 1964, não demorou para que o projeto fosse encaminhado e também recebesse o aval do Senado Federal e da Presidência da República. Esta, em 13 de junho de 1964, criou oficialmente o SNI, transformando o Projeto de Lei n.º 1.968/1964 na Lei Ordinária n.º 4.341/1964.

12 O general foi criador do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundador do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), peça-chave do Conselho de Segurança Nacional, além de ter articulado a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde). Além disso, foi o autor da obra *Planejamento Estratégico*, referência teórica nas áreas militar e de serviço secreto no Brasil. Mais que isso, fez cursos em academias norte-americanas, onde a ideia de segurança estava atrelada à noção de desenvolvimento, concepção que trouxe ao Brasil a partir do trabalho com o binômio Segurança e Desenvolvimento. Mais que isso, integrou a Escola Superior de Guerra (ESG) em um grupo que ficou conhecido como *Sorbonne*, tornando-se, senão o principal, mas um dos mais fundamentais desenvolvedores da DSN aqui no país.

13 Artigo 2º do Projeto de Lei 1968/1964.

14 O CSN foi criado em 1937, por meio do artigo 162 da CF recém-outorgada, com o objetivo de estudar todas as questões relativas à segurança do país. Ainda que após o golpe, em 1964, muita coisa tenha sido mudada quanto à política de segurança, o órgão continuou sendo atuante. Para analisar verbetes como este, assim como vários outros existentes no vocabulário empregado pelos órgãos de repressão do período militar, ver: Ishaq; Franco; Sousa (2012).

O primeiro chefe do Serviço foi o seu idealizador, o general Golbery, que tomou posse por meio de uma cerimônia realizada em 25 de junho de 1964.¹⁵ Americanófilo¹⁶, o general contou com auxílio de consultoria norte-americana para montagem do órgão (Fico, 2001). Esta viria através de articulações com a *Central Intelligence Agency*, a famosa CIA.

Para o comando da mais importante agência do Serviço, a Agência Central (AC), que, a princípio, ficaria localizada no Rio de Janeiro, uma vez que ainda era considerada a capital federal, Golbery nomeou João Baptista Figueiredo. A AC foi instalada no Centro da cidade, à Avenida Antônio Carlos, no 13º andar do prédio onde funcionava o Ministério da Fazenda. Basicamente a sua função era lidar com o grande número de documentos produzidos pelos órgãos de informações subordinados ao SNI, desenvolvendo uma atividade de seleção das informações coletadas¹⁷.

Para o desenvolvimento de uma atividade de informações eficaz por parte do Serviço, deveria ser pensado um regulamento para ele. Este foi aprovado em 10 de dezembro de 1964 através do Decreto nº. 55.194. Por meio dele, a Agência Central passou a compreender três compartimentos: Seção de Informações Estratégicas, Seção de Segurança Interna e Seção de Operações Especiais.

À Seção de Informações Estratégicas cabia planejar a pesquisa e a busca de dados que lhe fossem determinados, bem como reunir, processar e atualizar os dados colhidos e os estudos realizados. À Seção de Operações Especiais cabia realizar a busca especializada de informes e participar do planejamento de operações a serem realizados com outras agências. E, por fim, à Seção de Segurança Interna cabia identificar e avaliar os antagonismos existentes ou em potencial, que pudessem afetar a segurança nacional e realizar a análise e a adequada disseminação dos estudos realizados (Antunes, 2005, p. 54).

Além de ter dividido a AC nesses três setores, entre outras prerrogativas, foi permitido ao Serviço a abertura de Agências Regionais (AR) em cidades ou capitais entendidas como importantes¹⁸. Divididas da mesma forma que a Agência Central, mas com um quadro de pessoal menor, elas eram chefiadas por um oficial superior, normalmente ocupante do posto de coronel de Exército, e com efetivo normalmente militar, mas também casos de pessoal recrutados de diferentes órgãos do serviço público federal. Raramente tinham sede própria, funcionando, na maior parte dos casos, alocadas a repartições públicas e autarquias.

15 De acordo com Fico (2001), na ala da chefia do Serviço havia, além do próprio chefe, o seu gabinete e uma Seção de Comunicações.

16 Figueiredo (2005) aponta o general como portador de uma “orientação conservadora, americanófila e anticomunista” (p. 96).

17 Em 1967, a Agência Central passou a funcionar em Brasília, nova capital federal.

18 Em 1988 o SNI contava com 12 agências regionais, a saber: Agência Rio de Janeiro (ARJ), Agência São Paulo (ASP), Agência Belém (ABE), Agência Manaus (AMA), Agência Porto Alegre (APA), Agência Recife (ARE), Agência Belo Horizonte (ABH), Agência Campo Grande (ACG), Agência Curitiba (ACT), Agência Fortaleza (AFZ), Agência Salvador (ASV) e Agência Goiânia (AGO).

Mas, foi com a chegada à Presidência da República do general da linha-dura¹⁹ Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e o acirramento das atividades dos grupos de oposição, que o SNI viu suas atribuições ainda mais ampliadas e a tarefa da coleta de informações aperfeiçoada. Agora sob a chefia de Emílio Garrastazu Médici, o Serviço transformou as antigas Seções de Defesa Nacional, criadas por Getúlio Vargas para compor todos os ministérios civis, nas Divisões de Segurança e Informações (DSI).

Elas funcionariam como uma espécie de mini serviço secreto comandado pelo SNI. Dessa forma, tudo o que acontecesse no âmbito dos ministérios civis – desde informações sobre a conduta pessoal dos funcionários até dados sobre a rotina de trabalho dos próprios ministros – chegaria mais fácil e rápido aos ouvidos da direção do Serviço (Figueiredo, 2005, p. 156).

Para além dos ministérios civis, cujo órgão central era a DSI, que contava em média com 30 funcionários, as pastas militares, autarquias, fundações e demais órgãos da administração pública também foram contemplados com seus próprios órgãos de informações. Nestes casos, receberia o nome de Assessoria de Segurança e Informações (ASI) ou Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) (Fico, 2019).²⁰ Ainda que menores que as DSI, juntas elas representaram braços operacionais do SNI, simbolizando não apenas a ramificação do mesmo, mas enrijecendo a própria área de informações no país. Envolviam tanto militares, como civis²¹.

Esse endurecimento também foi ocasionado por Jayme Portella de Mello. Nomeado por Costa e Silva para ser ministro-chefe da Casa Militar, o general providenciou a aprovação do Conceito Estratégico Nacional. Conseguida em agosto de 1968, após a expansão dos poderes do CSN, significava a normatização formal necessária ao planejamento das políticas de governo.

Dessa forma, o enorme poderio que foi dado ao SNI na chefia de Médici, onde ele “deixou de ser um órgão voltado prioritariamente para a busca e análise de informações e tornou-se uma instituição dedicada também a estudar, em profundidade, os problemas do país nas áreas política, econômica e social” (Figueiredo, 2005, p. 177), bem como viveu um momento de grande alargamento do seu orçamento, expandiu-se quando da chegada do general Carlos Alberto da Fontoura à função de chefe do Serviço²², assim como em decorrência da implantação, em 1970, do SISNI, e da aprovação, em junho do mesmo ano, do PNI.

Este primeiro Plano, que contou com a participação de diversas pessoas, incluindo civis, mas teve como principal elaborador o general Carlos Alberto Fontoura, agora chefe do SNI, carregava consigo a tarefa de formular uma Doutrina Nacional de Informações. Tal tarefa ficaria a cargo da Escola Nacional de Informações (EsNI), instituição a ser criada diante daquele

19 Era como se fosse uma espécie de extrema-direita militar.

20 Segundo Fico (2001), no âmbito de um ministério civil havia apenas uma DSI e várias ASI/AESI.

21 As duas fundações receberam estigmas alusivos à má qualidade dos seus funcionários e do serviço prestado por eles. Acrescenta-se, ainda, que o seu quadro, em sua maioria, era composto por oficiais em fins de carreira, interessados apenas em comissões ou em um meio em que pudesse escorar-se até a chegada da aposentadoria.

22 Esta ocorreu após a eleição de Médici.

cenário de desenvolvimento da área de informações e, sobretudo, de necessidade de melhor preparação dos agentes de informações, envolvendo-os numa linguagem comum, de mesmos princípios e técnicas.

Fortificado frente às ameaças constantes, tendo, inclusive, resolvido a questão da capacitação dos agentes da área de informações, com a posse de Geisel e o projeto de uma abertura “lenta, gradual e segura”, montou-se um temor, entre o SNI e o restante da comunidade de informações quanto à sua dissolução. Temor porque “para a comunidade, manter a sociedade sob um controle rígido passara a ser não apenas uma tática de luta em tempos de guerra. Tornara-se um modelo acabado para o país, além de um instrumento de autopreservação” (Figueiredo, 2005, p. 247).

Porém, o novo Presidente não tinha pretensão de aniquilar a enorme e complexa teia de órgãos de informações da qual o SNI era o grande cabeça, mas sim proporcioná-la uma atuação mais discreta, controlando parte dos seus membros mais duros. Para tanto, nomeou para a chefia do Serviço o general João Baptista de Figueiredo²³. No entanto, como ex-SFICI, o militar não perdera o pensamento de um agente de informações obcecado pelo perigo vermelho. Dessa forma, continuou, como os chefes anteriores, a encaminhar ao comandante do Executivo boletins informativos e outros tipos de documentos com histórias alusivas à tal ameaça. Esta, era o alimento da comunidade, justificador de sua existência. Logo, era preciso sabotar o projeto de abertura. E isso foi muito bem feito com a resistência dos duros que integravam o SNI.

À medida que se implantava a política de abertura no país, paradoxalmente, o Serviço não diminuía o seu contingente. Este foi alargado. Com as *benesses* que eram dadas pelo órgão, como oferta de todas as refeições, soldo militar regular e mais um adicional pelo cargo que era ocupado pelo integrante do Serviço, dentre várias outras, passou-se a recrutar um grande número de pessoas, vistas como de má qualidade, que passaram a redigir relatórios sobre qualquer coisa, por mais insignificante que o fosse.

Mas, se tratando de paradoxo quanto à atuação do SNI frente à cena política nacional, com certeza podemos vê-lo às claras na gestão de Figueiredo frente ao Executivo. Mesmo com a promessa de continuar promovendo o processo de abertura política e reestabelecimento da democracia, foi sob o seu governo que o Serviço, illogicamente, viveu um momento de agigantamento da sua estrutura, especialmente relacionadas ao seu orçamento, pessoal, equipamentos etc, tornando-se uma 4ª Força Armada (Fico, 2001).

Isso se deve, em grande medida, à própria composição do novo governo, que contou, segundo Figueiredo (2005), com 7 homens ligados ao serviço secreto do país: os generais Golbery do Couto e Silva (designado ministro-chefe do Gabinete Civil), Walter Pires (ministro do

23 Melhor dizendo, ministro-chefe do SNI. Apesar de desde Castelo Branco o cargo já ter, informalmente, o *status* de ministro, isto foi oficialmente formalizado por Geisel.

Exército), Octávio Medeiros (ministro-chefe do SNI)²⁴, Newton Cruz (chefe da Agência Central do SNI), o coronel Mário Andreazza (ministro do Interior), Danilo Venturini (ministro-chefe do Gabinete Militar) e Rubem Ludwing (ministro da Educação e Cultura).

Dessa forma, sob a gestão de Octávio Medeiros, o SNI, entre outras coisas, cria seu próprio hospital, localizado no terreno do Serviço no Setor Policial Sul, em Brasília; forma uma tropa de operações especiais integrada por paraquedistas; cria, na área de tecnologia, dois empreendimentos, o Centro de Pesquisa de Segurança e Comunicações (CEPESC), “que mantinha uma estreita ligação com o Ministério das Relações Exteriores, sobretudo na parte de códigos” (Antunes, 2005, p. 59), e a Prológo, “voltada para o desenvolvimento de cartões magnéticos e linguagens criptográficas (Figueiredo, 2005, p. 297); assim como investiu pesado na área de operações, com a compra de equipamentos de última geração, como gravadores e microfones.

Embora cada vez mais enfraquecido o regime e a noção de inimigo interno, o alarde quanto ao perigo comunista continuava sendo feito pelo SNI e o restante da comunidade de informações, que insistia na produção de documentos sobre essa temática. Como não faziam mais o sucesso de antes, junto às denúncias foi empregado, no governo Figueiredo, um terror colossal por parte dos agentes de informações que tentavam, a todo custo, justificar a existência da sua cadeia repressiva em meio aos sinais de sua extinção. Dessa forma, vários grupos de direita vieram a surgir na década de 1980, como a Falange Pátria Nova e a Facção Porto Alegre do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), assim como muitas ações terroristas foram registradas, como os atentados à bomba na cidade do Rio de Janeiro, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na Câmara Municipal, na sede do jornal Tribuna da Luta Operária e ao RioCentro, em 30 de abril de 1981, quando aconteceria um grande show em alusão ao Dia do Trabalhador.

Ainda que incompatível aos caminhos da redemocratização, nem mesmo a chegada de José Sarney à Presidência da República, após 21 anos de regime militar, fez com que o SNI fosse extinto. Pelo contrário, ele continuaria mirando os possíveis inimigos internos, assim como não foi desmilitarizado e nem teve suas atribuições reduzidas. Imerso em um cenário político ainda muito frágil, o novo governo em muito se apegara ao SNI, que se tornou ainda mais indispensável na administração do país, fornecendo, ao novo presidente, além de outras tarefas, informações com um grandioso nível de detalhamento sobre a questão sindical que tanto marcara aquele governo.

Dessa forma, com a manifestação de diversas greves pelo período, o Serviço, que agora tinha como ministro-chefe o general Ivan de Souza Mendes, vigiou fortemente elementos e entidades ligados ao sindicalismo, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e Luís Inácio Lula da Silva. Ademais, apesar de buscar um certo ar de transparência e legalidade, visto como fundamental à nova conjuntura política, prosseguiu

24 Este foi nomeado chefe do SNI em 1978, um pouco antes de Figueiredo ser “eleito” Presidente da República.

fazendo escutas ilegais e realizando o devido acompanhamento de quaisquer manifestações, ainda entendidas pela lógica do perigo. Da mesma forma, o comunismo continuou na mira do Serviço. Portanto, se para os militares presidentes havia chegado ao fim o seu rodízio no mais alto cargo do país, para o SNI este fim não havia, ainda, chegado. Mas, não se demoraria muito.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

A queda do SNI

Tendo sobrevivido ao primeiro governo pós-ditadura militar, a vida do SNI estava com os seus dias contados com a chegada das eleições, em 1989. E os membros do Serviço, inteligentes, sabiam disso. No melhor dos casos, pensavam: reformulação; no pior: extinção. O que seria, então, o mais adequado a se fazer? Como esperteza não era uma qualidade que lhes faltava, no final do governo Sarney, em 1989, desenvolveram para o órgão um programa secreto intitulado Projeto SNI, “que tinha três objetivos básicos: tirar o Serviço da condição passiva no processo de sucessão presidencial, garantir a sobrevivência do órgão e, por fim, influenciar no desempenho institucional que ele teria no próximo governo” (Figueiredo, 2005, p. 406).

Amplamente, com a reunião de um grande número de informações sobre as mais variadas esferas da sociedade, como política, religião (Igrejas), estudantes, veículos de comunicação, movimentos sociais etc; além de ter feito um levantamento sobre qual era a imagem do Serviço perante a sociedade civil; organização interna; dentre várias outras questões, o programa, segundo Figueiredo (2005), foi coordenado por quatro agentes com nível superior; escrito em um ambiente do mais absoluto segredo; contabilizava um pouco mais que mil páginas; e foi resguardado sob forte segurança.

A intenção era passar uma nova imagem do órgão dentre à nova realidade, dando-lhe um novo sentido, que permitisse fugir dos estigmas que foram gerados com o regime militar. Disciplina, maior atenção à questão externa, controle externo e sigla²⁵ seriam algumas das várias mudanças apresentadas, que norteariam o órgão em sua atuação futura. Porém, entre o dito e o feito há um longuíssimo caminho. A ideia de subversão, como sempre, não seria abandonada. E a ideia de ser controlado externamente também não era muito bem vinda. Haveriam manobras. O pensamento da recente ditadura, portanto, se fazia mais presente que nunca.

Com o resultado do primeiro turno das eleições, à alta direção do SNI restava a desesperança. Os dois candidatos mais votados, Lula e Collor, eram abertamente favoráveis à extinção do Serviço. Assim, em 17 de dezembro de 1989, Fernando Affonso Collor de Mello era eleito Presidente do Brasil (1990-1992). O destino do órgão estava certo.

25 Não deveria mais conter os termos “serviço” e “informações”. Em seus lugares seriam adotados “inteligência” e algo como “secretaria”.

Conseqüentemente, em 15 de março de 1990, com a posse de Collor, a caneta presidencial que em 13 de junho de 1964 fez seu uso, transformando o Projeto de Lei nº. 1.968/1964 na Lei Ordinária nº. 4.341/1964, criando oficialmente o SNI, era utilizada para assinar a Medida Provisória nº 150, que o extinguiu. Se encerrava, após mais de 25 anos, a jornada de um dos mais poderosos e radicais serviços de informação que o Estado brasileiro já contara em sua história. Era o fim, também, de uma história carregada de muitas e incontáveis benesses para aqueles que tiveram a sorte grande de integrar os quadros do todo-poderoso SNI.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Priscila C. B. **SNI e ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2001.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4).

FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 3).

FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

ISHAQ, Viven; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. de. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

MARTINS FILHO, J. R. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre révolutionnaire* (1959–1974). In: SANTOS, C. M.; TELLES, E.; TELLES, J. de A. (Orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**, volume I. São Paulo: Hicitec, 2009.



ST 04

O PAPEL DAS PÁGINAS: A IMPRENSA COMO FONTE HISTORIOGRÁFICA

Coodenadoras: Olaisylenne dos Santos
Gonçalo e Aline Vieira Fernandes

PARA ALÉM DAS MARGENS: A GEOGRAFIA HUMANA E OS INTELLECTUAIS NA REVISTA CONTROVERSIA PARA EL EXAMEN DE LA REALIDAD ARGENTINA

André Luis Martins Amaral
(UFMG. E-mail: andre.ufmg.dri@gmail.com)

RESUMO

Controversia para el examen de la realidad argentina foi uma revista publicada no México entre os anos de 1979-1981. Contando com 14 edições, dedicava-se a discutir a realidade argentina, que passava por mais um episódio de sua triste história de golpes civil-militares. Criada, editada e dirigida por peronistas e socialistas exilados no México, a revista se empenhou em debater e polemizar a realidade político-econômica da Argentina e da América Latina. Alejandra Pita González e Maria del Carmen Grillo propõem três dimensões que devemos levar em consideração ao analisar um periódico: sua estrutura (suporte material), a forma como ele é estruturado (pela prática social) e como ele se torna um estruturante (do espaço de sociabilidade). Buscaremos, nesta comunicação, apresentar a trajetória da revista *Controversia*, assim como refletir sobre sua própria existência como a revista da “derrota”, formada por intelectuais que pensavam uma realidade para a Argentina a partir do peronismo e do socialismo. Nossa proposta é compreender *Controversia* para além de suas páginas, a partir do entendimento de que as revistas são empreendimentos que, segundo Sarlo, não são apenas um veículo, mas sim um coletivo, um conselho de administração, onde o tempo desenrola-se no presente, pensando o passado histórico recente e projetando um futuro.

Palavras-chave: Exílio, História Intelectual, Argentina-México.

INTRODUÇÃO

A revista *Controversia para el examen de la realidad argentina* foi publicada no México entre 1979 e 1981, totalizando oito volumes (14 números). Voltada para o debate sobre a situação argentina e a conjuntura latino-americana, surgiu durante a presidência de facto de Jorge Rafael Videla, que governou de 29 de março de 1976 a 29 de março de 1981, sendo sucedido por Roberto Eduardo Viola, também integrante da Junta Militar, que permaneceu no cargo até 11 de dezembro de 1981. A última ditadura civil-militar na Argentina, autodenominada “Processo de Reorganização Nacional”, estendeu-se de 24 de março de 1976 até o retorno do governo constitucional em 10 de dezembro de 1983. Segundo o historiador argentino Luis

Alberto Romero, o golpe foi uma operação integral de repressão, planejada pela direção das três Forças Armadas, ensaiada inicialmente em Tucumán, onde o Exército atuava oficialmente desde 1975, e executada de forma sistemática em todo o país (ROMERO, 2006, p. 196). Este período ficou marcado pelo terrorismo de Estado,¹ desaparecimentos forçados — com destaque para o elevado número de crianças sequestradas —, repressão à oposição e exílio em massa. A Junta Militar contou com o apoio de setores da sociedade, incluindo parte da população, meios de comunicação, a igreja e governos democráticos estrangeiros..²

A criação da *Controversia* durante esses anos complexos destacou-se como um projeto intelectual emblemático, abordando criticamente as questões do país e da América Latina e oferecendo um espaço de reflexão e debate. Idealizada, editada e dirigida por intelectuais peronistas e socialistas exilados no México, seu Conselho de Redação foi composto por José Aricó, Sergio Bufano, Rubén Sergio Caletti, Nicolás Casullo, Ricardo Nudelman, Juan Carlos Portantiero, Héctor Schmucler, Oscar Terán e Jorge Tula, este último como diretor. A partir do sétimo número, Carlos Abalo passou a integrar o grupo.

O periódico promovia discussões sobre a realidade político-econômica da Argentina e da América Latina, além de abordar a condição dos intelectuais exilados em relação ao país de origem, explorando as continuidades e rupturas de suas concepções políticas e linguagens teóricas da década de 1970. Nosso objetivo é analisar a *Controversia* para além de suas páginas, buscando compreender o papel desses intelectuais na interpretação da realidade argentina a partir das perspectivas peronista e socialista. Pretendemos investigar as redes e relações que sustentaram o projeto, bem como os impactos do México como espaço de exílio. Também examinamos as reflexões desses intelectuais sobre seu próprio papel nesse contexto.

DESENVOLVIMENTO/METODOLOGIA/RESULTADOS

A revista *controversia para el examen de la realidad argentina*, é em nossa pesquisa tanto objeto e fonte norteadora da pesquisa. Compreendemos, que as revistas culturais, foram espaço de diálogo e debates importantes para compreender as relações estabelecidas, assim como entender o contexto em que aquelas foram escritas. Com base no texto de Pablo Rocca,

1 Partimos da hipótese de Emilio Mignone, que afirma: “La dictadura militar argentina de 1976-1983 elaboró una doctrina represiva clandestina que, por los medios empleados, adquirió el carácter de terrorismo de Estado, con el objeto de modificar, mediante la eliminación de por lo menos treinta mil personas, la estructura socio-política-económica-cultural del país y garantizar el predominio, como poder incontrastável, de las fuerzas armadas”. Para Mignone, um Estado se torna terrorista quando, de forma deliberada e como decisão política, utiliza os meios à sua disposição para ameaçar, sequestrar, assassinar, etc., com o apoio e cumplicidade de todos os órgãos oficiais, fazendo com que seus habitantes vivam em uma situação de total vulnerabilidade. Sobre o terrorismo de Estado na Argentina, ver: MIGNONE, Emilio. *Derechos humanos y sociedad: el caso argentino*. Buenos Aires: Centro de Estudios Legales y Sociales; Ediciones del Pensamiento Nacional, 1991. p. 54-71.

2 CANELO, Paula. *La política secreta de la última dictadura argentina (1976-1983)*. Buenos Aires: Edhasa, 2016. Introducción y cap. 1: “La cuestión política de la dictadura y los primeros planes”, p. 11-100.

entendemos as revistas como um desafio no tempo, um espaço que interroga o seu próprio presente, identificando seu espaço de vivência, assim como seu horizonte de expectativas. Os diálogos poderiam ser um sinónimo para revista. Rocca, apresenta que para ler bem uma revista é necessário ler as margens e entender por completo seu contato com a vida social e cultural do momento (ROCCA, 2004).

Alexandra Pita González e Maria del Carmen Grillo, propõe que para analisar uma revista, acreditamos que nesta perspectiva podemos abrir os olhos para diversas questões, que, às vezes, parecem óbvias, mas que não as percebemos. Sistematizar um modelo de abordagem que permita dar conta da maior quantidade de aspectos que fazem ao estudo de uma publicação, isto é, identificar aquelas categorias e variáveis que consideramos que são indispensáveis para explorar o universo de análise. A materialidade de uma revista, o grupo intelectual dedicado à edição da revista e as redes em que participam, são aspectos importantes para a compreensão deste objeto de estudos que pressupõem múltiplas interrogações que devem ser reconstruídos a partir da relação entre seus próprios termos, e nesse sentido se vê necessário analisar sua materialidade (PITA GONZÁLEZ e GRILLO, 2015).

A última categoria de análise que propõem Pita e Grillo diz respeito à dimensão imaterial, que nos remete ao grupo humano que faz a publicação e que se conforma em uma rede intelectual. Em outro texto, Pita González indica que, nos últimos anos, inúmeros estudos têm sido realizados sobre publicações periódicas, principalmente em revistas culturais. Estas são entendidas como aquelas publicações periódicas que não se dedicam apenas a tratar de temas literários, mas uma ampla variedade de temas relacionados à cultura, como ciência, história e política. (CZECH GODOY, 1993). Com esses estudos é possível observar a participação ativa dos intelectuais, que utilizaram as revistas para definir sua participação dentro do campo intelectual, bem como fora dele, em relação a outros grupos de poder (econômico, político, social). Procuraram expressar as suas preocupações através deste meio de comunicação e, simultaneamente, encontrar um espaço que legitimasse a posição que pretendiam alcançar. (PITA GONZÁLEZ, 2008.)

Uma análise do corpo editorial da revista, assim como seus colaboradores, difusores, correspondentes, leitores e assinantes, nos permite identificar este grande número de pessoas que está envolvido em uma revista, e que participam em diferentes graus e compreender o papel que cada um cumpre dentro do empreendimento. Em uma revista que tem seu conteúdo programático tão bem estabelecido, isto é, pensar a realidade argentina desde o exílio no México e mesmo que não seja de organizações e vertentes homogêneas, a revista *Controversia*, é feita por intelectuais à esquerda. Compreender este reduzido grupo de intelectuais e suas funções e o diálogo e controvérsias entre eles, é papel crucial para compreender as diferenças nas quais cada um se envolve na revista.

Em *Controversia*, inúmeros são os colaboradores da revista. Dentre os colaboradores, podemos identificar uma maior contribuição de Nicolás Casullo (11 artigos) e de Juan Carlos

Portantiero (8 artigos), Ricardo Nudelman (7 artigos), Carlos Ábalo (9 artigos), Rubén Sergio Celetti, Oscar Terán e Sérgio Bufano (5 artigos) e José Aricó, Jorge Tula, Hector Schmucler e Jorge Luís Bernetti (4 artigos). Todos estes, com exceção de Bernetti, eram membros do conselho editorial da revista. Bernetti, era também o responsável pelas entrevistas.

O contexto em que *Controversia* foi produzida, no entanto, foi profundamente marcado pelo terrorismo de Estado na Argentina, fundamentado na Doutrina de Segurança Nacional. Esse período não resultou apenas no exílio de indivíduos para o México, mas também para diversas partes do mundo. Segundo Jensen e Yankelevich, segmentos variados da sociedade argentina deixaram o país, trazendo consigo uma multiplicidade de experiências e perspectivas políticas, sociais e culturais. Os argentinos que se exilaram eram provenientes de várias partes do país, embora a maioria viesse de Buenos Aires. Ao chegarem no México, esses imigrantes encontraram-se com outros exilados de diferentes nacionalidades, incluindo outros argentinos e integraram-se à redes de solidariedade que se destacavam pela realização de tarefas solidárias com a comunidade argentina recém-chegada ao exílio, além de servirem como espaço permanente de denúncia contra a violação dos direitos humanos sofrida pelo país sob repressão militar. Como afirmam Jensen e Yankelevich, *refletir sobre o exílio - no nosso caso, o de intelectuais argentinos no México - é adentrar um território marcado por práticas de ocultamento e clandestinidade.* (YANKELEVICH; JENSEN, 2007, p.16). Assim, é essencial considerar as condições específicas do contexto mexicano e as redes de solidariedade que tornaram possível a realização de um projeto editorial como a revista *Controversia para el examen de la realidad argentina*.

A partir da segunda metade dos anos 1970, o México tornou-se um importante ponto de encontro para intelectuais latino-americanos que escapavam das ditaduras militares em seus países.³ O país ofereceu um ambiente propício para a observação, o estudo, a reflexão e o debate sobre os processos sociais e políticos que atravessavam o continente, permitindo que esses intelectuais experimentassem uma liberdade relativa para desenvolver suas ideias e atividades (TULA, 2009, p. 5-6). Universidades, institutos de pesquisa e editoras mexicanas abriram suas portas, possibilitando a esses exilados o exercício de suas atividades e a oportunidade de explorar outras perspectivas sobre a realidade argentina e latino-americana.

Um exemplo notável é José Aricó (1931-1991), editor de *Controversia* e principal figura do grupo *Pasado y Presente*. Em entrevista nos anos 1980, Aricó comentou as diferenças linguísticas que observou durante o exílio, especialmente no México e no Peru, destacando a influência das culturas indígenas e rurais na língua espanhola falada nesses países. Para ele, o

3 Segundo Raúl Burgos, o México, mesmo com os seus contornos políticos internos controversos, destacou-se em sua política externa por acolher exilados políticos de diversas tendências. Em particular, o autor enfatiza a esquerda de vários países latino-americanos afetados pelas trágicas etapas de ditaduras militares, onde esses militantes encontraram no país uma espécie de refúgio amável, tornando-se, a partir da segunda metade dos anos 70, um ponto vital no movimento transformador da América Latina.. BURGOS, Raúl. *Los gramscianos argentinos: Cultura y política en la experiencia de Pasado y Presente, Siglo XXI*. Buenos Aires, 2004. p. 231

México foi palco de um dos fenômenos intelectuais mais relevantes da América Latina, reunindo pensadores de diversas nações sul-americanas e centro-americanas. Essa concentração de intelectuais favoreceu o intercâmbio de discursos, experiências políticas e matrizes culturais distintas, criando uma oportunidade singular de comparação entre as ideias argentinas e aquelas originadas em outros contextos. O exílio no México, assim, não apenas contribuiu para o fortalecimento das redes intelectuais, mas também ampliou o horizonte de reflexão sobre a realidade continental.

A experiência do exílio no México conferiu ao trabalho intelectual uma dimensão diferente daquela que seria possível na Argentina. Aricó ressaltou que, ao refletir, raramente consideramos as coordenadas específicas do lugar de onde pensamos. Ele questionou suas próprias interpretações sobre a “tradução” do marxismo para a realidade latino-americana, reconhecendo os desafios envolvidos. Para ele, as circunstâncias históricas de cada lugar oferecem uma riqueza de elementos para análise, transformando-se em verdadeiros observatórios políticos, mas também apresentando dificuldades para interpretar plenamente as diversas realidades:

México es un país que ofrece al estudioso una riqueza de elementos nacionales como tal vez fueran las Galápagos para Darwin. Es posible que lo que estoy diciendo sea una absoluta tontería, pero esa fue la sensación que tuve frente a dos países americanos, que fueron, precisamente, México y Perú. Dos naciones con fuerte implantación indígena y campesina, dos especies de laboratorios políticos. Por primera vez supe en México lo que era el campesinado indígena; por primera vez advertí que un mismo idioma no evita los problemas de traducción, sino que por el contrario puede dificultarlos al máximo. (ARICÓ, 1999, P.177).

Durante o exílio no México, José Aricó esteve à frente de diversos projetos editoriais e colóquios internacionais, que lhe permitiram transformar sua experiência no exílio em uma oportunidade para “desprovincializar” suas preocupações com questões exclusivamente argentinas e engajar-se em debates mais amplos sobre a América Latina. Entre as experiências editoriais que marcaram esse período, destacam-se os *Cuadernos de Pasado y Presente*, a *Biblioteca del Pensamiento Socialista* da Siglo XXI, além das colaborações com os editoriais Era e da Universidad de Puebla. Essas iniciativas evidenciam a predominância dos debates teóricos marxistas no período, representando, segundo Martín Cortés, uma das maiores contribuições editoriais da América Latina nesse campo. (CORTES, 2018, p.73).

O México configurou-se como um verdadeiro “laboratório teórico”, onde novos temas puderam amadurecer e uma reflexão crítica se consolidou. Esse ambiente foi favorecido pelo contexto político e acadêmico mexicano, marcado pelo aumento do investimento em universidades e institutos de pesquisa. Soledad Loaeza observa, de forma provocativa, que o exílio representou “um presente dos céus” para o presidente Luis Echeverría. Ao acolher os exilados, o México aprofundou o projeto de reconciliação entre o Estado e as universidades, promovendo uma imagem de país democrático e acolhedor de refugiados de golpes militares. Ao mesmo

tempo, porém, esses exilados, que contribuíram significativamente para uma reflexão sobre a democracia, mantiveram silêncio em relação ao autoritarismo do próprio Estado mexicano. Essa ambiguidade permitiu a perpetuação da ideia de que “o México se define como uma democracia por padrão” (LOAEZA, 2017, p. 297-299).

No tocante à dispersão geográfica dos argentinos exilados, nota-se um crescimento no número de intelectuais em Puebla, cuja universidade tornou-se um importante polo de atração. Entre os membros do grupo *Controversia*, a Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e a Universidad Autónoma de Puebla foram espaços centrais, especialmente para Oscar Terán, Oscar del Barco e José Aricó, que também integravam o grupo *Pasado y Presente*. De acordo com dados do INMM, cerca de 80% dos acadêmicos argentinos exilados no México foram empregados em instituições públicas de ensino superior. Destes, 33% encontraram-se na UNAM, 11% na Universidad Autónoma Metropolitana e 6% na Universidad Autónoma de Puebla.

O México, como mencionado anteriormente, possibilitou a esses intelectuais a entrada no mercado de trabalho, bem como a oportunidade de realizarem suas discussões intelectuais. Dessa forma, o exílio também permitiu que os membros do grupo *Controversia* construíssem uma rede de contatos, criando espaços de sociabilidade nos quais as ideias circulavam e as opiniões eram trocadas. Eles estabeleceram contatos profissionais, participaram de projetos culturais, exerceram a docência, lideraram institutos de pesquisa e bibliotecas, publicaram livros e dirigiram várias revistas. Em suma, estavam integrados a uma rede de intelectuais exilados que facilitou a interconexão entre diversas pessoas, utilizando mais esse meio para a circulação e propagação de suas ideias.

Desde os primeiros instantes da ditadura, distintas vozes se lançaram para denunciar a repressão na Argentina. Os intelectuais que estiveram envolvidos na revista *Controversia* transitaram principalmente pelo Comité de Solidaridad con el Pueblo Argentino (COSPA) e pela Comisión Argentina de Solidaridad (CAS). Apesar de suas posturas irreconciliáveis, os pontos discordantes foram, de certa forma, deixados de lado diante dos princípios fundamentais de solidariedade e denúncia. Contudo, é preciso levar em consideração que o exílio argentino no México não se caracterizou pela unidade e coexistência harmoniosa. Isso se explica pelas diferentes origens ideológicas, práticas políticas e objetivos diversos que eles buscavam, além das variadas interpretações sobre os anos setenta, como a visão sobre a luta armada. (YANKELEVICH, 2009, p.118).

Contudo, embora tenha nascido na CAS, *Controversia* não estava oficialmente ligada a ela, uma vez que a organização já possuía seu próprio boletim. A equipe era dividida entre dois grupos principais: os “Los Reflexivos” e os membros da “Mesa Socialista”. Esses intelectuais, provenientes de diferentes correntes, uniram-se em torno de uma crítica comum às estratégias da esquerda armada e à repressão ditatorial, contribuindo para a construção de uma análise profunda e pluralista sobre a realidade argentina e latino-americana.

O grupo “Los Reflexivos” era composto por intelectuais que haviam rompido com a COSPA em 1977, por acreditarem que a organização não possuía um olhar crítico em relação aos seus próprios integrantes, e logo se incorporaram à CAS. Segundo Bernetti e Giardinelli, o grupo centrava-se na necessidade de uma reflexão crítica sobre a derrota do campo popular e dos setores revolucionários, especialmente dos Montoneros, a partir da frustração do projeto de 11 de março de 1973, do confronto da esquerda justicialista com Perón e do golpe de 1976.⁴ Entre os peronistas de esquerda que faziam parte do grupo e foram editores de *Controversia*, destacam-se o jornalista e economista Carlos Ábalo, que chegou ao México logo após a derrubada de Isabel Perón; o jornalista Rubén Sérgio Caletti, que, antes de chegar ao México, passou um breve período exilado na Itália; Nicolás Casullo, funcionário do Departamento de Comunicaciones Sociales del Ministerio de Cultura y Educación da Argentina no governo peronista, exilado em 1974, primeiro em Cuba, depois na Venezuela e, finalmente, no México, onde atuou como professor na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM); e Héctor Schmucler, sociólogo de Córdoba, conhecido por ser um dos primeiros a explorar o campo dos estudos de comunicação na Argentina e na América Latina, e que ajudou a fundar várias revistas, como *Pasado y Presente*, *Los Libros*, *Comunicación y Cultura*, além de *Controversia*.

Outros membros do grupo que colaboraram com a revista foram Jorge Luis Bernetti, que, antes do exílio, fazia parte do grupo Montoneros e se exilou em outubro de 1974, vivendo em Lima, Havana e depois na capital mexicana, onde trabalhou no jornal *El Universal*, enquanto estudava Ciência Política e Administração na UNAM; Guillermo Greco, militante peronista; Adriana Puiggrós, uma das primeiras a chegar ao México, foi recebida com especial atenção pelo governo mexicano e criou, na UNAM, enquanto fazia seu doutorado, o “Programa Alternativas Pedagógicas y Prospectiva Educativa en América Latina (APPeAL)”. Ao retornar à Argentina, Puiggrós desempenhou inúmeros cargos políticos e continuou sendo uma destacada intelectual, assim como seu pai, Rodolfo Puiggrós, uma das figuras mais importantes do exílio argentino no México;⁵ e Jorge Todesca, economista. Além desses, também participaram do grupo, mas não colaboraram com a revista, Juan Carlos Añón, Miguel Talento e Elvio Vitali. Nicolás Casullo contextualiza a experiência do grupo “Los Reflexivos” da seguinte maneira:

Já em meados de 1977 (...) nos tornamos um grupo de reflexão crítica sobre o ideário político guerrilheiro peronista e marxista (...) Durante dois anos, semanalmente, em reuniões que duravam de quatro a cinco horas,

4 BERNETTI, Jorge Luis; GIARDINELLI, Mempo. *México, el exilio que hemos vivido: memoria del exilio argentino durante la dictadura 1976-1983*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial Octubre, 2014. p.76

5 Na edição nº 9-10 de *Controversia*, foi publicada uma homenagem a Rodolfo Puiggrós, falecido no exílio em novembro de 1980. A revista destacou o papel político que o intelectual desempenhou no exílio, além de suas principais obras e seu papel de destaque como reitor da Universidade Nacional de Buenos Aires durante o governo de Cámpora. Puiggrós faleceu em Cuba, enquanto participava de uma reunião política, representando a Condução Nacional dos Montoneros, da qual era membro. Diferentemente de sua filha, Rodolfo não rompeu com a organização. Após sua morte, a COSPA passou a se chamar COSPA - Rodolfo Puiggrós. CONTROVERSIA. Año II, nº 9-10, diciembre 1980. México DF. p. 3.

analisamos de diferentes ângulos o que chamamos de ‘a derrota’. Passamos a ser na colônia o ‘Grupo de los Reflexivos’, enquanto, paralelamente, se formavam outros grupos peronistas e socialistas.⁶

A outra vertente que alimentou as discussões de *Controversia* era a chamada “Mesa Socialista”, um grupo de discussão e análise formado em 1979, que se reunia mensalmente para refeições na sede da CAS. Durante esses encontros, eram analisados temas políticos ou ideológicos. Participavam dessas reuniões militantes do núcleo mexicano da Confederación Socialista Argentina (CSA) e do Partido Socialista Popular (PSP), além dos membros socialistas do comitê editorial da revista *Controversia*: José Aricó, reconhecido como uma das principais figuras do pensamento de Gramsci na América Latina, foi fundador de *Pasado y Presente* e, no exílio, trabalhou na Editora Siglo XXI, dirigindo a Biblioteca del Pensamiento Socialista, além de lecionar no Colégio de México. Aricó foi, sem dúvida, um dos nomes mais conhecidos de *Controversia*; Sergio Bufano, jornalista; Ricardo Nudelman, advogado e mestre em Ciência Política pela UNAM, foi gerente geral das Librerías Gandhi durante seu exílio, que durou mais de 30 anos. Nudelman escolheu ir do México para a Espanha, sem retornar à Argentina; Juan Carlos Portantiero, militante do Partido Comunista Argentino, expulso do partido junto com os membros de *Pasado y Presente* em 1963, trabalhou na FLACSO durante o exílio, onde desenvolveu suas principais obras, como *Estudios sobre los orígenes del peronismo*; Oscar Terán, filósofo, que também participou de outras importantes revistas como *La Rosa Blindada* e *Punto de Vista*; e Jorge Tula, diretor de *Controversia*.

Na “Mesa Socialista” também estavam presentes outros colaboradores da revista: María Caldelari, que em *Controversia* escreveu o único artigo da seção “Feminismo”, onde descreveu a participação das mulheres nos partidos;⁷ Horacio Crespo, historiador que ainda reside no México; Emilio de Ípola, sociólogo e filósofo, que foi um dos últimos a chegar ao exílio após ter sido preso em 1976, e que no exílio integrou-se à FLACSO; Néstor García Canclini, reconhecido intelectual, que se exilou no México no início da ditadura e permanece lá até os dias atuais; e Osvaldo Pedroso, jornalista, que em 1982 tornou-se o representante da Lista Tres na CAS. Assim como Nora Rosenfeld, que não colaborou na revista, mas participava do grupo.

Muitos dos intelectuais que contribuíram para *Controversia* já mantinham conexões anteriores, como os membros de *Pasado y Presente*, e essas relações persistiram após o retorno ao país, manifestando-se em iniciativas como a fundação do Clube Socialista de Cultura em Buenos Aires.⁸ Nesse contexto, destacam-se as relações de amizade e a formação de redes in-

6 CASULLO, Nicolás. *Sobre la marcha: cultura y política en la Argentina, 1984-2004*. Buenos Aires: Colihue, 2004. p. 115.

7 CALDELARI, María; DELGUEIL, Marie Claire; MORALES, Miriam. *Mujer y partido. Controversia para el examen de la realidad argentina, Feminismo*, p. 25, año II, n. 7, México DF, julio 1980.

8 O Clube de Cultura Socialista (CCS) nasceu em Buenos Aires, em julho de 1984. O projeto visava criar um espaço de análise e debate sobre “os problemas políticos, sociais e culturais da sociedade argentina e do mundo”. Surgiu a partir de um coletivo integrado por José Aricó, Carlos Altamirano, Ricardo Nudelman, Rafael Filipelli

telectuais, essenciais para a criação e sustentação de núcleos de pensamento crítico. Na “Mesa Socialista” da CAS, por exemplo, observam-se vínculos intelectuais duradouros e relações pessoais que transcenderam o exílio, como a parceria entre José Aricó e Juan Carlos Portantiero, ao lado de Héctor Schmucler.⁹

Além disso, *Controversia* se tornou um espaço de encontro entre grupos de diferentes vertentes, como a “Mesa Socialista” e “Los Reflexivos”. Apesar de suas perspectivas divergentes, ambos os grupos convergiram em torno da revista, encontrando nela um ambiente plural que proporcionava o cruzamento de trajetórias pessoais e experiências diversas de participação no espaço público. O conceito de “derrota” foi um dos elementos centrais desse projeto, mas foi justamente através da colaboração e das sociabilidades que os intelectuais conseguiram transformar essa derrota em um impulso para um empreendimento coletivo. A revista se tornou, assim, um espaço de diálogo, no qual a pluralidade de ideias, somada às relações pessoais e às redes de amizade, contribuiu para a construção de um projeto intelectual de longo alcance.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas neste estudo permitem compreender a revista *Controversia* como um espaço central de encontro e reflexão para intelectuais argentinos exilados no México durante os anos de repressão na Argentina. Pautada pela experiência da derrota e pela necessidade de reconstrução política e teórica, a revista se configura como um produto de uma rede de sociabilidade formada por intelectuais de diferentes vertentes da esquerda. Essa rede, embora plural e marcada por controvérsias ideológicas, foi capaz de gerar um ambiente de diálogo e colaboração intelectual, tendo como principal objetivo a análise e a discussão sobre o passado, presente e futuro da Argentina e da América Latina.

A partir de sua inserção no contexto do exílio, *Controversia* representou uma das formas mais significativas de resistência intelectual e política, funcionando como um canal para a denúncia das violações dos direitos humanos e para o debate sobre novas possibilidades de organização social e política. O fato de seus colaboradores, provenientes de diferentes campos ideológicos e sociais, terem conseguido articular suas ideias e experiências em um projeto comum é um reflexo das complexas dinâmicas do exílio e da construção de uma memória coletiva sobre os anos setenta na Argentina.

e Jorge Tula. Quando Pancho Aricó faleceu em 1991, o clube foi renomeado como Clube de Cultura Socialista “José Aricó”. A atividade central do CCS consistiu em convocar, uma vez por mês ao longo de sua extensa história (1984-2008), representantes do mundo da política e da cultura para que oferecessem conferências ou participassem de mesas-redondas e debates. CeDInCI. (2020). *Más de 250 audios del Club de Cultura Socialista disponibles en línea en la página del CeDInCI*. <https://cedinci.org/2020/04/01/las-charlas-del-club-de-cultura-socialista/>

⁹ GAUNA, Juan Pablo. *Controversia: la revista crítica de los argentinos exiliados en México*. *Revista Izquierdas*, n. 50, nov. 2021, p. 7.

Dessa forma, *Controversia* não apenas cumpriu o papel de veículo de resistência política, mas também foi um marco na história intelectual latino-americana, promovendo uma reflexão profunda sobre os rumos do continente e a necessidade de uma nova teoria política, capaz de responder aos desafios impostos pela repressão e pela violência do período.

Em agosto de 1981, foi publicado o último número da revista. O fim da *Controversia*, no entanto, não foi resultado do fim da ditadura na Argentina, uma vez que ainda faltariam mais de dois anos para que a democracia fosse restaurada. A revista encerrou suas atividades enquanto seus membros ainda estavam no exílio. Após o retorno à Argentina, os intelectuais que compunham o conselho de redação da revista se engajaram, de diferentes formas, na construção e fortalecimento da democracia emergente. Embora a *Controversia* tenha chegado ao fim, seus membros continuaram a produzir e a contribuir para o debate público, seja por meio de revistas, jornais, livros ou conferências, levando consigo a marca de uma experiência singular vivida no exílio mexicano.

REFERÊNCIAS

ARICÓ, José. **Entrevistas (1974-1991)**. Córdoba: Cea, 1999.

ARICÓ, José. “Debemos reinventar América Latina, pero... ¿desde qué conceptos ‘pensar’ América?”. In: ARICÓ, José. **Entrevistas 1974-1991**. Compilado por Horacio Crespo, p. 215-269. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2014 [1986].

BERNETTI, Jorge Luis; GIARDINELLI, Mempo. **México, el exilio que hemos vivido: memoria del exilio argentino durante la dictadura 1976-1983**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial Octubre, 2014. p. 76.

CHECA GODOY, Antonio. **Historia de la prensa en Iberoamérica**. Sevilla: Alfar, 1993.

CORTÉS, Martín. José Aricó y el coloquio mariateguiano (1980) de la Universidad Autónoma de Sinaloa. **Cuadernos Americanos**, n. 165, México, 2018.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **Redes intelectuales en América Latina: hacia la constitución de una comunidad intelectual**. Santiago: Universidad Santiago de Chile, 2007.

GAGO, Verónica. **Controversia: una lengua del exilio**. Quilmes: Ediciones Biblioteca Nacional, 2012.

MORAÑA, Mabel. Revistas culturales y mediación letrada en América Latina. **Otra Travessia**, n. 40/1, Ilha de Santa Catarina, 2º semestre de 2003, p. 67-74.

PITA GONZÁLEZ, Alexandra; GRILLO, Maria del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. **Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales**, v. 5, n. 01, 2015, p. 3-30.

PITA GONZÁLEZ, Alejandra. Las revistas culturales como fuente para el estudio de redes intelectuales. In: PALÁCIO MONTIEL, Celia del; MARTÍNEZ MENDOZA, Sarelly

(coord.). **Voces en papel. La prensa en Iberoamérica de 1792 a 1970.** México: Universidad Autónoma de Chiapas, 2008, p. 75-85.

ROMERO, Luis. **História Contemporânea da Argentina.** Trad. Edmundo Barreiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ROCCA, Pablo. Por qué, para qué una revista (Sobre su naturaleza y su función en el campo cultural latinoamericano). **Hispanamérica**, ano XXXIII, n. 99, dezembro de 2004, p. 3-20.

SARLO, Beatriz. **Intelectuales y revistas: razones de una práctica.** *America*, Cahiers du CRICAL, París, Sorbonne la Nouvelle, n. 9-10, p. 9-15, 1992.

TULA, Jorge. **En el exilio mexicano. Controversia para el examen de la realidad argentina.** n° 1. Edición facsimilar. Buenos Aires: Ejercitar la Memoria editores, 2009. p. 5-6.

YANKELEVICH, Pablo; JENSEN, Silvina. **México y Cataluña: exilios en números.** In: YANKELEVICH, Pablo; JENSEN, Silvina. **Exilios: destinos y experiencias bajo la dictadura militar.** 1. ed. Buenos Aires: Libros de Zorzal, 2007. p. 209-251.

Revista **Controversia para el examen de la realidad argentina** [1979-1981]. Edición facsimilar. Buenos Aires: Ejercitar la Memoria editores, 2009.

METODOLOGIA E PESQUISA NO JORNAL O ESTADO (1930-1950)

Dhuna Schwenke Teixeira
(UDESC. E-mail: dhunateixeira@gmail.com)

RESUMO

O presente trabalho é um recorte do processo de escrita da dissertação de mestrado em andamento. Neste recorte o objetivo está na reflexão sobre o uso da imprensa enquanto fonte histórica. A partir da perspectiva de que o discurso justifica práticas sociais, estudar o jornal O Estado e sua relação com as visões de modernidade e a justificativa da presença da Penitenciária da Pedra Grande em Florianópolis, nas décadas de 1930 a 1950, é possível construir uma análise da relação entre os discursos presentes nessa fonte e sua relação com a cidade. O jornal de maior circulação no estado de Santa Catarina está disponível na Hemeroteca Catarinense Digital e a partir da busca de termos específicos, e a categorização das fontes, a pesquisa se baseia principalmente na busca de termos específicos e na categorização das fontes. O processo de busca das intenções e do contexto por trás das notícias é necessário ao utilizar a imprensa enquanto fonte histórica, a fim de conectar as decisões editoriais com as intenções políticas e sociais da época.

Palavras-chave: Imprensa; Jornal *O Estado*; Metodologia

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre os processos metodológicos envolvidos no uso de jornais como fonte histórica. A partir do jornal *O Estado*, um dos periódicos mais antigos de Santa Catarina, busco discutir as considerações metodológicas e historiográficas que orientam minha pesquisa. Este texto é um recorte da minha pesquisa em andamento, cujo tema central são as narrativas construídas pelo jornal O Estado em relação às justificativas para a Penitenciária da Pedra Grande, localizada em Florianópolis, capital catarinense, além da formulação de discursos ligados à criminologia positivista¹, entre os anos de 1930 e 1951.

A escolha desse recorte se justifica por vários motivos, entre eles: o fato de o jornal O Estado ser um dos mais antigos e de maior circulação em Santa Catarina e Florianópolis; a

¹ A criminologia positivista é uma vertente jurídica difundida principalmente pela Escola Positiva Italiana, a partir das elaborações de Cesare Lombroso (1835 - 1909) sobre as origens do crime e do criminoso. É um campo de conhecimento com pretensões de cientificidade com foco no estudo da natureza do delito. O crime é interpretado aqui como uma questão natural e biodeterminista. Para saber mais sobre o desenvolvimento desse campo em âmbito internacional e nacional, ver Alvarez (2002).

Penitenciária da Pedra Grande, inaugurada em 1930 e reformada em 1936, foi um marco no processo de inserção da cidade na modernidade durante a primeira metade do século XX (MIRANDA, 1999); desde antes de sua inauguração, o jornal já publicava notas e manchetes sobre a instituição, geralmente de forma elogiosa; além disso, o diretor do jornal também atuou como diretor da penitenciária por alguns anos. Ele assumiu a direção do jornal entre 1947 e 1965, enquanto sua atuação na penitenciária começou em 1938, como primeiro subdiretor, e exerceu o cargo de diretor de 1943 até 1951.

Ao pensar sobre a relação entre história e a imprensa, Barros (2023) leciona sobre a importância de compreender os jornais enquanto veículos ativos de informação, ou seja, há um sistema que produz e difunde discursos que são destituídos de neutralidade, atravessados por questões políticas, econômicas e interesses pessoais. A partir desta premissa em minha pesquisa venho buscando vestígios sobre as intenções e projetos por de trás das páginas. O acesso a esta fonte específica só foi possível por conta do acervo disponível na Hemeroteca Catarinense Digital. Adiante será abordado, além da história do jornal *O Estado*, o uso desta plataforma de pesquisa, as considerações para a categorização das fontes selecionadas.

O JORNAL *O ESTADO* ENQUANTO FONTE HISTÓRICA

O jornal *O Estado* foi criado em 1915 por Henrique Rupp Júnior, um dos fundadores da Aliança Liberal em Santa Catarina, e Ulysses Costa, que foi Chefe de Polícia durante o governo de Felipe Schmidt. Os estudos sobre a história deste periódico, pelo que pude apurar, são dispersos, a dissertação de Maria Mata (1996) faz um esforço para delimitar o percurso do *O Estado* desde sua criação até 1930. Segundo a autora, o periódico surge inicialmente como um diário, mas vai se modernizando tanto técnica quanto ideologicamente, acompanhando as mudanças no país e no estado. Nos primeiros anos, a direção passou por diversas pessoas, e sua linha editorial se adaptou às tendências políticas de quem estava à frente. O contexto do início do século XX era de expansão da imprensa brasileira. Com o crescimento da classe média e a ebulição política, os jornais, segundo a autora, refletiam a polarização da política nacional, e local. É nesta conjuntura que o jornal *O Estado* é criado, um veículo de comunicação com foco em Santa Catarina. A autora argumenta que era um jornal popular, com informações políticas, sociais, culturais, religiosas e educacionais, com uma linguagem simples que divulgava o cotidiano.

Comparado a outros jornais da época, *O Estado* já apresentava uma estrutura de impressão e publicação modernas, e ao longo de sua trajetória foi incorporando inovações do mercado. Inicialmente, tinha de quatro a oito páginas, contendo editoriais pagos por entidades públicas e privadas, sendo bem recebido pelos leitores e pela imprensa local. Embora se declarasse imparcial, o jornal frequentemente opinava sobre questões da cidade e do estado, assumindo ora uma postura governista, ora crítica, mantendo o caráter fiscalizador típico da época (MATA, 1996).

METODOLOGIA DE ANÁLISE

A imprensa enquanto fonte histórica não é uma novidade, com amplas possibilidades de temas, materiais, recortes. Uma fonte atravessada por escolhas, subjetividades, questões políticas, ideológicas ou socioeconômicas, mostram fragmentos de um determinado contexto histórico (FILHO, 2023). Ao pensar as questões metodológicas do uso desse tipo de fonte é preciso tomar alguns cuidados: é necessário não utilizar recortes somente como exemplos do que está sendo abordado, mas sim fazer uma análise aprofundada do contexto da notícia, onde ela se insere na edição, qual o tamanho, qual o destaque que o jornal dá para ela.

O jornal também é sempre resultado da ação humana em sociedade. Por isso, sua produção é marcada pelos anseios, pelas escolhas políticas, pelas experiências sociais dos sujeitos e grupos sociais que o produziram. Hoje bem entendemos que os aspectos ligados à subjetividade e intencionalidade presentes nas fontes não devem ser desprezados, mas submetidos ao juízo crítico do historiador (FILHO, 2023, S.P.)

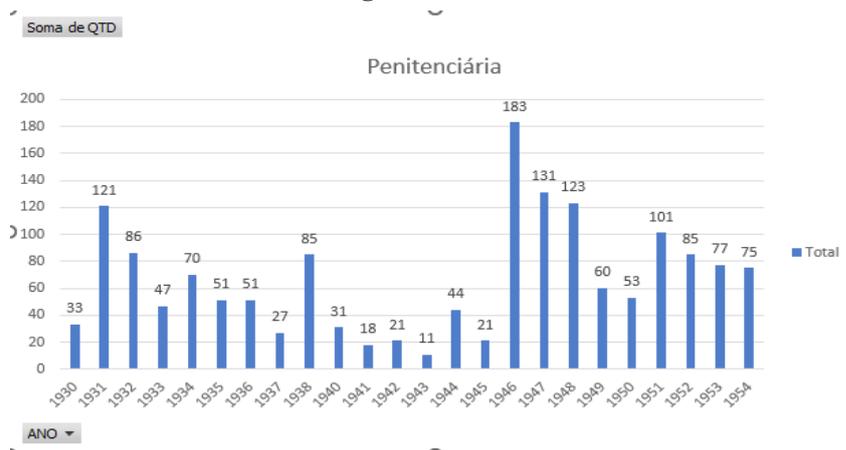
O jornal *O Estado* é construído a partir de sujeitos que tinham conexões com instituições públicas e privadas, bem como partidos políticos, a tendência editorial dele variava de acordo com a posição e os interesses pessoais e coletivos que o diretor e os proprietários do mesmo. Por exemplo, a conexão que o jornal tem com a família oligárquica Ramos e a política catarinense, principalmente pós 1945, quando Aderbal Ramos adquire o jornal e posteriormente quando Rubens Ramos assume a direção em 1947, e o jornal se torna porta voz do Partido Social Democrata (PSD) (PEREIRA, 1996). Dessa forma, ao lidar com essa fonte é preciso reconhecer quais são as intenções de intervenção na agenda pública, quais são as delimitações da realidade, a leitura da realidade que o jornal realiza, enfim, buscar qual é o diagnóstico da realidade que a fonte elabora (DE FARIA CRUZ; PEIXOTO, 2007).

Tendo em vista tais preceitos metodológicos pretendo apresentar quais foram os caminhos e escolhas metodológicas que realizei ao longo de minha pesquisa. Inicialmente, em meu projeto para ingressar no Programa de Pós Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina, realizei um levantamento a partir de palavras-chave na Hemeroteca Digital Catarinense para que eu pudesse identificar as possíveis temáticas e a viabilidade de minha pesquisa. A Hemeroteca Digital Catarinense é resultado de uma parceria realizada entre Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) / IDCH - Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas da Universidade do Estado de Santa Catarina e a Biblioteca Pública de Santa Catarina - Fundação Catarinense de Cultura. Conta em seu acervo diversos jornais catarinenses a partir de XIX. A possibilidade de acessar o acervo digitalizado e a busca de palavras-chaves oferece uma ampliação nas possibilidades de pesquisa, porém é preciso levar em consideração que o que está sendo consultado é o conteúdo da fonte e não a fonte em si, não se tem acesso a materialidade do jornal.

Segundo João Vitor De Armas Teixeira (2023) a ferramenta de busca por palavras-chave pelo historiador encurta o caminho da produção histórica, pois pode escolher consultar um periódico específico pela quantidade alta que determinadas palavras aparecem. Foi justamente esse um dos motivos determinantes da minha escolha por trabalhar com o jornal *O Estado*. Quando estava na graduação em História na Udesc, participei como bolsista de iniciação científica no projeto Arquivos Marginais, lá meu interesse por instituições de isolamento, especificamente a Penitenciária da Pedra Grande, e a imprensa enquanto fonte histórica se entrecruzam.

Como já dito, num momento inicial realizei uma busca por palavras-chaves na Hemeroteca Digital Catarinense, palavras essas que estavam ligadas ao contexto penitenciário e do léxico presente na teoria jurídica lombrosiana, a criminologia positivista. A partir desse levantamento, identifiquei que o jornal *O Estado* era o que mais aparecia uma repetição dessas palavras. Alguns exemplos de repetição de termos, entre 1930 e 1954: *Penitenciária* aparece 1.605 vezes, *Lombroso* 51 vezes, *Medicina Legal* 51 vezes, *Detento* 76 vezes, dentre outras. Na imagem a seguir é possível ver o gráfico elaborado por mim nesta fase inicial de levantamento de dados:

Imagem 01:



É importante destacar que o levantamento dessas palavras-chave não abrange toda a materialidade disponível, devido ao uso de arquivos digitalizados em formato PDF e à tecnologia OCR (Reconhecimento Óptico de Caracteres), que permite a extração de texto de arquivos com diferentes origens. No entanto, como se trata de textos antigos, é comum que elementos presentes nos documentos possam dificultar a leitura e a digitalização correta, o que pode ter ocasionado a perda de algumas palavras durante o processo de levantamento.

Após essa fase inicial de levantamento, selecionei cerca de 200 recortes de jornal. À medida que a pesquisa avançou, refinei minhas buscas e temáticas. Criei uma tabela para identificar padrões e temas centrais nos recortes que dialogassem com o foco da minha pesquisa: o discurso criminológico que legitimava a presença da Penitenciária da Pedra Grande em Florianópolis. Atualmente, essa tabela conta com 58 recortes organizados em diversas categorias, como: *ano*, *data completa*, *título da matéria*, *página*, *número da edição*, *autor*, *palavra-chave* (não a que eu

utilizei na busca, mas sim a que eu possa identificar um padrão de temas), *temática, comentário, status* (se já foi transcrito ou utilizado em minha dissertação) e *endereço eletrônico*.

O levantamento de dados como estes permitem que padrões possam ser reconhecidos. A partir desta organização foi possível o reconhecimento de construções discursivas que se repetiam. A presença das temáticas que rondam a questão penal, sua função, os debates intelectuais, os eventos que os sujeitos ligados à Penitenciária da Pedra Grande frequentavam, a divulgação de um saber criminológico estava presente em suas páginas. Ao elencar os temas recorrentes e ao realizar uma contextualização histórica de cada produção textual, busco colocar em prática um processo de análise de discurso. Na medida que “todo texto é também um discurso, e como tal precisa ser analisado. Todo discurso, em última instância, está associado a um ponto de vista e lugar de fala, bem como a um conjunto de complexidades que chamaremos de ‘lugar de produção’” (BARROS, 2023, p.9).

CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS

Com base nesse levantamento, identifiquei que as escolhas editoriais e o vocabulário adotado pelo jornal *O Estado* constantemente legitimavam a Penitenciária em Florianópolis, assim como promoviam um controle moral sobre atitudes, hábitos e indivíduos. Um exemplo claro dessa construção discursiva, que busca valorizar a Penitenciária como uma instituição modelo, pode ser observado em um recorte de 1947. Este trecho foi destacado na primeira página, acompanhado de uma foto de Rubens Ramos, com o título *Dr. Rubens de Arruda Ramos*.

O contexto em questão refere-se às eleições para a Assembleia Legislativa do Estado, realizadas em janeiro de 1947, após o fim do Estado Novo em 1945. Com o término desse regime, foi determinada a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para elaborar a Constituição Brasileira de 1946. Em 19 de janeiro de 1947, ocorreram as eleições estaduais em Santa Catarina e em outros estados do Brasil. Aderbal Ramos da Silva, do PSD, foi eleito governador de Santa Catarina, e Rubens Ramos concorria ao cargo de Deputado Estadual.

E a segurança de que Rubens de Arruda Ramos não há de faltar aos compromissos assumidos com o povo catarinense temo-la no seu passado político. Iniciando sua vida pública com Nereu Ramos, educou-se nessa escola de civismo e de amor á terra natal, que outra coisa não tem sido a trajetória política do atual Vice-Presidente da República. Diretor da Penitenciária do Estado, dedicou-se, com verdadeiro amor, ao estudo das mais modernas doutrinas penitenciárias, conseguindo fazer do modelar estabelecimento uma verdadeira escola, onde o apenado encontra ambiente propício para redimir-se dos crimes praticados, reeducando-se readaptando-se ao convívio social. (O Estado, 10 jan. 1947, nº 9.924, p.1).

Nesse trecho está presente um discurso que para além de ressaltar o papel que a família Ramos tem na política catarinense, utilizando de termos como “amor” e “civismo”. Também é

possível identificar um discurso que coloca Rubens Ramos como um estudioso das “modernas doutrinas penitenciárias”, se referindo à criminologia positivista. Caracterizam a penitenciária, sob sua administração, como uma “verdadeira escola” capaz de regenerar e reeducar o sentenciado. Lidar com este tipo de fonte, como já dito, implica considerar os fatores externos que a atravessam. O processo de análise de discurso, exige levar em consideração as práticas discursivas e não discursivas que permeiam a narrativa construída (FOUCAULT, 2008). Ao compreender que os discursos são óculos “através dos quais, em cada época os homens tiveram a percepção de todas as coisas, pensaram e agiram; impõem-se aos dominantes tanto quanto aos dominados, não são mentiras inventadas por aqueles para enganar estes e justificar a sua dominação” (VEYNE, 2008, P.33).

As construções discursivas que se dão ao longo das páginas do jornal *O Estado* coadunam, em minha perspectiva, com uma narrativa hegemônica de naturalização do sistema penitenciário. Tal processo tem efeitos no tempo presente, como Angela Davis (2020) discorre sobre o fato dessa naturalização ser tanta, que a prisão é considerada, em sua maioria, como um elemento tão inevitável como a morte ou nascimento, uma instituição tida como natural no imaginário social.

CONCLUSÃO

Portanto, com base nos pontos elencados ao longo deste trabalho, algumas reflexões finais podem ser elaboradas. Ao utilizar periódicos como fonte histórica, é essencial reconhecer que os jornais não relatam fatos incontestáveis, mas participam ativamente da construção de discursos permeados por intenções econômicas, políticas e sociais. Nesse sentido, o jornal *O Estado* se apresenta enquanto uma fonte relevante para o estudo da relação entre uma imprensa hegemônica e a construção de discursos em torno de instituições como a Penitenciária da Pedra Grande. A análise de seu conteúdo permite identificar padrões discursivos que legitimam práticas e instituições de controle social, fundamentadas na lógica da criminologia positivista, que criminaliza e condena determinados comportamentos e sujeitos. Tal visão coaduna com as propostas de Barros (2023), ao compreender que esta fonte está longe de ser neutra, sendo necessário investigar as intencionalidades por trás dessas construções discursivas.

O uso de jornais como fonte histórica exige uma abordagem metodológica cautelosa, justamente por conta da rede de interesses subjacentes às suas publicações. A partir de uma leitura crítica desse tipo de fonte, é possível reconhecer as escolhas editoriais, o destaque dado, ou não, a determinadas matérias, bem como os vocábulos utilizados. Além dos cuidados metodológicos mencionados, é necessário considerar as especificidades de trabalhar com acervos digitalizados, como o da Hemeroteca Digital Catarinense. O acesso a esses acervos oferece grandes potenciais de pesquisa, permitindo consultar um maior número de fontes e realizar buscas por palavras-chave. No entanto, também impõe desafios metodológicos, como a impossibilidade

de acessar a materialidade física dos jornais e as falhas ocasionais no reconhecimento de palavras-chave devido à qualidade da digitalização. Enfim, tive como objetivo neste trabalho trazer algumas reflexões iniciais sobre o uso dos jornais como fonte histórica, as implicações de lidar com essa fonte de forma digital, apresentar alguns processos pessoais de pesquisa e elaboração metodológica, bem como pincelar algumas reflexões específicas do jornal *O Estado* e sua relação com a Penitenciária da Pedra Grande.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 677-704, 2002.
- BARROS, José D’Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.
- DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. 6 ed. Rio de Janeiro: Difel, 2020.
- DE FARIA CRUZ, Heloisa; DA CUNHA PEIXOTO, Maria do Rosário. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 35, 2007.
- DE ARMAS TEIXEIRA, João Vitor. A História dos, nos e por meio dos periódicos e a Hemeroteca Digital Brasileira. *Revista Discente Oficinas de Clio*, v. 8, n. 14, p. 415-431, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/CLIO/article/view/25349>. Acesso em: 16 out. 2024.
- FILHO, Paulo Costa Sousa Gurgel. Os desafios do pesquisador: a imprensa periódica como fonte e objeto de pesquisa. **RevistaFt**, v. 27, ed. 121. 2023. Disponível em: <https://revistافت.com.br/os-desafios-do-pesquisador-a-imprensa-periodica-como-fonte-e-objeto-de-pesquisa/>. Acesso em: 16 out. 2024.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 7ed, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008.
- MATA, Maria Margarete Sell da. *Jornal O Estado: uma história em construção (1915-1931)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.
- MIRANDA, Antônio Luiz. **A penitenciária de Florianópolis: de um instrumento da modernidade à utilização por um Estado totalitário**. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.
- PEREIRA, Moacir. **Imprensa e Poder: A comunicação em Santa Catarina**. Lunardelli: FCC Edições. Florianópolis, 1992.
- VEYNE, Paul. **Foucault: O pensamento, a pessoa**. Edições Texto e Grafia. Lisboa, 2009.

POESIA DO POVO: A LITERATURA DE CORDEL NO CONTEXTO DOS ESTUDOS FOLCLÓRICOS POR MEIO DOS PERIÓDICOS (1918-1950)

Emanoel Lucas dos Santos Silva
(UFCG. E-mail: emanoel.lucas@estudante.ufcg.edu.br)

RESUMO

Neste estudo, buscamos problematizar o uso de determinados conceitos por parte dos intelectuais na primeira metade do século XX, em meio ao contexto dos estudos folclóricos, quando intelectuais se debruçaram sobre as práticas culturais a fim de registrar e catalogar tais produções. Entre estes conceitos, citamos, por exemplo: poesia do povo; literatura popular e literatura oral. Metodologicamente, organizamos este trabalho próximo a abordagem de Michel de Certeau, presente na obra *A Escrita da História* (1982), buscando examinar o lugar social, a prática e a produção escrita de intelectuais como Câmara Cascudo (1898-1986), Gustavo Barroso (1888-1959), Manuel Diégues Junior (1912-1991) e Orígenes Lessa (1903-1986), observadas nas fontes hemerográficas da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – HDBN, seguindo modelo de análise proposto por Tania Regina de Luca (2008), como também, as contribuições da *história dos conceitos* de Reinhard Koselleck (1985). Quanto à perspectiva teórica, recorreremos ao conceito de *campo intelectual* de Pierre Bourdieu (1966) para entender a dimensão dos espaços desses sujeitos, assim como a categoria de *intelectual* de Jean François Sirinelli (2003). Assim, compreender a atuação e utilização dos conceitos empregados nos trabalhos desse grupo de folcloristas.

Palavras-chave: Literatura de Cordel, Conceitos, Folclore.

INTRODUÇÃO: UM PANORAMA DA PESQUISA

Este estudo resulta de observações realizadas durante a participação do autor em uma pesquisa no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Intitulada *Intelectuais, instituições e usos da literatura de cordel no Brasil: de literatura popular a patrimônio cultural 1913-2018* (2022), a pesquisa foi conduzida sob a orientação da professora Dra. Rosilene Alves de Melo. Cabe destacar que as reflexões desenvolvidas neste trabalho tiveram início naquela pesquisa. Assim, neste artigo, exploraremos alguns aspectos levantados no PIBIC que ainda despertam interesse e merecem uma análise aprofundada.

A pesquisa adota os marcos temporais dos estudos folclóricos do início do século XX, com o objetivo de problematizar os conceitos aplicados à literatura de cordel até seu reconhecimento como patrimônio cultural pelo IPHAN¹, em 2018. Estas investidas intelectuais,

culminaram na formação de arquivos e instituições de pesquisa voltados para o tema. Assim, buscamos compreender como a construção de uma imagem nacional por meio da literatura de cordel se vincula ao conceito de folclore, que visava apresentar a identidade do país. Observamos, então, como os principais intelectuais e estudiosos do folclore do período empregavam termos como poesia tradicional, poesia do povo, literatura popular e literatura oral ao se referirem ao cordel.

Desse modo, neste estudo, buscamos explorar os sentidos e conceitos atribuídos por alguns intelectuais à literatura de cordel. Os intelectuais abordados incluem Câmara Cascudo (1898-1986), Gustavo Barroso (1888-1959), Manuel Diégues Junior (1912-1991) e Orígenes Lessa (1903-1986). A escolha desses autores foi baseada na frequência de aparições nos periódicos catalogados durante a pesquisa PIBIC, onde se destacaram pelo número significativo de publicações nos periódicos catalogados, possibilitando uma análise mais aprofundada de suas contribuições.

Ainda assim, reconhecemos que há muito a observar na produção desses intelectuais, especialmente quando analisada em contextos individuais. Essa abordagem mais detalhada permite compreender as nuances de suas perspectivas e contribuições específicas, oferecendo uma visão ampla sobre o papel da literatura de cordel na construção de uma identidade cultural.

Assim, partimos das contribuições de Tânia Regina de Luca (2008, p. 118), que discute as fontes da imprensa, que neste trabalho foram catalogadas da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN). Ela afirma que “o estatuto da imprensa sofreu um deslocamento fundamental ainda na década de 1970, ao lado da história da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica”.

Essas e outras reflexões metodológicas sobre como lidar com esse tipo de fonte são compreendidas como materiais de seu tempo, sujeitos a questionamentos e problemáticas. É fundamental reconhecer que as fontes não são meros registros históricos, elas refletem as condições sociais, culturais e políticas da época em que foram produzidas. Assim, a análise dessas fontes deve ser realizada com um olhar crítico, considerando não apenas seu conteúdo, mas também as intenções e contextos que moldaram sua criação.

1 O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é a designação atual da instituição brasileira de preservação do patrimônio cultural criada em 1937 como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essa denominação foi utilizada pela instituição em dois momentos: de 1970 a 1979; e a partir de 1994.

LITERATURA DE CORDEL: CONCEITOS E PERSPECTIVAS INTELLECTUAIS

A literatura de cordel, manifestação cultural de grande importância na região Nordeste, sempre foi objeto de investigações, tanto no campo dos estudos folclóricos quanto após sua institucionalização como um campo de pesquisa no Brasil. Nesse sentido, é essencial compreender as diferentes perspectivas intelectuais às quais o cordel esteve vinculado, pois esses fatores influenciaram tanto sua disseminação quanto sua recepção pelo público.

Os primeiros indícios de movimentos relacionados à literatura popular nas primeiras décadas do século XX estão centrados em uma série de conferências proferidas por intelectuais notáveis. Um destaque significativo nesse contexto é João Ribeiro (1860-1934)², que marcou o início desse movimento ao denominar sua conferência, realizada em 16 de julho de 1913, como “Folk-lore: Estudos de Literatura Popular”. O principal objetivo dessas sessões era apresentar os resultados de suas pesquisas e discutir questões profundas relacionadas ao tema.

Entre os folcloristas e suas conferências, destaca-se também a figura de Leonardo Mota (1891-1948)³. Em 13 de fevereiro de 1920, no Teatro José de Alencar, em Fortaleza, ele proferiu a conferência intitulada “Cantadores”. As notícias sobre essas conferências rapidamente ganharam destaque nos principais periódicos e revistas do país. Em uma coluna do jornal *Pacotilha* (MA), a pesquisa foi elogiada por sua pertinência e “brilhante êxito”, além de compartilhar informações sobre o conteúdo da palestra e indicar os próximos eventos relacionados. No entanto, segundo o periódico, Mota não permitiu a divulgação na íntegra de sua conferência, ainda assim, o texto expressava gratidão pelas breves citações concedidas.

Além de explorar as conferências em si, este estudo concentra-se na análise das recepções desses movimentos, investigando como outros intelectuais e críticos interpretaram e avaliaram os debates em torno das diversas dimensões abordadas nos eventos. Portanto, é fundamental compreender quem eram esses intelectuais e como reportaram esses eventos nos periódicos catalogados ao longo da pesquisa.

Nas diversas análises realizadas em torno das conferências e palestras dos pesquisadores folcloristas e intelectuais, também examinamos a composição do público presente nesses eventos. Um exemplo notável é a palestra de Leonardo Mota, intitulada “Musa Matuta”, proferida em 1921, na sede do *Jornal do Comércio* (RJ), na cidade do Rio de Janeiro. Nesse encontro, estavam presentes figuras proeminentes, como os deputados Melo Franco e Moreira da Rocha, além dos escritores Humberto Campos e Gustavo Barroso. A partir dessas observações, é pos-

2 João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes mais conhecido como João Ribeiro, foi um jornalista, crítico literário, filólogo, historiador, pintor e tradutor brasileiro. Foi um membro da Academia Brasileira de Letras.

3 Foi um escritor, professor, advogado, promotor de justiça, secretário de governo, tabelião, jornalista e historiador. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito do Ceará no ano de 1916.

sível começar a traçar uma rede de intelectuais que oferece uma melhor compreensão dos posicionamentos políticos estabelecidos nas diversas formas de conexões, sejam elas institucionais, pessoais ou familiares.

Nesses contextos, buscamos também situar a emergência e a utilização dos conceitos empregados, bem como o debate intelectual que envolve os projetos políticos. O trabalho no campo folclórico está intrinsecamente ligado a interesses, desejos, anseios e interpretações. Portanto, é fundamental realizar uma análise epistemológica das reflexões que orbitam essa área, a fim de compreender verdadeiramente o significado desses empreendimentos. A abordagem adotada segue uma perspectiva foucaultiana, como evidenciado nas palavras do historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior.

O folclore e a cultura popular são invenções da sociedade da escritura, é resultado de atividades semióticas de rupturas e registros de sentidos, das significações, dos gestos, dos rituais, das ideias, das crenças, das matérias e formas de expressão que circulam socialmente em meio a setores da população que são vistos como diferentes e parcialmente perigosos (2013, p. 40).

As questões que abordamos neste estudo em relação aos movimentos folclóricos do século XX têm como ponto de partida as múltiplas perspectivas que esses movimentos adotam e como elas evoluem ao longo do tempo. Os indivíduos que estamos investigando são influenciados pelo contexto social e pelas dinâmicas políticas que permeiam a sociedade como um todo. Assim, é fundamental compreender como esses movimentos refletem e interagem com as construções sociais e culturais de seu tempo.

O surgimento do interesse pela poesia em verso na sociedade brasileira revela razões subjacentes, incluindo os ideais políticos, sociais e econômicos que contribuíram para a crescente valorização da “cultura não erudita”. A socióloga Ruth Brito Lemos Terra destaca, em seu estudo, como a Literatura de Folhetos foi moldada pelo contexto social. “A produção de folhetos surge e se firma no Nordeste quando esta região, que há muito tempo deixara de ser o principal polo da economia exportadora do país, sofre uma série de transformações econômicas, sociais e políticas” (1983, p. 15).

Durante a década de 1930, a atuação do intelectual Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) exerceu uma influência significativa nas pesquisas folclóricas. Nesse período, Cascudo demonstrou um forte interesse em aplicar conceitos que contribuíssem para a formação de uma identidade nacional no Brasil, utilizando a produção cultural do sertão como base. Ele estabeleceu conexões frequentes entre a poesia praticada nessa região e um contexto conceitual mais amplo.

Além de publicar uma variedade de estudos, Luís da Câmara Cascudo desempenhou um papel fundamental na mobilização de diversos intelectuais em prol de um programa de estudos folclóricos, com o objetivo de mapear as manifestações da cultura popular em todo o país por

meio da criação da Sociedade Brasileira de Folclore (SBF). Como destacam os historiadores Francisco Firmino Sales e Ewerton Wirley

naquele momento, ainda no início da década de 1940, os folcloristas não se pensavam em termos de Movimento Folclórico Brasileiro. Mas nem por isso deixavam de se perceber como integrantes de uma institucionalizada mobilização intelectual em torno do tema. Em 1941/1942, as preocupações estavam mais voltadas para a tarefa intelectual do folclorista, sua função social, os sentidos de suas ações. A criação de instituições folclóricas se mostrava como um artifício necessário e profícuo para a consolidação de um campo de estudos em torno do folclore: um espaço de sociabilidade, fortalecimento e fomento às ideias e aos saberes folclóricos, enquanto disciplina integrante das Ciências Sociais (2018, p. 155).

Assim, compreendemos a contribuição da Sociedade Brasileira de Folclore como uma instituição fundamental em um esforço nacional de mobilização, especialmente durante o Estado Novo, com o objetivo de mapear as expressões da chamada cultura popular e fortalecer os laços com a nação. Ao reunir intelectuais, artistas e pesquisadores, a Sociedade não apenas promoveu a valorização da cultura popular, mas também fomentou um debate crítico sobre as identidades regionais e nacionais, buscando integrar as diversas manifestações culturais sob uma perspectiva de unidade e resistência.

A CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS NOS PERIÓDICOS

Neste tópico, iremos apresentar e analisar a construção de sentidos em torno dos conceitos mobilizados pelos intelectuais, observados em diversos periódicos do país. Esses veículos de comunicação desempenham um papel crucial na formação de um diálogo entre as práticas culturais e suas representações. Nos periódicos analisados, são evocados conceitos que se referem a práticas culturais, com destaque para a literatura de cordel, frequentemente denominada poesia popular, poesia do povo, literatura oral e literatura do povo, entre outras.

Essa diversidade terminológica não é meramente uma questão de nomenclatura, ela reflete a pluralidade de interpretações e significados que a literatura de cordel pode assumir em diferentes contextos sociais e históricos. Ao examinarmos esses conceitos, buscaremos compreender como os intelectuais moldaram e reconfiguraram as percepções sobre a literatura de cordel, destacando sua importância não apenas como forma de expressão artística, mas também como um importante veículo de resistência cultural e identidade social. Essa análise nos permitirá vislumbrar como os periódicos contribuem para a legitimação e valorização da literatura de cordel no cenário cultural brasileiro.

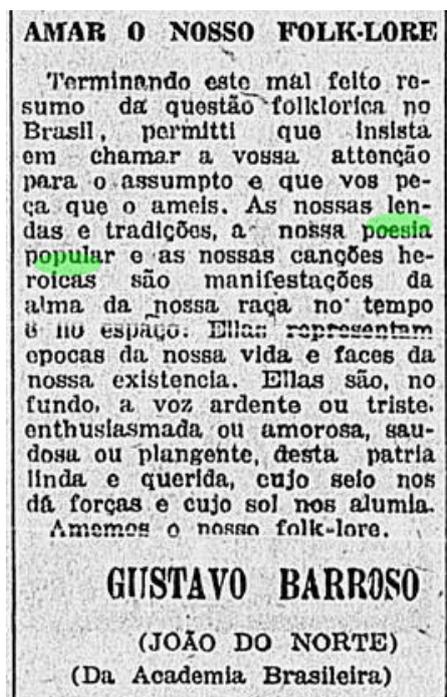
Neste sentido, é pertinente trazermos à tona as concepções de Pierre Bourdieu (1996) sobre o Campo Intelectual, que ele define não apenas como um espaço físico, mas como um espaço de atuação comum entre sujeitos que compartilham práticas e interesses intelectuais.

Bourdieu argumenta que esse campo é constituído por relações de poder e luta simbólica, onde os agentes se posicionam e disputam recursos, reconhecimento e autoridade dentro de um determinado contexto cultural.

No caso específico que analisamos, referimo-nos a lugares intelectuais que, ao serem articulados nos periódicos, formam um ambiente propício à discussão e à disseminação de ideias sobre a literatura de cordel e suas manifestações culturais. Compreender o Campo Intelectual dessa maneira nos permite reconhecer as dinâmicas sociais e culturais que moldam a produção de conhecimento e a valorização de determinadas expressões artísticas. Além disso, essa abordagem nos ajuda a perceber como os intelectuais se inserem em um cenário mais amplo de práticas culturais, onde suas contribuições são, ao mesmo tempo, reflexo e agente de mudanças sociais

Um dos nomes de destaque no cenário cultural brasileiro é o folclorista Gustavo Barroso, que, por meio de suas pesquisas, tornou-se amplamente reconhecido nesse meio. Conforme apresentado na imagem 1, a matéria publicada no *Correio da Manhã* (RJ) no dia 01 de julho de 1927, intitulada *Amar o nosso Folklore*, destaca sua importância e contribuição para a valorização do folclore brasileiro.

Imagem 1: Amar o nosso folk-lore⁴ - Gustavo Barroso



Fonte: Acervo Pibic 2022

4 Terminando este mal feito resumo da questão folclórica no Brasil, permiti que insista em chamar a vossa atenção para o assunto e que vos peça que o ameis. As nossas lendas e tradições, a nossa poesia popular e as nossas canções heroicas são manifestações da alma da nossa raça no tempo e no espaço. Ellas representam épocas de nossa vida e faces da nossa existencia. Ellas são, no fundo, a voz ardente ou triste, entusiasmada, ou amorosa, saudosa ou plangente, desta pátria linda e querida, cujo seio nos dar forças e cujo sol nos alumia. Amemos o nosso folklore. Gustavo Barroso (João do Norte da Academia Brasileira)

Essa publicação evidencia o papel de Barroso na tentativa de uma construção de consciência nacional através do folclore, destacando sua perspectiva de que a cultura popular é um componente essencial na estrutura da sociedade brasileira. Em seu texto, ele evoca o conceito de poesia popular, constantemente associado à construção da identidade brasileira, afirmando que essas expressões são “manifestações da alma da nossa raça no tempo e no espaço”. Essa afirmação reflete não apenas um reconhecimento da riqueza cultural do Brasil, mas também uma valorização das tradições que moldam a vivência e a memória coletiva do povo.

A ideia de que o folclore contribui para a definição da brasilidade é um tema recorrente entre outros pensadores, conforme podemos observar na imagem 2, publicado no *Diário de Notícias* (RJ) em 11 de setembro de 1938, onde o intelectual Luis da Câmara Cascudo também discute a importância das manifestações culturais na formação da nação.

Imagem 2: Pelo Folk-Lore do Brasil - Câmara Cascudo



Fonte: Acervo Pibic 2022

No texto, Cascudo enfatiza a necessidade de criar um instituto dedicado à centralização das pesquisas em torno do popular, ressaltando a urgência de coletar uma documentação confiável sobre o povo brasileiro. Essa proposta não surge isolada, ela dialoga diretamente com as discussões que muitos intelectuais vinham mantendo nesse contexto, refletindo uma crescente necessidade que se tinham sobre a importância de resgatar e valorizar a cultura popular.

O entendimento de que a pesquisa sobre o folclore e as manifestações culturais é fundamental para a construção do conhecimento sobre a identidade nacional é um ponto central nas reflexões de diversos pensadores da época. Nesse sentido, esse consenso de ideias é comum em um grupo intelectual, conforme destaca o historiador Jean-François Sirinelli (2003, p. 248),

todo grupo de intelectuais se organiza em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidades difíceis de aprender, mas o historiador não pode ignorar ou subestimar.

Essa sensibilidade é fundamental para fomentar um ambiente de colaboração e troca de ideias. Ao reconhecer a interconexão entre a pesquisa acadêmica e as práticas culturais do povo, esses intelectuais não apenas fortalecem suas próprias investigações, mas também contribuem para um projeto coletivo de interesse em comum.

Nas imagens 3 e 4, publicadas em *O Jornal* (RJ) e *Correio da Manhã* (RJ), respectivamente, também percebemos os intelectuais Manuel Diégues Junior e Orígenes Lessa também evocando os conceitos de poesia popular partindo dos mesmos pressupostos já discutidos anteriormente.

Nas imagens 3 e 4, publicadas em *O Jornal* (RJ) e *Correio da Manhã* (RJ), respectivamente, observamos que os intelectuais Manuel Diégues Júnior e Orígenes Lessa também evocam os conceitos de poesia popular, partindo dos mesmos pressupostos discutidos anteriormente. Ambos os autores compartilham a visão de que a poesia popular é uma expressão autêntica da cultura brasileira, refletindo a alma e as vivências do povo. Diégues Júnior, em suas análises, destaca a riqueza das manifestações culturais populares como elementos formadores da identidade nacional, ressaltando seu papel na construção de um sentimento de pertencimento.

Por sua vez, Lessa enfatiza a importância da literatura de cordel como um veículo de comunicação que atravessa as barreiras sociais e se conecta diretamente com as experiências cotidianas da população. Essa convergência de ideias entre diferentes intelectuais reforça a noção de que a poesia popular não é apenas uma forma de arte, mas também um importante recurso para a reflexão crítica sobre a sociedade brasileira.

Imagem 3: Poesia Popular - Manuel Diégues Junior



Fonte: Acervo Pibic 2022

Imagem 4: Um poeta popular - Orígenes Lessa



Fonte: Acervo Pibic 2022

Em suma, as contribuições de intelectuais como Gustavo Barroso, Luis da Câmara Cascudo, Manuel Diégues Júnior e Orígenes Lessa revelam a importância da poesia popular no

projeto sociopolítico da construção da identidade nacional brasileira. Suas propostas e análises destacam a necessidade de centralizar pesquisas sobre a cultura popular, reforçando a urgência de documentar e valorizar as manifestações culturais que “refletem a alma do povo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, examinamos a importância da literatura de cordel na construção da identidade nacional brasileira. A análise das contribuições de intelectuais como Gustavo Barroso, Luis da Câmara Cascudo, Manuel Diégues Júnior e Orígenes Lessa destaca como essas expressões culturais se entrelaçam com as vivências do povo, refletindo suas tradições, valores e desafios. Essa conexão profunda entre a cultura popular e a identidade nacional revela a relevância do folclore como um campo de estudo que merece atenção e valorização.

A urgência apontada por Cascudo sobre a necessidade de um instituto dedicado à centralização das pesquisas em torno do popular sublinha seus interesses em coletar e preservar documentação sobre a cultura brasileira. As ideias discutidas por esses intelectuais demonstram que a poesia popular não é apenas um gênero literário, mas um meio de comunicação que transcende barreiras sociais, conectando diferentes camadas da sociedade. Essa perspectiva reforça a necessidade de promover um diálogo contínuo entre as manifestações culturais e a produção acadêmica.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O morto vestido para um ato inaugural: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e da cultura popular.** São Paulo: Intermeios, 2013.

BARROS, Ewerton Wirley Silva. **Nos enredos do folclore: Luís da Câmara Cascudo no Movimento Folclórico Brasileiro (1939-1963).** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Campo intelectual y proyecto creativo.** Trad. J. Muñoz Delgado. *cimat. mx*, v. 88, 1966.

BURKE, Peter. O polímata: a história cultural e social de um tipo intelectual. **Leitura: Teoria e Prática**, v. 29, n. 56, p. 4-10, 2011.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. **A escrita da história**, v. 2, p. 65-109, 1982.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, vol. 5, n.10, 1992, p. 134-146.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos impressos. In:

Pinsky (org.), **Fontes históricas**. São Paulo, Sp: Contexto. 2008.

MELO, Rosilene Alves de. Do rapa ao registro: a literatura de cordel como patrimônio cultural do Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 72, p. 245-261, 2019.

MELO, Rosilene Alves de. **Intelectuais, instituições e usos da literatura de cordel no Brasil**: de literatura popular a patrimônio cultural (1913-2018). Projeto de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq/UFCG. Cajazeiras - PB, 2022.

SALES NETO, Francisco Firmino; BARROS, Ewerton Wirley Silva. Qual será nossa tarefa no Brasil? Instituições, intelectuais e estudos folclóricos nos anos 1940. *In*: COSTA, Bruno Balbino Aires da; FERNANDES, Saul. (Org.). **Capítulos de história intelectual do Rio Grande do Norte**. Natal: IFRN, 2018. p. 127-161.

SILVA, Emanuel Lucas dos Santos. **As faces de um intelectual**: trajetórias e narrativas de Átila Almeida (1974-1991). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, 2024.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

TERRA, Ruth Brito Lêmos. **Memórias de lutas**: a literatura de folhetos no Nordeste (1893-1930). São Paulo: Global, 1983.

WASSERMAN, Claudia. História intelectual: origem e abordagens. **Tempos históricos**, v. 19, n. 1, p. 63-79, 2015.

A IMPRENSA CATÓLICA E O COMBATE AO COMUNISMO: O CASO DA ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE E DO JORNAL ESTRELLA DO SUL (1930-1939)

Fabian Filatow

(Prefeitura Municipal de Esteio. E-mail: fabianfilatow@gmail.com)

RESUMO

A presente comunicação pretende analisar o anticomunismo católico através da imprensa católica produzida pela Arquidiocese de Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Para isso, utilizaremos como fonte principal o periódico Estrella do Sul. Em suas páginas analisaremos a propaganda anticomunista capitaneada pela Igreja no estado gaúcho entre os anos de 1930 e 1939, período no qual identificamos uma intensificação da campanha anticomunista na imprensa católica brasileira. Nas páginas do jornal temos a construção do inimigo que ameaçava o Brasil, a saber, o comunismo. Assim sendo, o católico foi identificado como brasileiro e a ameaça comunista com a União Soviética. Nossa proposta busca, igualmente, realizar um exercício de reflexão sobre a aplicabilidade interpretativa da concepção *identidade dos opostos* proposta por Eliana Dutra na obra *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30* (1997). Ou seja, busca-se compreender as representações e imaginários presentes no jornal sobre o comunismo o qual será o oposto a ser brasileiro, leia-se católico.

Palavras-chave: História Política; Imprensa Católica; Anticomunismo; Círculos Operários; Educação.

INTRODUÇÃO

O jornal se encontra “em dois tempos: um objetivo que interpreta o texto escrito efetivamente e outro subjetivo que precisa entender aquilo que não aparece escrito, mas é possível identificar à luz do contexto histórico”. (SOSA, p. 11-12). Assim, o estudo da imprensa necessita do reconhecimento do que está em torno dela, já que essa mesma imprensa está invariavelmente atrelada ao seu tempo histórico.

É importante lembrar que cabe ao historiador realizar “os questionamentos às fontes para extrair um significado, retirando de sua linguagem os elementos capazes de representarem determinado momento histórico” (SOSA, 2007, p. 16; 19).

Como alertou Márcia Janete Espig, “a imprensa não informa a história, simplesmente, e não basta ao pesquisador retirar de suas páginas os dados referentes ao período desejado para que possa considerar seu trabalho concluído.” (1998, p. 274), necessitamos realizar uma leitura interna, meticulosa e exaustiva dialogando com outros documentos e com o contexto no qual foi produzida esta notícia, que na época, estava inserida no cotidiano.

Assim, “a imprensa deve (...) ser pensada como uma representação construída sobre o real, sobre o qual incidem determinados filtros deformadores que cabe ao historiador determinar e equacionar em suas análises”. (ESPIG, 1998, p. 276).

Assim sendo, a proposta do presente trabalho é identificar o anticomunismo nas páginas do jornal católico *Estrella do Sul* entre 1930 e 1939. Buscamos verificar a aplicabilidade da *identidade dos opostos*, da historiadora Eliana Dutra, presente na obra *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*.¹

JORNAL ESTRELLA DO SUL: ALGUMAS NOTAS

O jornal era de propriedade do Centro da Boa Imprensa do Rio Grande do Sul. Produzido pela Arquidiocese de Porto Alegre.

Fundado em 1868 com o nome de *A Estrella do Sul*. Foi publicado até o final do século XIX, quando foi desativado. Reativado no final de 1910 com o nome *Estrella do Sul*. Nesta fase teve como redator monsenhor Nicolau Marx e o gerente cônego Cleto Benvegnú. A redação, administração e oficinas funcionavam no antigo seminário. Publicado às quintas-feiras. Funcionou até 1939, ano no qual foi extinto.

Entre os assuntos destacavam-se: a vida da Igreja na arquidiocese e no mundo; os festejos religiosos; transcrições das encíclicas e cartas pastorais do arcebispo Dom João Becker²; relatos sobre a vida de santos; reflexões sobre os evangelhos e artigos sobre a política gaúcha. Era composto por diferentes espaços: coluna da juventude, a Ação Católica; o Consultório Popular (destinado a medicina popular), entre outros.

A partir de 1930 o jornal intensificou as publicações de caráter anticomunista. Surge a campanha para apresentar a Rússia como o pior país do mundo, um país sem Deus, sem religião, o inferno na terra, indicando como único responsável o comunismo.

1 DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. Obra dedicada ao estudo da construção do imaginário político que vigorou no Brasil ao longo da década de 1930, destacando a construção da ameaça comunista.

2 Nascido na Alemanha, em 24 de fevereiro de 1870. Veio com 8 anos para o Brasil, juntamente com seus pais e vários irmãos. Fora ordenado sacerdote em 2 de agosto de 1896. Assumiu a Arquidiocese de Porto Alegre em 8 de dezembro de 1912. Depois de quase 50 anos de sacerdócio, e tendo dirigido a Arquidiocese por mais de 33 anos, que abrangem também a época conturbada de duas guerras mundiais, faleceu em 15/06/46. Guia da Arquidiocese de Porto Alegre 1986/7. Número especial da Revista UNITAS, 1986. Elaborado pelo Centro de Pastoral da Arquidiocese.

APRESENTAÇÃO DO INIMIGO NAS PÁGINAS DO JORNAL ESTRELLA DO SUL

Segundo noticiado, a presença comunista no Brasil não se restringiria a existência do Partido Comunista. No artigo intitulado “*medida preventiva que se impõe*”, o perigo comunista se fazia presente através de determinadas personalidades.

A profissão de fé bolchevista, feita por Luiz Carlos Prestes no seu estranho manifesto, não deixou de ter um efeito vantajoso. Sabido que ele gozava das simpatias de muita gente, não só no nosso Estado, como também fora dele, adquirido pela sua marcha através do Brasil; e havia uma corrente considerável que sonhava com uma revolução contra o governo federal, chefiada por Prestes, a quem se considerava por aí como um salvador da Pátria.

Ainda segundo o artigo, a ameaça se faz presente na classe operária.

Sabido é que existe aqui (...) a propaganda das ideias comunistas, e que já logrou adquirir regular número de adeptos. (...) nesta mesma capital, o Bloco Operário e Camponês, com ideias nitidamente soviéticas, chegou a concorrer às eleições de deputados (...).

Com a ocorrência da Revolução de 1930 percebemos uma tentativa de aproximação por parte da Igreja com o novo governo. A Igreja Católica do Rio Grande do Sul, através de seu arcebispo, declarou apoio à causa.

O grande triunfo da Revolução despertou um jubilo indizível no meio da população riograndense. (...) A Revolução Nacional conseguiu, rapidamente, uma vitória estrondosa, que culmina na formação de um governo provisório, que será chefiado pelo benemérito presidente do Rio Grande do Sul.³

Segundo o Sérgio Micelli, foram muitos os investimentos feitos pela Igreja Católica desde a separação, ocorrida em 1891 entre Estado e Igreja, para que “*a corporação eclesiástica pudesse vir a exercer o grau de capacidade de pressão como vem atuando desde 1930-35.*”⁴

Corroborando a assertiva de Micelli, temos publicado no jornal aqui analisado a crítica efetuada pela Igreja Católica do Rio Grande do Sul sobre a separação entre Estado e Igreja, a qual alegou que em 1891 foi imposta ao país uma Constituição imperfeita: “*Pois bem! A este Brasil católico e cristão foi imposta uma constituição imperfeita, sem rei e sem Deus, segundo as ideias de uma escola de poucos adeptos e contra as tradições religiosas de muitos séculos.*”⁵

3 Estrella do Sul, 09/11/30, “A Religião Católica e o atual momento. Vibrante discurso do exmo. sr. Arcebispo Metropolitano, no Te-Deum, D. João Becker”, p. 1.

4 MICELLI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988, p. 154.

5 Estrella do Sul, 09/11/30, p. 1.

A Revolução de 1930 possibilitou uma oportunidade de reaproximação. O clero gaúcho ocupou o posto de capelão entre as tropas revolucionárias, fato também noticiado no jornal da arquidiocese, “*O clero, em razão de sua missão social, e religiosa, está ao lado do povo. Por isso, grande número de capelães militares nomeados pelo governo e apresentados pela autoridade eclesiástica, acompanham as nossas forças.*”⁶

A busca pela reaproximação estava impressa no jornal, no qual Dom João Becker declarou seu apoio à revolução, publicando as correspondências trocadas entre o arcebispo e Getúlio Vargas.

Aceite v. ex. minhas calorosas congratulações e cumprimentos fulgurantes triunfo. Meus votos se realizaram. Regenerador da Republica surgiu do meio nosso heróico povo gauchó. Partiu do alto nossas coxilhas verdejantes. Chegou Rio sob as bênçãos da Igreja e aplausos delirantes da Nação. Parabéns. - (a) João, arcebispo de Porto Alegre.⁷

Vargas, em resposta, escreveu: “*D. João Becker, Arcebispo de Porto Alegre - Palácio Catete, 5-11-30, 21 horas - Sinceros agradecimentos pelas vossas congratulações, que refletem no seu entusiasmo a nobre atitude do clero riograndense. - (ass.) Getulio Vargas*”⁸.

A Igreja Católica se apresentava como defensora dos direitos da família, do operariado e da educação contra a ameaça comunista na década de 1930. Nesta defesa, o comunismo soviético ocupou o posto de inimigo no discurso católico.

O jornal apresentou uma definição do que seria o comunismo, na qual construiu uma identidade dos opostos. “*O que é o bolchevismo em nossos dias senão a cultura de satã, a destruição do pudor, a anulação da família, o descalabro da sociedade e a anarquia completa do mundo?*”⁹

Outro recurso utilizado para identificar o comunismo soviético com o maléfico, dava-se na publicação de supostos casos de barbárie e degradação moral, incluindo a presença de crianças, “*por um prato de comida prostituem-se meninas de oito a dez anos. Registram-se casos de rapazes antropófagos que trucidaram e comeram camaradas órfãos*”¹⁰.

A Igreja não deixou de se posicionar e condenou os grupos brasileiros que se opunham a nova política do país, que eram contrários ao governo provisório de Vargas, passando a identificar a oposição – partidos políticos, movimentos e indivíduos – com o comunismo. Caso exemplar foi o de Prestes: “*Luiz Carlos Prestes, lançou um manifesto declarando-se em desacordo com a revolução, porque ela não foi comunista e reafirma as suas ideais soviéticas.*”¹¹ O

6 Estrella do Sul, 02/11/30, p. 3.

7 Estrella do Sul, 16/11/30, p. 1.

8 Estrella do Sul, 16/11/30, p. 1.

9 Estrella do Sul, 25/05/30, p. 1.

10 Estrella do Sul, 29/06/30, p. 1.

11 Estrella do Sul, 30/11/30, p. 3.

discurso anticomunista presente no jornal se efetuou de maneira a atacar a URSS, mas podemos identificar este ataque também aos movimentos e partidos do Brasil.

É o caso da Aliança Nacional Libertadora identificada como agente do comunismo no país.

A grande maioria dos chefes aliancistas pertencem ao Partido Comunistas, como por exemplo, o sr. Luíz Carlos Prestes, que o declarou publicamente e categoricamente na carta que dirigiu ao comunista Mercolino Casardo, um dos fundadores da Aliança. (...) de fato, a Aliança é uma máscara especialmente preparada pela Internacional Comunista (...) ¹². (...) os aliancistas se confundem com os comunistas, ou melhor, que eles são os mesmos indivíduos. A Aliança é o comunismo sob um nome diferente. (...) ¹³.

Em 1935 o inimigo já estava identificado e a ocorrência do Levante Comunista contribuiu com a identificação do inimigo, pois com ele se efetuou a materialização do inimigo.

A AMEAÇA COMUNISTA RODA O OPERARIADO, A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO

O jornal Estrella do Sul foi um veículo utilizado nas disputas políticas do seu tempo e contexto histórico, dentre as quais destacamos as disputas eleitorais daquele período da história brasileira. A criação da Liga Eleitoral Católica (LEC), em 1932 ¹⁴, visou orientar os eleitores católicos a dirigirem seu voto aos candidatos que se identificam com posturas favoráveis as ideias da Igreja. O apoio deveria ser dado àqueles que se posicionam favoráveis as intenções da instituição e que se opunham a legalização do divórcio, do ensino laico, entre outros pontos. ¹⁵

OS OPERÁRIOS

Artigos publicados no jornal faziam referência aos operários no mundo comunista soviético. Era uma denúncia sobre os horrores vivenciados pelo operariado sob o regime comunista.

Era uma verdadeira caçada humana, sem piedade alguma, contra camponeses que procuravam passar a fronteira e abandonar o tão gabado paraíso soviético. (...) ‘Todas as noites se ouvem tiros de fusil e por semanas inteiras ficam os cadáveres sobre o gelo. É a ‘Tcheka’ que mostra aos habitantes da fronteira e, por meio deles, ao mundo inteiro, o verdadeiro aspecto do governo que a si mesmo se chama de ‘governo da ditadura proletária’. É do país onde se constrói o Estado socialista que fogem em massa os infe-

12 Estrella do Sul, 11/07/35, p. 3.

13 Estrella do Sul, 18/07/35, p. 4.

14 Confira Estrella do Sul, 12/06/32, p. 1.

15 “O voto dos católicos há de ser dado aos candidatos que, pelo programa partidário desfraldado oficialmente, nos garantam uma legislação favorável. Claro está que partidos que apresentem injuriadores do nosso Arcebispo e do clero, não estão nestas condições, não podem merecer a confiança do eleitorado católico”. Estrella do Sul, 13/09/34, p. 4.

lizes cidadãos e é contra eles que o governo envia, como última saudação socialista, balas de fuzil. (...) Nós denunciaremos esta barbárie ao mundo inteiro e apelamos à classe operária. O governo soviético tem ensanguentado precisamente as águas daquele rio que deveria separar o país da exploração capitalista, do país da liberdade revolucionária.¹⁶

Podemos identificar a utilização da identidade dos opostos na construção anticomunista no artigo. Os operários soviéticos foram apresentados como massa de exploração, como prisioneiros no regime comunista. Os operários pouco tinham para comer. Era dado uma pequena ração que deveria servir para o mês todo¹⁷. Os descontentamentos dos operários frente a realidade do dito paraíso soviético também foi abordado no jornal,

O ‘Udarnik Uglia’, no seu número 7, diz que as condições de alimentação e habitação dos mineiros russos são catastróficas. (...) No número 12 do mesmo jornal operário. Na mina de ‘Golubowka’ os salários dos mineiros quase sempre são pagos com grande atraso, de tal forma que em fins de janeiro de 1932 ainda não se haviam pagos os salários de dezembro anterior.¹⁸

E ainda, apresentou um relato como legitimação: “*Eu tenho visto a alimentação dos pobres operários nos restaurantes do governo: causava nojo - e, ao dizer isto, o semblante de Herrera traduzia indignação e horror - era uma comida indigna de cães e porcos.*”¹⁹ Por fim, destacamos uma reportagem que abordou a vida operária na Rússia Soviética, onde identificou Stalin como o ídolo e que no momento de necessidade clamavam por Deus.

Por toda a parte são numerosos os famintos e mendigos, as mulheres que abandonam suas crianças pelas estradas. (...) Conseguir o pão é uma tortura, pois com o pequeno pedaço comprado devo passar por duas filas de mãos famintas, com os rostos macilentos, a qual nos braços esqueléticos tem crianças que gritam e choram, ou então em meio de velhos a cair, que imploram a todos ‘por piedade, em nome de Jesus Cristo’ um pedacinho de pão (é curioso gritarem em nome de Deus que aprenderam a negar, e não em nome de seu ídolo, Stalin!)²⁰.

Na construção da identidade dos opostos, a Igreja gaúcha investe nos Círculos Operários para “proteger” os operários do avanço das ideias comunistas. Declarava estar na defesa dos interesses materiais dos trabalhadores, dos interesses intelectuais e morais dos mesmos e de suas famílias²¹. Na capital gaúcha, o C.O.P.A. (Círculo Operário Porto Alegre)²², foi inau-

16 Estrella do Sul, 29/04/32, p. 1.

17 Confira Estrella do Sul, 19/06/32, p. 1.

18 Estrella do Sul, 18/09/32, p. 1.

19 Estrella do Sul, 16/02/33, p.1.

20 Estrella do Sul, 21/09/33, p. 4.

21 Estrella do Sul, 07/12/33, p. 1.

22 Os círculos operários surgiram na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, a 15 de março de 1932. Tinha como proposta uma ação além do “meramente material”, dirigida à assistência aos operários e capaz de lhes proporcionar uma formação social e espiritual. Os círculos nasceram como uma das expressões da longa trajetória da Igreja; são, portanto, parte integrante de um aparato doutrinário, insti-

gurado em 28 de fevereiro de 1934. Acontecimento que recebeu ampla cobertura do jornal da arquidiocese,

A organização do C.O.P.A está em franco progresso. Em 28 de fevereiro foi instalado o primeiro núcleo do Círculo no bairro de Petrópolis, o qual está já em pleno funcionamento, tendo já um curso noturno com 35 alunos para os associados.

No dia 15 do corrente foi inaugurado o núcleo de S. João, o qual no dia 27 iniciou o seu curso noturno. No dia 25 realizou-se a primeira reunião geral ordinária de sócios, tendo-se desenrolado um programa de caráter informativo, instrutivo e diversivo. No dia 27 deste mês, realizou-se a instalação do núcleo Navegantes tendo como sede provisoriamente, o colégio paroquial.²³

A FAMÍLIA

Foram publicados artigos apresentando o comunismo soviético como maléfico, visando apenas a destruição das famílias.

Há, (...) uma causa (...) que, (...) supera todas as outras: a desagregação da família, que na Rússia chegou ao fundo do mais trágico abismo. Na dispersão das crianças e no seu embrutecimento tem enorme responsabilidade o governo bolchevista, que conspurcou com os seus princípios a santidade do lar. O bolchevismo profanou a família transformou as casas em outros tantos covis, onde o homem se entrega aos instintos bestiais, onde a mulher é um instrumento de prazer, onde os filhos estão marcados das consequências das aberrações paternas e abandonam iguais a animais o feto natal para se entregarem à vida das estradas.²⁴

A crítica da Igreja atacava o divórcio, tema que estava em discussão no Brasil naquele período.

O divórcio, na Rússia, não exige quaisquer formalidades: basta entrar na repartição do registro civil e manifestar o desejo de se divorciar, para estar roto o matrimônio. Há indivíduos que se divorciaram sessenta (60!) vezes, dois irmãos, em Moscou, trocaram as mulheres depois de dois meses de convivência; há casos em que indivíduos obtiveram dois e até três divórcios no espaço de 24 horas.²⁵

tucional e simbólico elaborado desde o século XIX, por meio do qual a instituição reivindicava para si a representação do social e almejava “tornar-se povo”. É emblemático o fato de que o circulismo tenha nascido exatamente numa região marcada pela presença de um clero europeizado e pelas mãos de um padre jesuíta, padre Leopoldo Bretano, diretor espiritual dos alunos do Ginásio Jesuíta e da Congregação Mariana dos Homens. É, assim, produto de um catolicismo romanizado e por isso pode-se de imediato concluir que estava profundamente enraizado no movimento de revitalização católica que marcou (...) a história da Igreja mundial – e especialmente a brasileira –, e que respondeu ao chamado da *Quadragesimo anno* e aos desafios impostos pela conjuntura política criada no Brasil a partir dos anos 1930. (SOUZA, 2002, p. 186).

23 Estrella do Sul, 26/04/34, p. 1.

24 Estrella do Sul, 04/10/31, p. 1.

25 Estrella do Sul, 04/10/31, p. 1.

EDUCAÇÃO

Na década de 1930 a Igreja estava envolvida na luta contra a laicização do ensino. Através das páginas do jornal temos a busca por relacionar os males que ocorriam na União Soviética com o ensino deixado sob os cuidados do Estado. A seguir destacamos uma exemplificação das publicações do jornal.

Mas para guerrear com Deus é preciso extingui o pudor já na alma da criança. E isto vem efetuando o bolchevismo já ha muitos anos. As crianças (...) são arrancadas desapidadamente ao seu amor [de suas mães]. Para que? Para receberem do Estado uma educação que é a aberração de toda a lei moral. Obrigam meninos e meninas a dormirem em dormitórios comuns; (...) premiam aos meninos que seduzirem meninas. Deste “paraizo” da educação comunista passam para o banco das aulas. As crianças, sem temor de Deus e com o coração corrompido, dão-se ao vicio (...) do álcool (...).²⁶

Fica evidnete a identificação do ensino laico com o comunismo. A família teria por finalidade apenas a reprodução de novos contingentes para servirem os propósitos do comunismo, mas a educação destes novos membros seria de responsabilidade do Estado bolchevista.

Percebe-se a tentativa de identificar ensino laico no Brasil como um caminho para comunismo. Assim, o católico foi convocado a combater o ensino laico. Novamente teremos uma identificação entre os opostos. Católico defende o Brasil do comunismo. Já aqueles que são favoráveis ao ensino laico estariam identificados com o comunismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando um fechamento, acreditamos ser produtiva a aplicabilidade da identidade dos opostos. A campanha anticomunista católica aqui analisada através do jornal Estrella do Sul, deixou evidente que ser católico estaria identificado com ser brasileiro. Ser brasileiro estaria em desacordo com o comunismo. Se o comunismo era exposto como o promovedor do divórcio e do ensino laico, ser católico (brasileiro) seria se opor a proposta de tornar o ensino uma responsabilidade do Estado.

Acreditamos ser possível a utilização da identidade dos opostos como instrumento de análise na construção de imaginários, inclusive os imaginários políticos.

FONTE

Jornal Estrelia do Sul (1930-1936). Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – RS.

26 Estrella do Sul, 25/05/30, p. 1.

REFERÊNCIAS

- BECKER, João. **O Comunismo Russo e a Civilização Cristã**. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1930. (19ª Carta Pastoral)
- BECKER, João. **O Laicismo e o Estado Moderno**. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1931. (21ª Carta Pastoral)
- BECKER, João. **Sobre o Estado Brasileiro**. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1933. (23ª Carta Pastoral)
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In.: FAUSTO, Bóris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1986, vol. 11.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DIHEL, Astor Antônio. Os círculos operários no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: **EDIPUCRS**, 1990.
- DUTRA, Eliana de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997.
- ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre: **EDIPUCRS**, v. 24, n.2, 1998.
- HERNANDEZ, Leila M. G. **Aliança Nacional Libertadora - Ideologia e Ação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia**. Regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- ISAIA, Artur Cesar. Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: **EDIPUCRS**, 1998.
- MICELLI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão: A revolução mundial e o Brasil 1922-1935**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Prestes e a Aliança Nacional Libertadora. In: FAUSTO, Bóris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**, v. 10.
- SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- SOSA, Derocina Alves Campos. **A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007.
- SOUZA, Jessie Jane Vieira. **Círculos operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

REVISTA CINE LIBRE: A SÉTIMA ARTE E OS CAMINHOS PARA A REDEMOCRATIZAÇÃO NA ARGENTINA (1980)

Guilherme Cardoso Caldeira
(UFMG. E-mail: guilhermecaldeira000@gmail.com)

RESUMO

Cine Libre foi criada e editada por Mario Sábato, renomado diretor argentino, e circulou na Argentina entre 1982 e 1984. A revista propunha discutir a conjuntura que o cinema nacional ocupava em uma sociedade argentina permeada pela ditadura militar (1976-1983) e pelo período de transição democrática. Contava em seu corpo editorial com diversos diretores importantes para o cinema argentino, como Raúl de la Torre, Alejandro Doria, Alberto Fisherman, René Mugica, Sergio Renán e Ricardo Wulicher. Buscaremos, neste trabalho, por meio da análise dos editoriais e das seções do periódico, apresentar os caminhos que a revista *Cine Libre* trilhou ao abordar temáticas como o estabelecimento da censura nos meios de comunicação e nas artes, o incentivo à produção local, a escassez de circulação e a produção e distribuição de obras cinematográficas de países vizinhos da América Latina. Também discutiremos a importância de arquivos, produções críticas, historiográficas e teóricas sobre a produção do cinema nacional/regional. Analisaremos como a revista pensava o projeto de organização de um novo cinema, abordando temas como liberdade e financiamento, e também a confecção de um novo projeto estético para o cinema argentino, isto é, a sua forma. Diante disso, refletiremos sobre sua proximidade e ligação com o movimento *Nuevo Cine Latinoamericano*, movimento que constituiu a maturidade ideológica e estética da atividade cinematográfica latino-americana e que assumiu um importante papel político e social, assim como a revista se propunha fazer. Segundo Horacio Tarcus (2020), o uso de revistas como fonte e objeto de pesquisa tem mérito em fornecer grande potencialidade para analisar contextos complexos. Assim, o uso do “giro material” oferece um rico acesso aos programas e agendas das revistas, pois, ao dar mais atenção aos índices, à materialidade e a “sintaxe da revista”, abrem-se novos caminhos para a pesquisa.

Palavras-chave: revista *Cine Libre*; Ditadura argentina; cinema; *Nuevo Cine Latinoamericano*.

INTRODUÇÃO

A América Latina é um continente de revistas. Essa conceituação é apresentada pelo historiador Horacio Tarcus em seu livro “*Las revistas culturales latinoamericanas: Giro material, tramas intelectuales y redes revisteriles*” (TARCUS, 2020, p. 17). O autor afirma que esse modelo de publicação esteve presente em nosso continente desde a formação dos Estados

nacionais, visto que os processos de independência exigiam a fundação de uma imprensa política de caráter patriótico, com o intuito de garantir legitimidade diante da sociedade. Nesse sentido, a formação de associações civis e um intenso processo de alfabetização e escolarização na América Latina fomentaram o crescimento desse gênero no século XIX e sua completa dominância nos espaços intelectuais no século XX. Entretanto, o que conhecemos propriamente como revistas culturais — e aqui usamos uma definição do próprio Tarcus (2020, p. 24), que caracteriza revistas culturais como agentes de profundas intervenções nos espaços culturais, onde se posicionam e criam suas próprias agendas diante dos debates culturais emergentes de seu tempo — só começaram a surgir ao longo do século XX, em seus múltiplos e variados formatos e temáticas.

Entre as inúmeras revistas que surgiram ao longo do século XX, encontra-se a revista *Cine Libre*. Publicada entre 1982 e 1984, ela atuou em uma conjuntura de censura e autoritarismo marcada pela última ditadura militar argentina (1976-1983), até o início do processo de redemocratização. Sob esse viés, a revista se constituiu em um espaço dinâmico de debates e circulação de ideias sobre o cinema argentino e latino-americano, posicionando-se de maneira combativa a favor da liberdade de expressão, dos direitos humanos e de uma abertura democrática.

Nesse sentido, buscaremos, neste trabalho, apresentar a atuação e a história da revista. Por meio de uma leitura teórica-metodológica, apoiada em autores como Horacio Tarcus (2020), Beatriz Sarlo (1992), Alexandra Pita González e María del Carmen Grillo (2015), exploraremos os editoriais, as seções e a materialidade da revista, com o objetivo de demonstrar seu caráter de resistência cultural em um período de intensas mudanças sociais e políticas.

REVISTA *CINE LIBRE*

Cine Libre, como já mencionamos, foi uma revista cultural argentina criada e editada pelo cineasta Mario Sábato, tinha o objetivo de fomentar os diálogos sobre a deterioração que o cinema nacional enfrentava. O nome *Cine Libre*, como consta no editorial do seu primeiro volume, publicado em outubro de 1982, faz referência à memória de um cinema adolescente que deixou de amadurecer e desapareceu sem glórias e espólios. Intitulado “*Algo que nos pertenece*”, o referido editorial, escrito por Mario Sábato, expõe que o objetivo da revista é alcançar os outros para mostrar uma visão, um sonho, uma esperança, mas, sobretudo, o caminho para a liberdade na sétima arte e na sociedade. Contudo, para que esse desejo se materializasse, era necessário combater primeiro o pensamento autoritário, os tutores da moral, os interesses econômicos malféficos e os governos que não prezam pela liberdade de expressão.

Ao longo de três anos de atividade da revista, foram publicados sete volumes com uma média de 60 a 70 páginas cada. Também foram lançados, sob esse selo, dois dossiês, que possu-

íam um formato diferente dos volumes principais, pois tinham um objetivo mais historiográfico de construção da memória da história do cinema argentino. Embora nos índices conste que o periódico tinha publicação mensal, a periodicidade da revista era descontínua, com a publicação de apenas sete volumes em três anos.

A publicação tinha como sede o escritório da Editorial Legasa, localizado no bairro Caballito em Buenos Aires. A Editorial Legasa é um selo originário de San Sebastián, no País Basco, Espanha. De acordo com a pesquisadora Mariana Barcellona, diante do sucesso do selo editorial no território basco, os donos tiveram como objetivo expandir sua influência literária para a América Latina, abrindo editoras no México e na Argentina. Ademais, Barcellona destaca o panorama em que esse editorial se estabeleceu em terras argentinas:

La aparición de Legasa en el campo editorial argentino se da en el marco de la transición democrática, es decir, el proceso cultural y político que tiene lugar en Argentina antes, durante y después de las elecciones presidenciales de 1983, que marcaron el fin de la última Dictadura Militar (1976-1983). Este hecho es, en cierta medida, determinante a la hora de entender su perfil editorial, ya que Legasa priorizará en la construcción de su catálogo literario y de comunicación la publicación de autores y obras censuradas durante la dictadura o editadas en el exilio. En el año 1981 aparecieron las primeras publicaciones de la editorial, que se mantendrá activa hasta mediados de la década de los noventa, cuando dejó de publicar ante la imposibilidad de sobrellevar con éxito la crisis hiperinflacionaria. (BARCELLONA, 2020, p. 1-3)

Nessa perspectiva, ao longo de sua existência, a revista *Cine Libre* foi financiada pela Editorial Legasa e, graças a isso, conseguiu se manter em atividade por três anos, por meio de numerosas publicidades. Em uma entrevista realizada para o autor deste artigo, o redator da revista, Alan Pauls, destacou que:

“En ese momento había muy poca prensa crítica cinematográfica, y Mario pensaba que una revista podía funcionar como articulador para diversas fuerzas que — debido a los años de dictadura — estaban dispersas o en retirada: el cine argentino, la crítica, cierto debate estético-político, cierta militancia democrática, etc. Mario (que era amigo de mi padre) sabía que yo era periodista y que me interesaba mucho el cine, así que me llamó para que fuera el secretario de redacción de la revista. En rigor, yo hacía prácticamente todo: escribía artículos, editaba textos de otros, titulaba, etc. Mario dirigía y Jorge Lafforgue (un crítico literario y editor muy importante) oficiaba de jefe de redacción, aunque era un papel más bien simbólico. Lafforgue era clave porque trabajaba como editor en la editorial Legasa, que fue la que financió la revista todo el tiempo que duró” (Entrevistado: Alan Pauls).¹

Tarcus disserta em seu texto, já citado, que as revistas são, por definição, programáticas e coletivas, nas quais intelectuais que desejam comprometer sua profissão com a esfera pública se inserem. Diante disso, as revistas são veículos privilegiados para a inserção de coletivos

1 Entrevista de pesquisa concedida no dia 27 de junho de 2024, via email.

intelectuais que buscam utilizar suas ferramentas profissionais para produzir intervenções no espaço público. Assim, as revistas, ao mesmo tempo em que geram esses coletivos, também conferem coesão e contribuem para a formação de suas identidades (TARCUS, 2020, p. 21-23).

Essa estruturação se mantém em *Cine Libre*, visto que a revista possui um conselho editorial muito extenso e destacado. Grandes nomes do cinema argentino e do mercado editorial estão na lista de conselheiros editoriais, redatores e colaboradores da revista. Para exemplificar, mencionamos os cineastas Raúl de la Torre, Alexandro Doria, Alberto Fisherman, René Mugica, Sérgio Renan, Ricardo Wulicher, Fernando Birri e Bebe Kamin, além do escritor Alan Pauls e do crítico literário Jorge Lafforgue.

Outrossim, é importante historicizar a conjuntura em que a revista se encontrava, uma vez que é difícil construir uma narrativa histórica sem contexto. Com o golpe de 24 de março de 1976, que depôs a então presidenta Isabelita Perón, uma Junta Militar tomou o poder e desencadeou um regime pautado na desindustrialização, no endividamento externo, na autolegitimação, na centralização do poder nas mãos dos militares, com participação direta de civis oriundos das elites nacionais, e no Terrorismo de Estado (NOVARO; PALERMO, 2007).

Nesse contexto, o cinema também passou por profundas transformações e interferências políticas. Octavio Getino (1998, p. 36), cineasta e estudioso da história do cinema argentino, nomeia o período de 1974 a 1982 como “*La noche del cine argentino*”. Marcado por ataques à liberdade de expressão e à cultura, medidas como o congelamento da lei de cinema², a restrição ou paralisação das organizações sindicais da indústria, a censura e a proibição de filmes, bem como a diminuição do número de filmes produzidos e a degradação da qualidade cinematográfica, tornaram-se mais constantes e intensas.

Além disso, havia a mecanização estatal da censura das artes e das redes de comunicação por meio da Lei 18.019, conhecida como Lei da Censura, que impunha diretrizes opressivas contra a liberdade de expressão e artística. Exemplificando esse cenário, foram produzidos apenas 17 filmes em 1982 e 18 filmes em 1983, ilustrando o maior declínio da indústria filmica da história da Argentina (GETINO, 1998, p. 39-42)

Todavia, essa deterioração do cinema provocou uma onda de tentativas de mudança a partir de 1981, inclusive no setor cinematográfico. Getino destaca a produção “*Tiempo de revancha*” (1980), de Adolfo Aristarain, que, segundo o autor, é “*una lúcida alegoría de la situación de violencia y represión padecida en el país; junto con ello, el film demostraba un inteligente y maduro tratamiento narrativo*” (GETINO, 1998, p. 39). É interessante destacar que a primeira

2 Projeto de lei elaborado entre 1973 e 1974 que propunha um maior nível de intervenção do Estado na indústria cinematográfica. Entre as medidas estavam: questões de produção, distribuição e exibição através de empresas e atividades próprias; incentivo à produção industrial privada e obrigação de distribuição estrangeira processar suas cópias em laboratórios nacionais; aumento na exibição de filmes argentinos; regionalização da produção; estímulo à construção de circuitos de produção e utilização cinematográfica em nível popular; maior formação de técnicos e cineastas; circuitos de difusão na América Latina; aumento das co-produções no espaço de língua espanhola (GETINO, 1998, p. 34-36).

matéria publicada na revista é uma reportagem com o diretor Adolfo Aristarain, na qual o cineasta defende a importância de ter uma ideologia para divulgar seu ponto de vista, e também dos vários pontos de vista existentes (*CINE LIBRE*, 1ª Ed., 1982, p. 3-7, 46-47).

Outro aspecto de destaque nessa tentativa de modificação da realidade são as movimentações das principais organizações sindicais de trabalhadores, diretores e atores da indústria cinematográfica argentina. Por meio de passeatas, manifestações e cartas abertas, esses grupos produziam pressão, protestando contra a censura e lutando pela abertura democrática (GETINO, 1998, p. 39-40). A revista *Cine Libre* endossava esse discurso ao publicar, na sua primeira edição, em outubro de 1982, uma parte da carta redigida pela DAC - Directores Argentinos Cinematográficos³, que refletia sobre a catástrofe moral que perdurava no país e clamava por um despertar por parte dos diretores frente à crise, bem como pela formulação de soluções urgentes.

A organização DAC dirige aos seus membros a tarefa de lutar contra a censura do pensamento e das criações regidas pelo governo ditatorial. Ela pede pela volta dos diretores que vivem em exílio, pela visibilidade de obras censuradas e, sobretudo, pela reconstrução nacional. Finaliza afirmando que as ações nessa tentativa de redemocratização do cinema devem partir dos cineastas e da própria sociedade; ou seja, a construção nacional deve ser feita pelos próprios argentinos. É notável comentar que a maioria dos participantes e colaboradores da revista eram diretores e membros da DAC (*CINE LIBRE*, 1ª Ed. p. 64).

Além disso, a revista publica em sua terceira edição, lançada em 1983, uma matéria cobrindo a Marcha pelo Cinema Nacional, que nasceu da iniciativa de diversas entidades representativas do cinema argentino, entre elas o DAC. A marcha teve grande êxito, pois, diante do imenso clamor, o local da manifestação foi mudado para a Casa Rosada (casa presidencial). Durante a marcha, os militantes pediam a abolição da censura, o cancelamento das sinistras listas negras de perseguição à liberdade do trabalho, o fim da ditadura militar e a reativação da indústria cinematográfica, entregando à Casa do Governo uma lista com suas exigências e os motivos da crise do cinema nacional (*CINE LIBRE*, 3ª ed., p. 43-45). É interessante analisar também que a capa e o destaque da terceira edição são, precisamente, uma fotografia dos marchadores. A respeito dessa manifestação de resistência, Getino observa que:

Precisamente contra esa censura y en defensa del cine nacional, las principales organizaciones gremiales de trabajadores, directores y actores convocaron en diciembre de 1982, a través de la Comisión de Movilización de la Industria Cinematográfica Argentina a una de las primeras manifestaciones realizadas por la gente de cine frente a la Casa de Gobierno (GETINO, p. 39).

De acordo com a historiadora Beatriz Sarlo (1992, p. 9-14), as revistas são um “banco de provas”, pois sua sintaxe é moldada pela vontade de intervir na conjuntura em que estão

³ Os diretores, por meio da sua organização, o DAC, emitiram esta carta em junho de 1982 (GETINO, 1998, p. 39).

inseridas. Além disso, elas buscam garantir seu poder de atuação e transformação diante dos acontecimentos sociais, culturais e políticos de seu tempo. Nesse sentido, a revista *Cine Libre* se compromete, por meio de sua programação, a destacar os dinâmicos e múltiplos processos que envolvem o cinema nacional em seus editoriais, índices, seções e organização. Sarlo acrescenta que as revistas são uma fonte privilegiada na construção do que hoje conhecemos como História Intelectual.

UM NOVO CINEMA LATINO-AMERICANO

Composta por diversos cineastas em seu conselho e grupo de colaboradores, a revista expressa as definições sociais e políticas de seus membros, tornando-se, assim, um “laboratório de ideias” onde se experimentam propostas estéticas e posições ideológicas (SARLO, 1992, p. 9-14). Dessa forma, há uma ligação entre a revista *Cine Libre* e o movimento *Nuevo Cine Latinoamericano* (NCL). Fábian Núñez (2007, p. 17-18), em sua tese de doutorado, afirma que o NCL representa a maturidade ideológica e estética da atividade cinematográfica latino-americana. Segundo o historiador, esse movimento assume um status elevado de reconhecimento artístico e de papel político, abordando temas como: incentivo à produção local, luta contra a escassa circulação e distribuição de produções filmicas de países da América Latina, e construção de diálogos sobre a importância de arquivos e produções críticas, historiográficas e teóricas sobre a produção nacional/regional

Da mesma forma, a Revista *Cine Libre*, em seus volumes, dialoga também com esses temas. Por exemplo, apesar de dar bastante foco ao cinema nacional e à luta contra as mazelas ditatoriais, a revista se compromete a criar pontes com os cinemas dos países vizinhos. O crítico alemão e conselheiro da revista, Peter B. Schumann, traz, do segundo ao último volume da revista, uma coluna fixa que tem como objetivo explorar os cinemas da América Latina. Portanto, há matérias analisando sob múltiplos ângulos as complexidades dos cinemas da Nicarágua, de El Salvador, de Cuba, da Bolívia, do Peru e do México. Além disso, há seções que trabalham as relações com o cinema estadunidense (Hollywood), com o cinema espanhol, com o cinema russo e com os festivais de cinema internacionais.

Além disso, na segunda edição da revista, publicada em 1982, há uma matéria sobre Fernando Birri e a Escola Documental de Santa Fé. O texto é escrito por Mario Sábato, que descreve a experiência de Birri como um modelo de distanciamento da cultura de subdesenvolvimento e dependência, contribuindo para a formação da atual consciência cinematográfica latino-americana. Nesse sentido, Núñez disserta que:

A historiografia consolidada sobre o NCL valoriza como ponto de partida a criação da chamada Escola Documental de Santa Fé, Argentina, por Fernando Birri (1925-), em 1956. Após regressar de Roma, Birri funda o Instituto de Cinematografia da Universidad Nacional del Litoral (U.N.L.), constituindo-se em um polo aglutinador de jovens oriundos de todo o país

(e do resto do subcontinente) para estudar cinema. A chamada Escola de Santa Fé não é a primeira escola de cinema na Argentina, mas é considerada a primeira mais importante pela historiografia, por seu ensino estar assentado sobre os princípios neorrealistas e preocupado, desde a sua fundação, em fazer e pensar um cinema voltado para a realidade subdesenvolvida latino-americana. (NÚÑEZ, 2007, p. 19).

Núñez acrescenta que “há uma cobrança aos realizadores latino-americanos do que passou a ser entendido como algo inerente ao universo latino-americano: a militância política” (NÚÑEZ, 2007, p. 17). Nesse sentido, a revista *Cine Libre* assume esse papel diante do panorama da ditadura de 1976, apesar de ressalvas e divergências. Na entrevista por e-mail concedida ao autor do artigo, o redator Alan Pauls fala sobre essa experiência:

“Digo en la medida de lo posible porque mi gusto no coincidía demasiado con el de Mario. Él enarbolaba la bandera de un “nuevo nuevo cine latinoamericano” que yo francamente no compartía, en parte porque me parecía que era una remake poco entusiasta del NCL de los 60-70, en parte porque sus autores me parecían inexistentes o francamente mediocres. Yo no creía que la fe política, y menos la fe política democristiana, pudiera producir un movimiento cinematográfico o de crítica o de reflexión sobre el cine demasiado consistente. Yo venía más bien de una especie de *cahierismo* (por los *Cahiers du cinéma*) a la argentina, una reflexión más específica sobre el cine como lenguaje y como práctica. Eso hizo que Cine libre fuera un poco un híbrido. No estaba mal para el momento que vivía el país, dado que sirvió para empezar a discutir problemas y hacer visible una “agenda” y dar espacio a las voces de directores y guionistas, pero creo que la revista nunca pudo superar un eclecticismo estético e ideológico que la volvía un tanto inconsistente” (Entrevistado: Alan Pauls).

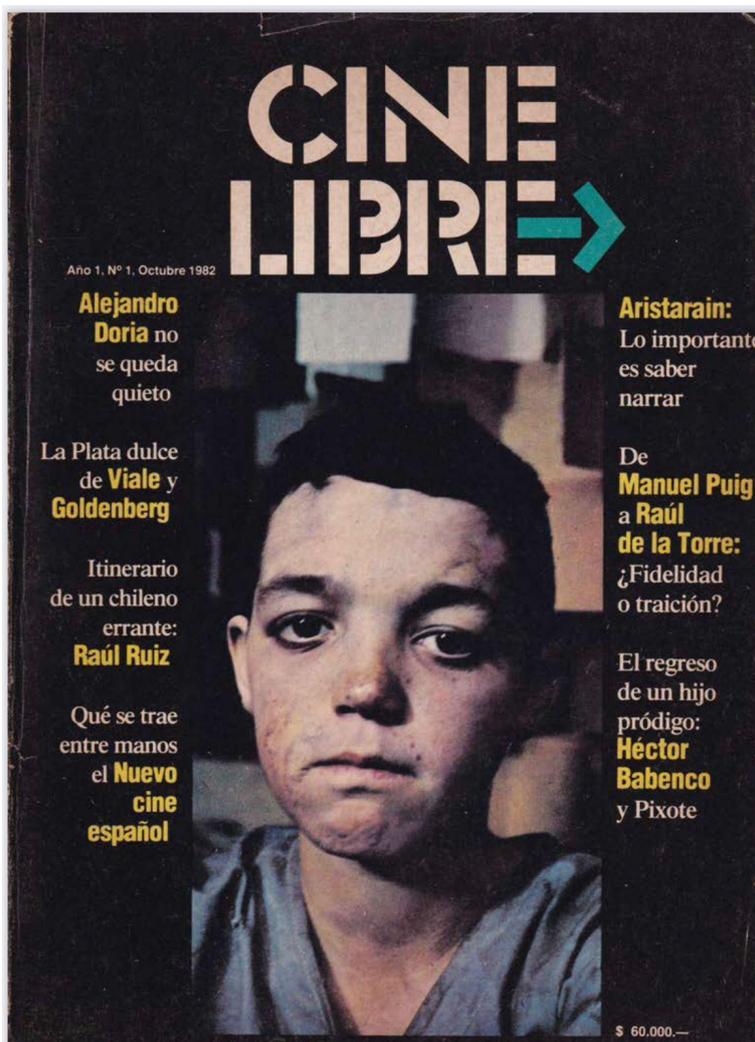
Sendo assim, dadas as informações expostas, fica clara a relação entre a revista *Cine Libre* e seus membros com a vertente do Nuevo Cine Latinoamericano e a formulação de uma nova estética cinematográfica, uma temática que requer um aprofundamento maior em trabalhos futuros.

MATERIALIDADE

Tarcus caracteriza as revistas como artefatos culturais extremamente complexos e multidimensionais, e não meros suportes textuais. Para fazer uma análise mais produtiva de uma revista, não devemos nos limitar ao conteúdo; é imprescindível estudar a materialidade da fonte, ou, como o autor nomeia, realizar o “giro material”. Segundo Tarcus, as dimensões materiais, como contracapas, anúncios publicitários e preço, são “como fontes de primeira ordem para decifrar as dimensões tão vitais da vida de uma revista como as fontes de autofinanciamento ou sua inserção nas redes de intercâmbio e reconhecimento recíproco” (TARCUS, p. 71). Essa ferramenta ajuda a decifrar a identidade de cada revista por meio de três dimensões fundamentais em sua vida: sua relação com as artes gráficas, com o mercado e com o público (TARCUS, p. 72-74.).

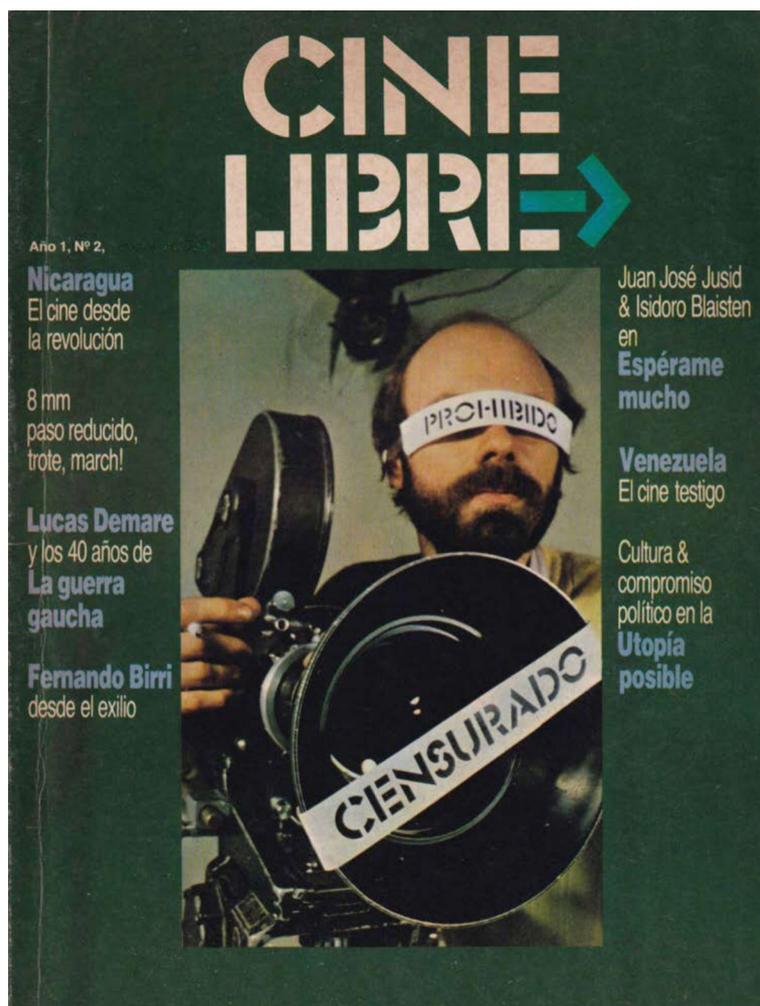
Com o objetivo de exemplificar, as figuras 1 e 2 trazem as capas das duas primeiras edições da *Revista Cine Libre*. Portanto, é possível identificar, com base no conceito de Horacio Tarcus, que o título da revista “*Cine Libre*” está escrito com uma fonte “quebrada” e sempre acompanhada de uma seta apontando para a frente, na cor verde. Com isso, é importante ressaltar que nada é aleatório na construção de uma revista; tudo tem sua intencionalidade. Assim, podemos supor que essa fonte quebrada ilustra o momento em que a revista está inserida, ou seja, a deterioração do cinema nacional e da sociedade. Contudo, a logo está sempre acompanhada de uma seta apontando para frente/para o futuro, em direção a um cinema livre e de esperança, simbolizado pela cor verde. Essa padronização se mantém em todos os volumes.

Figura 1. Capa da 1ª Edição da Revista *CINE LIBRE*



CINE LIBRE, 1982

Figura 2. Capa da 2ª Edição da Revista *CINE LIBRE*



CINE LIBRE, 1982

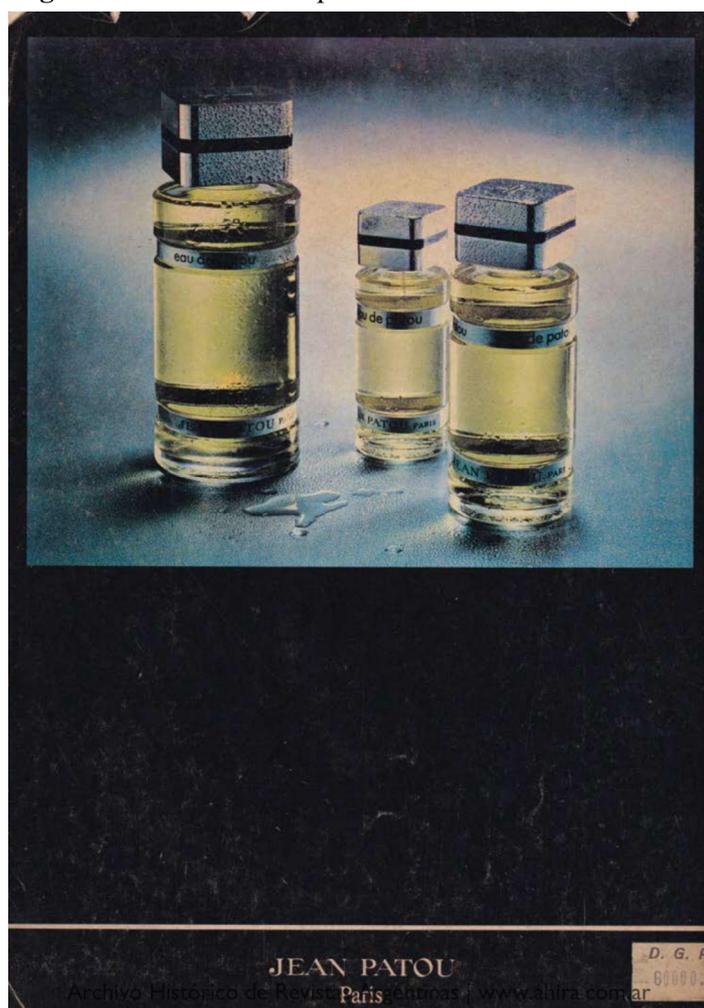
Nessa mesma linha de raciocínio, as autoras Alexandra Pita González e María del Carmen Grillo elaboraram um artigo com o intuito de propor uma análise para o estudo de revistas. Nesse sentido, recorrendo aos estudos de Jacques Kayser, as autoras descrevem a importância de identificar a materialidade do periódico:

Basta fijar los ojos en un periódico o mejor todavía, evocar el periódico habitual, para darse cuenta de que el análisis clásico del contenido es del todo insuficiente para responder al objeto que se persigue. De lo que más se impregna el lector -y esto lo sabe muy bien la redacción del periódico- es menos del texto en sí, con todas sus características de estilo y disposición de los hechos y de las ideas, que de la forma en que este texto ha sido captado por los ojos del lector y luego registrado en su memoria. Por eso no descuidaremos el estudio de los factores externos que confieren a la información o al artículo un valor peculiar. Estos factores externos, como la disposición en el periódico, el análisis volumétrico, la presentación ilustrada o no, etc. implican, para estudiarlos, el conocimiento preciso del conjunto de la estructura del periódico de que depende. No se puede estudiar válidamente un texto o un documento extraído de un periódico sin estudiar el ejemplar entero de este periódico (Kayser, 1966: 9, cursiva del autor) (PITA; GRILLO, 2015, p. 4).

Em consideração a isso, as autoras afirmam que, para uma análise rica das revistas, é necessário olhar para as dimensões materiais e imateriais em conjunto. Portanto, elas separaram essa metodologia em três grandes categorias, sendo elas: as materiais (aspectos técnicos), as materiais e imateriais (aspectos de conteúdo) e as imateriais (a geografia humana).

Por meio dessas categorias, conseguimos observar aspectos multidimensionais que proporcionam uma leitura mais abrangente e produtiva. Para exemplificar, a figura 3 ilustra uma publicidade da *Revista Cine Libre*, e, como já mencionado, era por meio desses elementos que a revista se mantinha em atividade. Sendo uma das diversas publicidades encontradas na revista, esses elementos, de acordo com os conceitos de Pita e Grillo, denotam o tipo de público que a revista almejava alcançar. Ao publicizar produtos como perfumes masculinos, bebidas alcoólicas e redes de saúde, o público masculino se tornava o destinatário. Além disso, o fato de que todos os conselheiros de edição e colaboradores eram homens, e que somente foi publicada uma matéria sobre um filme produzido por uma cineasta mulher — na sétima edição, em 1984, sobre o filme *Camila*, da diretora Maria Luisa Bemberg — corrobora essa visão.

Figura 3. Publicidade de perfume da Revista *CINE LIBRE*



CINE LIBRE, 1ª Edição, 1982

Diante disso, conseguimos ver também como a revista *Cine Libre* era considerada extremamente moderna para a época, seja pela sua geografia humana, com a junção de uma rede de cineastas intelectuais comprometidos com a causa, quanto pelos seus aspectos técnicos inovadores. Uma revista integralmente colorida nos anos 1980 era algo raro, como afirma Mariana Barcellona em seu artigo:

Un proyecto paralelo a estas colecciones es el lanzamiento de la revista *Cine Libre*, dirigida por Mario Sabato y con la colaboración permanente de Alan Pauls. Aparecerán ocho números de gran calidad de impresión, con fotografías y reportajes (BARCELLONA, 2020, p.1-3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fim da revista, após três anos de publicação, ocorreu em 1984, quando foi publicado apenas um único volume. Segundo a historiadora Beatriz Sarlo, “*nada és más viejo que una revista vieja*”, pois:

Son objetos que han perdido su aura, porque, en verdad, toda su autenticidad está en un presente, en el que siguen incrustadas, pero que se ha convertido en pasado. Quizás por eso, las revistas viejas interesan infinitamente más al historiador de la cultura que al crítico literario (SARLO, 1992, p. 9-14).

A Revista *Cine Libre*, segundo o redator Alan Pauls, encerrou suas atividades devido à falta de financiamento, causada pela escassez de retorno financeiro e pelos prejuízos que ocasionava ao Editorial Legasa. Entretanto, é interessante considerar que, em dezembro de 1983, ocorreu efetivamente o fim da ditadura militar de 1976 com a eleição, por vias democráticas, do presidente Raúl Alfonsín, marcando o início de um novo período de intensas transformações para a indústria cinematográfica.

Diante disso, podemos concluir que o principal objetivo da revista foi alcançado, uma vez que, durante o governo do presidente Raúl Alfonsín e sua política cultural, iniciava-se uma nova fase de um cinema livre e amparado.

REFERÊNCIAS

BARCELLONA, Mariana (2020). *Semblanza de Editorial Legasa* (San Sebastián, 1979 - Buenos Aires, 1995), **Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes - Portal Editores y Editoriales Iberoamericanos (siglos XIX- XXI)** - EDI-RED. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/editorial-legasa-san-sebastian-1979-buenos-aires-1995-semblanza-1032377/>. Acesso em: 25 de outubro de 2024

CINE LIBRE (1982-1984). Disponível em: [Ahira – Archivo Histórico de Revistas Argentinas](#). Acesso em: 02 de outubro de 2024.

GETINO, Octavio, **Cine argentino, entre lo posible y lo deseable**, Ediciones Ciccus, Buenos Aires, 1998.

GRILLO, María del Carmen, PITA GONZÁLEZ, Alexandra; (2015). Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. **Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales**, vol. 5, n. 01, 2015. Disponível em: <http://www.relmecs.fahce.unlp.edu.ar/article/view/relmecsv05n01a06>. Acesso em: 25 de outubro de 2024

KAYSER, J., **El periódico: estudios de morfología, de metodología y de prensa comparada**. Quito: 1996, Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina (CIESPAL). Disponível em: <http://186.5.95.155:8080/jspui/handle/123456789/168>. Acesso em: 25 de outubro de 2024

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

NÚÑEZ, Fabián Rodrigo Magioli, **O QUE É NUEVO CINE LATINOAMERICANO? O Cinema Moderno na América Latina segundo as revistas cinematográficas especializadas latino-americanas**, Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: [Nuevo Cine Latinoamericano: uma análise do cânone a partir do gênero | Aletria: Revista de Estudos de Literatura](#). Acesso em: 25 de outubro de 2024.

PAULS, Alan. **Entrevista, 27 de junho de 2024**. Entrevistador: Guilherme Cardoso Caldeira. Entrevista de pesquisa concedida via email.

SARLO, Beatriz. *Intelectuales y revistas: razones de una práctica*. In: **América: Cahiers du CRICALL**, nº 9-10, 1992. Le discours culturel dans les revues latino-américaines, 1940-1970. pp. 9-16. Disponível em: [Intelectuales y revistas : razones de una práctica - Persée](#). Acesso em: 25 de outubro de 2024.

TARCUS, Horácio, **Las revistas culturales latinoamericanas: giro material, tramas intelectuales y redes revisteriles**, Temperley, Tren en Movimiento, 2020.

A VOZ DA REVOLUÇÃO: A REVISTA PUNTO FINAL E A ARTICULAÇÃO DA ESQUERDA CHILENA FRENTE A REPRESSÃO DO GOVERNO DE “MR. FREI”

Helena Rodrigues Reinhardt
(UFMG. Email: helenareinhardtufmg@gmail.com)

RESUMO

A revista Punto Final, fundada em 1965 por Mario Díaz Barrientos e Manuel Cabieses Donoso, estabeleceu-se como um veículo de jornalismo independente, comprometido com a verdade e a defesa das massas populares. Reconhecida por seu compromisso democrático e revolucionário, tornou-se um espaço essencial para o debate de ideias e a articulação das forças políticas de esquerda no Chile. Este estudo utiliza Punto Final para analisar como a violência governamental durante o governo de Eduardo Frei Montalva influenciou a consolidação da esquerda chilena em torno de um projeto revolucionário unificado, no período de 1965 até as eleições em 1970. Através de reportagens e análises que denunciaram a repressão contra trabalhadores e estudantes, a pesquisa se propõe a explorar como a revista serviu de palco para debates intelectuais cruciais na formação da Unidade Popular e na eleição de Salvador Allende. Assim, Punto Final não apenas refletiu, mas também influenciou o processo político que levou à ascensão do socialismo no Chile. Similar às revistas culturais discutidas por Rocca, que atuam como mediadoras e espaços de resistência, Punto Final foi um ponto de encontro e uma força vital na resistência política e cultural durante a Guerra Fria.

Palavras-chave: Revistas culturais; Resistência política; Esquerda chilena; Revolução socialista; Governo Frei

INTRODUÇÃO

Eduardo Frei Montalva assume a presidência do Chile em 1964, representando o partido da Democracia Cristã. Tema central da política chilena há décadas, a reforma agrária foi utilizada como principal proposta presidencial da Democracia Cristã, que visava frear a candidatura de Salvador Allende e seus ideais socialistas. Prometendo uma “Revolução em liberdade” (slogan utilizado durante a campanha eleitoral de Eduardo Frei), a materialização do governo eleito representou um choque de expectativas para a sociedade chilena. A reforma agrária, compreendida pela população campesina chilena, assim como por outros setores populares, como superficial e insuficiente, gerou ao longo de seu mandato forte insatisfação na sociedade, o que

resultou em uma série de manifestações e outras modalidades de luta, como os “*tomas*” (ocupação de propriedades nas regiões rurais do país) (VASCONCELOS, 2021, p.15).

Com o aumento da insatisfação popular com Eduardo Frei Montalva, alcançando níveis significativos, a solução aplicada pelo governo para as reivindicações da população foi a repressão aos movimentos de “*tomas*” e, conseqüentemente, aos trabalhadores camponeses. A violência do governo Frei foi facilitada pelo uso do Grupo Móvil (Grupo Móvel), uma unidade especial de polícia antimotim criada durante a administração conservadora anterior de Jorge Alessandri, com o objetivo de controlar tumultos e desordens urbanas (VERGARA, 2016, p.7).

Revoltados com as medidas superficiais do governo, ao implementar uma reforma agrária sabidamente ineficaz, especialmente por ser um dos principais temas defendidos nas eleições de 1964, os movimentos sociais chilenos de esquerda iniciaram uma série de manifestações em todo o país. Nesse contexto, o estudo se propõe a analisar como a repressão governamental aplicada de forma exacerbada aos movimentos sociais tornou-se um ponto de convergência que influenciou profundamente a maneira como a esquerda chilena se articulou nas eleições de 1970. Independentemente de suas diferenças ideológicas, as diferentes vertentes da esquerda passaram a ver os setores conservadores, liberais e o partido da Democracia Cristã como um inimigo comum. Esse entendimento culminou na organização política das forças populares em torno da candidatura do socialista Salvador Allende.

Em Puerto Montt, na madrugada de 9 de março de 1969, tropas especiais da polícia começaram a chegar de cidades vizinhas para dispersar camponeses que realizavam uma ocupação em Pampa Irigoín (VERGARA, 2016, p.6). Por volta das 7h da manhã, mais de duzentos policiais entraram em Pampa Irigoín e incendiaram os barracos das famílias, utilizando gás lacrimogêneo para dispersar a multidão. Com o apoio de moradores de favelas próximas, os ocupantes resistiram, atirando pedras e paus contra os policiais. A situação rapidamente saiu de controle e, diante da resistência de uma multidão de quase 1.500 pessoas, os policiais passaram a disparar armas contra os civis. Casos como esse ilustram a truculência utilizada de forma sistemática pelo governo Frei para conter protestos e atos que denunciavam a desonestidade e a incompetência do governo no que diz respeito à reforma agrária prometida à população. Movimentos de trabalhadores e universitários também foram duramente reprimidos pela “Mano Dura” de Eduardo Frei, conceito que simboliza a tentativa do governo de conter conflitos sociais e demandas populares por meio da força, em vez de negociações ou reformas estruturais mais amplas.

É nesse contexto político que surge a revista *Punto Final*. Fundada em setembro de 1965 por Mario Díaz Barrientos e Manuel Cabieses Donoso, a revista surgiu com a intenção de oferecer um espaço para o jornalismo independente e comprometido com a verdade. Seu objetivo era criar uma plataforma para reportagens aprofundadas sobre questões relevantes para a opinião pública, buscando abordar os temas de forma exaustiva, ou seja, levando-os até seu ponto final. Descrita como democrática e de vanguarda, a *Punto Final* se dedicava a servir às massas

e fornecer informações para que o leitor formasse seu próprio julgamento. Embora socialista, a revista valorizava a unidade e dava espaço a diversas vozes da esquerda. Publicada quinzenalmente, consolidou-se como uma publicação política, informativa e cultural.

Dessa forma, este estudo utiliza os casos de repressão social denunciados pela *Punto Final* para analisar como a violência governamental durante o governo de Eduardo Frei Montalva influenciou a aglutinação da esquerda chilena em torno de um projeto revolucionário unificado. O projeto de pesquisa propõe analisar a crítica ao governo Frei e o projeto revolucionário defendido pela revista, examinar como a *Punto Final* denunciou casos de repressão e como isso fomentou a unificação da esquerda, estudar o debate em torno da reforma agrária e do trabalho urbano, revelando o posicionamento da revista em relação à agenda de Frei, e identificar a posição da revista em relação à candidatura de Allende e à formação da Unidade Popular.

METODOLOGIA

Norteados pelos conceitos de Beatriz Sarlo sobre revistas culturais latino-americanas, o estudo entende a revista *Punto Final* como um instrumento de agitação e propaganda da esquerda chilena, que também serviu como meio de aglutinação dessa esquerda em torno de um projeto revolucionário unificado, liderado pela Unidade Popular e representado politicamente por Salvador Allende. A esquerda chilena atravessava um histórico de divergências políticas e ideológicas, e a revista é analisada nesse contexto como uma arena para os debates políticos latentes entre diferentes partidos e classes sociais progressistas. O estudo propõe, portanto, examinar a *Punto Final* como potencializadora de uma intervenção cultural na esquerda chilena, destacando seu público por meio de uma abordagem analítica, que envolve tanto a análise de conteúdo quanto a análise contextual das edições da revista. O objetivo é considerar tanto a estrutura do discurso quanto o impacto social e político dos textos publicados pela *Punto Final* desde o ano de sua criação (1965) até a eleição de um candidato socialista, que defendia abertamente um projeto revolucionário no país em 1970.

Por meio da análise de matérias jornalísticas presentes nas edições da revista, com caráter de denúncia, e dos artigos de opinião, pretende-se avaliar como a revista se comportou enquanto instrumento de agitação e conflito nos debates (SARLO, 1992) sobre as eleições, a reforma agrária, os parâmetros da revolução socialista pretendida por grande parte da esquerda chilena, e a necessidade de unir forças para enfrentar a Democracia Cristã e impedir que mais um mandato marcado por violência e opressão se sucedesse.

De acordo com Horacio Tarcus (2020), “para ler bem uma revista é preciso saber ler nas margens”. No caso de revistas culturais ou políticas, como é o caso da *Punto Final*, isso envolve entender as escolhas editoriais, as imagens, os símbolos, as mensagens não ditas e o posicionamento ideológico implícito nos textos e nas representações gráficas (como as capas e charges).

A ideia é que, ao ler uma revista, é importante não apenas absorver o conteúdo direto, mas também compreender o contexto em que ele é produzido e os significados subentendidos. O estudo pretende analisar o projeto gráfico da revista, sua materialidade e suas estratégias jornalísticas, observando como atuaram na formação de uma identidade revolucionária e na constituição da *Punto Final* como núcleo de difusão de ideias políticas, construindo uma comunidade no âmbito da atividade intelectual, um “grupo cultural” (FERNÁNDEZ, 2011, p.4).

Nesse sentido, uma avaliação do projeto gráfico da revista, encabeçado pelo diretor artístico Enrique “Penike”, é relevante para reconhecer a conformação da identidade visual da revista e sua inserção em movimentos artísticos de vanguarda da época. O designer gráfico visa gerenciar a informação visual de forma criativa, utilizando matérias-primas, técnicas e ferramentas disponíveis. O poder do design gráfico como persuasão política foi rapidamente reconhecido, especialmente nas lutas políticas dos jovens revolucionários de 1968 e no psicodelismo associado ao movimento hippie, que geraram a produção de cartazes, capas de discos e outros grafismos. Mauricio Vico (2019) destaca que, entre 1964 e 1973, o Chile criou uma iconografia contracultural, misturando elementos de vanguardas artísticas e influências do movimento hippie e psicodélico, com a *Punto Final* adotando um design renovado durante a Unidade Popular. Como afirma o autor: “la revista renovó la iconografía en sus portadas a partir de la reapropiación del diseño pop” (VICO, 2019, p. 33).

DESENVOLVIMENTO / RESULTADOS

A revista *Punto Final* adota um posicionamento editorial contrário ao governo de Frei, criticando a falta de mudanças estruturais nas áreas da reforma agrária e do trabalho urbano. Ela denuncia a continuidade da concentração fundiária e a ineficácia das reformas, que não resultaram em uma distribuição mais justa das terras, além de destacar a precariedade das condições de trabalho nas cidades. Frei é frequentemente representado como um símbolo de opressão, sendo associado à crescente insatisfação popular. A revista utiliza charges críticas e capas incisivas para ilustrar a repressão e a falha do governo em atender às demandas sociais da população, refletindo sua oposição ao modelo político e econômico do governo Frei. Isso é explicitado no trecho a seguir, retirado da edição 77, que aborda o massacre de Puerto Montt, anteriormente mencionado:

“Eles demonstraram não ter escrúpulos para atuar como sustentáculo do sistema capitalista, o qual tentam modernizar apenas através de reformas leves. Três massacres e 23 mortos marcam a ferro a natureza de um governo ‘democrata’ ‘cristão’ que passará para a história como um dos mais repressivos que o Chile já conheceu. No entanto, o regime de terror que se pretende impor desde La Moneda não será tolerado pelos trabalhadores, estudantes e intelectuais. A DC está cavando sua própria cova com a repressão policial-militar. Nosso povo começa a compreender - pelo caminho mais duro e doloroso - que os artificios eleitorais escondem novas

mentiras e sacrifícios piores. Por trás da dor deste novo massacre brilha a consciência de lutar com métodos eficazes contra a opressão burguesa” (*Punto Final*, 1969, p. 03).

A revista *Punto Final* utilizou os diversos casos de repressão, como o de Puerto Montt, para expor o autoritarismo do governo, funcionando como um catalisador para a articulação da oposição. Ao denunciar casos de repressão, a revista contribuiu para fomentar a ideia de unificação da esquerda, evidenciando a crescente insatisfação popular e a necessidade de resistência ao regime e da realização de uma revolução socialista.

Corroborando a afirmação de Manuel Cabieses Donoso, principal diretor editorial da revista, de que enquanto *Punto Final* existiu não houve outra publicação que se aproximasse mais da intimidade revolucionária da América Latina, a relevância e o alcance da revista são destacados pelas tentativas governamentais de censura a edições consideradas polêmicas por se posicionarem incisivamente contra Eduardo Frei e sua administração. No número 75, de 1969, *Punto Final* relata que a diretoria do Partido Democrata Cristão (PDC) entrou com uma queixa contra a revista por “delitos repetidos de difamação”.

A queixa foi motivada por uma reportagem que denunciava fraudes aduaneiras e tributárias cometidas por uma empresa de importação de automóveis. O PDC alegou reiteração do delito, pois a revista havia repetido a informação em duas edições, sendo que a primeira foi apreendida pelos próprios membros do partido. A intenção da ação legal era intimidar a revista e interromper sua campanha de denúncias. No entanto, o diretor da *Punto Final*, Manuel Cabieses, recusou-se a se retratar durante a audiência e surpreendeu os querelantes com a quantidade de evidências que sustentavam as denúncias. Membros proeminentes do PDC solicitaram que o tribunal obtivesse depoimentos do Ministro das Finanças e de um senador. A defesa da revista foi conduzida pelo advogado Jaime Faivovich, que já havia defendido a publicação com sucesso em processos anteriores.

Dessa forma, compreende-se o alcance e impacto da construção do itinerário de oposição revolucionária da revista e a dimensão de seu papel na luta política e ideológica do momento histórico que culminou na eleição de Salvador Allende. A revista utilizava como principais ferramentas o debate teórico-político, uma linguagem simples e direta, e a consciência de seu papel como agente do projeto revolucionário (ROCCA, 2004, p.18). Seu discurso era marcado pelo anti-imperialismo, anti-reformismo e anti-oligarquismo, moldando um marxismo que se nutria de diversas fontes. Esse marxismo não era visto como um conjunto fixo de dogmas, mas como um ponto de partida para o desenvolvimento das demandas políticas específicas de cada contexto, em um continente que buscava ser uma unidade dentro de sua diversidade. A revista também se posicionava como parte ativa da revolução, desempenhando um papel essencial na articulação e transição para um projeto maior: a transformação da sociedade latino-americana e chilena (FERNÁNDEZ, 2011, p.4).

A revista abordou o trabalho urbano e as condições dos trabalhadores, enfatizando seu papel em mobilizar as classes populares urbanas contra o governo de Frei. Através de reportagens denunciando os atos de repressão governamental, *Punto Final* fundamentou a necessidade de um projeto revolucionário unificado que se posicionasse diretamente contra “Mr. Frei”. Por exemplo, o caso dos trabalhadores da SABA (Sociedad Anónima de Buses de Santiago) que é retratado como uma parte significativa da classe operária que se opõe ao sistema capitalista e à repressão governamental. Eles são frequentemente destacados nas denúncias da revista, representando a luta contra as condições de trabalho exploradoras e a falta de direitos. A revista, alinhada com os movimentos de esquerda, via os trabalhadores como agentes importantes na resistência e na construção de um projeto revolucionário, enfatizando suas lutas por melhores condições e contra a repressão do governo Frei.

Ademais, *Punto Final* abordou amplamente o processo eleitoral de 1970 e a articulação em torno da candidatura de Salvador Allende, posicionando-se como um espaço crucial para a convergência das correntes da esquerda. A revista ofereceu espaço para diferentes reflexões sobre a construção de uma candidatura socialista unificada, atuando como uma arena (SARLO, 1992, p.4) para debates sobre a via pacífica e armada da revolução pretendida. *Punto Final* desempenhou um papel importante na construção do apoio à candidatura de Allende e à Unidade Popular, facilitando o diálogo entre setores diversos da esquerda chilena e reforçando a ideia de uma frente unificada em torno do projeto político de transformação social e econômica proposto por Allende.

Em consonância, o projeto gráfico incisivo e direto da revista foi de extrema importância para a construção de uma identidade revolucionária e disruptiva. Como explicitado nas capas de edições abaixo, *Punto Final* representou, em suas diversas formas e seções, uma intervenção cultural e política em curso na esquerda chilena na década de 1960. A revista atuou incessantemente para a popularização de um projeto revolucionário unificado, sendo uma força mobilizadora importante no contexto de reivindicações populares contra o governo opressivo de Eduardo Frei Montalva.

Figura 1: Edição número 43, 5 de dezembro de 1967. Punto Final, edição número 43, 5 de dezembro de 1967.



Figura 2: Edição número 77, 25 de março de 1969. Punto Final, edição número 77, 25 de março de 1969.



Figura 3: Edição número 81, 17 de junho de 1969. Punto Final, edição número 81, 17 de junho de 1969.

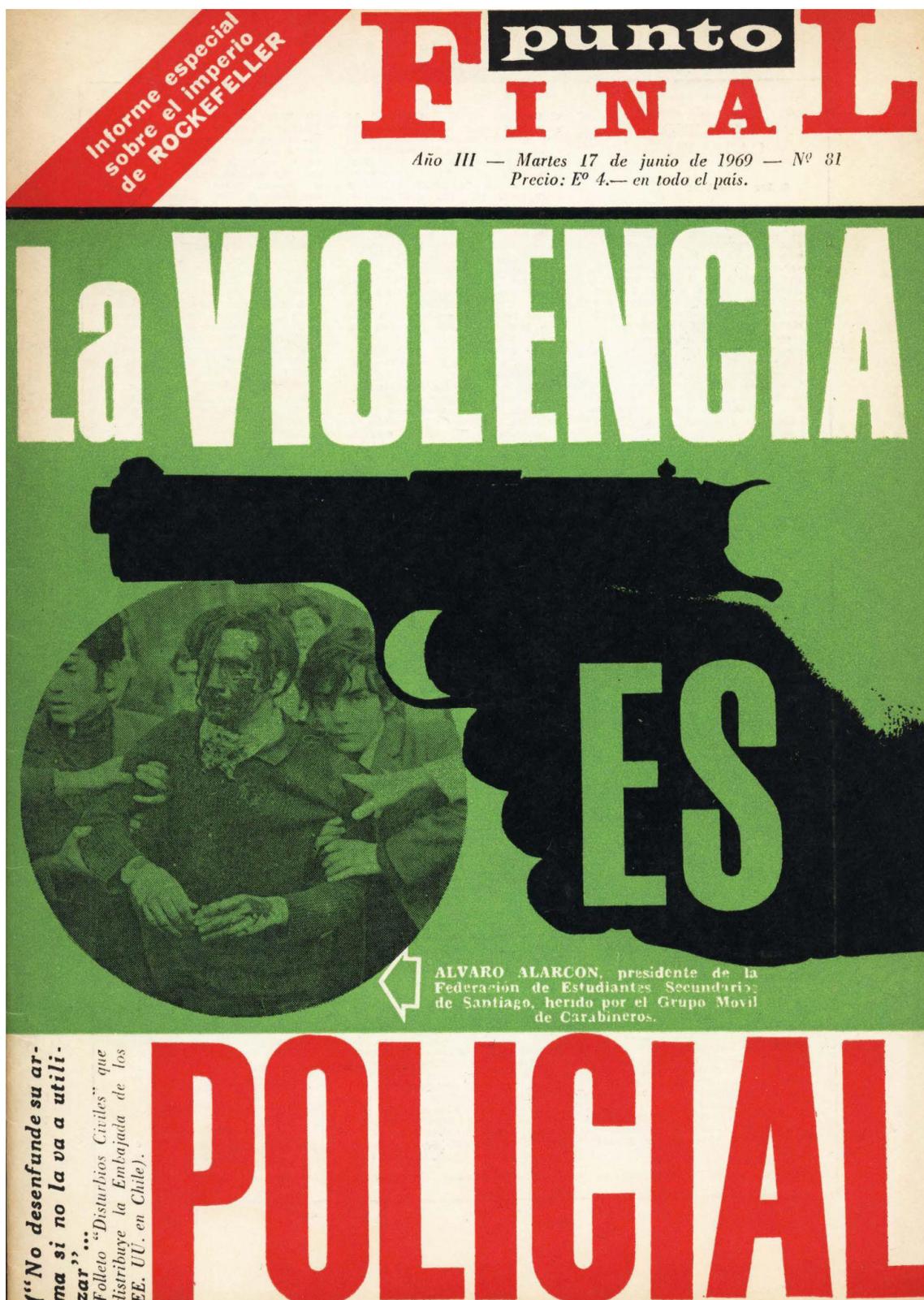
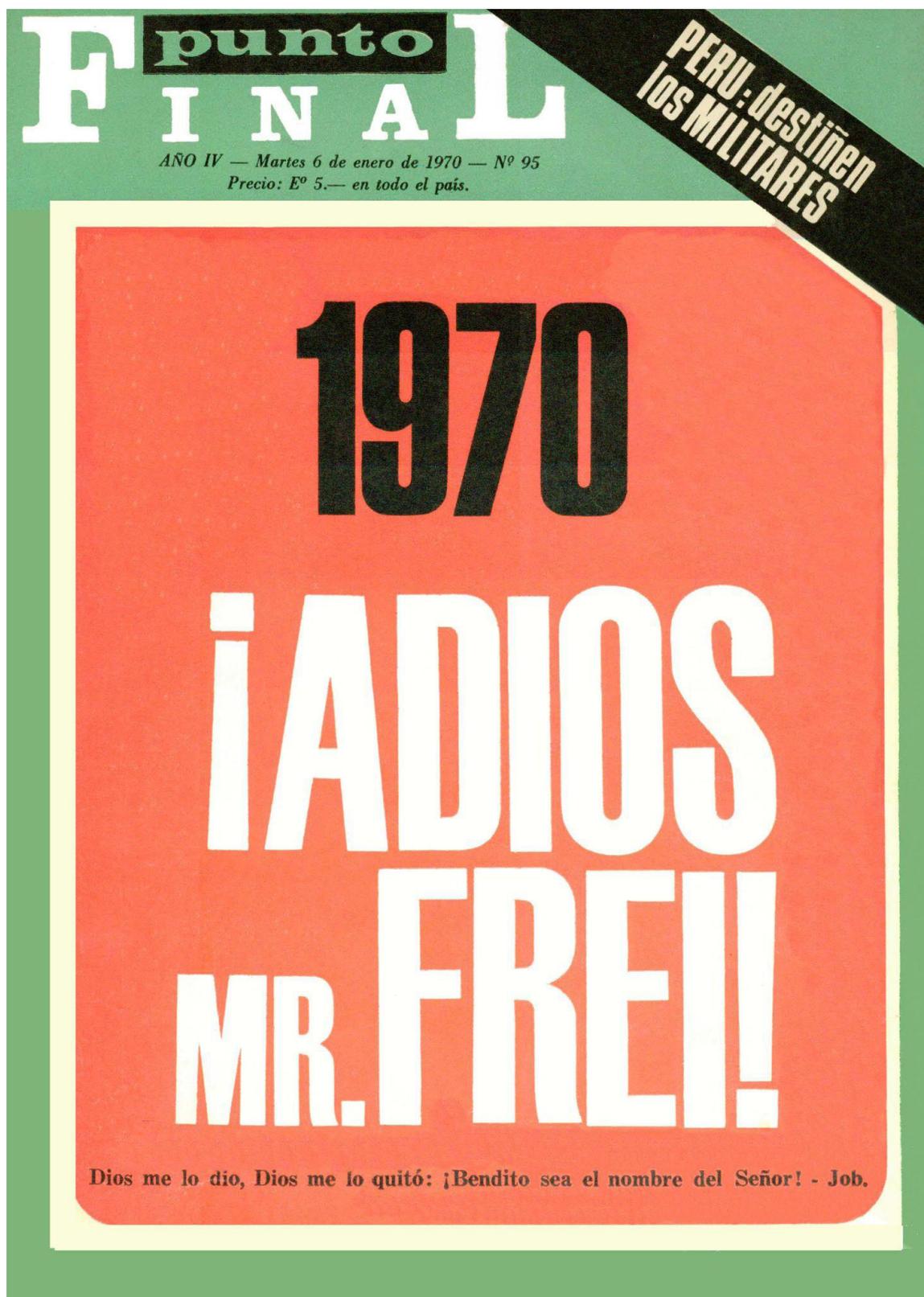


Figura 4: Edição número 95, 6 de janeiro de 1970. *Punto Final*, edição número 95, 6 de janeiro de 1970.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância histórica das revistas culturais, como *Punto Final*, pode ser compreendida a partir das teorias de Beatriz Sarlo e Pablo Rocca, que destacam o papel dessas publicações como espaços fundamentais para a preservação da memória histórica e para a resistência cultural. Sarlo argumenta que as revistas culturais desempenham um papel central na construção da história intelectual, funcionando como arenas de debate que capturam e documentam as ideias em sua forma original, sem as distorções ou revisões que ocorrem em outros formatos, como livros. Nesse sentido, *Punto Final* atuou como um meio de expressão e resistência durante um período de forte repressão política no Chile, sendo uma plataforma para a articulação da oposição ao governo de Frei.

De acordo com Rocca, as revistas culturais não apenas refletem os debates ideológicos de seu tempo, mas também são instrumentos ativos na formação de uma identidade política e cultural, moldando a opinião pública e incentivando a ação social. *Punto Final* exemplifica essa função ao abordar questões como a opressão, as lutas sociais e a construção de um projeto revolucionário. Ao preservar os debates de sua época, sem intervenções posteriores, a revista se configura como uma fonte primária crucial para entender o contexto histórico e social do Chile, fornecendo uma visão direta dos embates políticos e culturais que marcaram o período.

Dessa forma, revistas como *Punto Final* são fontes de memória histórica essenciais, pois preservam os debates em seu tempo presente de formação, oferecendo uma janela para a compreensão de um momento político e cultural significativo. Sua importância vai além da simples publicação de conteúdos: elas funcionam como arenas de resistência, onde a luta por um novo modelo de sociedade foi discutida e articulada.

REFERÊNCIAS

- BARAHONA, Cristina Moyano; RIVERA, Carla Aravena. **Disputando lo político**. La Izquierda y la Prensa Política de Masas en Chile, 1950-1989. p. 340-366. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-23762020000100340.
- BRINGHURST, Roberto. **Elementos do estilo tipográfico**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- FERNÁNDEZ G., Manuel. Los intelectuales de izquierda y la construcción de un imaginario revolucionario para Chile y América Latina. La Revista *Punto Final* entre 1965-1973. **Tiempo Histórico**, v. 2, p. 65-84, Santiago, Chile, 2011. DOI: 10.5212/Rev.Hist.Reg.v.20i1.0003. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3901539.pdf>.
- GAUDICHAUD, Franck. A 40 años del golpe: Historiografía crítica y pistas de investigación para (re)pensar la Unidad Popular. **Tiempo Histórico**, v. 6, p. 63-79, Santiago, Chile, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4679586.pdf>.
- GÓMEZ, Diana; BARGALLÓ CASTAGNINO, Catalina. *Punto Final*: entre la renovación

del pensamiento revolucionario y la vanguardia artística de la época de los sesenta. **Revista ARDH**, v. 15, p. 19588, 2023. DOI: 10.46401/ardh.2023.v15.19588. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/download/19588/13729/>.

ÓRNES DELGADO, Mathias; DÍAZ-DIEGO, José. **Discurso e movimento sindical dos proprietários de terras durante a reforma agrária de Eduardo Montalva no centro e no sul do Chile**, 1964-1970. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>.

PINTO VALLEJOS, Julio. Hacer la Revolución en Chile. In: PINTO, Julio (Ed.). **Cuando hicimos historia: Experiencias de la Unidad Popular**. Santiago, 2005. Disponível em: https://historiapolitica.com/datos/biblioteca/chile_pinto.pdf.

PITA GONZÁLEZ, Alexandra; GRILLO, María del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. **Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales**, v. 5, n. 1, 2015. Recuperado a partir de: <http://www.relmecs.fahce.unlp.edu.ar/article/view/relmecsv05n01a06>.

PUNTO FINAL. **Revista Punto Final** (ed. 1965-1973). Santiago, Chile. Disponível em: <http://www.puntofina.cl>.

ROCCA, Pablo. Por qué, para qué una revista (Sobre su naturaleza y su función en el campo cultural latinoamericano). **Hispanérica**, v. 33, n. 99, p. 3-19, dez. 2004. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20540580>.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. In: América: **Cahiers du CRICCAL**, n. 9-10, p. 9-16, 1992. Le discours culturel dans les revues latino-américaines, 1940-1970. DOI: <https://doi.org/10.3406/ameri.1992.1047>.

TARCUS, Horacio. **Las revistas culturales latinoamericanas: giro material, tramas intelectuales y redes revisteriles**. Buenos Aires: Lemperley, 2020.

VASCONCELOS, Joana Salém. Reforma agrária e socialismo na América Latina: Cuba e Chile. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 29., 2017, Brasília. Anais [...]. Brasília: ANPUH, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489583445_ARQUIVO_JSV,ReformaagrariaesocialismonaAmericaLatina.pdf.

VERGARA, Angela. Revisiting Pampa Irigoin: Social Movements, Repression, and Political Culture in 1960s Chile. **Radical History Review**, v. 124, p. 55-75, jan. 2016. DOI: 10.1215/01636545-3159951. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/radical-history-review/article-abstract/2016/124/43/22276/Revisiting-Pampa-IrigoinSocial-Movements>.

VERRAZ, Daniel. Prólogo: Reformas agrarias en América Latina y Chile. Lecciones aprendidas sobre la controversia de la propiedad de la tierra. **Polis**, v. 47, p. 15-30, set. 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/12445> .

VICO, Mauricio. **Todos juntos: Iconografía de la contracultura en Chile (1964-1974)**. Santiago de Chile: Editorial Fulgor, 2019.

ECOS DA QUESTÃO RELIGIOSA NA PARAHYBA: O DIARIO DE PERNAMBUCO COMO ARENA DE DEBATE

Wellington da Silva Gomes Mendes
(UEPB | wellingtonsgm1@gmail.com)

RESUMO

O artigo discute uma instigante troca de mensagens iniciada a partir da declaração de um ex-maçom da cidade de Mamanguape, na Parahyba do Norte, que bem se relacionou à chamada Questão Religiosa (1872-1875). Uma querela essencialmente política, segundo Ruy Barbosa (1877), que conseguiu despertar as paixões de seus contemporâneos e pôr em escrutínio a própria estabilidade do Império. A principal fonte utilizada é o *Diario de Pernambuco*, o qual serviu como suporte para esse debate carregado de tensões, interesses e construções imagéticas. O tratamento do documento é embasado nas obras de Barros (2022), Luca (2008) e Zicman (2012). Com o objetivo, afinal, de destacar por ele, em parte, que a pequena e nortista província não permaneceu indiferente a esse tão conhecido conflito eclesial-maçônico.

Palavras-chave: Questão Religiosa, Parahyba do Norte, Diario de Pernambuco.

INTRODUÇÃO

Livros e mais livros, conforme constatara João Camilo de Oliveira Torres (2020, p. 127), foram por demais dedicados a tratar da chamada Questão Religiosa, tradicionalmente compreendida entre os anos de 1872 a 1875¹. Talvez, pelas nuances que a circundaram e seus desdobramentos frente à história nacional. Todavia, ainda que ampla, a historiografia desse evento está longe de se encontrar fechada a novos trabalhos, amparados em novas descobertas ou sob novas perspectivas teórico-metodológicas, como grande parte dos temas, para não se dizer todos, da disciplina histórica.

Em virtude das proporções que esse conflito, superficialmente entre Igreja e Maçonaria, alcançou. Ao suscitar, nas palavras de Pedro Calmon (1947, p. 486), os ânimos de seus contemporâneos, sem quaisquer distinções de classe, em maior ou menor grau. Sem se restringir a

¹ Alguns pesquisadores, como o professor Pedro Henrique Soares Santos, rediscutem a cronologia costumeira do conflito. Por exemplo, para ele (2023, p. 337-338), deveria ser revista e estendida a fins de 1877, ao tempo do fim dos governos conservadores e do fracasso de Monsenhor Cesare Roncetti, internúncio no Brasil entre os anos de 1876 e 1878, em seus objetivos de mobilizar o episcopado na continuidade da Questão Religiosa.

poucas localidades do então território imperial, como a Côrte das discussões parlamentares, o Pernambuco de Dom Vital e o Pará de D. Macedo.

Especialmente, pela atuação da imprensa, ao desencadear e aproximar a contenda do povo, e não a deixar cerceada nas esferas parlamentares, jurídicas e religiosas. Na medida em que a dava cor, pela polêmica (Santos, 2022, p. 35), e acesso ao público-leitor aos debates, às críticas e aos pontos dos lados que se digladiavam. Inclusive, antes e após o desenvolvimento do embate, pois não era raro achar referências, como caricaturas, sobre ultramontanos (muitas vezes, feitos sinônimos de jesuítas, do jesuitismo) e maçons, que estiveram no cerne desse imbróglio oitocentista. O que, de certo modo, dá a considerar que ainda há muito a se discutir sobre tal querela, sobretudo, a partir de documentos e realidades locais não explorados por uma produção macro, nacional.

Nesse sentido, este trabalho visa discutir umas das repercussões da Questão Religiosa na então província da Parahyba do Norte, que integrava a diocese de D. Vital e, por efeito, se achava próxima a um dos epicentros da supracitada contenda. Analisa-se uma instigante troca de mensagens originada diante da declaração de um ex-maçom mamanguapense no *Diario de Pernambuco*. Que, aliás, se tornou um suporte privilegiado, como uma espécie de arena, para o debate.

A PROFUSÃO DE UMA QUERELA E A IMPRENSA PERIÓDICA

A bem saber, a Questão Religiosa, longe de quaisquer pretensões de a biografar neste curto espaço, compreende o maior conflito de que se há registro entre a Igreja e o Estado na história nacional. Ainda que seu sintagma, já utilizado no desenrolar dos fatos e, hoje, sob ressalvas², pouco revele suas reais proporções àqueles que tiveram menos contato com esse tema. Não foi uma rixa que se deu, tão somente, no campo religioso, das crenças; mas foi, nas palavras de Ruy Barbosa (1877), essencialmente política, e se desdobrou em diversas esferas. Logo, vários olhares podem ser direcionados a ela.

Como todo e qualquer episódio histórico, ela se localizou em um contexto, em um tempo e foi carregada de fatores circunstanciais. Não surgiu *ex nihilo*, mas de um mal-estar que crescia a cada dia, desde os tempos coloniais, fruto de heranças portuguesas, pela forma de se relacionar as esferas espirituais e temporais, mediante o padroado régio, como por um catolicismo heterodoxo, pouco afeito às normas doutrinárias. Com estopim, finalmente, nos intentos

2 O historiador Ivo Pereira da Silva (2018, p. 169-171) dá preferência à designação “Questão dos Bispos” ante à “Questão Religiosa”, mesmo que desde a ocorrência dos fatos esta já fosse utilizada e que, atualmente, seja consagrada na historiografia. Por entender que ela causa uma espécie de reducionismo, ao fazer lembrar apenas um episódio, comumente conhecido como Questão Religiosa (1872-1875), frente a mais de 200 anos de tensões entre as esferas temporal e espiritual. Diferente de outros países que também tiveram contendas entre Estado e Igreja, mas utilizaram este termo em uma perspectiva de média e longa duração.

ultramontanos de reformar a Igreja no Brasil, mormente através da eliminação da coabitação maçônica nos espaços religiosos.

O que, a partir de então, levou o conflito a enveredar por tal **nível que o Império**, mesmo tendo a religião católica como oficial, julgou e condenou à prisão dois bispos, e incontáveis pontos do torrão imperial, para além do medo de motins, teve inúmeros tumultos e revoltas. Com os jornais a desempenharem papel sem igual, dado que não apenas informavam, mas comunicavam, conforme as definições de José d'Assunção Barros (2022, p. 590). Ou seja, tanto noticiavam fatos quanto atribuíam a eles valores e opiniões; ou, até mesmo, conclamavam as massas a ingressar na luta, e **não só na zona discursiva**.

Uma característica que, sobremaneira, se fez presente nos periódicos oitocentistas. Pois, na acepção de Tânia Regina de Luca (2008, p. 133), “O caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX”. De modo que, mais do que isso, os aspectos comerciais eram postos de lado diante dessa “tarefa de interpor-se nos debates e dar publicidade às [suas] propostas”, não obstante a grande maioria da população desse tempo ser analfabeta (Luca, 2008, p. 133-134).

Assim, afora ter tingido a querela, eles arquitetaram ou reproduziram imagens do conflito e daqueles que, de algum modo, se envolveram. A fim de, com isso, comunicarem os seus posicionamentos frente a toda essa discussão. Representações, nos dizeres de Roger Chartier (2002, p. 17); que nada mais são do que as formas parciais de se apreender o mundo social, **dá-lo** sentido, circunscritas em um espaço de ocorrências e competições, com vias de poder e dominação. Isto é, com objetivos de impor autoridade, a sua posição, pela construção de signos, por uma luta simbólica.

Por isso, em consonância a Renée Barata Zicman (2012, p. 90), também se faz necessário historicizar esses materiais jornalísticos, ainda que o foco de uma pesquisa seja a fabricação de uma história *através da Imprensa*. Senão, eles seriam inviáveis ao papel de objetos ou fontes da historiografia, de acordo com Barros (2022, p. 593). Deve-se procurar entender, minimamente, a maquinaria que os circunscreve.

E com o documento que baseia este trabalho não é diferente. A discussão alvo desta pesquisa ter ocorrido nele não foi à toa. Dado que, aliás, o jornal, de acordo com Luiz do Nascimento (1968, p. 82), se encheu de artigos, principalmente em sua seção paga, sobre a Questão Religiosa, tanto durante a efervescência quanto após o desfecho do conflito. Com a grande maioria dos textos e editoriais, nele publicados, a favor do Governo e contrários a D. Vital e aos jesuítas.

Além do fato de ter sido um periódico que, desde cedo, se emulou “em tamanho, variedade de conteúdo e numero de leitores” (Carvalho, 1908, p. 109). A tal ponto que, fundado nos idos de 1825 pelo tipógrafo Antônio José de Miranda Falcão, já podia, em 1856, ser considerado como “orgam genuino de todo o Norte brasileiro, circulando profusamente, de Alagôas ao

Amazonas, onde não ocorria uma contenda política nem uma controversia judiciaria que se não viesse debater nas suas columnas” (Carvalho, 1908, p. 109). Em compensação, a propósito, à precária imprensa parahybana.

Na província da Parahyba do Norte, ao longo da Questão dos Bispos, encontravam-se em atividade os jornais *Correio Noticioso*, *Jornal da Parahyba*, *O Conservador*, *O Despertador* e *O Publicador*. Ambos, porém, eram pequenos, principalmente se comparados àquele da província vizinha. Um correspondente parahybano do *Diario de Pernambuco*, inclusive, chegou a afirmar que havia “falta quasi que absoluta de publicidade dos factos que se passam nesta parte do imperio pelo seu pequeno e acanhado circulo jornalístico” (*Diario de Pernambuco*, ano 50, n. 10, 14 jan. 1874, p. 1).

O que, no fim das contas, pode ter pesado na decisão do ex-maçom de onde publicizar a sua escolha de largar a Maçonaria. Seja porque queria que todos soubessem disso, seja por interesses a mais, mesmo políticos. Associado à forte relação que Mamanguape possuía com Pernambuco, não só econômica. Ligação que, muitas vezes, parecia superar a que a cidade possuía com a própria capital de sua província. Veja-se, a seguir, a declaração do dissidente, sua repercussão e análise.

EMBATE, DIÁLOGOS E REPRESENTAÇÕES

Aos 16 de abril de 1873, João Valentim Peixoto de Vasconcellos Filho, membro de uma importante família de Mamanguape, fez publicar uma sucinta declaração, datada de três de abril de 1873, no *Diario de Pernambuco*. Em que dizia, a saber, ter se desvinculado da loja maçônica de sua localidade, a *União e Beneficencia*, que um dia ingressara por simples inexperiência e curiosidade. Uma vez que seria ela, como toda a instituição, contrária à fé verdadeira, à religião católica (*Diario de Pernambuco*, ano 49, n. 85, 16 abr. 1873, p. 4).

A despeito da brevidade da mensagem, todavia, a sua repercussão foi significativa. Dela se ocasionou, no supracitado veículo de comunicação, um interessante intercâmbio de correspondências. Que, a propósito, se materializou como um excepcional modo de se discutir e analisar um dos impactos da Questão dos Bispos a envolver a Parahyba do Norte, com atenção às suas singularidades e às representações que nele se apresentaram.

Tão só foi publicada a mensagem e, quatro dias após, foram divulgadas outras de dois afiliados de Mamanguape, em respaldo do grêmio maçônico. Uma de José de Lima Penante, e outra de um alguém identificado como *Um irmão honorario*. O primeiro, fundamentado na proposição da Maçonaria não tratar de religião alguma e, menos ainda, a loja mamanguapense, carregada de uma “religiosidade de sentimentos”, que se colocava em favor do fim do cativeiro. Por isso, para ele, ela não poderia ser contrária à fé do Crucificado. O segundo, com maior animosidade na arguição, ou melhor, em sua resposta confrontativa; ao questionar a suposta

inexperiência do dissidente – visto que possuía 34 anos à época do ingresso –, e ao pedir que ele apontasse qualquer ato que ali tenha se realizado em ofensa à **religião**, para não receber, com justiça, as alcunhas de leviano e perjuro (*Diario de Pernambuco*, ano 49, n. 90, 21 abr. 1873, p. 2 e 3).

As quais, por conseguinte, foram redarguidas pelo autointitulado *Um amigo do Sr. João Valentim*, que assinava de Recife. Ao dizer, a sua vez, que a imperícia de Vasconcellos, para além da idade, poderia ser em face das limitadas notícias que se tinha acesso a respeito da instituição, a não ser aquelas que os membros apresentavam, como se fosse ela beneficente, caridosa e humanitária. Ou mesmo o estribilho de que nada possuía contra o catolicismo. Mas que agora, como justificativa,

tendo lido attentamente as luminosas pastoraes dos Exms. Srs. bispos desta diocese e da do Pará, e o muito interessante opusculo «A igreja e a maçonaria» por um catholico, e ainda mais se conformado com as paternaes admoestações de seu digno parochio, comprehendeu e persuadio-se que a sociedade maçoica, uma e a mesma em todas as partes (em Mamanguape e no universo) é inimiga rancorosa da igreja e do throno (*Diario de Pernambuco*, ano 49, n. 91, 20 abr. 1873, p. 3).

O que, já daí, dá a perceber a existência de um embate de ideias e de representações, em ambos os lados, através das edições do periódico. Visto que, frente à primeira construção da Maçonaria enquanto contrária à fé, os irmãos maçons retorquiram, respectivamente, com uma ilustração da sociedade secreta e um ataque ao dissidente. Em **corroboração**, aliás, à ideia de que a Questão Religiosa invadiu muito mais o campo da consciência do que o dogmático, como se entrevê na historiografia especializada. Pois, para eles, o que contava, mais que os documentos pontifícios condenatórios da instituição, era a sua experiência, era o que eles haviam visto e vivenciado. Prendidos às obras de filantropia que o programa maçônico brasileiro sempre buscava realizar, em contraste àquele que se sucedia na Europa – carbonário, militante e anticlerical (Calógeras, 2023, p. 341-342).

Como, de igual modo, pode-se apreender no discurso do amigo, ou suposto amigo, do ex-maçom. Como o seu colega, na primeira e única declaração que parece ter realizado, é **visível que o** defensor tem suas sentenças em consonância à crença da Igreja e seu anátema ao maçonismo. Entretanto, ele expôs essa sua verdade de maneira bem mais contundente e evidente, ao destacar que a sociedade em qualquer parte do planeta é uma rancorosa inimiga da Igreja e, mais do que isso, do Trono. Além de demonstrar que os escritos ultramontanos chegavam a essas terras parahybanas.

Ainda que eles não tenham sido os únicos acessíveis, como se confirma em relato do autointitulado *Irmão honorario*, publicado aos 24 de abril de 1873. Ao lembrar das cartas depreciativas sobre a Companhia de Jesus, publicadas no *Jornal do Recife*, já que muitos percebiam uma estreita relação entre o ultramontanismo (os católicos que seguiam a doutrina com firmeza e atacavam a Maçonaria) e os jesuítas. Em mesma mensagem, no mais, que continuava o jogo

de representações que corria à solta e os ataques, nas afirmações de que todas essas declarações eram “cavillosas e filhas da covardia” e se o ex-maçom se portava desse modo era em razão do “medo das fogueiras da inquisição” – em uma tentativa de ligar o ultramontanismo e a “seita jesuítica”, de modo particular, ao tribunal eclesiástico (*Diario de Pernambuco*, ano 49, n. 93, 24 abr. 1873, p. 3).

Pronunciamento também contraditado pelo *amigo*, ademais. Embora com alegações iguais, mas com novas representações favoráveis à Igreja e contra a Maçonaria, com um convite anexo aos maçons. Pois, se João Valentim havia saído da instituição pela verdade, por “argumentos irresistíveis, e provas incontestáveis e por pessoas unicas competentes de salvar nossas almas das ciladas do inimigo”, os irmãos afastados também deveriam ler aqueles textos ultramontanos e ouvir as admoestações do vigário de Mamanguape, o padre Frederico de Almeida e Albuquerque. Porque, destarte, poderiam ser igualmente afetados e retornar aos “maternaes braços da esposa de Jesus Christo nossa mãe”, a Igreja (*Diario de Pernambuco*, ano 49, n. 95, 26 abr. 1873, p. 3).

Todavia, a troca de mensagens, ao que tudo indica, só terminou com uma última arguição do *Irmão honorário*, que reproduziu um artigo do autointitulado Z, no jornal *A Verdade*, do dia 26 daquele mês³. No qual se dizia que o anúncio de João Valentim teria sido um do mais baixos e vis, especialmente porque ele nunca havia possuído um documento comprobatório de ser maçom e só conseguira sua regularização, à discordância de alguns membros, ao expor “um certificado que obtivera anteriormente de um cavalleiro Rosa-cruz, declarando que se achava iniciado e possuía os tres grãos simbolicos”. Apesar de nunca ter recebido qualquer diploma, “porque nunca pagou as joias dos tres grãos, nem achou thesoureiro que lhe quizesse dar em confiança do conhecimento de quitação” (*Diario de Pernambuco*, ano 49, n. 98, 30 abr. 1873, p. 2).

De modo que a reputação do díscolo, pelo texto mordaz, é explorada, questionada. Com uma linguagem carregada de desprezo e sarcasmo, Vasconcellos teve as suas supostas falhas morais expostas. Ao passo que o cognominado Z expunha que ele não frequentava o estabelecimento e evitava o contato com aqueles incumbidos de arrecadar as mensalidades, para não as pagar. Por isso, já tinha sido expulso, antes de qualquer tomada de consciência que viesse afirmar como justificativa de sua saída. E, em face de ser um homem de espírito fraco, só deveria ter assinado a declaração, porque seria ela resultado da inspiração de sua família, que o queria fazer um político, e não dele. Ele seria, na verdade, tão somente uma

victima do egoismo de um padre, seu parente, *que sem crer em Deus* nem em cousa alguma deste mundo, que desconhecendo os sentimentos da hon-

3 Claro sinal de que a repercussão da querela que se dava no *Diario de Pernambuco* teve forte repercussão, e não apenas nele. Não foi possível, contudo, verificar se nos jornais parahybanos houve alguma notícia ou comentário a respeito desse embate, ou mesmo se ocorreu algo semelhante em suas páginas. Sobretudo, pela escassez de materiais disponíveis para tal. Inclusive, pesquisadores da imprensa paraibana, como Fátima Araújo (1986) e Gilson Souto Maior (2023), chegaram a imprecisões na catalogação dos periódicos em circulação nesta década justamente por isso.

ra e dignidade do homem, pois que tão facilmente barateia-os e annulla-os nos seus parentes menos avisados; ignorando até que entre os primeiros sentimentos inspirados pela santa religião de Jesu-Christo, está o da dignidade do homem, *ardia com tudo em desejos de fazer serviços ao bispo*; e, incapaz de fazer algum que prestasse, explorou miseravelmente a situação de seu primo; insuflou-lhe uns falsos brios, e a pretexto de represalia arrancou-lhe aquella declaração, que depõe tão tristemente do pobre declarante, mas que julgou poder servir-lhe de titulo para bem merecer do estonteado bispo, embora enchesse de confusão e vergonha os homens honrados de sua familia, entre os quaes se apontam respeitaveis maçons. *Cega até ahi o egoismo dos padres do bispo* (Diario de Pernambuco, ano 49, n. 98, 30 abr. 1873, p. 2. Grifos nossos).

Em outras palavras, em clara desqualificação de João Valentim, retratado apenas como uma marionete, um dependente de terceiros, especialmente de seu parente padre, o vigário de Mamanguape. O qual, a sua vez, foi descrito de maneira depreciativa. Na medida em que a figura do clérigo foi personificada enquanto um egoísta manipulador, um calculista interesseiro e avesso, como um paradoxo, aos valores cristãos que ele, por obrigação, deveria defender.

Uma passagem que, em termos estilísticos, parece ter se construído para evocar sentimentos de indignação e descrédito popular àquelas declarações do dissidente e seu amigo, e mesmo desmoralizar figuras da Igreja. Além de, no seu final, dirigir um irônico conselho a D. Vital, que era bispo da Diocese, para não se valer dos “pretensos serviços de padres dessa ordem”, porque, se a causa ultramontana que o prelado defendia viesse a cair, “a primeira patada lhe ha de ser atirada pelos padres da ordem do primo do Sr. João Valentim” (*Diario de Pernambuco*, ano 49, n. 98, 30 abr. 1873, p. 2).

Ou seja, em claro reforço, diante de tudo isso, à percepção de que o país se encontrava polarizado à época, conforme destaca a vasta bibliografia a respeito do tema. E o mais interessante a se notar, no entanto, é que, embora essa tensão entre ultramontanos e maçons já ocorresse há um tempo (mesmo com embates físicos) na cidade de Mamanguape, esta ocorreu exclusivamente sobre um veículo de Imprensa, ao que tudo sugere. Sendo notório, sobre tal, os jogos discursivos, as justificativas apresentadas, as imagens/representações arquitetadas, os ataques empreendidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, por essa pequena amostra, torna-se evidente a participação da Parahyba do Norte em todo aquele contexto da Questão Religiosa. Os embates, as discussões da época também atingiram, chegaram ao seu tecido social. Com sutilezas, discordâncias e similitudes ao que ocorria ao longo do vasto território imperial. O que, espera-se, faz um convite à historiografia para continuar em busca de enveredar, de conhecer e de entender os muitos episódios que, certamente, ocorreram no período e ainda não foram descobertos pelos pesquisadores. Dado

que não há hiato entre a história local e histórias maiores, nacionais e mesmo internacionais (Monteiro; Santana, 2019).

Além de, mais uma vez, se demonstrar o papel da Imprensa no desenvolvimento de eventos históricos. Nesta oportunidade, como uma arena, um lugar para que se desenrolasse um embate bastante polarizado, como se encontrava todo o Império. Não só para a realização de um debate de ideias, mas de ataques mesmo, de representações, de críticas, de denúncias. Os indivíduos envolvidos não somente se autoconstruíram, mas arquitetaram o outro por um movimento retórico, simbólico. Tiveram voz, por um espaço periódico, para defenderem o que acreditavam ser real, ser justo.

REFERÊNCIAS

Fontes

Acervo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, BR.

Edições do jornal *Diario de Pernambuco* (1873-1874).

Bibliografia

ARAUJO, Fátima. **Paraíba: imprensa e vida**. Campina Grande: GRAFSET, 1986.

BARBOSA, Ruy. Introdução do tradutor. *In.*: JANUS. **O papa e o concílio**. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo, editores, 1877.

BARROS, José D'Assunção. Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas, na sua perspectiva sincrônica e diacrônica. **História Unissinos**, [S. l.], v. 26, n. 3, set./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.unissinos.br/index.php/historia/article/view/21514/60749274>. Acesso em: 22 out. 2024.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. v. 4. Companhia Editora Nacional: Rio de Janeiro, 1947.

CALÓGERAS, João Pandiá. **Formação histórica do Brasil**. 1. ed. Garibaldi: Clube Rebouças, 2023.

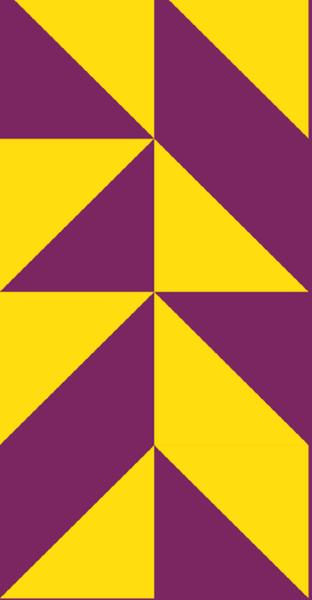
CARVALHO, Alfredo de. **Annaes da imprensa periodica pernambucana de 1821-1908**. Recife: Typographia do «Jornal do Recife», 1908.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

COSTA, Adailton Coelho. **Mamanguape, a fênix paraibana**. Campina Grande: GRAFSET, 1986.

DORNAS FILHO, João. **O padroado e a igreja brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

- GÉRSON, Brasil. **O regalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.
- IHGB. **A Paraíba nos 500 anos do Brasil**. Anais do Ciclo de Debates sobre a Paraíba na Participação dos 500 anos de Brasil. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado, 2002.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In.*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.
- MAIOR, Gilson Souto. **História da imprensa na Paraíba: livros e revistas**. Campina Grande: EDUEPB, 2023.
- MONTEIRO, Luíra Freire; SANTANA, Flávio Carreiro de (Orgs.). **Limites no horizonte do tempo: textos em história local**. João Pessoa: Ideia, 2019.
- NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Vol. I – Diário de Pernambuco. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária, Universidade Federal de Pernambuco, 1968.
- RAMIRO JUNIOR, Luiz Carlos. **Entre o Syllabus e a Constituição moderna: os debates em torno da Questão Religiosa (1872-1875)**. 2014. 201f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Império (1840-1889)**. 2010. 667f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História e Bens Culturais da Igreja, Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, 2010.
- SANTOS, Pedro Henrique Soares. **Não só de pão vive o homem: relações Brasil-Santa Sé entre 1875 e 1905**. 2023. 456f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023
- SANTOS, Thomas Giulliano Ferreira dos. **O sofisma do império**. 1. ed. Garibaldi: Clube Rebouças, 2022.
- SILVA, Ivo Pereira. **O anticlericalismo político no parlamento brasileiro (1868-1891)**. 2018. 517f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.
- TORRES, João Camilo de Oliveira Torres. **História das ideias religiosas no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020.
- ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, [S. l.], v. 4, p. 89-102. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410>. Acesso em: 22 out. 2024.



ST 05

MUNDOS DO TRABALHO: PRECARIZAÇÃO E VULNERABILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CAPITALISMO TARDIO

Coodenadores: Ana Beatriz Saraiva Leite e
Aluizio Firmino do Nascimento Junior

FORASTEIROS DE DENTRO: TRABALHADORES TERCEIRIZADOS EM MUSEUS DE CIÊNCIA NO SÉCULO XXI

Andressa Braz

(UNIRIO. E-mail: andressabraz37@gmail.com¹)

RESUMO

A presente pesquisa propõe investigar as contradições entre o trabalho terceirizado em museus de ciência e os objetivos de democratização do conhecimento e inclusão social estipulados por essas instituições. Com isso, apontar para a perpetuação de estruturas e dinâmicas de colonialidade a partir da adoção da terceirização como prática de trabalho. Ao abordar terceirização e museus, estabelecemos um diálogo interdisciplinar entre História, Sociologia do Trabalho e Museologia, no intuito de fomentar os debates sobre as práticas contemporâneas de precarização do trabalho como objeto de interesse da História Social do Trabalho, e o trabalho como elemento de colonialidade a ser observado nas discussões de decolonização de museus. Para pensar essas questões, partimos de relatos de trabalhadores terceirizados do Museu de Ciências da Terra (RJ) e da Casa da Ciência e Cultura da UFRJ (RJ), coletados por meio de entrevistas de História Oral. Nesse processo, apontar os trabalhadores terceirizados como uma importante parcela da classe trabalhadora contemporânea e sua agência histórica nas relações dos mundos do trabalho na contemporaneidade.

Palavras-chave: Terceirização, museus, trabalho, inclusão, decolonialidade.

INTRODUÇÃO

O museu pode ser entendido como um microcosmo onde as dinâmicas de poder e desigualdade presentes na sociedade encontram eco. As desigualdades estruturais globais de raça, classe e gênero criadas pela escravidão, colonização e pelo capitalismo atravessam as instituições museológicas desde a sua origem no colecionismo do século XVIII (VERGÉS, 2023, p.12). A entrada do debate do pós-colonialismo e, posteriormente, da decolonialidade² no campo museal, permitiu que as discussões traçadas pelo movimento da Nova Museologia desde os anos de 1980, que propunha a redefinição dos processos museológicos por meio da reflexão

1 Mestranda em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação de Moema de Rezende Vergara (MAST/UNIRIO).

2 Para uma melhor compreensão desses debates: Cf. GANDHI, Leela. **Postcolonial theory - a critical introduction**. Austrália: Allen & Unwin, 1998; BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n° 11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

sobre a função social dos museus e sua integração à sociedade e às populações, ganhasse novos e importantes contornos.

À uma museologia de caráter social em oposição ao colecionismo, priorizando a função sócio-educativa dos museus e sua responsabilidade política e social junto às comunidades e à transformação da realidade (CÂNDIDO, 2007, p.174), os debates pós-coloniais e decoloniais possibilitaram o questionamento à permanência de uma matriz de pensamento colonial na ação museológica e sua participação na manutenção das desigualdades coloniais no mundo contemporâneo.

Assim, as frentes de disputa na arena política dos museus ampliaram-se sobremaneira: críticas a ausência de artistas mulheres, LGBTQIA+, negros, indígenas e não-brancos em exposições; ao quadro de funcionários majoritariamente branco e masculino nos cargos de tomada de decisão (como curadoria, direção, pesquisa, etc); a negação da restituição de bens comprovadamente roubados e/ou negociados de forma furtiva em contextos coloniais e pós-coloniais; a negação do diálogo com as comunidades de sentido com as quais determinados objetos musealizados se conectam; entre muitas outras.

Neste texto, parte de uma pesquisa em andamento, buscamos acrescentar outro elemento ao front: o trabalho. Em especial, o trabalho terceirizado. É nosso objetivo propor uma reflexão inicial sobre as contradições entre o trabalho terceirizado em museus de ciência e os objetivos de democratização do conhecimento e inclusão social estipulados por essas instituições. Com isso, apontar para a perpetuação de estruturas e dinâmicas de colonialidade a partir da adoção da terceirização como prática de trabalho.

Ao abordar terceirização e museus, estabelecemos um diálogo interdisciplinar entre História, Sociologia do Trabalho e Museologia, no intuito de fomentar os debates sobre as práticas contemporâneas de precarização do trabalho como objeto de interesse da História Social do Trabalho, e o trabalho como elemento de colonialidade a ser observado nas discussões de decolonização de museus. Para pensar essas questões, partimos de entrevistas realizadas sob as diretrizes da História Oral com trabalhadores terceirizados dos setores de segurança, serviços gerais e manutenção do Museu de Ciências da Terra e da Casa da Ciência e Cultura da UFRJ, localizados na cidade do Rio de Janeiro.

Entendemos que o trabalho, somado a fatores como raça, gênero e classe, permeia o cotidiano vivenciado dentro dos museus, atuando como produto e produtor de relações de poder dentro da estrutura capitalista marcada pela colonialidade. Desse modo, a aplicação da expertise da História para olhar as relações de poder existentes nesses espaços a partir da categoria de trabalho permite um novo olhar sobre as dinâmicas de produção e reprodução de desigualdade em museus de ciência. Com isso, instituições e funcionários podem ser analisados em suas relações de poder, trabalho e nas imbricações existentes entre tais esferas.

DESENVOLVIMENTO

A modernidade ocidental, entendida como narrativa que constroi a civilização ocidental e uma ordem mundial monocêntrica e capitalista a partir das invasões europeias da América, tem como base os processos de dominação política, econômica, territorial e cultural dos espaços não-europeus engendrados pelo colonialismo (QUIJANO, 1992, p. 11; MIGNOLO, 2016, p. 2).

O colonialismo se constroi como elemento ordenador do mundo moderno por meio da estrutura colonial ensejada pela colonialidade. Esta, é elemento central no controle e administração de autoridade, economia, subjetividades, normas e relações de gênero e raça conduzidas pelo empreendimento colonial europeu (MIGNOLO, 2016, p.4-5). A colonialidade perpassa a construção das relações de poder na ordem mundial após a derrocada do colonialismo enquanto dominação formal e direta, e sob novas formas, mantém na contemporaneidade as relações de exploração e dominação construídas pela ação colonial.

Parte dessa ação se dá pois, além da dominação política, econômica e territorial, a colonialidade promove a colonização da subjetividade e do imaginário dos dominados, de forma que a domesticação, hierarquização e produção de categorias de diferença - como raça, gênero, etnia - transformadas em desigualdade que mobiliza a ação colonial, se tornam elementos constitutivos dos sujeitos colonizados (QUIJANO, 1992, p.12).

Os processos de independência e descolonização não eliminaram as bases políticas, culturais, econômicas, subjetivas e epistemológicas construídas pela colonialidade que tem no eurocentrismo suas raízes. A adoção do Estado-nação como forma de governo, mesmo sob apropriações anticoloniais, é importante expressão da pujante presença da cultura europeia como norma orientadora da imaginação política e do desenvolvimento cultural, político e econômico das ex-colônias.

Walter Mignolo (2016) destaca como a colonialidade sustenta e é sustentada pelas hierarquias construídas pelo colonialismo - raciais, de gênero, trabalho, espiritual/religiosa, epistêmica, linguística, estética. O autor cita brevemente os museus como parte da hierarquia estética, que por meio de suas instituições “administra os sentidos e molda as sensibilidades ao estabelecer normas do belo e do sublime, do que é arte e do que não é, do que será incluído e do que será excluído, do que será permitido e do que será ignorado” (p.11).

Nesse lugar de produção de normas, as instituições museais são peças fundamentais no processo de formação do Estado-nação no século XIX. Esse processo é acompanhado da construção de diversas ferramentas capazes de tornar materialmente acessíveis as nações em construção. Junto com os censos e os mapas, os museus constituíram lugares centrais na materialização de um discurso e imaginário nacionais (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p.7). Surgem como espaços para a produção da homogeneidade necessária à construção de um discurso e uma identidade nacional, sem espaço para divergências e contradições. Dessa forma, a supressão e

silenciamento das diferenças constitutivos do pensamento/ação colonial e exigidos para o projeto nacional ganham eco na atuação dos museus.

O caráter colonialista do Estado-nação perpassa a construção dos museus sobretudo na ação de missionários, mercadores, aventureiros e soldados que permitiu a coleta de inúmeros objetos para a constituição de seus acervos (VERGÉS, 2023, p.8). Estes, retirados de seu contexto e de seus sentidos originais, ganham novas denominações, significados e atribuições a partir da narrativa colonial e nacionalista construída pela ação museológica. Tornam-se no museu espólios de populações coisificadas em seus objetos, e cuja presença só é permitida por meio de sua ausência física e real. Logo, sua ausência é condição para uma presença intermediada pela representação colonial.

O museu torna-se, então, espaço para domesticação e administração das diferenças. A lógica colonial torna-se condição fundacional da ação e ilusão museal, ou seja, a representação engendrada pelos museus (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p.12), cujas narrativas expostas contribuem para a construção de determinados imaginários, sentidos e visões sobre o mundo no qual a diferença se torna fator hierarquizante e de dominação, legitimando e justificando o empreendimento colonial. Nessa perspectiva, os museus são importantes lócus de reprodução da colonialidade.

Embora esse cenário seja mais facilmente associado aos museus europeus e estadunidenses, podemos observá-lo também na ação de museus brasileiros. A título de exemplo, podemos citar brevemente os recentes acontecimentos em torno da restituição do Manto Tupinambá do Museu Nacional da Dinamarca para o Brasil, envolvendo o Museu Nacional e a comunidade indígena dos Tupinambá de Olivença (BA).

Embora lideranças como Glicéria Tupinambá, Valdelice Tupinambá e Cacique Babau tenham participado ativamente das negociações, quando o manto finalmente chegou ao Brasil em julho de 2024, os Tupinambá foram surpreendidos pela posição de desrespeito por parte dos dirigentes do Museu Nacional. Por se tratar de um objeto sagrado, os Tupinambá exigiam a realização de determinados ritos e procedimentos para resguardar o bem espiritual de seu povo e do próprio manto em sua chegada ao Brasil, condição aceita pelo Museu Nacional em acordo fechado em maio de 2024³.

No entanto, os Tupinambá relatam que a chegada do manto foi feita sem o conhecimento de suas lideranças e sem passar pelos devidos ritos, sendo armazenado diretamente no acervo do museu no Rio de Janeiro. Em nota, o diretor da instituição afirmou ser necessário primeiramente o acondicionamento da peça para garantir sua manutenção devido às diferenças de

3 Reunidos no Conselho Indígena Tupinambá de Olivença, os indígenas relataram o ocorrido por meio de suas redes sociais. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C9SGuo_OXKw/?igsh=MXFneTMYYm8za2I-zcw%3D%3D

temperatura entre os dois países, e que após garantir a segurança da peça, esta seria exibida para o público⁴.

Como aponta Françoise Vergés (2023), a necessidade de grupos minoritários recorrem ao mesmo aparato estatal que lhes nega direitos e legitima as violações cometidas contra seus membros para reclamar objetos que lhes pertencem é, por si só, uma perversão colonial (p.13). Os museus também pertencem a esse aparato, e são a primeira escolha como espaço de salvaguarda dos bens repatriados a despeito das demandas das comunidades de sentido requerentes do bem.

A escolha pelo Museu Nacional - ainda que feita em diálogo com os Tupinambás - bem como seu posicionamento diante das contestações do grupo indígena, vai ao encontro da noção de uma atribuição quase natural dos museus como guardiões do patrimônio da humanidade e depósito do universal. Calcada em um princípio de universalidade que transforma os museus em espaços de neutralidade e isentos de intenções e discursos ideológicos, que não pode ser questionado e deve ser protegido.

Nesse lugar do universal, as narrativas comunicadas ao público são mascaradas de neutralidade e as formas de exploração existentes no interior dos museus são ocultadas. Logo,

O museu é uma estrutura capaz de dissimular suas formas de exploração sob o véu do universal, e o público que se apresenta para ver as obras não ‘vê’ a mulher ou o homem que vigia as salas, limpa os banheiros ou serve o café. Levar a luta social para dentro da instituição os sindicatos já fazem. Mas ela deve ter várias frentes ao mesmo tempo, para desvelar as pomposas pretensões ao ‘universal’ e sua relação com a precariedade (VERGES, 2023, p.24-25).

Nessa relação com a precariedade, o trabalho é um elemento relevante nas dinâmicas de colonialidade presentes nesses espaços. Sob a lógica e dominação colonial, as diferentes formas e usos de trabalho experimentados pelas distintas populações ao redor do globo foram submetidas ao processo de criação de uma economia de acumulação, que é hoje reconhecida como a mentalidade econômica capitalista (MIGNOLO, 2016, p.7).

O desenvolvimento e expansão do capitalismo e do colonialismo europeu dependeram desde seu início no século XVI da adoção do trabalho precarizado - sobretudo o trabalho forçado/compulsório - para produzir mercadorias com baixos custos e maximizar os lucros (SANTOS, 2017, p.24). A escravidão foi a principal expressão desse tipo de trabalho, embora não seja a única. Além dos museus e anseios nacionais, vemos no século XIX a produção de novos formatos de trabalho que, apesar da alcunha de liberdade, sustentavam a lógica escravista, não-livre e de exploração necessárias à manutenção da dinâmica capitalista e colonial.⁵

4 Nota divulgada por meio das redes sociais do Museu Nacional. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C9Zy1pfp86C/?igsh=cGNibHh3Y2oxczZy>

5 Para saber mais sobre esse debate, Cf. DAMIR-GEILSDORF, Sabine, LINDNER, Ulrike; MULLER, Gesine; TAPPE, Oliver; ZEUSKE, Michael Zeuske (org). **Bonded Labour Global and Comparative Perspectives (18th–21st Century)**. Bielefeld: transcript Verlag, 2016.

A relação entre trabalho e precariedade torna-se motor do processo de expansão colonial e capitalista, e o trabalho - somado à raça e gênero - elemento fundamental na construção de estruturas de desigualdade e na manutenção da colonialidade que atravessa as relações no mundo contemporâneo. Embora basilar na estruturação capitalista, as formas sócio-históricas da precariedade sofrem alterações e reconfigurações a partir das próprias reestruturações ocorridas no sistema capitalista em seus momentos de crise. A modificação das práticas da precariedade são essenciais para a continuidade e manutenção da hegemonia do capital.

Nesse cenário, a terceirização é uma das principais formas sócio-históricas da precariedade inerente às relações entre trabalho e capital na contemporaneidade. As novas transformações na estrutura do capitalismo global, iniciadas sobretudo a partir da crise do modelo de trabalho fordista/taylorista nas décadas de 1960/1970, promovem processos de reestruturação produtiva inspirados pelo “modelo japonês”, o toyotismo, pautados na financeirização e mundialização da economia (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007, p.28). Deste processo, a hegemonia do capital financeiro sobre todos os demais empreendimentos do capital.

A lógica financeira passa a gerir, além da dimensão econômica, todos os âmbitos da vida social, dando um novo conteúdo ao modo de trabalho e de vida, sustentados na volatilidade, efemeridade, flexibilização e descartabilidade sem limites (ANTUNES; DRUCK, 2015, p.19). Nessa nova conjuntura, a terceirização emerge como elemento chave de um processo global de desregulamentação do mercado de trabalho e acentuação das políticas neoliberais, marcado pela crescente ausência do Estado na manutenção dos direitos sociais e a adoção da lógica do mercado nas políticas públicas e gestão do Estado.

Agora sob o princípio da acumulação flexível, o capitalismo impõe um processo produtivo e relações de trabalho flexibilizados, enfraquecendo o trabalho regulamentado e ampliando a exploração do trabalho por meio de práticas precarizadas. A partir da contratação de trabalhadores por empresa interposta, a terceirização atua como uma das principais formas de flexibilização e precarização do trabalho, viabilizando um grau de liberdade do capital para gerir e dominar a força de trabalho com poucas limitações, a partir da flexibilização dos contratos, da transferência de responsabilidade de gestão e de custos trabalhistas para um terceiro (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007, p. 28).

Os trabalhadores terceirizados enfrentam múltiplas formas de precarização que passam por salários menores, maior instabilidade e rotatividade, maiores jornadas de trabalho, maior risco de acidente no trabalho e prejuízos à saúde física e mental, tratamento diferenciado e estigmatização no uso de refeitórios e roupas que marcam a diferença entre os terceirizados e não-terceirizados. Ademais, possuem maiores dificuldades de construção de vínculos no ambiente de trabalho e maior fragilidade da identidade coletiva de classe (GIMENEZ; KREIN, 2016; ANTUNES; DRUCK, 2015; DUTRA, 2020; LIMA, 2010; LYKAWKA, 2013; IRBER, 2016).

Carecemos de estatísticas que apontem a quantidade exata de museus brasileiros que se utilizam da terceirização como modalidade de trabalho e qual sua distribuição no quadro de funcionários das instituições. Há, contudo, uma literatura que aponta para a fragilidade das relações estabelecidas entre instituições museais e funcionários terceirizados no âmbito da divulgação da ciência e dos vínculos trabalhistas⁶. Alocados sobretudo nos serviços de limpeza, vigilância e manutenção, esses funcionários desenvolvem cotidianamente atividades primordiais para o funcionamento dos museus: abertura, fechamento e segurança dos portões, o controle e recepção do público, a manutenção dos espaços de exposição, a limpeza dos espaços de trabalho, áreas comuns e o café dos outros funcionários, entre muitas outras. Atividades cujos sujeitos passam despercebidos e são lembrados apenas quando o banheiro está sujo, a portaria vazia e o café frio.

A posição de precariedade que ocupam na hierarquia de trabalho das instituições promove a sua invisibilização dentro do espaço museal e a dificuldade de construção de relações de pertencimento, valorização e conexão com a missão institucional dos museus. Assim, podemos compreender o lugar ocupado pelos funcionários terceirizados de museus a partir do que Patricia Hill Collins (2016) denominou como *outsider within* - ou forasteiros de dentro. Ao passo que são *insiders* por estarem inseridos no espaço físico e na hierarquia de trabalho, são ao mesmo tempo *outsiders* por sua posição de funcionário sob contrato externo, legalmente ligado a outro empregador, e sua invisibilização enquanto público alvo das políticas de divulgação da ciência e não participação nas atividades museais. Ocupam um entre-lugar marcado pela ambiguidade de, ao mesmo tempo, pertencer e não pertencer à instituição que vivenciam todos os dias.

Diante disso, como a presença de uma prática de trabalho marcada pela precarização afeta os objetivos de transformação do cenário de exclusão colonial nos museus? Quais os limites das ações e discussões decoloniais e de democratização do conhecimento diante da utilização da terceirização nesses espaços? Como as experiências desses trabalhadores enquanto forasteiros de dentro podem agregar para o enfrentamento dessas discussões e desafios?

Como um microcosmo da sociedade e inteiramente conectados a ela, qualquer discussão sobre decolonizar os museus não pode escapar às demandas de construção de um mundo em que a precariedade não seja ordenadora da vida. Pensar práticas decoloniais que questionem o

6 Cf. DUARTE, Rômulo; ABREU, Renata Garanito de; FREITAS, João Alcantara. “Como você recebe alguém na sua casa?”: notas sobre a oficina de hospitalidade com os funcionários terceirizados da Fundação Casa de Rui Barbosa – RJ. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, 15(1), pp. 161-179, jan/jul. 2018; OLIVEIRA, Ana Paula Rocha de. Terceirização e seu impacto nas relações de trabalho: o caso dos museus. In: SOARES, Bruno Brulon; BROWN, Karen; NAZOR, Olga (org.). **Defining museums of the 21st century: plural experiences**. Paris: ICOM/ICOFOM, 2018. p.140-146; PESSANHA, Wellington Ricardo Ribeiro. **Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST: estudo de caso a partir dos olhares dos funcionários terceirizados**. Monografia (Antropologia) - Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2016; RANGEL, Aparecida. **TOD@S SÃO TOD@S? Revista Docência e Cibercultura**, v. 3, n. 2, mai-ago, 2019, p. 350-355; SANTOS, Bruno Marco Cuedos. **Visitando o museu pela porta dos fundos: Vigilantes e transportadores de obras de arte e a resignificação do habitus**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Guarulhos, 2015.

legado colonial das instituições museais passa indispensavelmente por questionar as relações de poder que atravessam sua estrutura interna, da origem de seus acervos às hierarquias raciais, de gênero e classe que perpassam sua prática cotidiana com os públicos e funcionários.

Assim, observar as relações de poder existentes nesses espaços a partir das categorias de trabalho e trabalho terceirizado permite um outro olhar sobre as dinâmicas de produção e reprodução das estruturas de desigualdade construídas pela colonialidade, ampliando o escopo da reflexão decolonial na ação museológica diante do enfrentamento de suas contradições e limitações.

METODOLOGIA

Para pensar essas questões, consideramos que partir da experiência vivida (THOMPSON, 1981, p.188) dos trabalhadores terceirizados é central para enxergá-los como uma importante parcela da classe trabalhadora contemporânea, suas relações, leituras, ações e agência nos mundos do trabalho. Dessa forma, optamos pela aplicação das diretrizes já consolidadas pela História Oral, ou seja, as entrevistas.

No diálogo com a História Social do Trabalho, a prática da História Oral é de suma importância pois permite a apreensão da experiência dos trabalhadores em suas próprias palavras. Nesse processo, esses trabalhadores são reconhecidos em sua agência histórica e como importantes interlocutores na construção de conhecimento acerca da prática de trabalho que executam. Ademais, entendemos que a História Oral exige do historiador um lugar de escuta e o comprometimento com um processo dialógico de produção da pesquisa que reconhece o entrevistado não como objeto ou fonte, mas outro sujeito possuidor de conhecimentos.

Assim, utilizamos a abordagem da história oral temática, que consiste na realização de entrevistas cujas questões giram em torno de um tema específico. Neste tipo de prática da História Oral, o tema investigado organiza a entrevista para atender o alvo proposto, limitando seu caráter subjetivo, porém, sem anulá-lo por completo (Meihy, 2015).

Estão sendo realizadas entrevistas com 13 trabalhadores terceirizados dos setores de manutenção, serviços gerais e segurança do Museu de Ciências da Terra e da Casa da Ciência e Cultura da UFRJ, localizados na cidade do Rio de Janeiro. O critério de escolha das instituições se deu com base em seu caráter de unidade de pesquisa voltada para a divulgação e popularização da ciência, e o número de entrevistados a partir do aceite voluntário e espontâneo dos funcionários convidados pela pesquisadora com mediação da administração das respectivas instituições.

A pesquisa foi submetida e aprovada pela Comissão de Ética da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) via Plataforma Brasil, e no momento 12 funcionários já foram entrevistados. As entrevistas são realizadas no formato de áudio, individualmente e

precedidas por conversas para exposição dos objetivos e finalidades da pesquisa e entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este é entregue em duas vias, uma delas a ser mantida pelo entrevistado/a. A gravação é iniciada somente após a entrega do TCLE assinado pelo entrevistado/a.

O método utilizado para as entrevistas é o desenvolvido pelo Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO) da USP: uma vez realizada a entrevista, é feita sua transcrição (descrição das perguntas e respostas exatamente como foram ditas pelo entrevistado); em seguida, a transcrição da entrevista (processo de tornar a transcrição mais “palatável”, onde cortamos vícios de linguagem ou erros de concordância, por exemplo, a fim de não constranger o entrevistado) (Meihy, 2015). Uma cópia da transcrição é entregue ao entrevistado/a para leitura e eventuais cortes de falas que não deseje serem incorporadas na pesquisa. À toda citação utilizada na pesquisa será garantido o direito do/a entrevistado/a ao anonimato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os museus são espaços de trabalho para centenas de pessoas que vivenciam a experiência da imersão museal por outras vias e sentidos. Do museólogo ao vigilante, a preservação desses espaços é feita por inúmeros sujeitos que desaparecem em meio aos objetos e exposições. São eles, porém, que mantêm o que Mário Chagas denominou como a “gota de sangue” presente em cada museu (CHAGAS, 2009, p.24). Admitir essa presença implica a percepção dos museus como campo de batalha e arena política, espaço de conflitos e contradições. Assim, enxergar os museus em sua dimensão de local de trabalho e o lugar do trabalho nessas instituições torna-se fundamental para compreender as formas e dinâmicas de produção e reprodução de desigualdades que atuam nesses espaços.

Repensar as práticas museológicas para permitir a construção de técnicas e pressupostos não coloniais exige o compromisso dos museus e seus agentes com a afirmação dos direitos políticos e sociais das populações excluídas do projeto colonial que lhe deu vida inicialmente. Além dos objetos e narrativas construídas, é necessário direcionar os esforços anticoloniais também para as estruturas de exclusão que atingem as pessoas que compõem os museus em toda a sua diversidade.

Nesse sentido, esperamos contribuir para a percepção da centralidade do trabalho e suas formas contemporâneas nos debates da História Social do Trabalho e das práticas de decolonialidade em museus. Ademais, apontar a possibilidade de construção de uma história social da terceirização no século XXI que insira essa modalidade de trabalho no quadro mais amplo das formas históricas de trabalho do capitalismo no contexto brasileiro, bem como trazer para os museus um olhar sobre as pessoas e relações que os compõem, para além de seus objetos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, ano XVIII, nº 34, julho-dezembro, 2015, pp. 19-40.
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. A função social dos museus. **Canindé** - Revista do Museu de Arqueologia de Xingó, nº 9, junho/2007, p.169-187.
- CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal - museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>
- DUTRA, Renata Queiroz; COELHO, Ilana Barros. “Eles pensam que a gente é invisível”: gênero, trabalho terceirizado e educação jurídica popular. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 4, p.2359-2385, 2020.
- GIMENEZ, Denis Maracci; KREIN, José Dari. Terceirização e o desorganizado mercado de trabalho brasileiro. In: TEIXEIRA, Marilane Oliveira; RODRIGUES, Hélio; COELHO, Elaine d'Ávila (orgs.). **Precarização e terceirização: faces da mesma realidade**. – São Paulo: Sindicato dos Químicos-SP, 2016.
- IRBER, Beatriz Gabriele De Castro Silva. **Trabalhadoras terceirizadas de limpeza e conservação da UNB: Relatos de violências, invisibilidade e precarização**. Monografia (Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016, 74p.
- LIMA, Jacob Carlos. A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 13, n. 1, pp. 17-26, 2010.
- LYKAWKA, Liliane. **O trabalho terceirizado: reconhecimento, valorização e satisfação**. Monografia (Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, 45p.
- MEIHY, José Carlos Sebe B. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2015.
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, nº 94, junho/2017, p.1-18.
- OLIVEIRA, João Pacheco; SANTOS, Rita de Cássia Melo. Introdução. In: OLIVEIRA, João Pacheco; SANTOS, Rita de Cássia Melo (org.). **De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 7-29.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Pcrú Indígena**, v. 13, nº 29, 1992, p.11-20.
- SANTOS, Marco Aurélio. Migrações e trabalho sob contrato no século XIX. **Revista História**, São Paulo, v.36, n. 12, 2017.

THÉBAUD-MONY, Annie; DRUCK, Graça. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. p.23-58.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VERGÉS, Françoise. **Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

O CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR E SUAS REPERCUSSÕES NA SOCIEDADE E ARQUITETURA RURAL DO BREJO PARAIBANO NO SÉCULO XIX

Luiz Ricardo Sales
(UFRN, salespesquisa@gmail.com)

RESUMO

Este estudo investiga a profunda influência do ciclo da cana-de-açúcar no desenvolvimento territorial do Brejo Paraibano ao longo do século XIX, com foco nas repercussões dessa economia na sociedade local e na arquitetura rural. A expansão da economia açucareira impulsionou a concentração de terras nas mãos de uma elite agrária emergente, resultando no surgimento de inúmeros engenhos que se tornaram centros de poder econômico e social. As casas-sedes dessas propriedades não apenas refletiram a prosperidade de seus proprietários, mas também exteriorizavam os códigos culturais e estéticos da burguesia da época, manifestando-se em construções que combinavam elementos europeus com adaptações locais. Nesse contexto, a mão de obra, majoritariamente composta por escravizados, desempenhou um papel crucial na sustentação dessa economia, contribuindo para a configuração de uma sociedade marcada por profundas desigualdades. Assim, o trabalho se debruça em torno das inter-relações entre economia, sociedade e arquitetura no contexto rural do Brejo Paraibano durante o século XIX, levando em conta a influência mútua desses elementos na configuração do território e na vida cotidiana desta região.

Palavras-chave: Economia, Paisagem Agrária, Arquitetura.

INTRODUÇÃO

A Microrregião do Brejo Paraibano, rica em história e tradição, destaca-se como um território de inegável importância cultural. Durante os séculos XIX e XX, a paisagem foi dominada por vastas plantações de cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), cuja produção abastecia os engenhos locais que, por sua vez, desempenharam um papel fundamental na economia regional, sendo responsáveis pela fabricação de produtos como o açúcar mascavo, a rapadura e a aguardente.

Essa dinâmica agroindustrial não apenas impulsionou a economia local, mas também transformou o cotidiano, moldando a identidade sociocultural do território. O legado deixado pelos engenhos permanece vivo nas tradições, memórias coletivas e no rico patrimônio

arquitetônico. Esses elementos conferem ao Brejo um papel de destaque na cultura e história econômica da Paraíba, reafirmando sua relevância como um espaço onde passado e presente se encontram de forma marcante e significativa.

Os engenhos, definidos como o “coração” da monocultura canavieira, desempenhavam um papel significativa, especialmente como centros de convivência, onde se preservavam os valores e processos de fabricação. Esses espaços funcionavam como o elo entre gerações, transmitindo não apenas técnicas produtivas, mas também práticas culturais e memórias familiares, que reforçaram o vínculo das comunidades com suas raízes e com o território.

Nesse contexto, esse legado agrícola deixou marcas profundas na arquitetura e no modo de vida do espaço rural do Brejo Paraibano que, por sua vez, ainda evidentes nas construções históricas e no cotidiano das comunidades locais. As antigas edificações dos engenhos, muitas vezes preservadas e ainda em funcionamento, são testemunhos vivos de uma época em que o trabalho, a produção e a cultura se uniam em torno da cana-de-açúcar.

A herança desse período permanece na paisagem e nas práticas culturais da região, tornando o Brejo Paraibano um território de grande valor histórico e patrimonial. De acordo com Moreira e Targino (1997, p. 65), o avanço da monocultura canavieira, além de redefinir economicamente a região da Zona da Mata, influenciou indiretamente o interior paraibano, impulsionando uma expansão territorial e econômica através da pecuária.

Ao lado da agricultura de alimentos desenvolveu-se desde cedo o cultivo da cana-de-açúcar destinada, em princípio, a produção do açúcar mascavo para o auto consumo. Em seguida, uma sucessão de culturas, inclusive a própria cana, passaram a marcar a organização do espaço regional dando origem ao que alguns historiadores e cronistas denominam de ciclos econômicos do Brejo. (MOREIRA e TARGINO, 1997 p. 85).

Desse modo, a cana-de-açúcar estabeleceu relações de interdependência com outras atividades econômicas, transformando os padrões e de uso das terras que, por sua vez, configurou o sistema agrário marcado pela concentração fundiária e pela exploração intensiva dos recursos naturais. Logo, o ciclo da cana-de-açúcar passou a ser caracterizado como um agente estruturante na ocupação e desenvolvimento do Brejo Paraibano e de outras regiões do estado da Paraíba.

Todavia, cabe destacar que o vínculo econômico, entre a monocultura canavieira e as edificações consolidaram-se à medida que o aumento da comercialização da rapadura impulsionava o surgimento e a evolução de uma significativa arquitetura rural. Para tanto, as construções eram projetadas com o objetivo de atender às demandas do cotidiano das famílias e os seus negócios. Desta forma, os espaços físicos refletiam, por meio dos materiais e cores utilizados, soluções criativas e refinadas desenvolvidas em harmonia com as exigências funcionais e culturais da época.

Assim, este estudo examina as principais repercussões do ciclo da cana-de-açúcar no Brejo Paraibano, destacando suas repercussões na sociedade e na arquitetura rural no século XIX. Em um cenário marcado pela predominância de grandes propriedades rurais, os engenhos e suas imponentes casas-sede não apenas refletiam a prosperidade de seus proprietários, mas também atuavam como símbolos de poder e influência. Essas construções desempenharam um papel fundamental nas transformações do cotidiano e na reorganização das relações de poder, deixando marcas profundas na história e no território.

O CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR NO BREJO PARAIBANO NO SÉCULO XIX

A cultura da cana-de-açúcar no Brejo Paraibano teve grande influência a partir do declínio da produção algodoeira, especialmente na segunda metade do século XIX. Esta substituição proporcionou uma significativa transformação econômica e social na região, impulsionando o desenvolvimento dos engenhos e a reconfiguração do espaço agrário, além de promover uma maior circulação de capital e o desenvolvimento dos núcleos urbanos.

[...] o mais importante desses ciclos foi a cana-de-açúcar, que sempre esteve presente como produto comercial das lavouras existentes no Brejo, apesar de por vezes ter menor peso em concorrência com outras culturas, como o algodão. Porém, tornou-se elemento presente e definiu por muito tempo a organização das relações de trabalho e da produção, representando uma fonte de riqueza para aqueles que detinham o poder político e econômico, desde o período colonial até boa parte do século XX. (SILVA, 2021, p. 8).

A partir da expansão da monocultura canavieira, a sociedade passou a estruturar-se sob uma rígida divisão de classes, no qual a posse de terra ultrapassava o seu valor de riqueza, representando de modo expressivo o poder e prestígio político. Nesse período, as relações de produção e propriedade no meio rural permaneciam sustentadas por uma elite emergente que exercia domínio sobre uma força de trabalho majoritariamente composta por escravizados.

A rapadura produzida pelos engenhos do Brejo abastecia os mercados do Sertão Paraibano e do Rio Grande do Norte, sendo, juntamente com a farinha de mandioca, um dos principais alimentos consumidos pelas populações dessas regiões. No entanto, este ciclo foi marcado por momentos de ascensão e declínio, ambos vivenciados de modo distinto em cada município, por exemplo, Areia passou por uma profunda crise econômica ao ser excluída dos novos traçados ferroviários.

Os terrenos acidentados do Brejo Paraibano são marcados por um relevo ondulado e com altitudes que variam entre 400 a 800 metros. Essa topografia peculiar situada na transição entre o Agreste e a Zona da Mata, foi favorecida com solos férteis, especialmente nas encostas e planícies aluviais. De modo geral, a região favorecida como um regime de chuvas relativamente

regular e temperaturas amenas, consolidou-se como um polo de produção canavieira por mais de dois séculos.

As condições ecológicas eram propícias para a economia canavieira, como antes haviam sido para o algodão e depois para o café e para o agave. As chuvas constantes e bem distribuídas cooperavam com o homem no amanho da lavoura, permitindo colheitas compensadoras na época da estiagem. Essa cultura tinha seu domínio na zona propriamente do Brejo, de clima quente e úmido, até os limites do agreste, ao poente, onde a água se torna menos abundante, geralmente escassa, favorável, portanto, a outras lavouras. (ALMEIDA, 1958, p. 50).

Por sua vez, permitiu o florescimento de pequenos e numerosos engenhos, que desempenharam um papel fundamental na integração com o mercado regional. Este processo foi caracterizado por uma ocupação rizomática¹, que pode ser comparada a um sistema radicular, onde as conexões não seguiam necessariamente padrões lineares, mas se expandiam de forma descentralizada e interligada. Esse modelo permitia uma organização flexível e adaptável, em que as propriedades rurais, os engenhos e os pequenos núcleos urbanos estavam conectados por uma malha complexa de relações econômicas e sociais.

Essas redes comerciais criavam um círculo de apoio mútuo, priorizando o viés mercadológico, mas também facilitando trocas culturais e sociais. Além disso, essa dinâmica contribuiu para a formação de uma economia interdependente, onde a circulação de mercadorias e informações alimentava um sistema resiliente e integrado.

Entretanto, no final do século XIX, o Brejo Paraibano enfrentou um período de profundas transformações e instabilidades que redesenharam o cenário socioeconômico. O avanço da concorrência com outros mercados, por exemplo, o do Sertão paraibano impôs desafios significativos aos proprietários dos engenhos, enquanto a abolição da escravatura (1888) gerou uma transição abrupta na estrutura produtiva, substituindo a mão de obra escravizada por trabalhadores livres, muitas vezes sem planejamento ou suporte adequado.

Diante desse cenário de crise, agravado pela desvalorização da rapadura nos mercados, os engenhos, em sua maioria, entraram em decadência, sendo reduzidos à condição de “fogo morto”². Por consequência, as famílias sofreram grandes transformações que, por sua vez, foram comprometidas a vitalidade econômica e social.

1 De acordo com Ian Buchanan (2020), rizomática está relacionado ao modelo de estrutura que privilegia a multiplicidade e as conexões, afastando-se de estruturas fixas ou hierárquicas. Segundo o autor o termo é frequentemente utilizado para descrever dinâmicas complexas, como redes comerciais ou interações territoriais, pois permite compreender como os elementos se conectam de maneira orgânica e adaptativa.

2 Segundo Barbosa (2014, p. 105-106), o termo refere-se ao “engenho que não produz mais açúcar, cachaça, rapadura, resumido apenas a mero roçado de cana, fornecedor de usina, dominado pela balança”.

Esse período evidenciou as fragilidades de uma economia altamente dependente de uma única monocultura e de práticas tradicionais, que se mostraram insuficientes para enfrentar as demandas e as complexidades do mercado. Em contrapartida, alguns proprietários buscaram modernizar suas agroindústrias ao importar maquinários da Inglaterra, como moendas e caldeiras, na tentativa de reduzir os efeitos negativos da estagnação econômica e de alinhar suas produções às tecnologias da Revolução Industrial.

Apesar dessa estratégia ter o objetivo de aumentar a eficiência produtiva e assegurar a competitividade em um mercado cada vez mais exigente e diversificado, a monocultura da cana-de-açúcar começou a perder protagonismo, abrindo espaço para o cultivo de outras culturas agrícolas, como milho, mandioca e o sisal, que passaram a integrar a economia regional. Desse modo, a nova diversificação permitiu uma reorganização econômica do espaço rural, possibilitando maior resiliência frente às adversidades econômicas do mercado.

Contudo, vale ressaltar que embora a cana-de-açúcar tenha perdido seu status de protagonista na economia do Brejo Paraibano, ela não desapareceu completamente do cotidiano rural. A cultura permaneceu presente, ainda que em menor escala, sendo cultivada em engenhos menores que adaptaram suas atividades para atender a demandas dos núcleos urbanos. Entre os inúmeros desafios enfrentados pelos produtores rurais, destacou-se a presença devastadora da *gomose*³, que comprometeu a produtividade das plantações.

Na busca incessante por soluções, os produtores optaram por substituir a cana caiana pelas espécies preta ou crioula. Essas variedades, demonstraram maior resistência às pragas e permitiram uma recuperação parcial das lavouras e reduziram um maior prejuízo econômico ao setor. Para tanto, essa permanência, mesmo que secundária, resistiu até a primeira metade do século XX, impulsionada pela tradição, mas também pela falta de novas alternativas econômicas de produção capitalista.

ARQUITETURA RURAL DAS CASAS-SEDE: MEMÓRIA E IDENTIDADE

As casas-sede representam mais do que estruturas arquitetônicas, são símbolos de uma dinâmica histórica, social e cultural. Essas edificações refletem um processo de criação e organização do espaço marcado por múltiplas identidades e pertencimentos, que foram se consolidando ao longo do tempo por meio das práticas cotidianas.

Sua concepção está intrinsecamente ligada à interação entre o sujeito e o ambiente construído, estabelecendo uma relação simbiótica onde o espaço não apenas acolhe as vivências, mas também influencia e é transformado por elas. Essa relação é evidente na disposição espa-

3 Doença que afetou os canaviais, causada por fungos, como espécies do gênero *Phytophthora*, levando ao apodrecimento dos tecidos da cana.

cial das casas-sede, nas escolhas arquitetônicas e nos materiais empregados, que dialogam com as condições ambientais e as dinâmicas sociais da época.

Comumente construídas em pontos mais altos em relação às demais edificações, se destacam em relação ao resto do conjunto por possuírem elementos decorativos, incorporados durante os períodos de apogeu dos ciclos econômicos. [...] apresenta tipologia construtiva variada, nessa região o mais comum são as casas com três alpendres, frontal e lateral, mas essa tipologia pode variar, encontrando-se desde casas apenas com alpendres laterais, como as sem alpendre. (ANDRADE, 2023, p. 21-22)

Figura 1 – Casa-sede do Engenho Mineiro, Areia-PB.



Fonte: Autor, 2024.

As casas-sede assumiram funções representativas, como demonstrações de poder econômico e de status social de seus proprietários, ao mesmo tempo em que serviam como espaços para a reprodução de práticas culturais e econômicas. Desse modo, essas construções transcendem a materialidade ao incorporarem valores intangíveis, como a memória coletiva e os laços identitários das comunidades que ali viveram.

O grande engenho patriarcal ou a grande fazenda brasileira era uma comunidade que se mantinha por conta própria – econômica e socialmente – poucas vezes, abrindo para o mundo exterior suas enormes cancelas, por necessidade de caráter econômico. [...] A população incluía, além do proprietário e da sua família, feitores ou superintendentes, vaqueiros ou pastores, algumas vezes um capelão e um preceptor, carpinteiros, ferreiros, pedreiros e uma multidão de escravos. (FREYRE, 2023, p. 78).

De acordo com Sales (2020, p. 12), as casas-sede são definidas “como conjuntos de registros materiais e imateriais decorrentes das práticas, tradições e iniciativas produtivas que se estabeleceram, historicamente e territorialmente no ambiente rural”. Sendo assim, eles se apre-

sentam como testemunhos patrimoniais, onde a história econômica do ciclo da cana-de-açúcar se entrelaça com a sensibilidade das tradições culturais, conferindo-lhes um papel central na preservação da memória do Brejo Paraibano.

Rojas et al. (2014, p. 12), descrevem que as casas-sede como elementos emblemáticos do patrimônio construído, simbolizavam o poder social, funcionando como núcleos de autoridade e expressão das hierarquias econômicas e políticas. As construções reforçavam a centralidade e a hegemonia dos senhores de engenho, configurando-se como pontos de controle das atividades produtivas e da vida cotidiana. Além disso, eram testemunhos culturais, refletindo a interação entre os valores europeus trazidos pelos colonizadores, moldadas pela diversidade étnica e cultural da região.

Nesse contexto, esses espaços representam não apenas o passado, mas também a continuidade de um legado imaterial que permeia o presente, reforçando o vínculo entre as gerações e o território. Tal entendimento amplia a noção de patrimônio, integrando aspectos sensíveis e simbólicos que enriquecem o valor cultural dessas edificações e reafirmam sua importância como fontes de pesquisa e preservação histórica.

No Brejo, as casas-sede destacavam-se por sua localização estratégica e pela riqueza de elementos arquitetônicos que, por sua vez, geralmente eram construídas em áreas elevadas com o intuito de garantir uma visão privilegiada da paisagem circundante, além do engenho e as demais construções, por exemplo, galpões e currais.

Arquitetonicamente, as casas-sede combinavam técnicas construtivas europeias, como o uso de telhados de duas águas e fachadas simétricas, com materiais e soluções locais, como adobe, pedras e revestimentos de cal. Elementos decorativos, como azulejos portugueses, portas entalhadas e varanda, ilustravam o prestígio do proprietário e a incorporação de tendências estéticas.

Figura 2 – Casa de hóspedes do Engenho Baixa Verde, Serraria-PB.



Fonte: Autor, 2024.

Para além da materialidade, constatamos que as casas-sede afirmavam o prestígio da família, consolidando seu papel enquanto detentores do poder local. Ao mesmo tempo, refletiam a forte ligação entre os moradores e o “lugar” em que viviam, expressa nos hábitos diários, nas tradições transmitidas e na relação direta com a terra. Diante disso, o “lugar”, assume um significado multifacetado, ou seja, é a base material da produção e da vida familiar quanto um referencial identitário, marcado por memórias e valores compartilhados.

Assim, a casa-sede era um dos principais pilares quando falamos de pertencimento e de identidades no espaço rural. A interseção entre o trabalho, a família e a paisagem reafirmavam a centralidade desses espaços na definição do “lugar” como algo tangível e simbólico, perpetuando uma herança cultural que moldou a história do Brejo Paraibano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ciclo da cana-de-açúcar deixou marcas expressivas na sociedade e na arquitetura rural do Brejo Paraibano, configurando um cenário em que os aspectos econômicos, sociais e culturais se entrelaçaram profundamente. Caracterizado pela concentração de terras e pela utilização significativa da mão de obra de escravizados, principalmente no século XIX que contribuiu para a formação de grandes propriedades rurais, cuja centralidade econômica e social era refletida nas imponentes casas-sede. Essas edificações desempenhavam não apenas uma função prática, mas também simbólica, expressando o poder e o status de uma sociedade hierarquizada, marcada por profundas desigualdades sociais.

A arquitetura dos engenhos e suas casas-sede foram, simultaneamente, um reflexo e um agente das dinâmicas de poder e riqueza que definiram o território. Essas construções, com suas características arquitetônicas que mesclavam influências europeias e adaptações locais, materializavam valores estéticos, culturais e sociais, reforçando a estratificação e as distinções sociais da época. Esse legado arquitetônico e cultural continua a ressoar na história e na identidade do Brejo Paraibano, sendo um testemunho do impacto do ciclo canavieiro na formação econômica e social da região.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**: memórias de um município. 1 ed. Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1958.

ANDRADE, Eliane Conceição Lima de. **Patrimônio histórico-cultural e engenhos de cachaça**: Engendramento para o turismo no brejo paraibano. Dissertação (Desenvolvimento Regional), Universidade Estadual Paraíba, Campina Grande, 2023.

BARBOSA, José Luciano Albino. **Engenho de cana-de-açúcar na Paraíba**: por uma sociologia da cachaça [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

BUCHANAN, Ian. **Assemblage Theory and Method: An Introduction and Guide**. Londres: Bloomsbury Academic, 2020.

FREYRE, Gilberto. **Vida Social no Brasil nos meados do século XIX**. 4 ed. São Paulo: Global, 2023.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

ROJAS, Morgana Targino; GUARDIA, Mabel Simone; NASCIMENTO, José Wallace. O ambiente construído dos engenhos no município de Areia-PB: um estudo para o agroturismo. *In: Caderno Virtual de Turismo*, v. 14, n. 1, p. 1-18, abr. 2014. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/701>. Acesso em 11 set. 2024.

SALES, Luiz Ricardo. **A integração das construções rurais no Brejo Paraibano**. Dissertação (Engenharia Agrícola), Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2020.

SILVA, Elton Oliveira da Silva. As novas regionalizações e o espaço agrário do Brejo Paraibano: um debate necessário. **Anais [...]**. XIV ENANPEGE, Campina Grande: Realize Editora, 2021.

MORADIA, TRANSPORTO E MEIO AMBIENTE: CONFLITOS E CONCILIAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NA CIDADE DE JOÃO PESSOA (1964-1989)

Vinícius Bezerra de Oliveira
(PPGH-UFPB, 99vinicius.oliveira@gmail.com)

RESUMO

O texto busca discutir a relação entre os processos da degradação ambiental e a segregação espacial presentes no município de João Pessoa durante a ditadura militar brasileira e os primeiros anos da redemocratização, buscando apresentar como as mazelas socioambientais se relacionam com o movimento de pressão socioeconômica imposta pelas contradições do capitalismo sobre a parcela da população, uma vez que, apesar de todo atual esforço propagandístico na grande mídia de apresentar a cidade como um exemplo de sustentabilidade e de qualidade de vida para a população, é inegável que o tecido urbano da cidade é historicamente permeado por contradições sociais gritantes, recortado por fronteiras físicas e simbólicas e calcado em uma política de destruição de áreas verdes e poluição aérea, aquática e do solo. Moradia, mobilidade urbana e sustentabilidade são questões fundamentais para entender a história e a continuidade dessa situação, pois a partir delas é possível entender a dinâmica do movimento e do repouso das pessoas dentro do território do município, ou seja, como a população se adapta e/ou luta contra os desafios impostos por esse modelo de urbanização.

Palavras-chave: Estado, Capitalismo, Urbanismo, Meio-ambiente.

INTRODUÇÃO

As inquietações que motivaram a proposta desse texto são as condições de vida da João Pessoa atual. Apesar de todo esforço propagandístico na grande mídia de apresentar a cidade como um exemplo de sustentabilidade e de qualidade de vida para a população, é inegável que o tecido urbano da cidade é permeado por contradições sociais gritantes, recortado por fronteiras físicas e simbólicas e calcado em uma política de destruição de áreas verdes e poluição aérea, aquática e do solo. Moradia, mobilidade urbana e sustentabilidade são questões fundamentais para entender a história e a continuidade dessa situação, pois a partir delas é possível entender a dinâmica do movimento e do repouso das pessoas dentro do território do município, ou

seja, como a população se adapta e/ou luta contra os desafios impostos por esse modelo de urbanização.

Karl Marx e Friedrich Engels enfatizam sistematicamente que a oposição entre cidade e campo é fundamental para a perpetuação do modo de produção capitalista e de suas mazelas subsequentes. Em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, Engels salienta que em meados do século XIX, na cidade inglesa de Manchester, a classe trabalhadora e a burguesia viviam em mundos diferentes: as residências e os trajetos diários dos endinheirados permitiam que eles desconhecêssem a insalubridade do restante da cidade – a podridão dos rios, a sujeira causada pela fumaça das fábricas, o lixo acumulado nas ruas, etc. Marx apontava os problemas causados à saúde física e mental dos trabalhadores pela poluição e pelo regime de trabalho nas cidades enquanto a maioria da população do campo vivia alheia ao desenvolvimento tecnológico e cultural existente nos centros urbanos e sua comunicação com diversas partes do mundo.

Na João Pessoa atual, o aumento dos preços de imóveis e seus aluguéis, gentrificação, e ocupação de áreas indevidas caminham no mesmo passo que os engarrafamentos no tráfego de automóveis e o transporte público caro e ineficiente, contribuindo para uma piora da qualidade de vida das pessoas, especialmente as menos abastadas, e uma degradação ambiental da cidade. Portanto, entender os pilares de sustentação desse cenário se torna fundamental para que seja pensado um plano de ação para, ao menos, mitigar suas consequências danosas aos humanos e à natureza.

Exatamente por essa razão e por se tratar de um problema de “média/longa duração”, como Fernand Braudel poderia avaliar, é necessário investigar a expansão da cidade resultante dos grandes investimentos públicos de infraestrutura realizados durante a ditadura empresarial-militar e as posteriores alterações socioespaciais no município – que incluem a ocupação de novas áreas e um simultâneo processo de crescimento demográfico – por eles acarretadas, uma vez que seu legado – material e cultural – é ainda bastante perceptível na contemporaneidade da capital paraibana e estão diretamente relacionados à lógica capitalista de acumulação.

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E SEGREGAÇÃO ESPACIAL EM JOÃO PESSOA: DO REGIME EMPRESARIAL-MILITAR À REDEMOCRATIZAÇÃO

Nos primeiros anos do regime empresarial-militar brasileiro, as matérias jornalísticas da época dão pouca ênfase aos problemas socioambientais do município de João Pessoa, mas ainda sim é possível observar graves denúncias relativas à debilidade de infraestrutura e ação pública ao combate de problemas relacionados ao acúmulo de lixo, precariedade das vias públicas, insalubridade de moradias de baixa renda, etc. A censura de matérias críticas aos governantes

“nomeados” e o “entendimento” entre os poderes estadual e municipal são os principais fatores que levam ao desconhecimento dos cidadãos sobre os problemas socioambientais da cidade.

Na década de 1970, para se vender como um ponto turístico de destaque regional e nacional, o entendimento entre prefeitura e governo estadual busca emplacar a imagem da cidade como um refúgio da agitada vida urbana dos maiores centros do país, mas que ainda conta com alguns dos atrativos de lazer da vida urbana da época¹.

Essa valorização propagandística do patrimônio natural do município, entretanto, estava bem distante de ser condizente com a verdade. Além de permitir a ocupação irregular de áreas verdes, o acúmulo de lixo em locais públicos e terrenos privados sem uso, e utilizar os fluxos de água como coletores dos dejetos de parte significativa da população, a máquina estatal também precisaria contradizer a opinião de especialistas em Ecologia, como no caso da desqualificação da denúncia feita pelo professor Lauro Pires Xavier sobre o desaparecimento da Ponta do Cabo Branco² devido, em grande parte, à construção indevida do Hotel Tambaú – eixo central do projeto turístico para a capital paraibana –, o que hoje é reconhecido como fato.

A partir da segunda metade da década de 1970 há uma significativa mudança no trato do poder público em relação às camadas mais pobres da população da cidade de João Pessoa. Devido à crise do petróleo de 1973, o ritmo econômico do município acompanha a queda do desenvolvimento da economia nacional. Por isso a válvula de escape do BNH e das diversas linhas de crédito bancário, que costumavam garantir os projetos de modernização da infraestrutura urbana da cidade, sofrem um duro golpe, o que acarretou em uma agudização dos problemas de moradia, mobilidade urbana e degradação ambiental.

Em, 1977, a prefeitura mostrou sinais de retrocesso em relação à democratização do orçamento público para as ações de melhorias da infraestrutura do município, como mostra a escolha do bairro de Tambaú³ e suas adjacências como ponto inicial para as obras do projeto CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada), apesar do fato de que os recursos desse projeto deveriam ser prioritariamente utilizados em regiões urbanas mais afetadas pelos problemas causados pela falta de infraestrutura, ou seja, para obras “pioneiras” relacionadas à construção de redes de esgotamento sanitário, galerias pluviais, calçamento de ruas, etc. em bairros menos visados pelo mercado imobiliário.

Aliado às obras do projeto CURA, a prefeitura também trabalhou para ampliar o bem-estar dos moradores da região através da construção de um centro social para a realização de festividades e demais eventos públicos, o que terminou por valorizar os imóveis do local e auxiliar a estadia dos turistas que transitavam pela orla da cidade, uma vez que eles podiam contar com uma maior variedade de serviços e opções de lazer. Ademais, ao contrário do que se via

1 João Pessoa: a capital das acácias. A União, 15 de junho de 1975.

2 Afastada a hipótese de desaparecimento da Ponta do Cabo Branco. A União, em 20 de junho de 1975.

3 Prefeitura escolhe Tambaú para iniciar projeto urbanístico. A União, 14 de maio de 1977.

em bairros menos nobres da capital, o problema lixo acumulado na região das praias começava a ser mais vigorosamente enfrentado pela prefeitura.

Contudo, as consequências socioambientais resultantes da negligência do poder público em relação aos impasses sobre esses assuntos enfrentados pela cidade em rápido desenvolvimento tornaram-se foco de debates mais importantes, uma vez que o conhecimento acerca das implicações ecológicas da manutenção do capitalismo a nível mundial se tornou mais popular – em grande parte, no caso da capital paraibana, devido à atuação política do professor Lauro Pires Xavier –, chegando a resultar na realização de uma palestra na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba sobre o tema.

Também pode-se dizer que houve um aumento da preocupação relacionada ao transporte público da capital por parte do poder público – que se mostraria como uma tendência nos anos seguintes – uma vez que o processo de reabertura política do final da década de 1970 no Brasil abriu espaço para que manifestações sindicais e estudantis se tornassem mais visíveis e frequentes, o que passou a dificultar a perpetuação da baixa qualidade do serviço ofertado pelas empresas de transporte da cidade, já que havia crescido, especialmente em relação aos estudantes secundaristas e universitários, a mobilização pela garantia do cumprimento dos horários dos ônibus e uma boa manutenção dos veículos.

Essa elevação da consciência pública acerca dos problemas urbanos da capital se mostraria extremamente importante no contexto da luta pelo espaço urbano na cidade de João Pessoa, uma vez que se tornou mais comum, e de maior destaque na mídia da época, as tentativas de articulação política da população através das associações de moradores de bairros em prol do atendimento de suas demandas e garantia de seus direitos. O que, por sua vez, acabava pressionando a sociedade política a prestar contas sobre o uso do dinheiro público para a melhoria em geral da infraestrutura do município⁴, apesar da relutância da administração municipal em atender as demandas dos grupos mais vulneráveis, continuando a destinar uma grande parte de seus recursos para obras voltadas para a adequação das zonas centrais e/ou mais abastadas da cidade ao ritmo de crescimento do município⁵ permitindo que as “dores de cabeça” dos períodos chuvosos continuassem se repetindo.

Em 1979, segundo matéria do jornal *A União*, o município de João Pessoa apresentava um déficit de 15 mil casas para a sua população⁶. O que, de acordo com o censo do IBGE mais próximo – o do ano de 1980 –, indicaria que cerca de 60 mil pessoas, em uma estimativa baseada no relativamente alto número de pessoas por unidade familiar da época, estariam sofrendo com a falta de moradia ou habitando instalações seriamente precárias.

4 Secretário define metas urbanísticas da capital. *A União*, 11 de junho de 1977. Prefeito diz que BNH vai financiar projeto em Tambaú. *A União*, 10 de maio de 1978.

5 Prefeitura iniciará demolição de casas. *A União*, 23 de maio de 1978.

6 Déficit de residências em João Pessoa é de 15 mil. *A União*, 5 de junho de 1979.

Grande parte desses desabrigados e moradores em localidades insalubres representava, uma nova onda migratória que passou a chegar na capital paraibana em busca de emprego devido ao êxodo rural do interior do estado, causado pelos períodos de secas prolongadas, pela crescente dificuldade de conseguir um emprego que suprisse as demandas familiares e pela promessa de ter acesso a uma melhor educação para os filhos. Ao chegar à capital, essas famílias tendiam a engrossar as fileiras dos desassistidos pelo poder público e encontrar grandes dificuldades para conseguir empregos formais, devido ao baixo desenvolvimento econômico que a cidade historicamente apresentava e à baixa escolaridade que traziam consigo.

Dessa maneira, aumentou-se a preocupação do poder público sobre a formação de novas favelas no município, o que levou ao prefeito Damásio Franca – novamente nomeado pelo governador do estado como prefeito de João Pessoa – a combater mais fortemente a invasão de terrenos abandonados e/ou insalubres, além de buscar retirar moradores de favelas há mais tempo consolidadas como a Beira Rio e a Saturnino de Brito através, em alguns casos, de medidas truculentas.

Esse temor crescente acerca do desenvolvimento da cidade de João Pessoa também se fazia sentir no nível da administração estadual de Tarcísio Burity, pois logo nos primeiros meses de seu mandato como governador da Paraíba foi feita a promessa da construção de 50 mil casas populares no estado, ressaltada com grande ênfase pelo jornal *A União*⁷.

A sociedade política do início da década de 1980 no município, em vistas ao processo de redemocratização, percebeu, no geral, a necessidade de suprir melhor as demandas dos bairros periféricos da capital e seus habitantes, utilizando a construção desses novos conjuntos residenciais como moeda de troca por apoio político. Todavia a localização desses conjuntos e das favelas continuou à margem do tipo de planejamento urbano que valorizava os imóveis melhores localizados, que contavam inclusive com a utilização de recursos do governo federal, como evidencia a continuidade das piores consequências dos períodos mais chuvosos sobre os menos abastados.

Assim, é de se destacar que quando não se era – ou não se fazia ser – possível atender as urgentes demandas por moradia digna e qualidade de infraestrutura urbana dos grupos mais oprimidos, normalmente – assim como no padrão histórico da experiência brasileira –, o poder repressivo estatal era chamado para “cumprir o seu dever” de garantidor da ordem através da expulsão de favelados ou “invasores” dos locais que habitavam e, em vários casos, da seguida demolição das moradias irregularmente construídas, mesmo que isso significasse deixar essas pessoas sem nenhum tipo de abrigo, como no caso da expulsão dos moradores da favela da Engenharia – nas proximidades do, hoje, bairro do Geisel – que se viram sem teto e precisando buscar abrigo sob uma ponte .

7 As 50 mil casas. *A União*, 3 de junho de 1979.

Portanto se torna importante frisar o papel político da união dos espacialmente segregados em tempos de ofensiva do Estado contra a garantia de seus direitos, uma vez que a mobilização pública se mostra como sua principal arma na luta pelos seus interesses, como demonstra a atuação da associação de moradores do Alto do Céu – região até hoje relegada pelo poder público – que atuou junto à sua comunidade através de protestos e passeatas para garantir a continuidade do abastecimento de água do local, dificultada pelo proprietário de um poço⁸, impedindo que quase mil famílias tivessem que se sujeitar ao consumo de água contaminada.

Desse modo, se mostra ainda mais escancarada a diferença de tratamento dada aos bairros periférico em relação às “vitrines” do município, já que as obras de infraestrutura que causavam algumas reclamações de moradores na região da orla e custavam ainda mais quando se precisava da desapropriação de imóveis, apesar de serem menos urgentes do que em demais regiões da cidade, geralmente não precisavam ser impulsionadas pela comoção pública – ou por severos prejuízos financeiros – para serem realizadas pelo poder público.

Ademais, é possível observar como as “transgressões” pela posse da terra cometidas pelos favelados são tratadas de maneira totalmente diferente pelo aparelho repressivo do Estado quando se comparadas aos casos de apropriação irregular de terras públicas, como no exemplo da deflorestação de parte de uma reserva florestal na região do Altiplano⁹ – hoje, uma das regiões mais valorizadas pelo mercado imobiliário da cidade – realizada após uma suposta doação de um dos maiores latifundiários do estado no período, Paulo Miranda. A derrubada dessas árvores e a devastação da biodiversidade do local, que deveriam ser protegidas pelo Estado, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), não foram tratadas com a mesma urgência e violência constatadas nas expulsões de favelados e demolições de suas casas.

Nos primeiros anos da década de 1980, a situação dos moradores de favelas e de conjuntos habitacionais destinados para pessoas de baixa renda a situação se mantém bastante adversa, uma vez que até mesmo os problemas específicos de cada uma dessas localidades ainda eram apenas superficialmente reconhecidos pela prefeitura.

Dessa forma é possível compreender como as medidas tomadas pela prefeitura e pelo governo estadual ainda estavam fora de sintonia com essas necessidades específicas. Apesar do prosseguimento da estratégia de construção de novas moradias, das tentativas do poder público de diminuir a taxa de desocupação formal, do apoio obtido através de empréstimos de instituições financeiras para o reaquecimento do setor da construção civil, e da adoção de um

8 Proprietário fecha poço e deixa 800 famílias com sede. Correio da Paraíba, 21 de março de 1980. Alto do Céu vira inferno com poço fechado por proprietário. Correio da Paraíba, 22 de março de 1980. Água contamina crianças. Correio da Paraíba, 27 de março de 1980. Povo não morre mais de sede no Alto do Céu: poço abriu. Correio da Paraíba, 29 de março de 1980.

9 Instituto do Patrimônio denuncia desmatamento ilegal no Altiplano. Correio da Paraíba, 28 de fevereiro de 1981.

projeto estadual que visava auxiliar a autoconstrução de moradias para pessoas mais pobres¹⁰ – o “Mutirão”, que nos anos seguintes seria tido como modelo para o programa federal “João de Barro” –, o estado do problema da falta de moradia e de condições precárias de infraestrutura para as regiões periféricas da capital levava os grupos marginalizados e trabalhadores pobres a radicalizar sua luta.

De um lado, os mutuários do BNH se uniam para lutar contra o aumento das parcelas do financiamento de suas casas ou do aluguel de seus imóveis, além de denunciar o péssimo estado de conservação de alguns conjuntos habitacionais – sendo que vários deles haviam sido apenas recentemente entregues aos seus moradores –, como no caso dos moradores do residencial Promorar, na região do Grotão, que desistiram de esperar por melhorias infraestruturais e venderam suas casas para conseguir dinheiro para subsistir na favela que deu origem ao conjunto, se livrando das mensalidades do SFH.

Por sua vez, os favelados, fartos de esperar pela realização de promessas feitas pela sociedade política, começam a demonstrar estarem mais dispostos e mobilizados a lutar pelo seu espaço na cidade de João Pessoa através, entre outras medidas, de abaixo-assinados, ameaças e invasão de terrenos.

São notáveis os feitos de alguns grupos marginalizados nessa empreitada, como o impedimento da demolição da favela Ninho da Perua, no Bairro dos Novais, onde a prefeitura planejava demolir todas as residências do local – habitadas por cerca de 300 famílias.

Todavia, nesses momentos de luta, vários revezes ocorrem para os favelados. O mais marcante deles – no período até aqui abordado – talvez seja o caso de moradores de um terreno supostamente abandonado há 20 anos pela Nestlé no Jardim Veneza. Nesse caso de grande repercussão na época¹¹, os moradores de um terreno de uma zona periférica – cerca de 300 famílias – da capital paraibana foram violentamente forçados por policiais e fiscais da prefeitura a se retirar de suas precárias moradias, em seguida demolidas, mas, já no dia seguinte, algumas dessas pessoas voltaram ao local para reconstruir suas casas e exigir que o governo do estado resolvesse a situação, uma vez que o prefeito Damásio Franca, mesmo sem nenhuma ação concreta, havia assegurado os títulos de posse de suas respectivas moradias. A insegurança da posse fez com que várias pessoas que não precisavam do terreno ocupassem as áreas para negociação enquanto a polícia visitava frequentemente o local para intimidar os favelados.

10 É isso aí o mutirão. A União, 12 de junho de 1983. Andreazza: todo apoio a projetos de Braga. A União, 17 de junho de 1983. O Mutirão é lançado oficialmente no país. A União, 3 de maio de 1984.

11 Casas de favelados são derrubadas pela polícia. Correio da Paraíba, 9 de setembro de 1982. Favelados insistem na reconstrução das casas. Correio da Paraíba, 10 de setembro de 1982. Secretário de Segurança Pública não permite invasão de posseiros. Correio da Paraíba, 16 de setembro de 1982. Policiais despejam famílias faveladas. Correio da Paraíba, 17 de setembro de 1982. Favelados pedem terreno a Damásio. Correio da Paraíba, 21 de setembro de 1982. Favelados do Veneza. Correio da Paraíba, 22 de setembro de 1982. Palácio é invadido por 300 favelados do Veneza. Correio da Paraíba, 23 de setembro de 1982.

Em seguida, devido à uma decisão judicial, os ocupantes foram novamente removidos do local pelo aparelho repressor do Estado para a continuação da derrubada das casas. Alguns dias depois, os favelados se reuniram em protesto para entregar ao prefeito um documento relatando os problemas gerados por sua retirada do local e receberam a resposta de que o problema seria encaminhado ao governador Clóvis Bezerra.

Por sua vez, o governador devolveu a responsabilidade do problema à prefeitura, o que levou os moradores do terreno a invadir o Palácio da Redenção, aos gritos de “queremos moradia”. Após cerca de três horas, o governador pediu que os manifestantes se retirassem e afirmou que iria solucionar o problema.

Através desse exemplo podemos ver as severas dificuldades que os grupos marginalizados, as “classes perigosas”, precisam enfrentar apenas para ter um mínimo de retorno das autoridades mesmo quando se trata de uma questão urgente como a expulsão de seus lares e a consequente situação de desabrigo. Portanto se constata como questões “menos urgentes” da vida dos favelados são ainda mais negligenciadas pelo poder público. Questões como o crônico acúmulo de lixo, falta de esgotamento sanitário e mau cheiro de localidades como as do terreno no Jardim Veneza, que ainda precisam lidar com as doenças causadas por esses problemas, com as consequências mais devastadoras das chuvas e da falta de infraestrutura¹² e as constantes ameaças de desapropriação por parte do Estado¹³.

A junção de tais fatores, aliada à continuidade do êxodo rural do interior do estado em direção ao município de João Pessoa, ajudam a explicar os altos índices de mortalidade infantil em João Pessoa.

No entanto, mesmo nesse quadro alarmante, o poder público local mantém sua linha de negligência ao patrimônio ambiental da cidade, perpetuando vários dos problemas urbanos até aqui abordados¹⁴, e continua a destinar porções significativas de seus recursos para os “bairros-vitrine” da cidade – além de alterar e/ou reforçar legislações para permitir um maior desenvolvimento econômico em áreas privilegiadas – no intuito de reforçar sua “vocalização” turística.

O que se observa sobre os problemas urbanos e socioambientais em João Pessoa na segunda metade da década de 1980, em grande parte devido à consolidação da reabertura democrática no país, é uma significativa mudança no trato do Estado para com as comunidades mais pobres e grupos marginalizados. No entanto, por causa da maior pressão humana sobre patri-

12 Bairros periféricos sofrem com inundação. Correio da Paraíba, 24 de junho de 1982. Chuvas vêm provocando inundações. A União, 11 de maio de 1983. Chuva inunda ruas de Mangabeira. A União, 25 de junho de 1983.

13 Favela Saturnino pode ser destruída em breve. Correio da Paraíba, 18 de setembro de 1982. Favelados denunciam má condição de vida. Correio da Paraíba, 30 de setembro de 1982.

14 Derrubando a favela. Correio da Paraíba, 3 de fevereiro de 1983. Conjunto vive em abandono. Correio da Paraíba, 6 de março de 1983. Famílias ameaçadas de despejo. Correio da Paraíba, 26 de março de 1983. Associação pede mais assistência para Castelo. Correio da Paraíba, 19 de julho de 1983. Favelados denunciam a violência de fiscais. Correio da Paraíba, 4 de outubro de 1983.

mônio ambiental da cidade – provocada pela continuidade do estabelecimento de novos habitantes no município e pela deficitária estrutura urbana necessária para os acomodar de maneira satisfatória –, as crônicas “dores de cabeça” longamente negligenciadas pelas administrações anteriores passam a apresentar maiores dimensões e impactos mais latentes.

Em relação aos problemas do acúmulo de lixo, poluição e prejuízos causados pela inadequação urbana da cidade ao regime de chuvas pode-se dizer que não foram alvo de atenção – e ação – suficiente do poder público. Ainda em 1984, o período de chuvas mais intensas e recorrentes – entre abril e julho, aproximadamente – resultou em um grave problema de falta de moradias na cidade de João Pessoa, uma vez que milhares de pessoas – favelados, majoritariamente – tiveram suas moradias destruídas ou no mínimo severamente danificadas¹⁵ pela combinação entre o grande volume pluviométrico registrado e a negligência estatal, longamente apontada nas décadas anteriores, em relação aos locais mais periféricos e marginalizados do município. No jornal *A União*, foi dado grande destaque a esse momento:

Não obstante esses severos prejuízos materiais, a população periférica da cidade ainda precisa lidar com outras adversidades, como a doença de chagas, uma vez que grande parte das residências autoconstruídas, inclusive as apoiadas pelo governo através do programa “João de Barro”, se mostram bastante propícias para abrigar o “barbeiro”, inseto transmissor da doença¹⁶.

Outras dessas adversidades são o acúmulo de lixo e a poluição. Por exemplo, na Ilha do Bispo, próxima ao centro da cidade, o problema da poluição, que já vinha sendo alvo de denúncias, decorrente da operação de uma fábrica de cimento e da criação de animais nas proximidades, resulta em um aumento da incidência de doenças nos moradores, uma vez que se soma esse problema a precária infraestrutura da região, notadamente: o deficitário serviço de coleta de lixo, a insuficiente rede de esgotamento sanitário e a falta de calçamento das vias públicas.

Nos anos seguintes, percebe-se que esses tipos de problemas continuam a preocupar a população e gerar enormes prejuízos, o que por sua vez atrasa o desenvolvimento da própria cidade já que se faz preciso gastar ainda mais para recuperar as áreas mais degradadas do que, normalmente, seria gasto para evitar que tais perdas materiais acontecessem. A manutenção da grande precariedade das galerias pluviais e o recorrente acúmulo de lixo em vias públicas do município de João Pessoa – questões que já podiam ser observadas ainda nos primeiros anos do regime empresarial-militar – contribuem grandemente para a degradação ambiental da cidade, sua poluição e a propagação de doenças para a população, permitindo concluir que a dimensão dessas adversidades se mostrem proporcionalmente maiores na década de 1980 em comparação a de 1960, já que o crescimento populacional e a expansão da área urbana da cidade, como

15 João Pessoa em estado de calamidade: chuvas já deixam mil pessoas desabrigadas. SEDOC, 22 de maio de 1984. Sobe para 3000 o número de desabrigados: mais de 40 casas derrubadas em consequência das chuvas. SEDOC, 23 de maio de 1984. Chuvas provocam prejuízos. *A União*, 4 de maio de 1984. Enchentes na capital. *A União*, 23 de maio de 1984.

16 Perigo nas favelas: casas do João de Barro podem abrigar barbeiro. IHGP, 7 de agosto de 1984.

apontado anteriormente, não são acompanhados por um planejamento governamental democrático e inclusivo, o que proporciona que o ônus socioambiental dessa negligência seja primordialmente direcionado àqueles mais vulneráveis aos seus desdobramentos enquanto permite-se que as classes mais abastadas do município desfrutem de uma reforçada segurança e conforto apenas a alguns quilômetros – em alguns casos, poucos metros – de distância de pessoas que não possuem o mínimo dessas comodidades.

Por um lado, o Estado, principalmente através da atuação do governo estadual de Wilson Braga – contando com o auxílio, na dimensão “propagandística”, da primeira-dama estadual, Lúcia Braga – busca ampliar as ações de distribuição de moradias populares e terrenos para favelados e trabalhadores de baixa renda. Entretanto, a prefeitura, principal responsável pela conservação da cidade, apresenta sinais de inação frente aos dilemas socioambientais do município.

Já nos seus primeiros anos, a administração estadual de Wilson Braga, através da Fundação Social do Trabalho (FUNSAT) – dirigida por Lúcia Braga – busca democratizar o acesso de grupos marginalizados e empobrecidos ao “sonho” da casa própria em todo o estado, especialmente na capital¹⁷. Ao longo da década de 1980, principalmente sob o governo de Braga, é dado grande destaque na mídia oficial do estado à atuação desse órgão, uma vez que sua utilização política é de grande valia para seus “responsáveis”. A grande precariedade de infraestrutura urbana na capital, aliada à falta de moradias, se mostra como um vantajoso campo de exploração político-eleitoral, uma vez que a redemocratização do país permite que o atendimento das demandas dos grupos mais oprimidos se torne, paulatinamente, mais interessante para a sociedade política, visto que a “solução” de tais problemas permitiria um rápido crescimento político para aqueles que respondessem ao seu chamado.

Dessa forma, percebe-se como vários dos problemas urbanos gerados pela busca da valorização do capital durante o período do regime empresarial-militar na cidade de João Pessoa se tornam, nesse momento de reabertura democrática, bases para uma nova acumulação de capital – econômico e político – e, por meio disso, um obstáculo para o desenvolvimento de organizações políticas comunitárias, como as associações de bairro, que se encontram menos propensas a tomar ações mais propositivas e/ou radicais, uma vez que, nessa nova configuração política, se apresenta, ao invés de um embate mais direto entre as classes em disputa pelo poder, uma disputa mais velada, permeada pelas volatilidades e incongruências do jogo político da institucionalidade burguesa.

Nesse cenário, o paternalismo político e a infantilização de grupos subalternos se mostram como fortes armas ideológicas das classes mais abastadas para impedir a tomada de consciência e desenvolvimento da autonomia política de seus adversários. As “promessas eleitoreiras” do atendimento de pequenas e grandes demandas dos setores mais pauperizados do proletariado

17 FUNSAT objetiva humanizar periferia. A União, 20 de abril de 1983.

referentes à infraestrutura urbana da cidade e, mais especificamente, do entorno de suas moradias e dos bairros periféricos cumprem um papel de desmobilização da força política dos dirigidos, uma vez que lutas comuns a diversas localidades e grupos sociais da cidade deixam de serem enfrentadas de maneira mais coesa e passam a tentarem ser resolvidas de maneira mais isolada e menos organizada através de uma negociação mais direta e menos “complicada” com a sociedade política.

A FUNSAT foi utilizada pelo governo estadual de Braga como instrumento de apaziguamento da tensão social presente nas periferias da cidade de João Pessoa. Através desse órgão, o Estado intervém, dentre outras maneiras, por meio da concessão da garantia da posse de terrenos em localidades – geralmente – insalubres e mal amparadas a famílias pauperizadas e do apoio à autoconstrução de moradias nesses locais¹⁸.

Tal estratégia permite que essa população marginalizada seja melhor adequada aos imperativos da reprodução ampliada do capital, pois através dela é possível deslocar os “sintomas” da miséria social para locais mais distantes, que dispõe de infraestrutura – na maioria dos casos – também precária, ocultando sua existência e diminuindo o incômodo causado por esses grupos aos cidadãos mais “dignos” do município, mas perpetuando o ciclo da exploração e do sofrimento dos estratos mais pobres da sociedade na cidade.

Por isso se torna interessante notar como o Estado busca promover sua imagem como solucionador de conflitos urbanos, pois governos estaduais e administrações municipais anteriores – especialmente as de Damásio Franca – se mostraram, na maioria das vezes, irredutíveis quanto à garantia da prioridade da propriedade privada e da busca pela valorização do capital sobre as necessidades humanas. Adversidades geradas pela reiterada negligência do poder público em relação à preservação do patrimônio ambiental da cidade e ao zelo pela vida e pelos bens dos menos abastados se tronam, nesse momento de redemocratização, uma oportunidade para autopromoção política de “representantes do povo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, é possível perceber que em João Pessoa, durante o período abordado, enquanto o Estado ditatorial permite a manutenção da degradação ambiental do município e do cercamento, físico e simbólico, dos grupos mais marginalizados do município nos lugares menos adequados para a habitação, nos deparamos com os processos de silenciamento e opressão contra essa população, que tentam ser combatidos através, por exemplo, de articulações políticas e da mobilização da sociedade civil.

Ao mesmo tempo, o Estado nos mostra sua atuação como garantidor da dominação do capital sobre o trabalho, entre outras medidas, por meio de obras e políticas públicas realizadas

18 Nas favelas, distribuição de títulos e terrenos. A União, 5 de maio de 1984.

para o atendimento dos interesses mais importantes da classe capitalista nas regiões mais bem localizadas da cidade enquanto questões de moradia, transporte e infraestrutura urbana das periferias, favelas e bairros menos “nobres” são recorrentemente negligenciadas, mesmo que os problemas acarretados por essa decisão constantemente resultem em severas perdas materiais, ambientais e humanas.

Durante os períodos mais chuvosos, se tornam ainda mais escancarados as debilidades da infraestrutura do município. São abundantes os registros da destruição e dos prejuízos causados pela falta de preparo do poder público para lidar com as consequências das chuvas, pelo menos nos espaços menos visados pelo ramo imobiliário, uma vez que nas localidades privilegiadas há uma grande preocupação com essa questão.

Outro fator que gera bastante insatisfação para a população da cidade, especialmente trabalhadores e estudantes, é a questão do transporte público e da mobilidade urbana. O exame dos jornais do período nos mostra a alarmante precariedade do serviço das empresas de ônibus, que se aproveitam da vigilância estatal do regime contra “organizações subversivas” para disponibilizar veículos de baixa qualidade e em pouca quantidade, cobrando um preço elevado e constantemente reajustado. Tal situação reforça a necessidade da compra de automóveis particulares, o que tende a piorar o aspecto da mobilidade dentro da cidade, uma vez que o trânsito se torna mais intenso e há uma necessidade ainda maior da utilização do espaço urbano para a acomodação desses veículos, o que prejudica a própria atuação dos motoristas de ônibus e ajuda a inibir a utilização de meios de transporte não poluentes ou o percorrimto de distâncias a pé.

Além disso, percebe-se como o tema da preservação ambiental na época – especialmente a partir de meados da década de 1970 – se mostra bastante discrepante em relação à propaganda midiática e estatal, que busca reforçar a “beleza natural” do município. Apesar do projeto turístico idealizado ainda nos primeiros anos da ditadura para acelerar o desenvolvimento econômico da cidade utilizar bastante o patrimônio ambiental local como atrativo para os turistas, é alarmante constatar como essa “preocupação com o verde” é bastante restrita, uma vez que o problema do acúmulo de lixo, poluição e desmatamento acelerado é mais seriamente combatido nas regiões mais ricas do município, mas nos demais, especialmente nos que mais sofrem com essas adversidades, tais questões são grandemente negligenciadas, permitindo que os menos abastados sofram graves problemas de saúde.

É possível observar, ao longo do processo de reabertura democrática, como as mazelas geradas pela submissão do Estado às pressões do capital em relação ao planejamento urbano de João Pessoa se tornam uma fonte para uma nova acumulação de capital, uma vez que que partidos e lideranças políticas se aproveitam dessas mesmas fragilidades para se autopromover e dificultar a organização política de grupos subalternos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil** (1964-1984). 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia de. As cidades como formadoras de região – O exemplo de João Pessoa. In: **Cidade e Campo no Brasil**. São Paulo, editora Brasiliense, 1974, p. 86-111.
- ANDRADE, Paulo Augusto Falconi de. **Metamorfose dos centros urbanos: uma análise das transformações na centralidade de João Pessoa-PB, 1970- 2006**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana. UFPB/CT, 2007.
- BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. 4. ed. Lisboa: Presença, 1982.
- CHALHOULB, Sydney. Classes Perigosas. In: **Revista Trabalhadores**. Associação Cultural do Arquivo Edgard Leuenroth, São Paulo, 1990. p. 2-22.
- DIEB, Marília de Azevedo e MARTINS, Paula Dieb. **O Rio Jaguaribe e a história urbana de João Pessoa/PB: da harmonia ao conflito**. In: XVII ENANPUR. Sessões Temática 7: Cidade e História. São Paulo. 2017.
- ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas: José Paulo Netto. – [Edição revista]. – São Paulo: Boitempo, 2010.
- FOSTER, John Bellamy. **A Ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Tradução de Maria Teresa Machado. – 4ª. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- IANNI, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital**. 1. ed. São Paulo. Expressão Popular, 2019
- LAVIERI, João; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. **Evolução da Estrutura Urbana Recente de João Pessoa: em direção a seletividade na ocupação do Espaço**. 1960/1986. Textos UFPB/ NDIR, n.º 29, 1992.
- MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução: Jesus Ranieri. [4. reimpr.]. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. – 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.
- SAITO, Kohei. **O Ecosocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política**. Tradução Pedro Davoglio. – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.
- SOUSA, Rafael Toscano de. **A Evolução da Ocupação de Tambaú - Do Início do Século XIX ao Século XXI**. 2013. 34 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2013.



ST 06

CULTURAS E REGIONALIDADES: ABORDAGENS E PERSPECTIVAS SOBRE O OITOCENTOS

Coodenadores: Eduardo Hudson Araújo e
Rayane de Lima Brasil

EDUCAÇÃO E HIGIENISMO: SABERES MÉDICOS NOS COMPÊNDIOS ESCOLARES NA PARAÍBA DO NORTE OITOCENTISTA

Ana Paula de Oliveira Lima
(Graduanda em História pela UFPB, bolsista PIBIC 2023/2024)
ana.p.o.lima114@gmail.com

Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano
(Doutora em Educação – CE-DFE/UFPB)
nayanamariano@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho resulta da pesquisa desenvolvida ao longo do projeto de Iniciação Científica, *Educação Escolar e Higienismo: Saberes Médicos nos Compêndios Escolares na Paraíba do Norte Oitocentista*. Considerando o efervescente cenário epidêmico do Brasil Oitocentista, marcado por inúmeras transformações político-sociais provenientes da junção entre as elites políticas e a medicina, a exemplo da ideologia da higiene, buscamos entender como preceitos médico-higienistas se manifestaram por meios de compêndios destinados à instrução pública primária da Parahyba do Norte durante a segunda metade do século XIX, como *O Livro do Povo* (1865), do maranhense Antonio Marques Rodrigues. Os compêndios, nesse sentido, são objetos culturais influenciados por uma perspectiva eurocêntrica que coloca a higiene como sinônimo de civilização, ideário altamente perseguido durante o Oitocentos. Para alcançar os objetivos desta pesquisa, utilizamos os relatórios dos presidentes da província e dos diretores gerais da instrução, bem como as Leis e os Regulamentos Gerais da Instrução, que nos permitiram perceber o processo contínuo de uma nova configuração escolar sendo implementada na Parahyba do Norte.

Palavras-chave: Educação Escolar, Higienismo, Oitocentos, Parahyba do Norte

INTRODUÇÃO

He todavia para admirar, que tendo havido tantos, e tão abalisados Médicos ácerca da Medicina curatoria, tão pouco se haja trabalhado no modo de **prevenir** as **doenças do homem**, e prolongar-lhe huma existência feliz, sendo mais humano acautelar, do que remediar os males.

Os antigos derão a esta sciência o nome de **Higiene** derivado da lingua Grega. Ella consiste no conhecimento das cousas, que são úteis, ou nocivas ao homem; e tem por fim a **conservação da sua saúde**, e a **prolongação da** sua vida. (FRANCO, 1823, p. XI, grifo nosso)

O trecho acima constitui a introdução da obra *Elementos de hygiene, ou dictames theoreticos, e praticos para conservar a saude, e prolongar a vida*, cuja autoria pertence ao médico Francisco de Mello Franco, sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa e personagem da elite médica da Corte portuguesa. É interessante observar a intersecção entre higiene, felicidade e preservação da vida, implicando a associação de um significado mais profundo ao termo *hygiene*. Também é possível notar, através da crítica do autor à insuficiência de estudos sobre a temática, que a questão da higiene ainda dava seus primeiros passos como cerne de debates acadêmicos. Esses se desenvolveriam ao longo do eclético século XIX e acompanhariam o enraizamento da medicina à construção da estrutura sociopolítica de diferentes partes do globo, como a Europa, ao passo em que ondas epidêmicas deixavam um rastro de vítimas e medo.

Com a integração entre elites médicas e autoridades provinciais, mais a busca incessante pelo ideal eurocentrista de civilização e progresso, preceitos médicos se fizeram cada vez mais presentes em diferentes espaços. A instrução pública, em ascensão no Império do Brasil, é um deles, aparecendo como imprescindível para o desenvolvimento de um país pintado sob as cores do progresso, da civilidade e da ordem (MARIANO, 2015). As novas gerações, por essa ótica, seriam o elemento-chave para romper com a defasagem do período colonial e dar boas-vindas à prosperidade.

Nesse sentido, em consonância com a perspectiva foucaultiana de utilização da medicina como ferramenta política de intervenção nas esferas da administração pública, este trabalho visa analisar como preceitos médicos se manifestaram na instrução pública primária da Província da Parahyba do Norte por meio da construção de um modelo hígido de educação que, a partir da segunda metade do século XIX, manifestou-se em compêndios elementares adotados pela província, como *O Livro do Povo* (1865), do maranhense Antonio Marques Rodrigues, e *História de Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras* (1875), do francês Laurent Jussieu. Sendo objetos que compõem a cultura material escolar, tais compêndios complementam um conjunto de diretrizes médicas respaldadas por Leis e Regulamentos que visavam o controle moral e social através de um discurso civilizador, ditando normas sobre os hábitos de higiene; o espaço onde as aulas ocorriam; a formação de um corpo docente; a admissão de educandos às aulas, dentre outros.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento da presente pesquisa, conduzida integralmente de maneira remota e valendo-se de documentações diretamente acessíveis em plataformas digitais, contou com um conjunto de procedimentos metodológicos que se divide em três etapas. A primeira delas se reservou à exploração de base teórica, em que ocorreu uma revisão acerca dos métodos de análise de fontes documentais e impressas, que chamam atenção para a necessidade de serem examinadas em seu contexto de produção, bem como a introdução ao universo da cultura ma-

terial escolar. Na segunda, os estudos se voltaram às produções de autores que se debruçaram sobre elementos como infância, escolarização, mercado editorial e circulação de compêndios escolares, noções de civilidade e normas de etiqueta no Brasil Oitocentista, especialmente na Província da Parahyba do Norte. Além disso, trabalhos referentes a influência político-social de doenças infectocontagiosas auxiliaram na jornada de entendimento sobre a construção de um modelo hígido de instrução na província, debatido pela tese *Educação pela higiene: A invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849–1886)*, de 2015.

Na terceira etapa, o enfoque esteve em verificar como funcionava o referido modelo via fontes oficiais, tendo em mente que elas, como produções humanas, são influenciadas por diferentes interesses. Através da rica compilação apresentada pela obra *Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba Imperial (2004)*, promovida por membros do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO) e disponibilizada pelo Inep, realizou-se a consulta de Leis e Regulamentos Gerais da Instrução que datam de 1835 a 1886. Tal material foi essencial para a percepção de uma nova configuração escolar sendo implementada na província, cujas inúmeras modificações ilustram a heterogeneidade desse processo.

Ademais, em vista da ampla gama de pautas abordadas pelas Leis e Regulamentos, como a disposição do período letivo e a remuneração dos educadores, constatou-se a necessidade de um olhar atento para filtrar o que poderia ou não fazer parte de um modelo hígido. O artigo 16 do Regulamento de 20 de janeiro de 1849, assinado pelo presidente provincial João Antônio de Vasconcelos, exemplifica uma das ideias que se encaixam nesse modelo ao defender que os professores fiscalizassem a higiene de seus alunos, tornando-se um dos muitos a comprovar a fundamentação legal da missão higienista no ambiente educacional. Tão importante quanto a teoria, entretanto, é a prática.

Sob esse aspecto, foi crucial a consulta dos relatórios apresentados pelos presidentes provinciais e os diretores gerais da instrução pública, datados de 1837 a 1886, acessíveis no acervo digital Center for Research Libraries (<http://ddsnext.crl.edu/titles/178/items>). O andamento desta pesquisa seria comprometido sem essa documentação, uma vez que tais relatórios, se examinados cautelosamente, podem ser utilizados como uma ferramenta que nos permite visualizar as Leis e os Regulamentos em termos práticos. Mediante as informações prestadas pelos presidentes e diretores em seus respectivos relatórios, também foi possível compreender diferentes questões como os critérios de adoção de um compêndio, as adversidades em sua distribuição e quais os títulos estabelecidos para a instrução primária. Ressalta-se, então, a importância dos relatórios, visto que eles formaram a ponte que ligou essa pesquisa a seu objeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Paraíba do século XIX, assim como o resto do Brasil, se via envolta a uma série de transformações político-sociais que ocorreram simultaneamente aos efeitos mortais de doenças cíclicas como febre amarela, cólera, sarampo, varíola, malária, entre outras. Pode-se afirmar que tais epidemias exerceram um grande papel na configuração urbana, nas manifestações religiosas e na formação do imaginário popular (DELUMEAU, 2009) da sociedade paraibana oitocentista, persuadida pelo pânico coletivo que se intensificava a partir da aparência dos doentes, dos anúncios na imprensa e da disseminação de informações (MARIANO S.; MARIANO N., 2012) por vezes equivocadas ou incorretas. Além disso, apontam Ribeiro e Marques (2023), embora os efeitos biológicos das epidemias se reduzam em algum momento, ainda podem ser sentidos mediante a solidificação de desigualdades sociais e estruturas de poder, tendo a medicina um importante papel nesse processo.

Imbuída de fontes europeias, a intelectualidade médica foi ganhando cada vez mais espaço entre as elites políticas brasileiras, resultando em uma nova organização estatal que normatiza a medicina, o médico e seus saberes, como argumenta Foucault (1998). A medicina, através do poder do Estado, aparece como uma atividade que vai além da habilidade de diagnosticar e curar, alcançando o poder de vigiar e ordenar a vida ao estatizá-la. Isso se torna mais evidente a partir da segunda metade do século XIX, período em que a Junta Central de Hygiene Pública passou a formalizar o exercício da medicina, bem como a qualificação acadêmica de médicos e a comercialização de insumos medicinais; fiscalizar a cidade por meio da polícia sanitária, que tinha carta branca para vistoriar espaços públicos e privados que considerasse um risco à salubridade pública; e inspecionar o andamento das vacinações.

Tais medidas superam o controle do espaço urbano e corroboram com a perspectiva de Foucault (1998) quando o autor diz que o domínio dos indivíduos começa por seus corpos. Por outro lado, para firmar-se, o controle social também se dá pela mentalidade e, no contexto aqui discutido, a ideologia da higiene foi criada e vigorosamente explorada pelas camadas privilegiadas. Chalhoub (1996) explica que essa ideologia está intrinsecamente vinculada ao processo de assimilação de grupos pobres e/ou marginalizados à criminalidade e, por conseguinte, à perturbação da tão estimada ordem. Essas populações iam na contramão de tudo que o referencial eurocêntrico de civilidade pregava: não receberam uma instrução aos moldes europeus, não seguiam as metódicas normas de etiqueta social, não possuíam um linguajar rebuscado, não circulavam em meios considerados cultos e de boa cultura, não acompanhavam as tendências da moda francesa pelos periódicos.

Eram, segundo Chalhoub, vistas como incivilizadas, suscetíveis a ociosidade, aos vícios e, posteriormente, à propagação de doenças. Sendo assim, através da estratégia de repressão à ociosidade e sob um discurso de mera preocupação com o bem-estar coletivo e o progresso do país, o Estado visava corrigir o problema reprimindo a ociosidade dos adultos e cuidando da

educação dos menores (CHALHOUB, 1996). Esses menores, mediante a ideia de manutenção da infância (GONDRA, 2000), eram vistos como mais vulneráveis às moléstias, o que justificava a ação do Estado em seus cuidados através do âmbito escolar. Eles eram a esperança de desenvolvimento do país. Precisavam, portanto, ser protegidos e moralizados o mais rápido possível a fim de escrever uma nova história para o Brasil. Qual a melhor maneira de fazer isso senão pela instrução pública primária, base do conhecimento formal?

A perspectiva oitocentista tornou a instrução primária um compromisso com a missão de criar uma mocidade culta, moral e civilizada. Em vista disso, as províncias, baseando-se na Corte, voltaram seus olhares à sistematização da instrução pública, implementando uma nova configuração escolar que reafirmaria preceitos religiosos e morais eurocêntricos, mas incluiria os médico-higienistas, acompanhando o cenário epidêmico do país. Na Parahyba do Norte, a documentação consultada nos permitiu compreender que tal configuração abrangeu todo o universo escolar, a começar pela contratação de professores, que deveriam comprovar ausência de doenças infectocontagiosas e apresentar um comportamento exemplar, livre de vícios. Aos alunos, a vacinação era obrigatória para admissão em escolas públicas da província, mesmo que a quantidade de vacinas no Brasil não correspondesse à quantidade de habitantes.

Quanto ao ambiente escolar, destaca-se a preocupação em torná-lo espaçoso, arejado, limpo diariamente e provido de móveis e utensílios escolares bem conservados. Os relatórios dos presidentes e dos diretores gerais da instrução, no entanto, demonstram que era bastante comum que as aulas ocorressem na casa do professor, sobretudo fora da capital, uma vez que o governo ainda não possuía estabelecimentos próprios para a maioria das escolas. A Lei n.º 455, de 22 de junho de 1872, foi criada para extinguir essa prática, considerada inadequada porque dificultava a inspeção das aulas; deixava o professor suscetível a distrações domésticas; não atendia os critérios de higiene e acomodação e, considerando a teoria de contágio por meio dos miasmas, pensava-se que era prejudicial aos alunos respirar o mesmo ar que os familiares do professor.

Já em relação aos compêndios, cruciais para o processo de ensino-aprendizagem, fatores como a ausência de uma rede unificada de educação no país e a limitação orçamentária dos cofres públicos da Parahyba do Norte eram grandes empecilhos para a compra e o repasse igualitário desses materiais aos alunos, resultando, muitas vezes, em falta de uniformidade no andamento das aulas primárias, regidas por “princípios de doutrina Christã, e moral, leitura, escripta, elementos de grammatica nacional, e de calculo, o systema legal dos pesos, e medidas” (PARAÍBA DO NORTE, relatório, 1857, p. 12). Além do custo-benefício e a coerência frente aos componentes curriculares do ensino elementar, a escolha dos compêndios deveria estar a par da compreensão dos alunos, captando suas atenções. Isso demonstra que a preocupação com um material interessante e de fácil interpretação, que auxiliasse tanto a alfabetização quanto a construção do caráter da mocidade paraibana, era um assunto de longa data.

Com base em tudo que foi abordado até o momento, é possível começarmos a destrinchar alguns dos compêndios primários adotados na Parahyba do Norte, durante a segunda metade do século XIX, a fim de entendermos como saberes médicos-higienistas foram adaptados ao ponto de vista infantil. Vale lembrar que tais compêndios são os que puderam ser encontrados na íntegra ao longo da pesquisa por meio de plataformas digitais, mas não foram os únicos a serem citados ao longo da documentação consultada.

Dito isso, daremos início pelo *História de Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras*, do francês Laurent Pierre de Jussieu (1792–1866), premiado pela Sociedade de Instrução Elementar. Surgindo nos relatórios presidenciais em 1848, quando o Presidente João Antonio de Vasconcellos solicitou 60 exemplares do material ao Governo Imperial, e em 1850, quando Vasconcellos confirmou a compra e o repasse desses exemplares, a obra teve sua primeira publicação em 1818 e pode ser encontrada em múltiplas edições, denotando sua ampla aceitação (MARIANO, 2019). Para o propósito desta pesquisa, teve-se acesso à edição de 1875 que, anexada à continuação *Obras póstumas de Simão de Nantua*, de 1829, está disponível por meio do Google Livros sem custo financeiro. A primeira parte, *História de Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras*, foi organizada em 39 capítulos, enquanto a segunda, *Obras póstumas de Simão de Nantua*, em 8.

Conduzida através da perspectiva de um narrador secundário, amigo do protagonista, a primeira parte direciona os leitores às viagens feitas por Simão de Nantua, um velho mercador. Altamente estimado pelas inúmeras pessoas que o conheceram ao longo de mais de quarenta anos vendendo suas mercadorias em feiras francesas, Simão é o modelo ideal para qualquer cidadão: possui bons valores cristãos e morais, é instruído, humilde, comunicativo, dedicado ao trabalho, rejeita quaisquer vícios e está sempre disposto a estender as mãos aos que verdadeiramente necessitam. Visto como um senhor extremamente sábio e experiente, seus conselhos, quase sempre bem aceitos por quem os ouve, são as lições de 38 capítulos, sendo o primeiro a explicação sobre quem é Simão de Nantua. Podemos encontrar capítulos que utilizam parábolas para falar sobre a importância da honestidade, o repúdio ao abuso animal, luto e sensibilidade, entre outros. Há até explicações sobre o funcionamento do judiciário e da guarda nacional francesa. Entretanto, chama atenção sua forma de mesclar questões referentes a moralidade, higiene e medicina à instrução, tornando esse livro uma campanha contra a ignorância, grande rival da civilidade.

A ignorância pode custar sua saúde, sendo sobre isso que fala o capítulo II, “*Simão de Nantua vae á feira de S. Claudio, onde encontra charlatães e impostores que dizem a buena-dicha*”, através da história de um camponês induzido a comprar um remédio milagroso para dor de dente e indigestão. Simão alerta para os riscos de utilizar remédios sem prescrição médica, recomendados por pessoas que dizem possuir conhecimentos medicinais, e ressalta a importância de sempre recorrer a um médico, caso haja necessidade. Lendo esse conselho, é interessante pensar no contexto da Paraíba Oitocentista, onde os médicos eram escassos, qua-

se inacessíveis. Em 1848, mesmo ano que Vasconcellos fez o pedido do referido compêndio, o presidente afirmou que “a Província rescente-se muito de falta de Medicos, que socorram a população” (PARAÍBA DO NORTE, relatório, 1848, p. 18). Grande parte dos paraibanos precisava recorrer aos saberes alternativos de boticários, barbeiros, benzedeiros, sacerdotes etc. Saberes esses que, apesar de estigmatizados em detrimento da figura do médico formado em uma universidade, eram apropriados pela medicina científica, a exemplo da sangria, realizada pelos barbeiros (SILVA, 2019).

A ignorância também pode custar sua integridade, por abrir portas para a ociosidade, um “terreno onde todos os vícios nascem e crescem”. É o que trata o capítulo III, “*Simão de Nantua vae a um baile, falla sobre a intemperança, e a este respeito conta uma história*”, onde vemos o caso de Filipe, um jovem valoroso e de bom coração que se envolveu com más companhias e agora se vê preso no vício por bebidas alcoólicas. Simão o utiliza como exemplo para condenar os vícios, uma vez que Filipe passou a não conseguir trabalhar e todos sabem de sua dependência, manchando sua reputação. O vício se sobressaiu em relação às qualidades do rapaz, tornando-o uma figura vexatória. O repúdio aos hábitos viciosos é recorrente ao longo da obra e vai além do sentido de que os vícios representam comprometimento da saúde ou da vida social. O alerta de Simão à mocidade é uma das maneiras de manifestação da repressão à ociosidade, debatida por Chalhoub (1996).

Simão é crítico fervoroso à ociosidade e, no capítulo VIII, “*Conversação de Simão de Nantua com um mendigo e boa lição para orgulhosos e vadios*”, ele afirma que “um homem vadio ou ocioso é um ente sem prestimo, pezado em quanto vive, e quando morre allivia o mundo d’um pezo inutil. Deus poz-nos aqui para trabalharmos, e sermos uteis uns aos outros” (JUSSIEU, 1875, p. 30). O trabalho, munido de um teor religioso, confere dignidade aos indivíduos. Uma pessoa ociosa caminha com a ignorância, os vícios e, conseqüentemente, é levada ao caminho da pobreza ou da criminalidade, senão os dois. Torna-se, então, um peso à sociedade, pois não contribui para o progresso do país com sua intelectualidade ou a força de seu trabalho, tão visada pelo capitalismo emergente (FOUCAULT, 1998).

A medicina do século XIX ainda dava um crédito notável à teoria dos humores, proveniente da Antiguidade Grega. Segundo Lima (1996), essa teoria consiste na ideia de que fluidos corporais como o sangue, a bile amarela, a bile negra e a fleuma se ligam às quatro estações e representam quatro temperamentos, respectivamente: sanguíneo (vitalidade, primavera), colérico (energia, verão), melancólico (introspecção, outono) e fleumático (serenidade, inverno). Uma pessoa predominantemente fleumática tende a ser depressiva, enquanto uma colérica pode não ter controle sobre sua agressividade. Por isso, um indivíduo saudável tem de estar com os quatro temperamentos equilibrados, pois a dominância de um deles implica o adoecimento do corpo e da mente.

Sendo assim, Simão de Nantua adverte que a ignorância emocional também é danosa à saúde por meio do capítulo XXXI, “*Simão de Nantua discorre acerca da inveja, e sustenta que*

o invejoso não enriquece, nem engorda”, onde vemos que o personagem mercador Thibaud, invejando seu rival, Parneau, apresenta feições adoecidas, é extremamente irritadiço e não consegue atrair clientes. Simão, dando-lhe conselhos, diz: “não há invejoso rico, sadio, e que viva muitos annos, porque a inveja é uma lima que gasta e destroe ao mesmo tempo o corpo e a alma” (JUSSIÉU, 1875, p. 121).

Já no capítulo XXXIII, “*Simão de Nantua é testemunha de um caso nocturno em que se mostram os funestos efeitos da cólera*”, Simão presencia um caso em que uma mulher é agredida por seu marido. O mercador a livra do agressor e sugere que ambos durmam em quartos separados, o que acontece. Na manhã seguinte, o marido é encontrado “estendido na cama desfallecido, balbuciando palavras sem conexão, e com todos os symptomas de ataque cerebral. Todos os socorros foram inúteis, elle expirou no mesmo dia” (JUSSIÉU, 1875, p. 126). Tanto o caso do mercador invejoso quanto o do marido agressor revelam que a falta de inteligência emocional desagrada ao Deus cristão, mas também desequilibra os humores, prejudicando a saúde.

Para além da saúde física e mental, a ignorância dos adultos custa o futuro das crianças, sendo essa as lições dos capítulos V e XIII. No capítulo V, “*Simão de Nantua faz ver as vantagens das escolas em que as crianças se instruem pelo methodo de ensino mutuo, e conta a historia do cavalheiro Paulet*”, observamos a estadia de Simão em uma modesta casa. A família que lá mora é constituída pela mãe, madame Bertrand, e seus três filhos, sendo uma menina e dois meninos. Ao conversar com o filho mais velho, Simão descobre que ele não é alfabetizado, nem os mais novos. A mãe não acredita na capacidade de aprender do mais velho e pensa que o ensino mútuo, apontado por Simão, não mudaria isso, além de ser uma invenção dos ingleses. Simão, enfatizando que ela não pode renunciar a algo tão positivo apenas por não concordar com a origem, explica a ela o quão enriquecedor é o tal método, que consiste nos alunos compartilharem seus aprendizados com os colegas por meio da orientação do professor. E segundo o mercador, tal método é, na verdade, francês e “o rei quer que elle seja estabelecido em toda a França, e que todos os franceses saibam ler e escrever. Assim, minha querida madame Bertrand, é desobedecer ao rei não fazer instruir os vossos filhos” (JUSSIÉU, 1875, p. 20).

No capítulo XIII, “*Simão de Nantua faz uma proclamação sobre as vantagens e a historia da vaccina*”, o mercador encontra uma garotinha cuja face está marcada por ferimentos provenientes da varíola. Exaltado com a mãe da menina, Simão faz um pronunciamento público, utilizando a criança, e defende a vacinação infantil enquanto condena os pais que não vacinam seus filhos, apesar da gratuidade desse imunizante, enfatizando que “aquelles que deixam de o fazer, por negligencia ou obstinação, são culpados para comigo mesmos, para com o governo, e para com toda a sociedade” (JUSSIÉU, 1875, p. 47). Simão continua alertando para os malefícios da crença em falsas informações sobre as vacinas e aproveita esse momento para explicar a criação da vacina jenneriana, destinada à imunização contra a varíola. Ele cita o caso de uma mãe que possuía dois filhos, mas priorizava um deles. A mulher, sem depositar muita confiança

na vacina, permitiu que apenas o filho menos amado fosse vacinado. Como punição divina pelo pecado da predileção entre os filhos, aponta Simão, o filho favorito foi uma das vítimas da epidemia de varíola e não resistiu. O outro filho, no entanto, estava imunizado e não foi afetado.

Enquanto o capítulo V demonstra que pais ignorantes prejudicam a evolução intelectual de seus filhos, criando uma espécie de dívida com o Estado, o capítulo XIII vai ainda mais longe ao enfatizar que tal ignorância pode resultar na morte desses filhos. Tais discursos foram percebidos durante a leitura da documentação consultada para esta pesquisa, já que a crítica contra o número abaixo do esperado de alunos nas escolas públicas primárias da província é, majoritariamente, atrelada à ignorância dos pais que não matriculam seus filhos, como indica o Diretor Geral da Instrução, Manrique Victor de Lima, ao dizer que esse ramo é afetado pela “indiferença com que a profunda ignorancia, e rusticidade de muitos pais de familia olha para a instrucção” (PARAÍBA DO NORTE, exposição, 1855, p. 36).

A imunização também é comentada pelo presidente Francisco d’Araujo Lima, em 1862. Ele aponta que a campanha de vacinação contra a varíola na província, liderada pelo médico-cirurgião João José Innocencio Poggi, não mediu esforços para seu êxito, mas a escassez de pessoal habilitado em diferentes localidades da província e a “ignorancia da população do interior” atrapalharam esse processo. Segundo ele, a ignorância foi um forte empecilho “para que não tenha a vaccinação a amplitude que tanto interessa a saúde da população” (PARAÍBA DO NORTE, relatório, 1862, p. 26). Tanto no relato do diretor Manrique quanto no do Presidente Francisco é possível notar a tendência em atribuir ao ignorante, normalmente advindo das camadas menos favorecidas, o atraso no desenvolvimento da instrução e da saúde na província, como se ele fosse o único a ser responsabilizado por isso, sem ponderar as condições em que tal indivíduo está inserido e a própria desigualdade estrutural do país.

O embate entre ignorância e preservação da saúde nos leva de volta aos conselhos de Simão de Nantua, no capítulo XIX, “*Simão de Nantua mostra a utilidade do aceio, e como até a gente mais pobre pode ser aceiada*”. Enfrentando uma tempestade durante sua viagem, Simão foi obrigado a se abrigar em uma casa pobre, onde vivia um casal e seus dois filhos. O local estava impregnado de sujeira, as paredes eram úmidas, o ar era fétido, os utensílios de cozinha não foram lavados e a família estava imunda. Rígido, Simão conversa com a mãe e lhe fala sobre a importância da higiene, pois não é possível proteger a saúde sem ela, e é melhor evitar as enfermidades do que ter que tratá-las. A ignorância da mãe a colocou em risco, bem como sua família, e Simão exclama: “a miséria não pode desculpar a falta de aceio, porque emfim o ar e a agua são coisas que não custam dinheiro. [...] Esse desleixo vos custa mesmo mais caro que pensaes, pois é extremamente nocivo á saúde” (JUSSIEU, 1875, p. 76). Se a higiene é um meio de prevenir doenças, a falta dela é um chamariz. Logo, a felicidade não floresce em meio à imundície.

Outro compêndio semelhante ao de Laurent Jussieu, mas escrito de forma mais objetiva, é o do maranhense Antonio Marques Rodrigues, *O Livro do Povo* (1865), adotado na província

mediante a prescrição do Diretor Geral da Instrução, João Florentino Meira de Vasconcellos, em 1864. Bacharel pela Faculdade de Direito, Rodrigues se consolidou como Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, sócio do Instituto Dramático e Literário de Coimbra e Inspetor da Instrução Pública da Província do Maranhão. Recomendada pelo arcebispo da Bahia, D. Manoel, e o bispo do Maranhão, D. Luiz, sua obra era requisitada pela qualidade de impressão e o bom custo-benefício (MARIANO, 2015), tornando-se presente nas escolas primárias do Maranhão, Amazonas, Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco.

A 4ª edição do compêndio, acessada para os fins desta pesquisa, está organizada em 14 capítulos que, assim como *História de Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras*, ensinam lições valorosas à época, a exemplo de preceitos religiosos, descrições sobre as características de animais e noções básicas de Geografia e História do Brasil. Destaca-se o capítulo “*Da Hygiene*”, que visa apresentar noções fundamentais de higiene aos alunos mediante versos simples, facilmente decoráveis, divididos em seis seções. A primeira, “*Do ar e dos aposentos*”, dá conselhos como não se expor à rua ou o ar frio quando se está transpirando; não dormir perto de janelas, que devem ser abertas somente durante o dia para arejar a casa; não possuir plantas no quarto; não deixar roupas molhadas em cima da cama; evitar locais ou situações que possam sujar e/ou molhar as roupas; não entrar em locais fétidos. Na sequência, “*Do vestido e do aceio*”, vemos que limpeza é essencial para a saúde, a força e a beleza; o rosto deve ser lavado diariamente com água fria; os dentes, os cabelos e as unhas devem ser conservados pela frequência de bons cuidados; banhos gelados dão mais energia; não deixar secar em si a roupa molhada; não dormir sem cobertores; não utilizar sapatos apertados, nem espartilhos; utilizar vestimentas bem cuidadas e recatadas.

“*Alimentos e bebidas*”, como o nome indica, alerta para os riscos de comer mais que o necessário; ingerir líquidos enquanto come, assim como se exceder nos doces e nas bebidas alcoólicas; beber líquidos gelados, caso esteja transpirando; dar bebidas alcoólicas às crianças; tomar banho logo após se alimentar; não beber água frequentemente; comer apressadamente e mastigar mal; deixar de investigar a procedência/condição de um alimento antes de comê-lo. Em “*Do exercício e do repouso*”, o autor aponta para a necessidade de estudar e se exercitar, mas respeitar os momentos de descanso do corpo; dormir cedo, limitando-se a nove horas de sono, e acordar cedo para se preparar para o dia; caminhar após acordar; não ler após as refeições; descer e subir escadas com atenção, evitando acidentes; não dormir em cama muito macia; não tirar cochilos prolongados após as refeições, pois isso atrapalha a digestão.

Focando no lado mais emocional, “*Sensações e paixões*” aponta que a preguiça é prejudicial à saúde; não se deve temer os mortos, as bruxas ou encantamentos, nem se assustar com frequência, pois isso torna o indivíduo suscetível a acidentes; gritar faz mal à garganta; os sonhos não são reais, logo não devem ser vistos como verdade; cristãos não devem crer em maus presságios. Por fim, “*Generalidades*” traz noções diversas, a exemplo de não dormir com gatos, nem andar sem sapatos; não tomar banhos muito quentes, nem ficar muito tempo em

água fria; não reter a urina; tratar da tosse antes que ela se torne crônica; não usar os dentes para lidar com objetos duros; roer as unhas pode causar a perda dos dedos; cuspir demais é um vício, assim como fumar; seguir corretamente as prescrições médicas, como os alimentos recomendados; é preciso cautela na recuperação de uma doença, pois uma recaída pode ser pior; quem finge estar doente pode receber castigo divino.

As noções de higiene destacadas por Rodrigues não revelam apenas cuidados com a aparência e a saúde, seja física ou mental. Como aponta Mariano (2015), o autor faz críticas ao ato de roer as unhas, cuspir e gritar, já que essas atitudes eram vistas como incivilizadas. Pessoas que cometiam tais atos, especialmente em público, eram julgadas como sem autocontrole, conceito essencial em uma sociedade que presava a civilidade. A presença desse tipo de conteúdo em um livro direcionado à instrução infantil corrobora com o argumento de Elias (1993) sobre o controle da conduta ser trabalhado desde a infância a fim de que as crianças cresçam nesse molde, seguindo-o automaticamente.

Apesar de “*Da hygiene*” ser um capítulo dedicado quase que exclusivamente aos saberes médicos-higienistas, *O Livro do Povo* (1865) também transmite tais saberes em outros momentos, mais dispersamente. Ao falar sobre os asnos, no capítulo “*Quadrupedes uteis*”, o autor indica uma prescrição médica ao dizer que, além de úteis no trabalho e na produção de alimentos, “a fêmea, ou a jumenta serve de muito prestimo, porque fornece o leite recommendado pelos medicos ás pessoas que soffrem de molestias de peito” (RODRIGUES, 1865, p. 170). Ademais, cuidados com os dentes e a aparência podem ser vistos em “*Receitas necessárias*”. Esse capítulo traz receitas destinadas à conservação de leite e carne; produção de licores; reconhecimento de vinho e café falsificados etc. O autor ainda orienta a criação de alguns produtos de cuidado pessoal como um creme dentário, uma colônia cítrica e uma pomada para a estilização dos cabelos.

Boa parte do conteúdo que se vê ao longo da leitura desta obra lembra *História de Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras* (1875), já que Antonio Rodrigues é abertamente inspirado por Laurent Jussieu. Inclusive, antes de “*Da hygiene*”, há um capítulo apresentando lições extraídas do compêndio francês, denominado “*Simão de Nantua*”, ressaltando a questão do asseio com as roupas e os ambientes. Por meio dele, podemos perceber que o pensamento higienista também pode ser atrelado ao patriarcado. Segundo Rodrigues (1875, p. 224), “ás mulheres pertence particularmente o aceio de uma casa”, revelando o pensamento de que embora uma casa possa ser ocupada por vários membros, a culpa pela higiene inadequada e, consequentemente, as doenças provenientes dessa negligência, será frequentemente direcionada às mulheres, evidenciando que elas são mais cobradas tanto pelo asseio quanto pela saúde de suas famílias.

O Livro do Povo (1865) se torna ainda mais interessante porque abre espaço para comparações entre o Brasil do século XIX e o que conhecemos hoje. A receita dada pelo autor para descobrir se os ovos estão podres, colocando-os na água para ver se eles ficam na superfície, por

exemplo, ainda é recomendada; a receita para tirar gosto e cheiro ruins de peixes e outras carnes em início de decomposição, mediante o cozimento com carvão, dificilmente seria bem-vista. O trabalho doméstico ainda é assimilado à figura feminina, mas a participação masculina é cada vez mais discutida. A ideia de não se expor ao ar frio ou ingerir líquidos gelados quando se está transpirando ainda é levada em conta, especialmente nos saberes de populações interioranas. Assim, a obra de Rodrigues nos permite observar a adaptação de preceitos médico-higienistas europeus enquanto nos leva a refletir sobre continuidades e descontinuidades culturais no Brasil contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É interessante revisitarmos a concepção de higiene como a área da medicina responsável pela conservação da vida através da prevenção às doenças, referida pelo médico Francisco de Mello Franco na introdução deste trabalho, uma vez que, no decorrer desta pesquisa, foi possível expandi-la. Viu-se que *higiene* também era uma ideia abstrata, repleta de nuances, tornando-se complexa. Por trás dessa pequena palavra, cujo significado pode parecer óbvio ao ponto de vista atual, existe um universo Oitocentista composto pela criação de ideologias que reforçaram o eurocentrismo, as estruturas de desigualdade, o capitalismo emergente e as políticas de controle sobre os corpos. Tudo isso enquanto a identidade nacional brasileira e a noção patriótica começavam a ser esboçadas, uma nova configuração escolar ascendia, conflitos armados se desenrolavam, a industrialização dava os primeiros sinais e a luta abolicionista se via arduamente em curso.

Os compêndios escolares e seus autores são frutos da efervescência política, social e cultural deste cenário. Sendo assim, os compêndios, modestos à primeira vista, carregam entre suas páginas uma abundância de elementos que nos ajudam a compreender a evolução das práticas e das linguagens pedagógicas, dos conteúdos direcionados a alunos de diferentes níveis de instrução, da estruturação de um livro didático, do mercado editorial escolar, entre outros. Carregam, ainda, vestígios da missão civilizadora instaurada pelas camadas abastadas da sociedade, que definiram a higiene como sinônimo da tão estimada civilidade.

Esta pesquisa enfrentou empecilhos como a falta de uma catalogação mais detalhada dos compêndios adotados na Paraíba do Norte, por parte dos presidentes e dos diretores gerais da instrução pública, e a dificuldade em encontrar exemplares dos títulos citados disponíveis em acervos *online*. Os objetivos iniciais de mapear e investigar a presença de saberes médico-higienistas em compêndios primários paraibanos, entretanto, foram alcançados mediante a riqueza da documentação empregada e a análise de compêndios amplamente propagados na instrução pública elementar da Paraíba. Essas produções didáticas, embora semelhantes, adotaram linguagens e estratégias distintas a fim de captar a atenção infantil, como a utilização de histórias protagonizadas por um sábio senhor ou a presença de ilustrações, e criaram suas maneiras de

traduzir com maestria à mocidade paraibana, seja por meio de parábolas ou rimas, os preceitos médico-higienistas provenientes de um momento de intensas transformações político-sociais. São, portanto, relevantes para a História da Educação, a História da Paraíba e a História do Brasil, pois integram a pluralidade vivida pelo país durante o século XIX.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Império do. Decreto n.º 828 de 29 de setembro de 1851. In: _____. **Coleção das Leis de 1851: parte II**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1852, p. 259–275. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/0b123a6a-57d2-4d6d-9b2b-d4546f17a5c3>.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800**. Tradução. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FRANCO, Francisco Mello de. Introdução. In: _____. **Elementos de hygiene, ou dictames theoreticos, e practicos para conservar a saude, e prolongar a vida**. 3. ed. Lisboa: Tipografia da Academia, 1823. p. II-XIII.

GONDRA, J. G. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. **Educação e Pesquisa**, v. 26, n. 1, p. 99–117, jan. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/xfdpkmGZVMcr65XNQzYF5gw/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

JUSSIEU, Laurent. **História de Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras**. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1875. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=b93tAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 02 jun. 2024.

LIMA, T. A. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 2, n. 3, p. 44–94, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/tQF6yH5DFS8d5BRfXX5YJdJ/>. Acesso em: 17 jan. 2024.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)**, 2015. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro; MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. O MEDO ANUNCIADO: A FEBRE AMARELA E O CÓLERA NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA (1850-1860). **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 1–20, 2012. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/415>. Acesso em: 14 jan. 2024.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. Diretoria da Instrução Pública da Paraíba em 3 de janeiro de 1862. *In: Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente, Dr. Francisco d’Araujo Lima.* Paraíba: Tipografia de J. R. da Costa, 1862. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=&item_id=4069#?c=4&m=41&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1373%2C-433%2C4312%2C3042. Acesso em: 30 mai. 2024.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. Diretoria da Instrução Pública da Paraíba em 26 de janeiro de 1855. *In: Exposição feita pelo Doutor Francisco Xavier Paes Barreto na qualidade de Presidente da Província da Paraíba do Norte.* Paraíba: Tipografia de José Rodrigues da Costa, 1855. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms&item_id=4103#?c=4&m=28&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1575%2C-175%2C4940%2C3485. Acesso em: 29 mai. 2024.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo excelentíssimo presidente da província, o Bacharel João Antonio Vasconcellos em 1 de agosto de 1848.** Paraíba: Tipografia Imparcial, 1848. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=&item_id=4054#?c=4&m=11&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1231%2C-18%2C4028%2C2841. Acesso em: 30 mai. 2024.

PARAÍBA DO NORTE, Província. **Relatório recitado na abertura da Assembleia Legislativa da Paraíba do Norte pelo vice-presidente da província o Dr. Manoel Carneiro da Cunha em 1 de agosto de 1857.** Paraíba: Tipografia de José Rodrigues da Costa, 1857. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=&item_id=4063#?c=4&m=31&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1319%2C0%2C4748%2C3349. Acesso em: 30 mai. 2024.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler. **Leis e regulamentos da instrução da Paraíba no período imperial.** Brasília: INEP, 2004

RIBEIRO, Anna Cristina Rodopiano de Carvalho; MARQUES, Maria Cristina da Costa. Tudo pela hora da morte! História, epidemias e desigualdades. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. i., p. 1–15, 2023.

RODRIGUES, Antonio Marques. **O Livro do Povo.** Maranhão: Tipografia do Frias, 1865. Disponível em: <https://lemad.ffiich.usp.br/node/2229>. Acesso em: 02 jun. 2024.

SILVA, Wuendisy Fortunato da. O EXERCÍCIO DAS ARTES DE CURAR NA PARAÍBA: disputas, ofícios e práticas de cura na gênese da segunda metade do oitocentos. *In:* MARIANO, Serioja R. C.; BARBOSA, Janyne Paula Pereira L (Org.). **SOCIEDADE E CULTURA NO BRASIL OITOCENTISTA: Trajetórias de pesquisas II.** João Pessoa: Editora do CCTA, 2019. p. 129–148.

SECA, FOME, HORROR! AS DOENÇAS ATRAVÉS DOS JORNAIS DA PARAHYBA DO NORTE NO CONTEXTO DA SECA 1877-1879

Ana Paula Moura da Costa

(Graduanda em Licenciatura em História (UFPB) e pesquisadora de Iniciação Científica)
apmoura1@gmail.com)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano

((DH/PPGH/UFPB. E-mail: serioja.mariano@academico.ufpb.br)

RESUMO

Este trabalho faz parte das pesquisas desenvolvidas por nós no grupo de pesquisa *Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista*, e na Iniciação Científica. Tem por objetivo investigar as condições de saúde e assistência social na Província da Parahyba, durante a década de 1870, em meio à severa Seca de 1877-1879. Através da análise de periódicos, de tendências, liberais e conservadores, como *O Conservador* – PB (1875-1877), *A Opinião* – PB (1877), *O Diário de Pernambuco* - PE (1870-1879) e *O Brado Conservador* – RN (1876-1882), o estudo destaca como as calamidades provocadas pela seca foram documentadas, evidenciando os eventos considerados dramáticos que marcaram diversas localidades da Província. Para isso, utilizamos a Nova História Cultural e a História da Saúde e das Doenças como suporte teórico. A metodologia se baseia na imprensa como agente histórico, com uma análise discursiva, comparativa e qualitativa dos materiais, explorando novas perspectivas. Ao longo do século XIX, os jornais foram fundamentais na construção das narrativas políticas, culturais e sociais. Também utilizamos nas nossas análises outros documentos, como os Relatórios dos Presidentes de Província, oferecendo uma visão pluralista dos eventos.

Palavras-chaves: Doenças; Seca de 1877 a 1879; Parahyba do Norte.

INTRODUÇÃO

A emigração dos centros da Parahyba e Pernambuco é enorme. Causa susto e dóe n'alma do homem ainda de tempera mais rija assistir **o espectáculo horroroso que nos oferecem esses emigrados**. (A OPINIÃO, Parahyba, 24 de maio de 1877, n° 8, p. 4. Grifos nossos).

O espectáculo horroroso que nos oferecem esses emigrados, trecho retirado do jornal liberal *A Opinião*, é parte das correspondências transcritas na coluna *Vapor Jaguaribe*, que

divulgava cartas anônimas e trechos de outros jornais das províncias vizinhas, alertando a população parahybana sobre a gravidade da seca enfrentada pelas províncias do Norte entre os anos de 1877 a 1879¹.

Os periódicos da década de 1870 já sinalizavam um consenso que a historiografia posteriormente corroborou: o ano de 1877 assinalou o início de um ciclo de três anos de intensa seca, prolongando-se até 1879 e tornando-se um dos períodos de estiagem mais marcantes do atual Nordeste brasileiro. Embora não tenha sido a mais severa já registrada, como aponta Albuquerque Júnior (1988) e Rosimeire Silva (2012), a seca de 1877-1879 apresentou características típicas de fenômenos naturais de grande escala, com impactos duradouros que transcenderam o momento imediato.

Esse episódio histórico, além de seus impactos diretos, sedimentou significados e ressonâncias culturais, transformando-se em um símbolo de sua época e de seu povo, refletindo os valores e ideais sociais e culturais do período (Almeida, 2012 [1923]). Dessa forma, o evento se configura como uma rica fonte para estudos sobre o contexto histórico de meados do século XIX na Província da Parahyba do Norte², proporcionando uma base sólida para explorar as complexidades sociais, políticas e culturais da época.

Nessa análise, a seca emerge como um fator crucial na forma como o governo abordou as questões de saúde pública e epidemias. Em períodos epidêmicos, as doenças ganhavam destaque na imprensa, pois seu impacto desestabilizava a ordem social, exigindo intervenção pública para conter sua propagação (Revel e Peter, 1976). Na Província da Parahyba, assim como em outras do Brasil e do mundo, o tratamento das doenças seguia uma perspectiva higienista, que via as cidades como espaços civilizadores, alinhados ao ideal de progresso do século XIX (Targino, 2021). Sob essa ótica, uma cidade salubre era sinônimo de civilização. Para Silveira (2006, p. 40), “higiene, civilização e progresso” formavam uma tríade central nos discursos sobre o ambiente e a vida urbana. Assim, a limpeza urbana e a higiene tornaram-se exigências das autoridades para a concretização desse ideal civilizador.

A seca de 1877-1879, que assolou o antigo Norte brasileiro, desencadeou uma série de doenças infecciosas, como varíola, febre amarela e cólera (Mariano, 2015). A imprensa da época, ao noticiar esses surtos, não apenas informava a população, mas também contribuía para a construção de um discurso higienista que associava a doença à imundície e à falta de civilização, como afirma Nayana Mariano (2015). Essa representação, influenciada pelas teorias miasmáticas da época, reforçava a necessidade de medidas de saneamento básico e de controle social. Ao analisar a cobertura jornalística da seca, podemos compreender como as representa-

1 No século XIX, a divisão regional do Brasil considerava o Norte como uma área que incluía as atuais regiões Norte e Nordeste, de modo que essa terminologia reflete as convenções geográficas e administrativas da época (Neves, 2012).

2 Para fins de esclarecimento, ao longo deste artigo utilizaremos o termo “Província da Parahyba” para nos referir ao atual Estado da Paraíba e “Cidade da Parahyba” para a atual capital, João Pessoa.

ções³ sociais da doença foram moldadas por fatores como a ideologia higienista, as condições de vida da população e as relações de poder.

A utilização sistemática dos jornais como fontes históricas ganhou força a partir da década de 1980, acompanhada pela elaboração de métodos que orientam seu uso adequado pelos historiadores. Esses veículos foram especialmente presentes na vida urbana dos últimos três séculos, e, há quatro décadas, pesquisadores vêm explorando seu potencial como fontes ricas em informações e indícios que iluminam as sociedades e contextos que os produziram (Barros, 2021). Para apreender plenamente os desafios e possibilidades que os jornais oferecem, a análise historiográfica exige um exame aprofundado dos jornais em seu papel como produtos culturais e sociais, capazes de reatualizar discursos e exercer poder e sociabilidade, situando-os como formas específicas de comunicação e informação no tecido cultural da sociedade.

Como forma de comunicação, os jornais pertencem ao grupo mais amplo dos periódicos, incluindo outros formatos como boletins, almanaques e revistas, que, a exemplo dos jornais diários, cumprem funções diversas na circulação de ideias e valores (Barros, 2021). Para historiadores e sociólogos, a face comunicativa dos jornais frequentemente se sobrepõe à função informativa, pois esses veículos não apenas transmitem informações, mas articulam discursos que refletem e influenciam valores sociais e interesses diversos (Martins e Luca, 2008). Assim, a informação neles contida se mescla a projetos de ação social e à interação com fatores econômicos e políticos, exigindo que a análise historiográfica considere essa interseção entre comunicação e informação como uma centralidade essencial. Sobre isso, Ana Martins e Tânia de Luca, em sua obra *História da Imprensa no Brasil*, ressaltam:

Os impressos que circularam no Brasil em duzentos anos, não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras: a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto-explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. (Martins e Lucca, 2008, p. 8).

Portanto, ao utilizarmos os periódicos como uma de nossas fontes para a compreensão do desenvolvimento da seca e do quadro nosológico na Província da Parahyba do Norte, poremos em prática o trabalho do historiador ao pesquisar documentos históricos que representam uma determinada época (Ginzburg, 1990; Pesavento 2005; Certau, 2011).

Como chama atenção Tânia de Lucca (2005), a imprensa do século XIX consolidou-se como um poderoso instrumento de construção social da realidade (Luca, 2005). Jornais e demais folhetins atuavam como plataformas para as autoridades divulgarem causas das doenças,

3 A representação social refere-se à construção coletiva de ideias, imagens e discursos que os indivíduos elaboram sobre o mundo, substituindo a realidade imediata por um conjunto simbólico. Essas representações orientam a percepção e a interpretação do real, funcionando como intermediárias entre o sujeito e o mundo vivido. Elas expressam tanto a presença quanto a ausência do objeto representado, conferindo sentido à experiência e articulando significados compartilhados que influenciam o comportamento social e cultural (Pesavento, 2006).

métodos de profilaxia e medidas preventivas, ampliando e legitimando o discurso higienista e seu impacto social (Targino, 2021). Ao noticiar a proliferação de enfermidades, não apenas informavam a população, mas moldavam a percepção sobre saúde e doença, evidenciando a interação entre fatores sociais, culturais e biológicos na experiência da enfermidade. Assim, a doença se tornava mais que um fenômeno biológico: carregava significados históricos e culturais que iam além da esfera natural (Sontag, 1978), e durante a seca de 1877-1879 essa dimensão simbólica também esteve presente.

Na Província da Parahyba do Norte, assim como em outras áreas, a seca era uma adversidade conhecida. A população estava familiarizada com seu alcance e seus impactos, bem como com os períodos de alerta. A emigração forçada pela estiagem já ocorria há anos, mas entre 1876 e 1877 atingiu seu ápice, levando centenas de desabrigados a deixarem suas terras, fugindo da fome e da incerteza climática em direção à capital. Foi a partir de 1877, portanto, que a seca passou a ser reconhecida publicamente como uma questão urgente e de proporções excepcionais, demandando respostas específicas para seu enfrentamento.

A seca que assolava o Norte agrário, desde a década de 1870, inicialmente percebida como mais um ciclo comum de estiagem, pode ser rastreada por meio do relatório Anexo de Saúde Pública, escrito pelo então Inspetor de Saúde Pública, o Dr. Abdon Felinto Milanez, que consta na Falla do Vice-Presidente de Província José Evaristo da Cruz Gouvea, um documento direcionado à Corte enviado em 1871.

Ha muitos anos que não vemos um inverno regular, e sendo certo que a falta de inverno, trazendo a irregularidade da temperatura do ar, que ora é quente e ora humido, favorece a fermentação, activa a evaporação e dá desenvolvimento á grande quantidade de miasmas. E' justamente n'essa phase do ano que mais se desenvolvem as febres de toda natureza, e que se observão com frequencia os casos de congestões, hemorragias cerebraes e muitas outras molestias da nossa encephalica. (Relatório, Parahyba do Norte, Anexo de Saúde Pública, 1871, p. 9)

Nos documentos, a seca ganhou contornos alarmantes a partir do Relatório de Presidente da Província de 12 de agosto de 1877. Nessa data, o então Presidente da Província, Doutor Esmerino Gomes Parente, reconheceu a gravidade da situação, evidenciando a magnitude do problema e a necessidade de medidas urgentes:

Quando assumi a administração, já se fazia sentir nos sertões 'esta Provincia o flagello da sècca. que assolava igualmente as Provincias vizinhas de Pernambuco, Rio-Grande do Norte e Ceará. Alguns soccorros haviam sido remettidos pelo meu digno antecessor para Comarcas de Souza, Pombal e Piancó. O mal, porém, extendera-se a todo o interior, donde eu recebia instantes reclamações de soccorros. (Relatório, Parahyba do Norte, 1877, p. 30)

No entanto, apesar da situação destacada pelo Inspetor e pelo Presidente, a seca de 1877-1879 ganhou notoriedade por ocorrer em meio a uma grave crise nos preços dos produtos de

exportação do antigo Norte, especialmente açúcar e algodão. Albuquerque Júnior (1985) observa que essa crise refletia a estrutura econômica regional, que carecia de recursos para modernizar a produção. A estiagem afetou toda a cadeia produtiva, da agricultura de subsistência à pecuária. Nesse contexto, a elite nordestina também perdia influência política nacionalmente. Os impactos sociais, econômicos e culturais foram amplamente discutidos em periódicos e em sessões da Câmara da Parahyba do Norte, além de constarem nos Relatórios de Presidente da Província ao Império.

Enquanto a seca era um problema do mundo dos dominados, ela era uma senhora desconhecida, mas ao chegar ao mundo dos dominantes ela não só é percebida, como transformada no cavalo de batalha de uma classe dominante que estava necessitando de argumentos fortes, para continuar exigindo o seu quinhão na partilha dos benefícios econômicos, e dos postos políticos a nível nacional. (Albuquerque Júnior, 1988, p. 83)

Percebemos que através dos discursos politizados, a elite dominante, visando benefícios econômicos e políticos, a seca de 1877/1879, foi consagrada no imaginário popular como a maior seca já ocorrida na região, cujos efeitos destrutivos eram noticiados nos jornais do Rio de Janeiro, com direito a inaugurações filantrópicas em prol da seca e seções dos periódicos destinadas a relatar os horrores da seca no Norte. No exemplar publicado, em 11 de abril de 1877, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, chama a atenção de trechos do *Despertador*, periódico parahybano de cunho liberal, do dia 25 de março do mesmo ano:

Parahyba – **A secca era assoladora em alguns pontos da Província.** O vigário de Misericórdia escreve o seguinte ao *Despertador* de 25:

A secca é assoladora! O prejuizo é incalculável! Os pobres estão prestes a morrer de fome, porque se não encontra um só recurso! Estão usando de batatas bravas, cuja escassez ainda mais me aterra. Têm havido chuvas, porem tão irregulares, que raro é aquelle que tem algum legume nascido; os mesmos campos apenas têm rama, e isto mesmo desta villa para cima. E' um clamor geral em todos os sentidos. (JORNAL DO COMMERCIO, 11/04/1877, p.4. Grifos nossos)

Nos jornais da Capital do Império, a “Seca do Norte”, como assim noticiavam os demais jornais do Sul do país, assombrava-se por meio dos relatos enviados ao periódico com as descrições feitas pelos viajantes. Na Província da Parahyba, relatos semelhantes eram feitos para a população local:

Estamos lutando com uma secca horrivel. [...] Por aqui tem passado retirantes em numero tão crescido que faz horror, e d'aqui mesmo já tem sahido muitos; parece um fim de mundo; morre gado vaccum e cavallar com tanta grandesa, que as estradas e os campos estao infeccionados; o furto é extraordinario; o povo á tudo avança com tanto que coma; e não sabemos aonde isto irá parar. (A OPINIÃO, Parahyba do Norte, 15/07/1877, p. 4, nº 23. Grifos nossos)

Em meio à seca, as disputas políticas transformaram o fenômeno em uma arena de confrontos, em que a oposição aproveitava a crise para denunciar a ineficiência do Império, enquanto os defensores do regime a utilizavam para exaltar a força da Província. Nesse cenário de calamidade climática e de saúde pública na Parahyba, os periódicos, com suas tendências liberais ou conservadoras, abordavam as doenças de forma estratégica, ora exagerando, ora minimizando sua gravidade para mobilizar a opinião pública. Essa disputa ideológica, que ultrapassava as divisões partidárias, expunha as profundas divisões sociais e políticas da época.

O jornal *O Conservador* do dia 27 de junho de 1877, na sua Seção Editorial, trazia a coluna intitulada “*A secca, os açudes, e os poços artesianos*”, em que sugeria as autoridades governamentais que poços artesianos fossem construídos no sertão como medida preventiva para as futuras secas, “esquecemo-nos de que o raio torna, porque as tempestades se repetem” (p. 1). Antes de explicar como esses poços funcionavam, no entanto, o autor guardou alguns parágrafos para destacar a ação da presidência sobre o assunto:

Na Parahyba, por exemplo, nada há que exigir mais do Sr. Dr. Esmerino, pois sabem todos que, duplamente e guiado pelo dever e pelo coração, tem S. Exc. posto em practica todos os remédios exigidos pela sinistra situação em que se veio encontrar os sertões da Província confiada à sua direcção. Estamos certos de que, a hora em que escrevemos essas linhas, já terá chegado a todos os pontos flagellados a mão providencial da Presidência que, por encomiavel dedicação, não cessa em estender-se para levar pão e água aos desvalidos da sorte. (*O CONSERVADOR*, 27 de junho de 1877, nº 11, p. 1)

A oposição, no entanto, representada pelo jornal liberal *O Despertador*, apresentava uma narrativa diametralmente oposta à do *O Conservador*. Conhecido por seu tom crítico e incisivo, o *Despertador*, nas palavras de Carlos Maul, possuía um ‘dente viperino’. Maul, alvo de denúncias do jornal por suposta corrupção relacionada ao transporte de mercadorias durante a seca por ordens do governo, utilizou a seção ‘Publicações a pedido’ do *O Conservador* para rebater as acusações, evidenciando a polarização da imprensa e a acirrada disputa política em torno da cobertura da seca.

A seção Mosaico d’o *Despertador* era fundamental na construção de uma narrativa alternativa sobre a seca. Ao dar espaço para relatos de localidades do interior da Província, o jornal contribuía para a formação de uma opinião pública mais crítica em relação ao governo. A carta publicada na edição do dia 27 de junho de 1877, curiosamente, no mesmo dia da publicação anteriormente referida do jornal *O Conservador*, enviada por um “amigo” de Cabaceiras (PB), por exemplo, detalhava a situação de sofrimento da população, reforçando a imagem de um governo negligente e incapaz de solucionar a crise.

Nenhum dos membros encarregados de aplicar os remédios enviados pelo Exm. Presidente desta província, para o curativo dos doentes d’aquela Povoação quis lá ir. Estão sendo curados doentes com sal, pimenta, e aguar-

dente, ou genebra. A pobreza e já outros menos pobres sustentão-se com o chique-chique. (O DESPERTADOR, 27 de junho de 1877, nº 1142, p. 2)

A troca de farpas políticas nos periódicos usava os doentes como evidência das falhas e acertos da Província. A partir de 1877, o discurso sobre a seca, fome e doenças se intensificou, e a omissão anterior tornou-se insustentável. No Relatório de 1877, o Corpo Legislativo destacou a destinação de donativos significativos às províncias afetadas, incluindo o Rio Grande do Sul. Além das ações públicas, comissões de socorro e campanhas privadas foram organizadas em várias regiões para arrecadar doações e aliviar o sofrimento dos atingidos pela crise (Relatório, Parahyba do Norte, 1877, p. 31).

A falta de alimentos adequados e as condições precárias de vida durante períodos prolongados de seca não apenas aumentavam a incidência de doenças infecciosas, mas também comprometiam o sistema imunológico, tornando as populações mais suscetíveis a surtos de doenças como cólera, febre tifoide e outras enfermidades relacionadas à desnutrição. Portanto, as políticas públicas, de auxílio durante crises humanitárias não apenas tinham o objetivo de mitigar a fome imediata, mas também de proteger a saúde pública e reduzir o impacto das doenças em comunidades vulneráveis (Junqueira, 2019).

A imprensa relatava casos graves de febres pela Província. Os jornais liberais *O Despertador* e *A Opinião* divulgavam relatos da epidemia em Cabaceiras. Em maio de 1877, *A Opinião* anunciava febres epidêmicas no povoado de Barra de São Miguel, com mortalidade de duas a três pessoas por dia. Até 8 de maio, havia vinte e dois enfermos, dos quais doze em estado grave. Sem medicamentos ou profissionais, a epidemia se alastrava para a Vila de Cabaceiras, onde um jovem apresentava “vômitos negros”. A situação agravava-se com a seca, e aguardava-se que o Dr. Esmerino, Presidente da Província, tomasse medidas para socorrer os atingidos (A OPINIÃO, 31 de maio de 1877, p. 4).

Em carta datada de 19 de junho de 1877, e publicada pelo mesmo jornal, um “amigo de Cabaceiras” relatava a situação crítica em Barra de São Miguel, onde as febres causaram mais de quinze mortes em oito dias. Ao final da carta, nove pessoas ainda estavam doentes, algumas moribundas. Com Campina Grande, o local mais próximo, a “14 léguas” e inacessível devido à magreza dos animais, a população aguardava por ajuda ou alívio divino. Em meio à fome e à peste, esperava-se que o Presidente enviasse, ao menos, medicamentos (A OPINIÃO, 21 de junho de 1877).

A varíola, doença epidêmica na região, não era mais novidade. No entanto, em 1877, a epidemia assumiu proporções alarmantes, espalhando-se por toda a província com “mais força do que do costume”, segundo o Relatório do Presidente. Os dados oficiais eram contundentes: entre maio de 1876 e agosto de 1877, 74 pessoas vitimadas pela varíola foram sepultadas apenas no cemitério da capital, a maioria imigrantes não vacinados, como uma família de sete membros proveniente do sertão (Relatório, Parahyba do Norte, 1877, p. 36). A vulnerabilidade

da população, especialmente daqueles que migravam em busca de melhores condições de vida, era exacerbada pela falta de acesso à vacinação e aos cuidados médicos.

O trecho abaixo dá início a coluna intitulada “Um olhar retrospectivo,” escrita em 1º de janeiro de 1878 e publicada em 4 de janeiro do mesmo ano, por autor desconhecido da cidade de Assú, no Rio Grande do Norte, que expressava uma opinião que dificilmente seria contestada por seus conterrâneos: o “tam audacioso inimigo,” a seca, um flagelo que os habitantes da região enfrentavam periodicamente, era um mal impossível de erradicar.

O anno de 1877, que com toda razão pode se qualificar de climactorico, sobretudo para esta e para as províncias limitrophes da Parahyba e Ceará, onde tornou-se um conjuncto de aflicções e de ruínas, acaba de sumir-se nos inextricaveis abysmos da eternidade dos tempos: já pertence ao dominio da história. (O BRADO CONSERVADOR, Rio Grande do Norte, 04/01/1878, p.1, n° 63)

O que o autor anônimo reivindicava eram medidas para “minorar os efeitos dolorosos desse cancro devastador,” que não apenas assolava sua província, mas também as províncias vizinhas da Parahyba e do Ceará (O BRADO CONSERVADOR, Rio Grande do Norte, 04/01/1878, p.1, n° 63).

Conforme observa Targino (2021), as notícias que circulavam entre as Províncias e as publicações dos jornais da época indicavam vínculos interprovinciais e evidenciavam a relevância atribuída ao estado de saúde de cada região, tema que ganhava destaque nos periódicos. A autora destaca que, sempre que as enfermidades ultrapassavam os limites de uma Província e se espalhavam, os jornais passavam a relatar com maior frequência a situação sanitária de cada uma delas. Essa troca de informações entre as Províncias é também valiosa para nossa pesquisa, pois, diante da escassez de documentos específicos da Parahyba, as notícias de outras Províncias permitem compor uma visão mais abrangente dos impactos regionais.

A falta de dados precisos sobre a epidemia de varíola em 1878, por exemplo, dificulta uma análise detalhada da evolução da doença na Parahyba. Contudo, indícios apontam para um agravamento da situação, especialmente na capital. Relatórios e jornais de 1879 sugerem que 1878 foi o ano mais crítico da seca, e que, aliado às condições sanitárias precárias, isso provavelmente intensificou a disseminação da varíola.

Os registros mortuários e nosológicos dos Relatórios, apresentados no Quadro I, oferecem dados mais precisos sobre o impacto das epidemias na população. Contudo, a ausência de especificação quanto às causas das mortes impede uma análise quantitativa detalhada, dificultando a identificação de quais enfermidades foram mais nocivas no período.

Quadro I:**Registro de Doenças e Mortes na Província da Parahyba do Norte (1870-1879)**

Ano	Doenças Registradas	Número Total de Mortes
1870	Febre amarela e varíola	441
1871	Afecções do aparelho respiratório, engorgitamentos crônicos do fígado e do baço (e suas conseqüências como hidropisias, anemias, anasarca, ascite, desinteria, moléstias intestinais, pneumonia, congestões e hemorragias cerebrais, bronquite e afecções catarrais), febre amarela e febres contínuas, intermitentes e remitentes, sífilis e varíola	145 (de 01 de janeiro a 31 de março)
1872	Febre amarela, febres contínuas, intermitentes e remitentes e varíola	385
1873	Afecções do aparelho respiratório, diarreias, febre amarela nas tripulações dos navios estrangeiros, febres contínuas, intermitentes, remitentes, sarampos e sífilis	217 (de janeiro a junho)
1874	Febre amarela, febres intermitentes e catarrais, sífilis e varíola	397
1875	Afecções do aparelho respiratório (manifestadas por tísica laríngea e pulmonar, pneumonias, pleurizes, anginas), febres intermitentes, remitentes e contínuas, hidropisias e anemias consequentes à enfartes das vísceras abdominais, e lesões orgânicas do coração, sífilis e varíola	548 (de 1 de setembro de 1874 a julho de 1875)
1876	Febre amarela no porto, febres intermitentes, remitentes e catarrais e varíola	360 (de 2 de julho 1875 à 31 de março de 1876)
1877	Febre amarela, febres de mal caráter e varíola	549 (de 1 de maio de 1876 a 12 de outubro de 1877)
1878	Coqueluches nas crianças, beribéri, febres infectuosas, contínuas e remitentes, moléstias de aparelho digestivo (e seus anexos, como disenterias, obstruções, dispepsias e enterites, anemias, as opilações, e hidropisias gerais e parciais) e varíola	9318* (de março a novembro) 7073* (de maio a setembro de 1878)
1879	Infecções palustres, o beribéri, a malária (e suas conseqüências, as anasarcas, as febres perniciosas) e a varíola	1596

Fontes: Quadro elaborado por nós a partir das informações contidas nos Relatórios dos Presidentes da Província de 1870 a 1879. *Devido à inconsistência nos dados registrados no Relatório de 1º de janeiro de 1879 e no Relatório de 12 de junho de 1879 relativos ao quadro mortuário de 1878, optamos por incluir ambas as fontes para uma análise mais abrangente.

O Quadro I revela um aumento exponencial das mortes em 1878, atestando a gravidade da crise que assolava a Província. A combinação da seca prolongada com a epidemia de varíola resultou em um cenário de sofrimento e perda sem precedentes. As marcas desse período sombrio persistiram por anos, como evidenciado pelos relatos de 1879, que ainda ecoavam a memória da catástrofe.

Em 28 de agosto de 1879, o jornal *Liberal Parahybano* ainda refletia as consequências do desastroso ano de 1878. Na seção “Parte Oficial”, foi publicado o “Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Padre Felipe Benicio da Fonseca Galvão, 3º Vice-Presidente, passou a administração desta Província ao Excelentíssimo Senhor Dr. José Rodrigues Pereira Júnior” (LIBERAL PARAHYBANO, 1879, p. 1). O primeiro tópico tratava dos cemitérios: o cemitério Senhor da Boa Sentença estava quase lotado devido à crise epidêmica, e o cemitério Cruz do Peixe, ainda inacabado, funcionava irregularmente. Devido à alta ocupação e à proximidade com o hospital de varíola, uma comissão médica foi formada para avaliar a construção de um terceiro cemitério, tamanha era a necessidade (LIBERAL PARAHYBANO, 1879, P. 1).

O segundo tópico trazia “boas notícias” sobre a seca: as chuvas abundantes de janeiro e fevereiro renovaram as esperanças, permitindo que a população, antes concentrada na capital, começasse a retornar às áreas abandonadas (LIBERAL PARAHYBANO, 1879, P. 2). Embora isso não significasse uma recuperação completa, como indicado no Quadro I, houve uma queda significativa nas mortes em comparação ao ano anterior.

Apesar desse otimismo moderado, *A Ideia*, um jornal que se declarava neutro, mas frequentemente criticava o Imperador — chamando-o de “Rei Liberal” — e apontava falhas no governo local, ironizava outros jornais que celebravam a suposta “tranquilidade” da Província. Em edição de 29 de novembro de 1879, comentava com sarcasmo sobre o aparente “mar de rosas” em que viviam, observando que, enquanto os periódicos mantinham silêncio sobre os problemas locais, as queixas e dificuldades continuavam, e as mortes por fome nas estradas deixavam de ser mencionadas para que tudo aparentasse “bien passer” (p. 12).

Enquanto a imprensa paraibana buscava transmitir uma imagem de tranquilidade, publicando em seus periódicos documentos oficiais para assegurar à população as medidas que estavam sendo adotadas, os jornais de outras províncias, como o Rio Grande do Norte, abordavam a gravidade da situação com franqueza, evidenciando o sofrimento da população. Na edição de 9 de agosto de 1879, o *Brado Conservador*, um jornal conservador do Rio Grande do Norte, expressava com angústia que se tratava do “quadro mais negro e lamentável” das notícias que frequentemente chegavam do alto sertão (p. 1). Mais cedo naquele ano, o jornal já havia noticiado uma forte crise epidêmica de varíola que afetava a região e ainda anunciava que, no Ceará, “lavram na capital, além das varíolas, febre de mau caráter e beri-beri, uma moléstia a que se denominara ali de *peste negra*” (O BRADO CONSERVADOR, 27 de fevereiro, nº 65, p. 3).

No entanto, apesar das melhorias observadas na Província da Parahyba, a varíola e as febres, que desempenharam papéis centrais na crise sanitária, continuaram a representar desafios significativos para a década seguinte. A persistência dessas doenças prolongou as dificuldades enfrentadas pela população, evidenciando a necessidade contínua de implementação de medidas eficazes de saúde pública e estratégias de controle epidemiológico. A resiliência das comunidades e os esforços para mitigar os impactos dessas condições sublinham a complexidade da recuperação em um contexto marcado por múltiplas adversidades, que reconfiguraram e ressignificaram a dinâmica urbana e as interações sociais.

Portanto, assim como a crise climática que assolou a região de 1877 a 1879 teve um início gradual e prolongado, sua resolução também não ocorreu de maneira abrupta ou em um dia específico de 1879. O encerramento da crise constituiu-se como um processo gradual, refletindo a complexidade e a profundidade das transformações que afetaram a Província ao longo daqueles anos. A recuperação não se deu de forma repentina, mas sim por meio de um lento retorno à normalidade, caracterizado por esforços contínuos para restaurar a estabilidade econômica, social e sanitária que havia sido severamente comprometida. Esse esforço perdurou ao longo das décadas subsequentes, marcando o breve período de três anos como um elemento fundamental na formação da consciência urbana da Paraíba oitocentista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas ao longo desta pesquisa permitem afirmar que a década de 1870 constitui um recorte temporal relevante, não apenas para a história da Paraíba, mas também para seus estados vizinhos. Esse período, caracterizado por profundas transformações econômicas, sociais e políticas, culminou na Seca de 1877-1878, evidenciando a fragilidade das estruturas de assistência social e a inadequação das respostas governamentais às calamidades. As influências das teorias higienistas, consolidando-se por meio do movimento modernizante, redefiniram as políticas de saúde pública, o tratamento das doenças na região e a concepção higiênica da população local.

Nesse contexto, o jornal – principal veículo disseminador de informações e promotor de debates políticos – assumiu a função de denunciar a situação vivida na capital da Província e no interior, moldando-se ao viés político de cada periódico. No entanto, além dos exemplos apresentados, como as diversas febres e a varíola, é fundamental destacar as lacunas identificadas. O caso do beribéri, discutido nesta análise, é respaldado por referências jornalísticas externas, como os jornais norte-rio-grandenses e cariocas, que reconhecem a presença da doença na Paraíba, embora essa realidade não se reflita nos periódicos locais. A sífilis, por sua vez, era ainda menos reconhecida, aparecendo apenas nos Relatórios Provinciais; não encontramos menções a ela nos jornais acessados, apesar de sua força epidêmica que afetava os detentos e os retirantes “imorais”.

Conjecturamos que a omissão da sífilis nos noticiários está diretamente ligada à visão *moral* propagada por jornais liberais e conservadores, que, em sua missão progressista de promover a salubridade física e o desenvolvimento da civilização, evitavam incluir uma doença associada à *imoralidade dos costumes* e ao grande contingente de pobres e migrantes. Essa escolha deliberada, dos meios de comunicação, reflete uma tentativa de evitar questões que poderiam desafiar os valores morais e sociais da época. Ao observar essas ausências, ampliamos as fronteiras da análise histórica, proporcionando uma compreensão mais abrangente e equilibrada dos eventos, evidenciando as enfermidades omitidas que também impactaram a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo. **A Paraíba e Seus Problemas**, Brasília: Senado Federal, 2012 [1923].

BARROS, José d'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. *Revista Portuguesa de História*, t. LII, p. 421-443, 2021. ISSN 0870-4147.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

GINZBURG, Carlo. **História e cultura: conversa com Carlo Ginzburg**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 254-263, 1990. Disponível em: http://nei.ufes.br/sites/nei.ufes.br/files/Hist%C3%B3ria%20e%20cultura_Conversa%20com%20Ginzburg.pdf Acesso em: 30 de outubro de 2024.

MARIANO, Nayana R. C. **Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)**. João Pessoa: Ideia, 2015.

NEVES, Frederico de Castro. **O nordeste e a historiografia brasileira**. Ponta de Lança: revista eletrônica de história, memória & cultura, Fortaleza, v. 5, n. 10, p. 6-24, out. 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

SILVA, Rosimeire Pereira da. **Morte e seca: a cidade de São João do Rio do Peixe (PB) durante a estiagem de 1877/79**. 2012. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2012.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. **Entre febres, papudos e brejais: a mudança da capital mineira sob a ótica da higiene**. In: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (org.). *Ciência e cultura na História*. Belo Horizonte: Argumentum, 2006, p. 39-60.

SONTAG, Susan. **A doença como metáfora**. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

TARGINO, Elyonara de Brito Lyra. **Para além dos muros hospitalares: a atuação médica na Parahyba na segunda metade do oitocentos**. 2021. 127f. Dissertação de Mestrado (História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil, 2021.

PARAHYBA DO NORTE, Província da. **Falla Dirigida Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Exm. Sr. 3: Vice-Presidente da Província Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia.** Paraíba: Tipografia Conservadora, 1871. Disponível em: http://ddsnnext.crl.edu/titles/178?terms=1870&item_id=4077#?h=1870

PARAHYBA DO NORTE, Província da. **Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Exm. Sr. Presidente da Província Dr. Esmerino Gomes Parente, em 12 de agosto de 1877.** Paraíba: Tipografia Liberal Parahybana, 1877. Disponível em: <http://ddsnnext.crl.edu/titles/178>

JORNAIS:

A Opinião, Paraíba do Norte, 15 de julho de 1877. Disponível em: Acervo IHGP. Acesso em 01 de junho de 2024

A Opinião, Paraíba do Norte, 21 de junho de 1877. Disponível em: Acervo IHGP. Acesso em 01 de junho de 2024

A Opinião, Paraíba do Norte, 24 de maio de 1877. Disponível em: Acervo IHGP. Acesso em 01 de junho de 2024

A Opinião, Paraíba do Norte, 29 de novembro de 1877. Disponível em: Acervo IHGP. Acesso em 01 de junho de 2024

A Opinião, Paraíba do Norte, 31 de maio de 1877. Disponível em: Acervo IHGP. Acesso em 01 de junho de 2024

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1877. Disponível em: < memoria.bn.br >. Acesso em: 31 de outubro de 2024.

O Brado Conservador, Rio Grande do Norte, 04 de janeiro de 1878. Disponível em: < memoria.bn.br >. Acesso em: 31 de outubro de 2024.

O Conservador, Paraíba do Norte, 27 de junho de 1877. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html> . Acesso em: 31 de outubro de 2024.

O Despertador, Paraíba do Norte, 27 de junho de 1877. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em: 28 de outubro de 2024.

O Liberal Parahybano, Paraíba do Norte, 09 de agosto de 1879. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html> . Acesso em: 28 de outubro de 2024.

O Liberal Parahybano, Paraíba do Norte, 27 de fevereiro de 1879. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html> . Acesso em: 28 de outubro de 2024.

CÓLERA E PODER: A POLÍTICA CEARENSE SOB A SOMBRA DA EPIDEMIA (1855- 1862)

Dhenis Silva Maciel
(Seduc-CE / dhenis.maciel@gmail.com)

RESUMO

Este trabalho busca compreender as vicissitudes da política cearense durante o contexto da pandemia de cólera morbo que assolou as províncias do atual nordeste brasileiro entre os anos de 1855 e 1862. Tendo por foco as disputas entre os partidos Liberal e Conservador, fez-se a análise de jornais da época (Pedro II, O Cearense, O Araripe e o Commercial) que revelam a utilização da epidemia como arena para debates acirrados entre as facções políticas. Os artigos publicados nos periódicos analisados demonstram como a crise sanitária foi instrumentalizada para a troca de acusações sobre a responsabilidade pelo alto número de vítimas, culpando adversários e tentando capitalizar politicamente. Além disso, a pesquisa aborda a consolidação do discurso médico e científico no contexto da epidemia, contrastando-o com as visões religiosas presentes em alguns veículos de comunicação, como o jornal O Commercial. A análise dos jornais, a luz da história social (Thompson e Chalhoub) e da historiografia da saúde e das doenças (Rosemberg, Le Goff e Pimenta) permite compreender como a epidemia de cólera não foi apenas um evento sanitário, mas também um momento de disputa política e ideológica no Ceará.

Palavras-chave: Ceará, Política, Religião, Epidemia, Jornais.

INTRODUÇÃO

No dia 27 de março de 1862 se fez publicar em primeira página no jornal Pedro II, que servia de meio de comunicação do partido conservador e de seus entusiastas no Ceará a seguinte carta particular:

“S. Bernardo de Russas – 19 de março de 1862

Vou principiar hoje minha correspondência tomando por assunto o objeto que atualmente mais prende entre nós a atenção pública: falo do célebre Judeu Errante ou cólera morbus, que, como se sabe, chegou as fronteiras dessa província pelo lado sul, e em sua marcha triunfal ameaça fazer-nos uma de suas tremendas visitas quaisquer que sejam as disposições de que estejamos possuídos sobre a recepção de um tão cruel quão inoportuno hospede. Antes mesmo de chegarem aqui os jornais dessa capital que noticiam a manifestação da epidemia do cólera em S. João do rio do peixe, Piancó, &c. no centro da Paraíba já nós o sabíamos por notícias vindas dali. Conta-se além disso que graça no Icó uma enfermidade, cujos sintomas se assemelham ao do cólera, e esta notícia é a que mais tem vexado aqui o povo, por razão de ficar aquela cidade a 40 léguas distante desta; e haver

muita comunicação entre aquele ponto e o Aracati, de modo, que se a ser exata a notícia, nenhuma providências ou precauções humanas obstarão a invasão do mal este lado da província, e com especialidade nos lugares médios.” (PEDRO II, 1862, p.1).

As notícias eram desalentadoras, o Ceará estava sob a marcha do mal colérico.

O cólera era uma doença oriunda do Baixo Benguela na Índia e por lá foi endêmico durante muitos anos. Contudo, com a aceleração das velocidades de transportes promovidas pela potência dos motores a vapor, o causador da doença, o vibrião colérico (*vibrio cholerae*) conseguiu, ao longo do século XIX, atravessar as distâncias e espalhar-se pelo mundo tornando-se uma epidemia.

Apresentando-se habitualmente de duas formas, o cólera na maior parte dos casos (90%) causa diarreias leves sem graves consequências. Entretanto, em 10% dos casos provoca uma infecção aguda no trato intestinal, podendo provocar a morte por conta da profunda desidratação e perda de eletrólitos consequente dos vômitos e diarreias frequentes. Ao longo da morbidade se percebe rápida perda de peso, de turgor da pele, prostração, olhos fundos, câimbras (principalmente nas panturrilhas), esfriamento das extremidades – consequente da queda do pulso -, por fim, anúria, coma e morte.¹

Não era a primeira vez que se falava sobre a epidemia de cólera em terras cearenses, em 1855, quando a doença pela primeira vez apareceu em solo brasileiro² na cidade de Belém do Pará, vinda de Portugal dentro da galera Deffensor, rapidamente se alastrou por províncias vizinhas e os jornais cearenses acompanharam a marcha da epidemia com apreensão e exortando o governo provincial cearense e se preparar para acudir a todos aqueles que pudesse. Contudo, nesta primeira experiência de 1855, o cólera passou ao largo do Ceará e, como nos fala o presidente de província José Bento da Cunha Figueiredo Júnior no relatório de 1862, quando se confirmou a chegada da doença foi após uma série de debates entre os médicos que insistiam em não acreditar na chegada do mal colérico em terras alencarinas, diz ele:

Essa espécie de incredulidade até certo ponto podia ser explicada por quem confiasse na benignidade do clima e no fato de ter ficado isenta esta província em 1855 e 1856 quando o cólera grassava com a maior intensidade em outras partes do Norte [...]³

Os relatos de várias partes da província começam a se avolumar e por mais que se quisesse negar, não era mais possível. O mal chegou.

1 BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual Integrado de Vigilância Epidemiológica da Cólera. 2ª ed. Brasília: Editora Ministério da Saúde. 2010, p. 23.

2 BELTRÃO, Jane. Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará, 2004

3 RELATÓRIO do Presidente de Província do Ceará, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior. Fortaleza: 1 out. 1862. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/189/000020.html>> Acesso em: 10 out. 2024.

A partir daí a doença passou a ser retratada de formas distintas nos jornais cearenses a partir dos interesses políticos de cada um. Como disse o pesquisador estadunidense Charles Rosenberg: “uma doença não existe como um fenômeno social até que se convençione que ela existe – até que seja nomeada.”⁴ (ROSENBERG, 2009, p.13) Nomeou-se a doença, era cólera, os médicos não tinham como negar, entretanto, abriam-se as cortinas para o jogo político.

DESENVOLVIMENTO

A análise do período colérico tendo por fonte os jornais nos leva a compreensão de que os periódicos, assim como todos os outros documentos frutos da atenção do historiador devem ser sabatinados quanto a sua procedência, produção e intencionalidade. De tal feita, o entrecruzamento de fontes é elemento fundamental para que se evite cair no “canto da sereia” de confundir o caráter factual próprio de jornais com uma ideia de “verdade”. É salutar também debruçando-se um pouco sobre a história e teoria do jornalismo entendermos o contexto de produção dos jornais que foram analisados. Segundo Charron e Bonville (2016, p.19):

Num contexto de transformação das instituições políticas (debates sobre o direito do voto e responsabilidade ministerial, desenvolvimento de um sistema partidário, etc.) o gazeteiro, transformado em editor, põe o jornal a serviço das lutas políticas. Lugar de expressão e de combate políticos, o jornal de opinião prega aos convertidos recrutados na elite política, religiosa e comercial.⁵

De tal forma, ao observarmos a doença vemos não apenas os cruéis e dolorosos relatos da ceifa do anjo do extermínio, estávamos diante de um cenário de embates entre lugares políticos distintos. Por um lado, se tinha o jornal O Cearense, tribuna do partido liberal; de outro Pedro II, vinculado ao partido conservador e entre estes, com textos que saíam do espectro político e adentra numa esfera de exortação religiosa e de contrariedade aos debates médico-científicos estava o Commercial, editado pelo padre Carlos Augusto Peixoto Alencar.

O Cearense, foi fundado em 1846 e tinha por editores algumas das principais lideranças do partido liberal cearense como Tristão Araripe, Senador Pompeu, João Brígido,.. Em termos de vinculação com a política provincial, os liberais, em 1855 e em 1862 estavam na oposição ao presidente de província pois tanto Francisco Xavier Paes Barreto (1855) quanto José Bento da Cunha Figueiredo Júnior (1862) eram correligionários do partido conservador, o que os faria, teoricamente serem mais aproximados do grupo responsável pela publicação do jornal Pedro II e era composto por Miguel Fernandes Vieira, Justiniano de Serpa, Frederico Borges,... A proximidade política rendeu frutos para os conservadores que no ano de 1855 foram contratados pelo

4 ROSENBERG, Charles. *The Cholera Years: The United States in 1832, 1849 and 1866*. Chicago: University Press, 2009.

5 CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. *Natureza e transformação do jornalismo*. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016, p.19.

governo provincial para servir de expediente do governo. Não a toa, neste jornal encontra-se a maior profusão de citações referentes ao cólera. Era lá que se publicavam as ações do governo de contratação de pessoal médico, equipamentos, ações de ordenamento urbano e sanitário. É possível acompanhar quase que cronologicamente dentro do Pedro II o tema da epidemia sendo motivador de ações governamentais e lentamente entrando em uma “espiral de silêncio”⁶ quando em 1856 se tem o entendimento de que arrefecera nas províncias vizinhas sem ter invadido o Ceará.

O jornal O Cearense, por sua vez, mesmo não tem vinculação com o governo provincial, no primeiro momento, quando do medo da invasão da doença optou por publicar um conjunto de receituários médicos reproduzidos de diversos jornais do Brasil e do exterior. Os editores do periódico citado, diante da ameaça do cólera ao Ceará, não podendo fazer mais do que aconselhar, deram início na edição nº 842 de 26 de junho de 1855 ao conjunto de publicação que entendiam como “um serviço ao povo, transcrevendo no folhetim deste jornal alguns remédios, e medidas higienicas aconselhadas por distintos **médicos.**”

Lembrando que os sujeitos analisados estavam diante de uma doença “desconhecida” não é de se admirar que ao longo das mais de 50 edições em que o receituário foi republicado conseguimos encontrar desde orientações sanitárias relativas ao cuidado com quintais que levou a morte de inúmeros porcos na região do Cariri cearense⁷, passando por receitas traduzidas de outros países (como foi a primeira de todas a ser transcrita originalmente publicada no jornal *Santè Universelle*, traduzido pelo Dr. Joaquim de Aquino Fonseca) que sugeria que se ofertasse purgantes e vomitivos aos coléricos a fim de ajudar o corpo posto que se “a natureza procura por si mesma desembaraçar-se por cima ou por baixo. Se é ajudada por um vomitivo ou um purgativo, não se faz do que seguir a vereda que ela indica” (REMÉDIOS, 1855, p.10-11).

Enquanto isto, o jornal O Commercial apontava criticamente para os cuidados médicos defendendo o poder sobrenatural como o meio natural de cura.

[...] ai do povo que não teme o castigo do céu! Ai de nós que a vista da consternação e da agonia de morte dos nossos irmãos, apenas dissemos como seguros de temor: Coitados! Em que nos fiamos? O que esperamos? Quando nos voltaremos a Deus? Ah! Façamos penitência enquanto é dia, a noite vem e ninguém pode obrar! Esperamos acaso que o anjo derrame também sobre nós o caos da cólera do Senhor? Ah, então é tarde! O perdão se deve pedir antes do castigo, porque Deus é misericordioso... (O COLE-RA, 1855, p. 04)

6 Teoria elaborada por Elizabeth Nouvelle-Neuman que aponta para as relações entre o grupo social e o aprofundamento ou abandono gradual de temáticas, hoje, é por diversas vezes associada ao efeito de manada, contudo, discordamos desta aproximação por percebermos um movimento muito mais processual e gradual no primeiro do que no segundo. Mais em: Hohlfeldt, A. (2009). Espiral do silêncio. Revista FAMECOS, 5(8), 36–47. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.1998.8.5466>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

7 SAMPAIO, Filgueira. História do Ceará. São Paulo: Editora do Brasil S/A, s.d. p. 68 apud LEMOS, Mayara de Almeida. “O terror se apoderou de todos”: epidemia de cólera-morbo em Quixeramobim, 1862-1863 In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA, 3.; SEMINÁRIO DE PESQUISA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UFC, 10., 1-3 out. 2012, Fortaleza (Ce). Anais... Fortaleza (Ce): Expressão Gráfica; Wave Media, 2012. p.4

O cenário político em 1862 estava semelhante com um presidente de província conservador no poder, e seria de praxe esperar que da mesma forma, os jornais seguissem seu papel de porta vozes partidários. Contudo, podemos perceber algumas distinções. O Pedro II havia perdido o contrato de expediente do governo com a criação de um jornal específico para isso. Mesmo assim, segue sendo o jornal em que o tema mais aparece. Agora não mais através das ordenanças provinciais, mas de cartas particulares enviadas de várias localidades da província que estavam sendo acometidas pela epidemia, particularmente conseguimos perceber o aumento na intensidade das publicações e no peso da redação a partir em termos de críticas a ação da administração pública provincial, tal como se pode ver a seguir:

Estamos porém desenganados que o Sr. José Bento nada fará em benefício da população de Baturité; que morrerá toda a mingua; e que aquele importante ponto terá de desaparecer e ficar aniquilado por muito tempo como Pacatuba e Maranguape. (...) Só o GOVERNO IMPERIAL, SÓ O NOSSO ADORADO IMPERADOR poderá salvar a província do abismo a que arremessou-a o Sr. José Bento por sua imprevidência [grifo nosso] (A EPIDEMIA, 1862,p. 1 – 11/07/1862)

A brusca mudança de relação entre o jornal Pedro II e o seu correligionário presidente de província no meio da pandemia não foi fruto de um movimento de autocrítica ou de insatisfação quanto as medidas adotadas ou não pelo governo. A pauta era muito mais privada. A demissão de um dos graúdos do partido conservador e editor do periódico, Dr. Manoel Franco Fernandes Vieira⁸ do cargo de inspetor da tesouraria pública colocou o partido em ebulição e em declarada oposição ao presidente de província José Bento da Cunha Figueiredo Júnior que se viu alijado de um espaço de publicação de sua versão dentro da seara jornalística. Para sanar tal problema, contratou espaço no jornal O Commercial onde escreveu longo artigo explicando seus motivos para a demissão do Dr. Franco e defendendo sua atitude no contexto epidêmico. Em sua resposta as críticas, José Bento da Cunha afirma que “O sr. Dr. Franco não é arguido de improbidade; mas que todos lhe conhecem a sua habitual preguiça e nem seu jeito para finanças,” - o presidente da província segue defendendo seu ponto ao dizer que quando precisava de esclarecimentos sobre dados do tesouro “recorria a outros empregados prescindindo do sr. Dr. Franco que quase nada entende de negócios de sua repartição” e arremata deixando claro que

8 Diz Aroldo Mota no texto As “sete irmãs” e a história política do Ceara, página 98 e 99 que Manuel Franco Fernandes Vieira: “segundo o Barão de Studart, “era irmão do desembargador João de Carvalho”. Nasceu em Maranguape a 16 de setembro de 1821 e em 1844 bacharelou-se na Faculdade de Direito de Olinda, sendo, nesse mesmo ano, eleito deputado provincial pelo Partido Conservador. [...] veio residir em Fortaleza, trabalhando na redação do jornal Pedro II. Havendo falecido em maio de 1854 o Inspetor da tesouraria provincial, Coronel José Pio Machado, foi nomeado o Dr. Manoel Franco para substituí-lo. Questões de Imprensa, porém, o levaram à demissão do emprego em que, aliás, mais tarde foi reintegrado com a ascensão de seu partido ao poder, em julho de 1868. De posse do cofre de graças do Partido Conservador, o Dr. Manoel Franco foi despachado como Juiz de Direito de Cabrobó em Pernambuco, de onde foi removido no mesmo posto para a comarca de Viçosa e, posteriormente, para a de Sobral. Atacado de beribéri, veio para Fortaleza e aqui faleceu a 16 de dezembro de 1880”. Em sitio da internet <<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorrAno/2002/2002-AsseteirmaseahistoriapoliticadoCeara.pdf>> Acesso em 12 de outubro de 2024.

desde a demissão, o serviço da tesouraria vinha caminhando muito melhor com a direção do inspetor interino.

Por outro lado, os liberais d'O Cearense que poderiam se aproveitar da cisão para reforçar as críticas contra o governo provincial pareceram escolher o caminho oposto e são recorrentes as cartas particulares publicadas tecendo elogios a atuação de José Bento e inclusive tratando de forma direta sobre as críticas tecidas pelo Pedro II, como é o caso da missiva de Manoel Bastos do Nascimento⁹ datada de 11 de agosto de 1862 remetida a partir do Crato onde se diz:

O Pedro II tem sido por demais injusto com o presidente o Sr. Dr. José Bento; e eu entendo que a gratidão exige que de todas as localidades devam sair protestos enérgicos contra essas acusações injustas, que tem suas origens no despeito de um homem particular demitido de seu emprego por motivos, que eu não quero saber. A verdade é que o Dr. José Bento tem prestado os mais valiosos serviços a esta comarca na quadra dolorosa, porque passamos, e esta verdade é para nós um dever de gratidão pronunciá-la bem alto.

A documentação não nos dá elementos para afirmar categoricamente se Dr. Franco era de fato um perdulário ou inepto no trato da coisa pública, contudo, ao olhar os textos remetidos da vila de Maranguape sobre a doença, alguns elementos aparecerem de modo a indiretamente defender o antigo inspetor.

Os meses de maio e junho de 1862 foram especialmente cruéis para os moradores da vila de Maranguape (onde residia dr. Franco e alguns dos grandes nomes do partido conservador como o intendente Coronel Joaquim Sombra), o número de acometidos pela doença cresceu em larga proporção e junto dela, a mortandade, levando a fuga de muitas lideranças locais e a necessidade da montagem de hospitais de campanha para atender a população adoentada. Não podendo afirmar se por deleite pessoal em criticar o presidente ou se por real espírito de preocupação com o erário e com a humanidade atingida pela doença, temos logo do início de julho de 1862 uma carta escrita pelo Dr. Franco afirmando:

Extasie-se o sr. José Bento diante de sua obra, ficando certo que economia, não é gastar pouco, é saber gastar como e quando convém. Agora anda todo sarapantado fazendo uma despesa dupla da que poderia ter feito aproveitando aliás a população, a província e todas as considerações divinas e humanas. Não pense o sr. José Bento que com esse açodamento agora se livra do estigma de desumano, inepto e refratário aos sentimentos nobre e generosos (O MARANGUAPE, 1862, p.03).

Não obstante, no mesmo período, em meados de agosto de 1862, o parente do Dr. Franco, o líder conservador Miguel Fernandes Vieira, com menos de um mês que havia sido escolhido pelo imperador para o cargo de senador do império veio a falecer na cidade do Rio de Janeiro. Abria-se com isso uma vaga importantíssima no senado imperial. Seria de se esperar que tendo o controle da presidência da província e o antigo ocupante do posto, que o partido conservador

9 O CEARENSE. Fortaleza, ed. 1540, p.02, 02 set. 1862.

conseguisse fazer o sucessor de Miguel Fernandes Vieira, mas como ficou claro nestas breves linhas, o conflito entre Dr. Franco e o presidente José Bento da Cunha Figueiredo Júnior transcendeu a esfera partidária e este último acabou sendo cabo favorável a seleção de Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, líder do partido liberal para a vaga no senado, o que foi acatado pelo imperador e homologado em 1864.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do período epidêmico, em março do ano seguinte, a capital provincial contava com novo cemitério, novo lazareto, funcionamento regular da Santa Casa de Misericórdia e ordens para reformas urbanas orientadas pela lógica sanitária sob as sugestões de Dr. Castro e Silva, em várias vilas do interior, novos cemitérios ou expansões dos antigos precisaram ser abertos. As enfermarias de campanha foram fechadas e médicos desmobilizados, seguindo a lógica médica da época que tinha foco em uma atuação à posteriori. O presidente de província enviou para o ministro do império Marquês de Olinda uma lista de pessoas que ele entendia que mereceriam homenagens do império por seus relevantes serviços ao longo do período epidêmico, entre os listados pela vila de Fortaleza está Joaquim Severiano Ribeiro, exatamente o inspetor da tesouraria que ficou no lugar do dr. Franco – Severiano já era cavaleiro de Cristo e se sugeriu o nome dele para o oficialato da Rosa, o que não foi aceito. Já o Dr. Franco após período de embate político retornou ao posto alguns anos depois quando um aparentado seu, Gonçalo Batista Vieira assume a presidência a província do Ceará.

Por fim, pode-se perceber que a doença é um catalisador de ações e de conflitos, mas que é o conjunto da sociedade que dá sentido ao mal. Para além dos fatores morfológicos e da interação do microrganismo com o corpo humano estão as relações entre os indivíduos que compõem a sociedade que colocam a doença no meio de seu universo de saberes, poderes e interesses.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Jane. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará, 2004

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. **Manual Integrado de Vigilância Epidemiológica da Cólera**. 2ª ed. Brasília: Editora Ministério da Saúde. 2010.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

LEMOS, Mayara de Almeida. **“O terror se apoderou de todos”: epidemia de cólera-morbo em Quixeramobim, 1862-1863** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA, 3.; SEMINÁRIO DE PESQUISA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UFC, 10., 1-3 out. 2012, Fortaleza (Ce). Anais... Fortaleza (Ce): Expressão

Gráfica; Wave Media, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/43035/1/2012_eve_malemos.pdf> Acesso em 15 out. 2024.

MOTA, Aroldo. As “sete irmãs” e a história política do Ceará. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará**. Tomo CXVI, n. 116, p. 97-112, 2002. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2002/2002-AsseteirmaseahistoriapoliticadoCeara.pdf>> Acesso em 12 de out. 2024.

ROSENBERG, Charles. **The Cholera Years: The United States in 1832, 1849 and 1866**. Chicago: University Press, 2009.

A MOEDA NO BRASIL OITOCENTISTA: TRANSFORMAÇÕES AO LONGO DO SÉCULO XIX

Eduardo Hudson Araújo

(UFPB. E-mail: eduardo.hudson.araujo@gmail.com)

RESUMO

Neste texto visamos analisar as transformações que se manifestam na moeda brasileira cunhada durante o século XIX. No período, ocorrem duas alterações de sistemas políticos, a independência nacional e a instauração da República. Objetivamos compreender o impacto desses processos na fabricação do meio circulante metálico. Seleccionamos três momentos para o estudo: iniciando a partir da virada efetuada com a independência do Brasil em 1822; seguindo para as mudanças na emissão monetária decorrente de transformações econômicas e sociais durante a década de 1870; alcançando a transição republicana ao final do século. Para isso, utilizamos como fio condutor a legislação nacional que afeta o objeto, apoiando em estudos sobre a numismática brasileira, além de uma revisão teórica baseada nos conceitos de Memória, Representação e Identidade. Pretendemos demonstrar que as moedas são vestígios históricos para acessar os debates de uma época, e que sua importância é potencializada devido a ampla circulação entre a população. Enquanto produções oficiais são constantemente marcadas pelos interesses econômicos e políticos que podem ser observadas, por exemplo, nas escolhas iconográficas ali estampadas.

Palavras-chave: Numismática brasileira; Transformações monetárias; História do século XIX

INTRODUÇÃO

No ano de escrita deste texto, em 2024, completamos três décadas da efetivação do plano real por meio da medida provisória n.º 542, de 1994. Este recente processo de transformação do dinheiro que circula no Brasil, o nosso meio circulante, acompanhado do Regime de Metas de Inflação (Ramos, 2016) trouxe relativa estabilidade à moeda nacional. A estabilidade lograda neste processo reflete em permanências iconográficas do dinheiro contemporâneo, as moedas lançadas em 1994 ainda circulam em território nacional. Além de moedas comemorativas, ocorre a produção da segunda família do real. Mediante um concurso nacional realizado em 1996, é estabelecida uma nova produção iconográfica para as moedas brasileiras, que começam a circular em 1998 e que se mantém atualmente.

De acordo com Angela de Castro Gomes e Mônica Almeida Kornis (2002), assim como o hino e a bandeira, as moedas merecem a atenção dos historiadores por ser um dos grandes símbolos de identidade nacional (Gomes e Kornis, 2002, p.27). Neste mesmo texto as autoras exploram os motivos da pouca frequência de estudos voltados para a numismática, principalmente as produções republicanas, destacando a dificuldade no tratamento da materialidade da fonte, incluindo também o desafio na abordagem do tempo presente em relação às moedagens republicanas: “Certamente tantas resistências e estranhamentos compartilhados por historiadores, museólogos, numismatas e arqueólogos, entre outros, não se devem a motivos banais” (Idem, p.7). Confrontamos, assim, a desvalorização deste documento histórico que devido à sua presença cotidiana e ampla acessibilidade, sendo parte do dia a dia de todos, a moeda carrega significados históricos relevantes que merecem ser explorados.

Neste texto, propomos, através do estudo da legislação nacional e análise iconográfica das cunhagens, uma abordagem das transformações ocorridas na moeda brasileira cunhada ao longo do século XIX, um período marcado por intensas mudanças políticas e sociais. Dentre os acontecimentos mais marcantes, destacam-se: a independência do Brasil, em 1822; e a transição para o regime republicano, em 1889, ambos configurando rupturas essenciais na organização política do país que afetam o meio circulante. Também incluímos nesta análise as alterações decorridas da instauração da lei n.º 2.040 de 1871, um momento em meados do século XIX que caracteriza o começo da mudança do modelo de trabalho no Brasil, se alterando o regime escravagista para o trabalho pago.

Nosso objetivo é investigar como essas mudanças influenciaram a fabricação do meio circulante metálico, considerando não apenas os aspectos técnicos e econômicos, mas também os simbolismos envolvidos nas escolhas feitas para as emissões monetárias. A moeda, enquanto artefato histórico, carrega em si marcas do contexto político de sua produção, funcionando como ‘janelas’ e permitindo acessar os debates e interesses predominantes de cada época (Garcia, 2009). Assim, buscamos compreender de que maneira as alterações no sistema político se refletiram na materialidade da moeda, desde as ligas metálicas empregadas até as iconografias utilizadas, que projetavam mensagens de poder, identidade e memória coletiva.

MEMÓRIA, REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE NA MOEDA

A moeda é mais do que um instrumento econômico, é também um poderoso veículo de construção simbólica, carregando narrativas que articulam memória, representação e identidade. Ao analisar os elementos presentes em suas faces, como símbolos, figuras e inscrições, é possível identificar como esses objetos tangíveis se tornam ferramentas para preservar memórias históricas, projetar ideais políticos e reforçar sentimentos de pertencimento coletivo. Nesse sentido, as escolhas envolvidas na cunhagem não são neutras, mas refletem estratégias de poder que visam consolidar identidades nacionais e afirmar representações específicas de um período.

Assim, a moeda revela-se um artefato essencial para a compreensão das relações entre Estado, sociedade e história.

O conceito de memória escolhido neste estudo extrapola a palavra no sentido singular dos sujeitos, da memória individual, que se dissolve no pensamento de cada um com o passar o tempo. Partimos, portanto, para uma memória institucionalizada, a memória oficial, responsável pelas operações simbólicas centrais para uma grande elaboração do relato da nação. Neste processo de disputa na interpretação e sentido do passado, alguns relatos são substituídos e outros se tornam hegemônicos (Jelin, 2002, p. 40). De acordo com Assmann (2008), as instituições de preservação têm o poder de recorporificar memórias ao longo do tempo, permitindo que “elas sejam transferidas de uma situação a outra e transmitidas de uma geração a outra” (p. 118). Utilizando objetos e símbolos externos, essas instituições não apenas ativam memórias pessoais, mas também promovem uma conexão mais íntima com o passado. Em sentido parecido, Enzo Traverso (2007, p. 48) desenvolve o debate sobre memórias fracas e memórias fortes, onde a visibilidade e o reconhecimento de uma memória dependem da força daqueles que a detêm, sendo as memórias oficiais alimentadas por instituições, incluindo o Estado, em contraste com as memórias subterrâneas.

A análise das representações, segundo Chartier (1990, p. 18; 2002, p. 72), oferece uma dupla perspectiva sobre seu papel na sociedade. Por um lado, elas podem ser vistas como a incorporação, sob forma de categorias mentais, das classificações e estruturas que organizam socialmente o mundo. Nesse sentido, as representações refletem como as sociedades categorizam e hierarquizam a realidade, moldado as percepções e as interpretações dos indivíduos em uma estrutura social pré-existente. Por outro lado, as representações funcionam como matrizes que constituem e orientam o próprio mundo social, pois são elas que comandam ações, definem identidades e determinam as relações de poder e pertencimento. Elas não apenas refletem, mas também produzem a realidade social ao influenciar práticas e significados atribuídos aos diferentes elementos da vida cotidiana. Assim, as representações são simultaneamente fruto e motor da organização social, sendo fundamentais para a compreensão das dinâmicas culturais e identitárias que moldam a sociedade. Para desenvolver este estudo, e aprofundar o debate teórico sobre a luta de representações, utilizamos a proposta de Burke (2001) para o tratamento de imagens contidas nas moedas:

A) Las imágenes dan acceso no ya directamente al mundo social, sino más bien a las visiones de ese mundo propias de esa época. B) El testimonio de las imágenes debe ser situado en un contexto, o mejor dicho, en una serie de contextos. C) El testimonio de una serie de imágenes es más fiable que el de una imagen individual (p. 43)

O estudo serial das representações nas moedas oferece uma abordagem para compreender a construção e a evolução da identidade nacional ao longo do tempo. Ao analisar diferentes séries de moedas emitidas, é possível identificar como as escolhas iconográficas e os elementos

simbólicos refletem as transformações políticas, sociais e culturais de uma nação. Cada nova emissão de moedas pode sinalizar mudanças no discurso oficial sobre o que é considerado importante para a construção do ideal de cidadania pretendido. Além disso, o estudo serial permite observar como essas representações se adaptam ao contexto histórico e político de cada época, mostrando, por exemplo, como diferentes regimes ou eventos históricos influenciam a maneira como o Estado escolhe se representar e representar sua população. A propaganda republicana pode ser identificada em diversos meios de transmissão, como, por exemplo, as moedas.

Concretizar a publicidade plena é concretizar um mundo social em que o ideal de cidadania pode ser aprendido e, assim, despertar um desejo efetivo de ser esse tipo de pessoa. Tal função educativa da concepção política caracteriza seu papel amplo (Rawls, 2000, p. 116).

Dessa forma, as moedas não são apenas instrumentos de troca, mas também poderosos veículos de identidade e representação, contribuindo para a construção e a perpetuação da memória coletiva. No pequeno espaço de metal, estas cunhagens, carregam símbolos e imagens que refletem a visão oficial do país sobre sua história, seus valores e seu projeto de futuro. Assim, as moedas não são apenas objetos de circulação econômica, mas também registros visuais que dialogam diretamente com as narrativas e os processos de construção de identidade nacional.

A MOEDA OITOCENTISTA NO BRASIL

O dinheiro e o processo de construção da nação estão profundamente interligados, pois a moeda e o domínio territorial se conectam à medida que sua aceitação reflete tanto o poder quanto os domínios políticos e econômicos da entidade emissora. Um exemplo marcante são as primeiras moedas fabricadas em nosso território que carregam a inscrição “BRASIL”: os florins holandeses, produzidos entre 1645 e 1654 (Coimbra, 1959, p. 235-242). Essas moedas obsidionais, cunhadas durante a ocupação holandesa, destacam-se por seu caráter simbólico e utilitário, representando a tentativa de afirmação de autoridade e controle sobre o território.

Sua cunhagem torna-se monopólio e sinal de poder soberano desse Estado, tanto no que diz respeito ao controle dos fluxos econômicos em um território, quanto no que se refere à sua capacidade de extrair recursos da sociedade. Moeda e processos de construção identitária, nacional ou não, são elos de uma mesma cadeia que está sempre em movimento, refazendo-se, renovando-se. (Gomes e Kornis, 2002, p. 8)

O numerário brasileiro ao longo do século XIX é bastante diverso, refletindo as transformações políticas ocorridas no país. Durante o primeiro quartil dos oitocentos, o Brasil passou de colônia a sede do primeiro reino europeu fora da Europa, e, ao final desse período, tornou-se um império independente, liderado pelo filho do rei de Portugal. Já no último quartil do século,

ocorre a instauração da República. Nesse século marcado por profundas mudanças, as transições entre sistemas políticos encontram expressão particular nas produções numismáticas, que carregam em si os traços das reconfigurações históricas e simbólicas do período.

O início do século XIX, marcado pela posição colonial brasileira, restringia a influência local sobre a produção das moedas que circulavam em nosso território, sendo a moeda metropolitana quem determinava o padrão monetário e regulava o comércio. Com a oficialização do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, por meio da coroação de Dom João VI (1767–1826) no Rio de Janeiro, em 1818, esse cenário pouco se alterou. No entanto, essa inclusão política trouxe uma sutil mudança na iconografia numismática da época. No reverso, permanece a inscrição já presente nas moedas portuguesas anteriores: PECUNIA TOTUM CIRCUMIT ORBEM (“o dinheiro circula em todo o mundo”). Contudo, as moedas cunhadas entre 1818 e 1822 exibem uma alteração significativa no averso, com a inscrição: JOANNES. VI. D.G. PORT. BRAS. E ALG. REX, abreviação de Joannes VI Dei Gratia Portugaliae, Brasiliae et Algarbiorum Rex (“João VI, por Graça de Deus, Rei de Portugal, Brasil e Algarves”). Além disso, em 1818, Dom João VI funda o primeiro museu em território brasileiro, integrando uma coleção de história natural que ele próprio doou.

Poucos anos depois, em 1822, ocorre a independência do Brasil, com D. Pedro I (1798–1834) proclamado como o primeiro imperador e a definição de nosso primeiro sistema monetário próprio. Nesse período, observa-se a preocupação do novo governante com a construção de uma identidade nacional para o país recém-independente e certa oposição ao governo anterior. Poucos dias após o 7 de setembro, data oficial da independência, foram criadas as Armas Imperiais¹, substituindo a Coroa Real por decreto de 1º de dezembro do mesmo ano. O empenho em demonstrar a ruptura política por meio das representações oficiais foi evidente, e a moeda desempenha um papel central nesse contexto. Por meio do decreto imperial de 19 de novembro de 1822, foi ordenada, em caráter de urgência, a cunhagem das primeiras moedas genuinamente brasileiras, destinadas à cerimônia de coroação.

Produzidas em ouro, as primeiras moedas do Brasil independente, foram feitas por ordem verbal do imperador, posteriormente formalizada em um relatório da Casa da Moeda, legitimando sua produção. A baixa produção dessas peças, aliada à sua relevância histórica, contribuiu para torná-las altamente valorizadas e de grande interesse na numismática brasileira. Conhecida como Peça da Coroação, essa moeda é hoje a mais valiosa da numismática do país. Apenas 64 unidades foram cunhadas, uma tiragem limitada justificada pela decisão do imperador de interromper sua produção. Uma possível razão para o desagrado de D. Pedro I pode ter sido a representação de “sua efígie de busto desnudo e laureado à romana” (Coimbra,

1 Por meio do decreto de 18 de setembro de 1822 é instituída “Será d’ora em diante o Escudo de Armas deste Reino do Brazil, em campo verde uma Esphera Armilar de ouro atravessada por uma Cruz da Ordem de Christo, sendo dirculada a mesma Esphera de 19 Estrellas de prata em uma orla azul; e firmada a Corôa Real diamantina sobre o Escudo, cujo lado serão abraçados por dousramos das plantas de Café e Tabaco, como emblemas da sua riqueza commercial, representados na sua propria côr, e ligados na parte inferior pelo laço da Nação.”

1960, p. 239). O reconhecimento da importância desta peça pode ser notado pela sua exibição já em 1861 no medalheiro da Casa da Moeda (Poliano, 1944 Apud. Coimbra, 1960, p. 239), ou seja, menos de meio século após sua produção. A importância que a moeda assume durante o século XIX tem uma posição privilegiada para sua análise, sendo seu respaldo museológico amplamente explorado período.

Em 1881, sob a direção da Biblioteca Nacional, Ramiz Galvão pleiteou a criação de uma sessão numismática.

incontestável, dizia êle, que moedas e medalhas são antes de tudo documentos subsidiários da história, por conseqüência o seu lugar próprio não é ao lado das coleções de história natural, que por si sós dariam assunto sobejo para a aplicação dos ilustres trabalhadores do Museu; o lugar da numismática é ao lado da história, e o da história é na Biblioteca Nacional (Rodrigues, 1957, p. 408)

Sobre a iconografia numismática, o período imperial apresenta uma peculiaridade: nas moedas de ouro, predomina a efígie do monarca reinante, enquanto as moedas cunhadas em outros materiais traz, em sua maioria, o brasão de armas imperial. A representação do regente nas moedas de maior valor reforçava a autoridade do poder central. Nos primeiros anos após a independência, o busto de Dom Pedro I foi estampado nas moedas de maior valor como símbolo dessa nova era. Já durante o reinado de Dom Pedro II (1825–1891), é possível observar, através das moedas, uma cronologia visual de seu crescimento, com diferentes bustos representando fases de sua vida. A partir do final da década de 1860, sua efígie passou a ser cunhada não apenas em moedas de ouro, mas também em peças de prata e cobre, ampliando ainda mais a presença simbólica do monarca no cotidiano da população.

A década de 1870 foi marcada por importantes legislações que integraram o lento processo de abolição do trabalho escravizado no Brasil. Entre elas, destaca-se a Lei n.º 2.040, sancionada em 28 de setembro de 1871 e conhecida como Lei do Ventre Livre. Essa lei trouxe, em um de seus artigos, uma novidade significativa ao prever a possibilidade de escravizados constituírem uma reserva financeira. O texto original estabelece:

Art. 4º É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O Governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio. (Brasil, 1871)

Não é nosso objetivo discutir a efetividade da aplicação dessa lei; no entanto, é relevante destacar que esta foi a primeira legislação brasileira a prever algum grau de contato do escravizado com recursos financeiros próprios, mesmo que em condições restritivas e controladas. Também na década de 70 do século XIX, iniciou-se a produção de moedas brasileiras em níquel, um material mais econômico que proporciona maior acessibilidade à moeda oficial. As moedas imperiais de cuproníquel foram introduzidas pelo Decreto n.º 1.817, de 3 de setembro

de 1870. Essas moedas passaram a representar os valores de menor denominação da época, trazendo em sua iconografia o brasão de armas do Império.

A transição para a República em 1889 não alterou o sistema monetário brasileiro, mantendo as denominações e padrões do período imperial (Coimbra, 1960, p. 206). A principal mudança foi na simbologia das moedas, que passaram a refletir o novo regime por meio da substituição do brasão imperial pelo brasão da República. Essa adaptação buscava legitimar o governo republicano e promover sua identidade.

Proclamada a República em 1889, a moedagem que tivera curso no Segundo Reinado foi pouco a pouco desaparecendo da circulação, excetuando-se as moedas de níquel de 100 e 200 réis que ainda por muitos anos estiveram em curso nos centros afastados.

As moedas de ouro pouco circularam e as de prata foram propositalmente retidas por particulares ou com o fim de enriquecer os seus acervos ou ainda com o fito da exploração diante do ágio sempre crescente dêsse nobre metal (Júnior, 1945 Apud. Coimbra, 1960: p. 550)

Nas cunhagens de 1889, observamos uma busca por novos símbolos para representar o momento de transição política vivido pelo país, com exceção das moedas de níquel, que mantiveram a iconografia das moedas imperiais. Nesse contexto de formação republicana, dois novos símbolos emergem e passam a fazer parte da simbologia oficial: o Cruzeiro do Sul, adotado nas moedas de níquel e nas produções de prata e ouro, e a efigie republicana, agora portando o barrete frígio. A substituição do rosto do monarca pela efigie da República, especialmente com a adição do barrete frígio, simboliza as aspirações de liberdade características do período de transição.

Os símbolos monárquicos, que antes sustentavam o poder imperial, foram reinterpretados, abandonando a imagem de autoridade do rei. Em seu lugar, surgiram novas representações voltadas para o fortalecimento do ideal de cidadania, contribuindo para a construção da identidade nacional e dos ideais cívicos republicanos. Enquanto as moedas imperiais, cunhadas em bronze, prata e ouro, exibiam o busto do monarca, suas sucessoras republicanas nessas ligas introduziram uma ruptura no plano iconográfico, refletindo a mudança de regime e os novos valores políticos. Por outro lado, as moedas de níquel mantiveram quase inalterada sua iconografia, reforçando a continuidade do pensamento imperial e buscando legitimidade monárquica mesmo no contexto republicano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das transformações monetárias no Brasil oitocentista revela a profunda relação entre a moeda e os processos históricos e políticos que marcaram a formação do país. A moeda, mais do que um simples meio de troca, se configura como um artefato simbólico, refletindo as

disputas de poder, a construção da identidade nacional e as mudanças sociais que caracterizaram o período. Ao longo do século XIX, a numismática brasileira acompanhou as mudanças políticas que definiram a trajetória do Brasil, desde sua independência até a transição para a República.

O estudo das moedas produzidas entre 1822 e 1889 mostra como, a cada nova fase, as escolhas iconográficas e materiais das cunhagens foram usadas para projetar a imagem de um Brasil que se constituía enquanto nação, ora como império, ora como república. A análise das primeiras moedas da independência e suas modificações ao longo do século reforça o papel da moeda como um poderoso veículo de identidade, memória e representação. As transformações no cenário econômico e social, como a abolição do trabalho escravizado e a mudança nas ligas metálicas, também se refletem nas produções numismáticas, oferecendo um olhar sobre a evolução das estruturas de poder e o processo de modernização do país.

A legislação que regula as produções monetárias, bem como as escolhas iconográficas que estampam as moedas, evidencia o uso da moeda como um instrumento de afirmação política e cultural. A transição entre o império e a república, marcada pelas mudanças simbólicas nas moedas, evidencia um esforço contínuo de construção de uma identidade nacional que se distancie da monarquia e adote os ideais republicanos, embora a memória imperial persista em alguns aspectos da moeda de circulação popular.

Por fim, este estudo reforça a importância das moedas como fontes históricas que, longe de serem meros instrumentos de troca, são vestígios materiais que permitem a compreensão das dinâmicas de poder e identidade de uma época. Elas nos oferecem uma visão sobre como os governos tentaram consolidar e projetar suas visões de um Brasil em construção, ao mesmo tempo, em que possibilitam um diálogo entre as gerações sobre os legados de uma história marcada por profundas transformações sociais, políticas e culturais. Assim, as moedas oitocentistas brasileiras não apenas nos conectam ao passado, mas também continuam a nos revelar aspectos essenciais da memória coletiva e da construção da identidade nacional.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-80.

CHARTIER, Roger. **Por uma sociologia histórica das práticas culturais. A História Cultural entre práticas e representações.** Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

COIMBRA, Álvaro da V. **Noções de Numismática Brasileira (I).** Revista de História, [S. l.], v. 18, n. 37, p. 201-242, 1959. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1959.107278. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107278>. Acesso em: 4 jul. 2022.

COIMBRA, Álvaro da V. **Noções de Numismática Brasileira (VI).** Revista de História,

São Paulo, v. 20, n. 42, p. 507–553, 1960. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1960.120079. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/120079>.. Acesso em: 4 jul. 2022.

COIMBRA, Álvaro da V. **Noções de Numismática Brasileira (VIII)**. Revista de História, [S. l.], v. 21, n. 44, p. 515-542, 1960. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1960.120156. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/120156>. Acesso em: 4 jul. 2022.

COIMBRA, Álvaro da V. **Noções de Numismática Brasileira (VII)**. Revista de História, São Paulo, v. 21, n. 43, p. 203–250, 1960. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1960.120130. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/120130>. Acesso em: 4 jul. 2022.

Jelin, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo Veintiuno editores, 2002.

TRAVERSO, Enzo. **El pasado instrucciones de uso**. Historia, memoria, política. Barcelona: Marcial Pons, 2007.

GARCÍA, Pamela Rosero. **Los billetes una ventana al pasado: identidad y memoria 1959-1979**. 2009.

GOMES, Ângela de Castro ; KORNIS, Mônica Almeida. **Com a história no bolso: moeda e a República no Brasil**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O outro lado da moeda”. (2001.: Rio de Janeiro,RJ). Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2002. p.107-134.

Peter, Burke, **Visto y no visto, El uso de la imagen como documento histórico**, Ed. Critica, Barcelona, 2001.

RAMOS, Ramony. **O plano real e a necessidade de implantação do regime de metas de inflação**. In Perspectivas em Políticas Públicas | Belo Horizonte | Vol. IX | Nº 17 | P. 201-219 | jan/jun 2016

RAWLS, John. **O liberalismo político**. 2ª Ed. Tradução Dinah de A. Azevedo. São Paulo: Editora Ática, 2000.

RODRIGUES, J. H. **Teoria da história do Brasil: introdução metodológica**, Ed. Nacional, São Paulo p. 392, 1975

ESCRAVIZADOS ENFERMOS: DOENÇAS, ARTES DE CURAR E MORTE - PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE (1850-1888)

Elainne Cristina Jorge Dias
(Mestra em História- UFPB)

RESUMO

Esse artigo pretende analisar os anúncios de escravizados e notícias publicadas nos jornais que circularam na província da Parahyba do Norte, entre os anos de 1850 e 1888, assinalando, sobretudo, as enfermidades e as artes de curar utilizadas, assim como causa mortis que acometiam a população cativa. Os anúncios de escravizados nos permitem observar uma população cativa que foi constantemente atacada por castigos e doenças, que, em alguns casos, levaram a morte. Por sua vez, as notícias publicadas nos jornais possibilitam vislumbrar a atuação das instituições na erradicação/controlar das doenças, as terapêuticas utilizadas na época, os saberes institucionalizados, assim como o protagonismo dos escravizados nas artes de curar. Nessa perspectiva, este estudo nos permite compreender, ainda, as condições sanitárias, os regimes de trabalho e as dietas alimentares, relacionando-as com as enfermidades e mortes que atingiam os cativos. Palavras-chave: Escravizados, enfermidades, anúncios.

Palavras-chave: Escravizados, enfermidades, anúncios.

INTRODUÇÃO

Ausentou-se no dia 8 desse mez, o escravo Antonio, conhecido como carapato, com os signaes seguintes: pardo 58 annos de idade, mais ou menos, estatura mediante, cabelos não muito carapinhos e já bem pintados de branco, **dois dedos da mão direita coriados, um pulmão em um dos pés no qual tem uma cicatriz, produzida por golpe de machado em ocasião de trabalho no officio de carpina que é sua profissão, uma pequena fistula no lado esquerdo do rosto, prosista e amante a bebidas espirituosas [...].** (Jornal O Liberal Parahybano, 01/05/1883- Grifos nossos).

A citação acima nos traz algumas informações do anúncio de fuga de um escravizado, publicado no jornal O Liberal Parahybano, em 01 de maio de 1883. Na fala do anunciante, o proprietário do escravizado, podemos encontrar indícios das condições físicas e de saúde do cativo fugido. De acordo com ele, o escravizado Antonio apresentava, no momento da fuga, dois dedos da mão direita “coriados”, um pulmão em um dos pés no qual teria uma cicatriz produzida por um golpe de machado, em razão do ofício de carpina que exercia, além de uma

pequena fistula no lado esquerdo do rosto. O anúncio, ainda, chama a atenção para o fato do escravizado ser amante a bebidas espirituosas.

Desta forma, a partir dessas informações, é possível perceber que muitas enfermidades relacionadas à condição física dos escravizados, apresentados pelos anúncios de escravizados fugidos, estão associadas, geralmente, à própria condição de cativo em que viviam (moradia, alimentação, vestimentas) e às longas e repetitivas jornadas de trabalho. No caso do cativo Antonio, ele apresentava uma cicatriz em um dos pés em consequência de um acidente de trabalho enquanto exercia o ofício de carpina. Porém, este não era o único indício das péssimas condições que vivia em cativo. Ele possuía, ainda, dois dedos da mão direita “coriados”, o que seria resultado de muitos anos em regime de escravidão, já que se trata de um escravizado de 58 anos. Com relação a fistula no lado esquerdo de seu rosto, ela poderia ser resultada de infecções dentárias causadas pela falta de higiene adequada dos dentes.

Vale salientar que, o anúncio apresentado no início desse estudo, também, chama atenção para o fato de Antonio ser amante a bebidas espirituosas. Esse problema com “vícios” não era apenas de Antonio. Em outros anúncios de fugas encontramos outros escravizados que passavam por este mesmo transtorno, a exemplo de José, cativo fugido do Engenho Voltoso, que gostava de beber aguardente¹, e, Rosalina, escravizada de Demetrio Emigdio Vasco de Tôledo, morador da Vila do Pilar, que gostava de beber e tomar tabaco². Para Lília Lobo (2008), esse hábito do alcoolismo, é fruto de uma tendência à degeneração, e não, um hábito adquirido, geralmente para disfarçar a fome e aguentar o excesso de trabalho e o frio. Esse hábito era comum, principalmente, entre os cativos de engenhos e de regiões dominadas pelo açúcar, já que a aguardente ou a cachaça eram produzidas em grande escala. Além disso, por ser um gênero barato da dieta dos escravizados, a cachaça fazia, assim, parte das refeições, dando suplemento às dietas inadequadas³. Entretanto, se consumida demasiadamente, ela pode causar sérias enfermidades aos escravizados, a destacar problemas no fígado, como a cirrose.

Nesse contexto, destacamos que é difícil discutir as doenças, artes de curar e a morte entre os escravizados enfermos, sem compreender as condições físicas e de saúde desses sujeitos. Os estudos sobre a história da saúde e das doenças da população escravizada durante o período imperial brasileiro têm revelado inúmeros aspectos sobre o cotidiano, as terapêuticas, as artes de curar, a organização da saúde pública, a luta da medicina acadêmica para impor o saber institucionalizado, a morte e a própria atuação daqueles que viviam em cativo na construção de uma “medicina mestiça”. Essas temáticas se entrecruzam e nos permitem problematizar a saúde, a doença e as práticas de curar como fenômenos socioculturais e, portanto, objetos de estudo da História.

1 Jornal *O Publicador*, 04 de abril de 1868.

2 Jornal *O Imparcial*, 22 de fevereiro de 1861

3 Sobre a questão do alcoolismo entre os escravizados e a presença da cachaça na dieta alimentar consultar Karasch (2000, p.436-437); Freyre (1963, pp.110-111).

DESENVOLVIMENTO/METODOLOGIA/RESULTADOS

Nos últimos anos, a produção historiográfica que envolve o estudo da história da saúde e das doenças dos escravizados, as artes de curar e práticas terapêuticas e, conseqüentemente, de sua mortalidade, vem ganhando espaço na medida em que a historiografia da escravidão abriu caminho para novas abordagens e perspectivas sobre a temática. Principalmente no que se refere à sociabilidade escrava, o que nos demonstra que esse objeto de estudo deixou de ser analisado exclusivamente pela medicina.

Isto se deve ao fato de que as condições de cativo levaram muitos escravizados a desenvolverem problemas de saúde, o que passou a ser um ponto essencial para os pesquisadores das diversas áreas que se propõem a discutir as condições de vida da população cativa. Ainda no que diz respeito ao estudo da doença como objeto de análise, Anny Silveira e Dilene Nascimento (2004) destacaram a importância de se procurar analisar a historicidade das enfermidades, articulando este saber com os acontecimentos que acometem os seres humanos. Assim sendo, para analisar as condições físicas e moléstias que acometiam os escravizados na Província da Parahyba do Norte, durante a segunda metade do século XIX, é preciso discutir as práticas de cura utilizadas pelos cativos e a população livre e liberta, como também a atuação das instituições médicas, tendo em vista o controle, a prevenção e o tratamento das doenças.

Para isso nos valem de um corpus documental composto por notícias, obituários e anúncios de jornais que circularam na província nesse período, bem como relatórios dos Presidentes de Província⁴. Isto porque, a análise de notícias e anúncios de jornais, referentes aos escravizados e às condições de salubridade e vida da população da província, permite que levantemos algumas questões sobre a saúde e enfermidades da população cativa da Paraíba Oitocentista, já que, conforme registrou Márcia Amantino (2007), são amostragens e, por isso, seus resultados não devem ser vistos como absolutos, “além de serem elaborados a partir da convivência que o senhor tivera com o escravo antes da fuga” (CARVALHO, 1998, p. 259). Todavia, isso não diminui a importância desse tipo de fonte para estudar essa população, pois, por meio dela, é possível ter, ainda que parcialmente, uma visão do universo social em que viviam. E mais, os impressos que circularam no Brasil, durante a segunda metade do oitocentos, eram vistos pela população como um veículo de educação e instrução, ou seja,

representam significados mananciais de informações sobre o repertório de uma época e sobre os usos que dele faziam seus colaboradores. Neles se fazem presentes projetos, opiniões, conflitos e debates que apontam a complexidade dos interesses e experiências dos indivíduos e dos contextos em que se inscrevem. (SILVA; NASCIMENTO; ZICA. 2020, p. 223).

4 Os relatórios dos Presidentes de províncias encontram-se disponíveis em: <https://www.crl.edu/brazil/provincial>.

Para o autor Luiz Mott (1986), um levantamento sistemático desses anúncios pode ajudar o pesquisador interessado no estudo da população servil a reconstituir inúmeros traços desse segmento, tais como: sexo, cor, aparência física, naturalidade, estado civil, ocupação, preço e nomes dos antigos proprietários. Os anúncios, ainda, nos relatam visões daquela população a respeito do corpo doente que não foram registradas pelos documentos oficiais, a exemplo de tratados médicos, laudos e diagnósticos⁵. Desse modo, essas fontes nos permitem levantar algumas hipóteses a respeito de suas condições de trabalho e de moradia, a fim de que possamos chegar a algumas conclusões a respeito das condições de saúde desses sujeitos e das doenças que mais os acometiam. E mais, por meio das notícias de jornais é possível analisar o discurso da época a respeito do combate das doenças que acometiam essa população, assim como as práticas de curar e saberes utilizados.

Convém salientar que ao investigar as enfermidades que mais acometiam a população escravizada, buscaremos relacioná-las às condições de vida que foram a ela impostas, já que compartilhamos da posição de Miridnan Britto Falci e Ana Maria Almeida (2004), as quais afirmam que a doença é a ausência de bem-estar físico, mental e social, e como tal, os indivíduos “doentes” seriam aqueles que não teriam as mínimas condições de habitação, alimentação e proteção física e mental. Isto porque:

estudos sobre epidemias, representação social das doenças, sobre a morte, o medo, sobre a higiene e educação, a circulação de saberes, os manuais de medicina, dentre outros, descortinam implicações políticas educacionais, religiosas, sociais, culturais, evidenciando a historicidade das enfermidades. (MARIANO; MARIANO. 2012, p. 03)

É importante destacar que o período analisado neste estudo, entre 1850 e 1888, foi marcado pelo declínio do trabalho escravizado no Brasil. Durante esse período, a Província da Parahyba do Norte foi acometida por surtos de doenças, a exemplo da varíola, febre amarela e cólera, males que vitimaram inúmeros cativos e outros segmentos da população. A respeito do cólera, a província foi atingida por dois surtos da doença, o primeiro entre 1855 e 1856 e o segundo entre 1861 e 1862.

Diversos relatórios de presidentes de província enviados à Assembleia provincial da Parahyba do Norte descreveram, durante vários anos, as mais variadas doenças que faziam parte do cotidiano da população, como podemos observar neste de 1856:

A epidemia das bexigas, de que vos deu notícia o meu honrado antecessor em seu Relatório, com quanto tenha diminuído muito de intensidade, ainda não abandonou completamente essa Província, fazendo todos os dias uma ou outra vítima. (SILVA, Relatório do Presidente de Província da Parahyba, 1856, fl.19. Grifos nossos).

5 Sobre esse aspecto ver: RODRIGUES, Gabriel Kengo. Não há cura sem anúncio: ciência, medicina e propaganda- São Paulo, 1930-1939. São Paulo: Annablume, 2016.

Diante do exposto, podemos observar que epidemias de bexiga estiveram presentes no dia a dia da população paraibana. Essa doença, de tipo infectocontagioso, é provocada pelo vírus Orthopoxvirus variolae, que é transmitido ao ser humano através do contato direto com secreções de um doente, como suor ou espirro. Muitas das vítimas que conseguiam sobreviver passaram a carregar em seus corpos as marcas deixadas por essas doenças, que podiam ser identificadas nos escravizados por meio das descrições dos anúncios de fuga. Esses detalhes contidos nesses anúncios, com suas marcas e sinais, evidenciam que a população escravizada da província era constantemente atacada por problemas de saúde e pestes. Vejamos:

Na madrugada do dia 14 de março fugiu da casa de seu senhor a escrava Josepha, com os signaes seguintes: estatura alta, cabelos carapinhos, que se prestão a amarrar, **cara bexigosa**, boca regular, côr parda, idade 30 anos, pouco mais ou menos. [...]. (Jornal O Publicador, 29/03/1864. Grifos nossos).

A cativa Josepha foi descrita pelo respectivo anúncio, dentre outros aspectos, como apresentando a *cara bexigosa*. Todavia, convém lembrar que, além das marcas deixadas pela bexiga, outra doença que afetava a população cativa e que poderia deixar marcas em seu corpo era a *bouba*. Essa doença, tropical e contagiosa, é causada pela *espiroqueta Treponema* pertenceu, caracterizada por lesões cutâneas seguidas de erupção granulomatosa generalizada ou, ainda, lesões destrutivas tardias de pele e ossos que poderiam deixar cicatrizes. Octávio Freitas (1935), ao analisar as doenças que atingiam a população cativa no Brasil, relatou que o termo “bouba” servia para designar inúmeras doenças que se localizavam na pele, tais como pústulas, impigens e feridas. A sequela produzida por essa enfermidade é descrita em alguns anúncios de fuga de escravizados, a citar o cativo Romão, que fugiu nos primeiros dias de julho de 1864 do Engenho Moreno. Conforme a descrição de seu senhor, publicada em um anúncio de fuga no *Jornal da Parahyba*, em 01 de junho de 1864, Romão, ao fugir, possuía *pés cambados com vestígios de cravos de boba que teve*.

Posto isso, é importante salientar que, no início da segunda metade do século XIX, a província abrigava 212.466 almas, sendo 183.920 livres e 28.546 escravos, segundo dados coletados do relatório do Presidente de província Antônio Coelho Sá, apresentados em 02 de agosto de 1851. No recenseamento geral do império, ocorrido em 1872, podemos observar que esse número aumentou, passando a ser 376.226. Desse quantitativo, 354.700 indivíduos eram livres e 21.526 em condição escravizada. É importante lembrar que com o aumento da população, aumentaram também o número de pessoas que morreram durante esse período, vítimas das mais variadas moléstias e doenças. Enfermidades que estavam relacionadas, na maior parte das vezes à falta de higiene, de alimentação e às moradias precárias que, se não eram as responsáveis diretamente por algumas doenças, facilitavam o contágio. No quadro a seguir é possível perceber quais grupos foram atingidos pela mortandade que assolou a cidade da Parahyba do Norte idos de 1861.

Quadro 1: Mortalidade na Cidade da Parahyba do Norte por sexo e condição social (janeiro a abril de 1861)

MESES	SEXO		CONDIÇÃO SOCIAL		TOTAL
	MASC	FEM		ESCRAVOS	
JANEIRO	21	10	22	9	31
FEVEREIRO	17	17	30	4	34
MARÇO	15	11	25	1	26
ABRIL	15	14	22	7	29
SOMA	68	52	99	21	120

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos no Relatório apresentado à Assembleia provincial da Paraíba pelo presidente Silva Freire, em exposição no dia 18 de maio de 1861, p.10.

Disponível em: <https://www.crl.edu/brazil/provincial>.

A partir do quadro anteriormente exposto, percebemos que nos primeiros meses do ano de 1861, na cidade da Parahyba do Norte, morreram cento e vinte pessoas, das quais noventa e nove eram de condição livre e vinte e uma escravizada. Conforme o relatório do Presidente de província Silva Freire, essa mortalidade teria sido proveniente de todas as moléstias. Todavia, se levarmos em conta a diferença entre o número da população livre e escrava nesse período, de aproximadamente 212.000 pessoas, sendo 28.000 de cativos, veremos que a maior incidência de mortes se deu entre os escravos, o que seria reflexo da vida em cativeiro.

Ainda no que se relaciona à morbidade dos escravizados, era comum encontrar nos jornais, na parte do obituário, informações sobre esta questão. Elas informavam, além do nome do indivíduo, idade, proprietários, cor e condição social, a causa da morte, nos dando assim uma ideia das moléstias que mais acometiam a população naquele período. No obituário do Jornal *O Tempo*, publicado em 01 de maio de 1865, informou-se que foram sepultados no cemitério público, durante o mês de abril do referido ano, quatro pessoas de condição escravizada, sendo elas, três bebês e uma mulher em idade adulta. No que diz respeito aos bebês, o primeiro, o preto crioulo Januário, de 10 meses, teria falecido em consequência da *dentição*. Já o segundo bebê, o preto crioulo Luiz, de apenas 6 meses, teria falecido de *espasmo*. No caso do pardo João, de apenas 35 dias, teria ido a óbito em consequência de moléstia interior. Finalmente, temos o caso da preta Jovina, de 19 anos, que teria falecido em decorrência de complicações no *parto*.

Destacamos que estes são alguns exemplos das causas que provocaram a morte das pessoas escravizadas. Entendemos que para se ter uma análise mais pormenorizada desses falecimentos seria necessário um levantamento sistemático dos atestados de óbitos daquele período. Por meio dessa documentação teremos uma série de informações a respeito do falecido, a exemplo das *causas mortis* que mais acometiam os escravizados, nome, sexo, idade, ofício, entre outros. Essas informações nos possibilitarão fazer um mapeamento das *causas mortis*, comparar óbitos entre livres e escravizados, calcular o índice de mortalidade por idade e sexo e, ainda, discutir a nomenclatura das doenças de acordo com o conhecimento acadêmico da época.

Podemos perceber essas informações no assentamento de óbito do mês de junho de 1878, disponível no arquivo da Igreja da Misericórdia, em João Pessoa-PB. Embora bastante danificado, é possível observar as moléstias que mais acometeram a população da província naquele período, assim como as suas nomenclaturas, o sexo, a naturalidade, a idade, o estado civil e a “qualidade”. Este último se referindo a cor/origem do falecido. Entre os registros está o da *prêta* Rosa Maria da Conceição, solteira de 30 anos e moradora da capital da província, que havia falecido de *Tísica*, também chamada de peste branca ou doença do peito, atualmente, conhecida por tuberculose⁶. De acordo com Rogério Siqueira e Maria Renilda Barreto (2023), à época, essa doença era definida como desenvolvimento de tubérculos nos pulmões, desencadeando, entre outros sintomas, na diminuição das forças, tosse, escarros, emagrecimento e suores noturnos. Os mesmos estudiosos, ainda, destacam que, por ser uma doença contagiosa e endêmica, a tuberculose se propagava rapidamente em ambientes com muita aglomeração, a citar as senzalas, quartos compartilhados e mesmo as ruas das cidades. Todavia, de todos os assentamentos de óbitos registrados nesse período, nenhum traz a informação das atividades específicas que estes indivíduos desenvolviam, dificultando a percepção do ambiente cativo em que viviam.

Dito isto, no tópico a seguir, analisaremos algumas medidas tomadas pelas autoridades provinciais, assim como pelos próprios escravizados, para conter os problemas de saúde e, conseqüentemente, mortes.

No que diz respeito aos cuidados com a saúde dos cativos, muitos senhores, talvez em ocasião do término do tráfico intercontinental de escravizados e, portanto, da elevação de seu preço, passaram a tomar algumas medidas preventivas, pois a saúde de sua “propriedade” era uma pré-condição para se determinar seu preço. Um exemplo de medida preventiva utilizada nesse período foi a vacinação contra varíola, como mostra esse anúncio: “Fugiu dessa Cidade da Parahyba [...] o escravo Rufino [...] **foi vacinado** pouco antes de fugir [...]” (Jornal *O Despertador*, 18/02/1869. Grifos nossos). Entretanto esse cuidado não era exclusivo para os escravizados, mas também para a população de uma maneira geral.

Salientamos que, em casos de doença, muitas pessoas recorriam aos cuidados médicos, boticários, físicos e cirurgiões licenciados para tratar suas enfermidades. No entanto, na falta desses profissionais, a população recorria ao auxílio de benzedeiros, que não costumavam recitar remédios nem indicar tratamentos de saúde, mas rezavam preces, com gestos e ramos, com o intuito de conseguir bons resultados para os males combatidos. Além disso, poderiam recorrer aos curandeiros e barbeiros. Sobre esse último aspecto, Isabel Reis (2006) salientou ainda que eles prescreviam receitas para diversas enfermidades, davam conselhos e vendiam amuletos que “protegem” o corpo da doença e da inveja.

6 Sobre a história da tuberculose ver: GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin. A tuberculose na História. In: Boletim da FCM. Ano 2020. Vol. 12. N.5. Disponível em: https://www.fcm.unicamp.br/boletimfcm/mais_historia/tuberculose-na-historia. Acesso 06/10/2024.

É importante destacar que através do tráfico intercontinental, muitos africanos trouxeram consigo, dentre outras manifestações culturais, “concepções variadas do corpo, de saúde, de doença e de cura que, imbricados com saberes e práticas distintas de outros povos, contribuíram para a formação da medicina local” (GELAPE, 2011, p.2). Para Laura Santos (2007), essa presença das populações de matrizes africanas nas artes de cura e uma provável aproximação dos conhecimentos acadêmicos oficiais, ou não, a exemplo de sangrias e plantas medicinais, foram amplamente utilizadas pelos médicos e cirurgiões acadêmicos.

Entretanto, essas ideias “populares” de concepções sobre como procurar a cura das moléstias passaram a ser consideradas falsas e combatidas pela comunidade médica. Na percepção de Regina Xavier (2003), em seu estudo sobre os males e suas curas no oitocentos, essa oposição entre médicos e curandeiros, deve ser entendida também em sua dimensão política. Para a autora, a veemência com a qual se defendia a “classe” médica em especializar suas práticas de cura atribuindo-lhes um caráter científico, faziam parte de uma busca para colocar a medicina acadêmica em atuação. No jornal *O Publicador*, do dia 06 de julho de 1885, encontramos um exemplo bem evidente dessa assertiva.

Conforme a denúncia publicada intitulada de o Curandeiro, andava pela cidade da Parahyba do Norte um pardo de nome Antonio, que havia chegado de Pernambuco trazendo o elixir da vida, prometendo curar todas as moléstias conhecidas e desconhecidas. A notícia ainda informava que Antonio dizia ter trabalhado nas enfermarias dos mais importantes hospitais do império, comentando com familiaridade sobre alguns colegas, a citar Malaquias e Texeira, provavelmente médicos. A narrativa, ao que nos pareceu, convenceu a muitos contemporâneos, os quais permitiram que o charlatão⁷ ingressasse em suas residências, algo que foi ignorado pela pessoa que o denunciou. Apesar dessa denúncia, concordamos com Keith Barbosa (2020) quando ela afirma que mesmo entre um visto de preconceito e denúncia ou, ainda, perseguidos pela polícia, os curandeiros possuíam a confiança da população, sobretudo, da escravizada e pobre. Esse fato nos demonstra, também, que, enquanto veículo de comunicação, o jornal

tão caro aos práticos, servia como base para a divulgação e conseqüente ampliação de suas popularidades em diversas estratificações sociais – popularidades essas que poderiam ser boas os ruins; afinal, apesar de 7 Aquele que não havia passado por uma formação acadêmica. terem um caráter político definido no século XIX e promoverem recomendações terapêuticas de aspecto “alternativo”, por meio de anúncios de remédios e estabelecimentos como barbearias ou boticas, eles não isentavam os curadores de sofrerem as ofensas encharcadas no discurso médico do período, uma vez que o intuito era desqualificar os sistemas de cura que fossem distintos dos da medicina oficial. (MARIANO; SILVA. 2022, p.113).

No que se refere às fazendas, como muitas delas ficavam distante das cidades e das vilas, a assistência médica era raridade, sendo realizada pelos fazendeiros, através do auxílio de ma-

7 Aquele que não havia passado por uma formação acadêmica.

nuais de Medicina que descreviam os sintomas das doenças e indicavam a terapêutica, a exemplo do *Manual do agricultor brasileiro*, de Carlos Augusto Taunay, de 1839, que traz preocupações relacionadas à saúde dos escravizados, porém tratadas como aspectos essenciais para a manutenção da trabalho escravizado e não com o indivíduo cativo propriamente dito. Sendo assim, compartilhamos da ideia de Siqueira e Barreto (2023) de que a doença era entendida muitas vezes como um obstáculo ao trabalho, e sua prevenção, portanto, sustenta-se como uma necessidade primeira dos proprietários e não dos cativos. Por outro lado, Laura Santos (2007) destacou que, nesse campo da cura, os proprietários de escravizados utilizavam dos conhecimentos destes para seus tratamentos, destacando as benzeduras ou o uso de plantas medicinais.

Desta forma, concordamos com Carla Almeida (2010), quando ela destaca que os saberes elaborados pelas instituições acadêmicas não fizeram desaparecer os conhecimentos populares sobre curar, que poderiam ser considerados uma medicina mestiça, uma vez que se ampara na mistura de “elementos da flora e da fauna e nos saberes a eles referentes, processados no encontro de diversas culturas e na sua utilização igualmente diversa” (ALMEIDA, 2010, p.49). Nesse cenário de moléstias, eram comuns notícias de jornais que descreviam os sintomas das doenças e a forma como tratá-las. Vejamos o que recomendou o jornal *A Regeneração* a seus leitores sobre “o Cholera”:

Sobre o Cholera: Os symptomas graves e principais do cholera são diarreia, vômitos e frio. [...] Para a diarreia e vômitos, a base do tratamento é o ópio: para o frio, tudo quanto pode excitar e estimular [...] o calor. (Jornal *A Regeneração*, 28/02/1862)

Desta forma, como temos visto, os jornais eram utilizados para divulgar a terapêutica para as doenças naquele período. Essa notícia, publicada em fevereiro de 1862, ocorreu durante o segundo surto de cólera na província, entre 1861 e 1862. Para Ariosvaldo Diniz (1997), desde o início, o cólera demonstrou ser uma doença seletiva, atacando, principalmente, as camadas mais pobres da população. A respeito dos negros, o mesmo autor salientou que a maior vulnerabilidade desses à doença passou a ser explicada por dois ângulos: 1º - as péssimas condições de higiene, habitação e deficiências nutricionais; 2º - pelas supostas deficiências raciais. Ainda segundo o autor,

ao mesmo tempo em que se reconhecia a necessidade de melhorias das condições de vida e trabalho dos negros, escravos e livres, como uma forma de torná-los menos vulneráveis às doenças epidêmicas, os médicos defendiam a adoção de políticas de higienização e disciplinamento em suas condutas. Isto motivou a proliferação de um conjunto de enunciados médicos e morais que viriam incidir sobre o corpo, saúde dos cativos e dos homens livres pobres. (DINIZ, 1997, p.305)

Isto demonstra que, na concepção da medicina higiênica, os cativos deveriam ser disciplinados e reeducados para adquirirem hábitos e costumes saudáveis. Diante disso, os médicos, de acordo com Ariosvaldo Diniz (1997), recomendavam alguns hábitos de higiene que deveriam

ser tomados pelos escravizados, a exemplo de tomar banho pelo menos três vezes por semana, manterem suas roupas limpas, controlar sua alimentação, diminuindo a carne seca e o feijão, bem como andar calçados. Além disso, paralelamente a esse fato, havia projetos de intervenção social que revelavam “práticas autoritárias que negavam a liberdade individual a partir de um discurso construído pela medicina da época que objetivava legitimação, e essa aproximação com o poder público, visava institucionalização. (MARIANO; MARIANO, 2012, p.20).

Vale lembrar que, durante as últimas décadas do século XIX, dominava no campo da medicina o princípio segundo o qual os surtos de epidemias infecciosas eram consequência do estado de insalubridade do ambiente, que gerava um estado atmosférico causador de doenças entre a população. Desta forma, criou-se, de acordo com Sônia Magalhães (2004), uma mentalidade preventiva que passou a nortear as ações públicas a partir da observação de que certos tipos de doenças e epidemias que ocorriam com frequência surgiam como resultado da falta de higiene. Logo, passou-se a ser implantado “uma série de teorias normativas, e formulações que dizem respeito à adequação dos espaços aos princípios de salubridade, higienização e embelezamento” (SÁ, 2009, p.14). Isto porque

no Brasil vivia-se uma medicina cuja característica principal era a organização incessante de medidas de controle do espaço social, para criar melhores condições de saúde ou destruir o que poderia ser causa de doença. Assim foi se institucionalizando a presença do médico no cotidiano da população, os médicos achavam fundamental invadir todos os espaços da vida social, sendo assim meta do Estado, através destes personagens poderosos sobre o corpo. (SILVA, 2011, p.16)

Para José Gondra (2004), os médicos, ao demonstrarem tais preocupações, expressavam o objetivo de tornar especializado o domínio da medicina, desautorizando e desqualificando outros discursos e práticas, de forma a se idealizarem “nos diferentes estratos da sociedade como autoridades portadoras de um conhecimento suficiente e necessário para regular tanto a vida do indivíduo como a ordem social” (GONDRA, 2004, p.31). Para ele, a presença desse discurso, com características científicas, foi sendo forjado gradativamente em cursos de nível superior e, posteriormente, disseminado por todo o tecido social, que envolvia as academias, cidades, casas-grandes e senzalas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos, portanto, com base nos dados esboçados, que as condições físicas e de saúde, assim como as doenças, saberes e práticas de cura utilizadas pelos escravizados, portavam significados complexos que ultrapassam a dimensão biológica do cativo. Portanto, as condições de cativeiro como moradia, alimentação e condições de trabalho, foram determinantes para o desenvolvimento de enfermidades, agravamento de problemas de saúde e, conseqüentemente,

mortes. Dessa maneira, nosso intuito foi mostrar através da documentação pesquisada os discursos e saberes científicos da época, articulados ao projeto de controle do espaço social em que vivia a população escravizada e livre da Província da Parahyba do Norte (1850-1888). Os quais foram determinantes para a criação de normatizações sobre as condições de higiene e, paralelamente, de saúde, estabelecendo formas de combate aos males que poderiam acarretar doenças.

FONTES

1 Jornais

A REGENERAÇÃO. Parahyba, 27 de jul. de 1861;

_____. Parahyba, 28 de fev. de 1862;

DESPERTADOR. Parahyba, 18 de fev. de 1869;

JORNAL DA PARAHYBA. Parahyba, 01 de jun. de 1864;

O IMPARCIAL. Parahyba, 22 de fev. de 1861;

O LIBERAL PARAHYBANO. Parahyba, 01 de mai. de 1883;

O PUBLICADOR. Parahyba, 29 de mar. de 1864;

_____. Parahyba, 04 de abr. de 1868;

_____. Parahyba, 27 de ago. de 1869;

_____. Parahyba, 06 de jul. de 1885;

O TEMPO. Parahyba, 01 de mai. De 1865.

2 Fontes manuscritas:

LIVRO DE ASSENTAMENTOS DE ÓBITOS [junho de 1878]. Disponível no Arquivo da Igreja da Misericórdia, João Pessoa- PB.

3 Fontes na internet:

RELATÓRIO APRESENTADO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DA PARAHYBA. Relatório apresentado pelo Presidente da província, Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 02 de ago. de 1851. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 10 de mar. de 2021.

EXPOSIÇÃO APRESENTADA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DA PARAHYBA. Exposição apresentada pelo Presidente da província, Dr. Flavio Clementino da Silva Freire, em 18 de maio de 1861. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 10 de mar. de 2021.

ABERTURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DA PARAHYBA. Recitada pelo Presidente da província, Antonio Costa Pinto Silva, em 05 de ago. de 1856. Disponível

em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 10 de mar. de 2021. CENSO GERAL DO IMPÉRIO [1872]. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemerotecadigital/> Acesso em: 10 de mar. de 2021.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. **Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas Minas Setecentistas**. São Paulo: Annablume, 2010.
- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. v.2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.
- AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugidos anunciados no Jornal do Commercio (RJ) em 1850. **Revista História, Ciência e Saúde- Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1377-1399, out-dez, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/9mDtKNWqm5rszyjrhcHKDkN/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 09 de mar. de 2021.
- BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. **Doença e Cativoiro: um estudo sobre mortalidade e sociabilidades escravas no Rio de Janeiro, 1809-1831**. Curitiba: CRV, 2020.
- CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Editora UFPE, 1998.
- DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **Cólera: representações de uma angústia coletiva (A doença e o imaginário social no século XIX no Brasil)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas- SP, 1997.
- FALCI, Miridan Brito; ALMEIDA, Ana Maria Leal. **Saúde, doenças e morte dos escravos: Vassouras, século XIX. Relatório Final (projeto de pesquisa)**. Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2004. Disponível em: historiademografia.triford.com/bhds35/relatmirid.pdf . Acesso em: 30 de agosto de 2012.
- FREITAS, Octávio. **Doenças africanas no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do Século XIX**. Recife: Imprensa Universitária, 1963.
- GELAPE, Vinícius Paulo. Escravos e forros nas artes de curar: potencialidades de estudos a partir de inventários post-mortem. p. 1-8. In: **Anais do II Congresso Internacional de História da UFG**. Jataí, UFG, 2011. Disponível em: <https://historia.jatai.ufg.br/n/30754-iicongresso-internacional-do-curso-de-historia-da-ufg-jatai>. Acesso: 18 de nov. 2024.
- GONDRA, José. **Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin. A tuberculose na História. In: **Boletim da FCM**. Ano 2020. Vol. 12. N.5. Disponível em: https://www.fcm.unicamp.br/boletimfcm/mais_historia/tuberculose-na-historia. Acesso 06/10/2024.
- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1831-1850)**. São Paulo:

Companhia das Letras, 2000.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. **Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX.** Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro; MARIANO, Nayana, Rodrigues Cordeiro. O medo do enunciado: a febre amarela e o cólera na província da Paraíba (1850-1860). **Fênix** Revista de História e Estudos Culturais. v. 9, n.3, p.1-20, set-dez, 2012. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/415/389> . Acesso em: 09 de mar. de 2021.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro; SILVA, Wuendisy Fortunato da. As artes de curar na Província da Parahyba nas décadas de 1870-1880. In: **Artes de curar e práticas de saúde: circularidades, institucionalidades e repressão/** PIMENTA, T.; MOTA, A. 1. Ed. São Paulo: Hucitec, 2022.

MOTT, Luiz. O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe. In: **Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** Águas de São Pedro-SP, 1986. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1986/T86V01A01.pdf>. Acesso. 18 de nov. de 2024.

NASCIMENTO, Dilene; CARVALHO, Diana. **Uma história brasileira das doenças.** Brasília: Paralelo 15, 2004.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. Família, Terreiros e irmandades. In: **Uma história do negro no Brasil.** Salvador: CEAO/Fundação Palmares, 2006, p.94-114.

SÁ, Nirvana Lígia Albino de. **A cidade no despertar da era higienista: a cidade da Parahyba e o movimento higienista (1854-1912).** 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SANTOS, Laura Carvalho dos. Práticas de Curar e Terapeutas populares em Salvador no início do século XIX. In: **Anais do III Encontro Estadual de História.** Salvador- BA, 2007.

SILVA, Ilzeni Mayara Porto da. **Saúde versus doença: uma análise acerca da saúde e da doença em Campina Grande nos idos de 1850 a 1880.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

SILVA, Carolina Mostaro Neves da; et al. Imprensa e educação na segunda metade do oitocentos. In: **Império em debate: impressos e educação no Brasil oitocentista/** MIZUTA, C.; FARIA FILHO, L.; PERIOTTO, M. (Org.). Maringá: Eduem, 2010.

SIQUEIRA, Rogério; BARRETO, Maria Renilda. Escravidão, doença e morte em Juiz de Fora (século XIX). In: **Cativeiros enfermos: assistência e saúde no Brasil escravista/** PIMENTA, T.; GOMES, F. (org.) 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2023.

XAVIER, Regina. Dos males e suas curas: práticas médicas na Campinas Oitocentista. In: CHALHOUB, S. (Org.). **Artes e Ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro/** organização Rafael de Bizar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

TERRA E VIOLÊNCIA: DISPUTAS EM TORNO DA PROPRIEDADE DE TERRA NA COMARCA DOS INHAMUNS SÉCULO (XIX).

Francisco Leonardo Silva Alencar¹
(UFC. E-mail: franciscoalencar@alu.ufc.br)

RESUMO

O trabalho em tela analisou as disputas por terras na Comarca dos Inhamuns, que fica na margem sudoeste do Ceará, com cinco municípios, Aiuaba, Arneiroz, Quiterianópolis, Parambu e Tauá. A macrorregião dos Inhamuns é composta por esses cinco municípios e mais os municípios de Ipueiras, Catunda, Poranga, Ararendá, Nova Russas, Tamboril, Monsenhor Tabosa, Ipaporanga, Crateús, Independência e Novo Oriente. No século XIX, São João do Príncipe (Tauá) era o principal centro urbano da referida região e cabeça da Comarca. Diante disso, o foco do trabalho se deu sobre as ações criminais da comarca dos Inhamuns para analisar a disputa por terras e a utilização da violência como ferramenta de manutenção da propriedade. O presente trabalho tem como fonte primária o processo criminal movido por Thomas Jozé de Aquino, contra Tenente Jozé da Motta Souza, iniciado em 1872 em São João do Príncipe (Tauá) além dos periódicos O Cearense (CE) - 1846 a 1891 e Pedro II (CE) - 1840 a 1889.

Palavras chave: Terra; Violência; Propriedade; Conflito; Ceará oitocentista

INTRODUÇÃO

Região dos Inhamuns teve seu processo de colonização baseado na pecuária, sendo os seus colonizadores oriundos de outras partes do Nordeste, como Rio Grande do Norte, Bahia e Pernambuco. Segundo Capistrano de Abreu, esse processo deveu-se ao fato do Ceará localizar-se no trajeto de duas grandes rotas de expansão da pecuária, “Rota Pernambucana” e “Rota Baiana”². Nessa perspectiva, os “vastos sertões” do Ceará, foram colonizados principalmente por criadores de gado, que ao longo do período colonial se consolidaram como grandes proprietários, conseguindo grandes extensões de terras da Coroa portuguesa, em troca de serviços prestados como a expulsão e extermínio dos indígenas do interior, consolidando-se assim, uma

1 Doutorando em História Social, Universidade Federal do Ceará — UFC, Bolsista CNPq, INCT — Proprietas. E-mail: franciscoalencar@alu.ufc.br.

2 ABREU, Capistrano. Capítulos de História Colonial: 1500–1800 & os caminhos antigos e o povoamento do Brasil, 2. ed. Brasília: Edunb, 1998, p. 135.

classe senhorial³ pecuarista nos sertões. Neste contexto, este estudo visa analisar o processo de manutenção das propriedades de terras durante o segundo reinado, tendo em vista que o amplo latifúndio estabelecido pela classe senhorial foi mantido através da violência, seja ela física ou simbólica.

Parece-me que não é possível compreender verdadeiramente as relações de força fundamentais da ordem social sem que intervenha a dimensão simbólica dessas relações: se as relações de força fossem apenas relações de força físicas, militares ou mesmo econômicas, é provável que fossem infinitamente mais frágeis e fáceis de inverter. No fundo, é esse o ponto de partida de muitas de minhas reflexões. Ao longo de todo o meu trabalho tentei reintroduzir esse paradoxo da força simbólica, do poder simbólico, esse poder que se exerce de maneira tão invisível que até nos esquecemos de sua existência e que aqueles que o sofrem são os primeiros a ignorar sua existência já que ele só se exerce por se ignorar sua existência.⁴

As colocações dos autores citados serviram de base para compreendermos, num primeiro momento, como a violência foi utilizada por essas classes para manter o extensivo domínio sobre as terras dos sertões, como essas classes se apropriaram dos aparatos estatais para manter esse controle, utilizando-se da sua influência sobre o corpo policial, o poder judiciário, a câmara de vereadores, entre outras, como estratégia de manutenção do poder, assim, como a construção simbólica da violência em torno dessa classe senhorial que tornavam suas propriedades “intocáveis” pelos trabalhadores pobres. Tal como essa estratégia, ser honrado ou ter fama de valente, também era uma forma utilizada para manter o controle da posse de terras pelos homens pobres naquele período.

O que esses exemplos mostram é que os pequenos proprietários não ostentavam o título de proprietário somente por orgulho, ou hábito tradicional, e sim que eles tentavam demonstrar o seu direito de usar terras através do uso de tais designações honoríficas, dentro da situação de conflito por recursos produtivos na qual eles viviam.⁵

Assim, podemos compreender a violência como a gênese dos conflitos por terras, entendendo que as classes subalternas absorveram essa estratégia das classes dominantes para conseguirem manter suas posses. Desse modo, a construção simbólica em torno da honra é sustentada pelas ações violentas desses trabalhadores para conseguir a manutenção das suas posses. Nessa perspectiva, a violência foi um elemento central nas disputas por terras na comarca dos Inhamuns, inclusive, manifestando-se de forma explícita, não velada.

3 Para melhor definição de classe senhorial, ver: SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanack**, p. 5-45, 2012.

4 BEZERRA, Marcos Otavio. BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 2015. p. 303.

5 SANTOS, Martha S. **Honra, terra e violência**: o mundo dos homens pobres livres do sertão cearense do século XIX. 2008. p. 17.

Para melhor compreender essas disputas, utilizamos os dois principais periódicos que circulavam na província, *O Cearense* (1846–1891) e *Pedro II* (1840–1889), jornais que estavam vinculados ao Partido Liberal e ao Partido Conservador, respectivamente. Havia diversas notícias nesses periódicos que relatavam a violência e as disputas pelos poderes locais, mas, na maioria das vezes, essas denúncias atribuíam esses eventos apenas às disputas políticas. Isso nos levou a investigar se essas querelas estavam ou não ligadas às disputas por terras, pois, nesses jornais apareciam apenas como relatos de ações praticadas pelo partido A ou Y, em suas letras, trazem outros fatores, como a segurança individual e da propriedade.

Vemos a propriedade particular roubada, e devastada, engenhos incendiados, typographias quebradas, e tomadas, violentada a Liberdade de pensamento, o assassinato, e o roubo por toda parte, e o que excede a tudo — cabeças humanas em leilão, — e proclamada essa medida como a mais sabia descoberta da politica Moderna, de que o mesmo Maquiavel senão lembrou.⁶

As querelas eram atribuídas apenas às disputas partidárias, como demonstra a passagem citada, os jornais apontavam para questões da política moderna, ou as disputas locais pelo poder. Mas estar no poder nesse período significava também ter influência no controle das instituições do estado, podendo proteger sua parentela e seus interesses, entre eles, o domínio sobre a terra. Desse modo, as disputas não eram só políticas, mas pela terra, ao tempo que aumenta a população nos sertões⁷ cearenses.

O aumento populacional na província do Ceará durante o século XIX também parece ter contribuído para o desmembramento da propriedade sesmarial e para o aparecimento de um novo padrão na estrutura fundiária. A população total do Ceará mais do que dobrou, de 350.000 habitantes em 1850 para 816.000 habitantes antes da seca de 1877⁸.

Com o aumento populacional, cresceram as disputas em torno da propriedade de terras, bem como o crescimento da agricultura voltada para o mercado, o que contribuiu para o acirramento dos conflitos.

6 *O Cearense*, ano 1850, edição 00314, p. 3.

7 Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto — em certos contextos históricos a determinadas condições locacionais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. O objeto empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação. Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente — mas não necessariamente — negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados. Antonio Carlos Robert Moraes, *O Sertão*, Terra Brasilis [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 novembro 2012, consultado 05 dezembro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>. p. 2.

8 SANTOS, Martha S. **Honra, terra e violência**: o mundo dos homens pobres livres do sertão cearense do século XIX. 2008. p. 12.

O que porem distinguiu a sessão de 1850 e a fará sempre notavel nos factos parlamentares do Brasil, foi a sujeição completa da Câmara temporária no ramo legislativo vitalício; foi a abnegação com que os eleitores de 1849 cederam de todos os direitos que a Constituição concede á camara dos deputados; e especie de simples rendeiros de alheias herdade, consentirão, por falta de interesse proprio, que os vizinhos lhe invadissem os limites, arrancassem os marcos divisórios, e usurpassem grandes porções de terrenos e propriedade⁹.

É importante compreendermos que, ao mesmo tempo, em que a agricultura comercial crescia no Ceará, estava em debate a primeira legislação sobre a terra no Brasil, a Lei de terras de 1850. A passagem do *Jornal o Cearense*, citada anteriormente, reflete a visão da classe senhorial sobre essas transformações que estavam ocorrendo em relação à propriedade e como a Lei de terras afetava as diversas disputas em andamento. A ideia de uma lei que legitimava as posses beneficiou a classe senhorial, e conseqüentemente, as classes dominantes, porém, abriu caminho para que os pequenos posseiros e rendeiros buscassem legitimar suas terras, então a preocupação do contribuinte¹⁰ do jornal, era com o processo de adentrada dos posseiros nas terras vizinhas, isso era uma prática inclusive da classe senhorial, mas que implicava na possibilidade de legitimar as propriedades em litígio. Outro aspecto que chama atenção nessas disputas, é que em muitos casos, resultava no ganho daquele quem tinha mais poder econômico e político, bem como influência sobre as instituições do Estado. Assim, tais mudanças tornaram-se um “caminho de mão dupla”, pois ao passo que beneficiou grandes proprietários e posseiros, esses mesmos sujeitos temiam a invasão das próprias terras.

Na nossa compreensão a Lei de terras acabou contribuindo com o acirramento das disputas, assim como foi resultado dos anseios da classe senhorial latifundiária e usurpadora de grandes porções de terras públicas por meio do apossamento, porém, tal lei foi também foi alvo de disputas¹¹, o que nos reporta novamente a passagem do *Cearense*, na qual está explícita a preocupação com a legitimação das grandes posses. Cabe ressaltar que não estamos apontando a Lei de terras de 1850 como única causadora dos conflitos de terras no Brasil, o conflito por terras sempre existiu, o que estamos defendendo é que com a Lei de terras os conflitos se acirram, criando uma base legal para a ação dos grandes posseiros, que buscavam usurpar as terras “alheias”, tendo como base a lei, bem como mudanças na mentalidade proprietária, contribuindo para o aumento dos conflitos judiciais.

9 O cearense, ano 1850\Edição 00373, p. 2.

10 Aquele que enviava comunicados ao jornal, muitas vezes em forma de carta, a ser publicada, frequentemente incluía denúncias de invasão de terras. Vale ressaltar que o acesso aos jornais da época ainda se restringia a uma pequena parcela da população, em sua maioria membros de partidos políticos e a parcela privilegiada daquela sociedade.

11 Tratei melhor desse tema no primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado. Ver: Alencar, Francisco Leonardo Silva. **“A guerra dos desnaturados”: senhores e posseiros nas disputas em torno das propriedades de terra no cariri cearense (segunda metade do século XIX)**. 2024. 144 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2024) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=113536>. Acesso em: 6 junho 2024.

Os conflitos pela posse da terra marcaram a história do Brasil, antes mesmo de ser Brasil, ou seja, da sua independência política, quando os europeus “invadiram”, assassinaram e se apossaram das terras antes pertencentes aos nativos, considerando-se esse marco temporal, pensar sobre esse assunto é também pensar sobre as estratégias utilizadas para consolidar esse apossamento, dentre elas, a violência, seja ela física ou simbólica, realizada ou apoiada pelo próprio Estado no decorrer dos períodos Colonial e Imperial, as disputas foram tomando várias formas, desde a utilização dos aparatos estatais até a força bruta.

Nesse sentido, existe ainda uma carência de estudos para compreensão da complexidade do uso e das formas de acesso à terra no Brasil, embora muito avançamos com as contribuições dada pelos campos da História Agrária, História Rural, História Social da Propriedade, Sociologia Agrária, Geografia Agrária, entre outras, mas apesar dos avanços, ainda precisamos refletir sobre como se deu o processo em que se estabeleceu o latifúndio, e contribuir com as causas baseados em uma realidade material onde, a terra é privilégio de poucos e quem verdadeiramente produz nela, não tem a sua posse. Assim, o que precisamos é pensar a questão da propriedade da terra como uma questão estrutural e como um problema de Estado. Ao entendermos que não é interesse do capitalismo, em países subdesenvolvidos como Brasil, uma reforma agrária, nos pomos diante do problema que são os conflitos e a violência no campo. Logo, nos propomos a pensar essa questão como fruto de um processo histórico, com fortes resquícios das heranças escravocratas.

A região dos Inhamuns ou Sertão dos Inhamuns, a qual nos propomos a analisar, tem a violência como um dos fatores que está na gênese da formação da propriedade e consolidação da classe senhorial, isso não quer dizer que a violência também não tenha sido uma marca histórica em outras regiões do Brasil, o que pudemos observar nos apontamentos iniciais desta pesquisa que na referida região houve um processo peculiar em que, a violência foi a ferramenta utilizada, antes mesmo da elaboração das “ferramentas legais”. Assim defendemos que a construção simbólica em torno da honra, através da utilização das diversas formas de brutalidade, manifestadas através da violência física (surra, assassinato, tentativa de assassinato, despejo, queima de plantações) foi uma via utilizada comumente nessa região. Dado essas perspectiva, os aparatos estatais ficavam em segundo plano, mas com um papel fundamental, inocentar os agressores.

As estruturas de poder, estabelecidas pelas classes senhorias, permitiam que os mesmos fizessem esse caminho inverso, primeiro garantindo o controle sobre a Câmara dos vereadores das vilas, sobre os jurados que compunham o júri, a própria estrutura jurídica e o corpo policial, mas para estabelecer esse domínio, a classe dominante se estruturou na região em análise, logo no período colonial, sendo os “primeiros” colonizadores a conseguirem se estabelecer na área, a exemplo da Família Feitosa, Araujo, Chaves, Fernandes Vieira¹². Com o passar do tempo e

12 CHANDLER, Billy James. **Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns: a história de uma comunidade no nordeste do Brasil (1700-1930)**. 1981.

com a consolidação desses grupos, veio um amplo domínio não só sobre o território, bem como sobre aqueles que ali moravam, e neste contexto, pensaremos também as redes de parentela¹³ e como elas foram utilizadas para manter o controle sobre o território e seus recursos naturais.

Os potentados locais tinham nas estruturas burocráticas das vilas a sua garantia de impunidade, sendo as vilas, em diversos momentos apontados pelos periódicos ou presidentes de província como um lugar sem lei, que dificultava a aplicação e centralização das leis imperiais, e desse modo essas classes senhoriais criavam uma carapaça local para garantir sua proteção diante da aplicação das leis, isso se dava devido ao controle das instituições locais.

Se Vs.Ex. Seriamente se empenha em reestabelecer as garantias de vida, propriedade, ha muito suspensas nesta provincia, não poderemos assás agradecer lhe tão assinalado serviço. Mas permita, que lhe digamos que é preciso para isso coragem mais que ordinaria; não para debellar ou prender os facinoras; porem sim para resistir os amigos, os correligionarios as influencias locaés.¹⁴

O controle das instituições locais era o ponto central da questão, uma vez que a classe senhorial necessitava de apoio para assegurar as investidas violentas contra os lavradores pobres. Dessa forma, a brutalidade usada por esses senhores de terras encontrava respaldo nos poderes locais. O periódico sustentava que não era apenas necessário prender os criminosos, mas também assegurar-lhes a aplicação da punição, uma vez que as influências dos grandes potentados e suas relações de parentesco tinham como um de seus braços a proteção dos “facínoras”.

O PEQUENO POSSEIRO E O GRANDE PROPRIETÁRIO: DISPUTAS EM TORNO DA TERRA E A UTILIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA COMO FERRAMENTA DE MANUTENÇÃO DA PROPRIEDADE.

Para uma reflexão mais profunda sobre o Ceará, pensando as suas estruturas, e como os processo de consolidação da propriedade em sua gênese teve a violência como fator propulsor, acreditamos que a diminuição da escala de análise, torna-se um recurso importante para a compreensão das relações de poder, das relações de parentela, a disputa pela terra e como a violência foi utilizada como recurso basilar nesse processo. Ao mesmo tempo, em que propomos uma abordagem voltada para os fatores gerais, acreditamos que alguns processos individuais ou de alguns grupos específicos contribuem para a compreensão da vida cotidiana dos indivíduos em um determinado tempo e espaço.

Assim, nos deteremos, a partir daqui, sobre o caso do processo-crime movido por Thomas Jozé de Aquino, contra o Tenente Jozé da Motta Souza, instaurado no ano de 1872, o refe-

13 PEDROZA, Manoela. **Engenhocas da moral**. Redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

14 O cearense, ano 1850/Edição 00383, p.1.

rido processo, trata-se de uma petição inicial em que Thomas Aquino, foi à justiça, pois Jozé da Motta teria tomado um roçado do mesmo e ameaçado “colocar sua casa abaixo”.

Thomas Jozé de Aquino, tendo feito um roçado em terras do sitio denominado Pinheiro *co-proprietario* da D. Luzia Rodrigues Veras, e plantado nelle cinco (o)eitos de legumes sendo tres (o)eitos de milho, um requarto de feijão de corda, e um oito e uma quarta de arroz= isto por ordem da mesma S. Luzia, documento n 1, *acontece que havendo Jozé da Motta Souza, morador no lugar Todos os Santos deste termo, em fevereiro do corrente anno comprado ditas terras, documento n 2, obrigou o supplicante a sahir do referido lugar cem concentir que collhesse seus legumes, e ameaçando deita-lhe a casa abaixo ficar de posse do mencionado roçado(...)*¹⁵

Analisaremos os múltiplos fatores que envolvem esse processo, num primeiro momento, a petição inicial nos mostra um quesito importante da estrutura fundiária da época, que era o sistema de copropriedade, as terras onde Thomas Aquino fez seu roçado tinha vários proprietários, o sistema de copropriedade foi amplamente difundido no Ceará devido o não desmembramento das sesmarias, divisão de heranças. O que fez com que uma mesma extensão de terras tivesse vários proprietários, isto também estava ligado ao mercado de venda de terras e a questão dos apossamentos. Sobre esse sistema, a pesquisadora Martha Santos aponta que:

Obviamente, esse sistema era instável porque dependia não somente das fortunas dos vários vizinhos e co-proprietários, como ainda dos seus interesses e projetos na utilização da terra e benfeitorias. Além disso, outros fatores tais como o absentismo freqüente de grandes proprietários, as vendas de pedaços de terra mal delimitados, e a contínua subdivisão das terras por heranças complicavam ainda mais o problema de delimitação da terra e de seu usufruto.¹⁶

Bem como, a questão que envolvia as partes do processo se encontrava em um eixo bastante complexo, primeiro, Thomas Aquino não era o dono das terras onde plantava, ou seja, era possivelmente um “morador de favor”. Segundo as terras possuíam vários coproprietários, o que faz com que seu caso se tornasse ainda mais complicado, dado que, ele tinha a permissão de apenas uma dos coproprietários, no caso D. Lusia Rodrigues Veras, mas mesmo com essa permissão existia todo um “jogo” de interesses e contratos costumeiros que delimitavam as extensões das propriedades. Desse modo, a querela no qual Jozé Aquino, está envolvido, demonstra a fragilidade do sistema agrário do período, assim como dos trabalhadores despossuídos.

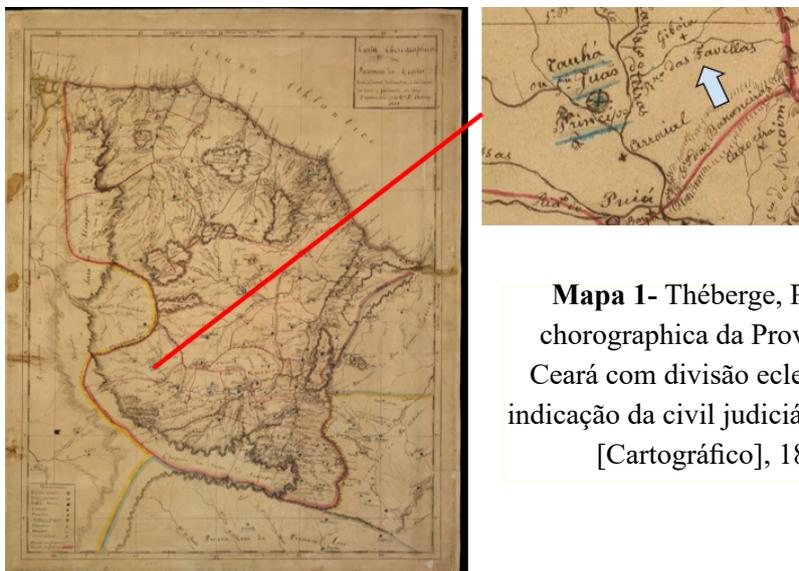
Outro fator a ser considerado era que as terras em questão haviam sido supostamente compradas pelo réu do processo, no caso o Tenente Jozé da Motta Souza, nesse sentido a questão inicial do processo girava em torno da não permissão da colheita pelo autor processo, porém, teria ainda outro fator importante nesse processo, a utilização da violência como forma

15 APEC;AC:CX15, TAUA, 1872,f.3V.

16 SANTOS, Martha S. **Honra, terra e violência**: o mundo dos homens pobres livres do sertão cearense do século XIX. 2008. p.18.

de garantia da propriedade. O tenente, ao invés de usar os meios legais para sanar a disputa, utilizava-se da ameaça de tomar o roçado e “botar a casa abaixo”, o que torna evidente que a utilização desses meios era uma forma desses proprietários manterem o domínio sobre a terra através da violência. Diante de uma propriedade com vários coproprietários, dar-se por vencido, seria abrir caminho para outras contestações, ainda mais se considerarmos que as ditas terras em litígio eram de compra.

Diante desse cenário de disputa, é importante compreendermos que a província do Ceará passava por um momento de transformação econômica e social pós-seca de 1845, considerando que a agricultura comercial estava em crescimento na referida província¹⁷, diante disso, o aumento das disputas pelas terras produtivas se acirrava. Sobre esse prisma, a disputa em torno do roçado estava em primeiro lugar ligado à disputa pela terra em litígio, ou seja, terras que se localizavam entre o sítio Pinheiro e a Fazenda Sant’Anna. Mas também mantinha relação com a questão das terras produtivas ou de boa fertilidade, se atentarmos a quantidade de legumes esperados por quem plantou, no caso Thomaz Aquino, que seria “mencionado roçado que necessariamente devia ter produzido= noventa quarta de milho, trinta quartas de feijão e trinta e seis quartas de arroz”¹⁸. Portanto, a projeção da produção nos ajuda a entender sobre a qualidade da terra, dado que a referida Comarca ficava localizada em uma das regiões¹⁹ mais secas da província a região dos Inhamuns, a projeção seria para uma terra fértil, mesmo que estivesse sendo aumentada pelo autor no ato da cobrança da indenização.



Mapa 1- Théberge, P., Carta chorographica da Província do Ceará com divisão eclesiastica e indicação da civil judiciária até hoje [Cartográfico], 1861.

17 SANTOS, Martha S. **Honra, terra e violência: o mundo dos homens pobres livres do sertão cearense do século XIX.** 2008.

18 APEC; AC: CX15, TAUA, 1872 , f. 3V.

19 Compreendemos que região é um espaço socialmente construído por vários autores, tanto as classes subalternas como as classes dominantes, em um determinado período. Porém, estamos nos referindo aqui a região como espaço administrativo, determinado pelo Estado. Para uma melhor definição de região ver: HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares-Letras e Humanidades**, p. 2-24, 2010.

As terras em questão ficavam situadas às margens do Riacho das Favelas, logo, para além da projeção do autor do processo, a utilização das margens dos rios secos para plantar era uma estratégia tanto dos grandes proprietários quanto dos pequenos posseiros e agregados, dado que a existência de rios permanentes nessa região era escassa, logo, plantar as margens de um riacho, era uma estratégia para garantir a produção, sendo que durante o período chuvoso esses riachos tinham pequenas enchentes que molhavam suas ribeiras, umedecendo as suas margens e as fertilizando-as naturalmente. Assim, a disputa em torno das terras do sítio Pinheiro e da fazenda Sant'Anna, era também uma disputa pelos recursos naturais e pela margem do riacho favelas, que como mostra o mapa anteriormente apresentado, cortava boa parte do território de São João do Príncipe.

A querela em análise acontecia em um momento de crescimento da agricultura comercial na província do Ceará, entrando em cheque as disputas pelas terras férteis, e pelos recursos naturais.

O avanço do capitalismo comercial que caracterizou a província desde meados do século XIX, com a crescente participação dos sertanejos pobres livres como pequenos lavradores e criadores, ainda que vulneráveis, acelerou a competição por recursos produtivos — terra, água, madeira, animais — entre os vários habitantes do semi-árido cearense, em um ambiente marcado pela seca e pela pobreza. *Essa competência pelos meios de subsistência, por sua vez, intensificou a necessidade de provar a “masculinidade” e a honra entre os sertanejos pobres e livres, pois questões de honra estavam relacionadas à posse, ocupação e domínio sobre a terra, em um contexto em que o Estado Imperial não podia garantir o usufruto da terra.*²⁰

Em consonância com a autora, paralelamente ao crescimento da agricultura comercial, aumentam as disputas, assim como o uso da violência na luta pela manutenção das posses. A forma como o réu reage ao expulsar Jozé Aquino, nos mostra como esse processo de utilização da violência torna-se uma ferramenta de domínio da propriedade, pois utilizar meios violentos era uma demonstração de poder e garantia da propriedade.

A utilização dessa ferramenta foi absorvida também pelas classes subalternas, ao passo que a defesa do réu afirma que o autor do processo invadiu violentamente e derrubou a cerca que o réu fez em anos anteriores, assim José Aquino, também teria se utilizado da violência para tentar manter seu roçado.

Como efeito está plenamente provado. 1 — Que as terras dos Sítio Sant'Anna, e Pinheiro são confinantes, e que seus limites se achão contado, 2 — que o réo Jozé da Motta tem terras em Sant'Anna, á muitos annos, e que á does, abrio e cercou esse roçado, em que plantou no anno passado, e atrazado 3 — que ter exatamente esse roçado que o réo fez e cercou e que plantou no anno passado e atrazado, que o autor derribou um lance de cerca se apossou violentamente, e plantou no inverno destes annos alegando-se a que o réo n'elle plantasse.²¹

20 SANTOS, Martha S. **Honra, terra e violência**: o mundo dos homens pobres livres do sertão cearense do século XIX. 2008. p.16.

21 APEC;AC:CX15, TAUA, 1872,fl.25

Nesse caso, estamos nos referindo a forças desiguais, o réu Tenente Jozé da Motta, tinha poder econômico e político consideravelmente maior do que um camponês morador de favor, mas o que queremos destacar é a utilização da violência como forma de manutenção da propriedade de terras na referida região, e perceber que essa ferramenta torna-se uma das principais formas de garantir a propriedade, seja pelos camponeses, seja pelos grandes proprietários, mas principalmente para os camponeses, pois para estes, dado o controle das instituições do estado pela classe senhorial, a violência era a única forma de demonstrar força e resistência. A construção da imagem de um homem honrado no sertão oitocentista se dava principalmente através da violência, meio também utilizado pelos homens pobres para protegerem suas propriedades, desse modo, ser honrado não estava relacionado apenas a uma questão de masculinidade, mas como demonstração de poder e forma de proteção das suas propriedades. Assim, partimos da perspectiva de que derrubar a cerca e tomar “violentamente” a terra para plantar foi talvez a única forma encontrada por Jozé Aquino para assegurar seu roçado.

Ao longo da análise do processo, fica cada vez mais evidente a condição de morador de favor de Jozé Aquino, uma vez que ficou claro que ele só aceitaria deixar as terras após o recebimento de uma carta enviada por Dona Luzia Rodrigues Veras. No entanto, é importante ter cautela ao analisar como essa carta é entregue ao autor.

“(…) qui sabe que o autor plantou esses legumes em dito roçado por vêr apreciar e que isto somais sabe por ouvir dizer a mulher delle testemunha e hum irmão, de quem recontarão que viram o Padre Pedro da Motta Souza filho do réo e maes algumas outras pessoas dirigire-se para o lugar em que se achava o autor cituado, e depois de algum tempo voltarão (...).²²

Se as terras já tinham sido vendidas ao réu, se já tinha sido notificado anteriormente, por que o filho do réu vai à casa de José Aquino, acompanhado de mais pessoas? Acredito que nesse caso a utilização da ameaça foi o fator central para que esse camponês saísse das terras, se até então o mesmo não havia entregado as terras, por que somente depois da visita do filho do réu acompanhado de alguns homens o mesmo decidiu se retirar? Nos depoimentos, não dá para saber o que realmente aconteceu naquele dia, mas nossa posição e interpretação do conteúdo da petição inicial mostram que ele não saiu de forma espontânea, mas sim diante da coação física praticada pelo réu e por seu filho, possivelmente acompanhados por jagunços. Tais pontos precisariam de uma análise mais aprofundada, não apenas deste caso, mas de outros, para podermos apontar com mais clareza se eram jagunços ou não.

Interessante ainda destacar que, as testemunhas do próprio réu tinham dúvidas se a posse em litígio ficava ou não dentro da fazenda Santa’Anna, ou do sítio Pinheiro, o que nos possibilita levantar a hipótese que as terras em disputa, na verdade, ficavam nas margens das duas propriedades e que Jozé da Motta, com sua propriedade em expansão, queria abarcar essa posse

22 APEC;AC:CX15, TAUA, 1872,fl.28V

de terra. O primeiro quesito para essa hipótese da expansão é que o Tenente Jozé da Motta Souza, anexa a Declaração de três posses de terras aos arredores do determinado sítio Pinheiro, inclusive uma posse de terras que havia comprado a Luzia Rodrigues Veras, sendo interessante observar que nenhuma das declarações de venda estava identificada como Sítio Pinheiro.

O que nos levou a essa hipótese de terras fronteiriças entre as duas propriedades, e logo, Tenente Motta estava em busca de expandir sua propriedade, tinha interesse em anexar as terras onde Jozé de Aquino plantou. Outro fator que merece atenção foi réu alegar que o roçado estava localizada na fazenda Santa'Anna, se o autor pediu a permissão para plantar no sítio Pinheiro, e o réu alegou que está na fazenda Santa'Anna, e posteriormente o mesmo comprou o sítio pinheiro, então como essa plantação continua na fazenda Santa'Anna, por que o réu não mudou o discurso, já que as ditas terras de Dona Luzia Veras agora o pertenciam? Isso fortalece a ideia de que, na verdade, essas terras ficavam entre os dois sítios e que a permissão solicitada a Luzia Veras foi mais uma forma de evitar conflito, e de se proteger na hora da denúncia.

A própria testemunha do réu, alega não saber se a plantação ficava no sítio Pinheiro ou na fazenda Santa'Anna:

Disse que sabia por dizer o vaqueiro do réo que este auto da compra que fez a Dona Luzia não possuía terras no Pinheiro, e que o roçado em questão além de hum oito de milho o autor havia plantado hum bocado de feijão de corda e outro de arroz sendo deste ultimo muito pouco; que quando o réo mandava plantar em dito roçado o autor não se opunha com força armado apenas dizia que não concentia que elle plantasse aly por ser terras do Pinheiro e de prorpiedade de Dona Luzia e que finalmente quando o Padre Motta e José Barreto forão em casa do autor apresentarão-lhe uma carta de Dona Luzia e que foi depois disso que elle saio da terra.²³

Portanto, a questão era, se as terras em litígio não estavam inseridas na fazenda Santa'Anna e nem no sítio Pinheiro, provavelmente as terras onde plantou Jozé Aquino, estivessem à margem das duas propriedades, o que era comum os pequenos posseiros tentarem se apossar de pequenos roçados para garantir uma posse de terras. O que reforça mais ainda essa ideia eram os limites indefinidos das duas propriedades, dado isso, o autor deve ter pedido permissão a Dona Luzia, para evitar conflito, como já mencionamos.

Porém, o depoimento da testemunha do próprio réu, coloca suas argumentações em xeque, pois, se as terras compradas pelo autor não ficava no referido sítio Pinheiro, e nem na fazenda Santa'Anna, apesar do autor afirmar ficar na propriedade do sítio Pinheiro, o mesmo só poderia está adotando uma estratégia para proteger sua roça por meio de Dona Luzia, porém, a estratégia cai por terra diante da carta da proprietária, que não informou, confirmando a localização das terras.

Cabe ainda percebermos, nos depoimentos de Jozé Aquino que por várias vezes ele negou ao Tenente Jozé da Motta plantar nas terras nas quais o mesmo já estava plantando, a sua teste-

23 APEC;AC:CX15, TAUA, 1872 fl.30

munha diz que o autor não utilizou “força armada”, mas como utilizaria diante do jogo de força desigual, pois Jozé da Motta era um Tenente da Guarda Nacional²⁴ e Jozé de Aquino um camponês. Esta desigualdade de forças ficou bastante evidente quando o filho do tenente, o Padre Pedro e José e mais alguns homens fora à casa de Jozé de Aquino, como esse iria resistir, logo nos vem em mente as formas cotidianas de resistência camponesa²⁵. Se Jozé de Aquino derrubou as cercas, supostamente construídas pelo tenente e continuou sua roça até o último momento, isso demonstrava sua resistência as imposições do tenente. A querela consistia em uma tentativa de garantir a propriedade de terras através da violência, mas sobre forças desiguais, apesar do pequeno camponês usar essa estratégia, quando o seu rival era um grande proprietário, em muitos casos perdia a causa ou a vida, ou ambos.

A professora Márcia Menendes Motta, em suas pesquisas, levanta a questão do posseiro e o mito do invasor, refletindo sobre essa questão, o caso estudado nessa pesquisa se enquadraria nessa perspectiva de análise se pensarmos que Jozé Aquino era um pequeno posseiro, e o Tenente José da Motta, era um grande proprietário em expansão.

Ao abrir um roçado, produzir cultivos de subsistência e construir uma pequena choupana, os pequenos lavradores limitavam a expansão dos fazendeiros e estabeleciam fronteiras, restringindo a ocupação *ad infinitum* dos grandes proprietários de terras. As ações eram construídas com base na consagração da noção de invasor de terras, impedindo pequenos lavradores de se defenderem perante a justiça. Sua luta para preservar uma parcela de terras era obstaculizada pela ação violenta de expulsão, e pela consagração — na justiça — de que eram eles, e não os fazendeiros os reais invasores. A ameaça do *invasor* era respondida na maior parte das vezes pela ação das armas, na consagração da força como elemento constitutivo de quem detinha de fato a propriedade²⁶.

Nesse sentido como apontado pela pesquisadora, o fato do pequeno posseiro construir uma morada (uma choupana, uma casinha simples ou rústica), fazer um roçado, nas margens das grandes propriedades tornava-se um empecilho para a expansão do grande proprietário, outro ponto levantado pela autora é a utilização da força para expulsar esses pequenos posseiros, o que torna-se evidente no caso estudado, quando Jozé da Motta ameaça derrubar a casa de Jozé Aquino, e quando o primeiro, toma a força a plantação, desse modo, o mito do invasor é utilizado como defesa no processo e na expansão de sua propriedade que abarcou as terras do autor do processo, onde o pequeno posseiro é colocado como o invasor e o grande proprietário como “vítima”.

24 Tenente José da Motta Sousa — data de nomeação 20/07/1861 — data de posse 25/11/1861; disponível em Registros de Patentes da Guarda Nacional — Arquivo Publico do Estado do Ceará — APEC.

25 SCOTT, James C.; DE MENEZES, Marilda A.; GUERRA, Lemuel. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes: revista de ciências sociais e econômicas**, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

26 MOTTA, Márcia. **Posseiros no Oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822-1850)**. In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 1: concepções de justiça e resistência nos Brasis. Marcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, p. 96.

Analisando ainda as colocações da autora supracitada, a utilização da coerção física era uma estratégia dos grandes senhores de terras para se apropriar da terra dos pequenos posseiros, pois, como mencionado, Jozé da Motta Souza comprou diversas posses de terras na região próxima a suas terras, inclusive comprou uma a Dona Luzia Rodrigues Veras, porém, as próprias testemunhas do réu dizem não saber se a posse fica no lugar do roçado em questão²⁷ nessa perspectiva a disputa gira em torno de uma faixa de terras que fica ao fundo da Fazenda Santa'Anna²⁸, vale mencionar que a Fazenda Santa'Anna segundo o réu, tinha 12 léguas de extensão, desse modo a roça era uma barreira diante do processo de expansão da fazenda do réu.

No decorrer do processo, Jozé Thomas de Aquino, conseguiu que seu roçado fosse apreendido, Jozé da Motta Souza, pediu que fosse indicado avaliadores, sendo assim foi indicado três avaliadores, Francisco Brazil Oliveira, José Gonçalves de Araujo Meireles e José Antônio de Amorim Porto. Na avaliação dos dois primeiros avaliadores propuseram que a roça produziria trinta quartas de milho, sete quarta de arroz e sete quarta de feijão, sendo tudo avaliado em cinquenta mil reis. O terceiro avaliador se contrapôs tanto ao valor dos legumes como a quantidade que o roçado poderia produzir, argumentando que a roça poderia produzir 90 quartas de milho, vinte e cinco quartas de feijão-de-corda e sessenta quartas de arroz, o que daria um valor total de seiscentos e setenta mil reis. Uma discrepância tão grande no valor pode ter vindo da influência do Tenente José da Motta em relação aos avaliadores.

O poder e influência do grande posseiro, no caso específico Jozé da Motta Souza, torna-se visível quando logo depois da avaliação mudou o juiz, e sem mais nem menos deu-se ganho de causa para o mesmo, o juiz substituto que até então estava à frente do caso foi retirado, assumindo o juiz titular do cargo Dr. Manoel Joaquim Cavalcante Albuquerque, que utilizou o argumento que o autor teria plantado no cercado que o réu havia feito, e que isso era invasão de propriedade, porém, a questão é que nenhuma das testemunhas havia mencionado o suposto cercado, somente na defesa do réu. Diante disso, torna-se notório o poder e a influência de Jozé da Motta sobre os poderes locais. O advogado do autor, na apelação da sentença, denuncia essa influência:

O Apellado Excelentíssimo senhor juis de direito, o réo estava tão convencido da falta de direito que lhe assistia, e achava mesmo tão impossível obter ganho de causa, que, não o bastante o sophismo de que lançou mão em suas rasaõs de filha. 25, o que único empenho foi = faser com que a presente causa tivesse uma avaliação o mais baixo possível = tanto assim que apenas forão nomeados os arbitrades, elle com todo o poderio e influencia poude incinoar-se no ânimo de does delles de modo tal que obteve a avaliação que conota de flhs. 51 v, avaliação que surpreendeu em extremo o apellantepor ser a mais escandalizador e pode como verá este juiso.²⁹

27 APEC;AC:CX15, TAUA, 1872 fl.33

28 APEC;AC:CX15, TAUA, 1872 fl. 32

29 APEC;AC:CX15, TAUA, 1872, SN.

Diante disso, podemos crer na hipótese de que a mudança de juiz foi também influenciada pelo dono da fazenda Santa'Anna, pois o processo caminhava para o autor receber a indenização, logo após a mudança do juiz, Jozé Aquino perdeu a causa, e mesmo apelando, o juiz afirmou que a causa não era merecedora de apelação. A questão foi que Jozé Aquino, sendo morador de favor ou pequeno posseiro, acabou perdendo seu plantio e sua casa, perdendo assim, seu meio de subsistência e sua morada, em decorrência da expansão das grandes posses, o que nos leva a afirmar que Jozé Aquino foi apenas um dos muitos em que foram expulsos truculentamente, de suas casas e das terras que lhe proporcionava a subsistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada através desta pesquisa é fruto dos debates realizados na disciplina O Brasil visto por dentro: a historiografia sobre o rural no país, sendo este somente uma nota de pesquisa somada aos debates realizados em sala de aula. Dessa forma, o nosso objetivo é contribuir para o campo da História agrária e da História social da propriedade, tendo em vista que o caso de José Aquino e muitos outros mostram o processo de apropriação e expropriação que ocorreu no Brasil ao longo dos séculos e que ainda se reflete na atualidade, quando a terra está concentrada nas mãos de poucos, e o pequeno posseiro ou proprietário vive sob constante pressão, causada pelos cerceamentos dos grandes latifúndios, como foi o caso de Jozé Aquino.

Dessa forma, o progresso dos estudos nos campos já mencionados, somados a outros, precisamos avançar, primeiro, para compreendermos a realidade brasileira. Em segundo lugar, colocar essas pesquisas e estudos a favor desses pequenos posseiro, contribuindo para a legalização de terras indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais, além de um aumento na distribuição de terras aos que nela trabalham.

FONTES

Arquivo Publico do Estado do Ceará — APEC — Ações Criminais: Caixa 15. Tauá, 1872. (Não tem referência de pasta, pois essa documentação ainda não foi catalogada)

Periódico O Cearense (1846–1891), disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pesq=&pagfis=1>

Periódico Pedro II (1840-1889) disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=216828&pesq=&pagfis=1>

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano. **Capítulos de História Colonial: 1500–1800 & os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**, 2. ed. Brasília: Edunb, 1998.

MORAIS, Antonio C. Robert. «O Sertão», Terra Brasilis [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 novembro 2012, consultado o 05 dezembro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>. p. 2.

Alencar, Francisco Leonardo Silva. “**A guerra dos desnaturados**”: senhores e posseiros nas disputas em torno das propriedades de terra no cariri cearense (segunda metade do século XIX). 2024. 144 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2024) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=113536>. Acesso em: 6 de junho de 2024.

BEZERRA, Marcos Otavio. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 2015.

CHANDLER, Billy James. **Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns**: a história de uma comunidade no nordeste do Brasil (1700-1930). 1981.

PEDROZA, Manoela. Engenhocas da moral. **Redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

SCOTT, James C; MENEZES, Marilda A. de; GUERRA, Lemuel. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes: revista de ciências sociais e econômicas**, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

SANTOS, Martha S. **Honra, terra e violência**: o mundo dos homens pobres livres do sertão cearense do século XIX. 2008.

SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanack**, p. 5-45, 2012.

MOTTA, Márcia. Posseiros no Oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822-1850). In: **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 1: concepções de justiça e resistência nos Brasis. Marcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

O CEARÁ NA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR: REFLEXÕES ACERCA DO IDEAL SEPARATISTA

Francisco Weber Pinto Porfírio¹
(E-mail: weber@alu.ufc.br / PPGH-UFC)

RESUMO

As questões suscitadas neste trabalho visam problematizar as imputações atribuídas a Confederação do Equador enquanto movimento separatista partindo da análise dos discursos impressos pelos participantes do movimento na província do Ceará em 1824. A revolta teve início em Pernambuco no dia 02 de julho de 1824, tendo como objetivo unir as províncias do Norte (atuais estados do Norte e Nordeste) num modelo de governo republicano/confederado no Brasil em contraposição ao modelo político estabelecido pelo Imperador D. Pedro I via Monarquia Constitucional. O Ceará aderiu ao movimento proclamando a república e se incorporando ao projeto confederado, por meio da ação do militar Tristão Gonçalves de Alencar Araripe (filho de Bárbara de Alencar), no dia 26 de agosto de 1824. Tais premissas serão ponderadas por meio do uso do vocabulário político da época presente nas proclamações, portarias, ofícios e demais documentos propagados pelos confederados cearenses.

Palavras-chave: Confederação do Equador, Nação, Brasil Império, Imprensa, História do Ceará.

BREVE EXPLANAÇÃO SOBRE O SEPARATISMO²

Ao estudarmos o movimento político Confederação do Equador, geralmente reproduzimos algumas ideias difundidas, e, de certa forma, persistidas por toda uma literatura escrita posteriori ao fato³, na qual se afirma, entre outros assuntos, que a região Norte (atual Nordeste)

1 Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (PPGH-UFC).

2 Parte das reflexões iniciais contidas neste trabalho em torno do ideal separatista atrelada a Confederação do Equador estão presentes na dissertação de minha autoria intitulada “(Re) pensando a nação: a Confederação do Equador através dos jornais “O Spectador Brasileiro (RJ) e o Diário do Governo do Ceará em 1824”. (2019). Ver bibliografia.

3 São poucas as obras lançadas especificamente sobre a Confederação do Equador, destarte, pontuamos, ainda no séc. XIX, alguns autores e obras que se debruçaram a comentar sobre o tema: John Armitage (1837) “*História do Brasil desde a chegada da real família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831*”; Jacinto Alves Branco Muniz (1838) “*História dos Estados d’America Septentrional e Meridional, desde sua Emancipação até ao reconhecimento de sua Independência, etc. etc. etc.*” Joaquim Manuel de Macedo (1877) “*Ephemerida historica do Brazil*”. Destacamos também Eusébio de Souza (1924) e Ulysses Brandão (1924), ambos publicaram as obras “*Há cem anos...: factos da Confederação do Equador no Ceará*” e “*A Confederação do Equador*” respectivamente em alusão as comemorações do centenário da Confederação do Equador realizados no Ceará e em Pernambuco em 1924.

buscava sua emancipação do restante do país a fim de proclamar uma república, ou seja, formar um Estado independente.

Essas constatações foram reproduzidas por uma série de livros sobre História do Brasil e textos acadêmicos, corroborando, assim, com a interpretação corrente. O autor Lemos Brito, ao escrever a respeito do pernambucano Frei Caneca e da Confederação do Equador, no início do século XX, assim lembrou seu contato inicial com o tema: “Foi-nos apontado Frei Caneca, ao tempo de nossa aprendizagem de História do Brasil, como um inimigo irreductível e intratável da monarquia. Atribui-se toda sua atividade política ao objeto, simulado ou ostensivo, de implantar a república” (1937, p. 89).

Diante dessa explanação, e com o intuito de reforçar tais afirmações, propomos uma breve análise de mais dois trechos presentes em dois artigos, escritos em momentos diferentes, com concepções produzidas acerca do movimento político iniciado em 1824 na província de Pernambuco.

O primeiro deles refere-se ao capítulo II, intitulado “*As novas ideias*”, do livro *História Geral da Civilização Brasileira* (2010), organizado por Sérgio Buarque de Holanda. João Cruz Costa, autor do referido texto, assim define a Confederação do Equador:

De tendência liberal, republicana e federalista, foi a Revolução Pernambucana de 1824. A 24 de julho daquele ano (complicações da política local e descontentamento em face da dissolução da Constituinte vinham-se dando desde 1823), Manuel de Carvalho Paes de Andrade proclamava a **separação (grifo meu)** e a República (2010, p. 212).

Podemos perceber pelo excerto acima que Manoel de Carvalho Paes de Andrade⁴, então Presidente da província de Pernambuco e considerado um dos líderes da revolta, proclamou a *separação*, isto é, intencionou formar uma nova nação, um novo Estado com as demais províncias dissidentes do Norte. Embora tenha sido analisada uma edição recente (12^a), o trecho citado foi escrito há mais de trinta anos, reafirmando a versão tradicional que pouco incita novas discussões, reduzindo a compreensão/reflexão da revolta nortista geralmente a fatos meramente pontuais, sobretudo, os que apontam para suas aspirações republicanas.

O segundo trecho está presente na obra de István Jancsó (org.), *A Formação do Estado Nacional* (2003), mais precisamente no tema “*A Esfera da Nação*”, no qual a historiadora Miriam Dolhnikoff, assina o artigo “*Elites regionais e a construção do Estado nacional*”. A referida autora tem como objetivo problematizar a versão de que a unidade e a construção do

4 Com o término da Revolta Pernambucana de 1817, o então rebelde Manoel de Carvalho Paes de Andrade fugiu para os Estados Unidos retornando em 1822. Ao longo de sua estadia, teria fundamentado seus ideais republicanos em consonância com o modelo constitucional de governo (federalismo) adotado pelos norte-americanos, fruto de sua independência em 1776. Sobre a influência dos Estados Unidos em Manoel de Carvalho, ver: QUINTAS, Amaro. **A agitação republicana no Nordeste**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org). **História Geral da civilização brasileira** (Tomo II- O Brasil Monárquico, v.3). 12^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 262-264

Estado nacional não foi somente obra de uma elite ligada ao Império (Rio de Janeiro), mas sim, uma articulação institucional, em meio a embates, entre elites regionais, pontuando, no primeiro momento do seu texto, a organização desta em torno do império, e, em seguida, a autonomia das elites que compunham as províncias de Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul e sua integração frente ao projeto de Estado nacional.

Após expor sua interpretação a respeito da unidade nacional, da Monarquia Constitucional e do federalismo, Dolhnikoff teceu suas considerações sobre a atuação de Frei Caneca no período (1822-1824): “O republicano Frei Caneca, rebelde de 17 que, em 1824, lideraria uma estrondosa rebelião **separatista** (grifo meu) em Pernambuco - a Confederação do Equador [...]” (2003, p. 46)

Logo depois, a autora faz uma explanação acerca do conturbado período em que D. Pedro I outorgou a primeira Constituição do Brasil (1824), a percepção de Frei Caneca frente à imposição do Imperador e sua apreensão em relação ao pacto social.

Ainda de acordo com Miriam Dolhnikoff,

[...] quando o imperador chamou a si o controle político da nova nação, outorgando-lhe uma constituição que previa um regime altamente centralizado, em detrimento das elites regionais, foi que o pernambucano retomou suas crenças na república e em seu nome desafiou o império com uma revolta que pretendia a independência das províncias do Norte [...] (2003, p. 437).

Independência, separatismo, república, federalismo, enfim, uma série de termos cristalizados e usualmente empregados a fim de definir as intenções dos confederados. Contudo, para além do discurso narrativo em torno do movimento, não foi identificado, até o presente momento, nenhum documento que atestasse a intenção dos participantes da Confederação do Equador em fragmentar as províncias do Norte do restante do Brasil. Mesmo assim, os termos *república* e *confederação/federação* ainda hoje são habitualmente empregados para ratificar o separatismo da Confederação do Equador.

Antes de adentrarmos nas questões relacionadas à província cearense, é mister pontuarmos que o debate em torno do pretensão ideal separatista dos confederados já havia sido questionado por outros autores anteriormente. Em artigo publicado originalmente em 02 de julho de 1824, no Jornal paulista *Commercio de Santos*, e republicado posteriormente na Revista do Instituto Histórico do Ceará, em 1925, o autor cearense Dr. Bruno Barbosa comentou sobre o assunto:

Procura-se, sem exame, dar á ephemera Confederação do Equador caracter de movimento separatista. Este nunca ella o teve. Prova-o o manifesto do seu malogrado chefe. Não era possível o acordo prévio com as mais províncias. Iniciado o movimento, esperavam os nordestanos ser acompanhados pelos seus compatriotas. Triumphasse a revolução e todo o Brazil se lhe agregaria, ou só com o concurso de todas, ou das mais importantes províncias meridionais, poderia ella triumphar. (1925, p. 62)

Em consonância com o pensamento acima exposto, salientamos as considerações publicadas na mesma revista um ano depois, em 1926, pelo escritor Júlio de Matos Ibiapina:

Como acontece em regra a respeito de tudo quanto se passa no Norte, essa audaciosa tentativa de republicanização do Brasil ou é totalmente desconhecida apenas através das deformações, que lhe imprimiram os historiadores da monarchia. No entanto, são só pela caracter avançado dos seus princípios como pela elevação moral dos seus chefes, esse movimento bem merece ser convenientemente estudado, para melhor conhecimento da gênese do espirito republicano nacional de que o Nordeste [...] era outrora viveiro fecundo. (1926, p. 1).

Nota-se a disposição de ambos os autores em questionar não somente a intenção dos confederados como a escrita posterior ao movimento baseada nas impressões dos “historiadores da Monarquia”. Ainda que prevaleça o corrente pensamento de que a Confederação do Equador pretendia criar um novo estado nos trópicos, percebe-se, a partir dos exemplos citados nos dois últimos parágrafos, e por intermédio das reflexões presentes nas obras de autores como Evaldo Cabral de Melo (2004) e Barbosa Lima Sobrinho (1998), *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824* e *Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador*, respectivamente, o esforço em apresentar perspectivas distintas a respeito do suposto separatismo pretendido pela Confederação do Equador.

As considerações levantadas neste tópico nos possibilita levantarmos os seguintes questionamentos: Por que geralmente as interpretações sobre as intenções dos confederados não ultrapassam os limites da narrativa historiográfica escrita a posteriori? O que defendiam os participantes da Confederação do Equador? As indagações aqui retratadas inspiraram a escrita deste trabalho, que dentre outras explanações, visa assinalar as diferentes percepções políticas dos sujeitos envolvidos no movimento, especificamente, os cearenses. Além de contrapor, e/ou, ampliar as discussões que afirmam ter sido a Confederação do Equador uma revolta separatista.

ENTRE A RECOLONIZAÇÃO E A INDEPENDÊNCIA: A PROVÍNCIA CEARENSE EM 1824

O Ceará, por meio do militar Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, então presidente provisório da província, proclamou a república e a adesão à Confederação do Equador após a reunião do Grande Conselho no dia 26 de agosto de 1824. O ato em si é mais um capítulo de uma série de embates políticos promovidos por vários grupos que disputavam o poder administrativo da província desde a destituição do governador Francisco Antônio Rubim em 1821⁵.

5 Sobre o assunto, ver: ARAÚJO, Reginaldo Alves de. **A parte no partido**: relações de poder e política na formação do Estado Nacional Brasileiro, na província do Ceará (1821-1841). 2018. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

O episódio sacramentou a participação da província cearense na Confederação do Equador. Mesmo não ocorrendo de modo homogêneo ou sequer com datas próximas ao estopim da revolta em Pernambuco (02 de julho de 1824), fato é que foram os liberais cearenses igualmente responsáveis pela propagação e efetivação, através dos trabalhos da Tipografia Nacional⁶, dos ideais que visavam estabelecer um governo confederado no Brasil.

Nomes como dos militares Tristão Gonçalves de Alencar Araripe⁷ e José Pereira Filgueiras⁸ foram (e ainda são) reconhecidos como as lideranças políticas que encabeçaram o movimento no Ceará, muito devido a influência de seus respectivos cargos (Presidente da Província e Governador Geral das Armas) administrativos a frente da província. Outro personagem bastante importante para a efetivação da proposição confederativa no Ceará foi o padre Gonçalo Ignácio de Loyola Albuquerque e Melo (Padre Mororó)⁹, clérigo letrado envolvido na elaboração e difusão dos discursos liberais através das folhas impressas pela Tipografia Nacional, sobretudo, o *Diário do Governo do Ceará*¹⁰.

Embora pouco seja discutido ou até mesmo apresentado quando nos debruçamos a analisar os textos escritos no período da confederação, vale salientar, já no intuito de relacioná-lo

6 Tipografia instalada na cidade de Fortaleza no mês de março de 1824. Todo o maquinário foi cedido por Manuel de Carvalho Paes de Andrade, presidente da província de Pernambuco. Ver em: **Diário do Governo do Ceará**. Sábado, nº 1, 1º de abril de 1824. p. 2. In: BRITO, Jorge. **Diário do Governo do Ceará: origens da imprensa e da tipografia cearenses**. Fortaleza: Secretaria da Cultura/Museu do Ceará, 2006, p. 56.

7 Nasceu em Salamanca (Crato/CE) em 1790, falecendo no povoado de Santa Rosa (atual Jaguaribara/CE) no dia 31 de outubro de 1824 em decorrência dos conflitos referentes à Confederação do Equador. “Com seu irmão José Martiniano de Alencar (vide) tomou parte da revolução de 1817 e padeceu nos cárceres da Bahia; com Filgueiras fez a expedição de Caxias, que aniquilou o poderio de Fidié [...]”. Ver: STUDART, Guilherme. **Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense**. Volume Terceiro (Paulino-Zozimo). Fortaleza: Typografia Minerva, de Assis Bezerra, 1915. p. 172-173. Disponível: https://books.google.com.br/books?id=zQo0AQAAIAAJ&pg=PA1&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=1#v=onepage&q&f=false Acesso em 12/11/2024.

8 Militar envolvido na Revolta de 1817 no Ceará (se posicionando contra e prendendo membros da família Alencar) e na Confederação do Equador (Governador das Armas e um dos líderes do movimento ao lado do Tristão Gonçalves de Alencar Araripe). Após o avanço das tropas pró-Império na região do Cariri, foi preso em 08 de novembro de 1824 e em seguida, encaminhado para o Rio de Janeiro quando veio a falecer na Vila de São Romão (MG). Ver: PINHEIRO, Irineu. **Um baiano a serviço do Ceará e do Brasil**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo LXV, Ano LXV. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará Ltda, 1951. p. 05-27. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1951/1951-UmBaianoaServicoCearaedoBrasil.pdf> Acesso em 12/11/2024.

9 Nasceu em 24 de julho de 1778 no povoado Riacho Guimarães (Groaíras/CE). Foi professor de latim e compôs o governo do Tristão Gonçalves de Alencar Araripe durante a Confederação do Equador. Editor do impresso *Diário do Governo do Ceará*. Por sua participação na Confederação do Equador, foi julgado, condenado e posteriormente fuzilado no dia 30 de abril de 1825 no Largo da Fortaleza (Passeio Público). Ver dados biográficos em BRIGIDO, João. *Biographias. Padre Gonçalo Ignacio de Loyola Albuquerque Mello Mororó. Coronel João de Andrade Pessoa Anta. Primeira Parte*. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**. Ano III. Tomo III. Fortaleza: Typografia Economica. 1889. Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1889/1889-BiografiasGoncaloIgnacioLoyolaAlbuquerqueMello.pdf> Acesso em 12/11/2024.

10 Reconhecido como primeiro impresso editado no Ceará. Ver: STUDART, Barão de. *Os jornais do Ceará nos primeiros 40 anos*. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo Especial 1824-1924, 1º Centenário da Confederação do Equador, p. 59, 1924. (Coleção Studart), Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1924TE/1924TE-OsJornaeseRevistasnosPrimeiros40Anos.pdf> Acesso em 12/11/2024.

às pretensões políticas dos liberais cearenses e levantar questões acerca do ideal separatista, alguns trechos presentes no chamado *Manifesto* destinado aos *brasileiros*, documento oriundo da província de Pernambuco e comumente associado como marco inicial da Confederação do Equador no dia 02 de julho de 1824. Neste, é possível identificar alguns descontentamentos levantados pelos pernambucanos diante da situação política existente no Brasil após a outorga da Carta Constitucional no dia 25 de março de 1824.

Brasileiros! salta aos olhos a negra perfídia¹¹, são patentes os reiterados perjuros do imperador, e está conhecida nossa ilusão ou engano em adotarmos um sistema de governo defeituoso em sua origem, e mais defeituoso em suas partes componentes. As constituições, as leis e todas as instituições humanas são feitas para os povos e não os povos para elas. Eia, pois, brasileiros, tratemos de constituirmos de um modo análogo às luzes do século em que vivemos; o sistema americano deve ser idêntico; desprezemos instituições oligárquicas, só cabidas na encanecida Europa¹².

Ao que tudo indica, o termo *brasileiro* foi utilizado com intuito de alcançar todos aqueles habitantes que integram as províncias componentes do recém criado Estado Nacional, e não somente os pernambucanos ou os habitantes das províncias do Norte, embora haja outros impressos destinados aos dois grupos citados. Também é possível perceber a objeção frente a implementação da Carta Constitucional de 1824, que por sua vez instituiu a Monarquia Constitucional como modelo de governo para o Brasil e que não teria sido fruto dos debates dos deputados presentes na Assembleia Geral Constituinte, assim como, aponta a predileção pelo *sistema americano* de governo.

Tais questionamentos afirmados no *Manifesto* repercutiram e se faziam presentes em contestações advindas das mais diversas vilas e cidades das províncias do Norte, principalmente no Piauí, Paraíba e Ceará. No caso da província cearense, logo após o início dos trabalhos da Tipografia Nacional (março de 1824), seguiu para o Rio de Janeiro, no dia 31 de março de 1824, um ofício assinado pela Junta Provisória de Governo do Ceará manifestando sua indignação pelos os acontecimentos do dia 12 de novembro de 1823 na capital do Império.

Senhor, he indizível o desprazer universal que causou nesta Provincia do Ceará a noticia infausta da dissolução da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa da Nação Brasileira no fatal dia 12 de novembro do anno passado no Rio de Janeiro-(sic) Cada Cearense, Senhor pensa inda agora ataca lo nos seus Direitos, uas pessoas de seus legitimos Representantes, pelos movimentos da quelle dia, que entre tanto offuscou a Gloria do ingenuo Povo Brasileiro, que de melhor grado, a braçará os massacros, e a morte, do que recahir no antigo e abommavel jugo¹³.

11 Optou-se neste trabalho por preservar a grafia original presente nos documentos.

12 Manifesto. In: Arquivo Nacional. Fundo Confederação do Equador, Códice 745, Vol. 2, período 01/01/1824 a 29/12/1824. Arquivo Nacional. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=&v_fundo_colecao=1052&Pages=10 Acesso em 12/11/2024.

13 **Diário do Governo do Ceará**. Sábado, nº 3, 10 de abril de 1824. p. 3. In: BRITO, Jorge. op.cit. p. 65.

O excerto, direcionado a D. Pedro I, evidenciou, a medida que marcou o posicionamento da Junta de Governo do Ceará, composta naquele momento por Padre Francisco Pinheiro Landim, Tristão Gonçalves de Alencar, José Pereira Filgueiras, Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro e Miguel Antonio da Rocha Lima, um dos pontos basilares que culminaram no estopim da Confederação do Equador: o encerramento dos trabalhos da Assembleia Geral Constituinte.

Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (Frei Caneca), um dos nomes mais proeminentes da Confederação do Equador em Pernambuco, utilizou o seu *Typhis Pernambucano* para contestar a decisão de D. Pedro I, chegando a afirmar que “sem representação nacional, sem côrtes soberanas, que ellas mesmas formem a nossa constituição, não há império”¹⁴. De fato, é possível identificar entre os liberais cearenses vários impressos que indicam diálogo direto com as ideias dos confederados pernambucanos. Exemplo disto é o ofício enviado à Câmara do Rio de Janeiro pela Câmara da Vila de Granja, em sessão ocorrida no dia 12 de junho de 1824, em que os granjenses negou jurar o projeto de Constituição

O Povo desta Villa, e Termo, Senhor, Povo que primeiro, desta Provincia, fiel ao acceno de V.M.I. fez proclamar a Independencia do Imperio Brazili-lico, reconhecendo a V.M.I. como Chefe, delle, agora reunido, de nenhuma sorte quiz aceitar o Projecto oferecido por V.M.I. por se oppôr, se nao no todo, em grande parte, á sua felicidade, e só acceitará a Constituiçáo, quando ella for organizada pelos legitimos Representantes [...]¹⁵

Outras vilas da província cearense foram, ao longo de 1824, rejeitando o projeto de Constituição advindo do Rio de Janeiro. Situação esta que potencializou as tensões contra a Corte fluminense em contraposição aos entrelaçamentos ideológicos que cada vez mais se alinhavam entre os descontentes situados nas províncias do Norte com rumos políticos pretendidos para o Brasil.

Além dos desgastes causados pela dissolução da Assembleia Geral Constituinte e a outorga da Constituição, os boatos de uma suposta invasão militar portuguesa contra o Brasil significou mais uma frustração direcionada a D. Pedro I e suas atitudes administrativas frente ao país. Isso porque durante o período (1824), propagava-se de modo mais intenso entre as províncias do Norte, sobretudo, no primeiro semestre de 1824, os boatos que esquadras militares oriundas de Portugal estavam a caminho do Brasil para recolocá-lo na condição de colônia. Sobre o assunto, o autor Antônio Penhalves Rocha fez a seguinte consideração

[...] as fontes históricas não atestam a existência de um plano das Cortes para fazer o Brasil voltar ao que era antes de 1808 e todas as evidências factuais indicam que a recolonização era uma impossibilidade. Além do mais, essas provas e evidências revelam que os atores dos acontecimentos políticos de 1822, tantos os portugueses quanto os brasileiros, tinham plena

14 *Typhis Pernambucano*. Quinta-feira, nº VI, 29 de janeiro de 1824. p. 03. In: CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. **Obras políticas e literárias**. Tomo 2, 1ª edição. Recife: Typografia Mercantil, 1876. p. 453.

15 **Diário do Governo do Ceará**. Quarta-feira, nº 12, 30 de junho de 1824. p. 4. In: BRITO, Jorge. op.cit. p. 104.

consciência de que um plano de recolonização do Brasil seria objetivamente inexecutável devido a vigência do Tratado de Navegação e Comércio de 1810, celebrado entre a monarquia portuguesa e a Inglaterra. (2009, p. 10).

Ainda que não tenha ocorrido a intervenção militar lusitana em território brasileiro, fato é que as teorias passaram a pautar o cotidiano e as atitudes não somente dos sujeitos que estariam envolvidos na Confederação do Equador, mas praticamente de todo o Brasil. A propósito, cabe ponderarmos a *decisão de governo*, do dia 11 de junho de 1824, emitida do Palácio do Rio Janeiro a todas as províncias, orientado-as que estas se valessem de “seus próprios recursos”, cumprindo empregar “com eficácia e inteligência todos os meios de fazer abortar os desígnios dos invasores”.¹⁶

Na província cearense, o assunto tornou-se frequente nas comunicações para as vilas do interior e províncias limítrofes. Na única edição do *Gazeta do Ceará*¹⁷, publicado no dia 06 de abril de 1824, o editor chama atenção dos cearenses ao propalar que o “Rei de Portugal quer outra vez sojeitar-nos a Europa, tornando ao Brazil em ar de amisade para com palavras enganadoras sobrecarregar-nos de griloens, ainda mais pesados, que os antigos”.¹⁸ Por sua vez, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, em uma proclamação destinada aos cearenses no dia 14 de maio de 1824, comunicou que “o intrepido Pernambuco, a valerosa Paraíba se reúnem connosco, e hontem o Piauí nos convidou a formarmos causa commum contra o inimigo Portugal”.¹⁹

Percebe-se, através do excerto, que a ideia de união das províncias do Norte já estava sendo ambicionada antes mesmo do estopim da Confederação do Equador em julho de 1824. Entretanto, confluência esta, a princípio, visando a segurança das províncias do Norte. Tal afirmação também foi alegada por Frei Caneca em seu julgamento, o qual assegurou, durante o interrogatório de sua cooperação para o “plano da Confederação do Equador”²⁰, que “nunca tivera idéia, nem nunca ouvira falar de semelhante Confederação” e que tão somente “falou em seu periódico da união de algumas províncias do norte para o fim de se oporem à invasão da expedição portuguesa [...]”.²¹

Para além de questionar ou não o posicionamento do carmelita diante sua recusa em ser associado ao movimento, interessa-nos assinalar que o modelo de governo confederado foi

16 *Dá providências para prevenir a invasão portuguesa nas Províncias. 11 de junho de 1824.* In: BRASIL. **Colleção das Decisões do Governo do Império do Brazil de 1824.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. 96.

17 Segundo periódico impresso no Ceará. Igualmente publicado pela Tipografia Nacional. Ver: BRITO, Jorge. **Diário do Governo do Ceará: origens da imprensa e da tipografia cearenses.** Fortaleza: Secretaria da Cultura/Museu do Ceará, 2006, p. 27-31.

18 *Gazeta do Ceará.* Terça-feira, 06 de abril de 1824. nº 1, p. 1. In: BRITO, Jorge. op.cit. p. 135.

19 *Proclamação.* Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. In: BRITO, Jorge. op.cit. p. 163.

20 Processo de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca em 1824. Comissão Militar em Pernambuco. In: CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. **Obras políticas e literárias.** Tomo I, 1ª edição. Recife: Typografia Mercantil, 1875. p. 64.

21 *Ibidem.*

sendo potencializado diante das hipotéticas ameaças de invasão por parte dos portugueses e posteriormente, como opção de governo adversa a Monarquia Constitucional, pois, de acordo com o já citado *Manifesto* do dia 02 de julho de 1824 (que institui a Confederação do Equador), tratava-se de um “sistema de governo defeituoso em sua origem”.²² Neste ínterim, a imagem de D. Pedro I e/ou do chamado *gabinete do Rio de Janeiro*²³ passou a ser associada com a dos “inimigos portugueses”, ou seja, na perspectiva dos confederados, ambos teriam se unido a Portugal para subjugar novamente o Brasil.

As referidas acusações estão presentes em vários impressos da Tipografia Nacional ou nas páginas do *Diário do Governo do Ceará*. No documento (Circular) destinado às Câmaras da província, editado no dia 16 de junho de 1824, pelo Palácio do Governo do Ceará, os cearenses foram informados da seguinte forma:

Não resta mais duvida da nossa oppressão, e a mancomunação dos Gabinetes do Rio de Janeiro, e de Lisboa offerece visivelmente aos nossos olhos a perfidia da parte delles, e huma credulla illusão da nossa parte. Lisboa nos ameaça com huma prestes invasão, e o Rio de Janeiro manda que juremos hum projecto de Constituição, dado pelo Soberano sem ser discutido pelos Representantes, e procuradores da Nação.²⁴

Postura esta não muito diferente de outra proclamação destinada aos cearenses por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe no dia 13 de julho de 1824:

Levantemos em Pernambuco hum Governo Salvador, enviando Deputados de todas as Provincias ao Norte da Bahia para vigiar constantemente sobre os nossos arriscadissimos negocios, em quanto he tempo, em quanto se não reúnem as forças de portugal, e do Rio de Janeiro; para nós, todos em confederação, e com armas comuns deffenderemos os nossos direitos.²⁵

Diante das incertezas causadas pelos boatos de uma ofensiva militar portuguesa ao Brasil e a decepção por ter que jurarem um projeto de Constituição idealizado sem a participação dos deputados representantes das províncias, via-se na adoção de um governo confederado um artifício possível para combater o inimigo interno, o *despotismo fluminense*, e o inimigo externo, Portugal, tornando assim, o país definitivamente independente. Acreditava-se que o “ [...] Destino do Brazil, atacado fraudulentamente balancea entre dois extremos oppostos = entre o captivo, e a Liberdade = entre a vida, e a morte [...]”²⁶

22 Manifesto. In: Arquivo Nacional. Fundo Confederação do Equador, Códice 745, Vol. 2, período 01/01/1824 a 29/12/1824. Arquivo Nacional. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=&v_fundo_colecao=1052&Pages=10 Acesso em 12/11/2024.

23 Para os confederados, tratava-se de um grupo ligado à Corte no Rio de Janeiro que influenciava as decisões do Imperador.

24 **Diário do Governo do Ceará**. Quinta-feira, nº 13, 08 de julho de 1824. p. 1. In: BRITO, Jorge. op.cit. p. 105.

25 Proclamação. Tristão Gonçalves d’Alencar Araripe. In:BRITO, Jorge. op.cit. p. 177.

26 Proclamação. Tristão Gonçalves d’Alencar Araripe. In:BRITO, Jorge. op.cit. p. 197.

Por fim, é mister ratificar que, para os confederados, a crítica contra a situação política do Brasil naquele período (1823/24) indubitavelmente perpassava pelas deliberações de D. Pedro I. Não à toa, seu nome esteve presente, de modo direto e indireto, nas proclamações e demais impressos direcionados para concretização da Confederação do Equador nas províncias do Norte.

A esperança depositada no herdeiro do trono português para ser o líder máximo do recém criado estado brasileiro no pós-independência (1822) havia se tornado uma grande frustração em 1824:

Não he preciso, Brasileiros, neste momento fazer a enumeração dos nefandos procedimentos do Imperador, nem das desgraças que acarretamos sobre nossas cabeças, por haver escolhido, enganados ou preocupados, tal systema de Governo e tal Chefe do Poder Executivo!²⁷

Desilusão igualmente evidenciada na reunião do Grande Conselho no dia 26 de agosto de 1824, data que marcou a proclamação da república na província do Ceará e sua adesão à Confederação do Equador:

[...] Que a vista dos pejuorios de D. pedro principe de Portugal (chamado Imperador do Brazil) estava roto nosso Pacto social, tantas vezes assegurado por elle, e outras tantas violado publicamente face das Nações em afront (*sic*) daquelles mesmos povos, os quaes elle de moto (*sic*) proprio havia tomado o Titulo de Defensor perpetuo, naõ lhes tendo sido até agora, se não hum oppressor incarnizado, e a forças d’Armas abolio a Assembleia Geral Constituinte da Nação inteira [...].²⁸

Negava-se a representatividade do Imperador diante as questões que envolviam a soberania do Brasil. Não só isso, os manifestos indicavam a suspeita que D. Pedro I havia se tornado um agente a favor da recolonização (algo não raro de ser especificado nos impressos dos confederados), atuando contra a liberdade e independência do país.

Embora tenha se defendido das acusações ao afirmar que a honra nacional e a sua “achavam-se ofendidas pelos escritos incendiários, manifestos e proclamações em que o intruso Presidente de Pernambuco, Manoel de Carvalho Paes de Andrade [...]”,²⁹ A intercessão do Imperador não abrandou, de modo aparente, as pretensões dos liberais cearenses em querer compor um governo autônomo junto aos pernambucanos, paraibanos e piauienses, haja vista as pon-

27 Manifesto. In: Arquivo Nacional. Fundo Confederação do Equador, Códice 745, Vol. 2, período 01/01/1824 a 29/12/1824. Arquivo Nacional. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=&v_fundo_colecao=1052&Pages=10 Acesso em 12/11/2024.

28 Sessão Extraordinária e Grande Conselho Provincial. 26 de agosto de 1824. In.:BRITO, Jorge. op.cit. p.181.

29 *Additamento*- Proclamação às tropas - 27 de julho de 1824. Sobre o manifesto de Manoel Carvalho Paes de Andrade, de Pernambuco. In: BRASIL. **Colleção das Leis do Império do Brazil**. Parte 2ª. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. p. 06.

derações presentes na comunicação do Cel. João de Andrade Pessoa Anta direcionadas ao brigadeiro Manuel de Souza Martins (Junta Governativa do Piauí), no dia 06 de agosto de 1824:

A Nação Brasileira tem sido muito atraídoada, e por quem, pelo seus regentes, que no Brazil têm semeado a discordia, e guerra civil (de Irmaões contra Irmaões) a destruidora da sociedade humana. E hé crível que inda Brasileiros amantes da Liberdade tolerem por mais tempo a sua escravidão?³⁰

A implementação de uma Monarquia Constitucional, inicialmente sem representatividade do corpo legislativo, os boatos de recolonização e a atuação dúbia do Imperador frente ao conturbado momento político, local e nacional, no biênio de 1823/24, foram substanciais para que o modelo de governo confederativo/republicano, almejado pelos liberais das províncias do Norte, transpassasse o campo conspirativo dos discursos impressos tornado-se uma possibilidade real diante daqueles descontentes com a conjuntura política do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Confederação do Equador pode ser compreendida como uma ação política de liberais das províncias do Norte, notadamente liderada por cearenses e pernambucanos, que aos poucos vão transmutando um princípio de união das províncias em defesa do território brasileiro (no caso de defesa contra os portugueses), para uma alternativa plausível de governo em contraposição à Monarquia Constitucional capitaneada por D. Pedro I em 1824.

Diferentemente das narrativas cristalizadas sobre a Confederação do Equador que induz a associá-lo a movimentos separatistas, as hipóteses suscitadas neste trabalho visam ampliar a concepção em torno das pretensões e ideais do movimento, sobretudo, concentrando-se na participação dos liberais cearenses, que por meio dos impressos, difundiram seus discursos contestatórios contra a centralização do poder monárquico constituído no Rio de Janeiro.

Isto posto, assinala-se a necessidade de interpretar as disposições dos sujeitos implicados na Confederação do Equador para além da historiografia escrita a posteriori, sendo necessário, tornar cada vez mais urgente conduzir as análises do movimento pautando-se no corpus documental produzido na época (1824) pelos participantes em seus respectivos espaços de atuação. Destarte, as ideias políticas contidas no *Typhis Pernambucano*, editado pelo pernambucano Frei Caneca, e os impressos da Tipografia Nacional (CE), incluindo o *Diário do Governo do Ceará*, ambos difundidos entre as respectivas províncias durante os anos de 1823/24, por exemplo.

A partir dos exemplos citados, é plausível ter em vista que um dos pontos fundamentais para o estopim da revolta, a dissolução da Assembleia Geral Constituinte, não pode ser interpretada como fator elementar que resume a totalidade das objeções requeridas pelos confede-

30 **Diário do Governo do Ceará**. Sexta-feira, nº 17, 24 de setembro de 1824. p. 2. In: BRITO, Jorge. op.cit. p. 122.

rados. Fatores conjunturais, especialmente, de ordem local (grupos em disputa pelo poder na província), nacional (definição do modelo político a ser implementado no país) e internacional (revoltas pela independência na América hispânica e a influência ideológica liberal e republicana), dentre outros, devem ser examinados no tocante a trajetória de eclosão do movimento.

REFERÊNCIAS

Additamento- Proclamação às tropas - 27 de julho de 1824. Sobre o manifesto de Manoel Carvalho Paes de Andrade, de Pernambuco. In: BRASIL. **Collecção das Leis do Império do Brazil**. Parte 2ª. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. p. 06.

BARBOSA, Bruno. *Confederação do Equador 1824-1924*. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XXXIX, anno XXXIX, p. 59-63, 1925. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1925/1925-ConfederacaodoEquador.pdf> Acesso em 12/11/2024.

BRIGIDO, João. *Biographias. Padre Gonçalo Ignacio de Loyola Albuquerque Mello Mororó. Coronel João de Andrade Pessoa Anta. Primeira Parte*. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**. Ano III. Tomo III. Fortaleza: Typografia Economica. 1889. Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1889/1889-BiografiasGoncaloIgnacioLoyolaAlbuquerqueMello.pdf> Acesso em 12/11/2024.

BRITO, João Gabriel de Lemos. **A gloriosa sotaina do primeiro império (Frei Caneca)**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1937.

COSTA, João Cruz. As novas ideias. In: **História Geral da civilização brasileira** (Tomo II- O Brasil Monárquico, v.3). 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 203-216.

Dá providências para prevenir a invasão portuguesa nas Províncias. 11 de junho de 1824,. In: BRASIL. **Collecção das Decisões do Governo do Império do Brazil de 1824**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. 96.

Diário do Governo do Ceará (1824). In: BRITO, Jorge. **Diário do Governo do Ceará: origens da imprensa e da tipografia cearenses**. Fortaleza: Secretaria da Cultura/Museu do Ceará, 2006.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 431-468.

Gazeta do Ceará. 06 de abril de 1824. In: BRITO, Jorge. **Diário do Governo do Ceará: origens da imprensa e da tipografia cearenses**. Fortaleza: Secretaria da Cultura/Museu do Ceará, 2006. p. 27-31.

HOLANDA, Sérgio Buarque (org). **História Geral da civilização brasileira** (Tomo II- O Brasil Monárquico, v.3). 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

IBIAPINA, Júlio de Matos. *Confederação do Equador*. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XL, anno XL, p. 83-90, 1926. Disponível em:

<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1926/1926-ConfederacaodoEquador.pdf> Acesso em 12/11/2024.

Manifesto. In: Arquivo Nacional. Fundo Confederação do Equador, Códice 745, Vol. 2, período 01/01/1824 a 29/12/1824. Arquivo Nacional. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=&v_fundo_colecao=1052&Pages=10 Acesso em 12/11/2024.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

PINHEIRO, Irineu. **Um baiano a serviço do Ceará e do Brasil**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo LXV, Ano LXV. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará Ltda, 1951. p. 05-27. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1951/1951-UmBaianoaServicoCearaedoBrasil.pdf> Acesso em 12/11/2024.

PORFÍRIO, Francisco Weber Pinto. **(Re) pensando a nação: a Confederação do Equador através dos jornais “O Spectador brasileiro” (RJ) e o “Diário do Governo do Ceará” em 1824**. 2019. - Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2019. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/45340> Acesso em 12/11/2024.

Proclamação. Tristão Gonçalves de Alencar Araripe In: BRITO, Jorge. **Diário do Governo do Ceará: origens da imprensa e da tipografia cearenses**. Fortaleza: Secretaria da Cultura/Museu do Ceará, 2006. p. 163.

Proclamação. Tristão Gonçalves d’Alencar Araripe. In: BRITO, Jorge. **Diário do Governo do Ceará: origens da imprensa e da tipografia cearenses**. Fortaleza: Secretaria da Cultura/Museu do Ceará, 2006. p. 197.

Proclamação. Tristão Gonçalves d’Alencar Araripe. In: BRITO, Jorge. **Diário do Governo do Ceará: origens da imprensa e da tipografia cearenses**. Fortaleza: Secretaria da Cultura/Museu do Ceará, 2006. p. 177.

Processo de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca em 1824. Comissão Militar em Pernambuco. In: CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. **Obras políticas e literárias**. Tomo I, 1ª edição. Recife: Typografia Mercantil, 1875. p. 64.

QUINTAS, Amaro. **A agitação republicana no Nordeste**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org). **História Geral da civilização brasileira** (Tomo II- O Brasil Monárquico, v.3). 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 262-264.

Sessão Extraordinária e Grande Conselho Provincial. 26 de agosto de 1824. In: BRITO, Jorge. **Diário do Governo do Ceará: origens da imprensa e da tipografia cearenses**. Fortaleza: Secretaria da Cultura/Museu do Ceará, 2006. p.181.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador**. 2ªed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1998.

STUDART, Guilherme. **Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense**. Volume Terceiro (Paulino-Zozimo). Fortaleza: Typografia Minerva, de Assis Bezerra, 1915. p, 172-173.

Disponível: https://books.google.com.br/books?id=zQo0AQAAIAAJ&pg=PA1&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=1#v=onepage&q&f=false Acesso em 12/11/2024.

STUDART, Guilherme. *Os jornais do Ceará nos primeiros 40 anos*. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo Especial 1824-1924, 1º Centenário da Confederação do Equador, p. 59, 1924. (Coleção Studart), Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1924TE/1924TE-OsJornaeseRevistasnosPrimeiros40Anos.pdf> Acesso em 12/11/2024.

Typhis Pernambucano. Quinta-feira, nº VI, 29 de janeiro de 1824. p. 03. *In*: CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. **Obras políticas e literárias**. Tomo 2, 1ª edição. Recife: Typografia Mercantil, 1876. p. 453.

“A PRAIA VAI VIRAR SERTÃO”: O SOBRENATURAL NA CAPITAL CEARENSE NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XIX

Kalliany Moreira Menezes Vitoriano
(PPGH-UFC + kalliany.vitoriano@hotmail.com)

RESUMO

O presente artigo busca analisar a crença no sobrenatural na cidade de Fortaleza, na última década do século XIX, o período de mais intenso desenvolvimento intelectual do Ceará (STUDART, 1924, p. 280). Decênio que viveu o auge da *belle époque*, um processo de modernização e remodelação sócio-urbana que, entretanto, excluía e segregava a todos os que pudessem manchar a imagem da “loura desposada do sol” (PONTE, 2000, p. 162). As luzes da *belle époque*, além de encandear, formaram sombras e o excesso de euforia com a modernidade, também, resultou em desilusões com a não realização dos ideais, em resistência às mudanças e na revanche do sagrado. Na Fortaleza do catolicismo miscigenado, como seu povo, que acenderia a vela ao santo e consultava os astros, que acreditava em assombrações e mesas voltejantes, a revanche do sagrado encontrou terreno fértil. Milagres, êxtases e revelações deram voz a velhos e novos profetas que, mesmo revestidos de racionalidade, não tornariam seus prognósticos menos sinistros. As páginas dos jornais nos revelam que na capital a crença no sobrenatural, também, envolveria “as ideias, as ciências e as letras” (DEL PRIORE, 2014, p. 114). E o litoral, também, acolheu abundantes augúrios vindos do sertão, que suscitaram temor e esperança. Portanto, intentamos analisar Fortaleza, a “cidade do sol”, para além da reducionista e tradicional “visão” de que o litoral seria o “lugar privilegiado do racional”, expressão do progresso e das novidades europeias (LEVINE, 1995, p. 85-86). Em contraposição ao sertão, “lugar privilegiado de nosso imaginário coletivo”, onde residiria a reserva de nossas tradições mais enraizadas (MENEZES, 2007, p. 76). Para isso, nos embasamos nas obras de Della Cava (1985, p. 45), Levine (1995), Cascudo (2001), Ramos (1994), Mary Del Priore (2014) e Georges Minois, (2016), assim como também vasculhamos atas, jornais, revistas, almanaques, crônicas, romances e memórias. Portanto, torna-se mais que interessante estudar a perdurância e ressignificações de tais crenças no meio urbano e nas classes tidas como intelectualizadas.

Palavras-chave: Memória. Fortaleza. Século XIX.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar a crença no sobrenatural na cidade de Fortaleza, na última década do século XIX.¹ Diferente da historiadora Mary de Del Priore, na obra “Do outro lado: a história do sobrenatural e do espiritismo”, enfocaremos o sobrenatural relacionado às predições de futuro, que despertaram a curiosidade e o temor nos cidadãos alencarinos, em fins do século XIX.

Intentamos observar Fortaleza, a “cidade do sol”, para além da reducionista e tradicional “visão” de que o litoral seria o “lugar privilegiado do racional”, expressão do progresso e das novidades europeias. Em contraposição ao sertão, “lugar privilegiado de nosso imaginário coletivo” (LEVINE, 1995, p. 85-86; MENEZES, 2007, p. 76), onde residiria a reserva de nossas tradições mais enraizadas. Dessa forma, buscamos contribuir com a perspectiva de que a cidade, tida como a detentora do racional, seria também um espaço privilegiado do imaginário. Mais precisamente, que a capital do Ceará expressaria suas tradições sub-repticiamente. Astutamente as crenças no sobrenatural dos cidadãos correriam como “**águas serenas**”, trilhando taticamente “atalhos” que acabariam por dilatar as fronteiras culturais. (CASCUDO, 1971).

Baseando-nos no princípio, proposto por Pesavento (2003, p. 43), de que “o imaginário é histórico e datado”, optamos por partir do “período mais fecundo, de mais intenso desenvolvimento intelectual” (STUDART, 2010, p. 280), a última década do século XIX, época pós libertação dos escravos e Proclamação da República, quando se ampliaram as perspectivas acerca do futuro. Para findarmos na aurora do novo século, quando a República e a imprensa estavam consolidadas (SODRÉ, 1999, p. 274), e a capital do Ceará desfrutava o auge da *belle époque*, um processo de modernização sócio-urbana que, entretanto, excluía e segregava a todos que pudessem manchar a imagem almejada da “loura desposada do sol”.² Quando, inclusive, as luzes da *belle époque* começaram a formar sombras, que resultariam em desilusões com a não realização dos ideais, em resistência às mudanças e na revanche do sagrado.

Buscando tecer o véu do sobrenatural que cobriu o homem na derradeira década do século XIX, propomos, parafraseando Albuquerque Júnior (2007, p. 31), “entrelaçar linhas de diferentes cores, eventos de diferentes características, para que se tenha um desenho bem ordenado no final”, que seja o mais próximo do tecido do passado. Para ordenarmos o desenho dessas crenças, nos embasamos nas obras de Della Cava (1985, p. 45), Levine (1995), Cascudo (2001), Ramos (1994), Mary Del Priore (2014) e Georges Minois, (2016). E, investigamos as memórias, segundo o paradigma indiciário proposto por Ginzburg (1991), estudando a circulação e a reapropriação do sobrenatural, analisando seus vestígios impressos em jornais, revistas, alma-

1 Esse artigo integra a tese “Memórias do futuro no século XIX: visões e visagens sobre o devir em terras alencarinas”, que está em fase de elaboração no Doutorado de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 Trecho do soneto *Fortaleza*, do jornalista e poeta Paula Ney (1858-1897). (RIOS, 2014, p. 44).

naques, compêndios e romances. Portanto, torna-se mais que interessante estudar a perdurância e ressignificações de tais crenças no meio urbano e nas classes tidas como intelectualizadas.

ASSOMBROS DA ÉPOCA!

Segundo Pesavento (1994, p. 126), o século XIX foi marcado pela crença no poder da ciência e da razão e embalado pelo mito do progresso. E, portanto, nada mais natural que acreditar que o próximo século seria uma continuação aperfeiçoada do anterior, que culminaria na utópica paz universal: “Observando os factos acontecidos no século XIX, creio que inevitavelmente o século XX será de paz universal, pois a lei da evolução que traz o aperfeiçoamento da humanidade assim o determina” (J. L. de Castro e Silva *apud* BARREIRA, 1987, p. 243).

Entretanto, a compreensão acerca do amanhã não seria construída da mesma maneira, pois “o que se espera para o futuro está claramente limitado de uma forma diferente do que foi experimentado no passado” (KOSELLECK, 2006, p. 311). E, ao lembrar as vivências do passado e conjecturarem o porvir, o temor de que o futuro século não fosse tão pacífico teria assombrado, também, os pensamentos de alguns intelectuais, como expressa o jornal *A Gazetinha*, de Fortaleza, publicado em 5 de janeiro de 1901: “A humanidade tende, pelo evoluir de todas as relações, a um estado de barbaria civilizada; [...]; e corollario logico e inconcurso é o que o homem encaminha-se a um sofrimento sempre crescente.”

Portanto, o excesso de euforia, que acompanhou o início do século XX, nos revela que o fim do século XIX não teria sido só flores. Fortaleza, a “Loura desposada do sol”, na última década do século XIX, não seria poupada por seu inclemente esposo, o flagelo da seca. Todavia, apesar da calidez da “seca dos *dois zeros*”, Fortaleza vivia em pleno auge da *belle époque*, um processo de modernização e remodelação sócio-urbana que, no entanto, excluía e segregava a “tudo e todos que pudessem macular a imagem asséptica, produtivista e formoseada de Fortaleza” (PONTE, 2000, p. 179). A “gente esquelética do sertão”, que fugia do “anjo do extermínio”, sucumbiria confinada “nos degradantes campos de concentração de flagelados”, para não marcar “a areia das ruas de Fortaleza com os rastros do seu infortúnio” (GIRÃO, 1979, p. 225).

A capital do Ceará era comandada pela autoritária oligarquia acciolina (1896-1930), que efetivava a modernização e disciplinarização da população, com um forte controle social extensivo a todos “aqueles que, por não se enquadrarem nas regras de urbanidade e modernidade, deveriam ser ordenados, civilizados e vigiados” (PONTE, 2001, p. 23).

A jovem boêmia “literária e étlica” de Fortaleza, frequentemente, “recorria à irreverência e transgressão” para protestar contra “a ordem normatizadora intentada para a cidade pelos poderes e saberes civilizatórios.” Suas manifestações, no entanto, não conseguiam mudar a realidade “sequer um centímetro” (PONTE, 2000, p. 174; GIRÃO, 1979, p. 225-226).

Segundo o Barão de Studart (2010, p. 280-281), a última década do século XIX teria sido “um período áureo para as letras, talvez, o “período mais fecundo, de mais intenso desenvolvimento intelectual” do Ceará. Havia “uma verdadeira competição nos domínios das letras”. A “cidade do sol” refestelava-se com o conforto de alguns avanços tecnológicos, que criaram novos hábitos e facilitaram a troca e a disseminação de ideias e mercadorias: telégrafo (1879), telefone (1883), linhas de navios a vapor ligando o Ceará à Europa, Estados Unidos e Rio de Janeiro (1866), estradas de ferro ligando a cidade ao interior, dentre outros. (OLIVEIRA, 2009, p. 2; SILVA, 2009, p. 20).

Todavia, de acordo com Cardoso (2002, p. 63-64), os pensamentos destes intelectuais eram bem diversificados:

Houve aqueles que acreditaram tanto na filosofia do progresso e da regeneração política, como Antônio Sales e Álvaro Martins (O Pão, 10.07.1895, p. 5, e 17.07.1895, p. 4), ou ainda os que anunciavam com pessimismo e melancolia a descrença e o fim trágico da civilização industrial, a exemplo de Lívio Barreto, Lopes Filho e Cabral de Alencar.

Assim, as luzes da *belle époque*, além de encandear, formaram sombras e o excesso de euforia com a modernidade, também, resultou em desilusões com a não realização dos ideais, em resistência às mudanças e na revolta contra a razão. “Em revanche, recorria-se ao fantástico e ao imaginário popular, recheado de fadas, demônios e aparições.” (DEL PRIORE, 2014, p.113).

De acordo com Minois (2016, p. 538), o século XIX foi “um século aberto para o futuro” e, “sem dúvida, o século mais profético de todos.” Esse “século desequilibrado”, que vivenciou mudanças constantes em todos os campos, teria sido “favorável à eclosão de uma infinidade de profecias em torno dos grandes desafios sociais, econômicos, nacionais, religiosos, profecias de realização de esperanças ou profecias de vingança da parte das vítimas, dos frustrados e dos abandonados da evolução”. As classes médias consultavam “astrólogos, espíritas, cartomantes, enquanto o mundo rural seguia o almanaque e recolhia as profecias das aparições marianas.” (MINOIS, 2016, p. 678).

Nos meios intelectuais e burgueses, entretanto, buscavam-se as doutrinas constituídas “cientificamente” (DEL PRIORE, 2014, p. 114). As elites intelectuais recorreram aos novos profetas: utopistas, cientistas, socialistas, sociólogos e autores de ficção científica (MINOIS, *op. cit.*, p. 515). Os novos profetas da ciência moderna carregariam seus prognósticos de razão e verdade. No entanto, tal racionalidade não os tornariam menos sinistros e oportunistas, como o astrônomo alemão Rodolphe Falb. Segundo o jornal *A Cidade*, de Sobral, tratava-se de “uma autoridade astronômica”, professor de geologia na Universidade de Viena e de matemática em Praga, “um profeta da ciência moderna”. Ele teria anunciado que o cometa Biela se chocaria com a Terra levando “a morte de todos os habitantes do nosso planeta em 13 de novembro de

1899.” (FIM..., 1899, p. 3). Conforme o jornal *A República*, de Fortaleza, essa notícia teria produzido grande pânico em seus leitores. (O FIM..., 1894, p. 2.).

Assim, as páginas dos jornais nos revelam que na capital a crença no sobrenatural, também, envolveria “as ideias, as ciências e as letras”, como o magnetismo e o espiritismo. (DEL PRIORE, *op. cit.*, p. 114). A Doutrina Espírita (1857), por exemplo, articulava os conceitos de “morte, evolução e progresso” através da reencarnação da alma (*Ibid.*, p.120-121).

Em Fortaleza, o jornal *A República* divulgou entre 1892 e 1894 um “Grande e variado espetáculo de adivinhação, ilusão, magnetismo e hypnotismo.” O “**ASSOMBRO DA EPOCHA!**”, baseado unicamente nos “poderosos agentes da natureza: Magnetismo e espiritismo”. E enfatizavam “**NADA DE APPARELHOS!**”, além de proclamarem: “**Abaixo o carrancismo!**” (THEATRO..., 1893, p. 4, grifo do autor). Os espetáculos realizados por ilusionistas e prestidigitadores exibiam dentre suas atrações: “Os anéis de Satanaz, ou a rara habilidade do mesmo”, “O Grande poder da FADA MARAVILHOSA”, “O poder dos espíritos”, “Vinte minutos entre os mortos” (*Idem*). Assim como: “adivinhar pensamentos”, “BRUXARIAS fantásticas”, “magnetismo animal”, “A escritura dos espíritos”, “Os três estados do magnetismo em prática” e “A maior maravilha do mundo o milagroso fenômeno. A MULHER COMPLETAMENTE NO AR” (THEATRO..., 1894, p. 3).

Shows que camuflavam as práticas, visto que em 1890 o Código Penal considerou o espiritismo crime contra a tranquilidade pública e, mais especificamente, crime contra a saúde pública, em seus artigos 156 a 158, apesar do Regime Republicano prometer garantir “a plena liberdade de culto e a total separação entre o Estado e a Igreja” e mesmo o Espiritismo contar com “inúmeros representantes da intelectualidade ou da elite política”, como o ilustre cearense Bezerra de Menezes. O “médico dos pobres” aderiu ao espiritismo, em 1886, numa conferência pública na Federação Espírita Brasileira, e dedicou sua vida à caridade. Todavia, nessa última década (1891-1900) cerca de trinta pessoas, no Brasil, ainda, seriam processadas e acusadas de curandeirismo, cartomancia e espiritismo (DEL PRIORE, 2014, p. 64-111).

Durante o século XIX, a ciência tentou afogar o maravilhoso: sem sucesso. O século XIX foi, também, aquele em que o poder sobrenatural se confrontou com o institucional. A ordem lógica não conseguiu se impor, apesar de todas as conquistas da ciência. E o que se viu foi a reação da Igreja, de políticos, de médicos e de laicos diante do avanço quase inexorável do irracional. Empurrado para a marginalidade ou a clandestinidade, o sobrenatural progrediu. (*Ibid.*, p.119-120)

Assim, as páginas dos jornais nos revelam que a capital cearense não seria apenas a representante do racional, expressão do progresso e das novidades europeias, mas, também, um espaço fértil do nosso imaginário popular. (MENEZES, 2007). E o litoral, também, acolheu abundantes augúrios vindos do sertão, que provocaram temor e esperança.

VISÕES, ÊXTASES E REVELAÇÕES

Os “Milagres de Juazeiro”, por exemplo, ocuparam “espaço na imprensa das capitais e do interior.” (FARIAS, 2015, p. 313). Em 1º de março de 1889, a hóstia transmutava-se em sangue, quando a beata Maria de Araújo recebia a comunhão na missa em honra do Sagrado Coração de Jesus, celebrada pelo Padre Cícero. Segundo Della Cava (1985, p. 45): “O fato extraordinário repetiu-se todas as quartas e sextas-feiras da Quaresma, durante dois meses; do domingo da Paixão até o dia de festa da Ascensão do Senhor, por 47 dias, voltou a ocorrer diariamente.” A partir daí “visões, êxtases e revelações” ocorreram em várias cidades do Ceará, expandindo a crença no “milagre”, interpretado como sinal dos últimos tempos e transformando Juazeiro do Norte em uma cidade de peregrinações permanentes (DELLA CAVA, 1985; RAMOS, 1994).

Citemos os fenômenos, que ocorreram no final de 1891. Nove beatas do Crato e de Juazeiro, também, tiveram “visões, êxtases e revelações” tornando-se os oráculos populares de Juazeiro. Elas ajudaram a propagar a religiosidade ligada ao “milagre”, tido como sinal do Juízo Final. Em uma visão da beata Maria de Araújo (apud DELLA CAVA, 1985, p. 80), Nossa Senhora teria revelado que:

Todos esses fatos aqui ocorridos (Joazeiro) são as grandes reservas para os últimos tempos; o Meu divino Filho quer castigar os homens acabando com o mundo, e por mais que eu ore em favor do mundo Ele me respondeu que já não pode mais (desistir), que já se vê obrigado a castigar o mundo.

Em 1892, mais fatos “miraculosos” ocorreram, agora, nas cidades de Juazeiro, Icó, Aracati e União. Em União, três beatas faziam revelações proféticas. Coincidentemente, o pároco desta cidade era o Padre Clycério da Costa Lobo, chefe da primeira comissão de inquérito de 1891, favorável aos “milagres”. Ele transmitia às cidades circunvizinhas, inclusive à cidade-porto de Aracati e à capital, Fortaleza, a predição de uma iminente destruição de várias cidades, como Limoeiro, Cascavel e Aracati. Padre Clycério (apud. *Ibid.*, p. 82-83) escreveu, ainda, ao Monsenhor vigário-geral da diocese de Fortaleza, em 29 de julho de 1892, dizendo que, segundo a profecia, “Fortaleza sofreria um grande “castigo” a menos que os habitantes da cidade se arrependessem dentro de 15 dias.”

O jornal *A República*, de Fortaleza, em 9 de agosto de 1892, publicou o relato de um morador da cidade de Aracati:

Felizmente voltou a tranquilidade ao seio da população desta cidade, que se achava seriamente sobresaltada em consequencias dos embustes de algumas mulheres ociosas que na cidade visinha, querendo imitar Maria de Araújo, do Joazeiro, faziam cousas do arco da velha.

O povo fanatisado acreditara nas terríveis previsões das beatas, de que esta cidade seria irremissivelmente arrasada dentro de 15 dias. Desde logo o terror espalhou-se em todas as camadas. A cada canto ouvia-se um gemitto, uma lamentação; de cada casa sahiam sons plangentes que entoavam cânticos de atribulação”

O commercio quase paralisou: os gêneros alimentícios escassearam: os comboios que para aqui se derigiam de sertão, voltavam da Passagem das Pedras. Era um horror. Cada um tratava de salvar-se do cataclismo. O instinto da conservação era *suprema lex*. (FANATISMO..., 1892, p. 1.)

No dia 5 de agosto de 1892, Dom Joaquim suspende os padres Cícero e Clycério, privando-os de pregar, confessar e orientar os fiéis. Permitindo-os apenas celebrar missa. Contudo, tais punições não contiveram as crenças populares. Os devotos “na medida em que seus costumes eram também condenados como “superstição grosseira”, se agarravam mais a sua fé, desafiando a Igreja Oficial. (DELLA CAVA, *op. cit.*, p. 86).

Assim, uma “Nova Jerusalém” se formava à espera do retorno de Cristo. Uma terra santa, centro da “purificação e salvação da alma”, onde “rios de leite e mel nasceriam do sangue derramado, em liturgias de sacrifício” (RAMOS, 2014). Em 1903, no auge do isolamento da Igreja Oficial, conforme Della Cava (1985, p. 138), “por duas vezes o povo acorreu na expectativa do advento: por duas vezes sua chegada foi adiada.” Contudo, a cada previsão falhada, aumentava-se a certeza de sua realização futura, criando-se, e ao mesmo tempo, fortalecendo-se um horizonte de expectativa. (KOSELLECK, 2006, p. 32). Para Ramos (1994, p. 64), o milagre e a “Nova Jerusalém”, antes de existirem “de fato”, já existiriam “na teoria, nos sentimentos, no desejo-necessidade de vê-los de perto”.

“O SERTÃO VAI VIRAR PRAIA E A PRAIA VAI VIRAR SERTÃO”

A guerra de Canudos (1896-1897) marcaria, também, a crença no sobrenatural no final do século XIX. De acordo com Cascudo (2001, p. 458-459), nos despojos do Arraial de Canudos foram encontrados incontáveis cadernos de profecias, sendo alguns atribuídos ao cearense de Quixeramobim, Antônio Vicente Mendes Maciel (1828-1897), o Antônio Conselheiro, líder de Canudos (1893-1897). Diversos jornais de vários estados publicaram, por exemplo, com pequenas variações uma “Cópia fiel de um folheto manuscrito encontrado em Canudos”³. Muito interessante constatar a grande circulação dessa profecia encontrada no “antro do fanatismo”, como acusou o então Presidente do Ceará, Antonio Pinto Accioly na Assembleia Legislativa do Ceará (ACCIOLY, 1897, p. 5).

Divulgada primeiramente no jornal baiano *Cidade do Salvador*, em 7 de setembro de 1897, a cópia se refere a uma predição, intitulada “Profecia de Jerusalém”. Parece um complemento dos vaticínios de Jesus Cristo, no Monte das Oliveiras (Mateus 24: 3-35), repassada pelo profeta Jeremias, e escrita no Arraial do Bello Monte, em 24 de janeiro de 1896. Tal profecia

3 Lista de jornais que publicaram uma “Cópia fiel de um folheto manuscrito encontrado em Canudos”: *Cidade do Salvador*, Bahia, 07 set. 1897; *Notícias*, Rio de Janeiro, 19 out. 1897; *Correio de Minas*, Minas Gerais, 23 out. 1897.

revela um cronograma de acontecimentos que teriam se iniciado em 1822 e terminariam com o apagar das luzes, no ano de 1901:

Quando aparecer um homem dizendo eu sou Christo, comendo muito e [apólho], veja que está se aproximando o fim desta idade. Antes deste tempo deste homem há de aparecer muitas linhas de ferro, e d'ahi quando meu corpo entrar no dia de S. João Baptista, dahi principiará as dores deste mundo, e dahi **quando vires o Sol escuro**, e dahi quando correrem as estrellas, será o princípio do fim desta idade, e dahi quando os sujeitos forem livres, e d'ahi haverá **uma grande fome**, e no fim deste tempo haverá um tempo de **premios de fructasm de flores** e de sementes, no meio deste tempo, haverá uns bichos para destruir estas sementes. [...]

A Profecia de Jerusalém marca Quando os homens foram falsos a Coroa em 1822 se desinganaram os que ficaram enganados.[...]

Em 1862, pedra e fuzil **no mez de Abril e cousas mais mil**, o sangue há de correr até o salto da botina.[...]

1888 grande revolução haverá de Maio a 3 nem antes nem depois. [...].

Em 1889 será despedido o Imperador da Côrte pelos homens desgraçados do Brazil. [...]

Em 1894 há de vir **rebanhos de mil correndo do centro da Praia para o Certão: então o Certão virará Praia e a Praia virará Certão.**

Em 1896 há de haver guerras. Nação com a mesma Nação: e sangue há de correr na terra.

Em 1897 **haverá muito pasto e pouco rasto, e um só Pastor e um só rebanho.**

Em 1898 **muitos chapeos e poucas cabeças.**

Em 1899 convertera-se as aguas em sangue, o planeta há de aparecer no nordeste com o raio do sol que o ramo se confrontara com a terra, e a terra em algum lugar se confrontará com o Céu: ajustara-se os tronomos da terra se ajuntará com os mares, planeta do Céu há de brigarem com os tronomos da terra. **Há de chover uma grande chuva de estrellas**, cahirá muitos meteoros na terra, que d'ahi **será o fim do mundo, em 1901 se apagarão as luzés**.[...]. (CANUDOS, 1897, p. 2, grifo nosso).

Euclides da Cunha⁴ (2002, p. 108), em *Os Sertões* (1902), transcreveria alguns desses augúrios com algumas variações, mas que sentenciariam e, por sua vez, marcariam o imaginário acerca do século XX:

...Em 1896 hade **rebanhos mil correr da praia para o certão;**
então o **certão virará praia e a praia virará certão.**

Em 1897 **haverá muito pasto e pouco rasto e um só pastor e um só rebanho.**

Em 1898 haverá **muitos chapéos e poucas cabeças.**

4 Como primeiro correspondente de guerra, Euclides da Cunha envia telegramas e relatórios, desmentindo, desde logo, a ideia de conspiração monarquista em Canudos (SODRÉ, 1999, p. 269, nota 184).

Em 1899 ficarão as águas em sangue e o planeta há de aparecer no nascente com o raio do sol que o ramo se confrontará na terra e a terra em algum lugar se confrontará no céu...

Há de chover uma grande chuva de estrelas e aí será o fim do mundo.

Em 1900 se apagarão as luzes.[...]. [grifo nosso].

Levine (1995, p. 283-284) atribui a popularidade dessa profecia aos medos e expectativas causados pela aproximação da data milenarista de 1900, pois os sertanejos, distantes da escatologia do catolicismo oficial, se inspiravam mais nas ameaças do “fim do mundo” baseadas nos discursos escatológicos de profetas populares, como na tradição oral e na memória regional. Dessa forma, os sertanejos perceberiam na abolição da escravatura, no exílio do imperador Pedro II e na penetração ampla do governo republicano em suas vidas, os sinais da proximidade do Dia do Juízo Final. Porém, como veremos, essa profecia não seria popular somente entre os sertanejos.

Tal profecia ganharia autoridade e reconhecimento, pois não seria meramente evocada pelo “fanático” e “monarquista” Antônio Conselheiro. Ele mesmo teria se baseado na profecia de um personagem santificado na memória do povo, Frei Vidal da Penha⁵, que legitimaria o interesse dos jornais e dos tidos intelectuais racionais a reproduzirem, divulgarem e discutirem amplamente os enigmas a que se referia⁶. Cascudo (2001, p. 453) credita a ele a profecia mais antiga escrita em território brasileiro. Segundo Della Cava (1985, p. 30), depois de sua morte, foi-lhe atribuído essa profecia, que circulou por todo o Nordeste por quase um século. Pobres e ricos acreditavam na sua mensagem. Conforme Eusébio de Sousa (1934) dá-la-iam como se fora escrita em 1817, no ano da revolução separatista e republicana de Pernambuco, a qual envolveu um grande número de padres e frades. Destaquemos as passagens que se assemelham com a cópia do manuscrito encontrado no Arraial de Canudos:

Porém **na era de 189...** antes ou depois
Verás **cousas mil**
No **mez mais visinho de Abril**.[...]
Verás a guerra consumidora
E o tempo será tal
Que tudo irá afinal.
Quando vires **o sol escuro**,
Amola a faca
Para **comeres couros no futuro**,
Que na era de XX,

5 Capuchinho italiano, oriundo do hospício da Penha no Recife, Frei Vitale de Frascarollo (1780-1820) ficou conhecido como Frei Vital da Penha. Missionou em Fortaleza, em 1796, e no ano seguinte pelo interior do Ceará. (CASCUDO, 2001, p. 453).

6 Lista de jornais que republicam uma cópia da profecia atribuída a Frei Vidal da Penha: *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 13 abr. 1897; *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 02 nov. 1897; *Gutenberg*, Alagoas, 20 nov. 1897; *Commercio do Espírito Santo*, Espírito Santo, 04 dez 1897.

Verás **rebanhos de vinte mil**. [...] Tudo ha de acontecer,
Arder e florecer,
Porque Deus assim o quer e eu o sei,
Por ser assim que está escripto. (A. de S., 1897, p. 1, grifo nosso)

O leitor anônimo “A. de S.”, no jornal *Cidade do Rio*, em 13 de abril de 1897, antes mesmo da tomada de Canudos, em 5 (cinco) de outubro do mesmo ano, publica essa profecia informando que a guerra de Canudos teria sido predita pelo popular Frei Vidal da Penha:

Hoje, no Ceará, por toda parte, está espalhada a profecia, é comentada e explicada, vendo se n’ella até assigoalados factos muitos recentes que profundamente entristeceram a República; e no symbolo, ou que melhor nome tenha, que ahi é descripto, pode-se, **sem muito esforço, ler o nome de um local**, infelizmente fatal às armas republicanas. [grifo nosso].

O mais interessante é que o autor defende que as crenças em vaticínios **não estavam presentes apenas “nas camadas incultas e supersticiosas”, mas** também em pessoas cultas, como o Padre Antônio Vieira. E, explica que esse fato se daria devido a composição social do povo brasileiro, “o amalgama ethnico das tres raças produziu o typo actual do brasileiro, nunca podendo apagar de todo na consciência religiosa o fetichismo das duas raças currentes”. (A. de S., 1897, p. 1). O anônimo demonstra, ainda, ser uma dessas pessoas sábias, pois teria tido conhecimento das profecias de Frei Vidal, antes de 1877, portanto, muito antes delas se cumprirem em Canudos. Além de ter a capacidade de, “sem muito esforço”, interpretar os seus enigmas:

De dois a dois VV, um de pernas para baixo e outro de pernas para cima, quatro voltas de um compasso, vae chegando a um ponto, de disforme mortação; (aqui dizem os *interpretes* que o propheta se refere claramente a Canudos e então combinam os signaes de modo que arranjam a palavra Canudos) no meio ponde a thesoura e verás a guerra consumidora e o tempo será tal que tudo irá afinal (*Idem*)

Para Cascudo (2001, p. 454), essa seria a profecia-padrão, pois em sua indecifrabilidade caberiam todas as interpretações e desejos. Enigmas, aliás, que muitos devotos de Padre Cícero, como Maria da Conceição Campina (1985, p. 186-187), ainda, buscam decifrar: “Frei Vital da Penha disse na sua profecia: ‘Quando vires um V de pernas para cima e outro V de pernas para baixo e no meio um mostração e uma tesoura, aí verás a guerra consumidora’. Agora, não sei se é um sinal do céu ou se é nome de pessoa na terra”.⁷ Essas profecias persistiriam na memória popular, sendo frequentemente evocadas e atualizadas pelos profetas e poetas populares.

A profecia atribuída a Antônio Conselheiro mencionaria, ainda, a proximidade do final dos tempos, quando a data de *Corpus Christi* ocorresse no dia de São João: “[...] quando meu

7 Encontramos essa profecia atribuída ao Padre Cícero nas memórias da fiel Maria da Conceição Lopes Campina, que a intitula como “A Machadinha de Noé” (CAMPINA, 1985, p. 152-153; 223-226).

corpo entrar no dia de S. João Baptista, dahi principiará as dores deste mundo, e dahi quando vires o Sol escuro, e dahi quando correrem as estrellas, será o princípio do fim desta idade, [...]” (CANUDOS, 1897, p. 2).

Interessante que este vaticínio coincide com uma predição popular do astrólogo francês Michel de Nostradamus (1503-1566), comentada anos antes no jornal *Gazeta do Norte*, de Fortaleza, na edição do dia 3 de junho de 1885:

Quando Jorge Deus crucificar;
Que Marcos ressuscitar
E que S. João o levar,
O fim do mundo há de chegar.

Segundo o periódico, “o fim do mundo há de ter lugar no anno de 1886”, pois “Nesse anno a sexta-feira santa cairá a 23 de Abril, dia de S. Jorge, e o Corpus Christi no dia de S. João.” (NOTÍCIAS, 1885, p. 2). O astrônomo e espírita francês Camille Flammarion (1893, p. 88), considerado um sábio propagador da ciência, “universalmente respeitado na Europa” (AFFONSO, 1893, p. 2), trata de tal profecia, ainda popular anos depois, em seu livro *O fim do mundo* (1893): “O que quer dizer: quando a Páscoa cair em 25 de Abril (festa de São Marcos), a sexta-feira santa será a 23 (festa de São Jorge) e a festa de Corpus Christi recairá no dia 24 de Junho (São João).” No entanto, ao apontar as datas possíveis, mostrando que algumas delas já haviam ocorrido sem “acarretar o fim do mundo”, o cientista acabou alimentando o temor nas pessoas que continuariam acreditando na profecia perante a possibilidade futura de realização: “Depois da reforma gregoriana a Páscoa pode cair aos 25 de Abril: é a sua data extrema e o que se tem verificado e há de verificar-se em 1666 – 1734 – 1886 – 1943 – 2038 – 2190, etc., sem que esta coincidência venha acarretar o fim do mundo.” (FLAMMARION, *op. cit.*, p. 88).

Conforme Koselleck (2006, p. 32, 310), “a cada previsão falhada, aumenta a certeza de sua realização vindoura.” Dessa forma, cria-se e ao mesmo tempo se fortalece um horizonte de expectativa. Sendo que, “esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem”. Portanto, aguardemos o ano de 2038 e a provável rememoração e atualização dessas profecias, que ainda persistem, vivas, na memória social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa nos revela que a capital cearense, tida como a detentora do racional, seria, também, um espaço privilegiado do nosso imaginário coletivo. Pois, encontramos nas camadas cultas a crença no sobrenatural, na última década do século XIX.

E, quão fértil e complexas **são as crenças no sobrenatural, que ao beberem de inúmeras passagens bíblicas e de diversos vaticínios de santos, padres e videntes, somando-se a**

outras variadas previsões pseudocientíficas, esotéricas, espíritas, continuaram latentes no imaginário de todas as camadas sociais, sendo evocadas e ressignificadas a cada cometa, seca, epidemia, marco temporal ou fenômeno tido como sobrenatural, tudo ao gosto do momento.

Portanto, torna-se mais que interessante estudar a perdurância e ressignificações de tais crenças no meio urbano e nas classes tidas como intelectualizadas. Por certo, torna-se essencial analisarmos as múltiplas dinâmicas do imaginário, em seu tempo, para melhor compreendermos não somente a ação do homem defronte a determinados acontecimentos, mas o que ele ainda espera e almeja, e assim, como se prepara e age diante do desconhecido.

REFERÊNCIAS

- A. de S. Uma Prophecia. **Cidade do Rio**, Rio de Janeiro, 13 abr. 1897, p. 1.
- ACCIOLY, Antonio Pinto Nogueira. **Assembléa Legislativa do Ceará**. Fortaleza, 01 jul. 1897, p. 4-5.
- AFFONSO, Manfredo. Camillo Flammarion. **José de Alencar**, Fortaleza, Secção Scientifica, 20 jan, 1893, p. 2.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- BARREIRA, Dolor. **História da Literatura Cearense**. Monografia n. 18, tomo I. Imprensa Oficial do Ceará – IOCE: Fortaleza, 1987. (Coleção Instituto do Ceará).
- CAMPINA, Maria da Conceição Lopes. **Voz do Padre Cícero e outras memórias**. São Paulo: Paulinas, 1985.
- CANUDOS. **A Notícia**, Rio de Janeiro, 19 out. 1897, p. 2.
- CANUDOS. **Cidade do Salvador**, Bahia, 07 set. 1897, p. 2.
- CANUDOS. **Cidade do Salvador**, Bahia, 27 out. 1897, p. 2.
- CANUDOS: Prophecia de Antonio Conselheiro. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 02 nov. 1897, p. 1.
- CARDOSO, Gleudson Passos. Literatura, imprensa e política (1873-1904). In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (org.). **Intelectuais**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002, p. 41-72.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Superstição no Brasil**. São Paulo: Global, 2001.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Tradição, Ciência do povo: pesquisas na cultura popular do Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. [1902]. São Paulo: Nova Cultura/ Suzano, 2002.

DEL PRIORE, Mary. **Do outro lado**: a história do sobrenatural e do espiritismo. São Paulo: Planeta, 2014.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FANATISMO no Aracaty. **A República**. Anno I, n. 95. Fortaleza, 09 ago. 1892. p. 1.

FANATISMO Sertanejo. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, Minas Gerais, 23 out 1897, p. 1.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

FIM DO MUNDO. **A Cidade**, Sobral, 11 mar. 1899, p. 3.

FLAMMARION, Camille. **O fim do mundo**. Paris: Ernest Flammarion éditeur, 1893.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A. 1979.

HOMENAGEM ao Século XX e ao Novo Anno de 1901. **A Gazetinha**. Fortaleza, 05 jan. 1901, p. 1.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LEVINE, Robert M. **O sertão prometido**: o massacre de Canudos no Nordeste brasileiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. **Gênese do imaginário social dos sertões ente história & ficção**. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, p. 69-106, 2007.

MINOIS, Georges. **História do futuro**: dos profetas à prospectiva. São Paulo: Ed. Unesp, 2016.

NOTÍCIAS. **Gazeta do Norte**, Fortaleza, 03 jun. 1885, p. 2.

O FIM DO MUNDO. **A República**, Fortaleza, 05 mar. 1894, p. 2.

OLIVEIRA, José de Arimatéa Vitoriano de. Uma cidade em construção: modernidade, cotidiano e imaginário na Fortaleza de finais do século XIX e princípios do século XX. **Revista Espacialidades** [online], v. 2, n. 1, p. 1-31, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. In: MAUCH, Claudia. et. al. **Porto Alegre na virada do século 19**: cultura e sociedade. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994, p. 126-143.

PONTE, Sebastião Rogério. A Belle Époque em Fortaleza; remodelação e controle. In: SOUSA, Simone de. (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. 2000. p. 162-191.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

PROPHECIA do Conselheiro. **Commercio do Espirito Santo**, Victoria, Espirito Santo, 04 dez. 1897, p. 2.

PROPHECIA do Conselheiro. **Gutenberg**, Maceió, Alagoas, 20 nov. 1897, p. 1.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **João de Cristo Rei**: o profeta de Juazeiro. Fortaleza: SECULT, 1994.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SILVA, Ozângela de Arruda. **Pelas rotas dos livros: circulação de romances e conexões comerciais em Fortaleza (1870-1891)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Eusébio de. No tempo de Frei Vidal... In: SOUSA, Eusébio de. **Pela História do Ceará. Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, p. 115-120, 1934.

STUDART, Guilherme, Barão de. **Geographia do Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010. Texto editado conforme edição 1924.

THEATRO S. Luiz. **A República**, Fortaleza, 17 fev. 1893, p. 4.

THEATRO S. Luiz. **A República**, Fortaleza, 28 set. 1894, p. 3.

AGRESTE, 1872: ESCRAVIDÃO, LIBERDADE E TRABALHO EM PERNAMBUCO SEGUNDO O RECENSEAMENTO GERAL DO IMPÉRIO

Laura Carolina de Araújo Cordeiro
(Universidade de São Paulo – laura.araujocordeiro@usp.br)

RESUMO

Iniciação científica em demografia histórica realizada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), sob orientação do prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar. O estudo utilizou dados do Recenseamento Geral do Império de 1872 para analisar nove paróquias nos municípios de Bezerros, Caruaru e Brejo, observando aspectos como escravidão, liberdade, ofícios e gênero, bem como as relações econômicas e populacionais da região. Os dados foram comparados ao de seis paróquias de Recife, buscando semelhanças e diferenças entre o agreste e a capital da província. Aferimos que no Agreste existiam menos escravos (9% da população) do que no Império como um todo (com 15% de escravos) e em Recife (11% de escravos). Também sugerimos que a Lei Eusébio de Queiroz e o tráfico interprovincial impactaram mais o Agreste, especialmente pelo desequilíbrio de sexo (mais mulheres do que homens) em faixas etárias produtivas. Um gráfico da pesquisa também indicou que, na região central do agreste, quanto maior a paróquia, menor era a concentração de escravos, enquanto nas zonas extremas, a correlação era inversa.

Palavras-chave: Pernambuco, demografia histórica, agreste, escravismo sertanejo, trabalho

INTRODUÇÃO

A historiografia a respeito do Nordeste brasileiro produzida na primeira metade do século XX é vasta, e com a história de Pernambuco em particular não é diferente. Nomes de peso de nossa tradição intelectual, como Gilberto Freyre (“Casa Grande e Senzala”, “Sobrados e Mocambos”, entre outros) e Evaldo Cabral de Mello (“O nome e o sangue”, “O Brasil holandês”, “A outra independência”), produziram vasta bibliografia sobre os primeiros séculos da história pernambucana. Há que se notar, no entanto, que a historiografia tradicional sobre o estado privilegia o universo da cana-de-açúcar: é a história dos canaviais e moendas da Zona da Mata, de míticos senhores de engenho e sua escravaria numerosa, de comerciantes holandeses liderados por Maurício de Nassau, de padres ilustrados questionando os desmandos da Coroa Portuguesa. Trata-se, também, da memória de grandes eventos políticos como Guerra dos Mascates, Revolução Praieira, Revolução de 1817 e Confederação do Equador, todos ocorridos nas ruas

e sobrados da antiga e efervescente Recife. Por muito tempo, falar na história de Pernambuco significava estar circunscrito à sua capital e regiões anexas, palco incontestado de alguns dos principais eventos políticos brasileiros do passado. Mas o que existia em Pernambuco além da Zona da Mata?

Entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, surgiram estudos realizados sob novos enfoques. Uma nova história pernambucana, que trouxe à tona ocorrências, processos e personagens até então deixados em segundo plano. Entre os primeiros estudos desta nova vertente, destacamos “Guerra dos bárbaros”, de Pedro Puntoni, que resgata o conflito travado entre colonizadores portugueses e grupos indígenas nos sertões de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Nos anos seguintes, diversos outros historiadores investigaram personagens e fatos ocorridos em locais distantes da região açucareira, mas nem por isso de menor importância para a compreensão do desenvolvimento pernambucano e nordestino. Nesta pesquisa, somos tributários dessa vertente historiográfica, sobretudo de obras que tratam do escravismo no sertão e da demografia histórica de Pernambuco. Damos destaque para as produções de André Luiz de Miranda Martins (“Notas sobre a demografia e a economia de Pernambuco nos idos de 1817”, de 2017), Flávio Versiani e José Vergolino (“Posse de escravos e estrutura de riqueza no agreste e sertão de Pernambuco”, 2003), Guillermo Palacios, Kalina Vanderlei da Silva (“Nas solidões vastas e assustadoras”, de 2007) e de Joana Medrado, (“Terra de Vaqueiros”, de 2012). Ainda assim, até hoje a região do Agreste é pouco estudada. Trata-se zona de transição entre os biomas da Zona da Mata e do Semiárido, com particularidades regionais, sociais e econômicas, e esperamos esse trabalho ajude a suprir parte dessa lacuna historiográfica.

Somando esforços à tarefa de compreender Pernambuco para além do Planalto da Borborema¹, buscamos conhecer e compreender as particularidades da população do Agreste de Pernambuco segundo registrado no Recenseamento Geral do Império, de 1872. Escolhemos nove paróquias como amostra da região, e a partir da análise de informações como estatuto de cidadania (livres e escravos), sexo, idade e profissões, traçamos um perfil desta população. Ao colocar os dados em perspectiva, pudemos fazer inferências sobre a conjuntura da escravidão negra na região, pouco tempo após a abolição do tráfico intercontinental de escravos por força da Lei Eusébio de Queiroz, e sobre a atividade econômica na área, com destaque para as lavou-
ras, pecuária, comércio e manufaturas de couro e tecidos.

Geograficamente, a passagem entre os biomas da Zona da Mata e do Semiárido (hoje sinônimo de sertão) não é abrupta. Existe algo entre esses dois sistemas tão distintos, uma região cuja vegetação, regime de águas e economia apresentam características mistas das zonas úmida e seca, que se combinam e se confundem através do espaço. Ora um espaço lembra o sertão,

1 Formação geológica de 400 quilômetros de extensão, passa pelos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Também chamado de Serra da Borborema, separa os biomas da zona da mata e do semiárido; o agreste está localizado precisamente aí.

mas perto dali o cenário é semelhante à mata. Esta região é, precisamente, o Agreste². Segundo Kalina Silva (2010), a categoria política, espacial e social do *sertão* esteve colocada desde os séculos XVII e XVIII, quando a colonização portuguesa começou a penetrar no território do atual Nordeste brasileiro. Fazendas de gado foram se estabelecendo na região denominada *sertão*, e o agreste integrava este universo. Em meados do século XIX, contudo, obras públicas como ferrovias, a fundação de novos municípios e o crescimento da lavoura de exportação do algodão provocaram o progressivo desenvolvimento de localidades do agreste pernambucano e, a partir daí, sua diferenciação e *emancipação conceitual* do sertão. Dessa forma, o processo de construção política de uma localidade distinta do interior, chamada Agreste, foi contemporânea à realização do Recenseamento de 1872, conforme mostrou nossa pesquisa no acervo do *Diário de Pernambuco* nos anos de 1860 e 1870. Impunha-se, então, esse novo conceito regional, diferente tanto da mata quanto do sertão.

METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

O Recenseamento Geral do Império, de 1872, foi o primeiro levantamento demográfico brasileiro de abrangência nacional. O estudo foi elaborado a fim de se tornar uma ferramenta de fortalecimento do Estado brasileiro e do seu poder, centralizado no Rio de Janeiro e irradiado para cada canto do império (BISSIGO, 2014). A estatística era uma nova ciência importada da Europa positivista, que os burocratas brasileiros abraçaram com interesse. Conhecer a massa populacional que habitava o território comandado por Dom Pedro II era um passo fundamental para levar a cabo o projeto de interiorização do poder imperial. O conhecimento da demografia serviria de base para o planejamento de ações estatais em diversas áreas, desde infraestrutura e defesa do território até campanhas de imigração.

Esta pesquisa trabalhou com uma amostra dos dados demográficos de 15 paróquias, nove delas então localizadas em três municípios do agreste (Bezerros, Caruaru e Brejo da Madre de Deus) e seis na capital da província, Recife. Em nossa metodologia também incluímos consultas ao acervo do Diário de Pernambuco, disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, a fim de verificar se, à época, já existia o conceito de agreste como uma região específica da província.

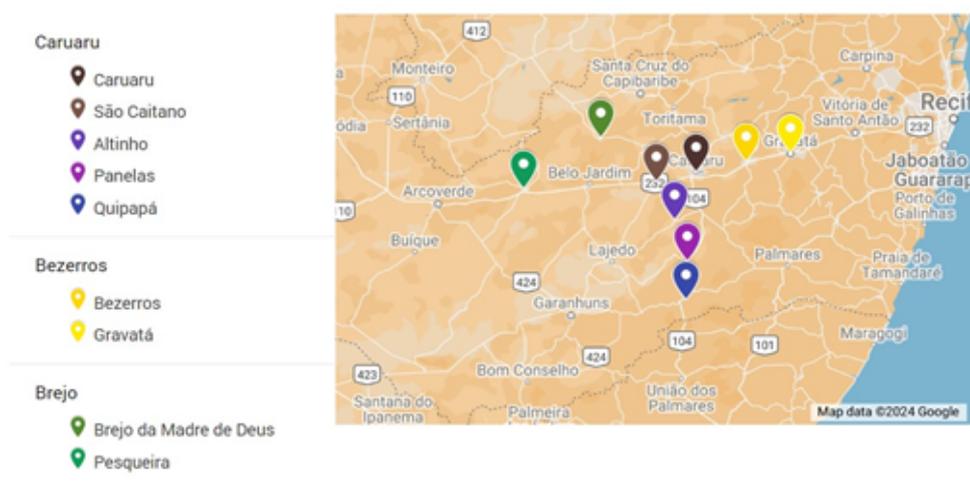
As paróquias de Recife são as de São Pedro Gonçalves (1), Santíssimo Sacramento de Santo Antônio (2), São José do Recife (3), Santíssimo Sacramento da Boa Vista (4), Nossa Senhora da Graça do Capunga (5) e Nossa Senhora da Paz dos Afogados (6). Destaque-se que essas seis paróquias não compunham toda a cidade do Recife em 1872. Geograficamente, o Recife é composto por três trechos de terra distintos: Ilha do Recife, Ilha de Antônio Vaz – que, grosso modo, correspondem ao centro da cidade – e o continente. O processo de ocupação e

2 ANDRADE, Manuel Correia de. A pecuária no agreste pernambucano. Recife: Universidade do Recife, Faculdade de Ciências Econômicas de Pernambuco, 1961.

urbanização começou pela Ilha do Recife, hoje correspondente ao Bairro do Recife e onde se localiza a Paróquia de São Pedro Gonçalves. Em seguida, ainda no primeiro século de dominação do território pela colonização portuguesa, começou a ser ocupada a Ilha de Antônio Vaz, onde estão localizadas as paróquias Santíssimo Sacramento de Santo Antônio e São José do Recife. As demais estão localizadas no continente, a diferentes distâncias das ilhas e, portanto, do que se compreendia como o Recife urbano. A paróquia do Santíssimo Sacramento da Boa Vista está localizada a dois quilômetros a oeste do marco zero do Recife; a Paróquia Nossa Senhora da Graça do Capunga, a 4,3 quilômetros, e a de Nossa Senhora da Paz dos Afogados fica cinco quilômetros a sudoeste do marco zero da cidade.

O Agreste pernambucano, por sua vez, é composto por três regiões: Central, Meridional e Setentrional. Elegemos como amostra localidades do Agreste Central, divididas, à época, entre três municípios. O primeiro deles – indo de leste a oeste, isto é, da mata ao sertão – é Bezerros, composto pelas paróquias de São José de Bezerros (1) e Santana do Gravatá (2). Em seguida, vem a cidade de Caruaru, formada pelas paróquias de Nossa Senhora das Dores de Caruaru (3), São Caetano da Raposa (4), Nossa Senhora do Ó de Altinho (5), Panelas (6) e Quipapá (7). O último município, mais interiorano de todos, era o de Brejo, com as paróquias de Brejo da Madre de Deus (8) e Santa Águeda de Pesqueira (9). Hoje, todas essas paróquias correspondem a municípios autônomos. As paróquias limítrofes (Gravatá e Pesqueira) distam 130 quilômetros uma da outra. Gravatá, mais a leste, fica a 87 quilômetros do Recife. Caruaru, entre as duas, fica a cerca de 150 quilômetros de Recife, e Pesqueira, mais a oeste, a 213 quilômetros da capital.

Paróquias do agreste - Censo de 1872



Mapa 1: Localização espacial das paróquias estudadas.

O Recenseamento de 1872 forneceu uma série de informações a respeito da população brasileira. As básicas são o estatuto de cidadania (condição de livres ou escravos), sexo, idade e estado civil. O levantamento também inquiriu os habitantes a respeito do seu grau de instrução

(analfabetos ou alfabetizados; que iam ou não à escola), religiosidade (católicos ou *acatólicos*), “defeitos físicos” (cegos, surdos-mudos, *aleijados*, *dementes* e *alienados*) e de origem segundo a província imperial. Descartamos as informações relativas ao grau de instrução, religião, defeitos físicos e origem. Uma vez que nosso objetivo com este estudo era sobretudo a análise das ocupações econômicas, priorizamos as informações básicas e os dados a respeito das profissões. É possível segmentar as informações de ocupação laboral por sexo (masculino e feminino) e estatuto livre ou escravo. Não é possível cruzar dados a fim de descobrir, por exemplo, quantos lavradores eram brancos, pardos e pretos livres. Podemos saber, apenas, quantos eram homens livres, mulheres livres, homens escravizados e mulheres escravizadas nessa profissão.

Utilizamos os dados retificados do Censo de 1872, elaborados em 2013 pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)³. Transportamos os dados para o programa Libre Office Calc. e elaboramos as planilhas das paróquias selecionadas para compor a amostra. Extraímos os números de: indivíduos em geral (denominados “almas”), de escravos e de livres, divididos por sexo, e da população segmentada por cor ou raça (branca, parda, preta e cabocla), também com distinção entre homens e mulheres, livres e escravos. Após esta etapa, calculamos para cada paróquia a proporção entre pessoas livres e escravizadas; porcentagem de livres e escravizados sobre a população geral; porcentagens de brancos, pretos, pardos e caboclos e quantidade de solteiros, casados e viúvos para as duas populações.

Os dados de ocupação profissional não foram tabelados, por compreendermos que, dada a sua escala, essas informações não deveriam ser observadas quantitativa, e sim qualitativamente. A clivagem por idade veio responder um questionamento a respeito da natureza dos indivíduos definidos como “sem profissão”. De início, deduzimos que, sobretudo entre os escravizados, os “sem profissão” seriam as crianças e os idosos, além dos pontuais habitantes com deficiência física ou mental. No entanto, não havia correspondência numérica entre os dois grupos, e por isso partimos para a segunda hipótese: a de que parte dos “sem profissão” eram pessoas que trabalhavam, mas por algum motivo não poderiam se considerar “especializadas” em ofício algum, exercendo sua atividade laboral de forma mais incerta, casual ou genérica. Essa hipótese mostrou-se mais crível, uma vez que mesmo entre os escravizados havia um bom número qualificado “sem profissão”, algo contraproducente em uma sociedade escravista. Pensando nisso, subtraímos do número total de habitantes todos os “sem profissão”, chegando a uma porcentagem de pessoas com profissão listada em cada paróquia. Esta informação será tomada como um indicador de vigor econômico das localidades, e servirá de base para hipóteses a respeito do estado da escravidão no agreste.

3 Os dados foram baixados em 2023 de endereço que, em outubro de 2024, encontrava-se fora do ar. Uma cópia da página original, com acesso ao arquivo, pode ser acessada pelo site Way Back Machine no seguinte endereço: <https://web.archive.org/web/20230627060921/http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>. (Acesso em: 29.out.2024).

Por fim, devemos destacar algumas das limitações da nossa fonte. As informações obtidas pelo Recenseamento Geral do Império suscitam uma série de perguntas sobre as populações, e muitas delas não podem ser respondidas apenas com os números apurados pela Diretoria Geral de Estatística, órgão responsável pelo estudo. O processo de produção do Censo provou-se mais atribulado do que foi imaginado na época, apresentando uma série de entraves ao sonho da objetividade positivista. As fichas de resposta entregues a cada grupo familiar obrigavam quem o preenchimento de categorias estanques e pré-definidas em questões como cor, profissão e nacionalidade. A divisão por sexos foi feita a posteriori, pelos funcionários que tabulavam os resultados, e caligrafias ambíguas poderiam tornar pouco claro se um nome era feminino ou masculino. Por fim, também não havia distinção entre nascidos livres e indivíduos libertos da escravidão, mascarando a existência dos ex-escravos em uma sociedade que os distinguia negativamente.

RESULTADOS

Nossa amostra populacional do Agreste é composta por 102.084 habitantes. Entre as paróquias, a menor delas era São Caetano da Raposa, com 5.224 habitantes, e a maior Quipapá, com 15.895 habitantes. Os brancos compunham 44% da população, os pardos, 41%, os pretos 12% e os “caboclos” (denominação dos indígenas), 3%. Quanto ao estatuto de cidadania, 91% eram livres, e 9% escravos. Proporcionalmente, havia menos escravos nesta região do que em Recife, onde os escravos perfaziam 11% da população, e no Brasil, onde 15% da população vivia em cativeiro.

De modo geral, havia equilíbrio entre os sexos tanto na população livre quanto na escrava. Entre os livres, 50% eram do sexo feminino e 50% do masculino, enquanto entre os escravizados os homens estavam em levíssima vantagem (51%). Esse dado reforça os apontamentos de Caetano de Carli (2004) a respeito da escravidão sertaneja e do lugar do elemento masculino nesse sistema produtivo:

No Sertão, o sistema escravista apresenta algumas peculiaridades que devem ser levadas em consideração para entendermos o seu declínio. Primeiramente, ao contrário da lavoura açucareira, onde o cultivo da cana exigia uma predominância do trabalho masculino sobre o feminino e havia, por isso, mais escravos do que escravas, no Sertão não há grandes diferenças entre a proporção de homens e mulheres cativas (CARLI, 2004, p. 5).

Sendo o trabalho nos engenhos mais pesado do que nas lavouras do interior, como a do algodão do agreste, no interior a existência de um grande contingente de escravos homens era menos necessária. Além de estar ligada à atividade econômica, essa configuração dos sexos entre os escravizados favorecia a manutenção dos trabalhadores pela via da reprodução (onde a proporção entre os sexos tende ao equilíbrio), e não apenas pela compra de novos trabalhadores.

No entanto, nossa pesquisa aponta que o agreste de Pernambuco em 1872 não era homogêneo, e o equilíbrio de sexos entre os escravos é um dos aspectos em que se vê tal heterogeneidade. Embora a região apresentasse equilíbrio geral entre os sexos, em quatro paróquias (Caruaru, São Caetano da Raposa, Altinho e Bezerros) havia mais mulheres escravizadas do que homens. Na primeira, 420 escravas para 402 escravos; na segunda, 402 mulheres e 336 homens; na terceira, 390 mulheres para 316 homens, e, na última, 674 mulheres para 647 homens. A preponderância de mulheres sobre os homens em algumas paróquias pode ser explicada pela ocorrência do tráfico interprovincial de escravos destinados às lavouras de café nas províncias do Sul. Tal qual o comércio transatlântico, este dava preferência a indivíduos do sexo masculino, e esse movimento de migração forçada pode ter desterrado parte dos escravos do sexo masculino do agreste. Essa perspectiva ganha força quando observamos que, nessas localidades, a predominância feminina era maior nas faixas etárias mais produtivas, entre os 15 e os 50 anos de idade. Entre crianças e idosos o equilíbrio voltava a se impor. Esse detalhe reforça a hipótese de que a menor quantidade de homens era um efeito do tráfico interprovincial, sendo a sangria de braços ao mesmo tempo reflexo e causa da decadência do regime escravocrata na região.

Nossa análise da conjuntura da escravidão no Agreste passa também pela razão entre livres e escravo. Partimos da abstração “para quantas pessoas livres um mesmo escravo trabalhava?”, acreditando que esse indicador é capaz de capturar a intensidade do regime de trabalho forçado em cada paróquia. Sendo o agreste uma zona de transição formada por realidades heterogêneas tanto do ponto de vista geográfico quanto do econômico, a razão livres x escravos pode nos ajudar a aprofundar o conhecimento dessas diferenças. A tabela a seguir apresenta o tamanho da população e a razão de escravidão e liberdade, na qual quanto menor o número livres x escravos, maior era a concentração de mão de obra cativa no lugar, e quanto maior esse número, menor era o efetivo de escravos em relação à população livre.

	População	Razão L x E
São Caetano	5.244	6
Gravatá	8.222	18
Panelas	8.401	14
Bezerros	11.054	7
Caruaru	11.706	13
Pesqueira	12.688	8
Altinho	13.032	17
Brejo	15.842	7
Quipapá	15.895	20

Tabela 1: População e razão Livres x Escravos

Visto proporcionalmente, localidades de pequeno porte podiam ter tanto muitos escravos (caso de São Caetano da Raposa) como poucos (caso de Gravatá). Paróquias com população superior a 10 mil habitantes, por sua vez, poderiam ter entre 7 e 8 pessoas livres para cada escravo

(caso de Bezerros, Pesqueira e Brejo da Madre de Deus) quanto 13, 17 ou 20 (Caruaru, Altinho e Quipapá). A falta de causalidade entre tamanho da população e concentração de escravidão nos obrigou a, sem sair da nossa fonte, procurar outras ferramentas capazes de explicar essa heterogeneidade.

Que tipo de informação presente no Recenseamento poderia apontar para uma causa da maior ou menor presença de escravos nas paróquias? Buscando respostas, cruzamos os dados da razão entre livres e escravos com o percentual de habitantes com profissão listada, mencionado em sessão anterior. Um menor índice de moradores com profissão definida pode ser reflexo de uma população jovem, com muitas crianças e idosos – no entanto, como demonstrado, esses números não confluem, sobretudo se considerarmos a idade de 10 anos como a idade mínima para se exercer algum trabalho, sobretudo entre os escravos. Por isso, trabalhamos com a hipótese de que uma paróquia onde existiam muitas pessoas sem profissão listada apresentava uma economia de menor especialização e fluxos mais fracos de comércio e produção – de menor vigor econômico, portanto. É com essa segunda acepção que trabalhamos aqui: quanto menor for a porcentagem da população geral com uma profissão listada, menos dinâmico e especializado é o seu mercado.

E como a concentração de escravos conversa com essa informação? De modo geral, as paróquias com maior quantidade de moradores com profissão apresentavam uma alta concentração de escravos. O gráfico a seguir demonstra essa relação:

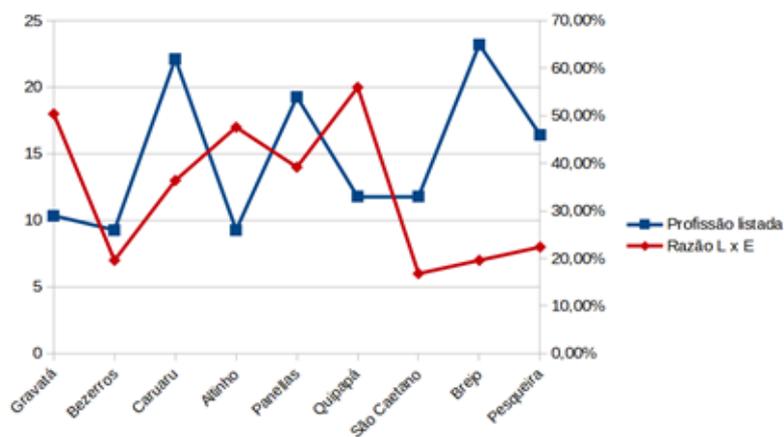


Gráfico 1: cruzamento de dados de profissão listada e razão L x E no agreste

Vemos que nas paróquias de Gravatá, Altinho e Quipapá havia uma baixa concentração de escravos e menor percentual de pessoas com profissão listada. Isto é: eram locais de menor dinamismo econômico e produtivo e com pouca escravidão. Por outro lado, nas paróquias de Brejo da Madre de Deus e Pesqueira (pertencentes ao município de Brejo), a escravidão fazia mais presente, e a porcentagem de pessoas com profissão listada era alta (superior a 60% em

Brejo, paróquia com grande atividade criatória). O mesmo ocorre na paróquia de Caruaru, onde foram listados muitos comerciantes e mais de 60% da população tinha profissão definida.

Sendo assim, os dados apresentam a hipótese de que as localidades com baixa concentração de escravos tinham também poucos trabalhadores especializados. Assim, elas viveriam um contexto de debilidade econômica (momentânea ou congênita), que poderia se refletir, por exemplo, na venda de escravos para as províncias cafeeiras, acarretando a diminuição do efetivo de trabalhadores escravos e a aceleração da decadência do regime de trabalho forçado. Do lado oposto, nas localidades com muitos trabalhadores qualificados a escravidão mantinha-se firme. Tomemos o exemplo da paróquia de Brejo da Madre de Deus, de alta especialização da mão de obra e alta concentração de escravos, que apresentava maior equilíbrio entre os sexos, indicador de que, por conta da maior solidez da economia, não havia necessidade de se vender escravos para outras províncias.

Quanto às profissões, mais de $\frac{1}{4}$ da população do Agreste (27%) trabalhava como lavradores. Era a profissão mais popular em todos os grupos etários, entre ambos os sexos e entre livres e escravos. Nesse universo, estariam presentes lavradores de todos os tipos e dimensões, desde donos de grandes porções de terra, plantadores de algodão exportado para os Estados Unidos e Europa até seus empregados e pequenos sitiantes que produziam apenas para subsistência. A pecuária (agregada na profissão Criadores) era mais presente na paróquia de Brejo, onde viviam 1.528 criadores, todos homens livres – regra, aliás, dessa profissão. Entre as demais paróquias, Altinho (pertencente a Caruaru) tinha 46 homens na profissão, e São Caetano da Raposa, 28. Nas demais, entre zero e oito. Trabalhamos com a hipótese de que, para constar no Recenseamento como criador, o indivíduo precisasse ter nessa sua principal atividade, e não apenas uma fonte de subsistência ou de complemento de renda.

Também nos chamou atenção as profissões do que denominamos cadeia do couro e algodão: costureiras, artesãos de couros e peles, sapateiros e artesãos de tecidos e vestuário. Essas atividades eram mais presentes nas paróquias pertencentes a Caruaru e Brejo. Na paróquia de Panelas, por exemplo, viviam 149 costureiras, 83 artesãs em tecidos e cinco sapateiros. Em São Caetano da Raposa, 77 pessoas, entre livres e escravos, homens e mulheres, trabalhavam com couro, tecidos e calçados. Em Brejo da Madre de Deus, 338 pessoas dedicavam-se a essas atividades, sendo 296 costureiras, livres e escravas. Enquanto isso, a paróquia de Nossa Senhora das Dores de Caruaru destacava-se pelo comércio, com 300 homens e 30 mulheres livres sendo listados como comerciantes, a maior quantidade em toda a amostra. Acreditamos que esse agregado de profissões explicita o papel do agreste enquanto espaço de transição econômica entre a pecuária do sertão e os serviços e comércio da capital: no agreste, plantava-se o algodão mas também costuravam-se roupas, fabricavam-se calçados de couro e vendiam-se esses bens.

Acreditamos que este estudo joga novas luzes a respeito do mundo do trabalho no agreste pernambucano. Passamos por tópicos como a decadência da escravidão, o dinamismo econômico ou falta dele e o papel da lavoura, da pecuária e da manufatura. Visto em conjunto, temos

algumas respostas para a pergunta que nos moveu: o que era o Agreste? Quem eram seus habitantes, e o que faziam para ganhar a vida? O que era Pernambuco além dos canaviais, interior adentro?

Este estudo também ensejou novas perguntas, a respeito das quais a nossa fonte cala. Uma dessas informações, se exposta, seria decisiva para ampliar a compreensão do nosso objeto de estudo: o número de libertos. Passamos por algumas paróquias com um número extraordinário de pretos livres, como Quipapá e Panelas. Seriam libertos? Quais eram as forças e circunstâncias da dinâmica de cessão e compra de alforrias em Pernambuco na década de 1870? Quais eram as perspectivas, inclusive profissionais, desses libertos?

E quanto às atividades rurais, tão importantes no estudo do agreste? De quais lavradores livres estamos falando? Entre os listados, quantos eram pequenos e médios sitiantes, e quantos eram trabalhadores em terras de outras pessoas? Que plantavam, algodão ou outras espécies de produto? E os escravos das fazendas de gado, onde estariam? Listados sob qual profissão? Outro ponto em aberto diz respeito ao tráfico interprovincial de escravos. O Censo é capaz de nos contar até mesmo quais paróquias da região cafeeira, em São Paulo, contavam com escravos vindos das províncias do Norte. Mas quantos foram levados da região do agreste? O que fazia um proprietário optar pela venda desse importante ativo? São perguntas ainda por responder.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A pecuária no agreste pernambucano**. Recife: Universidade do Recife, Faculdade de Ciências Econômicas de Pernambuco, 1961.

BISSIGO, Diego Nones. **A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123277>. Acesso em: 4 nov. 2024

CABRAL, Flavio José Gomes e COSTA, Robson (org.). **História da escravidão em Pernambuco**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2012.

CARLI, Caetano de. Seca, Sertão, Escravidão. Impacto da seca de 1877-79 no escravismo sertanejo. In: **Anais do V Encontro Nordestino de História**, 2004, Recife. Disponível em: <https://snh2011.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5/13-hist-economica/Artigo%20de%20Caetano%20De%20Carli2.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2024.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, Tiago Cargnin. A urbanização pernambucana na primeira metade do século XIX: as redes político-administrativa, judiciária e eclesiástica. In: **XX ENAN PUR**, Belém, 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/08/st06-08.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2024.

JUNIOR, Caio Prado. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LIMA, Glauber Guedes Ferreira de. O tráfico intraprovincial em Pernambuco (1871-1880): aspectos do fluxo de comércio de escravos em Pernambuco num período de crise. In: **Anais do V Encontro Nordestino de História**, 2004, Recife. Disponível em: <https://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/pe/anais/encontro5/13-hist-economica/Artigo%20de%20Glauber%20Guedes%20Ferreira%20de%20Lima.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2024.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o Império: 1871 – 1889**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. **Um século de pernambucanos mal contados: estatísticas demográficas nos oitocentos**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/HeitorPintoDeMouraFilho.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2024.

SANTOS, João Pedro dos. **Representações do *hinterland* pernambucano a partir das correspondências publicadas no Diário de Pernambuco (1850 – 1870)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII**. Recife: Companhia Editorial de Pernambuco – CEPE, 2010.

QUILOMBO PEDRA D'ÁGUA INGÁ-PB: O PROCESSO DE FORMAÇÃO EM QUESTÃO

Marciane Silva Ambrosio Benício¹
(PPGH-UFPB / marcianeambrosio@hotmail.com)

RESUMO

As questões relacionadas aos quilombolas, vem ganhando novos olhares, principalmente, por ser uma discussão importantíssima para se compreender a historiografia sobre o negro no Brasil, tendo em vista, a necessidade de entender os processos históricos que levou a formação do quilombo Pedra D'Água. Desta forma, temos como objetivos, analisar como ocorreu o processo de formação do quilombola Pedra D'Água no município de Ingá-PB, assim como, investigar como se deu a luta para o seu reconhecimento enquanto comunidade quilombola. Na revisão de literatura estamos nos apropriando de conceitos e aportes teóricos, como Lima (1992) Gomes (2005), Arruti (2006), Fredrich Barth (1998) Verena Alberti (2005), Tomas Tadeu (2012), para que assim possamos discutir sobre a identidade quilombola; José Maurício Arruti (2006) e seus apontamentos sobre o processo de formação dos quilombos; Ilka Leite (2000) trazendo questões conceituais sobre as ressemantizações que o termo quilombo que sofrera ao longo dos anos. Para assim, podemos compreender o processo de formação deste quilombo que resiste até aos dias atuais.

Palavras Chaves: Quilombo, Identidade, Processo de Formação.

1. INTRODUÇÃO

No período de escravidão no Brasil, entre os séculos XVI e XIX, os negros que conseguiam fugir das atrocidades dos senhores se refugiavam em locais bem escondidos e muitas vezes fortificados no meio das matas. Estes locais ficaram conhecidos como quilombos. Nesses espaços, eles viviam de acordo com sua cultura africana, sua religião e seus costumes, plantando e produzindo em comunidade. Como traz o historiador Flávio Gomes, “Os quilombos e mocambos se formavam quase sempre a partir dos escravos fugitivos. Dos canaviais e engenhos do Nordeste surgem as primeiras notícias de fugas de escravos e a constituição deles em comunidades” (GOMES, 2015, p-12).

¹ Marciane Silva Ambrosio Benício. Mestra em História (UFPB), Licenciatura em História pela UEPB, Licenciatura em pedagogia (Faveni), Especialista em História Local (UEPB), Pós Graduada em Educação Inclusiva (Cintep).

Os quilombos existentes no território Brasileiro constituem um fenômeno histórico, social, econômico e político que tem grande influência na construção social da nação. Além de simbolizar, um ponto de vista de resistência do povo negro, representando importantes aspectos na contribuição da cultura africana e na formação do Brasil. Para Abdias Nascimento, o quilombo vai além de lugar de refúgio:

Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. Repetimos que a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sócio-político em termos de igualitarismo econômico (NASCIMENTO, 1980, p.263).

Para o autor, o quilombo surge como uma espécie de evolução do ser humano, no sentido de enxergar o negro como seres de direitos, iguais politicamente e economicamente. Na perspectiva de Clóvis Moura (1993), que define quilombo como sendo uma forma de organização sócio-política, ligado ao conceito de resistência, inserindo os quilombos para além do contexto da escravidão, estendendo às dinâmicas de territorialização étnica ocorridas após a abolição.

A historiadora Beatriz Nascimento, por exemplo, traz que “quilombo é considerado, como forma de resistência dos negros ao regime de opressão, constituem um instrumento eficaz de enfrentamento da ordem social com a capacidade de muda-la a seu favor” (NASCIMENTO, 2021, p.114). Desta forma, podemos entender que a autora tem um olhar especial para o quilombo, visto que se trata da visão de uma mulher negra, que muitas vezes sentiu na pele o peso da cor, e nesse viés, ela mostra o quilombo enquanto um espaço de movimentos, de mudanças e ressignificações a partir de conquistas obtidas através de muita luta.

Visto isso, como bem ressalta Gomes (2016) não se pode restringir as experiências dos diversos quilombos espalhados por todo o Brasil ou ficar presos as tipificações realizadas por alguns estudiosos. Gomes destaca que:

Embora tenham surgido os importantes estudos de Clovis Moura (1925-2003) e José Alípio Goulart (1915-1971), as imagens de quilombos como comunidades isoladas permaneceram com força nas interpretações historiográficas até os anos 1980. Estudos mais recentes têm destacado a mobilidade e, principalmente, a articulação de mocambos e quilombos com vários setores da sociedade envolvente. Era justamente tal capacidade de interação com vários outros setores sociais que mais atemorizava autoridades e fazendeiros. Formavam assim comunidades de roceiros, desenvolvendo práticas camponesas articuladas às economias locais. Em muitas regiões brasileiras, acabariam reconhecidos como comunidades camponesas (GOMES, 2016, p.418).

Destacamos, pois, o fato de que o termo quilombo passou por diversas fases ao longo do tempo, sendo uma questão relevante e persistente. Atualmente é notório a importância em se abordar as concepções que vem fundamentando o termo “quilombo”, e o termo “remanescente”, percebendo as suas ressignificações, em que várias comunidades negras rurais passam a ser reconhecidas como comunidades quilombolas.

Sendo pertinente mencionar que, uma nova relação jurídica, mais especificamente com o Art. 68², da constituição Federal de 1988, surge entre o Estado e o povo quilombola. O seu processo de reconhecimento, está ligado ao uso do termo “remanescente”, que em grande medida, reconhece as perdas legais e culturais dos povos quilombolas. Arruti (2006) demonstra, em sua escrita, a semelhança com a situação indígena, reforçando que esse termo poderia classificar e sustentar a narrativa desses grupos. Segundo o antropólogo o termo “remanescente” foi criado juridicamente para compor o artigo 68 da Constituição Federal, que também é utilizado na descrição da situação de comunidades indígenas no Nordeste e que aponta para os arranjos classificatórios relacionados aos grupos étnicos, tanto para os indígenas como para os negros.

O uso do termo, em ambos os casos, implica para a população que assume (indígena ou negro) a possibilidade de ocuparem novo lugar na relação com seus vizinhos na política local, frente aos órgãos e as políticas governamentais e no imaginário nacional e finalmente em seu próprio imaginário (ARRUTI, 2006, p.82).

Com isso, podemos entender que “remanescente” vem caracterizar a situação atual dos negros, nas mais variadas regiões e contextos em nosso país, pois, segundo Arruti (2006) “remanescentes de quilombos” fora criado para tonar essas pessoas, como sendo sujeitos de direitos. Todavia, como veremos adiante tal termo gerou uma grande discussão entre os estudiosos do tema, pois remeteria a ideia de monumentalidade, algo preso ao passado, não sendo condizente com as realidades das comunidades negras brasileiras.

Visto isto, temos como objetivos: analisar como se deu o processo de identidade étnica na comunidade Pedra D’Água, como também, identificar como as identidades quilombolas se reconstróem e, se mantem no contexto contemporâneo. Para melhor refletir sobre o processo identitário, buscamos utilizar a metodologia da história Oral, a qual de acordo com a historiadora Verena Alberti, “esta evidentemente relacionada ao fato de permitir o reconhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais” (ALBERTI, 2005, p.166).

Neste viés, a História Oral pode ser pensada não apenas como um simples instrumento que fornece informações sobre fatos ocorridos em um passado distante, mas como uma forma de adquirir e conhecer as subjetividades dos narradores, ou seja, ela se apresenta como uma forma de fazer história, possibilitando diferentes visões e interpretações acerca da história vivida.

2 A Constituição Federal de 1988, traz em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) onde estabelece o reconhecimento pelo Estado brasileiro do domínio das terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades quilombolas, reafirmando o respeito às diferenças dentro de nossa sociedade, ou seja, identificando na comunidade quilombola características específicas, em conformidade com o Estado Democrático de direito. O Decreto 4887/03 regulamenta a delimitação, regulamentação, identificação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos quilombolas, disciplinando o artigo acima descrito.

ART. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.

“A história oral permite o registro de testemunhos e o acesso a “histórias dentro da história e, desta forma ampliar as possibilidades de interpretação do passado” (ALBERTI, 2005, p. 155).

Por isso, a utilização da história oral através das entrevistas é importantíssima para o desenvolvimento deste trabalho, pois, o mesmo busca discutir a partir de registros orais o que fora deixado de lado por muito tempo pela historiografia. Com isso:

A entrevista de história oral é sempre um processo ideológico, isto é, que demanda a existência de pelo menos duas pessoas em diálogo, porém, não se nota de uma conversa e sim uma relação programada, atenta as gravações. Assim, os contatos humanos premeditados, se colocam como imprescindíveis, na elaboração da história oral (MEIHY, 2005, p.19).

Nesta perspectiva a História Oral, torna-se a base deste trabalho, pois a mesma busca analisar, debater e confrontar as memórias que giram em torno desta temática, possibilitando entender os caminhos percorridos no processo identitário desta comunidade chamada Pedra D'Água. Buscaremos, pois, analisar através das memórias de sujeitos remanescentes do quilombo Pedra D'Água, a partir do que a Ecléa Bosi (1987) denomina da memória dos velhos, pontuando que a memória transmite aquilo que não pode ser encontrado nos livros, pois cada um tem uma forma de ver, de sentir e de lembrar, visto que os acontecimentos podem ser lembrados de forma diferente por cada pessoa.

Buscamos problematizar os elementos fundantes no processo de reconhecimento e de formação de uma identidade étnica, trazendo os grupos étnicos, como sendo uma forma de organização social, a partir de Fredrik Barth (1998). Segundo o antropólogo norueguês, “na medida em que os autores usam identidades étnicas para caracterizar a si mesmo e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos nesse sentido organizacional” (BARTH, 1998, p.194). A partir desta perspectiva, tomaremos como base para a nossa pesquisa, os relatos orais de sujeitos pertencentes a essa comunidade quilombola, para que desta forma, possamos entender as relações estabelecidas com o posicionamento político de identidade deste grupo, enquanto remanescentes de quilombo.

2. CONCEITUANDO O TERMO QUILOMBO

“Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despoitada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se encham pilões neles” (MOURA, 1981, p.17)

Segundo o sociólogo Clóvis Moura, esta é a primeira definição de quilombo, destacado pelo o Rei de Portugal no final dos anos de 1740. O conceito apresentado na epigrafe acima, traz consigo alguns elementos que sintetizam o quilombo neste período e que se tornara base para as conceptualizações em torno das definições de quilombos por muito tempo. O primeiro ponto a ser destacado, pode ser caracterizado como a “fuga”, ou seja, o quilombo sempre estava as-

sociado a escravos fugidos, buscando escapar da violência sofrida. No segundo elemento, para ocorrer a formação de um quilombo, ele sempre teria que comportar uma quantidade mínima de negros “fugidos” no caso, teria que passar de cinco.

O terceiro destaca as “localizações” que demarcam o espaço geográfico, o qual sempre seria um local isolado, também constituído de difícil acesso, perto de uma natureza selvagem longe do mundo dito civilizado. Salientando que este isolamento acabou gerando um pensamento preconceituoso que os quilombos seriam locais fora do mundo social e do trabalho. No quarto elemento destaca-se o “rancho³”, que é o tipo de moradia existente no local, muito pela facilidade de encontrar e retirar os materiais diretamente na natureza e, assim, construir suas moradias. No quinto e último elemento podemos destacar os “pilões⁴”, que é um instrumento que transforma grãos em alimentos, como por exemplo: grãos de milho, arroz, entre outros.

Segundo o Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808), dirigido por Ronaldo Vainfas (2000), “quilombos” foi o termo muito utilizado pelos portugueses para designar as povoações que foram construídas pelos escravos que fugiram dos cativeiros. Salientando que quilombos são apresentados na historiografia brasileira do século XVIII até os dias atuais. Muitos estudos abordam sobre o famoso Quilombo de Palmares em sua dimensão, o maior e mais longo do período colonial, além das quantidades de membros que compunham aquele espaço. Todavia, como destaca o historiador Flávio Gomes (2016) existiram diversas formações e experiências de aquilombamentos no Brasil, não se restringindo a experiência de Palmares.

Historicamente a origem linguística da expressão “quilombo” veio do território africano, sobretudo do Zaire e Angola, na África central. Possivelmente, este termo trata-se de uma expressão que se originou dos povos de língua banto (“kilombo”), que veio com membros escravizados para a colônia portuguesa. Já para a cultura africana, o quilombo significa lugar cercado e fortificado: “... a história do quilombo, como a dos povos bantu, envolveu povos de regiões diferentes entre Zaire e Angola onde a instituição quilombola teria pertencido aos jagas aliados dos lunda que, na guerra, ficaram conhecidos como imbangala” (SILVA, 2003, p. 30).

No Império, a definição de quilombo muda um pouco, como enfatiza Arruti (2008), os critérios tornaram-se mais amplos, visto que apenas a reunião de três escravos fugidos que formassem um rancho ou não já podia se constituir um quilombo.

Com a conceituação institucional da Fundação Cultural Palmares⁵, a expressão “quilombolas” designa os descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de

3 Rancho: é uma propriedade rural onde geralmente existe uma habitação e em sua volta, campos para criação de gado. Informação retirada do: <https://www.dicio.com.br/pesquisa.php>

4 Pilões. É uma peça, geralmente de madeira, de extremidade arredondada, que serve para pilar, socar, esmagar ou triturar (café, milho, amendoim etc.). Informações retiradas: <https://www.dicio.com.br/rancho>

5 A Fundação Cultural Palmares (FCP), criada no Governo de José Sarney em 21 de março de 1988, sob decreto federal, Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, é uma resposta governamental às reivindicações do movimento social negro brasileiro que, à época, questionava sistematicamente a

subsistência e religiosas ao longo dos séculos. A Fundação Cultural Palmares é responsável em organizar ações e projetos que busquem promover a igualdade racial, valorizar, preservar e difundir a história e o patrimônio cultural negro brasileiro, reconhecer a diversidade cultural brasileira e as contribuições da população negra na constituição do país. De maneira mais abrangente, a Associação Brasileira de Antropologia costuma definir as comunidades quilombolas como grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar (O'DWYER, 2002, p. 18).

Durante a República o termo quilombo passará por “ressemantizações” ou seja já, “ganha novos significados” desta forma, deixará de ser utilizado como sendo de ordem repressiva, de fuga e ganhara um novo discurso político e social como sendo símbolo de resistência. Para Arruti; “... o termo remanescentes, respondeu antes de mais nada, a necessidade de torná-la nomeáveis, adjetivando-os para que se fizessem visíveis e aceitáveis” (ARRUTI, 2006, p.79), ou ainda na perspectiva de Mello (2012) o termo remanescentes é sugestivo, pois revela a expectativa nas comunidades atuais, formas atualizadas dos antigos quilombos, ou ainda segundo Barth (1998) a auto definição torna-se um imperativo metodológico e conceitual.

2.1. AS REPRESENTAÇÕES DO QUILOMBO NA CONTEMPORANEIDADE

O quilombo na perspectiva de Abdias do Nascimento⁶, a partir do seu livro O quilombismo, será abordado como sendo um movimento social de resistência cultural do povo negro. Em sua postura de ativista e em sua escrita traz uma proposta político social para os quilombos, possibilitando uma discussão sobre os quilombos no Brasil. Compreendendo-os como sendo espaços “comunitários” em que buscam “resgatar” sua liberdade e sua dignidade, sendo possível acontecer através da fuga, buscando um espaço físico onde pudessem viver e organizar-se enquanto uma sociedade livre.

Os quilombos, que variavam segundo o tamanho das terras ocupadas e o número de habitante, via de regra mantinham bem organizada e eficiente produção agrícola, formas de vida social instituídas segundo modelos tradicionais africanos adaptados à nova realidade da América (NASCIMENTO, 1980, p.50-51).

Nesta perspectiva Abdias Nascimento apresenta o quilombo enquanto um espaço organizado e centrados em movimentos sociais e culturais, mantendo traços de suas raízes ancestrais.

violência dirigida aos povos racionalizados no Brasil e a incapacidade do Estado de prover políticas públicas mais consequentes que pudessem fazer face ao problema (MOURA, 2021, p.06).

6 Abdias Nascimento, considerado um dos maiores expoentes da cultura negra e dos direitos humanos no Brasil e no mundo fundou entidades pioneiras como o Teatro Experimental do Negro (TEN), o Museu da Arte Negra (MAN) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO). Foi um idealizador do Memorial Zumbi e do Movimento Negro Unificado (MNU) e atuou em movimentos nacionais e internacionais como a Frente Negra Brasileira, a Negritude e o Pan-Africanismo.

Beatriz Nascimento⁷, por sua vez, uma mulher negra que se incomodava com a forma que é mostrado conceitualmente o quilombo na história, preocupava-se epistemologicamente e teoricamente com a forma que era difundida o conceito de quilombo no Brasil, levando-a mobilizar e a criticar a historiografia referente ao conceito de quilombos que o trata como algo inerte. Para Beatriz “o quilombo no seu sentido histórico, seria como um sistema social alternativo” (NASCIMENTO, 2021, p.115)⁸.

Partindo deste ponto, podemos perceber que os quilombos não são territórios isolados, eles podem ser analisados a partir de uma rede de movimentos. Ainda refletindo sobre os conceitos tradicionais e contemporâneos, tendo como base, o termo “ressemantização”. Percebendo as novas ressignificações do termo quilombo. Tendo em vista, que o quilombo passou de algo pejorativo, excluído socialmente, para posteriormente a ser visto como fruto de resistência, para além disso, na atualidade o quilombo passou a ser caracterizado enquanto grupos étnicos. Barth (1998), relaciona à organização dos grupos étnicos como sinais “diacríticos”. Salientando que essas novas maneiras de interpretar e estudar os grupos étnicos de remanescentes quilombolas vem colocando-os em evidência, levando-os a se reconhecerem como sujeitos históricos (BARTH, 1998, p.189).

2.2. REFLETINDO SOBRE A LEGISLAÇÃO QUILOMBOLA

Analisando as legislações brasileiras acerca dos quilombos, encontramos um histórico de silêncios e invisibilidades, em grande medida por parte dos dispositivos legais, para com o uso da terra de uso comum⁹ pelas comunidades quilombolas.

Na visão de Silva (2012), os primeiros quilombos que se formaram basicamente a partir da fuga de negros para os matos em busca de refúgio, como uma forma de sobreviver e resistir à escravidão a que foram submetidos ao longo da história. Nesta perspectiva, o direito à terra é determinante pelo o acesso desses povos a outros direitos importantes, como podemos observar;

7 Nasceu em 1969, aos 28 anos, Beatriz Nascimento cursou História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Maria Beatriz Nascimento nasceu em Aracaju, Sergipe, em 12 de julho de 1942. Oitava filha do casal Rubina Pereira do Nascimento e Francisco Xavier do Nascimento, teve nove irmãos. Sua trajetória foi marcada pela luta de reconhecimento da história do negro, ativista preocupava-se como era apresentada a história do negro na historiografia brasileira. <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/beatriz-nascimento-uma-intelectual-que-todo-mundo-precisa-reconhecer/>.

8 Segundo a historiadora Beatriz Nascimento a história negra é uma história de movimentos de um povo que não desiste, não se acomoda e que luta por sua liberdade, ela repensa a trajetória negra e traz um novo conceito de negritude, de corpos, de quilombo, de transatlanticidade e de poesia, como podemos observar: “tudo que transporta o ar, nós revelamos, sonhamos coisas que existirão. Ainda que você sempre duvide. Nem todo o oprimido de visão é cego; quem rala a alma pelo o lado de fora sim (RATTS, 2007, p.35).

9 Consistindo em grupos sociais que historicamente estabeleceram relações de uso comum com os recursos naturais (solos, hídricos, florestais), controlados por vários ramos familiares que compõem uma unidade social (ALMEIDA, 1996).

A partir da Constituição brasileira de 1988, o quilombo adquire uma significação atualizada, ao ser inscrito no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para conferir direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro (O'DWYER, 2002, p.13).

A partir destas informações, que garante o direito à terra, as comunidades quilombolas passam a adquirir uma grande visibilidade social, sendo integrados em uma nova categoria que passa a ser denominada de comunidade tradicional. Com isso, esses lugares não são mais vistos nem considerados como locais de fugitivos, mas sim, enquanto grupos de negros que lutaram e muitas vezes guerrearam contra uma violenta opressão que sofreram.

Apenas no final da década de 80, quando os parlamentares aprovam uma nova constituição para o Brasil. Essa Nova Carta Magna¹⁰ irá reger o artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, que dará direitos importantíssimos aos remanescentes de quilombo, que estejam ocupando suas terras, cedendo-as de forma definitiva. O quilombo nesse momento, como destaca Ilka Leite, “é trazido novamente ao debate para fazer frente a um tipo de reivindicação que, à época, alude a uma “dívida” que a nação brasileira teria para os afro-brasileiros em consequência da escravidão” (LEITE, 2000, p.339).

Arruti (2008), destaca, por sua vez, que a formulação do Art. 68, se deu de forma improvisada, “encontramos pressupostos obscuros e confusos, um conhecimento muito limitado da realidade que nele se faria representar e uma discussão que em momento algum, apontou para o futuro” (ARRUTI, 2006, p.67). Nesse sentido, pode-se perceber que o artigo foi algo improvisado, precisando ser mais discutido, pois havia um desconhecimento dos “problemas sociais” enfrentados por esses grupos. Com isso, percebe-se que o artigo 68, busca em grande medida apresentar uma reparação, a uma dívida em relação aos negros escravizados, as atrocidades sofridas durante quase os quatro séculos de escravização, além de vivenciar uma abolição que não deu a estes sujeitos direitos sobre terras, entretanto os legisladores ainda estavam presos a definição de quilombos, enquanto isolados e com reminiscências dos antigos quilombos formados no período colonial.

Desta forma, apesar das críticas sofridas, é inegável que com a Constituição Federal de 1988 o “quilombo” ganhou um novo sentido, apresentado no art. 68 do ADCT¹¹, levando os mesmos a adquirir os direitos territoriais de comunidades remanescentes de quilombos, enquanto sujeitos de direitos. Tal perspectiva, permitirá uma visualização e desenho de uma cartografia inédita, buscando reinventar novas figuras do social reconhecida legalmente.

10 **Constituição Federal de 1988** é a atual Carta Magna do Brasil, sétima constituição brasileira e sexta como república.

11 ADCT. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Para além do Art. 68, outras legislações atentam para que tais grupos tenham seus direitos assegurados. No Art. 215¹² da CF, a exemplo, o qual destaca a importância do pleno exercício dos direitos culturais e do acesso às diversas formas de cultura, além proporcionar a valorização, o incentivo e a difusão das diferentes manifestações culturais de um povo. Entendendo que é inerente ao ser humano a necessidade de expor seus pensamentos, suas opiniões e seu modo de ver a vida.

Já no Art. 216¹³, da visibilidade aos bens considerados de natureza material ou imaterial, que são tomados individualmente ou de forma coletiva, aborda também, portadores de referência à identidade de cada povo, como também à ação, à memória dos diferentes grupos que formam a sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão de uma sociedade. Nesse sentido, os Artigos. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 foram fundamentais constitucionalmente, principalmente, por enfatizar a defesa dos direitos culturais que de certa forma, ajudou na formação de identidades do país.

Por fim, o artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), ao reconhecer o direito à terra desses descendentes de negros, concedendo a proteção embasada nos direitos legais, garante aos cidadãos, o respeito e a igualdade que deve compor o sistema democrático do país. A partir do artigo 68 e do decreto 4.887¹⁴, muitas comunidades negras de remanescentes de quilombolas, assim como foi o caso do quilombo Pedra D'Água, que pautada nos parâmetros legais conseguiram o seu tão sonhado reconhecimento diante de toda sociedade, algo que para eles significa para além da liberdade, mais equidade, respeito e dignidade humana.

3.1 QUILOMBO PEDRA D'ÁGUA

A comunidade quilombola Pedra D'Água, localizada no município de Ingá- PB, teve seu reconhecimento enquanto comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares em 19 de abril de 2005. Em 18 de julho de 2008, através do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, teve sua área delimitada em 132,4 hectares. Sua Portaria consta de 10 de janeiro de 2012, assinada pelo presidente do INCRA, Celso Lacerda, reconhecendo a Comunidade Pedra D'Água, como terras de comunidade remanescente de quilombola. Em 05 de dezembro

12 **Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

13 Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - As formas de expressão;

II - Os modos de criar, fazer e viver;

III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

14 Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

de 2013, através de decreto a Presidente da República que declara interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo Território Quilombola Pedra D'Água, localizado no Município de Ingá, Estado da Paraíba.

A comunidade negra quilombo Pedra D'Água surgiu a partir de uma fuga, a qual se deu por ocorrência do movimento “quebra quilos¹⁵” (1874-1875) que tem uma grande influência de fazendeiros e comerciantes locais da cidade de Ingá. Em decorrência a esse levante, houve o envolvimento do negro Manoel Paulo Grande, que após o acontecido, teve que fugir para as terras que hoje se encontra o quilombo Pedra D'Água. Manoel Paulo Grande escolheu essa localidade por apresentar um difícil acesso, cercado por matas, morros e grandes pedras, um lugar propício para se esconder e se proteger da polícia local.

Desta forma, entende-se que o quilombo Pedra D'Água, se formou ainda no período da escravidão entre os anos de 1874- 1875, entendendo que o fim da escravidão negra só ocorrerá no dia 13 de maio de 1888 no papel e com a inauguração da república no ano seguinte. Sobre tudo é possível entender que, mesmo após legalizado o fim da escravidão no país, continuaram práticas e o trato de violência que consagrava os costumes escravocratas. Foi para fugir destas amarras, libertando-se dos mandos e desmandos de um sistema que oprimia, surgindo o quilombo Pedra D'Água.

Desta forma, entendemos que os laços que constituem as identidades de um povo, são moldados através de suas origens e com o passar do tempo, as mesmas são intensificadas pelas as relações que são construídas ou desconstruídas pelos fatores sociais e globais, como também de outras influências internas e externas. Hall (2014), “As identidades nacionais e outras identidades “locais” ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização” (HALL, 2014, p.40), ou seja, as identidades são construídas a partir das relações estabelecidas dentro de um grupo através de seus saberes e fazeres.

A partir de um olhar mais acessível, esses sujeitos reavivaram e passaram a valorar sua identidade, tendo em vista, que os quilombos e o povo quilombola vivenciaram séculos de sua história sem nenhuma Legislação que os favorecessem com alguma Lei ou direito constitucional. O quilombo em seu itinerário histórico ampliou-se em grande medida por meio de lutas e da coragem em se libertar das amarras da escravidão e posteriormente de uma abolição sem reparação. Na fala de uma das moradoras “*hoje nós se reconhece como quilombola, sem medo, porque hoje nós temos direitos, antes a gente não sabia*” (Entrevistada. Santos, Maria de Lurdes¹⁶-2022). Embora, seja necessário compreender que ainda se tem muito a fazer, no sentido de valorizar e viabilizar meios que intensifiquem o respeito, o reconhecimento desses remanescentes de quilombos que fazem parte da construção da identidade brasileira.

15 Para mais detalhes ver: NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino. Relatório Antropológico sobre o Quilombo Pedra D'Água. Campina Grande, 2009.

16 SANTOS, Maria de Lurdes Ferreira dos. (dona Maria de Lurdes) Entrevista concedida à Marciane Silva Ambrosio Benício, Comunidade quilombola Pedra D'Água, 10/06/2022.

O sentimento de pertencimento ao território da comunidade quilombola de Pedra D'Água, está intimamente relacionado ao sentimento de pertencimento a um grupo específico e demarcado territorialmente nas terras do quilombo Pedra D'Água. Nas palavras dos moradores: *“Sim, eu mim identifico como quilombola, por que eu nasci e me criei aqui, aqui eu fui criança, moça e aqui tive minha família e sim, eu sou quilombola!”* (Entrevistada, Santos, Tereza¹⁷-2022). A partir destas palavras podemos perceber o pertencimento ao lugar, muito pelos laços de parentescos, sociabilidades e compadrios construídos no quilombo.

Nesta perspectiva, podemos destacar que as relações que caracterizam esses laços identitários entre os moradores do quilombo podem ser percebidos em suas falas quando os mesmos se referem ao ancestral comum, o senhor Manoel Paulo Grande e que denota a forte presença da ancestralidade na fala dos moradores.

Foi meu tataravó que primeiro chegou aqui, o Manoel Paulo Grande, fugindo para não morrer, home bravo, forte, tinha presença sabe, e veio pra cá aqui e acolá, ficou aqui sabe, até chegar o que você vê.” (Entrevistado. Santos, José Paulo¹⁸-2022)

A partir da fala deste senhor, José Paulo de 84 anos, podemos ver o reconhecimento deste ancestral comum, e isso é percebido na fala de todos os entrevistados, quando estes reportam quem foi o primeiro a chegar ao quilombo e povoá-lo. Outra característica reconhecida atualmente é a cor da pele, *“eu me identifico como negra sim! E como quilombola também! Sou negra quilombola.”* (Entrevistada. Firmino, Luiza¹⁹-2022).

Sendo importante salientar que durante muito tempo os moradores de Pedra D'Água não queriam ser identificados como remanescentes de quilombo, pois por sempre sofreram perseguições, preconceitos e racismo como podemos ver nas palavras a seguir: *“antes eu não me identificada não, porque a gente sofria preconceito, ficavam olhando de lado, mas agora sim, por que a gente é negro mesmo, e agora a gente também tem direito”* (Entrevistada. Firmino-Luiza, entrevistada- 2023). Com isso, podemos ver que a negação de sua identidade negra se dava em grande medida pelo medo de sofrerem preconceitos.

Isso se deve pela inferiorização, a desvalorização e estereótipos criados acerca da população negra. Vemos nas palavras acima, a marca da negação em se reconhecer negra, simplesmente por medo, por receio de assumir sua própria identidade, antes de ter um conhecimento étnico ou uma consciência de sua identidade. Para isso foi preciso todo um processo de desconstrução

17 SANTOS, Tereza Gonçalves da Silva. (dona Terezinha) Entrevista concedida à Marciane Silva Ambrosio Benício, Comunidade quilombola Pedra D'Água, 10/06/2022.

18 SANTOS, José Paulo dos. (Seu Zé Paulo) Entrevista concedida à Marciane Silva Ambrosio Benício, Comunidade quilombola Pedra D'Água, 22/05/2022

19 SANTOS, Luiza Firmino dos. (esposa de seu Dom), dona de casa, agricultora. Entrevista concedida à Marciane Silva Ambrosio Benício, Comunidade quilombola Pedra D'Água, 04/11/2023.

para que esses sujeitos se auto reconheçam e se identificassem enquanto negros remanescentes de quilombo.

A comunidade Pedra D'Água passa por diversos momentos enquanto grupos étnicos, inicialmente negando sua negritude por medo de sofrer racismo e preconceito, esse cenário começa a mudar mais especificamente no ano de 2005, quando a comunidade quilombola passa a ser reconhecida legalmente como sujeitos de direitos. Desta forma, a Identidade quilombola que se constrói no quilombo Pedra D'Água, se constituiu através das relações cotidianas que emerge a partir da luta pela sobrevivência, reinventando-se como sujeitos de direitos e de reconhecimento social e político.

REFERÊNCIAS

ABA. Associação Brasileira de Antropologia. ABA. Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, Rio de Janeiro: 1994, disponível em <http://www.portal.abant.org.br/quem-somos/consultado>. Acesso em 13 de maio de 2022

ACAADE. Quilombos da Paraíba, Disponível em; <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com.br/p/aacade.html>. Acesso em 10 de maio de 2022.

ALBERTI, Verena. **Fontes orais: Histórias dentro da História**. In: Fontes Históricas. Carla Bassanezi Pinsky (org.). São Paulo: Contexto, 2005, p.155-202.

ALMEIDA, Alfredo W. B. **Os Quilombos e as Novas Etnias**. In: Quilombos: Identidade étnica e territorialidade. Eliane Cantarino O'Dwyer (org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: Antropologia e História do processo de Formação Quilombola**. Bauru: Edusc, 2006

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras** In. POUTIGNAT, Philippe; STREIFF_FERNART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998

CHARTIER, Roger. **“Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais.”** In: A História Cultural entre práticas e representações. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 13-28.

FERREIRA, Alexandre. **Ingá: Retalhos da história... Resquícios de Memória/** Alexandre Ferreira- Campina Grande: Cópias & Papéis. 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade**. IN. Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Trad. Tomaz Tadeu da Silva (org). 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e Normativas.** Etnográfica, vol. IV, 2000. P.333-354.

LEITE, Ilka Boaventura. **O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais.** Ilka Leite Boaventura. Revista Estudos Feministas, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008.

LE GOFF, Jackes. **História e Memória.** Tradução Bernado Leitão et al. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. P.571

MOURA, Maria Aparecida. **Racismo estrutural, epistemologia da ignorância e a produtividade do discurso colonial: cartografia de controvérsias sobre a tentativa de desfazimento do acervo bibliográfico da Fundação Cultural Palmares.** Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e 5789, nov. 2021. <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i2.5789>.

MEIHY, José C. S. Bom. **História Oral: Como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2007.

MOURA, Clovis, **Quilombos, Resistencia ao escravismo.** Cloves Moura. Seré princípios, Editora. Ática. 3º edição. 1993.

NASCIMENTO, Beatriz Nascimento, **Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição.** São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz 1942-1995. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos** / Beatriz Nascimento; Organização Alex Ratts. IEd. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

NASCIMENTO. Abdias do. **O quilombismo.** Documentos de uma militância pan-africana. Abdias Nascimento. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, Rio de Janeiro. 1980

NASCIMENTO, Abdias, Nascimento. **Quilombismo.** Petrópolis/ Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino. **Relatório Antropológico sobre o Quilombo Pedra D'Água.** Campina Grande, 2009.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 43-82.

RATTS, Alexsandro (Alex) J. P. **Eu sou Atlântica: Sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento.** 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial / instituto Kuanza, 2007. v. 1. 136p. (Foto: Imagem retirada do site UNILAB)

SILVA, Martiniano José. **Quilombos no Brasil Central: Violência e Resistência Escrava.** Goiânia: Kelps, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial, 1500 á 1808.** Ronaldo Vainfas. Editora Objetiva. 2000

NASCIMENTO, Beatriz 1942-1995. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos** / Beatriz Nascimento; Organização Alex Ratts. I Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

RATTS, Alexsandro (Alex) J. P. **Eu sou Atlântica: Sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento**. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial / instituto Kuanza, 2007. v. 1. 136p. (Foto: Imagem retirada do site UNILAB)

PPP. **Projeto Político pedagógico, Escola José Pontes da Silva**. Secretaria de Educação Cultura e Turismo, ingá-PB, 2021.

O CORTIÇO, DE ALUÍSIO AZEVEDO E AS RELAÇÕES COM O COTIDIANO DAS POPULAÇÕES SUBALTERNIZADAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM FINS DO SÉCULO XIX

Matheus Ramos da Costa
(UERJ - matheusramos.uerj.2@gmail.com)

RESUMO

O presente trabalho aborda a obra “O Cortiço” de Aluísio Azevedo (1997), explorando - através de uma perspectiva historiográfica - suas relações com a realidade das populações subalternas no Rio de Janeiro no final do século XIX. A pesquisa tem como objetivo analisar os aspectos sociais, econômicos e culturais representados na obra, destacando como o naturalismo de Azevedo retrata a vida dos moradores de cortiços e a luta pela sobrevivência em um ambiente de extrema desigualdade. As hipóteses investigam como o autor utiliza a literatura para criticar a estrutura social da época, expondo a exploração e a marginalização das classes mais pobres por meio da ficção literária. Além disso, o estudo propõe que a narrativa do autor não apenas reflete as condições sociais do período, mas também contribui para uma compreensão mais ampla dos desafios enfrentados pelas populações marginalizadas no contexto histórico carioca.

Palavra-chaves: Rio de Janeiro, População, Subalternos.

INTRODUÇÃO

O século XIX é caracterizado por muitos intelectuais por ser um período de transformações e inovações, além de remodelações no cenário político mundial. Na Europa ressaltam-se as Guerras Napoleônicas (1791-1815), as Guerras de Independência Italiana (1848/1859-61/1866), a Guerra Franco-prussiana (1870), a unificação Alemã (1871), o avanço das ideias e do cientificismo, entre outros eventos.

Voltando o olhar para os eventos que ocorriam na(s) América(s) podem ser destacados: as guerras de independências das colônias espanholas (de 1808 a 1829), a fuga da família real portuguesa para o Brasil (1808), a Independência do Brasil (1822), a Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai (1864-1870), as guerras de Secessão nos EUA (1861-1865) entre outros eventos.

A política se modificava em vista aos grandes eventos que borbulhavam no cenário político mundial. As economias acompanhavam essas transformações movidas pelas inovações

dos setores de produção - sendo a Revolução Industrial o evento marcante. O campo das ideias e do cientificismo gradualmente vai ganhando força. A escravidão negra começará a cair em decadência a partir do combate ao tráfico negreiro para atender a demandas do capitalismo emergente. O colonialismo sofrerá queda com os processos de independência. Revoluções de cunho sócio-racial-político eclodem como o caso da Revolução Haitiana (1791-1804).

São muitos os processos/eventos que denotam o século XIX, aqui apresentou-se uma fração da riqueza histórica desse século que vai além das muitas transformações do cenário político, econômico e social. O século XIX também é caracterizado pela inovação nas artes e na literatura.

O Romantismo como movimento de maior relevância artístico-literária por quase todo o século XIX verá o surgimento de outros movimentos em sua contraposição, o *realismo* e o *naturalismo*. O realismo se caracterizaria pela expressão da realidade, a objetividade, crítica a uma estrutura social edificada por critérios elitizados, a valorização ao coletivo, apego a intelectualidade ou proximidade do conhecimento, etc. Como resultante do realismo, surge o naturalismo, também de finais do século XIX, semelhante ao realismo, o naturalismo busca aprofundar-se no humano, no cotidiano, proximidade/valorização de classes subalternas e cenários precarizados, explorando a sexualidade dos seres, o humano como um ser em evolução, usando o ficcional em prol de uma experimentação para o real criticando as organizações e estruturas que a sociedade reforça.

Direcionando o olhar para o Brasil, em especial a cidade do Rio de Janeiro, de finais do século XIX. O presente ensaio buscará apresentar considerações acerca da obra naturalista, *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, buscando elementos que conversem com uma dada realidade ou que expressem/aproximem-se do cotidiano da população subalterna da cidade do Rio de Janeiro em anos finais do século XIX.

A partir do conceito de *representação* e da relação da Literatura e da História, o presente trabalho tem a finalidade de observar a contribuição da ficção na literatura aproximada do que seria o cotidiano da sociedade carioca na última década do século XIX. O método utilizado consiste na análise bibliográfica, referenciando-se por produções que utilizam *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, como uma obra colaborativa para o seu pensar a história carioca nos Novecentos.

Com isso, esse estudo pretende observar a proximidade da ficção para aspectos cotidianos da sociedade carioca, buscando entender como ocorriam as relações sociais nas diferentes estruturas ou camadas ou classes ou gêneros na sociedade em questão

ALUÍSIO AZEVEDO, O PRECURSOR DO NATURALISMO NO BRASIL

Adentrando a obra de Aluísio Azevedo devemos a priori constar algumas considerações do literato em questão para compreendermos o cenário que Azevedo constroi para nós enquanto

leitores, relacionando os personagens, o espaço, os imbróglis, as características de algo que um dia condizia com uma determinada realidade, e elementos que resistiram/mantiveram-se com o tempo.

Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo, nascido no Maranhão em 14 de abril de 1857, fora caricaturista, jornalista, romancista e diplomata. Filho do vice-cônsul português David Gonçalves de Azevedo e de D. Emília Amália Pinto de Magalhães e irmão mais novo do comediógrafo Artur Azevedo¹.

Em 1876, Azevedo chegou ao Rio de Janeiro, estudou na Imperial Academia de Belas Artes (atual Escola Nacional de Belas Artes). Retirava sua subsistência das produções de caricaturas para jornais, tais como *O Fígaro*, *O Mequetrefe*, *Zig-Zag* e *A Semana Ilustrada*. Aluísio Azevedo, mesmo com as obrigações que o cercavam para manter-se financeiramente, sempre manteve-se próximo das produções de romances. Em 1878, com o falecimento do pai, regressou para São Luís (MA), e no ano seguinte, publicou seu primeiro romance *Uma lágrima de mulher*, obra de caráter romancista, anos mais tarde, em 1881, lançou *O Mulato*, está sendo por sua vez de caráter naturalista, inaugurando o movimento no Brasil². No mesmo ano de publicação do segundo romance, Azevedo retornou ao Rio de Janeiro, empenhado em dar prosseguimento em sua carreira de escritor.

No espaço movimentado do Distrito Neutro, Azevedo se empenhou em retratar ou expressar os ordenamentos e comportamentos sociais, olhando para as querelas da sociedade expondo a pluralidade sócio-racial-econômica existente na cidade. Nessa etapa de sua vida, entre 1882 a 1895, surgiram duas das produções mais consideráveis de Azevedo: *Casa de pensão* (1884) e *O cortiço* (1890), sua obra de maior reconhecimento.

Em 1895 iniciou sua carreira de diplomata, afastando-se de sua vida literária. Serviu a diplomacia brasileira na Espanha, Japão, Argentina, Inglaterra e Itália. Veio a falecer em 21 de Janeiro de 1913 em Buenos Aires, vítima de um atropelamento. Vale ressaltar que durante a sua vida de escritor, Aluísio Azevedo compactuou com a ideia de abolição da escravatura, além de denunciar as questões de preconceitos raciais em suas obras, causando forte impacto na sociedade maranhense, devido ao seu caráter de crítica a um sistema estrutural da sociedade³ brasileira da época.

1 Informações disponível no site oficial da Academia Brasileira de Letras: <https://www.academia.org.br/academicos/aluisio-azevedo/biografia>

2 **PIETROBOM**, Amanda Lopes. ALUÍSIO AZEVEDO COMO REPRESENTANTE DO NATURALISMO NO BRASIL. In: _____. Aluísio Azevedo: naturalismo e fantástico. Dissertação de Mestrado, UNESP, São José do Rio Preto - SP, p. 24, 2012

3 Informações disponível no site oficial da Academia Brasileira de Letras: <https://www.academia.org.br/academicos/aluisio-azevedo/biografia>

RESUMO D'O CORTIÇO

A obra *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, apresenta a história/romance dos personagens - moradores - de um cortiço carioca, localizado no bairro de Botafogo, sendo esses: João Romão, Bertoleza, Dona Isabel e sua filha Pombinha, Jerônimo, Piedade, Rita Baiana, a Bruxa, Bruno, Leocádia, Marciana, Florinda, os vizinhos do casarão ao lado Miranda, Dona Estela, Zulmira, Botelho, Henrique entre outros personagens sendo esses os mais recorrentes na trama. O espaço denota o aspecto da pobreza, dos desafios cotidianos, da desigualdade racial, socioeconômica, expondo a dicotomia das realidades de cada indivíduo do romance presente no cortiço ou estalagem⁴ São Romão.

O enredo começa a partir do personagem João Romão, esse que adquire do seu ex-patrão, um português - que na história não é mencionada nome e nem relações com o personagem em questão - uma taverna localizada no bairro de Botafogo, próximo a uma pedreira, como forma de pagamento dos seus tributos pelos serviços prestados. João Romão assumiria a administração do estabelecimento após a ida do ex-patrão de volta a Portugal. O desenrolar da história - primeiros capítulos -, denota-se pela voz do narrador, o caráter mesquinho e compulsivo de João Romão em acumular riquezas. A criação ou o surgimento do cortiço são um dos exemplos dos anseios do personagem, João Romão, resultante do anseio do lucro imobiliário e de ações de pilhagens de materiais de construção de canteiros de obras, pela introdução de um “auto-arrocho” econômico no seu modo de vida, além da exploração da mão de obra da “alforriada” Bertoleza, mulher negra, de fiel lealdade a João Romão.

Bertoleza, é a segunda personagem da trama, essa por sua vez surge na história como uma escrava submissa às imposições do seu dono que lhe cobrava os ganhos mensais como quitandeira nas praças do Rio, no sistema de exploração escravista da *escravidão de ganho*⁵. João Romão falsifica uma carta de alforria para convencer a cativa de que era livre, na qual abriria caminho para se aproximar de Bertoleza. Essa por sua vez cria estima pelo vendeiro em suas aventuras na busca por riquezas, sendo sua parceira nos negócios e no cotidiano. Contudo, Bertoleza pouco foi parceira ou sócia, no real sentido da palavra, de João Romão, essa por sua vez, serviu como meio para o vendeiro ascender seus anseios econômicos.

4 O termo não é especificado pelo narrador.

5 A *escravidão de ganho*, era uma forma de trabalho que era imposta aos cativos para a prestação de serviços avulsos nas praças das cidade, sendo serviços como marceneiro, servente, carpinteiro, etc recorrentes a mão de obra masculina, aos serviços femininos poderiam ser destinados as atividades domésticas ou culinárias. Alguns historiadores como André N. de Azevedo, destacam o termo como *economia da salvação diária*, por ser uma forma mais “autônoma” dos escravos em juntarem pequenas frações de lucros das atividades exercidas para comprar suas alforrias se assim tivessem condições para tal ou para arrecadar essas frações como modo de subsistência, mantendo-se longe do cotidiano do cativo, e conseqüentemente das condições que o caracterizavam, mas tendo que cumprir com as demandas exigidas pelo opressor. Agregando ao debate, o historiador Marcelo Badaró Mattos, em seu artigo *Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*, destaca as relações que os escravizados mantinham nas praças como estratégia de garantir o mínimo de subsistência na tentativa de reivindicarem autonomia e liberdade.

O narrador, nesse sentido constrói indagações subjetivas ao leitor vista a situação de Bertoleza, como a razão da escrazivada em se sujeitar a exploração, que será respondido ao longo do enredo elucidando o caráter da escravidão que invalida o sujeito e o coloca a mercê da sobrevivência na sociedade, na qual deve adaptar-se para não padecer na miséria.

João Romão mostrou grande interesse por esta desgraça, fez-se até participante direto dos sofrimentos da vizinha, e com tamanho empenho a lamentou, que a boa mulher o escolheu para confidente das suas desventuras. Abriu-se com ele, contou-lhe a sua vida de amofinações e dificuldades. “Seu senhor comia-lhe a pele do corpo! Não era brinquedo para uma pobre mulher ter de escarrar pr’ali, todos os meses, vinte mil-réis em dinheiro!” E segredou-lhe então o que tinha juntado para a sua liberdade e acabou pedindo ao vendeiro que lhe guardasse as economias, porque já de certa vez fora roubada por gatunos que lhe entraram na quitanda pelos fundos.

Daí em diante, João Romão tornou-se o caixa, o procurador e o conselheiro da crioula. No fim de pouco tempo era ele quem tomava conta de tudo que ela produzia e era também quem punha e dispunha dos seus pecúlios, e quem se encarregava de remeter ao senhor os vinte mil-réis mensais. (AZEVEDO, 1997, p.2)

De acordo com o crescimento do cortiço, que começou com três pequenos casebres, o narrador vai apresentando os demais moradores da habitação coletiva (Dona Isabel e sua filha Pombinha, Jerônimo, Piedade, Rita Baiana, a Bruxa, Bruno, a machona, Leocádia, etc). A trama ganha novos contornos quando o comerciante, Miranda, muda-se para uma residência ao lado do cortiço, e esse por sua vez se interessa em possuir as posses de João Romão. Aos fundos dos terrenos havia uma grande pedreira que tinha sido posta à venda, e que posteriormente João Romão, já em boas condições econômicas, iria adquirir o novo investimento para ampliar sua acumulação de fortunas. O interesse de Miranda nas propriedades de João Romão, e o interesse do vendeiro na casa do comerciante para ampliar seus domínios, fez surgir atritos entre ambos por não chegarem a acordos para atenderem a seus anseios.

Entre os embates com o novo vizinho, João Romão contratará um novo administrador para trabalhar na pedreira e que possa explorá-la melhor, sendo este, o português Jerônimo. Essa parte do romance, encaminha-se para o que será o clímax da história, ambos os portugueses, de hábitos e modos de vida muito fechados e duro verão suas vidas se transformarem por sentimentos impulsivos, fortes o suficiente para derrubar concepções/ideais solidificadas.

No caso de João Romão, a inveja por Miranda, especialmente após esse se tornar Barão, remodelará o modo de vida do vendeiro. A remodelação ou renovação ocorrerá dos elementos materialistas até as humanas⁶. O personagem Jerônimo, que é tido na história como um português sério, trabalhador, apaixonado pela sua pátria, bom pai e marido, este por sua vez sofre

6 O anseio de renovação para alcançar novos objetivos dará novos rumos às concepções sociais de João Romão, a diferenciação da sua imagem para com a os moradores do cortiço é um ponto trabalhado pelo personagem para moldar sua nova rede de relações sociais.

reviravoltas na história, contrariando todos os seus adjetivos por “cair” nos encantos da negra - brasileira - Rita Baiana.

O enredo gira em torno desse ambiente, o cortiço, reduto dos trabalhadores que habitavam o espaço para se manterem próximos do trabalho na pedreira. Traições, conflitos, romances, expressiva desigualdade sócio-econômica, desigualdade racial, a exploração do sensual e da retratação do cotidiano como algo indispensável para a história. Os “infelizes” habitantes do cortiço São Romão que constroem a trama da história, em especial as mulheres.

O NARRADOR

Apresentado um breve resumo da trama, vamos observar de modo mais detalhado os elementos que constituem e caracterizam a obra de Aluísio Azevedo, sendo o narrador, o elemento que tece o romance, que apresenta a história, e que indaga ao leitor alguns questionamentos, tais como “quem é esse narrador?” ou “de qual estrato social este narrador pertence?”.

Narrador é aquele(a) que pode ser compreendido como um contador de uma história, de um evento, acontecimento, na qual pode ser ficcional/imaginário ou real. O ato de narrar pode ser expressado pelo autor, por algum personagem inserido na história ou por um indivíduo fora do contexto que se narra, tendo apenas o papel de narrar sem a necessidade de estar inscrito na trama que se narra.

O narrador na obra de Aluísio Azevedo torna-se uma incógnita ou um problema caso o leitor não evoque a crítica para esse e para seu autor⁷. De acordo com Sanseverino (2019), o narrador de *O Cortiço* não é um ser que conta uma história a partir de seus pontos, mas a partir de ideias da época, uma história cíclica dentro do espaço social, ou seja, o narrador de *O Cortiço*, não é um elemento próprio, mas a evocação de aspectos que constituíram uma época.

O narrador, com autoridade e segurança, cria uma mediação geral: a natureza, base comum que unifica a todas as personagens, na medida em que todas estão submetidas aos mesmos impulsos naturais. Desse modo acontece uma naturalização do processo social. Para citar alguns exemplos, Jerônimo, de raça superior, atrai Rita Baiana; o ciclo de prostituição continua a se repetir: Leonie, Pombinha, Senhorinha (filha de Jerônimo e Piedade). Aparentemente, estamos perante um narrador que não fala de si, que conta a história de outros, incorporando o discurso científico da época para apresentar ao público leitor aqueles habitantes dos cortiços fluminenses (SANSEVERINO, 2019, p.98)

7 Essa colocação se refere a distinguir narrador e autor, dois elementos importantes para a obra, sendo-os distintos. Assim como em muitos romances, o narrador nem sempre é o autor, como é o caso de *O Cortiço*. A necessidade do leitor em conhecer a história de Aluísio de Azevedo torna-se um fator extra-obra para que esse compreenda as motivações que o autor encaminhou o seu romance para não tirar conclusões precipitadas sobre a obra e o autor, entendendo o narrador como um terceiro ser, seres inanimados que tomam forma e voz.

Vale ressaltar que o cortiço, que é retratado na obra de Aluísio de Azevedo, é inspirado no cortiço Cabeça de Porco que fora demolido na administração do ex-prefeito Barata Ribeiro no ano de 1893, causando grande alvoroço na sociedade carioca por ser um dos redutos da população carente socioeconômica. Assim como a inspiração para formular e estruturar o cortiço de São Romão, o Cabeça de Porco trouxe para a obra de Azevedo aspectos da época como os discursos da medicina social que vinha ganhando força devido ao aumento das epidemias que assolavam a cidade do Rio de Janeiro desde meados do século XIX, criando-se a fama de cidade insalubre e pestilenta (PEREIRA, 1996).

O discurso da medicina social, advinha de bases de uma concepção de medicina preventiva, na qual o homem é tomado como objeto em sociedade, detectando a razão da doença, não se limitando ao indivíduo, expandido o cuidado ao meio-ambiente que o afeta (PEREIRA, 1996, p. 122-123). Nesse caso, explica a dualidade que o narrador e alguns personagens como João Romão e Miranda, referem-se à habitação coletiva.

No romance os termos cortiço e estalagem recebiam a mesma denotação em relação de uso, porém, com distinções em relação a status⁸. Sanseverino (2019) destaca que quando o personagem, e dono do estabelecimento, João Romão refere-se a habitação coletiva como *estalagem*, esse por sua vez inscreve um termo que busca romper ou ocultar seu caráter depreciativo, impondo apenas o seu fim, o de arrecadação pecuniária. Em relação ao outro personagem, Miranda, este busca o termo *cortiço* como sentido de depreciação do estabelecimento, expressando a ideia de uma sociedade elitizada sobre o modo de habitação em questão, onde o próprio nome carrega consigo uma conotação negativa.

Ainda dentro do discurso da época da medicina social, e do sentido que depreciava o termo cortiço, uma das ações preventivas e mais efêmeras para esse tipo de habitação era as demolições. Essa alternativa que melhor expressava o sentimento de parte da elite carioca nos finais do século XIX e início do XX para por fim as epidemias que assolaram a cidade, pouco se pensando nas camadas inferiores que habitavam essas edificações. A colocação do personagem Miranda, retrata esse sentimento, como se verá ao longo da obra de Aluísio Azevedo, assim como do próprio narrador da história.

Travou-se então uma lata renhida e surda entre o português negociante de fazendas por atacado e o português negociante de secos e molhados. Aquele não se resolvia a fazer o muro do quintal, sem ter alcançado o pedaço de terreno que o separava do morro; e o outro, por seu lado, não perdia a esperança de apanhar-lhe ainda, pelo menos, duas ou três braças aos fundos da casa; parte esta que, conforme os seus cálculos, valeria ouro, uma vez realizado o grande projeto que ultimamente o trazia preocupado — a criação de uma estalagem em ponto enorme, uma estalagem monstro, sem exemplo, destinada a matar toda aquela miuçalha de cortiços que alastravam por Botafogo (AZEVEDO, 1997, p. 9).

8 Sidney Chalhoub em sua obra *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, é mencionado as especificidades de cada habitação popular.

Evocando um olhar crítico sobre o narrador, podemos defini-lo como um ser que representaria a visão, concepções e vozes das camadas dominantes da população carioca elitizada (SANSEVERINO, p. 99, 2019). Aluísio Azevedo não é considerado à toa como o precursor do naturalismo no Brasil, a forma como esse pensa o *narrador* é algo primordial para a história, na qual o leitor se coloca em contato com aspectos das percepções sociais de uma época, colocando o leitor em constante atenção sobre o que se apresenta no romance, indagando-o a manter sempre uma análise crítica sobre esse narrador.

De acordo com Pietrobon (2012), o naturalismo de Aluísio Azevedo em seus romances e folhetins iam além de uma romance de tese, sendo significativos trabalhos sociológicos de campo, na qual o cotidiano, o flagrante, o espontâneo são analisados e retratados na obra. Ou seja, o narrador d'O Cortiço, de Aluísio Azevedo, nasce de trabalho/observação de campo, descrevendo aspectos da sociedade analisada, suas perturbações e relações.

A REPRESENTAÇÃO FEMININA N'O CORTIÇO

Um dos aspectos que denotam o romance, de Aluísio Azevedo, deve-se ao papel da mulher. O narrador, esse ser estigmatizado pelas ideias sócio-cientificistas de época, apresenta as mulheres no romance como as grandes articuladoras das histórias que envolvem o espaço do cortiço. Essas mulheres/personagens - Rita Baiana, Dona Isabel, Pombinha, a machona, Leocádia, Bertoleza, Dona Isabel, a bruxa, Piedade, entre outras - são as que mais aparecem no espaço do cortiço de São Romão, e do casarão do Miranda, são elas que tecem a história dando-lhes cores, ares e dramas. Porém, essas mulheres sempre são apresentadas por alguns aspectos “pré-definidos” ou estereotipados, a da mulher do serviço doméstico, da submissão ao masculino e fixada ao ambiente do lar⁹.

Algumas das personagens femininas como Rita Baiana, Leocádia, Léonie e Pombinha são exemplos de feminilidade que fogem aos padrões impostos por uma sociedade patriarcal, onde a mulher deve ser submissa e dedicada ao lar. Porém, essas personalidades abordam questões depreciativas que recaem sobre as mulheres, reiterando um papel de promiscuidade - como o caso de Léonie e Pombinha -, quando essas não atendem aos critérios de feminilidade que eram impostos às mulheres. Gonzales (1984), no artigo *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, destaca que o processo de dominação se dá por fatores simbólicos que partem num processo de domesticação do dominado pelo dominador¹⁰.

9 Outros aspectos/estereótipos podem ser destacados como o reforço da fragilidade feminina, força ou sagacidade/persuasão utilizados apenas quando se utiliza de ferramentas que envolvem o corpo/sensualidade (como o caso da personagem Rita Baiana, que é descrita no romance como mulher de ação, porém, essas qualidades são apenas expostas em aspectos que envolvem a sensualidade, limitando a personagem apenas a qualidades vistas no corpo), entre outros aspectos.

10 Lélia Gonzalez destaca os elementos da cultura brasileira que são elementos de violência para com a mulher negra. Retratando como o discurso sexista e racista é algo estrutural na sociedade brasileira, sendo reforçado

Relacionando as ideias de Gonzalez, as condições sociais que foram expostas as personagens femininas de expressividade no romance (Rita Baiana, Leocádia, Léonie e Pombinha) d’*O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, há de se considerar que o papel em que essas mulheres/personagens desempenham não condizem as falas próprias, mas um discurso que é descrito por um *outro*.

Um *outro* dominador, que exerce fatores externos a figura descrita, descaracterizado-a, depreciando-a, desvalorizando a figura/personagem/representação a partir de critérios/referências fechadas¹¹ que pouco possibilitam a familiaridade com a identidade/empatia com as personagens femininas de maior expressividade (Rita Baiana, Leocádia, Léonie e Pombinha) que se apresenta na obra. Ou seja, a mulher no romance, *O Cortiço*, possui presença e articula a narrativa do romance, porém, não possui voz, refletindo uma característica de época, retratando o silenciamento do feminino da desqualificação das suas ações/contribuições/ação crítica enquanto agente social para um grupo/sociedade. De acordo com Grada Kilomba (2019)¹², a situação da subalterna é posta em uma posição de silêncio a partir do ambiente/espço que está inserida, a relação de poder inválida o(a) subalterno, onde essa possui fala, mas não é ouvida, como é representado n’ *O Cortiço*.

O caso das personagens femininas remontam um cenário fechado/limitado ao que seria o papel ou a função da mulher em finais do século XIX. O naturalismo d’*O Cortiço* expressa essa característica de uma imagem feminina limitada à sombra do poder patriarcal, e quando essa tenta “fugir” da realidade imposta tem sua imagem invalidada e desqualificada (KILOMBA, 2019, p. 49-51). Podemos perceber isso no caso de Pombinha, na qual a ruptura tida na história - a inocente moça rende-se a libertinagem e promiscuidade - a partir de uma quebra de paradigma - o afloramento da sexualidade advindo de um abuso sexual - gera um ciclo viciante, que tem a mulher como principal elemento e principal responsável na voz do narrador.

Nesse caso a história de Pombinha demonstra um dilema moral popular, na qual o ciclo da repetição paira no romance, e no caso de Pombinha o dilema da prostituição pelo meio e pelas rupturas dos dilemas morais impostos pela sociedade são as causas da repetição de querelas apresentadas n’*O Cortiço*, que denotam as características de época (CANDIDO, 2019).

e naturalizado cotidianamente nas ações que denotam a “cultura” brasileira.

11 Entre essas colocações, destaca-se a moralidade católico-cristão, presente na sociedade brasileira como um todo, devido ao seu processo de formação, na qual os valores/morais religiosos(as) se misturaram com os valores sociais.

12 Ver: **KILOMBA**, Grada. Quem pode falar: Falando do centro, descolonizando o conhecimento. In: _____. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Ed. Cobogó, Tradução: Jess Oliveira, Rio de Janeiro, p. 47, 2019.

A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Na obra de Aluísio Azevedo, são muitos os aspectos abordados no naturalismo do romance: gênero, raça, desigualdades sociais, etc. O *narrador*, até aqui comentando, exerce a voz de uma sociedade de época, com preceitos e aspectos discriminatórios perante aqueles considerados inferiores, especialmente no que diz respeito a compreensão racial, “Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua¹³” (AZEVEDO, 1997, p. 2).

Dentre esses pontos que envolvem a obra d’*O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, é de se considerar um fator preponderante para o desenvolvimento da história, a *acumulação primitiva de capital*, do personagem principal João Romão.

Proprietário e estabelecido por sua conta, o rapaz atirou-se à labutação ainda com mais ardor, possuindo-se de tal delírio de enriquecer, que afrontava resignado as mais duras privações. Dormia sobre o balcão da própria venda, em cima de uma esteira, fazendo travesseiro de um saco de estopa cheio de palha (AZEVEDO, 1997, p.1).

Vivaldo Andrade dos Santos, no artigo, *Uma leitura econômica do Cortiço de Aluísio Azevedo*, analisa as questões do naturalismo de *O Cortiço* sob a ótica da relação economia e literatura, apontando, a partir das teses de Karl Marx sobre acumulação primitiva de capital, os comportamentos do personagem João Romão, sendo condizentes aos anseios basilares do capitalismo na sua gênese. A arrecadação solavanca comportamentos como a privação, ascetismo, furtos/roubos e exploração sendo meios que apenas vislumbram o dinheiro como desejo/objetivo, o dinheiro ou lucro virá o fim que compromete as ações e comportamentos dos indivíduos, denotam as estruturas do capitalismo.

A figura de João Romão, é descrita pelo narrador como avarento, um ser tomado por “(...) ambição, era uma moléstia nervosa, uma loucura, um desespero de acumular; de reduzir tudo a moeda” (AZEVEDO, 1997, p. 10). De acordo com o sociólogo e crítico literário, Antonio Candido¹⁴, Aluísio Azevedo teria pautado sua obra a partir das observações do espaço social no período de transição do fim do trabalho escravo à introdução do modelo assalariado¹⁵, tendo como ponto central a acumulação de capital. Santos (2012), parte do mesmo princípio de Candido, defendendo que *O Cortiço*, de Aluísio, se vale da observação de um cenário em transição, na qual o naturalismo da obra apresenta uma certa dificuldade em compreender ou expressar as transformações que o capitalismo impõe aos indivíduos, e conseqüentemente aos espaços.

13 Grifo nosso.

14 Ver: CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. In: _____. O discurso e a cidade. Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1993.

15 Candido aborda essa questão para destacar o cenário de transição do sistema senhorial para o capitalismo no final do séc. XIX e início do séc. XX no Brasil. A lógica de arrecadação não condizia com a noção social, por conta da introdução recentes dos ideais capitalistas que aos poucos iam tomando força no país.

A exploração no romance é o elo que liga os personagens entre si, seja pela questão do espaço explorado, o cortiço/estalagem, seja pela sua condição de força de trabalho. A exploração de Bertoleza, que se veria “livre” do cativo, agora como companheira de João Romão expõe o caráter exploratório do capitalismo na obra, além do próprio espaço que sujeitava aos inquilinos a consumirem na taberna de João Romão, criando uma rede de controle fazendo que o capital que circule tenha-o sempre como centro/destino, João Romão.

Antônio Candido (1993) enfatiza que o universo que permeia o romance de Aluísio Azevedo, é único, pois expõe as mudanças que o capital fora promovendo na sua guinada em finais do XIX, a coexistência de explorador e explorado d’O Cortiço é única, porque essa se baseia num mundo próprio.

O capital passa a exercer em determinado momento da história valores que transcendem o material, segundo Santos (2012), a partir de Marx, a arrecadação chega a um estágio onde o bem adquirido começa a se metamorfosear em um valor simbólico, sendo sinônimo de honra e poder, apresentando um caráter de evolução do capitalismo em um mecanismo socioeconômico.

Assim, uma vez em circulação, o capital está constantemente se transformando, se metamorfoseando. Esta é uma visão também compartilhada por Braudel, para quem o dinheiro é o agente da economia de mercado. O capital acelera a troca e cria uma rede de comércio entre os habitantes da cidade. Braudel enfatiza que as cidades somente existem por causa do dinheiro, e os dois são responsáveis pela fabricação da modernidade (SANTOS, 2012, p.10).

A evolução do capitalismo para além da acumulação primitiva, é caracterizada pela nomeação do título de barão ao personagem Miranda no romance. A ideia de hierarquia que se colocava ao lado de João Romão, que lhe é tomado por sentimentos de inveja e medo, além de anseio por exercer tal prestígio, já que a acumulação, propriamente, não garante tal prestígio. A ideia de ascensão social gira no universo d’O Cortiço, Candido (1993) argumenta que a posse de bens materiais ou monetários não são sinônimos de poder, em uma sociedade de pensamento senhorial. Para tal é necessário explorar, ridicularizar, etc para se adquirir valor/prestígio dentro a sociedade, onde o monetário transforma-se em novos contornos de valor simbólico¹⁶, evocando aspectos de modernidade.

Também, de acordo com Santos (2012), a ideia de civilização que vai se formando no espaço da estalagem tem o dinheiro como fator principal para distinguir aqueles que eram civilizados ou não civilizados¹⁷, obviamente como vimos, apenas o fato de possuir arrecadações

16 João Romão em busca de adquirir prestígio para além das finanças remete suas acumulações em aulas de dança, em novo mobiliário, aulas de etiqueta, etc, transforma suas riquezas materiais em elementos para sustentar prestígio e legitimidade nas relações sociais de poder.

17 Vale ressaltar que a noção de conceitos como civilização e progresso no período final do século XIX carregam consigo valores materialistas, na qual civilização carrega consigo a ideia de progresso, ou seja, atendem a semântica de *civilização-progresso* refere-se a valores de dimensões morais, comportamentos culturais, estéticas, político-social e materialista, segundo André Nunes de Azevedo, no artigo *As Noções de Progresso do Império à*

monetárias não lhes garantiam tal status, mas como se destinava o principal elemento como propulsor para guinar a vida do indivíduo.

A acumulação de João Romão dar forma e sentido a um espaço, o cortiço ou estalagem, é o cenário de concretude das transformações e evoluções que o capital possui. O cortiço dessa forma pode ser compreendido como o ambiente central, onde as ambivalências que compunham o estrato social se conotam. Candido (1993) ressalta que as produções naturalistas tendem a alguns aspectos alegóricos, na qual não condizem com a dita realidade social, porém, o sociólogo ressalta que a obra de Aluísio pouco possui aspectos alegóricos, e quando os expressa são para conotar os elementos que formalizam o naturalismo.

Aluísio Azevedo dessa forma expõe as muitas realidades sociais das camadas inferiores do país. O Cortiço por si só é um romance autêntico e único, para Candido, é no cortiço onde as mazelas de um povo se reúnem para contar uma história de muitos, a relação explorado-explorador, discriminação entre branco e negro, mulher e homem, pobre e rico, forte e fraco, trabalho e status. Todos esses aspectos tecem o romance de Aluísio Azevedo, todo esse caldeirão de pluralidade formado por querelas sociais, são expostos ao leitor, regurgitado a aqueles que negam os demônios que acompanham a formação de um povo exposto aos anseios do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo fomos apresentados a um conjunto de elementos que constituem o universo d'O Cortiço, de Aluísio Azevedo. Dentre esses elementos devemos colocar em reflexão as colaborações do romance para com o campo da literatura e da história.

O modo de se constituir história nas palavras de Marc Bloch (2002, p. 46), “É um esforço para o conhecer melhor: por conseguinte, uma coisa em movimento”, ou seja, conhecer o homem em seu tempo, nas suas movimentações e transformações nos espaços em que esteve. Quando partimos dessa visão de Bloch sobre o pensar História nos deparamos com o seguinte questionamento para se fazer um pensamento histórico: *como saber ou compreender o homem/ sujeito de um tempo anterior ao atual?*

Sabe-se que o uso das fontes possibilitam ao historiador aproximar-se de um tempo em que este(a) encontra-se deslocado. Porém, sendo mais incisivo, *como o historiador(a) pode compreender o cotidiano de um grupo ou sociedade para além das fontes documentais ou materiais ou iconográficas?*

Partindo desses questionamentos quanto aos incentivos para se fazer história, podemos considerar a literatura como uma ferramenta do se pensar história. Segundo Pesavento (1998), o entrecruzamento da Literatura com a História pode ser resumida em uma palavra, *representação*, na qual a literatura possibilita uma melhor análise dos homens no tempo, buscando

República: transformações recônditas em uma mesma terminologia.

a partir da literatura os comportamentos/aspectos descritos para a construção de uma noção histórica, dessa forma aproximando-se a um tempo e espaço que sofreu alterações temporais e espaciais.

A categoria da representação tornou-se central para as análises da nova história cultural, que busca resgatar o modo como, através do tempo, em lugares e tempos diferentes, os homens foram capazes de perceber a si próprios e ao mundo, construindo um sistema de idéias e imagens de representação coletiva e se atribuindo uma identidade. (...)

No caso, a representação é a personificação de um ausente, que é dada a ver por uma imagem mental ou visual que, por sua vez, suporta uma imagem discursiva (PESAVENTO, 1998, p. 19).

A representação como uma ferramenta que contribui para o pensamento histórico. A partir desse elemento, analisando o romance de Aluísio Azevedo, *O Cortiço*, a representação nos ajuda a compreender melhor o cotidiano social da população carioca em finais do século XIX. Um dos primeiros elementos que o romance nos apresenta é a voz do narrador como a personificação de camadas dominantes ou de pensamentos/concepções adversos a camadas inferiores. Esse elemento sucinto na obra de Azevedo por alguns momentos passa despercebido, porém, dentro do romance o narrador ganha consigo posicionamento, voz e um estereótipo de como seria representado. Azevedo nos indaga tal reflexão: *Como é esse narrador? Quem é? Aonde pertence? Qual sua origem?* Nesses questionamentos que colocamos ao *narrador*, o autor conduz o leitor a uma constante crítica acerca desse elemento da história, fazendo-nos criticar certas colocações do narrador, pondo-os - leitor e narrador - a um encontro convergente entre ideias - ou não, caso o leitor seja condizente a tais posicionamentos¹⁸.

O segundo elemento que pode ser percebido n' *O Cortiço*, é seu naturalismo brasileiro. Essa colocação, "naturalismo brasileiro", age como um aspecto de ressaltar a produção como um mérito da literatura brasileira. Candido (2004) afirma que o romance de Azevedo é único e original, partindo de inspirações do naturalismo do francês Émile Zola, porém, que apresenta suas próprias características não sendo uma cópia do naturalismo europeu. Indo além, servindo como um estudo sociológico para se compreender uma época, de acordo com Pietrobon.

Como fora dito acima, o naturalismo contido do romance serve como meio de representação a uma aproximação de um tempo que se foi. Tanto Candido como Pietrobon, reiteram a dimensão que é *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, não apenas para se compreender uma época, mas para se conhecer a sociedade e os sistemas cotidianos que regiam os indivíduos. O uso da literatura nesse ponto coloca o historiador em alguns exercícios: 1) a imaginação como uma

18 Nesse ponto de reflexão sobre o narrador, é como fosse proposital a construção dessa intenção de Aluísio, colocar o leitor em atenção, em crítica, como se as características que constituem o narrador estivessem para além do tempo em que o romance fora produzido, sendo uma crítica a velhos usos que retrocedem as relações sociais e seus critérios de civilização. Sendo uma estrutura de pensamento que não se encontra exclusiva ao passado, mas sendo viva no presente.

ferramenta para agregar na análise de representação; e, 2) o cuidado com as descrições, na qual a crítica histórica deve sempre se abster da narração fictícia.

As características desse naturalismo exposto na obra, as desigualdades sociais, o sexismo exacerbado, o racismo, a corrida pela acumulação de capital são parte do dia a dia do romance. Os personagens, assim como na realidade, estariam expostos constantemente a essas marcas que constituem a época analisada. Aluísio Azevedo não parte apenas de uma descrição ou narração dessas características, como já foi dito, o seu romance se pauta em uma análise de campo, sociológica, na qual a descrição é apenas parte da obra, servindo para o leitor se situar. Sendo uma das intenções de Aluísio Azevedo fazer com que o leitor se envolva na história, critique, reflita, compare os cenários, não se limitando a uma leitura de uma mera descrição.

Por fim, *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, é uma obra riquíssima para se pensar a sociedade carioca subalternizada dos anos finais do século XIX. Reforçando a importância da literatura como meio de se fazer história, e como parceiros, usando a representação como meio de se aproximar de uma realidade que já se foi, e dos resquícios que dela se mantiveram no tempo presente.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aluísio . *O Cortiço*. Ed. Ática, 30ª ed., São Paulo:1997.

AZEVEDO, André. N. de. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: o progresso sob a égide da civilização e a civilização sob a égide do progresso*. In: _____. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Editora PUC-Rio; Mauad Editora Ltda, Rio de Janeiro, 2016.

CANDIDO, Antonio. *De cortiço a cortiço*. In: _____. *O discurso e a cidade*. Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1993.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Editora UNICAMP, 3ª edição, São Paulo, 2012.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, Rio de Janeiro, p. 223-244. 1984.

KILOMBA, Grada. *Quem pode falar: Falando do centro, descolonizando o conhecimento*. In: _____. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Ed. Cobogó, Tradução: Jess Oliveira, Rio de Janeiro, 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. Revista Rio de Janeiro, n. 12, Rio de Janeiro, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidão e livres: Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Ed. Bom Texto, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2008.

PESAVENTO, Sandra J. *Contribuição da história e da literatura para a construção do*

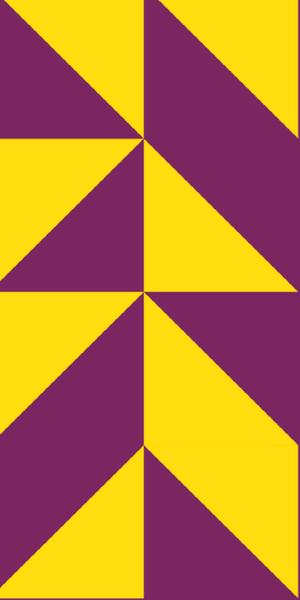
cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: Jacques Leenhardt & Sandra J. Pesavento (orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 17-40, 1998.

PEREIRA, Sônia Gomes. *A Reforma Urbana de Pereira Passos e a Construção da Identidade Carioca*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

PIETROBOM, Amanda Lopes. *Aluísio Azevedo como representante do naturalismo no Brasil*. In: _____. *Aluísio Azevedo: naturalismo e fantástico*. Dissertação de Mestrado, UNESP, São José do Rio Preto - SP, 2012.

SANSEVERINO, Antonio Marcos Vieira. *Entre o narrador e a matéria narrativa: notas de leitura de O cortiço*. *Nau Literária - PPG-LET UFRGS*, v. 16, n. 2, 2019

SANTOS, Vivaldo Andrade dos. *Uma leitura econômica do Cortiço de Aluísio de Azevedo*. *Revista IEB*, São Paulo, p. 53-66, 2012.



ST 07

**HISTÓRIA INDÍGENA: PERSPECTIVAS DE
ENSINO E PESQUISA**

Coodenadoras: Yris Campos Oliveira e
Maria Luisa Soares Marcolino

O LUGAR DA TEMÁTICA INDÍGENA NO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: ANÁLISE DA FORMAÇÃO DOS LICENCIANDOS E A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/08

Cinthy Karolyne Nunes Gomes¹

UFPB. E-mail: cinthykarolyne4@gmail.com

Grupo de Pesquisa Abaiara - Estudos Indígenas da Paraíba

Cláudia Cristina do Lago Borges²

E-mail: claudialago.rn2gmail.com

Grupo de Pesquisa Abaiara - Estudos Indígenas da Paraíba

RESUMO

O objetivo principal desta proposta é examinar como o curso de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) está contribuindo para a formação de seus licenciandos, no que diz respeito ao estudo da temática indígena. Este debate faz parte de uma pesquisa desenvolvida na graduação em colaboração com o Grupo de Pesquisa Abaiara, buscando entender o papel do curso de licenciatura da UFPB na implementação da Lei 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Indígena na educação básica. Diante desse cenário, a pesquisa busca analisar como o curso de História da UFPB aborda a temática indígena. Metodologicamente, a pesquisa se fundamenta em estudos bibliográficos e documentais, incluindo a leitura e análise dos Projetos Político-Pedagógicos do Curso e dos programas das disciplinas oferecidas. Nessa análise, estão sendo investigados aspectos como a presença de conteúdos relacionados ao tema, a existência ou inexistência de disciplinas específicas, bibliografias que abordem de forma direta ou indireta o assunto, e a qualificação de docentes na área.

Palavras-chave: Temática indígena, formação docente, Lei 11.645/08, ensino de história

1 Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba - Membro do Grupo de Pesquisa Abaiara - Estudos Indígenas da Paraíba.

2 Doutora em História e professora do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba - Coordenadora do Grupo de Pesquisa Abaiara - Estudos Indígenas da Paraíba.

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas ainda são apresentados na educação básica como seres selvagens, retidos à colonização, sem passado nem futuro, se tornando assim coadjuvantes da história do Brasil. Da mesma forma, o são representados nos manuais didáticos utilizados nas aulas de História, não contribuindo para que esses estereótipos sejam desfeitos, mas apenas os reproduzindo. Pensando nisso, é necessário que os estudantes tenham outra perspectiva, que enxerguem o indígena na sua pluralidade. Nesse sentido, o papel da disciplina de História entra em cena, pois através dela pode-se lecionar uma história e cultura dos nativos que rompa com abordagens folclóricas e preconceituosas.

À vista disso, mudanças no âmbito educacional como a Lei nº 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Indígena nos espaços escolares, alterando a Lei 10.639/03 que incluía somente a população afro-brasileira e africana. Importante ressaltar que ambas legislações partem da demanda social dos movimentos negros e indígenas, sendo fruto de suas reivindicações, constituindo um movimento de cima para baixo.

As leis supracitadas representam um marco na educação brasileira, indicando uma mudança na forma como a História é apresentada nos currículos escolares. Elas almejam superar a perspectiva eurocêntrica substituindo por uma visão mais plural, abrindo espaço para aqueles que antes eram tratados como coadjuvantes. Portanto, as legislações proporcionam um outro olhar, menos branco e colonial, colocando os povos africanos, afro-brasileiros e indígenas como agentes fundamentais na construção da história do Brasil.

No entanto, segundo Wittman et. al (2018, p.162), mais de uma década após a Lei 11.645/08, □os indígenas por vezes ainda são mencionados apenas no dia 19 de Abril, conhecido como ‘dia do índio’, e apresentados através de estereótipos e preconceitos produzidos por um saber eurocentrado”. Dessa maneira, esse trecho chama atenção a dois pontos, o primeiro diz respeito a importância da criação de dispositivos legais para averiguar a aplicabilidade da lei, e o segundo a forma como essa temática ainda é abordada nas aulas de História.

Em relação a este último, deve-se pensar se o indígena está sendo apresentado corroborando com a visão folclórica e colonial ou de modo que quebre os estereótipos que foram construídos ao longo dos anos a respeito dos povos originários. Nesse sentido, a efetivação da Lei ainda encontra diversos obstáculos pelo caminho, como a falta de apoio institucional, desconhecimento da legislação, e principalmente, a formação superior inadequada para tratar o tema em sala de aula.

Sobre isso, Edson Silva (2012, p.220) explica que os currículos dos cursos de licenciatura e de formação de professores devem conter cadeiras obrigatórias específicas acerca da temática indígena, ministradas por especialistas. Portanto, é necessário que haja uma reestruturação dos currículos das universidades, para que a Lei 11.645/08 seja contemplada.

Pensando nisso, essa pesquisa busca averiguar a maneira como o curso de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) trata a questão indígena. Os resultados advêm das atividades em curso do Trabalho de Conclusão e Curso (TCC) “Educação das Relações Étnico-raciais na formação dos licenciandos em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB): a temática indígena nos currículos”. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental acerca da legislação referente ao ensino de História Indígena, e trabalhos acadêmicos sobre o tema. Por fim, houve a análise e discussão dos Projetos Político-Pedagógico do Curso (PPC) em vigência.

O EUROCENTRISMO NO CURRÍCULO DE HISTÓRIA

O eurocentrismo na disciplina de História é uma perspectiva que coloca a Europa como o centro do mundo, privilegiando as narrativas e eventos históricos que advêm dela. Assim, a Europa se torna o centro do desenvolvimento humano, econômico, político e cultural, desprezando as contribuições de outros povos, como os africanos e indígenas. Esse padrão de poder, no qual o continente europeu estava no âmago, advém, segundo os estudos de Aníbal Quijano, da construção da noção de raça e do processo de estabelecimento do capitalismo como padrão global. Segundo ele:

Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa idéia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial. (QUIJANO, 2005, p.117)

Dessa forma, surge também a ideia de superioridade e inferioridade, na qual os ocidentais brancos estariam na primeira categoria, e os indígenas, por exemplo, estariam na segunda. Essa noção, construída a partir do século XV, criou um pensamento que vai além da insignificância, os povos indígenas passam também a serem vistos como ingênuos, selvagens, alheios à civilidade e destinados à extinção. Apesar do passar dos séculos, essa perspectiva ainda não desapareceu do senso comum, a sociedade brasileira ainda crê nessas afirmações racistas e desapropriadas.

Nesse sentido, essas representações negativas a respeito dos nativos, bem como a ótica do eurocentrismo passaram a repercutir e nortear a educação do país. De acordo com Cláudia Borges e Vânia Silva (2019, p.122), o texto do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre a disciplina de História, apesar dos povos indígenas serem inseridos, a sua

história e cultura é apresentada sob uma ótica de superficialidade, não permitindo a abertura de espaços para debates que possam desconstruir os estereótipos que permeiam os nativos.

Nesse mesmo ângulo, Igor Luis Andreo e José Victor Joly, explicam que “os indígenas são pouco citados pela BNCC e quando são, estão, na maioria das vezes, relacionados com o europeu mantendo uma lógica de subalternidade (2022, p.53)”. Dessa maneira, o documento que tem como propósito guiar a educação brasileira, acaba reproduzindo a lógica dos conquistadores.

De igual modo, os livros didáticos, que devem estar de acordo com a BNCC seguem a mesma lógica. Segundo Circe Bittencourt:

As populações indígenas surgem nos livros didáticos nos capítulos iniciais, quando da chegada dos europeus e para justificar a importação de mão-de-obra escrava africana, embora alguns mais recentes apareçam alguns dados sobre as condições atuais desses povos. Os índios, mesmo em obras mais críticas, são apresentados em seus aspectos gerais [...]. (BITTENCOURT, 2008, p.305)

Portanto, nota-se que o conteúdo contido nos manuais didáticos, único material que os professores, na maioria das vezes possuem para trabalhar em sala de aula, apresentam uma história indígena também superficial, que reforça estereótipos. Dessa forma, os estudantes aprendem uma história indígena única, baseada em distorções, simplificações e preconceitos.

Entretanto, o eurocentrismo e as representações negativas em relação às populações nativas não se encontram apenas no ensino básico, mas nos currículos de cursos de graduação também. De acordo com a pesquisa de Aline de Alcântara Valentini (2016), que analisou a temática indígena em quatro cursos de Licenciatura em História de universidades do Estado de São Paulo, a saber USP, UNESP/FCL-Assis, UNICAMP e PUC-SP, os currículos dessas instituições também favorecem a experiência branca e ignora a perspectiva dos povos indígenas.

Nos currículos analisados, ela observou a inexistência de disciplinas específicas sobre história indígena, tanto obrigatórias como eletivas. O tema surge apenas transversalmente ou como indicação de leitura nas ementas das disciplinas. À vista disso, nota-se que cursos que devem formar professores e professoras que devem lecionar a temática indígena em sala de aula, como estabelecido na Lei 11.645/08, não os preparam adequadamente.

Em suma, o eurocentrismo no currículo de História apresenta uma visão limitada do passado e distorce as contribuições e vivências dos povos indígenas. Essa noção continua a ser reproduzida tanto na educação básica quanto na superior, reforçando estereótipos e a ideia de inferioridade. Apesar da Lei 11.645/08 ser um avanço significativo ao incluir a história e cultura indígena no ensino, sua efetivação ainda percorre um caminho com grandes obstáculos. Como tentativa de mudar essa situação, é necessário que os cursos de formação de professores contemplem essa temática nos seus Projetos Pedagógicos do Curso, e a lecionam de forma correta, para que promova uma educação mais respeitosa e plural.

ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

Como resultados, foi observado que o curso de História da UFPB, que dispõe apenas da licenciatura, contém duas estruturas curriculares vigentes, sendo uma delas criada em 2011 e a outra em 2020. A respeito da primeira, esta segue o modelo tripartite da História, banhada pelo eurocentrismo. Sendo assim, não possui nenhuma disciplina específica sobre a temática indígena, o tema aparece de forma transversal nas seguintes disciplinas: Pré-História, História do Brasil I, História da Paraíba I, História da América I e História da América II. Em contrapartida, há uma disciplina específica sobre a História da África.

Nota-se que a questão indígena é apresentada em sua maioria em componentes curriculares relacionados ao período colonial, atrelados, assim, somente ao contexto escravocrata e do “descobrimento”. Nesse sentido, os povos indígenas desaparecem ao longo do curso, difundindo a ideia de que os mesmos não possuem uma história antes do contato com os colonizadores, e que depois da abolição da escravidão eles desapareceram e não existem mais no tempo presente.

Outrossim, observou-se que a temática indígena é apresentada nas ementas das disciplinas de maneira generalizada e simplista, não contribuindo para o debate acerca da diversidade cultural existente entre as centenas de povos indígenas brasileiros. Dessa forma, há uma distância entre o que se pretende fazer e o que é feito, vemos que dentre os objetivos do “Perfil do Profissional” estabelecido pelo Projeto Pedagógico do Curso de 2011, tem-se “Compreender a Pluralidade Cultural existente na sociedade contemporânea, de modo a apreender a sua dinâmica e atuar adequadamente em relação ao conjunto de significados que a constituem” (2011, p.6). Todavia, a história e cultura dos grupos hegemônicos recebem maior atenção ao longo da graduação.

Além disso, quando há discussão a respeito dos povos originários, está, em sua maioria, parte dos conflitos com o homem branco e da resistência dos indígenas frente ao massacre de seus povos. Igualmente fora observado que isso acontece em universidades públicas do Estado de Santa Catarina, por Wittmann et. al em sua pesquisa “A temática indígena nas universidades públicas catarinenses: uma análise dos projetos pedagógicos dos cursos de História”:

Todavia, observou-se que as perspectivas utilizadas para estudar os povos indígenas tendem a seguir a linha do conflito, como por exemplo, choques culturais, despovoamento e genocídio, o que pode eclipsar a agência e o protagonismo indígena em sua complexidade e alargamento, além das singularidades de cada povo em diferentes espaços de tempo e lugar. (WITTMANN et. al, 2016, p.7)

Logo, percebe-se que os estudos acerca dos povos indígenas muitas vezes ressaltam somente os aspectos negativos, como choques culturais, genocídio, despovoamento, conflitos, resumindo a história indígena apenas a eventos traumáticos. Assim, esquece e ignora as suas

culturas, suas vidas antes e depois da colonização, e principalmente, as lutas por território que ainda hoje perduram. Ao invés de retratá-los a partir de sua diversidade e importância para a construção do Brasil, continua perpetuando a noção de passividade e esquecimento.

Ademais, foi constatado a ausência de discussões relacionadas ao ensino da história indígena e a respeito da Lei 11.645/08 nas ementas das disciplinas. No entanto, alguns docentes que trabalham na área podem incluir esses temas nos seus componentes curriculares, tornando o debate opcional. Ademais, não há menção nas ementas sobre as populações indígenas da região da Paraíba, a exemplo dos Potiguara e Tabajara. Na disciplina de História da Paraíba I, por exemplo, apenas os povos Tupi são trabalhados, reduzindo todas as identidades indígenas aos Tupi.

Em relação ao Projeto Pedagógico do Curso estabelecido em 2020, verificou-se que a temática indígena continua sendo abordada de maneira transversal nas disciplinas de “Pré-História”, “História do Brasil I”, “História da Paraíba I”, agora sendo também discutida em “História do Brasil II”, de acordo com a ementa. Logo, há uma mudança, os povos indígenas passam a ser inseridos na discussão acerca do Brasil Império, alargando a atuação destes na história do país, embora depois desse período eles voltem a desaparecer ao longo do curso.

Ademais, houveram outros avanços como a menção de documentos referentes à temática étnico-racial, como o Parecer CNE/CP nº 03/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, as Leis 10.639/03 e 11.645/08 e a PORTARIA /PRG/G/Nº 40/2017 – de 22 de agosto de 2017, que inclui o componente de Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africanas no curso de História. Esse conjunto normativo nos apresenta uma preocupação com a diversidade histórica brasileira, e com as legislações que regem a educação básica, embora haja uma ênfase na questão negra.

Houve também a inclusão de uma disciplina voltada especificamente ao estudo dos povos originários, a “História dos Povos Originários das Américas”. Além do componente curricular “Educação das Relações Étnico-Raciais”, que deve incluir a questão indígena em suas aulas. Portanto, a lacuna que havia em relação à discussão do tema indígena foi fechada, garantindo que os estudantes, agora, tenham aporte teórico, metodológico e didático para lecionar o tema na educação básica. Assim, a efetivação da Lei onze mil foi assegurada.

Foi observado durante os estudos deste trabalho, a atuação do grupo de pesquisa “Abaia-ra- Estudos Indígenas da Paraíba”, que desde 2017 quando foi criado, e oficializado em 2018, fortalece as discussões sobre a temática indígena através de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Tem como coordenadoras as professoras doutoras, Cláudia Lago, professora do Dep. de História da UFPB, vinculada ao PPGH e o Profhistória, e Vânia Cristina da Silva, doutora pela Universidade Federal de Goiás, como Vice-Coordenadora. Essa última tem pesquisas sobre o Ensino de História na Educação Escolar Indígena em território Potiguara.

A criação de um grupo de estudos sobre povos indígenas em um curso de licenciatura em História é fundamental, pois permite aos graduandos um aprofundamento e ampliação do conhecimento acerca do tema. Através dessas discussões os futuros professores se tornam ainda mais capacitados para ensinar os conteúdos a partir de uma perspectiva mais plural e livre de preconceitos, sendo capazes de cumprir a Lei de maneira significativa. Ademais, o grupo auxilia na desconstrução de estereótipos e da invisibilidade dada ao longo dos anos aos povos originários. Por fim, ainda produz materiais e práticas pedagógicas de qualidade, promovendo um ensino de história mais inclusivo e crítico.

No mais, constata-se que em ambos os currículos a periodização da História segue a seleção quadripartite, que “somada a uma temporalidade linear, nos leva a crer que a origem de quase todos os processos históricos está no ocidente branco e cristão” (Silva, 2018, p.76). A partir dessa ideia, Silva nos revela que somar essa divisão com a noção do tempo linear, faz com que propague a ideia de que a História gira em torno da Europa ocidental, desprezando os demais povos, como os indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo compreender como a inclusão da temática indígena ocorre no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), para compreender a sua contribuição na qualificação de docentes para a implementação da temática indígena de acordo com a Lei 11.645/08. Nesse sentido, através das análises dos Projetos de Plano de Curso (PPCs) em vigência, foi constatado que o currículo de 2011 ainda prevalece uma perspectiva eurocêntrica, não contendo uma disciplina específica para o tema, sendo ele apresentado de forma transversal em disciplinas que abrangem apenas o período colonial.

Em relação ao currículo de 2020, nota-se uma mudança no que se refere à inclusão da temática indígena. Depois de mais de dez anos da Lei 11.645/08, houve a inserção de componentes curriculares específicos e obrigatórios como “História dos Povos Originários das Américas” e “Educação das Relações Étnico-Raciais”, revelando um caminho capaz de desconstruir os estereótipos e preconceitos que permeiam os povos originários.

Nesse sentido, esses avanços sinalizam que o curso tem se comprometido com um ensino de História que valoriza a diversidade cultural brasileira, proporcionando subsídios que colaborem com uma formação docente mais completa. Nesse sentido, possibilita que os futuros professores de História possam ensinar a temática indígena capaz de não só implementar a Lei 11.645/08, mas de forma que os estudantes do ensino básico possam refletir sobre a História e Cultura dos povos originários a partir deles.

REFERÊNCIAS

- ANDREO, Igor Luis; JOLY, José Victor. A questão indígena nos marcos legais de educação básica: uma análise sobre a BNCC de História. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 16, n. 31, p. 43-58, 2022. Disponível em: [A questão indígena nos marcos legais de educação básica: uma análise sobre a BNCC de História | Revista Eletrônica História em Reflexão \(ufgd.edu.br\)](#). Acesso em: 23 de outubro de 2024.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008. Disponível em: [\(19\) Circe Bittencourt - Ensino de História: fundamentos e métodos | Marcela Faria - Academia.edu](#). Acesso em: 23 de outubro de 2024.
- BORGES, Cláudia C. do Lago ; SILVA, V. C. . O LUGAR DO INDÍGENA NA BNCC E AS PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA. In: BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli; NETO, José Maria de Sousa. (Org.). **Aprendendo História: Etnicidades**. 1ed. União da Vitória: Edições Especiais Sobre Ontens, 2019, v. 1, p. 109-114.
- BRASIL. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 20 de outubro de 2024.
- BRASIL. Lei no 11.645, de 10 de março de 2008. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 20 de outubro de 2024.
- SILVA, Edson. O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 213-223, 2012. Disponível em: [O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008 | Revista História Hoje](#). Acesso em: 20 de outubro de 2024.
- SILVA, J. B. A. Implicação da força do eurocentrismo no currículo de um curso de licenciatura em história: que espaço é reservado à história negra e indígena?. **Revista Pedagógica, Chapecó**, v. 20, n. 45, p. 73-89, set./dez. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v20i45.4504>. Acesso em: 23 de outubro de 2024.
- Universidade Federal da Paraíba. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História*. João Pessoa: UFPB, 2011.
- Universidade Federal da Paraíba. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História*. João Pessoa: UFPB, 2020.
- WITTMAN, Luisa Tombini et al. O papel da universidade no ensino de história indígena: uma análise dos cursos de História em Santa Catarina. **História e Diversidade**, v. 10, n. 1, p. 152-165, 2018. Disponível em: [O PAPEL DA UNIVERSIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: UMA ANÁLISE DOS CURSOS DE HISTÓRIA EM SANTA CATARINA | História e Diversidade \(unemat.br\)](#). Acesso em: 20 de outubro de 2024.

TERRITÓRIO POTIGUARA SOB A GESTÃO DO SPI

Lucas Flávio Alverga da Sillva
(UFPB / lfas3@academico.ufpb.br)

Venâncio de Oliveira Araújo
(UFPB / venancioaraujo.br@gmail.com)

RESUMO

Este trabalho trata da história do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e sua atuação em terras paraibanas. Criado em 1910 com forte espírito positivista e republicano, o órgão passa a tutelar os povos indígenas brasileiros na perspectiva de substituir a catequese missionária pela proteção estatal. Na Paraíba, começa a atuar efetivamente na década de 1930 através do Posto Indígena São Francisco - posteriormente Nísia Brasileira - situado na Baía da Traição, no litoral norte da Paraíba. A partir deste, o povo potiguara passou a ser tutelado pelo Estado, cuja administração, recursos financeiros, assistência educacional e de saúde precisavam da avaliação e autorização do SPI, ou seja, sua vida dependia quase que exclusivamente do aval do Estado. Durante todo o período de atuação, o órgão produziu grande um grande cabedal documental, disponibilizado digitalmente pelo Museu Nacional dos Povos Indígenas, localizado no Rio de Janeiro. Nesse viés, esse trabalho visa, a partir da análise dos documentos, entre os anos de 1930 a 1950, avaliar as intervenções diretas do órgão junto à população indígena da Baía da Traição nos conflitos de ocupação territorial, por decorrência das constantes invasões por particulares (não-indígenas) e pela Cia de Tecido Rio Tinto.

Palavras-chave: Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Indígena, Potiguara, Paraíba.

INTRODUÇÃO

Em 1910, pelo Decreto 8.072, é criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN). Trata-se de um movimento ao mesmo tempo coerente com as ânsias de um Brasil recentemente tornado republicano e das pressões internacionais como profundamente transformador e disruptivo, modificador das próprias bases em que se situava o indigenismo brasileiro.

Assim sendo, de fato, se observa que a “questão indígena” fora, até então, monopólio da Igreja. Frequentemente com o apoio e a anuência estatal, sem dúvida, mas foram as ordens religiosas as encarregadas com a tarefa de lidar com as almas dos indígenas “pagãos” desde o início, acompanhadas ou não das armas, sejam elas de germes ou de aço. Não é de se questio-

nar, portanto, o caloroso debate, frequentemente de caráter intelectual, em colunas escondidas em jornais, alguns poucos com um engajamento reverberante, entre a crescente elite burguesa republicana e as antigas e politicamente organizadas oligarquias monárquicas. A mudança da catequese religiosa pela proteção sob a égide do Estado foi um tema amplamente discutido e palco de fortíssima e influente militância no início do século XX no Brasil.

Apesar das dificuldades (a criação deste órgão já fora há tempos idealizada, mas sempre atravancada), estabelece-se definitivamente o órgão em 1910 com o objetivo confesso de “prestar assistência aos índios do Brasil, quer vivam aldeados, reunidos em tribos, em estado nômade ou promiscuamente com civilizados” (Decreto 8.072, 20 de junho de 1910). O SPILTN torna-se apenas SPI em 1918, e sua atuação será em grande ancorada e legitimada pelo Código Civil de 1916, principalmente no que concerne à tutela, ao dizer, em seu Art. 6º, que “Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida em que se forem adaptando à civilização do país” (Gagliardi, 1989, p. 251-52). O caráter assimilacionista das leis é bem claro e só tomará uma guinada satisfatória em 1988, mas o funcionamento orfanológico da tutela faz-se perceber de forma bem agressiva:

As terras ocupadas por indígenas, bem como o seu próprio ritmo de vida, as formas admitidas de sociabilidade, os mecanismos de representação política e as suas relações com os não-índios passam a ser administradas por funcionários estatais; estabelece-se um regime tutelar do que resulta o reconhecimento pelos próprios sujeitos de uma ‘indianidade’ genérica, condição que passam a partilhar com outros índios, igualmente objeto da mesma relação tutelar (Pacheco, 2006, p. 114).

Nesse sentido, o órgão atuou de 1910 até 1967, quando foi extinto e substituído pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Na Paraíba, o órgão demonstrou algum interesse nas duas primeiras décadas de sua existência, mas sua atuação efetiva com os Potiguara só se concretiza com a instalação do Posto Indígena São Francisco, em 1932, localizado na Baía da Traição, posteriormente realocado e renomeado para Nísia Brasileira em 1942. Durante sua atuação, produziu enorme acervo documental, hoje disponibilizado digitalmente pelo Museu Nacional dos Povos Indígenas.

DESENVOLVIMENTO

O presente artigo visa analisar, na referida documentação, como se deram as relações e os conflitos territoriais em terras Potiguara sob a gestão do SPI, por entender que o território se configura, ontem e hoje, como objeto de contenda entre diferentes grupos sociais por representar o meio de subsistência, seja ela material ou imaterial.

No que concerne aos povos indígenas, se reconhece o desrespeito e abuso sistemático e histórico para com a soberania de seus territórios e, conseqüentemente, suas vidas. Hodierna-

mente, situa-se como um tópico em disputa, especialmente ao falar sobre os povos indígenas do Nordeste. Este trabalho almeja, portanto, contribuir para a construção do conhecimento sobre a história do povo Potiguara e suas relações com a sociedade ao seu redor, a fim de melhor embasar o debate a fim da defesa dos direitos indígenas.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do tema em questão, a pesquisa pautou-se nos documentos disponibilizados digitalmente pelo Museu dos Povos Indígenas, os quais dizem respeito ao acervo documental do SPI durante seus anos de atuação, de 1910 a 1967. Para fins desta pesquisa, foi feito inicialmente o levantamento dos documentos referentes ao escopo da pesquisa, localizados na pasta 381 - São Francisco, Caixa 181, planilha 001 e na pasta 071 - Nísia Brasileira, Caixa 167, planilhas 001 a 006 e Caixa 170, planilha 017. Uma vez feito o levantamento, fez-se a catalogação dos documentos em diferentes áreas temáticas, e em seguida, a leitura e a análise dos conteúdos.

A fim de observar e melhor entender o contexto em que se encontra inserido o objeto de pesquisa, foi feito também o levantamento bibliográfico de artigos científicos, monografias, dissertações, teses e livros sobre o tema.

Assim sendo, foi feita a análise e discussão das leituras bibliográficas e dos achados documentais, de forma a cotejá-los numa análise conjunta.

RESULTADOS

Na análise dos documentos, que são vários de caráter administrativo como balancetes, avisos mensais, telegramas, entre outros, se destacam os relatórios de agentes do SPI e de encarregados do Posto Indígena.

Na pasta 071 - Nísia Brasileira, Caixa 170, planilha 017, se encontra um relatório datado de 1920, escrito por Alípio Bandeira, intitulado “Relatorio referente aos índios remanescentes da Bahia da Trahição, a Nordéste do Estado da Parahyba.”. Se trata de um estudo feito pelo agente numa visita que fizera em 1913. No documento, o agente do SPI retrata brevemente a lógica de funcionamento da região anterior à influência do órgão indigenista federal, que só se instalou efetivamente em 1932, especificamente ao identificar o papel do Regente, que era o “chefe nominal da aldeia”:

Hoje, porém, a autoridade dessa personagem [do Regente] é muito limitada. Sua nomeação provém do vigário de S. Miguel e o vigário nada mais quer, de ordinário, senão que o Regente forneça dinheiro á igreja. De tal sorte que o papel deste chefe quasi que se reduz á arrecadação das esportulas com que cada um deve contribuir para as despesas discrimina-

das pelo padre. Além desta função e da prerrogativa de falar primeiro, em nome de todos, quando recebem visita de cerimônia, só lhe conheci uma distinção sobre o comum dos seus subditos - **a de se entender com os estranhos que vão á aldeia contratar trabalhadores** (BR RJMISPI-IR-4-071-017-40-f10, grifos autorais).

Percebe-se então não apenas a interação entre os indígenas e a liderança religiosa cristã no local, mas também o papel do Regente de “se entender com os estranhos que vão á aldeia contratar trabalhadores”, mais detalhada no próximo parágrafo:

O preço corrente desses contratos regula 800 a 1000 réis diários, sem comida, por individuo. Trabalham com diligencia e procuram cumprir á risca o estipulado. Não são exigentes, á mais simples advertencia, porém, que o dono do serviço faça a um delles, logo esse pede “a sua conta” e se retira. Immediatamente 2, 3, 4 o acompanham pedindo tambem sua conta e em geral no mesmo dia ou no seguinte vae-se o resto embora, ainda que sejam 16 ou 20. (BR RJMI SPI-IR4-071-017-40-f10)

Ou seja, enxerga-se, em 1920, uma relação entre os particulares (não-indígenas) e os indígenas, frequentemente mediados pela Igreja ali presente. A lógica mudará completamente com a influência e atuação do SPI na região a partir da década de 20, quando todo o mercado fundiário passará a ser tutelado pelo Estado.

Entretanto, as relações comerciais e contratuais sobre a terra, seu uso e seu controle são também relações entre diferentes concepções de terra e de território, mais ou menos explícitas. Alípio Bandeira acaba por reconhecer essa diferença:

Vivem os actuaes Potyguaras da pequena agricultura de enxada e da pesca, no mangue, de caranguejos e mariscos. **Roubam uns aos outros o que têm nas roças, não havendo por isso desavença ou queixa.** (BR RJMI SPI-IR4-071-017-40-f11, grifos autorais)

Nesse excerto, o agente do órgão indigenista acaba por descrever a lógica de funcionamento das terras Potiguara, entendendo por “roubar” a lógica de compartilhamento que contrasta com a noção civil e estatuto jurídico de propriedade privada. Esse contraste é relatado de forma cômica no próximo parágrafo do excerto do relatório supracitado, que evidencia o que acontece quando há esse choque de concepção:

Tem sucedido que algum estranho faz lavoura nas terras delle: **os indios começam a furtar nessa plantação como fazem nas suas**; o sujeito reclama e elles dão-lhe uma formidavel surra de páo - remedio sempre infallivel para a retirada do intruso. (BR RJMI SPI-IR4-071-017-40-f11, grifos autorais)

O território aqui não deve ser entendido apenas como meio de subsistência dos Potiguara, mas como elemento existencial e fundamental no seu próprio conjunto de memórias e símbolos, pois

[...] não é através de uma lista de traços ou elementos culturais, senão em práticas e sentidos continuamente produzidos e reproduzidos que os Potiguara se constituem como um grupo social singular em interação com outros grupos. **Para tanto, a terra, enquanto estrato material e cosmológico, é elemento indispensável à continuidade desses processos que engendram a existência mesma deste povo Indígena**” (Palitot, 2020, p. 132, grifos autorais).

Entretanto, o jogo de poder bruscamente se modifica quando, em 1917, os irmãos Lundgren adquirem um enorme terreno onde hoje está situada a cidade de Rio Tinto. Os irmãos Lundgren eram industriais de ascendência sueca, já de família abastada, que compram o território para a instalação de uma fábrica têxtil, a Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT). Em 1918 é iniciada a construção da fábrica, de maneira que em 1924 ela é inaugurada.

A presença e a atuação dessa fábrica é percebida pelos agentes do órgão federal desde cedo, mesmo antes de sua inauguração, como explicita um relatório do ano de 1923, escrito por Dagoberto de Castro e Silva, intitulado “Relatorio referente às terras ocupadas pellos indios Potyguaras na Bahia da Trahição, municipio de Mamanguape (Parahyba) e visita aos indios Carijós, municipio de Aguas Bellas (Pernambuco)” (BR RJMI SPI-IR4-071-017-41-f2):

De accordo com o reconhecimento que fiz nas terras devolutas da Bahia da Trahição, (...) consegui estabelecer estes limites: ao Norte, com os marcos Cajarana, Jardim ou Taiépe, Itauna, Encantado e Suzada até a foz do rio Camaratuba que desagua no Oceano. Nestes marcos ficam os engenhos Itaúna, Itauninha e Cumarú. Ao Sul, com o antigo aldeamento dos indios de Monte-Môr, demarcado no anno de 1868 pelo engenheiro Antonio Gonçalves da Justa Araujo, aquem já me referi. **Todo esse grande terreno de Monte-Môr, pertence actualmente aos industriaes Lundgren e a outros que adquiriram por compras.** E’ ao lado do antigo aldeamento da Preguiça, onde ainda existem uma igreja de pedra e cal e um arruado com casas de palha habitadas por mestiços do mesmo typo dos da Bahia da Trahição, que está situada a grande fábrica Rio Tinto. A Leste limita-se com as terras do Dr. Franklin Dantas, até a igreja de S. Miguel e dahi com a lagoa do Sinimbú, ruinas do Forte, onde ainda se encontram velhas peças de artilharia do tempo da invasão hollandeza, até a barra do rio Camaratuba. Em toda essa zona existem grandes coqueiraes de propriedade particular. A Oeste fica o vertice dos angulos das linhas norte e sul (BR RJMI SPI-IR4-071-017-41-f8-9, grifos autorais).

Ou seja, já se reconhece a ocupação da terra indígena Potiguara pelos industriais Lundgren, assim como, no mesmo documento, o caráter dúbio de sua ocupação:

Em summa, os terrenos outrora demarcados e divididos em lotes, (...) distribuidos aos indios de Monte-Môr, tocando cada lote a uma familia, estão actualmente ocupados pelos grandes industriaes Lundgren e os terrenos que figuram como devolutos (...) também foram pelos mesmos açambarcados, **com ou sem justos titulos de que possam oportunamente se valer.** Pelo exposto é licito concluir que os indios - pretensos Potyguaras - foram desalojados de suas terras, por sua livre vontade ou a contra gosto, visto como não tinham capacidade juridica para alienal-as (BR RJMI SPI-IR4-071-017-41-f10, grifos autorais).

É nesse cenário que o SPI começa a exercer suas atividades para com os Potiguara no final da década de 1920, quando o inspetor Antônio Estigarribia é nomeado, em 28 de novembro de 1929, para tentar estabelecer um acordo com o então governador da Paraíba, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, sobre as terras dos antigos aldeamentos a fim de instalar ali um Posto Indígena. De acordo com Palitot,

Esse acordo previa a regularização daqueles proprietários que apresentassem títulos hábeis sobre as terras indígenas e a incorporação como arrendatários do Posto Indígena dos que não possuísssem tais títulos, deixando, portanto, de pagarem impostos à coletoria estadual (Palitot, 2005, p. 43-44).

O Inspetor Antônio Estigarribia à época já gozava de certa autoridade no assunto, sendo responsável por outros acordos de regularização fundiária a partir do SPI. Entre os pontos principais do projeto, aqui destaco dois que evidenciam a lógica por trás de seu funcionamento:

ARTIGO SEGUNDO - Serão respeitadas as propriedades havidas por aquisições legais, existentes dentro das duas sesmarias.

ARTIGO TERCEIRO - **Todas as pessoas que ocuparem sem título hábil qualquer trecho de terra dessas sesmarias, pagarão arrendamentos**, correspondente a qualidade e extensão da gleba ocupada, por preços locais, tendo o SPI a faculdade de reivindicação, quando necessário, indenizando apenas as benfeitorias que nele se encontrem de acordo com a lei. (Peres, 1992, p. 82, grifos autorais)

Ou seja, a partir desse acordo, percebe-se que a tentativa de regularização do mercado fundiário e de resolução de conflitos, ambos sob a perspectiva tutelar, está baseada na legitimação das propriedades dos particulares, desde que “havidas por aquisições legais”, e na regularização dos que ocupavam as terras mas não tinham o respectivo direito.

Assim sendo, em 1932 é instalado o Posto Indígena São Francisco, que passa a atuar num cenário conflituoso de crescente concentração fundiária, cujo agente mais impactante e representativo é a Companhia de Tecidos Rio Tinto. É possível observar na documentação do SPI que a década de 1930 é marcada pelos atritos entre os Potiguara e os empreendimentos da fábrica, resultantes de um processo que viera ocorrendo há mais de uma década.

Nesse viés, ao analisar a pasta 381 - São Francisco, que contém os documentos referentes ao período de atuação do Posto sob esse nome, de 1932 a 1942, em que há apenas uma planilha, encontramos alguns outros documentos que explicitam o processo de adaptação do órgão à lógica regional já estabelecida.

Um deles é um relatório do ano de 1933, ou seja, um ano após a instalação do Posto Indígena São Francisco. O documento, de autoria do Dr. Bento Martins Pereira de Lemos, não é um relatório do posto em si, mas da inspetoria regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comercio, uma vez que o SPI foi incorporado como apenas uma seção do Departamento de Povoamento do referido ministério a partir da revolução de 1930. Trata-se de uma troca de mi-

nistérios que caracterizou a atuação do SPI, que mudou três vezes: originalmente vinculado ao Ministério da Agricultura, em 1930 é transferido para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1934 para o Ministério da Guerra e em 1939 retornou ao Ministério da Agricultura.

Sob o tópico “Serviço de Proteção aos Índios”, o autor reconhece a lógica econômica da região, mas agora em 1933 já bastante desenvolvida e agressiva, especificamente em relação à CTRT:

De uns cinco ou seis anos para cá, pouco cuidavam de roças porque a extração da madeira para combustível, que forneciam às grandes fabricas de tecidos do RIO TINTO, de parecia com civilizados, se lhes apresentava como negocio mais vantajoso, imediato.

Dezenas de milhares de metros cubicos de madeiras foram extraidas e vendidas, com a impassivel assistencia das autoridades locais, que nada faziam para impedir a devastação da mata.

Essa devastação foi muito grande, e, para a calcular, basta saber que o chefe indigena, só êle, recebera, em cinco ou seis anos, cerca de trinta contos de réis pelas madeiras que, com os seus, forneceu áquelas fabricas. Considere-se ainda o preço infimo por que essas madeiras foram compradas de tão inexperientes vendedores, e melhor se ajuizará da enormidade da devastação (BR RJMI SPI-IR4-381-001-00-f28).

A tentativa do SPI de se inserir como um poder local capaz de sustar os investimentos da CTRT se mostra muitas vezes frustrada diante dos amplos abusos da referida empresa, como evidencia o relatório do P.I. São Francisco referente ao ano de 1939, escrito pelo então encarregado do Posto, Vicente Ferreira Viana:

Os indios da vila de Monte-Mór foram este ano expulsos de seus lotes de terra pela Companhia Fábrica de Tecidos de Rio Tinto.

Um de seus proprietarios, o Sr. Frederico Lundgren, foi, em pessoa, quem cometeu esse inqualificavel abuso contra a segurança e propriedade dos mesmos, deixando desabrigadas muitas familias indigenas.

O índio Pedro Lourenço foi intimado a comparecer em Rio Tinto, onde foi detido e obrigado, com a presença da policia e do advogado daquela empresa, a assinar um documento, para entregar o seu lote de terra no prazo minimo de 30 dias.

(...) Expulsos os indios de seus lotes, sob ameaças e com auxilio da policia, que tem sido um manequim nas mãos da poderosa empresa, esta se apropria dos referidos lotes! (BR RJMI SPI-IR4-381-001-04-f7).

Entretanto, e diante daquilo que já alertava Dagoberto de Castro e Silva em 1923 sobre as “inumeras bemfeitorias” que possuíam os “civilizados”, ou seja, da permanente ocupação da terra indígena por particulares, o órgão indigenista adota uma política chamada por Peres (1992, p. 102) de “insularização de áreas indígenas”, onde o órgão demarca apenas as áreas permanentemente ocupadas pelos indígenas, assim evitando as “ações de ‘perdas e danos’” contra o Estado e permitindo um maior controle das terras arrendadas

Segundo a estratégia delineada para o P.I. Nisia Brasileira, em fins dos anos 40, a demarcação também estava vinculada ao processo de regularização mencionado, mas não como um fim, e sim como um meio para limpar a área. Devido aos conflitos existentes entre ocupantes, índios e os agentes do SPI, **importava então traçar precisamente a área do posto como o locus exclusivo e inquestionável de controle do órgão indigenista.** Era necessário reordenar as relações entre índios e ocupantes, a partir do efetivo estabelecimento de um território indígena, com seu status jurídico específico garantido pelo Estado (Peres, 1992, p. 93-94, grifos autorais).

Nesse viés, a massa documental sobre o referido Posto não carece de veementes súplicas para a demarcação do território. Na pasta 071 - Nisia brasileira, caixa 167, encontram-se vários documentos nesse sentido.

No relatório de 1944, o então encarregado do Posto, Coriolano Mendonça, ao delinear os planos para o próximo ano, sob o item “Demarcação de terrenos”, diz que

Este é um trabalho de imprescindível e inadiável necessidade, afim de por termo á constante e abusiva usurpação dos terrenos dos índios pelos civilizados, pois, conforme é do conhecimento dessa Diretoria, **mais de 2/3 do latifúndio dos índios desta sesmaria, encontra-se pertencendo criminosamente a identificados usurpadores** que, além de abusarem das leis do nosso Serviço, desrespeitando-as, criam sérios entraves a esta administração e tentam espoliar os nossos pobres índios das terras de que, por lei, são os únicos verdadeiros donos! (BR RJMI SPI-IR4-071-001-52-f5-6).

Essa demarcação se inicia, portanto, no segundo semestre de 1948, mas é rapidamente frustrada por falta de recursos financeiros, de forma que é interrompida no segundo semestre de 1949.

Entretanto, essa estratégia de demarcação do território indígena que propõe afirmar a ação tutelar do SPI sobre os indígenas e sobre o mercado fundiário local, além de aliviar os conflitos judiciais através da redução da área, considerando apenas os grupos mais próximos ao Posto Indígena, acaba por intensificar os conflitos mais imediatos entre a administração do Posto, os indígenas e os particulares. De fato, como aponta Peres

Um grupo de índios liderado por Pedro Ciriaco estava descontente com a medição já realizada. Argumentavam que o marco “balança” ficava uma légua acima do que fora estabelecido. Tal reivindicação abarcava terras ocupadas pela Fábrica de Tecidos Rio Tinto, onde esta empresa tinha uma grande plantação de eucaliptos [...] (Peres, 1992, p. 95).

A documentação analisada permite explicitar esses conflitos ali existentes, como os avisos mensais dos meses de janeiro e fevereiro de 1950, respectivamente, em que se lê sob o item “I) Outras ocorrências e necessidades do posto” que

Estamos lutando com grandes dificuldade afim de fazermos com que os rendeiros paguem suas rendas em virtude de alguns índios proibirem que

os mesmos as paguem no Posto, tendo como cabeça desse movimento o Pedro Ceriaco (BR RJMI SPI-IR4-071-002-58-f1v).

Continua nossa luta contra os rendeiros devido alguns índios que procuram perturbar a nossa administração, tanto assim que fomos obrigados a solicitarmos providencias do Dr. Chefe de Policia o qual mandou tomar as providencias que o caso exigem (BR RJMI SPI-IR4-071-002-59-f1v).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível perceber que os documentos apresentam visões contrastantes de mundo entre os Potiguara e os não-índigenas da região, assim como um recorte da lógica de funcionamento anterior à intervenção do SPI.

Nota-se também que a atuação do SPI em terras Potiguara foi marcada por uma tentativa de se inserir no jogo de poderes local através de uma regularização fundiária pelo viés da tutela, em que o órgão que se coloca como agente tutor das relações entre índigenas e não-índigenas por meio do sistema de arrendamento. Entretanto, esse sistema se provou em grande parte frustrado, pois não conseguiu satisfatoriamente sustar as investidas da Companhia de Tecidos Rio Tinto e dos demais particulares ali presentes.

Além disso, a tentativa do SPI de solucionar os conflitos fundiários por meio da “insularização” de terras índigenas acabou gerando em si conflitos violentos entre a gestão do Posto Índigena e os próprios Potiguara, insatisfeitos com uma malha territorial que não condizia com o seu cotidiano e sua vivência.

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO NACIONAL MUSEU DO ÍNDIO. Acervo documental. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=museudoindio&pesq=&pesquisa=Pesquisar> . Acesso em: 4 de novembro de 2024

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

PERES, Sidnei Clemente. **Arrendamento e Terras Indígenas: Análise de Alguns Modelos de Ação Indigenista no Nordeste (1910-1960)**. 1992. 260 f. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de pós-graduação em Antropologia Social.

PALITOT, E. M. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura**. 2005. 219 f. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Campina Grande, João Pessoa: 2005.

O SISTEMA TUTELAR DO SPI E A AUSÊNCIA DE DECLARAÇÕES POTIGUARA NO RELATÓRIO DO POSTO INDÍGENA NÍSIA BRASILEIRA-PB (1943-1945)

Maria Luísa Soares Marcolino
(PPGH/UFPB / mmallu-10@hotmail.com)

RESUMO

Com base nas políticas indigenistas implementadas durante o governo Vargas, este artigo visa examinar a ausência de declarações e testemunhos do povo Potiguara no relatório do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) referente ao período de 1943 a 1945. Esse relatório detalha os “planos de trabalhos anuais ou semestrais” instituídos para o Posto Indígena Nísia Brasileira, localizado na Baía da Traição (PB). A análise se torna essencial considerando que o povo Potiguara era o principal afetado/beneficiado pelas ações e medidas propostas, que visavam o crescimento econômico através do aumento da produtividade. No entanto, o relatório não reflete o posicionamento desse povo, o que levanta questões sobre a representatividade e a inclusão de suas vozes nos processos decisórios. Metodologicamente, esta pesquisa se fundamenta em uma análise documental, centrada nos documentos do acervo do Arquivo do Museu do Índio, do Rio de Janeiro, onde o relatório em questão está preservado. Através dessa análise, busca-se compreender as lacunas na documentação oficial e explorar as possíveis razões para a omissão das vozes Potiguara no contexto das políticas indigenistas do período, trazendo assim uma reflexão crítica sobre a inclusão de povos indígenas nos relatos oficiais e na formulação de políticas que afetam diretamente suas vidas.

Palavras-chave: Povo Potiguara; Posto Indígena Nísia Brasileira; SPI.

INTRODUÇÃO

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) foi instituído pelo Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910. O artigo 1º do referido decreto estabelecia que o órgão tinha como finalidade “[...] prestar assistência aos índios do Brasil, quer vivam aldeados, reunidos em tribos, em estado nômade ou promiscuamente com civilizados”. Vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), o SPILTN foi concebido como um órgão público com dupla função: de um lado, prestar assistência e proteção aos povos indígenas, e, de outro, facilitar a integração forçada desses povos ao modelo socioeconômico.

mico capitalista que se consolidava no Brasil, sobretudo nas áreas de conflitos entre indígenas e latifundiários.

Conforme apontado por Ribeiro (2004), o projeto do SPILTN incorporou a atuação de comissões compostas por geógrafos, etnólogos, botânicos e outros cientistas, reunidos na chamada Comissão Telegráfica. O objetivo era construir um entendimento científico que fundamentasse as ações do órgão, incluindo a formulação de uma política indigenista que orientasse sua atuação. Nesse contexto, Lima (1992, p. 155) destaca que o SPILTN representou o “[...] primeiro aparelho de poder governamentalidade instituído para gerir a relação entre povos indígenas, distintos grupos sociais e demais aparelhos de poder”. Essa configuração evidenciava o papel estratégico do órgão na administração da relação entre os povos indígenas, o Estado e os interesses econômicos e políticos da época.

No contexto nacional da época, a criação do SPILTN reflete o projeto de modernização econômica e territorial do Estado brasileiro no início do século XX. Durante esse período, o governo buscava consolidar o domínio sobre territórios indígenas, favorecendo a expansão da fronteira agrícola, desbravando regiões consideradas estratégicas para o desenvolvimento nacional. Essa política, no entanto, estava alinhada à lógica integracionista, que via os povos indígenas como obstáculos ao progresso e os destinava à assimilação cultural e econômica.

A criação do órgão ocorreu em um contexto histórico marcado pela expansão das ferrovias e pela exploração do interior do Brasil, elementos centrais para o projeto econômico da Primeira República. Durante o governo de Nilo Peçanha, o SPILTN frequentemente atendia aos interesses da elite agrária e industrial. Tornando-se, assim, um instrumento ambivalente, operando entre a retórica da proteção indígena e a prática de subordinação dessas populações aos interesses do capital agrário e industrial em expansão.

Com expansão para o interior do Brasil, impulsionada pela busca de modernização e integração econômica, frequentemente confrontava aldeias indígenas situadas nas regiões visadas para a implantação das ferrovias. Esses encontros geraram conflitos entre os povos originários e o Estado, que justificava suas ações por meio de um discurso civilizatório, descrito por Darcy Ribeiro como um “remédio indispensável à segurança dos que construíram uma civilização no interior do Brasil” (Ribeiro, 2017, p. 120). Nesse cenário, os indígenas passaram a ser vistos como uma “ameaça” ao progresso nacional.

Preocupado com a escalada desses conflitos, o Marechal Cândido Rondon sugeriu a criação de um órgão que promovesse uma convivência pacífica entre o Estado e as populações indígenas, mas que também garantisse a continuidade da ocupação territorial e o avanço das obras de infraestrutura. Durante as missões de instalação das linhas telegráficas no Mato Grosso, Rondon propôs e liderou a fundação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), tornando-se seu primeiro diretor. Sob sua gestão, o órgão incorporou as táticas da Comissão Rondon, que consistiam em adentrar terras indígenas seculares e implementar políticas de “pacificação”.

Essas políticas estavam fundamentadas em um imaginário paternalista que retratava o indígena como o “bom selvagem” — uma figura romantizada, descrita como forte, heroica e útil para a proteção das fronteiras nacionais e para o desenvolvimento da economia agrícola. Contudo, esse discurso mascarava a intenção subjacente de promover o apagamento cultural dos povos indígenas. Para Rondon, a integração dos indígenas à sociedade brasileira dependia de seu afastamento progressivo de suas culturas e modos de vida tradicionais, facilitando sua assimilação ao modelo hegemônico de sociedade.

Essa visão reforçava o caráter integracionista do SPI, que, embora alegasse proteger os indígenas, frequentemente operava em favor dos interesses econômicos e políticos do Estado, legitimando a expropriação de terras e a subordinação dos povos originários às demandas da expansão capitalista. Assim, o SPI tornou-se uma ferramenta de controle social que contribuía para a consolidação territorial do Brasil, ao mesmo tempo em que minava as autonomias indígenas e sua diversidade cultural.

Em 1918, o SPILTIN foi reformulado e passou a ser denominado SPI, por meio do Decreto-lei nº 3.454, de 6 de janeiro daquele ano. Essa reestruturação marcou uma tentativa de reorganizar o papel do órgão frente aos desafios impostos pelas políticas indigenistas da época. O decreto que regulamentava suas funções determinava que cabia ao SPI, entre outras atribuições, delimitar os territórios indígenas em colaboração com os governos estaduais e municipais, devolver as terras que haviam sido indevidamente apropriadas por terceiros, fomentar práticas agrícolas de subsistência entre os povos indígenas e, sobretudo, garantir a ordem, evitando tanto a invasão de terras indígenas por “civilizados” quanto conflitos envolvendo a entrada dos próprios indígenas em territórios ocupados por não indígenas.

Essas diretrizes refletem o cenário histórico de um Brasil recém-ingresso no regime republicano, mas que ainda mantinha uma estrutura social e cultural profundamente enraizada nos princípios do colonialismo. A mentalidade predominante atribuía aos povos indígenas um papel marginal ou inexistente na formação da nação e sustentava que sua plena integração dependia de processos de catequização e assimilação aos padrões da sociedade “civilizada”.

Essa visão colonialista se traduziu em políticas públicas que frequentemente relegavam os indígenas a uma condição de tutelados pelo Estado, retirando-lhes autonomia sobre suas terras e modos de vida. Embora o decreto sugerisse a devolução de terras indígenas, na prática, a ação do SPI priorizava o atendimento de interesses do Estado e das elites econômicas, contribuindo para a continuidade da exploração de territórios indígenas em prol da expansão da fronteira agrícola e de projetos de desenvolvimento nacional.

Além disso, o foco na agricultura de subsistência como ferramenta de “progresso” reforçava a intenção de moldar os povos indígenas de acordo com as demandas econômicas do país, negando-lhes o direito de preservar suas tradições e formas de organização social. A ordem a ser mantida, como estabelecido pelo decreto, estava essencialmente orientada a proteger os interes-

ses de colonos e latifundiários, enquanto as demandas e os direitos dos indígenas eram frequentemente secundarizados ou ignorados. Nesse contexto, o SPI representava um instrumento de controle estatal que buscava administrar as tensões geradas pela ocupação territorial, mas que, na prática, perpetuava as desigualdades e a marginalização dos povos originários.

Embora o SPI fosse visto como uma iniciativa inovadora em relação às políticas indigenistas do passado, ocupando um espaço antes monopolizado pela Igreja Católica, sua atuação encontrou resistências significativas. Para o setor econômico, o órgão era percebido como um potencial limitador da exploração de terras indígenas, que eram vistas como reservas para grandes lavouras ou mineração, especialmente no Centro-Oeste. A Igreja, por sua vez, temia perder sua hegemonia sobre os povos indígenas, uma vez que o SPI substituiu a catequização tradicional e a educação cristã pela alfabetização e programas educativos promovidos pelos Postos Indígenas.

A política do SPI, no entanto, estava profundamente alinhada aos interesses de grandes latifundiários ligados ao MAIC, o que, segundo Lima (1992, p. 158), revela a “camuflagem” do órgão para atender às demandas econômicas sob a justificativa de assistência indígena. Em 1936, esse alinhamento ficou evidente com a aprovação provisória do primeiro Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios, instituído pelo Decreto nº 736. Esse regulamento estabelecia medidas para a nacionalização dos indígenas, visando sua incorporação à sociedade brasileira, dentro de uma lógica assimilacionista.

Durante as décadas de funcionamento do SPI, o órgão manteve sua atuação vinculada ao programa nacionalista de expansão territorial, enquanto promovia a inserção dos povos indígenas na sociedade brasileira de maneira forçada. As instâncias regionais, conhecidas como Inspetorias, eram responsáveis por repassar recursos financeiros aos Postos Indígenas, que deveriam atender às necessidades básicas das populações sob sua jurisdição. No entanto, pelas normas do SPI, os postos indígenas eram obrigados a buscar meios de sustentação econômica, seja por meio do plantio, da extração de recursos naturais ou da criação de animais. Essa estrutura reforçava o papel instrumental dos indígenas no projeto econômico nacional, enquanto sua autonomia e culturas eram sistematicamente enfraquecidas.

Em 1939, o SPI voltou a ser incorporado ao Ministério da Agricultura, o que culminou, em 1942, na publicação do Regimento do órgão. Este documento oficial reforçava a política de inserção dos indígenas em atividades consideradas “civilizadas,” como o trabalho extrativista e a produção agrícola, enquanto permitia a continuidade limitada de práticas culturais. As Inspetorias Regionais e os Postos Indígenas eram encarregados de executar essas políticas, atendendo não apenas às diretrizes nacionais, mas também aos interesses políticos e econômicos locais e regionais.

De acordo com o Decreto nº 10.652, de 16 de outubro de 1942, cabia às Inspetorias Regionais a administração das aldeias indígenas, incluindo a educação, demarcação de terras,

proteção, preservação cultural, intermediação entre aldeias e o “mundo civilizado,” fiscalização, conservação patrimonial e o combate ao nomadismo (art. 12). A manutenção da ordem nos Postos Indígenas era responsabilidade das forças militares, refletindo a militarização da política indigenista e o controle direto sobre as populações indígenas. Para que essas ações fossem viáveis, era essencial garantir repasses financeiros adequados, provenientes do orçamento federal enviado ao Ministério da Agricultura, que, por sua vez, destinava os recursos ao SPI e às suas Inspetorias.

Na prática, o SPI mostrou-se ineficaz em suas funções principais, contribuindo para a perpetuação de práticas que desconsideravam e anulavam as culturas indígenas. Em regiões como a Paraíba, os conflitos fundiários persistiram, e o órgão falhou em assegurar os direitos indígenas que deveria proteger. Ao contrário de priorizar a preservação cultural, o SPI focou em uma política tutelar que visava a assimilação dos indígenas à sociedade nacional como força de trabalho, relegando sua diversidade cultural e demandas específicas a um plano secundário.

Durante seus 57 anos de existência, o SPI exerceu uma influência ampla, abrangendo áreas como educação, saúde e agricultura, sempre pautado pela lógica de subordinação aos interesses do Estado e, em muitos casos, das forças militares. Essa trajetória foi encerrada em 1967, quando o órgão foi extinto e substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que assumiu a missão de lidar com as questões indígenas no Brasil, ainda que sob desafios e contradições semelhantes.

Este trabalho, resulta de uma pesquisa de iniciação científica produzida junto ao grupo de pesquisa Abaiara, vinculado à Universidade Federal da Paraíba. E tem como objetivo principal analisar a ausência de declarações e testemunhos do povo Potiguara nos relatórios do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) referentes ao período de 1943 a 1945, por meio dos documentos oficiais disponíveis no acervo do Arquivo do Museu do Índio, localizado no Rio de Janeiro.

METODOLOGIA

Para compreender as dinâmicas sociais no contexto Potiguara e o funcionamento do Posto Indígena Nísia Brasileira, foram realizadas análises documentais com base no acervo do Arquivo do Museu do Índio, localizado no Rio de Janeiro, abrangendo os anos de 1943 a 1945. A pesquisa destacou também relatos sucintos sobre as relações entre inspetores, trabalhadores do posto e os indígenas potiguara, tanto aqueles integrados às atividades laborais quanto os que viviam em comunidades e aldeias sob tutela do SPI na região da Baía da Traição, no estado da Paraíba.

Com o objetivo de investigar as relações entre o Posto Nísia Brasileira e SPI, a pesquisa foi embasada em três pilares principais: levantamento bibliográfico, análise documental e discussão normativa. No âmbito bibliográfico, autores como Estevão Palitot, Darcy Ribeiro e An-

tônio Carlos de Souza Lima foram fundamentais para entender acerca do povo potiguara, sobre povos indígenas no Brasil e o poder tutelar do Estado, respectivamente. A análise documental, por sua vez, envolveu a catalogação, leitura e interpretação de registros relacionados ao SPI e ao P.I. Nísia Brasileira, bem como a análise detalhada de relatórios e de decretos oficiais que orientavam as ações do órgão.

Nesse processo, foram identificados e analisados relatórios de caráter mensal, semestral e anual, que se mostraram essenciais para compreender como o silenciamento e o apagamento de registros relativos aos Potiguara eram operacionalizados na documentação oficial. Esses registros demonstram não apenas a ausência de vozes indígenas nos documentos, mas também como o sistema tutelar do SPI contribuiu para invisibilizar as práticas e narrativas dos povos indígenas de diferentes etnias.

Dado o volume de documentos relativos ao Posto Indígena da Baía da Traição, a pesquisa buscou se aprofundar em questões sociais específicas, como o impacto da presença estatal nas práticas tradicionais potiguara e a relação entre as políticas do SPI e os processos de aculturação indígena. Nesse sentido, esse trabalho examinou o grau de influência do Estado nas tradições indígenas e o fortalecimento de práticas que promoviam a assimilação cultural, muitas vezes em detrimento da identidade indígena. Assim, essa pesquisa reforça a importância de um olhar crítico sobre as políticas indigenistas do período, evidenciando o papel do SPI não apenas como um órgão tutelar, mas também como um instrumento de controle estatal que impactou profundamente as relações sociais e culturais dos povos indígenas.

ANÁLISE E DISCUSSÕES

Entre os séculos XIX e XX, intensificou-se o discurso sobre a soberania e a responsabilidade do Estado em relação aos povos indígenas, marcando uma mudança gradual no protagonismo das instituições religiosas, que até então desempenhavam um papel central. Esse movimento foi amplamente influenciado pelo pensamento positivista, que ganhava força nesse período histórico. Um dos principais expoentes dessa corrente foi o estadista José Bonifácio de Andrada e Silva, que, em sua obra “Projeto para o Brasil”, apresentou 44 propostas à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823. Essas propostas visavam nortear ações do Estado em relação aos povos indígenas, com o objetivo de que fossem “aproveitadas, corrigidas e emendadas,” refletindo a visão de integração e controle estatal sobre os indígenas no contexto do projeto de construção nacional. Através de

[...] estratégias e em táticas cujo exercício configurava um sistema de governo para populações dele alienadas. Da mesma forma escapava aos atores localmente encarregados pô-lo em funcionamento. Seu centro de decisões era imaginado enquanto coincidente com o governo de uma comunidade política nacional e com o espaço geográfico da capital da República: populações desconhecidas pela administração são por ela transformadas em

cidadãos de uma comunidade que, por princípio, desconhecem e só devem conhecer de forma mediatizada. Inserir estes povos na esfera de um governo nacional, em distintos patamares de participação política, viabilizaria que terras por eles ocupadas fossem tornados espaços “vazios”, prontos para serem utilizados por cidadãos para tanto capacitados, ou por aparelhos de poder estatizados responsáveis pela defesa do „território nacional” face aos países limítrofes. (Lima, 1995, p. 142-143).

De acordo com Souza Lima (2014), o regime de tutela pode ser entendido como uma forma de poder que emergiu no Brasil com a colonização portuguesa e se consolidou durante a chamada Guerra de Conquista. Esse regime representava uma estrutura hierárquica de controle sobre os povos indígenas, fundamentada na ideia de que estes necessitavam de um “tutor” para gerir suas vidas e decidir sobre seu destino. Lima também destaca que a tutela estava profundamente conectada às práticas de clientelismo e patronagem, uma vez que ambas eram mediadas por um “tutor”, figura que centralizava o poder e ditava as ordens a serem seguidas.

Esse modelo se tornou ainda mais evidente com a atuação do SPI, que institucionalizou a tutela como uma forma de assimilação forçada. A declaração de Garfield (2000, p. 18) ilustra bem essa lógica: “Não queremos que o índio permaneça índio. Nosso trabalho tem por destino sua incorporação à nacionalidade brasileira, tão íntima e completa quanto possível.”, essa perspectiva revela o objetivo explícito de apagar as identidades culturais indígenas em prol de sua transformação em “cidadãos brasileiros”, alinhados aos valores e interesses do Estado-nação.

As propostas do órgão estavam intrinsecamente ligadas aos interesses do MAIC, ao qual era subordinado. Nesse sentido, sua atuação tinha como foco principal a administração dos territórios indígenas e a exploração da força de trabalho dessas populações. Essa abordagem visava transformar os indígenas em trabalhadores nacionais, especialmente em atividades rurais, atendendo às demandas econômicas de um Brasil que buscava expandir suas fronteiras produtivas. Por conta disso, surgiu a necessidade de estender as operações do órgão para além das áreas fronteiriças, abrangendo outras regiões do país, com o objetivo de consolidar o controle sobre os territórios indígenas e integrá-los ao modelo econômico em expansão (Lima, 1992, p. 160-161).

Nesse contexto, os indígenas submetidos ao regime do SPI eram frequentemente silenciados, especialmente nas documentações oficiais. Os relatórios, correspondências e registros administrativos não apenas ignoravam suas vozes, mas também reforçavam narrativas que os reduziam a sujeitos passivos, necessitados de intervenção estatal. Suas demandas e visões de mundo raramente eram consideradas, sendo substituídas por discursos paternalistas que justificavam a imposição de políticas de assimilação. Esse apagamento sistemático nos documentos oficiais é emblemático do controle exercido pelo Estado sobre as populações indígenas, suprimindo suas perspectivas e perpetuando um sistema de dominação cultural e política.

A tutela imposta pelo SPI ia além da simples dependência dos povos indígenas, representando, na verdade, um mecanismo de controle amplo e multifacetado. Esse controle

se manifestava em diversas esferas, incluindo as ações políticas e econômicas do órgão, que eram deliberadamente alinhadas às demandas do Estado-nação. Esse modelo gestor estava intimamente ligado à concepção de que os indígenas se encontravam em uma suposta “infância social”, como aponta Araújo Júnior (2018, p. 153) “os indígenas ainda estavam na etapa ‘fetichista’ do desenvolvimento humano, uma infância social que ainda poderia ensejar desenvolvimento, desde que lhes fossem proporcionados os meios e houvesse o convencimento não violento pela civilização.”

A partir dessa visão, o SPI se via como o responsável por conduzir os indígenas em direção àquilo que considerava “desenvolvimento”, utilizando a tutela como instrumento de imposição de valores e práticas consideradas civilizadas. Além disso, a ideia de tutela também se traduzia na imposição de uma integração forçada, mas sob uma fachada de pacificação. Os indígenas sob a administração do SPI estavam sujeitos a um rígido controle territorial e a políticas de assistência em saúde e educação, que buscavam moldá-los culturalmente conforme os preceitos do projeto civilizacional brasileiro. Nesse processo, o SPI pretendia transformar os povos indígenas, incorporando-os à sociedade nacional de maneira que suas práticas, línguas e costumes fossem gradativamente substituídos pelas normas culturais dominantes.

Ao analisarmos a esfera local paraibana, mais especificamente o Posto Indígena Nísia Brasileira, vinculado à Inspetoria Regional 4, com sede em Pernambuco, no período delimitado por esta pesquisa entre 1943 e 1945, encontramos apenas um relatório datado de 18 de janeiro de 1945. Intitulado “Relatório Orçamentário de 1943 a 1945” e assinado por Coriolando Mendonça (Agente IX do SPI), o documento apresenta os investimentos destinados pelo SPI ao Posto Indígena nos anos de 1943 e 1944, e sinaliza os interesses orçamentários para 1945.

No entanto, ao aprofundarmos a análise, identificamos, tanto no referido relatório quanto em telegramas do mesmo período, denúncias que revelam tensões nas relações entre os indígenas e os agentes do SPI. Essas denúncias frequentemente descreviam comportamentos dos indígenas que não atendiam às expectativas dos inspetores e gestores do órgão. Quando os indígenas resistiam ou não se adaptavam às condições de trabalho impostas pelos administradores — especialmente o trabalho agrícola forçado, alheio às práticas tradicionais das aldeias —, eram classificados como “rebeldes” ou “indisciplinados”.

Essa categorização reflete não apenas o caráter autoritário da relação entre o SPI e os povos indígenas, mas também a tentativa de imposição de uma lógica de trabalho e comportamento que se alinhava aos interesses do projeto nacional desenvolvimentista. Ao desconsiderar as práticas culturais e sociais dos povos indígenas, o SPI reproduzia um modelo de controle colonial, onde a rebeldia não era interpretada como resistência legítima, mas como uma falha em atender às expectativas do Estado e seus agentes. Essas dinâmicas reforçam a ideia de que, sob o regime de tutela, os indígenas eram submetidos a um sistema de dominação que buscava, de forma sistemática, moldá-los segundo os padrões do homem branco, invisibilizando suas vozes e apagando suas práticas culturais nos registros oficiais.

Em 1943, o plantio de mudas consolidou-se como um dos pilares da economia local, especialmente no contexto da autossuficiência. Nesse cenário, as políticas do SPI tinham como objetivo central introduzir práticas de lavoura e pecuária entre os indígenas, estruturadas em moldes mais intensivos e tecnificados. Essa iniciativa visava não apenas a subsistência das comunidades, mas também sua integração econômica como produtores ativos, alinhados às demandas da nação. Em outras palavras, a estratégia estatal era transformar o indígena em um indivíduo economicamente produtivo, capaz de contribuir diretamente para o desenvolvimento nacional.

Essa lógica de assimilação econômica e produtiva permeou toda a atuação do SPI, sendo especialmente fortalecida durante o governo Vargas, quando medidas específicas formalizaram esse direcionamento. Os Decretos 1.736, de 1939; 10.652, de 1942; e 17.684, de 1945, estabeleciam diretrizes claras para a incorporação dos indígenas ao modelo econômico nacional, reforçando o caráter disciplinador e controlador das políticas do órgão. Essa abordagem não apenas desconsiderava as práticas culturais e sociais dos povos indígenas, mas também impunha um sistema que visava moldá-los como trabalhadores obedientes e eficientes dentro do projeto de modernização do Estado brasileiro. Assim, a atuação do SPI pode ser compreendida como uma ferramenta de integração forçada, pautada pela ideia de “civilizar” e explorar economicamente os indígenas em prol da construção de uma identidade nacional homogênea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema tutelar implementado pelo SPI durante o período de 1943 a 1945, com foco no Posto Indígena Nísia Brasileira, evidencia um padrão recorrente de silenciamento das população indígena Potiguara, especialmente no que se refere à ausência de suas vozes nas documentações oficiais. Sob a gestão do SPI, esses indígenas foram submetidos a um regime que não apenas restringia sua autonomia, mas também impunha um modelo de integração forçada alinhado aos interesses do projeto nacionalista do governo Vargas.

Os relatórios e registros analisados nos revelam como o SPI instrumentalizou políticas de controle econômico e social, utilizando a tutela como ferramenta para consolidar sua autoridade sobre os povos indígenas. A implementação de práticas agrícolas e pecuárias tecnicistas, bem como a imposição de formas de trabalho não tradicionais para os povos originários, tinha como objetivo moldar os indígenas como trabalhadores produtivos dentro de uma lógica desenvolvimentista. No entanto, essas práticas desconsideravam as especificidades culturais e sociais dos Potiguara, reforçando a opressão e o apagamento de sua identidade.

A ausência de declarações indígenas nos documentos do Posto Nísia Brasileira no período analisado revela a eficácia de um sistema que sistematicamente apagava as perspectivas e reivindicações dos indígenas, substituindo-as por narrativas construídas pelos agentes do SPI.

Esse silenciamento expõe a continuidade de uma lógica colonial, mesmo em um contexto que se apresentava como progressista. Assim, a análise desses documentos oficiais evidencia o apagamento histórico desses povos e reforça a necessidade de valorizar as vozes indígenas excluídas dos registros oficiais.

REFERÊNCIAS

Fontes

BRASIL. Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910. Cria o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e aprova o respectivo regulamento. Rio de Janeiro, 26 jun. 1910. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacaooriginal-58095-pe.html>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.214, de 15 de dezembro de 1911. Dá novo regulamento ao Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Rio de Janeiro, 15 dez. 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9214-15-dezembro-1911-518009-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 24.700, de 12 de julho de 1934. Transfere do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para o da Guerra o Serviço de Protecção aos índios e dá outras providências. Rio de Janeiro, 14 jul. 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24700-12-julho-1934-519729-publicacaooriginal-80372-pe.html>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 183, de 13 de janeiro de 1936. Aprova, distribuição de verba ao Ministério da Guerra. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1936. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-183-13-janeiro-1936-505815-publicacaooriginal-76700-pl.html>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 736, de 06 de abril de 1936. Aprova, em caráter provisório, o Regulamento do Serviço de Protecção aos Índios. Rio de Janeiro, 07 mai. 1936. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-736-6-abril-1936-472619-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.736, de 03 de novembro de 1939. Subordina ao Ministério da Agricultura o Serviço de Protecção aos Índios. Rio de Janeiro, 06 nov. 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-1736-3-novembro-1939-411705-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 3.071 de 21 de fevereiro de 1941. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941-02-21;3071>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 3.105 de 12 de março de 1941. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941-03-12;3105>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.652, de 16 de outubro de 1942. Aprova o Regimento do Serviço de Protecção aos Índios, do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 20 out. 1942. Disponível

em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10652-16-outubro-1942-464627-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 out. 2024.

FUNDAÇÃO NACIONAL MUSEU DO ÍNDIO. Acervo documental. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.museudoindio.gov.br/component/content/article/11-institucional/427-o-museu-do-indio-e-seus-arquivos>. Acesso em: 28 out. 2024.

Bibliografia

AMORIM, Paulo Marcos. Índios camponeses: os Potiguara de Baía da Traição. Rio de Janeiro. Mestrado em Antropologia Social - MN-UFRJ. 1970.

BRINGMANN, Sandor Fernando. Tutela, chefia e poder: uma análise da política indigenista do Serviço de Proteção aos Índios através da atuação de Francisco Vieira no Posto Indígena Nonoai (RS)-(1941-1956). Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 9, n. 18, 2015.

GAGLIARDI, José Mauro. O Indígena e a República. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

GAMBINI, Roberto. Espelho índio. A formação da alma brasileira. São Paulo: Axis Mundi, 2000.

GARFIELD, Seth. A luta indígena no coração do Brasil. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 15-42. 2000.

LIBANIO, Pedro; FREIRE, José Ribamar Bessa. Rondon, o Brasil dos sertões e o projeto de nação. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. MEMÓRIA do SPI: Textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011. pp. 169-177.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 155- 172.

LIMA, A. C S. Um Grande Cerco da Paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

MATTOS, Izabel Missagia de. O indigenismo na transição para a república: fundamentos do SPI. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. MEMÓRIA do SPI: Textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011, 157-167.

MELATTI, Júlio Cezar. Índios do Brasil. In ___. São Paulo: EDUSP, 1º ed. 2014.

MOONEN, Frans & MAIA, Luciano Mariz. Etnohistória dos Índios Potiguara: Ensaio, Relatórios e Documentos. João Pessoa: PR/PB-SEC/PB. 1992.

MUSEU DO ÍNDIO, Rio de Janeiro, Museu do Índio: 30 anos 1958-1983. Edição comemorativa. Rio de Janeiro, 1983.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; BRINGMANN, Sandor Fernando. O Serviço de Proteção

aos Índios e os projetos de desenvolvimento dos Postos Indígenas: o Programa Pecuário e a Campanha do Trigo entre os Kaingang da IR7. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 5, n. 10, 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A presença indígena na formação do Brasil. Brasília/Rio de Janeiro, MEC/Secad/Laced/Museu Nacional, 2006. Disponível em: http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/CoLET13_Vias02WEB.pdf. Acesso em: 28 out. 2024. .

PALITOT, E. M. Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura. 2005. 219 f. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Campina Grande, João Pessoa: 2005, p. 43-44.

PALITOT, E. M. A multidão Potiguara: Poder tutelar e conflito na Baía da Traição ao longo do século XX. Dossiê: Povos e Comunidades Tradicionais (Carlos Guilherme Octaviano do Valle, Rodrigo de Azeredo Grunewald - Org.). *Raízes* v.33, n. 1. jan-jun 2011. p. 25-44.

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. In _____. São Paulo: Global Editora, 7ª ed. 2017.

SILVA, José Bonifácio de Andrade e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios. *Revista de História*, São Paulo, v.18, n.37, p.73-96, mar. 1959. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107270/105782>>. Acesso em: 28 out. 2024.

PERES, Sidnei. SPI, etnicidade e indigenismo no Nordeste: cotidianidade e historicidade. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *MEMÓRIA do SPI: Textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011, 157-167.

VIEIRA, José Glebson. A (im)pureza do sangue e o perigo da mistura: uma etnografia do grupo indígena Potyguara da Paraíba. Curitiba. Dissertação de Mestrado. PPGAS/UFPR. 2001.

(RE) PENSANDO OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL COM O JOGO DE TABULEIRO “GUAPÓ”

Niédja da Silva Gomes Santos
(Graduanda em História - UFPB / Niedja.silva@academico.ufpb.br)

Sabrina de Souza Silva
(Graduanda em História UFPB / sss2@academico.ufpb.br)

Claudia Cristina do Lago Borges
(Doutora em História DH/UFPB, Orientadora) /claudialago.rm@gmail.com)

RESUMO

O ensino de História passou por mudanças significativas para se adaptar às demandas de uma sociedade em constante evolução. Tais mudanças refletem as transformações no campo historiográfico, que tem reavaliado conceitos, abordagens e metodologias de ensino. Uma tendência cada vez mais evidente é a utilização de jogos como ferramentas pedagógicas de alto potencial, capazes de proporcionar uma experiência de aprendizado mais ativa, participativa e envolvente para os alunos. Nesse sentido, o jogo de tabuleiro “Guapó”, desenvolvido como recursos educacionais, a fim de atender à avaliação do componente curricular “Laboratório de Ensino de História III - materiais didáticos”, dispõe de cartas com perguntas e ações acerca dos diferentes povos indígenas distribuídos no território brasileiro, representado pelo tabuleiro, antes da presença europeia e, posteriormente, durante o processo de conquista e colonização, com intuito de ampliar o conhecimento a respeito da cultura indígena e suas formas de resistência. Tendo em vista que o tema ainda é tratado de forma superficial e excludente, o jogo foi pensado de forma a promover o respeito, a empatia pelos povos indígenas e a incentivar a compreensão das injustiças históricas enfrentadas por eles, que ainda permanecem atuais.

Palavras-chave: Jogo de tabuleiro, História dos povos indígenas, Ensino, História Pré-colonial, Brasil.

INTRODUÇÃO

Uma tendência cada vez mais evidente no ensino é a utilização de jogos como ferramentas pedagógicas, capazes de proporcionar uma experiência de aprendizado mais ativa, participativa e envolvente para os alunos. O tema dos povos indígenas do Brasil ainda é tratado de forma superficial, dando muitas vezes mais atenção aos colonizadores do que

aos povos originários que constituem nosso país. Dessa forma, torna-se necessário criar estratégias didático-pedagógicas que contribuam para um ensino significativo deste tema. Tendo essa perspectiva em mente, o jogo de tabuleiro “Guapó” foi desenvolvido para auxiliar o professor no desenvolvimento de conteúdo para o ensino de História sobre a colonização do Brasil. A inclusão do jogo como proposta didática viável deve somar-se e diversificar as ações já existentes, conforme defendido por Meinertz (2018), pois a inclusão implica em fazer também, em agregar valor, jamais substituir propostas preexistentes.

O jogo só pode ser aplicado quando o conteúdo for desenvolvido em sala de aula, o tema sobre os povos indígenas antes e durante o processo de colonização, deve ser abordado com sensibilidade, reconhecendo a diversidade de experiências e perspectivas dos povos indígenas e evitando estereótipos ou simplificações excessivas. O jogo deve ser projetado de forma a promover o respeito e a empatia pelos povos indígenas e a promover a compreensão das injustiças históricas enfrentadas por eles. Após o jogo, é importante realizar uma discussão em sala de aula para refletir sobre as experiências dos jogadores, as escolhas feitas durante o jogo e as lições aprendidas sobre a história e as questões contemporâneas relacionadas aos povos indígenas. A importância de desenvolver esse conteúdo dentro da sala de aula reside na necessidade de adotar um olhar menos eurocêntrico e uma perspectiva mais indigenista sobre a colonização do Brasil. Ao integrar essas novas abordagens, buscamos reconhecer e valorizar a história e a cultura dos povos indígenas, oferecendo aos alunos uma visão mais completa e equilibrada do processo histórico.

DESENVOLVIMENTO

O jogo é uma eficiente estratégia pedagógica que contrasta com a aula tradicional, invertendo a lógica monótona de assimilação passiva de conteúdos prontos. Ele não é apenas uma diversão, mas uma ferramenta séria e significativa. Os jogos proporcionam interação social, criatividade, motivação, espontaneidade e prazer. Durante o jogo, os alunos se envolvem, planejam, analisam, criam estratégias e conseguem prever as ações dos outros jogadores. O envolvimento no jogo libera diversas emoções, como alegria, entusiasmo, empatia, cooperação, mas também pode gerar conflitos e hostilidades, requerendo atenção pedagógica consciente do professor. Do ponto de vista socioemocional, os jogos ajudam a fortalecer a autoconfiança e a autoestima dos alunos, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na pedagogia da História, os jogos permitem diferentes formas de pensar e articular o conhecimento, ajudando os alunos a utilizar conteúdos aprendidos, fazer inferências, identificar dificuldades e desenvolver habilidades cognitivas. Assim, os jogos na educação devem ter um propósito pedagógico claro: reforçar conceitos, fixar informações, explorar ou expandir conhecimentos, desenvolver habilidades ou avaliar a aprendizagem. Portanto, os jogos devem

ser preparados com o mesmo cuidado que uma aula ou uma avaliação. Assim afirma Giacomoni (2013):

Podemos afirmar que a aprendizagem mais significativa produzida pelo ensino de História, na escola fundamental, é fazer com que o aluno se capacite a realizar uma reflexão de natureza histórica acerca de si e do mundo que o rodeia. Este conhecimento acerca do mundo, que a reflexão histórica produz, é fundamental para a vida do homem em sociedade e, também, pressuposto para qualquer outro raciocínio de natureza crítica e emancipatória. Jogos e ensino de História (Giacomoni (2013, p.23)

Pensando desta forma, o jogo de tabuleiro “Guapó” foi desenvolvido para abordar de forma lúdica a temática da disciplina de História sobre os povos originários do Brasil do século XVII, e para uma discussão sobre a realidade atual desses povos no território brasileiro. Tradicionalmente, a história tem sido escrita pelos “vencedores”. No caso da colonização do Brasil, foram os conquistadores europeus que documentaram e divulgaram suas versões dos eventos históricos. Os relatos indígenas, quando existiam, eram frequentemente desconsiderados ou não documentados. A maior parte das fontes históricas disponíveis, como documentos, cartas e diários, foram escritos pelos europeus. Isso naturalmente levou a uma visão eurocêntrica da história, pois as vozes e perspectivas indígenas foram amplamente ignoradas ou subestimadas. Os currículos educacionais, por muito tempo, foram desenvolvidos com base em uma perspectiva eurocêntrica. Livros didáticos, programas de ensino e metodologias eram centrados nas conquistas e visões europeias, negligenciando as culturas e histórias indígenas. Além da colonização territorial, houve uma colonização cultural que impôs valores, teorias e narrativas europeias sobre os povos indígenas, resultando na marginalização e apagamento de suas culturas e histórias

METODOLOGIA

Com essa visão em mente, o jogo de tabuleiro “Guapó” foi desenvolvido para auxiliar o professor na fixação de aprendizagem, porém, antes do jogo, é necessário separar o conteúdo em antes, durante e depois da colonização, sendo os indígenas os principais protagonistas, falando dos costumes, crenças, artes e vida em comunidades, suas resistências a colonização e os estereótipos e apagamento cultural que esses grupos étnicos sofreram. Algumas ideias que podem auxiliar a desenvolver melhor esse conteúdo seria os professores decorar a sala de aula com temática indígena, elaborar pesquisas sobre os grupos os diferentes grupos étnicos, como os Guarani, os Tupi, os Xavante, entre outros. Convidar indígenas locais para a escola para compartilharem suas experiências e conhecimentos com os alunos. Eles podem contar histórias, compartilhar suas tradições, responder a perguntas e oferecer uma perspectiva pessoal sobre a vida indígena no Brasil, ensinar palavras em tupi, por exemplo. Outra opção é promover oficinas em sala de aula onde os alunos possam aprender e praticar técnicas de artesanato indígena,

como tecelagem, cestaria, pintura corporal ou confecção de instrumentos musicais. Os alunos podem pesquisar mitos e lendas de diferentes grupos indígenas brasileiros e, em seguida dramatizá-los em sala de aula. Isso não só ajuda a entender melhor a cosmovisão dos povos originários, mas também promove a criatividade e a expressão oral. Depois de toda essa ambientação e aprendizado vem a aplicação de jogo como uma culminância do que foi abordado em sala de aula.

Sobre o tabuleiro do jogo, ele está disposto a partir do mapa de Jan Jansson (1588-1664), um renomado cartógrafo e editor holandês, parte da proeminente família de editores de mapas Janssonius. Nascido em Arnhem, Países Baixos, ele se tornou um dos principais cartógrafos de sua época, contribuindo significativamente para o desenvolvimento e a disseminação do conhecimento geográfico. As representações de Jan Jansson que utilizamos para o jogo da América do Sul em seu “Novus Atlas” refletem o conhecimento geográfico da época e são valiosas para entender como os europeus viam e mapearam o continente no século XVII. Seus mapas da América do Sul eram detalhados e, para a época, bastante precisos, incluindo várias características geográficas e topográficas.

Neste mapa, Jansson detalhou extensivamente as costas e os principais rios da América do Sul. Rios como o Amazonas, o Orinoco e o Rio da Prata foram destacados, com suas complexas redes de afluentes. Jansson dividiu a América do Sul em várias regiões e territórios, muitas vezes fundada em divisões coloniais europeias. Estes incluem a Nova Espanha, Peru, Brasil, Chile, entre outros. As fronteiras nem sempre eram precisas, refletindo a falta de conhecimento exato. O mapa contém ilustrações de grupos indígenas, suas atividades, a fauna local, como papagaios, onças e outros animais exóticos para os europeus. Estas ilustrações serviram tanto como decoração quanto para informar sobre a diversidade cultural e biológica do continente. E o cartógrafo frequentemente incluía notas e comentários sobre as características geográficas e culturais das regiões. Estas notas forneciam contexto adicional e eram baseadas em relatos de exploradores e colonizadores. O mapa do jogo “Guapó” foi dividido em 5 áreas, e do lado esquerdo contém informações sobre grupos indígenas que ocupavam essas áreas. O jogo pode ser desenvolvido em grupo ou de forma individual, inicialmente os jogadores jogam um dado de cores, a cor definirá onde cada grupo ou estudante vai colocar seu pino, definindo seu território como ponto de partida, conforme figura abaixo:

Figura 1- Tabuleiro do jogo “Guapó”



O primeiro pino deve ser colocado sobre um território pertencente a região da cor do grupo, e quando todos os grupos estiverem com seu ponto de partida definido, é hora de usar as cartas. O estudante pegará uma carta, se acertar a pergunta correspondente, ele poderá colocar outro pino no tabuleiro, se errar não coloca o pino, e assim por diante até um grupo ou estudante ter conseguido ocupar a maior parte do território. Dentro das cartas-perguntas, existem as cartas de ação que oferecem a oportunidade de avançar por mais pontos no território, ou por perder pontos no território:

Figura 2 – Carta de ação “VARÍOLA” do jogo “Guapó” e Carta de ação “COLONIZADOR” do jogo “Guapó”



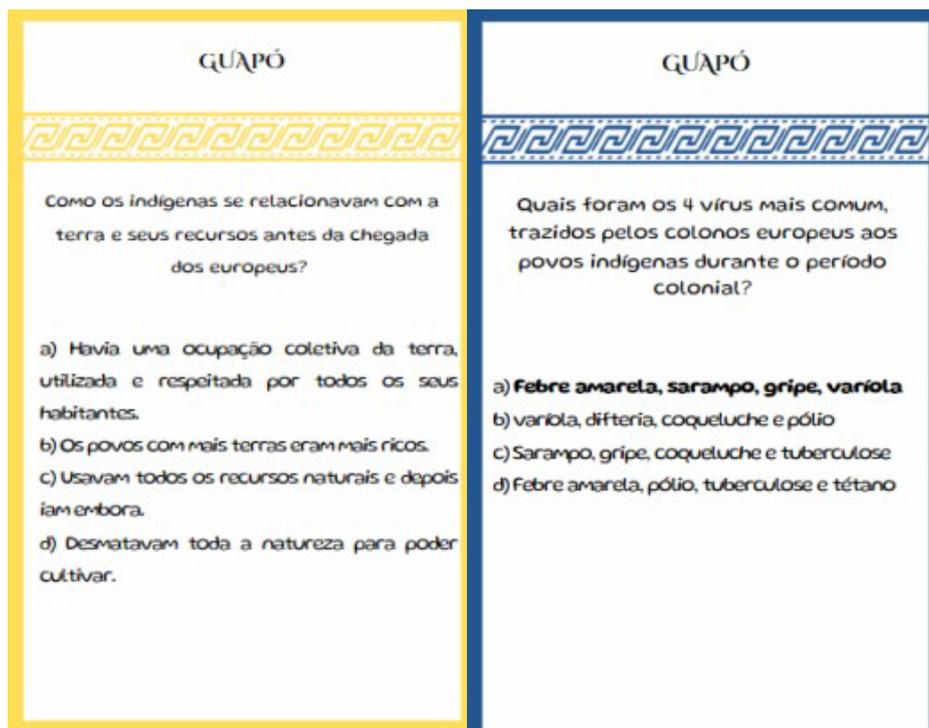
Figura 3 - Carta de ação “SESMARIA” do jogo “Guapó” e
Carta de ação “JESUÍTAS” do jogo “Guapó”



As cartas de ação também podem ser modificadas caso o professor ache necessário. Essas cartas foram feitas pelo “Canva”, uma ferramenta de edição gratuita e de fácil utilização, não havendo necessidade de ser um profissional em designer para elaborar as cartas. Elas podem ter os objetos que eram utilizados no escambo por exemplo, podem ter nomes que ficaram conhecidos no período de colonização como Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Américo Vespúcio, outra opção é fazer a carta Pajé, ou a carta do indígena que conhece o território, enfim são outras opções que os professores podem adaptar ou trocar conforme haja necessidade.

Já as perguntas do jogo foram elaboradas através do conteúdo didático previsto na BNCC para 7º ano do ensino fundamental, no entanto, o professor pode imprimir outras perguntas, deixar que os alunos elaborem perguntas do conteúdo que foi desenvolvido em sala de aula para outro grupo, o jogo pode ser adaptado a realidade de cada turma. Porém as cartas de perguntas foram desenvolvidas para tratar mais sobre a cultura e a vida cotidiana dos povos indígenas, assim é importante lembrar que o jogo é para valorização desses povos. Com o jogo é possível trabalhar o raciocínio lógico, empatia, trabalho em equipe se for em grupo, o pensamento crítico, tomada de decisões, resolução de problemas. Segue abaixo o modelo de carta-pergunta:

Figura 4 - Carta-pergunta amarela do jogo “Guapó” e Carta-pergunta azul do jogo “Guapó”



RESULTADOS

Infelizmente, esse jogo ainda não foi realizado dentro de sala de aula, não obtendo resultados práticos. Em teoria, o jogo auxilia e ajuda na fixação do conteúdo dandomargem para o próprio professor (a) de história poder discutir questões éticas e morais relacionadas à colonização e ao tratamento dos povos indígenas, promovendo valores como respeito, justiça e empatia. Porém, por tratar-se de um jogo de tabuleiro didático sobre o processo de colonização dos povos indígenas do Brasil, delimitado de acordo com a ocupação territorial das diferentes etnias indígenas, o jogo permite que o aluno amplie o seu contato com a história, saberes, cultura, religião e organização social indígena, percebendo através das estratégias de conquista empreendidas pelos europeus, como os povos originários constituíram um importante papel de resistência durante a colonização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Duas construções permeiam o imaginário popular acerca dos povos indígenas. A primeira seria a de grupos perigosos e violentos, tendo como motivacional suas aparências e costumes alguns (generalizações por vezes). Já a segunda, de passividade e inocência, primitiva. Apesar da força de propagação destas duas formas, é possível observar o crescimento contínuo e articulação exponencial da presença indígena nos círculos sociais brasileiros e em áreas urbanas,

que vem se dando de forma bem politizada e autônoma, no sentido de desconstruir sua imagem histórica, e as variações atuais que a ela vão sendo superpostas. Assim, os indígenas, através da sua luta de resistência, estão encontrando formas de diálogo com os demais membros da sociedade brasileira na esperança e efetivação de reconstrução da sua imagem e lugar social e de cidadania.

Este, ainda, no entanto, é de longo e árduo percurso, visto que coexiste com um grande impasse, a dificuldade dos brasileiros em reconhecer este “outro” como parte integrante da sociedade. Com o intuito de colaborar para a desconstrução destes desdobramentos do imaginário e permitir ao estudante desenvolver um senso crítico sobre o assunto, propomos o Guapó, um jogo de tabuleiro educacional desenvolvido para auxiliar no ensino de História sobre a colonização do Brasil e a cultura dos povos indígenas. Como uma ferramenta didática, o Guapó proporciona uma experiência de aprendizagem ativa e participativa, ajudando os alunos a entenderem de maneira mais profunda e engajada na diversidade cultural e histórica do Brasil, com uma abordagem indigenista. Além de servir como um recurso lúdico e envolvente, o jogo também pode ser utilizado como um instrumento didático para avaliar a compreensão dos alunos sobre os temas envolvidos. Conclui-se, portanto, que o uso consciente e cuidadoso dos jogos, como este de tabuleiro, como recursos educativos pode contribuir para despertar o interesse dos alunos, estimular sua criatividade e promover a aprendizagem de maneira autêntica, lúdica e de forma eficiente. Assim, esperamos que este seja um tema trabalhado em sala de aula de forma divertida e com a devida importância sobre a história dos povos indígenas do Brasil.

REFERÊNCIAS

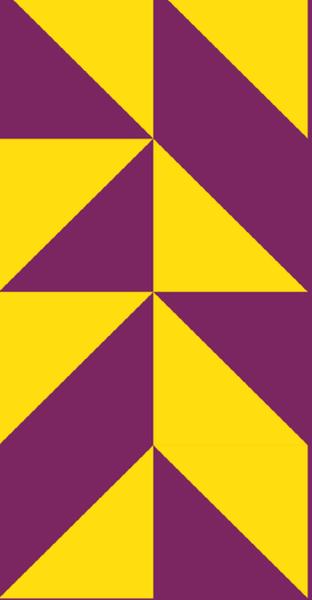
BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

DOMINGUES, Joelza Ester. **Jogos para dinamizar suas aulas de História (ou outra disciplina)**. Blog: Ensinar História. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/jogos-para-dinamizar-aulas-de-historia/>

FEMIANO, Maria A. Belintane. **O jogo como um instrumento de trabalho no ensino de História**. História Hoje. ANPUH, v. 3, n., 7, jul, 2005. Disponível em: http://www.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=54

GIACOMONI, Marcello Paniz & PEREIRA, Nilton Mullet (orgs.). **Jogos e ensino de História**. Porto Alegre: Evangraf, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/174705>

MEINERZ, Carla Beatriz. **Jogar com a história na sala de aula**. In: Jogos e ensino de história. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. P. 73-86. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/1793>.



ST 08

ENSINO DE HISTÓRIA: METODOLOGIAS, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

Coodenadora: Millena Luzia Carvalho do Carmo

NOS PASSOS DAS PARTEIRAS, DOS CAMINHOS DE TERRA À ESCOLA: ENSINO DE HISTÓRIA E SABERES LOCAIS EM ARAÇAGI-PB

Álef Mendes dos Santos
(UFPE / alef.santos@aluno.uepb.edu.br)

RESUMO

Neste trabalho aponta-se no título “nos passos das parteiras”, pela questão de que quando as parteiras eram chamadas para realizar partos, iam geralmente andando pelos caminhos rurais para a casa da parturiente. Assim, quando foram levados esses conhecimentos/saberes para serem debatidos na sala de aula, percebeu-se que eles saíram dos caminhos de terra ou “poças das memórias”, visto que lida-se com a História Oral, e foram para o contexto escolar, mais especificamente no Ensino de História. Assim, debate-se esses saberes/fazerem na sala de aula da escola Rodrigues de Carvalho, na cidade de Araçagi-PB. Ou seja, memórias, saberes e fazerem de parteiras da cidade, debatidos dentro de uma escola da própria comunidade. Desse modo, foi possível perceber que muitos dos estudantes tinham nascido por meio de parteiras do local ou conhecem pessoas que tinham nascido por meio do ofício delas. Ainda mais, foi possível conceber que houve sentido no ensino de História realizado dessa maneira, por meio desses conhecimentos e práticas locais.

Palavras-chave: Parteiras Locais. Ensino de História. Saberes e Memórias do Local.

INTRODUÇÃO

Este estudo trata sobre o ensino de História por meio das memórias sobre a parteira que rezava, Amélia na cidade de Araçagi-PB, município que se localiza a cerca de 90 quilômetros da capital da Paraíba que é João Pessoa. Localidade, na qual está especificado o recorte geográfico desta pesquisa e também das aplicações das aulas-oficinas que foram realizadas na Escola Estadual Rodrigues de Carvalho, destes limites municipais, no ensino de História, por meio dessas memórias que se referem à História Local ou daquela localidade. Sendo assim, as memórias estão demarcadas entre as quatro últimas décadas do século XX, porém as aulas-oficinas foram realizadas no ano de 2024.

Desse modo, torna-se importante destacar que o problema da pesquisa é: como os estudantes, nas aulas de História, compreendem a História Local a partir das memórias sobre as parteiras/rezadeiras locais no ensino de História escolar? É possível ensinar História e Cultura

Afro-índigena, por meio das memórias acerca das parteiras/rezadeiras, no ensino de História, haja vista, que no Brasil esses aspectos culturais foram/são observáveis entre esses grupos étnicos?

Na História do Brasil, é possível perceber a atuação de mulheres negras parteiras livres, libertas e escravizadas descendentes dos povos africanos já na primeira metade do século XIX (TELLES e PIMENTA, 2024). No contexto social brasileiro, os fazeres/saberes das parteiras é percebido em comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, mas também há muitas parteiras tradicionais atuantes nas cidades (PARTEIRAS TRADICIONAIS DO BRASIL, 2021). O que demonstra, é esse aspecto cultural emergido nas culturas afro-índigenas, tanto em aspectos de trocas quanto de conexões.

Esse mesmo aspecto é percebido também nos fazeres/saberes das rezadeiras, haja vista, que muitas parteiras também exercem a função de rezadeira local. “São mulheres que, nas suas narrativas e memórias, trazem pulsando em suas palavras sua conexão remanescente com os povos indígenas e com os povos africanos existentes no nordeste brasileiro”. (MONTEIRO, 2021, p. 2). Realidade não diferente da parteira sujeita desta pesquisa por nome de Amélia.

Ainda assim, nesta pesquisa, enquanto professor de História, levo essas narrativas e memórias locais a respeito da parteira que também se utilizava da reza, a araçaigiense Amélia, para serem estudadas dentro da sala de aula da Escola Estadual Rodrigues de Carvalho, na cidade de Araçagi-PB. Desse modo, o objetivo geral é: estudar as memórias e narrativas referentes à parteira que se utilizava da reza, Amélia, no ensino de História Local da cidade de Araçagi-PB.

Com isso, em um primeiro momento, analisamos, por meio de fotos e memórias, de maneira sucinta, a trajetória desta mulher em seu ofício de parteira que se utilizava da reza. Observamos também, alguns aspectos do processo de entrevista e de pesquisa realizados na cidade antes citada, com a filha de Amélia, mais conhecida como Vera da Catequese. E, por fim, compreender como o ensino de História Local se desenvolveu, partindo da análise de imagens das aulas-oficinas e de narrativas escritas no fim delas por alguns alunos.

Nesse entendimento, a história local tem sido bastante requisitada, pois o ensino está atrelado a realidade discente (BETTENCOURT, 2008, p.168). Quando nos referimos aos saberes/fazeres locais das parteiras que rezavam, temos que entender que esses conceitos se relacionam a outras diversas realidades, conhecimentos, práticas e valores, o que evidentemente ajuda no processo de construção de identidade dos alunos quando trabalhados em sala de aula. “A valorização dos saberes/fazeres locais não implica em aprisionamento do sujeito à realidade local, haja vista a variedade de contextos que permeiam as ações e intencionalidades humanas”. (MORAES, 2017, p. 62).

Ainda mais, quando se usa as memórias acerca desses saberes/fazeres como, neste caso, o das parteiras que rezam, no ensino de História. Nesse processo, a memória é de suma importância na construção da identidade (CANDAUI, 2011), ainda maximizado, quando elas são

trabalhadas dentro da sala de aula. A seguir, discorro de maneira sucinta, a respeito da trajetória de vida de Amélia, a parteira que rezava.

DESENVOLVIMENTO/METODOLOGIA/RESULTADOS

A Trajetória de Amélia Parteira e as Entrevistas Realizadas

Vejam os detalhes explícitos e ocultos expressos na imagem a seguir, que foi realizada no trajeto desta pesquisa.

Figura 01: Com a parteira Amélia e na estrada que ela andava da antiga Fazenda Nova



Fonte: Arquivo Pessoal

A imagem anterior sem a contextualização da experiência do pesquisador, torna-se sem muito significado. Todavia, não é o que faço aqui. Na imagem que estou sentado ao lado de uma mulher idosa representa as dimensões seguintes. Esta é a parteira Amélia, que em 2024 está com 96 anos, na realidade, no dia que essa foto foi registrada foi um dia, no qual eu fui convidado pela filha dela, Vera da Catequese, para comemorar as nove décadas e seis anos da parteira.

Com isso, aproveitei o momento, na minha mentalidade pesquisadora que não “perde tempo”, mas faz pesquisa vinculada à vida e fiz entrevistas com os familiares dela e conversei com ela, que apesar de muita idade, ainda está bem lúcida quando se refere às suas práticas e saberes de parteiras. Mesmo assim, em respeito às dificuldades físicas dela, pela idade que ela

tem, realizei as entrevistas com a sua filha antes citada, a qual sempre andou ao seu lado e conhece a sua trajetória.

Nessa imagem ao conversar com a parteira e também com Vera, ouvi suas memórias. Todavia, foquei a minha atenção em uma, a qual especificava que a parteira Amélia andava nas estradas entre a antiga Fazenda Nova em Araçagi e conhecida Tainha Velha no mesmo município, seja de cavalo, burro ou a pé, para “pegar menino” (maneira que a comunidade local e a parteira chamava o processo parturiente). Sendo assim, eu parti em busca do caminho, no qual Amélia passava entre as décadas de 1960, quando começou no ofício, e 1990 quando finalizou as suas atuações na cidade de Araçagi-PB.

Nesse sentido, fui sentir o local que ela passou e tentar compreender as sensações do ambiente e compreender melhor as memórias que estavam sendo expressas nas entrevistas sobre a sua trajetória. Como aparecem nas memórias sobre a parteira Amélia, tinham momentos, conforme a sua filha Vera relatou que as estradas estavam com muita lama, pois era tempo de chuva e para atender as mulheres para dar a luz, a sua mãe, a parteira atravessa rios, riachos e até mesmo passava por lama para chegar até o local, no qual estava a parturiente.

Desse modo, fui buscando, nas memórias, o sentido da trajetória dessa parteira para a realidade local, para os moradores de Araçagi e descobri que ela tinha “pegado” mais de 1000 crianças no município entre essas décadas. Haja vista, que nesta cidade, conforme o censo de 2022 existem 16.646 habitantes (provavelmente, um pouco menos existia nas últimas cinco décadas do século XX). Assim, essa parteira teria realizado um trabalho essencial para a localidade em um momento, no qual a saúde pública e o acompanhamento médico a mulheres grávidas era precário, difícil ou inexistente. Veja a seguir imagens registradas em uma das entrevistas com Vera, a filha de Amélia parteira.

Figura 02: Entrevista com a filha da parteira e os utensílios que ela usava nos partos



Fonte: Arquivo Pessoal

Na imagem, foi em um dia, no qual eu realizei uma entrevista sobre a parteira Amélia, com a sua filha Vera da Catequese, a qual está ao meu lado me mostrando os instrumentos que sua mãe usava no momento do parto e contando as suas lembranças. Na imagem que estou na entrevista com Vera, ela segura alguns materiais na mão que eram os instrumentos usados pela parteira Amélia para “pegar menino”. São na realidade sete tipos de instrumentos, mesmo que, na fotografia só tenham seis, os quais são: vidro para os remédios ou líquidos usados nas desinfecções, tesoura para cortar o cordão umbilical, vidro de seringa para aplicar vacinas, linha para possíveis costuras (a agulha é o sétimo instrumento que não está nesse meio, porque já não existe), o rosário para as orações e o Cordão de São Francisco (utensílios da fé usada no momento dos partos, pois tinham partos, conforme, Vera a filha, que só iam até o fim com, rezas e clamores ao divino).

Em conformidade com o relato de Vera a filha da parteira, o Cordão de São Francisco teria sido benzido por Frei Damião, quando visitou a cidade de Araçagi e era utilizado por Amélia no parto da seguinte forma. Antes do processo do partear ela colocava amarrado na parte superior da barriga das mulheres para que o parto seguisse tudo bem e conforme a filha relatou, a mãe sempre se orgulhou por nunca, nem menino e nem mulher ter falecido em suas mãos. O rosário com um pequeno símbolo religioso era rezado no início, no meio e no fim em agradecimento pelos partos bem-sucedidos. O interessante é que, nesse momento em que o machismo era muito forte nessa localidade do interior paraibano, o marido de Amélia sempre apoiou o seu ofício e via como se fosse uma missão que ela tinha na comunidade. Dessa maneira, foi se construindo a importante trajetória dessa mulher, enquanto parteira na cidade de Araçagi, mesmo num período de Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), no qual várias pessoas foram mortas, torturadas e perseguidas no interior da Paraíba, quando eram lideranças e ela era uma liderança comunitária em seu ofício de partear. Vejamos a seguir, o discorrer dessas memórias e experiência na escola regular.

Memórias e Experiências Sobre Parteiras no Ensino de História

Neste tópico, discorre-se acerca de como se deu o trabalho das memórias, experiências e histórias de parteiras, especificando-se a trajetória de Amélia da própria cidade, na qual a escola estadual desta aula-oficina localiza-se. O interessante é que, no decorrer da aula, muitos alunos EJA (Educação de Jovens e Adultos), diziam que tinham nascido ou os seus familiares por meio de parteira ou mesmo que tinha familiar parteira ou que conhecia alguma. Observemos as fotografias a seguir.

Figura 03: Memórias, histórias e experiência de parteiras na escola



Fonte: Arquivo Pessoal

Essas imagens demonstram duas dimensões possíveis, uma por meio de um professor de História licenciado (Prof. Me. Álef Mendes dos Santos), sobre as memórias e histórias das parteiras locais, na EJA da Escola Estadual Rodrigues de Carvalho em Araçagi, especificando a vida de Amélia a parteira. Na outra foto está Vera da Catequese (filha da parteira), expondo as experiências sobre sua mãe enquanto parteira e mostrando os utensílios que ela usava para esses alunos do Ensino de Jovens e Adultos (EJA), evidentemente, na parte da noite. Dessa oficina, algumas palavras que considero importantes saíram da boca dos estudantes, durante a aula, por meio das quais realizo aqui análises de como o ensino foi significativo para grande parte desses estudantes.

Nesse sentido, o uso de memórias no ensino de História pode auxiliar na significação das aulas para os estudantes. A questão é que “[...] as memórias como fontes históricas em sala de aula, pode ser uma forma potencializadora para ampliar e problematizar o passado recente [...]” (JUNIOR e GAMA, 2022, p. 4). Ainda mais, sendo a memória é um lugar de ressignificação, de disputas e um lugar de evocação de outras memórias, ou seja, “Lugares de Memória” (JUNIOR e GAMA, 2022). Por isso, a aula com as memórias e experiências sobre parteiras, especificando a trajetória da parteira Amélia, fez surgir outras memórias e experiências nos estudantes.

“Professor, eu nasci de parteira.”

“Professor, eu nasci de parteira.” Percebamos as singularidades que trazem essa fala de uma aluna no momento em que eu estava expondo as experiências, histórias e memórias sobre parteiras na sala de aula. A primeira questão é que, quando a aluna diz: “eu nasci de parteira”, ela não apenas traz a atenção da aula para si, mas também expressa o quanto o ensino está sendo significativo para ela, pois a faz lembrar-se do que contaram sobre o seu processo de nascimento. Ou seja, quando conto as histórias de parteiras, para essa estudante, é como eu estivesse contando a própria história dela, porque ela nasceu por meio de uma parteira, veio ao

mundo pelas mãos de uma mulher que tinha o ofício do partejar. Essa é uma primeira dimensão “psico-histórico-didática” que apareceu nesta aula-oficina.

“Professor, minha mãe era parteira.”

“Professor, minha mãe era parteira.” Neste relato dessa discente, percebe-se que a sua memória atrela o que estava sendo debatido em sala de aula, com as memórias e experiências de sua mãe, que segundo ela era parteira. Nesse sentido, a aula se conectou com a realidade dessa estudante, no momento, em que evocou as memórias sobre a sua mãe que, conforme consta era parteira. Nesse caso, o ensino da História Local, conectou-se às emoções de família ao fazer essa educanda se lembrar das experiências de sua mãe enquanto parteira. Sendo assim, o ensino de História evocou a ancestralidade dessa discente.

“Professor, minha avó era parteira.”

“Professor, minha avó era parteira.” Observemos como essa aula, conectou-se à realidade, memórias e experiências dessa aluna, a partir desta exposição narrativa antes colocada. O que ela expressa faz-nos conceber que o assunto da aula a fez ressignificar o ensino da História Local com as memórias da sua ancestral. Com isso, o assunto discutido teve sentido para ela partindo da realidade de sua avó, que conforme consta no que foi narrado em sala de aula, era parteira. Desse modo, podemos inferir que essa aula-oficina, conectou-se à realidade encontrada nessa sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, destacou-se a importância do uso de memórias locais no ensino de História do Local na escola básica, neste caso, usando as memórias como fonte para o ensino de História das parteiras da cidade de Araçagi-PB. Sendo assim, trago as inferências resultantes deste estudo sobre a História das parteiras locais dessa cidade, partindo da trajetória de Amélia parteira. Desse modo, em um mundo digital, no qual a IA (Inteligência Artificial), tem demandado e direcionado escrita, pesquisas e até detalhamentos pedagógicos da vida acadêmica e escolar, trazer a tona a importância do professor ir a campo pesquisar, entrevistar, ouvir as memórias locais e debatê-las em sala de aula concebe-se como uma maneira de ensinar História e resistir ao sistema “colonizador” da IA.

Com isso, quando o docente produz a sua aula, tendo as memórias locais como fonte, ele produz também conhecimento histórico que pode se tornar em acadêmico-históriográfico, haja vista, que esse tipo de pesquisa traz à tona histórias-memórias subalternizadas pela narrativa histórica oficial. Assim, ao trabalhar essas memórias na escola, o professor traz significado para o ensino, e produção discente em sala de aula.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CANDAU, Joël. Memória e identidade. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- JUNIOR, Arnaldo Martin Szlachta. GAMA, Ana Camila Tarquino da. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E HUMANIDADES DIGITAIS: o uso do mymaps no Ensino de História sobre a ditadura civil-militar no Recife. Revista Espacialidades [online]. 2022.2, v. 18, n.2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/28296/16497>. Acesso em: 03 de Nov. 2024.
- MONTEIRO, Nayara de Lima. As práticas de cura-nascer das rezadeiras, erveiras e parteiras tradicionais como parte do processo decolonial. UFSC, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources>. Acesso em: 15 de Outubro de 2024.
- MORAES, Wivian Sena. Saberes/Fazeres Locais e Interculturais: um diálogo necessário à sobrevivência/transcendência na contemporaneidade. RELVA, Juara/MT/Brasil, v. 4, n. 1, jan./jun. 2017.
- PARTEIRAS TRADICIONAIS DO BRASIL. IPHAN-UFPE, Recife, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/copy_of_Dossie___Parteiras_Tradicionais_do_Brasil.pdf. Acesso em: 20 de Outubro de 2024.
- TELLES, Lorena Féres da Silva. PIMENTA, Tânia Salgado. Mulheres negras, parteiras e parturientes (Rio de Janeiro, 1810-1850). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/LQvPyvKWmtRqpy3MH4F7LMh/>. Acesso em: 31 de Outubro de 2024.
- VERA DA CATEQUESE. Depoimento [jul. 2024]. Entrevistador - Prof. Me. Álef Mendes dos Santos. Universidade Federal de Pernambuco - PPGH (Doutorado em História), 2024. Pesquisa concedida para a pesquisa sobre a trajetória da parteira Amélia de Araújo no ensino de História que consta em arquivo do pesquisador.

FORMAÇÃO DOCENTE DOS PROFISSIONAIS DA HISTÓRIA: REFLEXÕES A PARTIR DAS NARRATIVAS DE COORDENADORES DO PIBID

Ana Carla de M. Trindade¹

Doutoranda em História – PGH/UFRPE / carla.trindade@gmail.com

RESUMO

Essa comunicação tem por finalidade discutir a formação de professores e professoras de História com base nas experiências do subprojeto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da área História, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Campus Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) entre os anos de 2009 e 2011, correspondendo ao que chamamos em nosso estudo de primeira coordenação do PIBID no CERES. Nesse sentido, tivemos como base o objetivo de analisar *como o coordenador I do subprojeto PIBID-História pensou e planejou as atividades dos bolsistas envolvidos no projeto, tendo a escola como espaço de formação docente*, delimitamos neste artigo a análise da chegada do PIBID no CERES e a proposta de subprojeto/2009. Utilizamos, para nossas análises, a metodologia de pesquisa qualitativa, com estudo das fontes documentais e orais. A fim de discutir teoricamente, chamamos para esse estudo alguns pesquisadores do campo da História em diálogo com Educação, que nos permite caminhar pelas discussões do ensino de História como área de investigação.

Palavras-chave: Ensino de História; Formação de Professores; PIBID

INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência surgiu no ano de 2007, inserido em um contexto histórico de discussões acerca do magistério e da formação docente, no qual o professor tem sido entendido enquanto figura fundamental na edificação de uma educação básica de qualidade. Assim, proposto na época pelo presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Prof. Dr. Jorge Almeida Guimarães, o PIBID tem sua identidade baseada na colaboração universidade-escola enquanto medida primordial na formação

¹ Doutoranda em História pelo Programa de Pós- Graduação em História (PGH), na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), na qual é bolsista pela Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestra em História pelo Programa de Pós- Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal da Paraíba (PPGH/UFPB). Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista CAPES/BRASIL

de professores para a educação básica. Nesse sentido, as escolas são consideradas espaços de aprendizagem² docente que possibilita a articulação teoria-prática na formação dos futuros professores.

CAMINHOS DO ESTUDO: COORDENAÇÃO 2009-2011

A problemática aqui analisada foi desmembrada do estudo que desenvolvemos no mestrado. Em nossa pesquisa, como critério de análise, identificamos dois momentos do subprojeto do PIBID-História, que denominamos de coordenação I (2009-2011) e coordenação II (2012-2014). Essa divisão é justificada pelo período em que cada coordenador permaneceu à frente do subprojeto. Nesta comunicação, como salientamos no resumo, iremos apresentar os dados e análises da coordenação I. Como podemos ver no quadro a seguir, estes foram definidos pelo tempo que cada coordenador permaneceu no subprojeto

Quadro I - Relação Coordenação – coordenador – duração do PIBID-História da UFRN/CERES – Caicó

Coordenação	Duração
I	2009-2011
II	2012-2014

Tal medida foi fundamental para entendermos de que maneira os coordenadores refletiram a formação dos licenciandos e como efetivaram a organização, planejamento e os desafios e conquistas vivenciadas no complexo diálogo teoria/prática. Nossa intenção não foi fazer um estudo comparativo entre as coordenações, mas observar o que cada uma tem a nos mostrar sobre suas experiências e contribuições para se pensar a formação de professores de História, tendo a escola como lugar de formação.

OBJETIVOS E EXPECTATIVAS: O SUBPROJETO PIBID-HISTÓRIA NO CURSO DE LICENCIATURA NA UFRN/CERES 2009-2011

Basicamente no PIBID eu vi uma possibilidade de estruturar melhor o Curso de História. De contribuir, com essa discussão da ideia, do por que ser professor, para que ser professor. De colocar na agenda da História a docência e também possibilitar, obviamente, que o pessoal pudesse ter acesso à bolsa. Ter um pouco mais de condições de cursar a universidade, ver também que a licenciatura é importante (coordenador I, entrevista concedida à autora em: 06 mai. 2016).

2 Sobre isso, seguimos Ramalho e Nuñez:2013 quando afirmam que “a aprendizagem dos professores se ativa em face de situações-problema que criam motivos, necessidades, interesses socioafetivos em busca de novos recursos para o desenvolvimento das competências profissionais. Essas situações-problema criam necessidades e motivações para a formação, associadas às demandas do contexto da atividade profissional” (p. 16).

Essa afirmação do coordenador I surgiu quando questionamos durante a entrevista, as razões que justificavam seu interesse em coordenar um subprojeto PIBID/História na UFRN/CERES. Portanto, dados os motivos que levaram a formular um plano de trabalho presente em sua resposta, compreendemos que este considerou o subprojeto como uma oportunidade de colaborar com o curso de História tanto na perspectiva de aproximar o licenciando da realidade escolar e com isso pensar as ligações teoria-prática no ensino de história, como na permanência dos estudantes no curso pautada na dimensão financeira e de valorização da profissão.

Conforme compartilhou o professor, por ser a História (licenciatura) um curso diurno, após o acesso ao ensino superior parte dos alunos apresentavam dificuldades em seguir na graduação visto a expressiva parcela desses que chegavam a atrasar e/ou abandoná-la pela necessidade de adentrar o mundo do trabalho. Deste modo, um Programa que oferecia quantidade razoável de remuneração através de bolsas de estudo apresentava-se como uma saída para resolver parte dessa questão-problema na licenciatura. Outro ponto elencado pelo docente se refere à formação, no que diz respeito à organização curricular. Para o mesmo:

As licenciaturas em História, via de regra, o pessoal tem uma visão muito bacharelesca, está num curso de licenciatura em História, mas só pensa na parte da historiografia. Não está muito preocupado com os componentes curriculares que dialogam com o ensino, a Psicologia, de como ser professor. Você pode ser pesquisador, mas nos temos que formar para a sala de aula, para entender a escola, isso me parece bem claro, a lacuna no discurso, e também perceber e fundamentar o Programa para isso (coordenador I, entrevista concedida à autora em: 06 mai. 2016)

Pareceu-nos que existia uma questão na época, mal resolvida no curso de História do CERES, entre a licenciatura e o bacharelado, e, que esta, conjectura um olhar secundário da licenciatura no Campus, isso porque, segundo afirmação do professor:

Mesmo os alunos que estavam fazendo a licenciatura, não tinham noção da importância da docência em História. (...) Então quando surgiu a possibilidade de criar o PIBID, eu vi bem claro, ou seja, a possibilidade de poder dar uma mexida também na licenciatura em História (coordenador I, entrevista concedida à autora em: 06 mai. 2016).

Apesar dos avanços nas políticas públicas voltadas para o magistério e as modificações curriculares advindas desde finais dos anos 1990 do século XX, esse tipo de posição destinado às licenciaturas é algo que ainda se efetiva nas universidades. É como se existisse uma hierarquia de valores em que a partir dessa, o bacharel (pesquisador) teria um lugar privilegiado, como vimos nas reflexões de Vera Candau (2011), Esse tipo de posicionamento, ainda existente, não é algo limitado à situação vivida pelo coordenador na época de sua atuação nesse curso. Entre outras questões, esse posicionamento não leva em consideração que o trabalho docente existe pesquisa e reflexão constante, logo, não pode ser entendido como mera reprodução/cópia do conhecimento acadêmico.

Frente a isso, o subprojeto foi entendido, pelo coordenador I, enquanto um meio de valorização da profissão docente pelos discentes, uma vez sendo a docência, a partir do subprojeto, colocada no centro das discussões e ações do curso. Trabalhando nessa perspectiva, consideramos que o interesse de coordenar um projeto como PIBID, está ligado também à compreensão e crítica do coordenador acerca da formação de professores de História na realidade específica do curso de licenciatura em História no CERES.

Visto isso com vias de entender os caminhos de planejamento teórico-metodológico do subprojeto, fizemos primeiramente uma operação historiográfica do texto escrito pelo professor coordenador I, no documento da proposta do *PIBID-História UFRN/CERES escrito em 2009*.

De antemão, nossa primeira constatação foi a percepção de que no centro do seu planejamento estava organizada uma metodologia com a finalidade de contribuir para uma formação de professores que levasse em consideração na prática docente os estudos e reflexões sobre o processo de ensino-aprendizagem em História e sua conexão com a vida dos estudantes e considerações sobre a multiplicidade de fontes históricas que podem ser usadas nas aulas. Isso nos remete a elementos da discussão e constatações que fizemos no tópico anterior, acerca da sua visão e posicionamento sobre a função do professor de História e sua ação no mundo. Portanto, o plano de trabalho do subprojeto apresentou o seguinte objetivo:

Contribuir para a formação inicial de professores de História, estimulando a utilização de práticas pedagógicas inovadoras, que ressignifique o livro didático e incorporem as fontes iconográficas, documentais e orais no processo de ensino de História (UFRN/PIBID, 2009b, p. 03).

Entendemos que os componentes curriculares ministrados pelo professor/coordenador no Curso de História no CERES, tenham contribuído para o mesmo inserir os métodos da pesquisa histórica nesse planejamento. Pois a utilização das fontes históricas e recursos foram justificados pelo coordenador I como saída metodológica para os impasses no ensino de História. Indicando que a utilização destas no processo de ensino e Michel de Certeau (2013) em “A Escrita da História”, especificamente no capítulo denominado de “A operação historiográfica”, faz uma análise sobre o lugar social do pesquisador, ressaltando a influência das instituições das quais estes se formaram e diversos fatores aos quais os historiadores são afetados no momento da escrita.

Portanto, entender o lugar social e a instituição da qual o indivíduo pertence é crucial na compreensão dos discursos construídos pelos mesmos, a aprendizagem ajudaria na efetivação de um ensino de História, no qual não seja posto sem sentido e sem utilidade. Já que, para o mesmo, o ensino de História necessita movimentar um pensar historicamente que leve os estudantes a “perceberem e formarem suas identidades” e, desta forma “poderem atuar de forma crítica na sociedade” (coordenador I, entrevista concedida à autora em: 06 mai. 2016).

Assim, o planejamento apresentado pelo coordenador I buscou a partir disso, “superar uma prática pedagógica tradicional” (UFRN/PIBID, 2009b, p. 04). Acerca da prática pedagógica no processo de ensino-aprendizagem da História. Sobre isso, concordamos com Azevedo e Stamatto (2010) quando enfatiza que na atualidade:

O ensino-aprendizagem de História não pode resumir-se à apresentação e memorização de uma simples enumeração de datas. Estas são necessárias. Não há ensino de História sem cronologia. Contudo, a seleção e apresentação de datas devem ser feitas de maneira contextualizada, tendo em vista a necessidade de localizar o aluno no tempo, a partir de seu tempo e do passado, a fim de que haja compreensão histórica (AZEVEDO; STAMATTO, 2010, p. 79).

Por conseguinte, a fim de capacitar e incentivar os bolsistas de ID e os professores supervisores para essas questões teóricas e metodológicas, encontramos no plano de trabalho, bem como nos artigos analisados sobre essa coordenação, a indicação de que seriam/foram desenvolvidas oficinas sobre práticas metodológicas do processo de ensino e aprendizagem. Nessas oficinas, o coordenador traz as reflexões da teoria libertária de Paulo Freire, baseada na promoção da autonomia do aluno, pensando a relação aluno-professor-aluno no objetivo de contribuir para uma consciência crítica nos estudantes. As reflexões supracitadas pelo intelectual Paulo Freire marcaram um período de discussões importantes para a educação que ganhou força no final do século XX e que, por sua vez, é contemporânea à formação e atuação profissional do ex-coordenador.

No planejamento do coordenador I observamos ainda, uma busca em tecer articulações entre o conhecimento específico e o pedagógico no processo de formação docente, com vias de orientar os bolsistas a potencializarem em suas aulas uma discussão do conhecimento histórico, não limitado à questão do “decorar” conteúdos. E, sobretudo, de uma compreensão histórica que permita discutir, entender e questionar a si no tempo e espaço, partindo de variadas visões, apoiado em recursos diversificados.

Sobre essas articulações, dialogamos com Vera Candau (2011), ao salientar a importância de que na formação docente estas necessitam estar em equilíbrio, porém, “esta afirmação não implica a existência de uma relação temporal de sucessão, e sim uma articulação epistemológica. É a partir do conteúdo específico, em íntima articulação com ele, que o tratamento pedagógico deve ser trabalhado” (Idem, p. 43).

Desta forma, posicionamos o planejamento do coordenador nessa perspectiva defendida por Vera Candau, pois a análise do documento de planejamento; a entrevista a nós cedida pelo mesmo; as consultas tecidas no arquivo histórico do PIBID-História-CERES, nos permitiram visualizar a existência de uma tentativa de partir do conhecimento histórico em diálogo com as teorias pedagógicas, bem como metodologias de ensino, como um meio de ressignificar a prática docente e desconstruir impasses e visões estereotipadas sobre o ensino de História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inúmeras são as contribuições do PIBID na formação de professores e professoras, e especificamente no nosso recorte - para os professores de História. Embora nesse espaço, nossas reflexões buscaram centralizar no início do projeto na UFRN/CERES, conseguimos observar e concluir dois pontos importantes do desdobramento do mesmo para o curso de história, especificamente no que diz respeito à formação docente. Sendo estes: a contribuição para trazer ao centro dos debates a docência e o ensino de história, levantando debates sobre a formação dos docentes que chega às salas de aulas da educação básica, bem como um caminho de permanência dos estudantes na licenciatura, haja vista que muitos precisavam abandonar o curso para seguir no mercado de trabalho, pois torna-se muito difícil conciliar as aulas e a rotina de trabalho.

Acreditamos que o PIBID vem possibilitando a construção de novas práticas e saberes acerca do ensino de história, abrindo espaço para repensar os currículos e fortalecer diálogos com a educação básica, situando-a como lugar de formação docente. Isso acontece, ao promover e projetar os olhares do meio acadêmico para o espaço escolar como lugar não só de aprendizagem de estudante nos níveis básicos, mas de futuros professores e professoras que já estão atuando em sala de aula, bem como dos docentes que orientam essa formação.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. História e investigação na escola: a experiência de formação do professor-pesquisador. *História & Ensino*, Londrina, v. 2, n. 17, jul./dez. 2011. Disponível em:

<https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/849671/mod_resource/content/1/AZEVEDO%200Crislaine%20Barbosa%20-%20Artigo%20%20Hist%C3%B3ria%20%20Ensino.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL/MEC/CAPES/FNDE. **Edital/2007**. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. 2007.

BRASIL/DEB/CAPES. **Edital CAPES/DEB N° 02/2009** – PIBID. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. 2009.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

CANDAU, Vera. Reinventar a escola. Petrópolis/RJ: Vozes. 2000. _____. Universidade e formação de professores: que rumo tomar? *In*: _____ (Org.). **Magistério: Construção Cotidiana**. 7. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

_____ ; LELIS, Isabel Alice. A relação teoria-prática na formação do educador. In: _____ (Org.). Rumo a uma nova Didática. 24. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. 9. ed. Campinas/SP: Papirus, 1993.

HUBERMAN, Michel. O ciclo de vida profissional dos professores. In: **Vidas de Professores**. Antônio Nóvoa (Org.). Porto, Portugal: Porto Editora, 1992.

LIMA, Jailma Maria de. **Experiências de ensino a partir do uso de imagens**: desafios para o PIBID de História do CERES/UFRN. Simpósio Nacional de História – ANPUH, 27, 2013, Natal/RN. Anais.... Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371327098_ARQUIVO_ExperienciasdeensinoAnpuh2013.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2015.

Ventura da; SIMÕES, Regina Helena Silva e; FRANCO, Sebastião Pimentel (Orgs.). **História e Educação**: territórios em convergência. Vitória: GM; PGHIS/UFES, 2007.

NÓVOA, Antônio. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão**. s/d. Disponível em: http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf. Acesso em: 06 fev. 2016.

NÓVOA, Antônio. **Os professores na virada do milênio**: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. 1999. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/690/1/21136_1517-9702_.pdf. Acesso em: 06 fev. 2016.

NÓVOA, Antônio. **Professor se forma na escola**. Entrevista concedida à Nova Escola. 2001. Disponível em: <http://acervo.novaescola.org.br/formacao/formacaocontinuada/professor-se-forma-escola-423256.shtml>. Acesso em: 06 fev. 2016.

NÓVOA, Antônio. **Novas disposições dos professores**: a escola como lugar da formação. 2004. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/685/1/21205_ce.pdf. Acesso em: 06 fev. 2016.

RAMALHO, Betânia Leite; NUÑEZ, Isauro Beltran (Orgs.). **Formação, Representações e Saberes Docentes**: Elementos para se pensar a profissionalização dos professores no século XXI. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2013.

RAMALHO, Betânia Leite; NUÑEZ, Isauro Beltran. **As Representações de professores sobre a docência como profissão**: uma questão a se pensar nos projetos formativos. s/d. Disponível http://www.comperve.ufrn.br/conteudo/observatorio/uploads/publicacoes/artigos_050220130_80543.pdf. Acesso em: 25 jun. 2017.

RAMALHO, Betânia Leite; NUÑEZ, Isauro Beltran. A profissionalização da docência: um olhar a partir da representação de professoras do ensino fundamental. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madri, n. 09, v. 46, p. 01-13, 2008.

RAMALHO, B.; NUÑEZ, I.; GAUTHIER, C. **Formar o professor, profissionalizar o ensino**: perspectivas e desafios. Porto Alegre: Sulinas, 2003.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários:

elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 05-44, 2000

TRINDADE, Ana Carla de M. coordenador I. Entrevista cedida à autora em: 06 mai. 2016. (1 hora e 10 minutos).

UFRN/PIBID_____. **Subprojeto – História** - UFRN-CERES-Caicó. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. 2009b.

CINEMA E ENSINO DE HISTÓRIA: REFLEXÕES CULTURAIS NO FILME “SILÊNCIO”¹

João Guilherme Braz Avellar de Aquino
(joaoguilhermebaa@gmail.com / Graduando em História pela UFPB)

Rafael Morato Zanatto
(rafael_zanatto@hotmail.com / Pós Doutorando pela UFPB)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar o filme “Silêncio”, dirigido por Martin Scorsese, em sala de aula, enfatizando o tema Grandes Navegações e Missões Jesuíticas sob perspectiva do encontro cultural e confronto religioso. Desse modo, essa iniciativa contribui aos alunos, em forma e conteúdo fílmico, no estudo da modernidade e seus intercâmbios. Ao dialogar o assunto com as cenas presentes na obra cinematográfica, é possível trabalhar o contexto histórico japonês – século XVI e XVII – enfrentando a invasão dos europeus em seus territórios e a subsequente repressão ao cristianismo. Isso proporciona, dentro do ambiente escolar, um ponto inicial para discutir a relação entre o Japão e os colonizadores, além da reação à presença de novas religiões e ideologias – fontes de identidade e conflito. Também, pode ser usado para discutir como eventos históricos são representados em suas diferentes perspectivas e interpretações, ao oferecer a visão por parte dos missionários e, em contrapartida, coloca em perspectiva o olhar japonês ao enfrentar um encontro cultural.

Palavras-chave: Cinema, Ensino de História, Grandes Navegações, Missões Jesuíticas.

INTRODUÇÃO

O filme *Silêncio* (2016), dirigido por Martin Scorsese, explora em sua narrativa a vida de dois padres portugueses católicos, Rodrigues e Garupe, que são escalados para missão de evangelizar a região do Japão e procurar seu professor-confessor Padre Ferreira. Este, durante suas atividades teria, supostamente, renunciado à sua própria fé, casado com uma japonesa e incorporado à cultura local. Incrédulos diante do boato, os aprendizes encararam a necessidade de realizar uma busca e resgate do seu mentor.

O contexto histórico da obra rememora o momento de articulação das Grandes Navegações, com foco na participação portuguesa ligada às Missões Jesuíticas e o encontro cultural

¹ Este trabalho é fruto de respostas elaboradas para a avaliação referente ao preenchimento da ficha fílmica do filme *Silêncio* (2016), solicitada no decorrer da disciplina de História Moderna I.

com os japoneses. Nesse sentido, Carvalho (2000) e Hichmeh (2014) retratam as repercussões das tensões geradas a partir da cosmovisão da região asiática em relação ao estrangeiro, em contraponto às interpretações que os retratavam como seres passivos. Outro ponto que pode ser adicionado à discussão consiste na partícula da fé, expressa pela tentativa de cristianização da população do Japão, enquanto o governo local resiste e persegue os agentes evangelizadores.

Ao propor analisar a película, com base nas reflexões de Ferro (1992), entende-se o filme como um documento histórico, capaz de fazer refletir, a partir de sua narrativa, questões latentes postas pelo contexto de produção, o que demonstra ambivalências e inquietudes em relação ao tema explorado. Dessa forma, cabe ao historiador, quando trabalha com a linguagem cinematográfica no exercício do seu ofício, adicionar reflexões relacionadas aos eventos históricos já consolidados e explorados nas visões dos diretores, roteiristas e produtores (Morettin, 2007). Em complemento a esses critérios, a autora Kornis (2008) apresenta contribuições propostas pelo teórico Pierre Sorlin, que em busca de interpretar as obras cinematográficas de maneira mais complexa, identifica como relevante os recursos utilizados pelos filmes para se expressar, sendo eles: som, voz, vocábulo, cântico, composição melódica e ruídos.

Outrossim, é válido destacar a articulação efetiva entre teoria e prática. Sobre isto, Duarte (2002) afirma que o cinema pode ser aplicado enquanto instrumento pedagógico, pois introduz assuntos da sociedade e provoca questionamentos acerca das cosmovisões, princípios e convicções em relação aos múltiplos corpos sociais. Nesse contexto de sala de aula, existem possíveis passos para que o docente explore essa linguagem em sala de aula: assistir a película, registrar informações primordiais; elaborar e executar plano de aula; apreciar de forma crítica a obra com a turma; e, estabelecer vínculos com novas fontes (Nascimento, 2008).

Portanto, o objetivo deste trabalho é discorrer sobre as Grandes Navegações em nível cultural, retratado pelo filme *Silêncio* (2016). Especificamente, pretende-se verificar de que modo é explorada a tentativa de evangelização por parte dos portugueses e a reação japonesa, além de identificar divergências entre suas religiões. E, traçar possíveis caminhos para a aplicação, em salas de aula, das discussões desenvolvidas neste artigo.

DESENVOLVIMENTO

Previamente à discussão do filme e suas possibilidades dentro de sala de aula, faz-se necessário contextualizar a relação entre portugueses e japoneses na modernidade, proporcionada pelas Grandes Navegações. Segundo Carvalho (2000), o primeiro contato entre os jesuítas, em particular Francisco Xavier, e japoneses ocorreu em meados da metade do século XVI. Apesar das resistências por parte dos líderes religiosos budistas, os missionários portugueses obtiveram autorização para iniciar a evangelização do território e seus habitantes. Embora realizassem suas atividades de conversão, não eram amplamente aceitos em comparação aos mercadores

portugueses, sobretudo por serem elementos dificultantes no início da tentativa de unificação japonesa. Em 1561, foi concedida aos cristãos a autorização para ancorar em Nagasaki. Mais tarde, no final do século XVI, realizou-se o acordo que passava a administração do território para a Companhia de Jesus, órgão responsável por organizar as missões jesuíticas, até os quinze primeiros anos do século XVII. Desse modo, os ibéricos passaram a acolher os nipônicos que foram retirados de suas propriedades devido a adoção do Catolicismo enquanto sua religião (Carvalho, 2000).

Ainda conforme a autora, dentro do contexto de reunificação do Japão, a fé católica foi entendida como o potencial elemento de perturbação da unidade buscada pela sociedade japonesa. Em decorrência, foi iniciada a tentativa de restringir a chegada e ação dos jesuítas. No entanto, concomitantemente ao alerta dos impactos econômicos negativos dessa decisão, o número de japoneses adeptos ao cristianismo experienciou uma crescente. Então, a decisão final foi pela expulsão dos padres evangelizadores, expressados pelos decretos e caça contra os cristãos desde o início do século XVII, período que iniciou ações para a aplicação do isolamento japonês. Nos anos 1637 e 1638 explodiu um conflito na região de Shimabara, onde os seus protagonistas aldeões, majoritariamente católicos, buscavam resistir às condições de violência impostas sobre eles, todavia, esse foi o momento ideal para os líderes japoneses realizarem execução em massa (Carvalho, 2000).

De acordo com Hichmeh (2014), essa decisão pela de maior repressão teve como consequência a renúncia da fé pelos católicos para evitar torturas, e a crença no Deus cristão que ganhava maior robustez, ao enxergar como mártires aqueles que passaram por tormentos em nome da fé. Após os padres serem capturados, eram aprisionados em locais onde ocorriam duras sessões de suplícios com o objetivo de quebrar os princípios cristãos e convencê-los a trilhar o caminho da negação dos seus dogmas. Adicionalmente, articularam com os apóstatas a produção de livros, em formato de diálogo, que foram veículos ideológicos utilizados para propaganda anticristã com foco na impugnação da crença trazida pelos europeus (Hichmeh 2014).

A obra *Silêncio* (2016) retrata a cronologia após a Revolta de Shimabara, no ápice da violência e perseguição. No decorrer da trama, eles conseguem atracar por volta de 1640 e conhecem Kichijiro, pescador local que os guiará para uma ilha próxima a Nagasaki, antiga área de influência católica. Nessa localidade, ainda residem grupos praticando a religiosidade católica em segredo a fim de prevenir perseguições, torturas e mortes promovidas pelos governantes. Em segredo, os padres iniciam a mobilização dos rituais religiosos para essa população japonesa, motivados, sobretudo, pela empatia em relação às condições de fome e opressão.

Durante a realização das suas funções os padres foram separados e colocados sob a tutela de funcionários responsáveis por sua captura. Em seguimento, o filme focaliza o personagem de Rodrigues, colocando-o para testemunhar e observar os cristãos torturados. Ele é informado de que ao renunciar sua fé, expressa ao pisar em imagens de Jesus, todos serão poupados. Frente

às suas possibilidades, entra em crise espiritual, refletindo sobre a presença ou não de Deus em tempos tão difíceis naquele território inóspito.

Após continuar a observação das torturas contra os convertidos sem optar por apostatar, é organizado um encontro entre Rodrigues e Ferreira. o primeiro mostra-se chocado ao ver seu mentor convertido e não esconde o horror ao ter conhecimento sobre o livro produzido por ele que invalida a religião católica. Segundo o relato do padre Ferreira, a missão jesuí'tica apenas contou com um progresso inicial, pore'm, depois transformou-se em caça, coibição e tortura aos catolicos. Isso ocorreu devido a ação governamental local, que optou por repreender severamente os jesuítas, requisitando o abandono da fé no Deus católico e seus ensinamentos. Diante da perseguição, a solução foi diminuir os danos, ao reduzir gradualmente a quantidade de missões e padres enviados.

Depois desse diálogo, Rodrigues se une a Ferreira ao abdicar da fé, sendo designado para trabalhar em colaboração aos japoneses na função de fiscalizador de material cristão nas embarcações estrangeiras. Ambos morrem no Japão depois de prestarem serviços ao país e viverem de acordo com a cultura local.

METODOLOGIA

A metodologia proposta neste trabalho consiste na separação de cenas do filme *Silêncio* (2016) para analisar questões de cunho cultural, tomando como referência a Nova História Cultural (NHC) e sua “[...] ênfase nas mentalidades, suposições e sentimentos[...]” (Burke, 2005 p.69). Especificamente, propõe-se discutir o “encontro cultural” sob as lentes de Gruzinski (2015) e dialogar com a práxis religiosa ao examinar as classificações de *Sagrado e Profano*, segundo a obra de Eliade (1992). Após esse procedimento, realiza-se considerações baseadas nos critérios estabelecidos por Ferro (1992) e Kornis (2008) sobre os aspectos visuais e sonoros da obra.

Em um segundo momento, será exposta uma possibilidade de abordagem didática desse conteúdo no formato de plano de aula, ao levar em consideração o passo a passo descrito por Nascimento (2008) para exploração do tema em sala de aula e desenvolver respostas às perguntas norteadoras colocadas por Napolitano (2003), em sua obra *Como Usar o Cinema em Sala de Aula*, para detalhar o planejamento das atividades.

RESULTADOS

Nas páginas que se seguem são apresentadas descrições das cenas presentes no filme *Silêncio* (2016). Para uma melhor discussão dos resultados, será apresentada inicialmente a sequência dos eventos, em seguida, agrupadas por similaridade semântica e analisadas segundo

Gruzinski (2015) e Eliade (1992). No último momento, a descrição dos componentes estéticos foi orientada por Ferro (1992) e Kornis (2008).

Análise do Encontro Cultural: Gruzinski (2015) dedicou seu estudo a examinar os personagens das Grandes Navegações a partir do ponto de vista dos países que sofreram tentativas de invasões. Em específico, o olhar asiático em relação aos europeus, nesse caso, protagonizado pelos chineses, declarava ser averso aos demais povos, sem distinção, ou seja, qualquer indivíduo estrangeiro é considerado bestial. Desde os primeiros contatos a China foi considerada uma região impenetrável, imune aos impactos religiosos e sem riscos de tornar-se dependente da metrópole portuguesa. Traçando um paralelo com o Japão, apesar do inicial impacto estrangeiro, a falta de tolerância religiosa europeia provocou a reação japonesa. Nas seguintes cenas é possível perceber essas tensões:

Em conversa com o intérprete disponibilizado na prisão, foi exposta a necessidade ensinar na vinda dos missionários, todavia, recebeu críticas por não se interessar no aprendizado da “língua, comida e costumes” locais. Acrescentou: “Temos nossa própria religião, padre [...]. Você se apega às ilusões e as chama de fé”.

Em nova conversa com os inquisidores, foi desenvolvido o raciocínio de que a doutrina pregada pelo padre pode ser verdade na Europa, porém, após estudos desenvolvidos, chegaram à conclusão de não ter “utilidade ou valor no Japão”. Rodrigues responde que trouxe a verdade, ela é universal tanto em Portugal quanto em terras nipônicas, caso contrário não poderia ser chamada de verdade. Em réplica, apresentam o exemplo das árvores: elas podem florescer em certos tipos de terra e apodrecer em outros, semelhante ao cristianismo no Japão. O jesuíta adiciona: “não firma raízes pois o solo está constantemente envenenado”. Concluem que ambos não vão conseguir mudar as suas convicções em relação às suas verdades.

Rodrigues encontra com Ferreira. Seu antigo mentor estuda e escreve sobre os erros do cristianismo e refuta os ensinamentos de Deus. O apóstata diz que a religião católica não vai criar raízes no Japão. Contudo, é retrucado sob protesto pelo envenenamento das raízes. Para Ferreira, o Japão é um pantano, nada cresce nele e tudo apodrece. Acrescenta que os nipônicos acreditam em uma distorção do evangelho, um exemplo dá-se a partir do Sol ser interpretado como filho de Deus, ou seja, não conseguem conceber um Deus que transcende a sua existência e transcende a sua existência, deve estar na natureza.

Essa movimentação ocorreu diante da arrogância jesuíta de impor a verdade cristã em detrimento da cultura religiosa local. No Japão, segundo Pimenta (2013), durante os séculos XVI e XVII as filosofias de vida predominantes eram budismo e xintoísmo. Utilizadas juntas estão ligadas aos elementos naturais, seguem cartilha moral e focam na figura do governante. Em comparação, o Xinto-budismo acredita nas diversas entidades presentes na natureza e não concebe nada que transcenda o ser humano (Pimenta, 2013); enquanto o catolicismo crê em um único Deus e está além do espaço material. No momento da unificação, essa sociedade foi

responsável por perseguir, apostatar e executar portugueses devido às ameaças oferecidas à soberania japonesa.

Análise do Sagrado e Profano: De acordo com Eliade (1992), o Sagrado é revelado a partir da distinção da profanidade contida no mundo ordinário. O indivíduo que entende o mundo a partir do Sagrado, interpreta a si mesmo e ao seu redor com sentido, logo, busca estabelecer uma conexão entre suas crenças espirituais e o mundo sensível que o cerca. Ao inserir esses conceitos no filme, percebe-se que mesmo japoneses e portugueses vivendo de acordo com o seu Sagrado, um vai entender o outro como pertencente ao Profano, alheio aos sentidos. Essa dualidade pode ser observada nos seguintes momentos do filme:

Durante as noites padre Ferreira e Garupe passaram a ministrar aos fiéis e realizar confissões. Afirmavam que: “Agora o cristianismo trouxe amor. A dignidade de, pela primeira vez, serem tratados como criaturas de Deus, não como animais”. Padre Rodrigues optou por atuar em mais regiões, com o objetivo de ampliar a zona de atuação cristã e procurar informações sobre o padre Ferreira. Nesse momento sentiu-se próximo de Deus e entendia que sua vida adquire valor devido a evangelização.

Os inquisidores japoneses comparecem à vila para conferir a possibilidade de terem moradores cristãos na região. Desse modo, solicitam aos possíveis fiéis pisarem na imagem de Jesus, cuspir no crucifixo e xingar a “Santíssima Virgem”. Aqueles que não cumpriram esses requisitos foram torturados e mortos.

Assim, é possível observar, por meio desses embates, que ambos enxergam no outro indícios de condutas religiosas mas esvaziadas de valores e sentidos. Então, as imagens de Jesus e crucifixos, interpretados pelos jesuítas, não terão o mesmo valor que os significados atribuídos à entidade natural do Sol, pelos nipônicos, e vice-versa. Portanto, ambos vão procurar legitimar sua própria “verdade” sagrada.

Análise da Hierofania: O indivíduo religioso deseja participar do existir, inclui-se na construção do mundo e busca estar sempre próximo do universo espiritual. Desse modo, a Hierofania é a revelação e demonstração do Sagrado (Eliade, 1992), semelhante à descrição feita por Agostinho² (1981) e, de mesmo modo, ilustrado nas revelações feitas à Rodrigues pelas passagens:

Em sua preparação para viajar ao Japão, Rodrigues fala: “Para fazer Seu trabalho, vi seu rosto perante mim”. E complementa: “Ele me fascina, sinto um amor imenso por Ele”. Observação: durante essa declaração, foi colocada em tela uma imagem de Jesus.

2 Contribui para a elucidação do conceito aplicado ao ilustrar a angústia de estar distante de sua divindade e seu posterior contentamento ao percebê-lo no mundo a sua volta aliado ao envolvimento na sua vontade de compreender a realidade.

Posteriormente, o padre Rodrigues encontrou uma fonte de água doce para acabar com sua sede. Ao observar seu reflexo, percebe estar encarando o rosto de Jesus e sua reação é de instantânea alegria. Em seguida, acabou encurralado e preso.

Na prisão ocorreu um breve período de paz e diálogo com os demais prisioneiros. Então, Rodrigues se declara a Deus novamente: “Vejo a vida de seu filho tão clara, quase quanto a minha. E seu rosto... tira todo o meu medo. É o rosto que lembro-me da minha infância. Falando comigo [...]. Prometo que não o abandonarei”.

Ao adentrar na parte final da película, diante do sofrimento, Rodrigues é colocado para apostatar. Neste momento, Ferreira procura convencer ele a pisar na imagem de Jesus, mas, o último padre em solo japonês, somente abdica de sua fé ao escutar Deus lhe falar: “Vá em frente. Está tudo bem. Pise em mim. Eu entendo sua dor. Eu vim para este mundo compartilhar da dor dos homens. Eu carrego esta cruz pela sua dor. Sua vida está comigo agora. Pise.”. Então, finalmente ele decide findar sua tortura.

Já em sua vida enquanto “sacerdote caído”, recebe aquele que lhe entregou aos soldados anteriormente. Nesse instante, ocorre a revelação do sofrimento de Deus junto a ele, ou seja, “nunca esteve silêncio”. Rodrigues responde: “foi no silêncio que escutei sua voz”.

Nesse sentido, Eliade (1992) completa que, a partir da Hierofania, enxerga-se o mundo como “espaço heterogêneo”, o qual é perceptível uma orientação dos indivíduos, ao sinalizar parâmetros a serem seguidos, com objetivo de experienciar o mundo com sua devida complexidade. Isso é expresso a partir da dicotomia entre as cenas de agonia com o silêncio de Deus perante a jornada do Padre Rodrigues; e, os momentos de revelação das figuras de Jesus e voz de Deus orientando suas decisões.

Em conclusão da análise, seguindo os critérios de análise fílmica desenvolvido por Ferro (1992) e reforçada pela Kornis (2008), a obra cinematográfica abraça o título “Silêncio” por não utilizar músicas como trilha sonora ao longo de sua narrativa, proporcionou olhar e ritmo contemplativo para o que é transmitido em tela — preferindo o som ambiente da natureza e ruído dos animais. Além disso, destaca-se o artifício utilizado na cena que os padres perguntam aos japoneses cristãos se eles são escutados por Deus e no momento seguinte o som está próximo ao silencioso.

No quesito de posição de câmera existem dois momentos do filme que são posicionadas acima dos padres: ao descerem as escadas da catedral antes de embarcarem na missão jesuítica e quando estão na embarcação a caminho do Japão. Essa escolha é interpretada como um olhar divino sobre seus evangelizadores e, após atracarem no território, não volta a ser utilizada por estarem desprotegidos.

Enquanto no cenário, é percebida a oposição entre Xinto-budismo — estabelecido no centro do país, mais urbanizado e população com melhores condições de vida, e cristianismo — marginalizado em áreas litorâneas, com infraestrutura precária e população faminta. Sobre es-

nas regiões do Japão, pode-se perceber a utilização de planos em que a paisagem natural é vasta, proporcionando um sentimento de solidão e sofrimento compatível com a crise de fé enfrentada por Rodrigues. Em contrapartida, quando cenas em ambientes fechados são apresentadas, simboliza situações de esconderijo ou prisão, aqui pode-se perceber a opressão do ambiente hostil.

Em segunda instância, devido às reflexões postas pelo contato cultural e os elementos de Sagrado e Profano, é possível articular o filme com os assuntos presentes nas escolas. Para tanto, seguindo a importância da linguagem cinematográfica explicitada por Duarte (2002), ao cumprir o papel de, imagetivamente, instigar debates sobre as sociedades representadas em tela, foi elaborado o seguinte plano de aula:

Tempo: 100 minutos (Duas Aulas)

Disciplina: História (possibilidade interdisciplinar com Filosofia ou Ensino Religioso)

Série: 1º ano Ensino Médio

1. Tema

Aspectos Culturais das Grandes Navegações: Relação Japão-Portugal

2. Objetivos

- Geral: Analisar as discussões envolvendo as Grandes Navegações em nível cultural, retratado pelo filme *Silêncio* (2016)
- Específicos: Verificar de que modo é explorada a tentativa de evangelização por parte dos portugueses e a reação japonesa; Identificar divergências entre suas religiões; Introduzir conceitos de Encontro Cultural, Sagrado e Profano.

3. Conteúdo

Intercâmbio cultural nas Grandes Navegações

Missões Jesuíticas portuguesas no Japão

4. Habilidades presentes na BNCC (2018) que se enquadram na proposta:

- (EM13CHS203) Contrapor os diversos significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas como civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo e cidade/campo, entre outras (BNCC, 2018);
- (EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade) (BNCC, 2018);

- (EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais (BNCC, 2018);
- (EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos (BNCC, 2018).

5. Desenvolvimento do tema

Parte I

Questionar a turma sobre quais são os conhecimentos prévios que possuem relacionados ao Japão na Idade Moderna. Apresentar o contexto sociocultural japonês no século XVI e XVII.

Tempo estimado: 20 min

Parte II

Explicar as intenções portuguesas ao atracar neste território, suas atividades e acolhimento recebido (ou não) por parte dos japoneses.

Tempo estimado: 15 min

Parte III

Dialogar o contexto histórico apresentado com recortes das cenas do filme *Silêncio* (2016)

Tempo estimado: 15 min

Parte IV

Debater as consequências desse contato. Explicar o que é Sagrado e Profano. Entender como essas ideias podem dialogar com o conteúdo. Diferenciar a resistência asiática das demais.

Tempo estimado: 30 min

Parte V

Distribuir a Ficha de Exercício. Pesquisar e responder o questionário proposto em duplas.

Tempo estimado: 20 min

6. Recursos didáticos

- Datashow;
- Notebook;
- Caixa de Som;
- Lousa;
- Pincel;
- Arquivo com recortes das cenas do filme *Silêncio*;
- Ficha de Exercício contendo sinopse e questionário.

7. Avaliação

Envolvimento da turma na análise filmica e responder coletivamente, durante o desenvolvimento do tema, as questões disponibilizado abaixo:

- Qual o contexto histórico que o filme retrata?
- Em que contexto histórico o filme é produzido?
- O diretor da película possui alguma ligação pessoal com o tema desenvolvido?
- A obra é baseada em algum livro? Se sim, de que maneira o autor se relaciona com a história que escreve?
- Faça uma breve avaliação do som, fotografia e diálogos no decorrer do filme.
- O que é encontro cultural? Quais os elementos que diferenciam o Japão das interações ibéricas na América do Sul?
- Em suas palavras, defina o que é Profano e Sagrado. Como esses conceitos podem ser utilizados no respeito às diversas crenças?
- Hodiernamente é possível perceber conflitos entre nações que envolvam questões culturais? Em caso positivo, quais são eles?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, este trabalho procurou estabelecer o filme como fonte histórica, em medida que é produzido por seres humanos em seus contextos próprios e buscam retratar e reconstituir o passado, nesse caso, um evento histórico do século XVII. Diante dessa iniciativa, é possível notar as escolhas de quem produziu o filme ao explicitar e deixar implícito ao espectador questões e elementos no interior das cenas. Além disso, ao propor sua inserção na sala de aula, apresenta aos estudantes uma materialidade sobre um assunto teórico, logo, o que desperta a percepção deles para a realidade das Grandes Navegações e as interações globais entre territórios distantes e diversos. O filme *Silêncio* (2016) retrata a jornada tortuosa de Rodrigues e Garupe na missão evangelizadora de busca ao confessor Ferreira, que parou de enviar seus relatórios à Igreja e, de acordo com rumores, vivia seguindo os costumes japoneses.

Durante o desenvolvimento do artigo, foram evidenciados dois temas principais tratados pela película: o intercâmbio cultural e conflitos religiosos. Primeiramente, entende-se a postura de cautela por parte dos nipônicos, ao procurar o aprendizado das crenças dos católicos europeus, porém, ao tomarem conhecimento que o projeto tinha objetivo de implantar uma cultura estrangeira em seu solo, desrespeitando as tradições locais, iniciou-se um processo de isolamento, repressão e perseguição a esses indivíduos, pois não levavam em consideração a cultura seguida pelo povo. Em segundo lugar, em consequência desses movimentos, ocorreu um forte embate religioso entre os jesuítas evangelizadores e o Estado japonês. Nesse sentido, nota-se

que tanto os católicos quanto os adeptos ao xinto-budismo viam as suas respectivas verdades como a representação do Sagrado, fonte de sentido da existência humana, enquanto as demais religiões eram consideradas profanas e externas à sua visão de mundo.

Então, a iniciativa de integrar a obra para sala de aula busca o enriquecimento na formação estudantil do ensino básico, tradicionalmente orientada para os sucessos europeus no movimento de expansão marítima, sobretudo para as colônias nas Américas ocupadas pela União Ibérica durante os séculos XVI e XVII. Agora, ao incluir o Japão enquanto agente ativo da História, o qual esteve em contato com os invasores na mesma temporalidade, disponibiliza mais uma perspectiva distinta da dinâmica de população invadida em relação aos invasores, visto que, foram alvo de sucessivas missões jesuíticas e conseguiram estabelecer mecanismos de combate e expulsão de ameaças à sua soberania local. Ademais, também possibilita ao professor desenvolver junto aos alunos reflexões para a superação do olhar dicotômico entre profano e sagrado presente no filme, de modo que indivíduos diferentes compreendam e respeitem suas próprias crenças e as dos outros como pertencentes ao Sagrado.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. 10. ed. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1981.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CARVALHO, Daniela de. Nambanjin: sobre os portugueses no Japão. **Antropológicas**, Porto, n. 4, p. 131-149, 2000.
- DUARTE, Rosália. **Cinema & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HICHMEH, Yuri Sócrates Saleh. **O cristianismo no Japão: do proselitismo jesuíta à construção ideológica da perseguição (1549-1640)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- KORNIS, Mônica Almeida. **Cinema, televisão e história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.
- NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. Cinema e ensino de história: realidade escolar, propostas e práticas na sala de aula. **Revista de História e Estudos Culturais**, Salvador, ano V, v. 5, n. 2, p. 1-23, abr./maio/jun. 2008.
- FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- MORETTIN, Eduardo. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. In: CAPELATO, Maria Helena; MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; SALIBA, Elias

Thomé. **História e cinema**. São Paulo: Alameda, 2007. p. 39-64

PIMENTA, Pedro Augusto. **Jesuítas no Japão: o discurso sobre os percalços da cristianização**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

SILÊNCIO. Direção: Martin Scorsese. Estados Unidos da América: Paramount Pictures, 2016. 1 DVD (161 min).

“UMA AVENTURA NO SÉCULO XVI” - A GAMIFICAÇÃO DO CONTEÚDO DE HISTÓRIA MODERNA NA INTERPRETAÇÃO DOS SUJEITOS HISTÓRICOS

Júlia Ribeiro Pimentel

julia.pimentel@academico.ufpb.br

Inoveh – Inovação no Ensino de História - UFPB

RESUMO

Surgida nos anos 2000, a gamificação aplica elementos de jogos a atividades de não jogos (Andrade, 2007). Na educação, utiliza-se da ludicidade para potencializar a compreensão dos conteúdos didáticos (Figueiredo, 2024). Nesse sentido, o presente artigo apresenta uma proposta didática-metodológica para o conteúdo de “Lógicas comerciais e mercantis da modernidade” para o 7º ano do Ensino Fundamental, atendendo às habilidades EF07HI13 a EF07HI17 estabelecidas pela BNCC. Esse jogo é fruto de um Projeto Didático de Ensino para a Idade Moderna, que com base em pesquisa bibliográfica e na aplicação de conceitos de gamificação, culminou na elaboração de “Uma Aventura no Século XVI”. Mesclando elementos de tabuleiro, trivia e aleatoriedade, o jogo é um projeto colaborativo, no qual os alunos elaboram perguntas baseadas nas aulas e em pesquisa guiada pelo professor, se colocando no lugar histórico de navegantes europeus e dos povos originários. Ao percorrerem o mapa-múndi, avançam na trilha respondendo às perguntas com a meta de conquistar ou impedir a colonização. Com isso, busca construir a interpretação, experimentação e imaginação dos conteúdos e sujeitos históricos nos estudantes (Marx, 2011; Paz, 2018; Rüsen, 2001).

Palavras-chave: gamificação, Ensino de História, sujeito histórico, Idade Moderna.

INTRODUÇÃO

A gamificação é uma metodologia que ganhou força nos últimos anos nas áreas da educação e do ensino de História. Sua origem remonta aos anos 70, atrelada à Tecnologia da Informação e ao Design, quando surge como uma inovação voltada para a aplicação de elementos típicos de jogos em contextos de não jogo (Paz, 2018). Na virada do século XXI, a “gamification” se consolida como o termo para descrever práticas que envolvem a criação de interfaces e interações baseadas em características lúdicas, como as dos jogos digitais, proposta introduzida pelo desenvolvedor Nick Pelling (Paz, 2018). Em suma, ela consiste em transferir mecanismos dos jogos para contextos diversos, visando motivar o engajamento e a interação.

Na educação, embora o uso de jogos como ferramenta pedagógica remonte ao período do Romantismo, foi no século XX que o entendimento de sua importância ganhou maior destaque, graças aos estudos de autores como Huizinga, Vygotsky, Montessori e Caillois (Andrade, 2007). Contemporaneamente, faz-se uso pedagógico dos jogos em diversas disciplinas, incluindo a História, uma vez que por meio deles é possível maximizar a construção do conhecimento, aproveitando a familiaridade dos alunos com práticas interativas e lúdicas, o que, por sua vez, aumenta o engajamento e a motivação. De acordo com Paz (2018, p. 7), o próprio Ministério da Educação recomenda a estratégia como meio eficaz para estimular o interesse dos alunos em temas históricos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta a formação de habilidades específicas para a área da História no Ensino Fundamental – Anos Finais, entre elas a capacidade de identificar e contextualizar eventos históricos, compreender e criticar documentos históricos e desenvolver uma visão crítica sobre registros de memória (Brasil, 2018). Ao final, dispõe ainda “é importante observar e compreender que a história se faz com perguntas. Portanto, para aprender história, é preciso saber produzi-las.” (Brasil, 2018, p. 419).

Diante disso, o jogo ora apresentado, intitulado “Aventura no Século XVI”, se alinha a essa proposta. A aplicação da gamificação para o conteúdo de “Lógicas comerciais e mercantis da modernidade” para o 7º ano possibilita que os alunos trabalhem com fenômenos históricos da Idade Moderna em diferentes localidades e sujeitos, explorem as experiências de contato de diferentes povos e culturas, exercitando assim a contextualização e ampliando a compreensão sobre os processos que permearam a época. A ludicidade é essencial aqui para fomentar um ambiente de aprendizado dinâmico e participativo, facilitando a assimilação de conceitos complexos.

A meta dos personagens é alcançar o território “inimigo” no decorrer de uma trilha que liga os países europeus aos países da África, América e Ásia. Cada personagem representa um povo que objetiva (o colonizador) conquistar um território ou (povos originários) resistir à colonização. Os alunos devem elaborar perguntas relacionadas ao seu personagem, categorizadas em níveis fáceis, médios e difíceis, baseadas no livro didático, nas anotações em sala de aula e em materiais extras, que são posteriormente, selecionadas pelo professor. Cada acerto permite que o jogador avance no tabuleiro. Conforme avança, ele pode cair em uma casa de sorte ou revés que trazem consequências ambientadas na Idade Moderna.

Além disso, o jogo se apresenta como uma ferramenta flexível, capaz de se adaptar a diversos contextos educacionais e abordagens de ensino. Sua estrutura favorece a interpretação, a experimentação e a aprendizagem, permitindo que os estudantes se aprofundem no conteúdo histórico de maneira interativa, desenvolvendo também competências em pesquisa e avaliação de fontes de informação. Este trabalho se dedica a expor o processo de aprimoramento do jogo e a estrutura teórica e metodológica que o fundamenta, visando inspirar outras iniciativas semelhantes e fortalecer a área de Ensino de História e gamificação.

METODOLOGIA: O PLANEJAMENTO DO JOGO

Para fundamentar a escolha da gamificação como estratégia pedagógica no ensino de História, utilizamos dois autores: Jörn Rüsen e Karl Marx. No primeiro, utilizamos a ideia de consciência, imaginação e aprendizado histórico, e do segundo nos valem da concepção de sujeito histórico.

Segundo Paz (2018, p. 22), “a história é uma matéria de experiência e interpretação” e através do exercício dessa consciência surge o aprendizado histórico.”. Essa consciência é a consciência histórica, entendida com base em Rüsen, como

uma operação mental individual dos sujeitos que diante de um entendimento sobre o passado formam um espaço de identidade para se inserirem no presente e projetarem um futuro. Ela pode ser entendida como uma estrutura sobre a qual depositamos conhecimentos e imaginações do passado (Paz, 2018, p. 22).

Tendo a consciência histórica como base do aprendizado histórico, o autor compreende que a história só se torna significativa para o aluno quando ele se engaja em uma interação reflexiva com o conteúdo, formulando suas próprias perguntas e respostas sobre o passado, em vez de apenas acumular informações prontas. (1997, p. 44). Outro ponto essencial para ele ser eficaz, é que deve integrar não apenas abordagens cognitivas, mas também elementos estéticos, que estimulam a imaginação (histórica) e a empatia. Esses componentes vão permitir que o aluno desenvolva uma conexão pessoal com o passado, enxergando-o como parte viva e influente da sua própria experiência humana. (Rüsen, 1997, p. 48).

Ademais, a partir do pensamento marxista de que as pessoas, ao longo do tempo, foram responsáveis por moldar o curso da história, mas sempre dentro de contextos e limitações específicos, ou seja, que a história é resultado de decisões tomadas dentro de condições dadas e herdadas, que incluem estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais preexistentes, pode fomentar no aluno a compreensão das ações humanas no passado e presente, onde escolhas e intenções eram mediadas por circunstâncias que nem sempre estavam sob controle dos indivíduos. (Marx, 2011).

Conforme foi possível observar, esses autores foram explorados para construir uma narrativa em que o jogador tome decisões dentro de um ambiente controlado, mas que simula as restrições e os desafios enfrentados por pessoas em momentos históricos específicos. A estrutura do jogo busca desenvolver a capacidade dos alunos de construir significado a partir da experiência do tempo. Isso ocorre por meio da contextualização e interpretação de eventos históricos, onde os alunos são incentivados a fazer perguntas, formular hipóteses e construir narrativas, em vez de simplesmente memorizar informações.

Além disso, é possível construir uma “competência de experiência” ao situar os alunos dentro dos contextos históricos, utilizando não apenas informações, mas também estímulos

estéticos e interativos, como os personagens e as cartas de sorte e revés, e também ajudar os alunos a verem a história como uma orientação prática para a vida ao compreenderem as tradições, relações de poder e os contextos de cada grupo representado. Ao encorajar a reflexão crítica e a interação com múltiplas perspectivas, o jogo permite uma abordagem que promove o desenvolvimento de habilidades narrativas e interpretativas, estimulando a construção de sentido sobre o passado e seu impacto na vida prática, como propõem os autores.

A proposta apresentada a seguir foi inicialmente pensada para uma avaliação da disciplina de História Moderna I, do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Paraíba, funcionando como um recurso avaliativo de uma sequência didática de quatro aulas, explorando o tema “Lógicas comerciais e mercantis da modernidade”. Para apoiar o jogo, utilizamos diversos materiais complementares, como mapas modernos e contemporâneos e trechos das obras de Marx e Smith, que ajudaram a contextualizar o impacto da colonização na Ásia, América e África. Os assuntos explorados eram o mercantilismo e suas características, as motivações para as “Grandes Navegações”, as sociedades africanas no século XV, a chegada dos europeus na África e nas “Índias”, a escravidão antiga e moderna, as características das sociedades incas, maias e astecas antes do contato europeu e o impacto do contato. Para nos auxiliar na elaboração do jogo, nos inspiramos nas propostas didáticas de Maurício Paz, Sérgio Teixeira e Débora Andrade.

Maurício Paz (2018), em sua dissertação de mestrado para o ProfHistória-UFPR, apresentou um jogo de cartas intitulado “Mestres da Mitologia” para o 6º ano, desenvolvido em um colégio em Curitiba, como parte de um projeto interdisciplinar entre História e Literatura. Nesse jogo, os alunos, individualmente, pesquisaram e elaboraram perguntas baseadas em três livros de uma oficina literária que trabalhava a mitologia grega. A cada pergunta respondida corretamente, o aluno jogava o dado e podia avançar no tabuleiro dependendo do número. Ganhava quem chegasse ao final da trilha.

Débora Andrade (2007), por sua vez, contribuiu com sua experiência em jogos aplicados às 5ª e 6ª séries do Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro, onde desenvolveu o “Jogo do Descobrimento”. Esse jogo, de tabuleiro, seguia a rota de Portugal ao Brasil, depois às Índias, e retornava a Portugal. A divisão dos alunos em grupos e o sistema de pontos incentivavam uma competição estruturada, na qual o objetivo final era devolver a Portugal o maior acúmulo de riquezas. As perguntas eram objetivas e diziam respeito à localização dos personagens, bem como os desafios e sortes também foram contextualizados.

O último historiador, Sérgio Teixeira (2022), em sua dissertação de mestrado para o ProfHistória-UFRJ, traz sua experiência com alunos do 8º ano que apresentam dificuldades de leitura, escrita e interpretação. Por isso, ele desenvolveu um jogo que visava o letramento e o letramento histórico. Segundo o autor, muitos alunos passam a vida escolar respondendo automaticamente a perguntas sem refletir sobre o conteúdo ou sobre as razões subjacentes a cada questão (Teixeira, 2022, p. 16). Seu objetivo foi criar uma proposta onde os alunos poderiam

questionar o conteúdo, discutindo o material em uma “aula como conversa”, que incluía leitura, escrita e raciocínio sobre o conteúdo histórico apresentado.

Ao analisar essas três abordagens, decidimos que queríamos desenvolver um jogo que não se limitasse a um quiz simplificado em que os alunos apenas respondessem às perguntas, mas que possibilitasse uma experiência colaborativa. Da mesma forma, gostaríamos que não fizesse incentivo à competitividade individual ou à ideia de acumulação de riquezas. Buscamos uma proposta que trouxesse diferentes perspectivas culturais e sociais do globo. Além disso, compreendemos e incorporamos também a autonomia dos alunos na criação das perguntas, em que, através da pesquisa, eles poderiam questionar o que está escrito, a razão de estar escrito e a importância das afirmações históricas – uma prática que fomenta uma visão crítica e apresenta um pouco do que é a prática do historiador.

Assim, o jogo foi projetado para reproduzir as experiências tanto dos navegantes europeus quanto dos povos originários, utilizando mecânicas que enriquecem a aprendizagem dos alunos no contexto histórico da Era Moderna. No entanto, em algumas discussões com colegas e professores, fez-se necessário implementar melhorias e trazer algumas modificações que tornassem a experiência mais plausível.

DESENVOLVIMENTO: A ESTRUTURA DO JOGO

A primeira mecânica do jogo é o tabuleiro-trilha, que simula os caminhos traçados pelos navegantes em suas expedições, como a rota para as “Índias”, simulando o contorno do Cabo da Boa Esperança. Num primeiro momento (Imagem 01), o mapa foi esboçado para que o professor o reproduzisse em *tecido não tecido* (TNT), um “mapa vivo” em que os alunos seriam os peões e percorreriam a trilha, mas ele não estava exatamente bem formulado para esse propósito. Essa foi a primeira alteração. Apesar de ser possível aplicar, não é uma forma de jogar que seja flexível a maioria dos ambientes escolares. Dessa forma, foi produzido um mapa em tamanho de tabuleiro A3 e A4 para ser mais facilmente reproduzido (Imagem 02).

IMAGEM 01 – Primeira versão do mapa do jogo “Aventura no século XVI”.



Fonte: mapa elaborado pela autora com ferramenta Canva. 2023.

IMAGEM 02 – Versão final do mapa do jogo “Aventura no século XVI”.

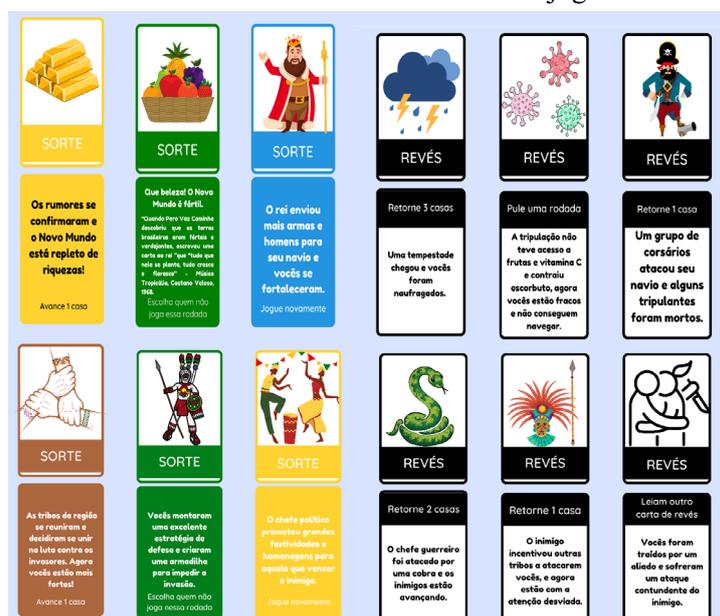


Fonte: mapa elaborado pela autora com ferramenta Canva. 2024.

A segunda mecânica, as cartas de aleatoriedade, traz consequências inesperadas ao jogo. Quando os jogadores caem nas casas designadas do tabuleiro, podem ser beneficiados ou penalizados por cartas de sorte e revés, que contextualizam as consequências das ações dos navegantes e as reações dos povos originários. Essa aleatoriedade simula os desafios e incertezas que cercavam as explorações marítimas e o contexto dos contatos entre europeus e outros povos, onde as decisões podiam levar a conquistas ou desastres.

Nessa mecânica, a alteração foi feita em torno da estética das cartas, as quais deixaram de ter simples ilustrações coloridas (Imagem 03) e foram padronizadas em cor, tamanho, letra, além de receberem iconografias dos séculos XIV-XVIII (Imagem 04). Apesar disso, a escolha não foi meramente estética e se deu no sentido de fazer com que os alunos entendessem e entrassem no imaginário da época através dessas pinturas, afinal, esses quadros também são fontes históricas que podem ser debatidas. Com esse objetivo, todas as referências das imagens estão disponíveis em um material a parte para os jogadores. Ademais, é crucial ressaltar aos estudantes que essas representações são enviesadas e refletem a perspectiva europeia, o que pode gerar reflexão significativa sobre a construção de narrativas históricas.

IMAGEM 03 – Primeira versão das cartas de sorte e revés do jogo “Aventura no século XVI”.



Fonte: compilação de imagens feita pela autora. 2023.

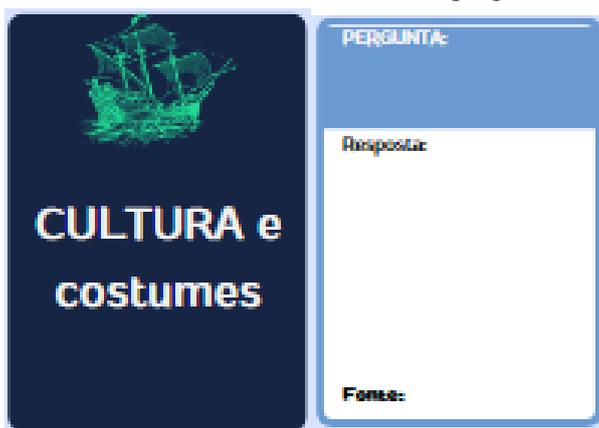
IMAGEM 04 – Versão final das cartas de sorte e revés para colonizadores do jogo “Aventura no século XVI”.



Fonte: compilação de imagens feita pela autora. 2024.

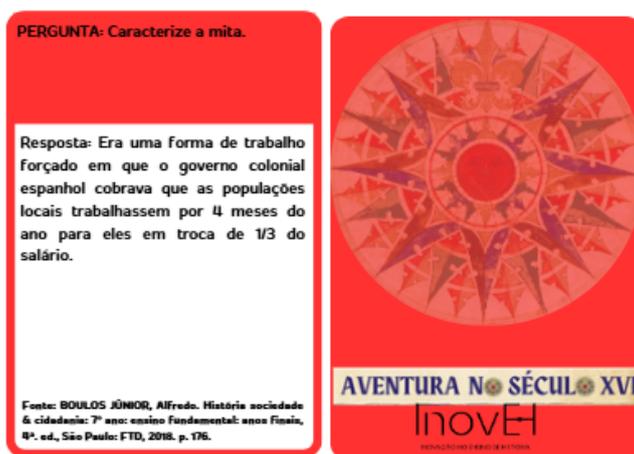
A terceira mecânica, as cartas-trivia, é o ponto principal do jogo. Elas estão em branco para serem completadas pelos alunos com pergunta, resposta e fonte. Essas perguntas devem ter diferentes níveis de análise, desde questões objetivas até questionamentos mais complexos, como avaliar a veracidade de afirmações, definir conceitos ou examinar as razões históricas por trás de determinados acontecimentos. A modificação aqui girou também em torno da estética, como se pode observar (Imagem 06), mas principalmente de uma orientação de como esses estudantes elaborariam essas perguntas, com a criação de perguntas-modelo (Imagem 07) e de uma cartilha (Imagem 08).

IMAGEM 06 – Primeira versão das cartas de perguntas e respostas.



Fonte: compilação de imagens feita pela autora. 2024.

IMAGEM 07 – Versão final das cartas de perguntas e respostas, perguntas-modelo.



Fonte: compilação de imagens feita pela autora. 2024.

IMAGEM 8 – Cartilha de orientação para elaboração das perguntas.

Você já parou para pensar como os professores elaboram as perguntas das suas atividades e provas?

Vamos conhecer os pontos que guiam o processo de interpretação de um texto, essencial para a elaboração de perguntas.

- Ao ler um texto ou conteúdo, é preciso adotar uma postura crítica diante dele e se provocar com as seguintes questões: qual a ideia central? quais as informações-chave? qual a fonte dessa informação?
- Comece pelas perguntas mais simples: o quê? quem? quando? onde? Após, se questione: essa afirmação é verdadeira ou falsa? qual é sua perspectiva ou ponto de vista, ou seja, qual o lugar daquele que afirma? Por último, que tal analisar como esse fato se deu e por quê?

Personagem sorteado, fontes à disposição (livro didático, materiais extras oferecidos pelo professor, anotações da aula), vamos às perguntas!

Elaborando perguntas

PASSO A PASSO

1. Você deve preparar 1 pergunta de cada nível, se será aberta ou fechada fica a seu critério.
2. Escolha uma temática: cultura, política, economia, contexto histórico, religião, sociedade.
3. Prepare a resposta desejada para a pergunta, para poder comparar com a resposta do seu adversário.
4. Se inspire nas perguntas-base para criar perguntas relacionadas ao seu personagem e temática. Seja criativo e não tenha medo de qualquer questionamento!
5. Não faça perguntas muito extensas ou com informações desnecessárias.
6. Não se esqueça da fonte: autor, material e página.

PERGUNTAS FÁCEIS: respostas objetivas - fato, lugar, data, personagem; sim/não; exemplos sintéticos. Use pronomes como “o que”, “quem”, “quando”, “onde”, “qual”.

PERGUNTAS MÉDIAS: análise de informações corretas ou incorretas, verdadeiras ou falsas. Use verbos como “identifique” e “escolha”.

PERGUNTAS DIFÍCEIS: respostas mais elaboradas, dizem sobre processos, causas, definições, comparações, análise de contextos. Use verbos como “explique”, “compare”, “descreva”, “escolha”, “exemplifique”, “sintetize”.

Perguntas fechadas ou de múltipla escolha: alternativas com afirmações que podem ser de resposta única, afirmação incorreta, várias respostas corretas.

Perguntas abertas ou dissertativas: respostas pessoais mais extensas que relacionam ou interpretam o tema.

Fonte: material produzido pela autora. 2024.

A cartilha contém direcionamentos para a construção das questões e incentiva uma postura crítica e reflexiva diante das fontes subsidiadas. O manual inicia com a orientação de como interpretar o conteúdo, com a análise da ideia central e das informações-chave, além da avaliação da fonte da informação. Em seguida, os alunos são incentivados a formular questões básicas, como “o quê?”, “quem?”, “quando?” e “onde?”, antes de avançar para questões mais complexas, que exploram a veracidade das afirmações e a perspectiva do autor.

Além disso, o manual propõe um passo a passo para a criação de perguntas, orientando os alunos a preparar uma questão de cada nível de complexidade (fácil, médio e complexo) e selecionando temas que englobem aspectos culturais, políticos, econômicos, sociais ou difíceis religiosos, de acordo com seu personagem. Foi enfatizada a importância de preparar uma resposta esperada para cada pergunta, possibilitando uma comparação posterior com as respostas dos colegas.

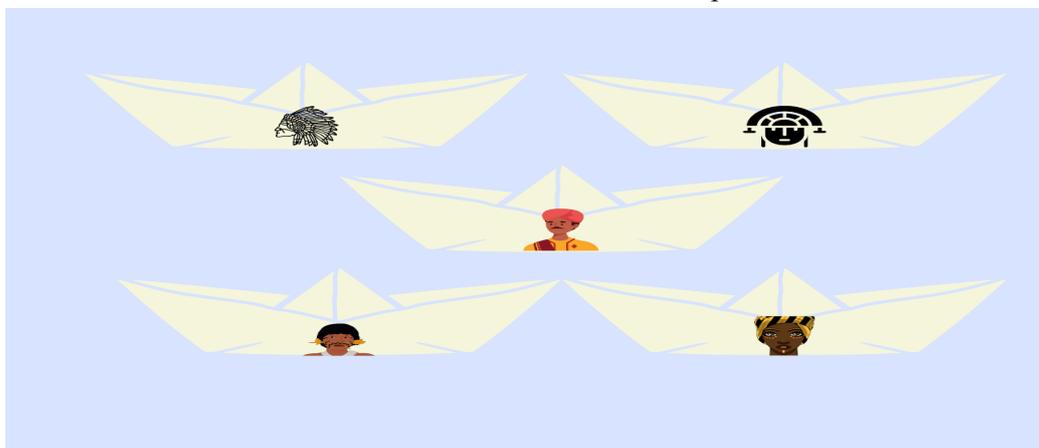
A criação das perguntas deve basear-se nas aulas e em pesquisa direcionada pelo professor, permitindo a introdução e construção das perspectivas culturais e sociais de diferentes grupos, incluindo europeus, indígenas e africanos, os quais os alunos interpretam em seus papéis. As fontes oferecidas, aliadas aos debates promovidos durante as aulas, auxiliam no desenvolvimento do letramento e da reflexão histórica dos alunos. Recomenda-se que o professor aplique o jogo ao final de um bimestre ou semestre, após a exploração de diversos conteúdos, pois é

fundamental que os alunos tenham trabalhado um número significativo de povos e contextos. As possibilidades de abordagem nas aulas para subsidiar o jogo são amplas, permitindo que o professor adapte o conteúdo de acordo com o contexto educacional e as perspectivas discutidas.

Outrossim, a revisão das cartas feita pelo professor pretende selecionar as perguntas que atendem aos critérios estabelecidos: ser referenciadas corretamente, ter diferentes níveis e estar relacionadas ao personagem. As que não atendem a esses critérios não precisam ser descartadas; elas podem ser corrigidas junto com os alunos, permitindo que todos participem do jogo e não se sintam segregados.

Os peões, que anteriormente eram os próprios alunos, seriam feitos em barquinhos de papel com figurinhas para representar os personagens (Imagem 08), conforme indica a imagem abaixo. Isso também foi alterado. Os personagens agora são representados por pinturas e bandeiras, facilitando a associação entre povo e o país a qual ele corresponde atualmente (Imagem 09). Essas imagens podem ser coladas em tampinhas de garrafa, ou peões de xadrez, por exemplo, caso os alunos ou a escola tenha disponível, ou ainda colando na testa dos próprios estudantes, mantendo um pouco a ideia do “peão-vivo”. Longe de ser um problema, essa escolha abre espaço para discussões em sala sobre as questões geopolíticas e cartográficas do passado e do presente, além de ser uma para refletir, mais uma vez, sobre como os europeus viam e retratavam os povos conquistados.

IMAGEM 08 – Primeira versão dos peões.



Fonte: material produzido pela autora com ferramenta Canva. 2023.

IMAGEM 09 – Versão final dos peões.



Fonte: material produzido pela autora com ferramenta Canva. 2024.

Além de todos os elementos citados anteriormente, o jogo dispõe também de uma cartilha de regras e formas de jogar. A colaboração e a interação social no processo de aprendizagem estão projetadas nas possibilidades que os alunos se unam em duplas ou grupos para enfrentar os desafios propostos, além da necessidade de todos elaborarem as cartas de perguntas e respostas. Soma-se a isso a importância de um pensamento crítico no ensino de história. As perguntas e respostas do jogo, que variam em níveis de dificuldade, permitem uma avaliação que vai além da memorização de fatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, a gamificação revela-se uma estratégia poderosa para o ensino de História no Ensino Fundamental II, proporcionando aos alunos uma experiência de aprendizagem mais rica e imersiva. Ao incorporar o jogo ao processo pedagógico, promove-se um envolvimento que transcende a simples memorização de datas e eventos, incentivando os estudantes a refletirem criticamente sobre os contextos históricos. Colocando-se no lugar de sujeitos de outras épocas, os alunos desenvolvem habilidades essenciais, como interpretação, análise e comparação, fundamentais para uma compreensão crítica do passado e das suas conexões com o presente.

Além de oferecer uma experiência lúdica e educativa, o jogo contribui para o desenvolvimento de competências essenciais de engajamento e construção do conhecimento histórico, como a contextualização de acontecimentos, a comparação de diferentes perspectivas e a interpretação crítica dos fatos. O uso de jogos como este pode ser ampliado para abordar outros conteúdos e séries, criando novas possibilidades de engajamento. Sugere-se que futuros estudos explorem ainda mais a eficácia da gamificação no ensino de História, investigando seu impacto no aprendizado e na construção do pensamento crítico dos alunos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Débora El-Jaick. O lúdico e o sério: experiências com jogos no ensino de história. **História & Ensino**, [S. l.], v. 13, p. 91–106, 2007. DOI: 10.5433/2238-3018.2007v13n0p91. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11646>. Acesso em: 9 outubro. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- FIGUEIREDO JR., Emílio Pinto. de; LEITE, Priscilla G. **Conquistando a Paraíba: o ensino de História através dos jogos**. Dissertação (Mestrado em História) – Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.
- Marx, Karl, 1818-1883. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2545977/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%2018%20Brum%C3%A1rio%20de%20Lu%C3%ADs%20Bonaparte.pdf. Acesso em: 9 out. 2024.
- PAZ, Maurício Fonseca da. **História e Gamificação: Reflexões e aplicabilidade de lúdicos no Ensino de História**. Orientador: Martha Daisson Hameister. 2018. 90 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/699958>. Acesso em: 9 out. 2024.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história - os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora da UNB. 2001.
- RÜSEN, Jörn. Historisches Lernen. In: BERGMANN, Klaus; et. al. **Handbuch der Geschichtsdidaktik**. Trad. Johnny R. Rosa. 5ª ed. Seelze: Kallmeyer, 1997. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7044186/mod_resource/content/1/R%C3%BCsen_aprendizado%20hist%C3%B3rico.pdf. Acesso em: 09 out. 2024.
- TEIXEIRA, Sergio Felipe Moraes da Silva. **Jogo de perguntas e respostas no Ensino de História: da permanente problematização ao desenvolvimento da leitura e da escrita**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/703700>. Acesso em: 09 out. 2024.

LITERATURA AFROFUTURISTA NO ENSINO DE HISTÓRIA: ABORDAGENS A PARTIR DA OBRA “O BLOGUEIRO BRUXO DAS REDES SOBRENATURAIS”, DE FÁBIO KABRAL (2021)

Lívia Alves Silva
UNEMAT | livia.silva1@unemat.br

RESUMO

Esta pesquisa se propõe utilizar a literatura afrofuturista no Ensino de História, com objetivo de propor um ensino pautado na redução das desigualdades sociais e na promoção de uma educação antirracista fundamentada na diversidade étnico-racial e as suas imbricações com as relações sociais e os sentidos dos sujeitos. Para tanto, utilizamos a obra *O Blogueiro Bruxo das Redes Sobrenaturais* (2021) de Fábio Kabral, afim de fortalecer uma identidade negra afrocêntrica, através da mistura de ficção e de ancestralidade, a literatura afrofuturista projeto futuros de sucesso para o povo africano e afro-brasileiro, nesta conjuntura, tomamos a obra como ferramenta didática para o Ensino de História, no âmbito efetivação da Lei 10.639/2003. Nesse sentido, o uso da literatura no ensino de história, tem se mostrado uma importante fonte de pesquisa e de compreensão do que seja a construção da consciência histórica, em como uma abordagem que nos possibilita trabalhar com as sensibilidades e subjetividades dos educandos.

Palavras-chave: Afrofuturismo, Literatura, Ensino de História.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe trabalhar o Ensino de História a partir da estética afrofuturista na obra literária de Fábio Kabral, *O blogueiro bruxo das redes sobrenaturais* (2021), e, é resultado da pesquisa de iniciação científica “*LITERATURA AFROFUTURISTA: perspectivas estéticas e sócios-culturais para o ensino de história*”, desenvolvida com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), que objetiva o fortalecimento de uma educação antirracista e um ensino de história para a diversidade étnico-racial que trabalhe o imaginário social e as sensibilidades dos estudantes a partir de uma cultura afrocentrada, bem como o fortalecimento da identidade negra.

Nosso objetivo é o fortalecimento de uma educação antirracista e um ensino de história para a diversidade étnico-racial, no qual trabalhe, o imaginário social e as sensibilidades dos estudantes sobre a cultura e identidade negra. Dentro das leituras realizadas, destacamos para

o nosso trabalho interdisciplinar e no campo do Ensino de História, a obra literária de Fábio Kabral, *O blogueiro bruxo das redes sobrenaturais* (2021), que se enquadra como ficção especulativa e afrofuturista, de acordo com os teóricos que cunham este conceito.

Nossa proposta é pensar o afrofuturismo, no gênero ficção científica e no termo ficção especulativa, dentro do movimento cultural e artístico, que busca fortalecer uma identidade negra afrocêntrica. Nesse sentido, voltaremos nossos olhos no decorrer da pesquisa, para a formulação do conceito e suas interpretações.

O crítico de arte norte-americano Mark Dery, formulou o conceito afrofuturismo em sua obra *Black to the future* (1994), para ele:

As vozes afro-americanas têm outras histórias para contar sobre a cultura, tecnologia e coisas por vir. Se existe um Afrofuturismo, ele precisa ser buscado em lugares inesperados, em uma constelação entre os pontos mais remotos. (DERY, 1994, p.17)

O objetivo de Dery (1994), é questionar com base nas falas dos artistas e intelectuais, Samuel R. Delany, Greg Tate e Tricia Rose, os motivos de existirem poucos autores negros de ficção científica, já que o próprio gênero trabalha com diferença, preconceito e outros diversos temas que são vivenciados por pessoas negras. Assim, o autor destaca artistas negros que produziram essa estética antes mesmo da sua escrita e ressalta as poucas produções denominadas afrofuturistas.

Além das entrevistas, o autor toma os acontecimentos no final do século XX e as questões da identidade negra e herança cultural no contexto de avanços tecnológicos, para sua formulação, segundo ele é a “ficção especulativa que trata de temas afro-americanos e aborda preocupações afro-americanas no contexto da tecnocultura do século vinte” (DERY, 1994, p.180). Seu olhar recortado na cena cultural, nas produções literárias, na música, cinema e nas artes plásticas, é totalmente localizado na produção estadunidense. Ele utiliza de artistas norte-americanos para fundamentar a sua análise, artistas como Jean-Michel Basquiat e Rammellzee, são mencionados por suas produções afrocentradas.

Importante ressaltar, que o movimento do afrofuturismo existia antes da formulação de Dery. Artistas negros tentavam introduzir-se no mundo da ficção científica com seus trabalhos, representando uma identidade negra e fazendo oposição contra um gênero desenvolvido somente por pessoas brancas. O escritor, teórico e cineasta britânico-ganense Kodwo Eshun, também contribuiu para a construção do conceito com sua obra intitulada, *More brilliant than the sun: adventures in sonic fiction* (1998), nela o autor discute os diálogos entre a música negra, ficção científica e tecnologia, deixando evidente a existência de um afrofuturismo anterior a Dery.

Kodwo Eshun, defende um afrofuturismo não limitado a somente inserir mais personagens negras em uma narrativa de ficção científica, sua concepção vai além, para ele, o afrofuturismo é como recurso para enfatizar a identidade negra, recuperando a história afrocentrada,

delineada em um cenário que projeta uma supremacia do branco para o negro. Segundo o autor em seu artigo *Further considerations on Afrofuturism* (2003).

Para concluir: o afrofuturismo pode ser caracterizado como um programa de recuperação das histórias de contra-futuros criados em um século hostil à projeção afrodiaspórica e como um espaço dentro do qual o trabalho crítico de fabricação de ferramentas capazes de intervenção na atual distinção política pode ser empreendido. (ESHUN, 2003, p.301)

Diante dessas considerações, o que entendemos como afrofuturismo é parte de um conjunto de reflexões, que passou a ganhar ênfase nas mãos de estudiosos negros e estudiosas negras. A professora norte-americana Alondra Nelson, retoma as ideias de Dery em seu artigo *Introduction: future texts* (2002), ao criar uma comunidade para os estudantes discutirem a relação entre ficção, cultura e tecnologia.

Para ela, o afrofuturismo incorpora “vozes afro-americanas com outras histórias para contar sobre a cultura, tecnologia e o que está por vir” (NELSON, 2002, p.9). A autora ainda, alavanca a necessidade de introduzir a temática nas academias, salientando a carência de teóricos que abordem o assunto, principalmente autores que elaborem o afrofuturismo em outros campos críticos.

Nota-se que dentro dos estudos de Dery, Eshun e Nelson, o conceito afrofuturismo ganhou diversas abordagens ao longo de suas discussões iniciais, como sabemos, as abordagens podem variar de acordo com foco e os interesses dos envolvidos. Compreendemos que a narrativa afrofuturista, pode promover novos contornos ao passado, suspender a realidade e dar lugar a imaginação, com a perspectiva de problematizar o presente e fazer emergir novas expectativas para as pessoas negras.

Desse modo, o afrofuturismo se enquadra como política para a introdução de uma descolonialidade, uma vez que ao se desprender das narrativas do homem branco, possibilita pensar o sujeito negro em posição de destaque de sua própria história. Tal entendimento é essencial para compreendermos os trabalhos ficcionais do movimento, pois segundo Waldson de Souza em sua dissertação *Afrofuturismo: o futuro ancestral na literatura brasileira contemporânea* (2019):

O protagonismo negro previsto para esse tipo de produção vai além das personagens representadas, também diz respeito a quem produz a obra. Em outras palavras, pessoas brancas não fazem afrofuturismo por mais que utilizem todos os outros elementos aqui mencionados. A centralidade negra é indispensável para além da obra já que o afrofuturismo enquanto conceito surge da necessidade de ouvirmos as histórias de pessoas negras sobre ficção especulativa, tecnologia e noções de futuro (SOUZA, 2019, p.34)

O conceito ainda com base no afrofuturismo norte-americano, ganhou destaque no Brasil, com a mostra *Afrofuturismo: cinema e música em uma diáspora intergaláctica* (2015), organizada por Kênia Freitas, pesquisadora, crítica e curadora em cinema brasileiro. Tal projeto,

recebeu apoio da Caixa Cultural e foi exibido na cidade de São Paulo, apresentando filmes e documentários, que abordaram a temática afrofuturista, juntamente com exibição de trabalhos literários e outros materiais, com objetivo de contar a história do movimento e apresentar produções que estética e conceitualmente, inspiram as propostas afrofuturistas.

Após a mostra, o movimento ganhou o campo da literatura, com o apoio de editoras que buscam produzir materiais afrocentrados com ênfase nas produções de ficção, os escritores negros que aparecem na lista dessa produção, são Fábio Kabral com *O Caçador Cibernético da Rua Treze* (2017), Ale Santos com *O Último Ancestral* (2021) e Lu Ain-Zaila com *Cidade de Deus Z* (2015). Esses autores utilizam em seus escritos, o resgate da cultura africana, introduzindo problemas e situações do cotidiano, elaboram críticas sociais e constroem um universo com aspectos de futuro.

Nesse viés, Fábio Kabral em sua obra literária, *O blogueiro bruxo das redes sobrenaturais*, publicada em 2021 pela Editora Malê, usa a estética afrofuturista na construção de sua obra, na qual apresenta a personagem principal Joselito Abimbola, como possuidor de superpoderes e que os utiliza, para manusear as redes sociais e realizar seu sonho de se tornar “blogueiro”. O autor emprega a ancestralidade em seus escritos, uma vez que a personagem principal, considerada filha do Orixá logun Edé, irá enfrentar desafios ao decorrer da narrativa.

A utilização da literatura afrofuturista no Ensino de História, está fortemente ancorada na problematização das discussões sobre identidade nacional no Brasil, que ainda estão ligadas ao mito de democracia racial e que fundamenta o racismo estrutural. Por muito tempo, as escolhas dos “heróis nacionais”, como principais figuras da narrativa histórica no País, deixou de lado a participação de outros grupos que não obedeciam a aquele reconhecidamente branco-europeu, resultando em um processo de escolarização das pessoas negras, marcadamente por narrativas de negação da sua identidade, cultura e história, contribuindo para manutenção de uma estrutura de dominação.

No entanto, com a conquista da Lei nº 10.639/2003, que definiu a obrigatoriedade do Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira abarcando “a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional” (BRASIL, 2003, p.1), resultando na exposição de visões de mundo diferentes daquelas provenientes da narrativa eurocêntrica. Assim, o uso da linguagem literária no ensino de história, tem se mostrado uma forte ferramenta na construção da consciência histórica, uma vez que possibilita captar e analisar os sentidos dos sujeitos.

Portanto, o diálogo com a produção afrofuturista, permite ainda, a entrada no imaginário e a apresentação de novas perspectivas de interpretação, de um passado negro que não se refere apenas à experiência da escravidão, mas sim, a representatividade que as personagens oferecem ao expor suas histórias e vivências, autoconhecimento, construção de uma identidade com ba-

ses culturais referenciadas e o sentimento de pertencimento. Sua hipótese central se baseia no entrelaçamento da ciência e da tecnologia no Afrofuturismo para valorizar a negritude.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa que trabalha a relação entre História e Literatura, exige uma análise das sensibilidades, para tanto, a autora Sandra Pesavento em seu texto *Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades* (2004), assevera.

Toda a experiência sensível do mundo, partilhada ou não, que exprima uma subjetividade ou uma sensibilidade partilhada, coletiva, deve se oferecer à leitura enquanto fonte, deve se objetivar em um registro que permita a apreensão dos seus significados. O historiador precisa, pois, encontrar a tradução das subjetividades e dos sentimentos em materialidades, objetividades palpáveis, que operam como a manifestação exterior de uma experiência íntima, individual ou coletiva. (PESAVENTO, 2004, p.5-6)

Tal compreensão é essencial para pensarmos nosso objeto de pesquisa, pois a personagem Joselito Abimbola, luta para realizar o sonho de ser blogueiro das redes sobrenaturais. Na obra, ser um blogueiro é equivalente a ser um guerreiro que luta com outros adversários, luta contra o cancelamento e protege o presente deixado pelos Orixás, praticando culto as redes sociais como símbolo de grandeza dos deuses de matriz africana, os guerreiros utilizam de armamentos descritos como flechas e canhões de *laser* coloridos no combate, honrando os guias espirituais que protegem cada personagem.

Segundo Circe Maria Bittencourt, no escrito *Literatura como documento interdisciplinar* (2008), pensar o Ensino de História, com o uso da literatura para contribuir no enriquecimento do discente e promover a transição interdisciplinar, pode ser tomado como corroboração para a construção de conhecimento durante a imersão no processo analítico do texto, a autora assevera.

Os textos literários tem assim como objetivo não apenas desenvolver o gosto pela leitura entre os alunos, mas também fornecer condições de análises mais profundas para o estabelecimento de relações entre conteúdo e forma. (BITTERN COURT, 2008, p.340)

O mecanismo também se aplica para a introdução do aluno no campo de pesquisa, pois o instiga a procurar mais informações sobre a obra e o autor, para Bitterncourt, “existe uma *relação dialógica* entre o autor e o leitor da obra, e essa relação possibilita sempre um encontro entre *lugares* e *épocas*”(BITTERN COURT, 2008, p.341) Nesta perspectiva, esses recursos possibilitarão expandir as sensibilidades e sentidos dos estudantes, que divagarão ao imaginar os cenários futuristas, repleto de riquezas em representatividade e tecnologia, que Fábio Kabral proporciona a todos os leitores com suas obras.

Metodologicamente, o professor que utiliza a literatura como abordagem de ensino interdisciplinar, precisa pautar-se na historicização, pois quando seleciona a obra literária e a aplica em sala de aula, deve considerar questões altamente pertinentes, para que as aulas se deem de forma construtiva e que não haja comprometimento do desenvolvimento do conteúdo estudado. Neste liame, tomaremos nosso fazer com a consciência histórica formulada por Rüsen (2010), que nos permite pensar em uma conduta para ensinar história, com base na realidade do estudante e no afastamento dos aspectos do ensino tradicional (RÜSEN, 2006, p.07).

Para tanto, estabelecemos três pontos que se mostram necessários na interdisciplinaridade entre a História e a Literatura, onde o principal deles será historicizar o objeto escolhido para a turma, com intenção de corroborar com o desenvolvimento individual e coletivo nas relações em sala de aula.

O primeiro elemento fundamental consiste em conhecer a turma, pensar que este conhecer, não cabe meramente ao saber dos nomes, mas sim, compreendê-los enquanto sujeitos e isso implicará em uma roda de conversa, com a intenção de ouvir suas visões de mundo, dificuldades e apresentar a ideia de ele é o sujeito dentro da própria História, dando abertura para refletir sobre identidades, diferenças, cidadanias, dentre outras questões que possam emergir. Resultante desse momento, aplicaremos um questionário, para planejarmos a abordagem de introdução da obra literária no ensino de história afro-brasileira. Em nossa perspectiva, a narrativa será melhor aproveitada nas turmas de Ensino Médio, uma vez que os escritos e tópicos de redes sociais, provocam interesses no público adolescente.

O segundo ponto, abrange a apresentação da obra de Kabral, *O blogueiro bruxo das redes sobrenaturais* (2021), com a compreensão de que a literatura ligada ao ensino, não é uma mera ilustração ou entretenimento, mas uma ferramenta para a compreensão de um período histórico, com o objetivo de alcançar ricos resultados no processo de aprendizagem. Neste momento, é de suma importância pensar a recepção da obra, para isso, nos apoiaremos no sociólogo e crítico literário Antônio Cândido, na obra *Literatura e Sociedade* (1985), que não deixa fora de sua análise os fatores socioculturais, pois a estrutura social age na posição social do artista ou no arranjo dos grupos. Segundo o Cândido:

A literatura é, pois, um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e os quais se juntam o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo. (CÂNDIDO, 1984, p.74)

Para o autor, a arte é social em dois sentidos, no primeiro depende das influências do meio, que agem na obra de diferentes formas e no segundo, resulta em um efeito prático nos indivíduos. Em nosso caso, esse efeito pode provocar nos estudantes, a modificação de sua conduta e concepção de mundo ou ainda, intensificar o sentimento dos valores sociais que estão inseridos.

O último ponto compõe-se ao processo de interpretação da obra, por meio dos alunos. Com base nas suas vivências sociais, cada interpretação será divergente e permitirá relatos distintos que resultarão em atividades únicas de assimilação do conteúdo. Frisaremos que ler, não é somente juntar as palavras com resultado em formar frases e sim, saber o significado do que está lendo em sua totalidade, com intuito de problematizar elementos da obra ao fazer relações com a realidade, abrindo caminho para tornarem sujeitos de pensamento crítico e produtores de saberes.

Por fim, os resultados esperados desta pesquisa, buscam desenvolver e testar práticas pedagógicas para o Ensino de História e cultura africana e afro-brasileira, utilizando a literatura afrofuturista que se fundamenta na luta contra o racismo e nos processos de descolonização. O estudo centra-se na redução da desigualdade social, resultando em uma abordagem que proporcionará novas perspectivas para a compreensão da cultura africana e o fortalecimento da identidade negra através do uso da literatura para o ensino de história com o finto de abordar questões raciais e também combater o racismo velado, estrutural e cotidiano dentro dos espaços escolar e na prática do ensino de História

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura de Fábio Kabral proporcionará, uma relação direta com a construção do conhecimento histórico, promovendo uma didática em que as turmas de Ensino Médio, possam debater os elementos da narrativa, constituir um aumento da carga cultural, uma vez, que o diálogo nos permitirá novos saberes em relação ao mesmo conteúdo. Deste modo, a partir da narrativa, a relação interdisciplinar entre História e Literatura, será possível um Ensino de História e Cultura Afro-brasileira a partir do Afrofuturismo, para a construção de indivíduos não racistas e protagonistas da sua própria vivência.

Neste sentido, a promoção de um Ensino de História Descolonial, se faz de suma importância na medida que, sua pedagogia aponta para a interculturalidade como um campo dialógico, que precisa ser emancipatório, para que na escola ou fora dela, se possa promover a educação para as relações étnico-raciais dentro de uma perspectiva antirracista, como base questionadora da narrativa eurocêntrica universalizante e ainda hegemônica.

A pesquisa em desenvolvimento, está centrado na redução da desigualdade social, onde visa criar novas perspectivas sobre a compreensão da cultura afro-brasileira e africana, analisar e problematizar o imaginário social dos estudantes, a partir da arte afrofuturista de Fábio Kabral, *O blogueiro bruxo das redes sobrenaturais* (2021) e desta forma, fortalecer a identidade negra a partir de um ensino de história, que parte da obra literária, para atingir questões sensíveis da sociedade.

REFERÊNCIAS

AIN-ZAILA, Lu. **Cidade de Deus Z**. Ed: Casa da Palavra, 2015.

ALVES, Wanderlan da Silva. SILVA, Felipe Pereira da. **Narrar o lugar de fala: o espaço ficcional e a problematização do negro em o caçador cibernético da rua 13, de Fábio Kabral**. Anais do I Seminário Nacional do Grupo de Estudos de Literatura e Crítica Contemporâneas. Campina Grande: Realize Editora, 2023.

BITTEENCOUT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. 2ª ed. Editora Cortez. Set. 2008.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

Disponível em: [Base Legislação da Presidência da República - Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003 \(presidencia.gov.br\)](https://www.presidencia.gov.br/leis/lei-10639-09-01-2003). Acesso em 02/11/2024

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

DERY, Mark. **Black to the future: interviews with**. Samuel R. Delany, Greg Tate and Tricia Rose in *Flame Wars: The Discourse of cyberculture*. Durham: Duke University Press, 1994.

ESHUN, Kodwo. **Further Considerations on Afrofuturism**. Revista *The New Centennial Review*, v.3, n.2, 2003.

FREITAS, Kênia. **Afrofuturismo: cinema e música em uma diáspora intergaláctica**. 1 Ed. São Paulo 2015.

KABRAL, Fábio. **O Blogueiro Bruxo das Redes Sobrenaturais**. 1ed. Editora Malê, 19 nov.2021.

KABRAL, Fábio. **O Caçador Cibernético da Rua 13**. Editora Malê, 17 jul. 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro, ed. Cobogó, 2019. p. 228-229

NELSON, Alondra. **Introduction: future texts**. *Social Text* 71, v. 20, n. 2, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Sensibilidades no tempo, tempo de sensibilidades**. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos: I Journée d’Histoire des sensibilités*, EHESS, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & literatura: uma velha-nova história**. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. 2006.

QUELUZ, Gilson Leandro; TSZESNIOSKI, Roberta Reis Bahia. **A Emancipação do Sujeito a Partir da Ressignificação da Figura do Ciborgue na Literatura Afrofuturista**. Revista *Ilha do Desterro*, Florianópolis, v. 76, nº 2, p. 075-096, mai/ago 2023.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. 1ª reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2010.

RÜSEN, Jörn. **Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão**. Tradução de Marcos Roberto Kusnick. *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, p. 07 – 16, jul.-dez. 2006.

SANTOS, Ale. **O último ancestral**. Ed: HarperCollins Brasil 2021.

O ENSINO DA IDADE MÉDIA POR MEIO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS: UMA ANÁLISE TRANSDISCIPLINAR DA HISTÓRIA

Lívia Maria Albuquerque Couto

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da UFPE/ Bolsista Capes

couto.livia@gmail.com

RESUMO

O ensino da Idade Média é uma parte essencial do currículo escolar, mas frequentemente é abordado de maneira tradicional, com o uso apenas dos livros didáticos. No entanto, o uso das tecnologias digitais tem revolucionado a educação, oferecendo maneiras mais dinâmicas e envolventes de ensino. Esses recursos são fundamentais para despertar o interesse dos estudantes e proporcionar uma aprendizagem mais significativa, especialmente porque o estudo do período medieval é muitas vezes visto como distante e irrelevante. Assim, nosso objetivo é demonstrar como esse tema pode ser apresentado de forma mais significativa e conectada. Além disso, propomos uma análise transdisciplinar no âmbito da educação básica sobre a utilização dessas tecnologias no ensino de História, investigando as oportunidades e os desafios que a revolução digital traz para a educação. Embora não exista uma fórmula exata para a transformação educacional, identificar estratégias eficazes pode facilitar o trabalho dos docentes, promovendo uma abordagem pedagógica mais eficaz que contribuirá para a formação de educandos preparados para os desafios e oportunidades de uma sociedade digitalizada, conforme incentivado pela BNCC.

Palavras-chave: Tecnologias Digitais, Ensino de História Medieval, Aprendizagem Significativa

INTRODUÇÃO

O ensino da História, especialmente o período medieval, sempre foi um desafio para educadores. A Idade Média, com suas complexas estruturas sociais, culturais e políticas, é frequentemente vista como distante e abstrata pelos estudantes, dificultando a conexão com suas realidades cotidianas. Tradicionalmente, esse conteúdo tem sido abordado por meio de livros didáticos, palestras expositivas e métodos convencionais, que, muitas vezes, falham em despertar o interesse dos discentes. Contudo, o crescente uso das tecnologias digitais na educação oferece novas perspectivas para transformar essa abordagem, permitindo que o ensino da História medieval se torne mais dinâmico, interativo e significativo.

Autores como Lucia Santaella (2007), Michael Wesch (2008) e Sara Dias-Trindade (2020), importantes estudiosos sobre o impacto das tecnologias digitais no ensino, argumentam que as novas ferramentas tecnológicas têm o poder de transformar as práticas pedagógicas, criando experiências de aprendizagem mais imersivas e envolventes. A realidade aumentada, os jogos educativos e as plataformas multimídia podem proporcionar aos estudantes uma visão mais rica e detalhada de um período histórico que, de outra forma, poderia ser percebido como distante e pouco relevante. Em consonância com essa ideia, George Siemens (2005), um dos pioneiros do conceito de aprendizagem conectivista, defende que as tecnologias digitais não apenas facilitam o acesso à informação, mas também promovem a construção de conhecimento de forma colaborativa, permitindo que os alunos se tornem agentes ativos de seu próprio aprendizado.

Conforme apontam Boa Sorte et al. (2020), a revolução impulsionada pelas tecnologias analógicas e digitais tem impactado profundamente não apenas os modos de aprender, mas também a forma como interagimos e compartilhamos conhecimento. Nesse contexto, as tecnologias digitais móveis se mostram cada vez mais presentes no cotidiano dos estudantes, evidenciando a importância de os educadores incorporarem essas novas experiências ao ambiente escolar. Logo, a educação precisa ser reformulada de forma que os alunos possam se apropriar dessas tecnologias não apenas como ferramentas de consumo, mas como instrumentos que potencializam seu pensamento crítico e criativo.

No ensino da História, especialmente ao abordar temas sobre a Idade Média, isso significa não apenas disponibilizar conteúdos digitais, mas promover experiências que conectem os estudantes com a História de maneira contextualizada e significativa. Segundo Santaella (2007), a tecnologia deve ser vista como um meio de fortalecer a autonomia do aluno, facilitando a aprendizagem colaborativa e a produção de conhecimento em um ambiente que reflita as complexas dinâmicas da sociedade contemporânea.

Apesar do potencial das tecnologias digitais, sua aplicação no ensino da História, especialmente no estudo da Idade Média, ainda é um campo em desenvolvimento. A utilização desses recursos digitais não se dá de forma uniforme em todas as escolas, e muitos professores enfrentam desafios como a falta de infraestrutura tecnológica, resistência ao uso de novas metodologias e a necessidade de adaptação dos conteúdos curriculares. De acordo com José Manuel Moran (2007), as tecnologias devem ser vistas como ferramentas que potencializam a aprendizagem, mas a sua implementação deve estar alinhada com uma pedagogia crítica e reflexiva, capaz de promover a participação ativa dos alunos e conectar o conhecimento histórico à sua realidade contemporânea.

Com base no que foi dito, este artigo tem como objetivo analisar como o ensino da Idade Média pode ser aprimorado por meio das tecnologias digitais, explorando suas potencialidades e desafios. Para isso, propomos uma abordagem transdisciplinar, que não apenas insere as tecnologias no ensino da História, mas também as integra com outras áreas do conhecimento,

como a Filosofia, a Literatura e as Artes etc. conforme enfatizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A análise transdisciplinar possibilita uma visão mais significativa e conectada do período medieval, permitindo que os discentes compreendam não apenas os fatos históricos, mas também as dinâmicas culturais, filosóficas e sociais que caracterizaram a época. Além disso, investigaremos as oportunidades e os desafios trazidos pela revolução digital para a educação, destacando práticas pedagógicas que podem contribuir para um ensino mais eficaz e conectado com as demandas de uma sociedade digitalizada.

REVOLUCIONANDO O ENSINO DA IDADE MÉDIA: A CONVERGÊNCIA ENTRE HISTÓRIA E TECNOLOGIA

O ensino da Idade Média sempre foi um desafio para os educadores, pois esse período histórico, com suas complexas estruturas sociais, culturais e políticas, frequentemente é visto pelos estudantes como distante e pouco relevante para suas vidas cotidianas. A tradicional utilização de livros didáticos e métodos expositivos, embora essenciais, não são suficientes para despertar o interesse deles de maneira profunda. Nesse cenário, a convergência entre a História e as tecnologias digitais surge como uma alternativa revolucionária, capaz de transformar o ensino da Idade Média, tornando-o mais dinâmico, interativo e conectado com a realidade digital dos alunos.

A tecnologia pode atuar como uma poderosa ferramenta para aproximar os estudantes do passado de uma maneira mais concreta e envolvente. Moran (2007), ao discutir uma reforma educacional no contexto digital, afirma que as ferramentas tecnológicas não devem ser vistas apenas como instrumentos auxiliares, mas como agentes de transformação do processo pedagógico. Para ele, as tecnologias têm o poder de tornar o aprendizado mais ativo e colaborativo, criando uma experiência de ensino mais contextualizada e menos abstrata. Michael Wesch (2008) compartilha essa perspectiva ao enfatizar que as tecnologias digitais podem mudar a forma como os discentes interagem com o conteúdo histórico. Em vez de apenas consumir informações, estes podem se tornar produtores ativos de conhecimento, utilizando ferramentas como vídeos interativos, simulações de batalhas medievais ou a reconstrução de cidades medievais em ambientes virtuais. Isso permite que os alunos vivenciem o passado de maneira mais imersiva e significativa, algo que os métodos tradicionais não conseguem proporcionar.

Além disso, a utilização das tecnologias digitais no ensino da História pode beneficiar-se da abordagem transdisciplinar, que integra a História com outras áreas do conhecimento. Moran (2007) ainda destaca que a inserção das tecnologias deve ser acompanhada de uma reflexão pedagógica que permita aos professores reconfigurarem suas práticas de ensino. A transdisciplinaridade, nesse caso, permite uma visão mais ampla e conectada do período medieval, enriquecendo a compreensão dos estudantes sobre os aspectos culturais, sociais e filosóficos da época.

No ensino da Idade Média, por exemplo, isso pode significar estudar a arte medieval enquanto se explora o contexto histórico que a produziu ou analisar textos literários medievais à luz das transformações políticas e religiosas daquele período. Isso amplia a perspectiva dos alunos, permitindo-lhes perceber as interconexões entre diferentes áreas do conhecimento e como elas se manifestam na História.

A proposta de uma educação crítica e libertadora, defendida por Paulo Freire (1996), também pode se aplicar ao uso das tecnologias digitais no ensino da História medieval. Freire enfatizou que a educação deve proporcionar ao aluno uma leitura crítica do mundo, e isso se torna ainda mais relevante quando consideramos o uso de ferramentas digitais no ensino. A tecnologia permite que os discentes tenham acesso a múltiplas fontes históricas, promovendo uma análise mais crítica e reflexiva sobre o passado. No contexto medieval, isso significa que eles não devem apenas aprender fatos históricos, mas também questionar e reinterpretar esses eventos a partir de diversas perspectivas, construindo uma visão mais rica e complexa da História.

A convergência entre História e tecnologias digitais, portanto, não se limita ao simples uso de recursos audiovisuais ou interativos. Ela envolve uma reconfiguração profunda das práticas pedagógicas, criando um ambiente de ensino mais colaborativo, dinâmico e alinhado com as exigências de uma sociedade globalizada e digitalizada. Assim, a transdisciplinaridade e a construção coletiva do conhecimento são fundamentais para transformar o ensino da Idade Média em uma experiência mais conectada, pertinente e envolvente para os alunos. Essa abordagem não apenas ressignifica o ensino desse período histórico, mas também prepara os estudantes para enfrentarem os desafios de um mundo cada vez mais interconectado, permitindo-lhes desenvolver competências digitais e críticas essenciais para sua formação e atuação na sociedade, conforme nos indica a BNCC (2017).

CAMINHOS PARA A INOVAÇÃO: METODOLOGIAS E ESTRATÉGIAS PARA INTEGRAR TECNOLOGIAS NO ENSINO DA HISTÓRIA MEDIEVAL

A inovação no ensino da História, especialmente quando se integra com as tecnologias digitais, não é apenas uma tendência, mas uma necessidade crescente em um mundo cada vez mais digitalizado. A introdução de novas metodologias e estratégias no processo de ensino-aprendizagem, aliada ao uso das tecnologias, pode transformar radicalmente a forma como os estudantes se relacionam com o conteúdo histórico, tornando-o mais acessível, dinâmico e relevante. No entanto, para que a integração seja eficaz, é essencial que as práticas pedagógicas sejam cuidadosamente pensadas e adaptadas, de modo que as tecnologias não sejam apenas recursos adicionais, mas ferramentas que potencializem o aprendizado e estimulem a reflexão crítica (Tamanini; Souza, 2019).

Uma das abordagens mais promissoras é o uso de metodologias ativas de ensino, que priorizam o protagonismo dos estudantes e estimulam sua participação ativa no processo de aprendizagem. Freire (1996) enfatizou a necessidade de transformar o ensino tradicional, frequentemente centrado no professor, em uma abordagem mais colaborativa e participativa, promovendo uma prática educativa que valorize o diálogo e a construção conjunta do conhecimento. Em um contexto digital, isso significa utilizar tecnologias que permitam aos discentes assumirem papéis mais ativos, como a criação de conteúdos, a resolução de problemas e a investigação de temas históricos a partir de múltiplas perspectivas. O uso de ferramentas como *blogs*, *wikis*, podcasts e redes sociais pode ser um exemplo eficaz dessa mudança, permitindo que esses desenvolvam competências de pesquisa, comunicação e colaboração enquanto exploram temas históricos.

Outra metodologia inovadora que vem ganhando destaque é a aprendizagem baseada em projetos (ABP), que é altamente compatível com o uso das tecnologias digitais. De acordo com William Bender (2015), a ABP permite que os alunos investiguem questões complexas e reais, conectando o conhecimento acadêmico à sua realidade. Ao aplicar essa metodologia ao ensino da História, os educandos podem desenvolver projetos que envolvem, por exemplo, a reconstrução de uma cidade medieval em um ambiente digital, a criação de documentários históricos utilizando ferramentas multimídia ou a análise de fontes primárias digitais, como cartas e crônicas da época. A ABP promove uma aprendizagem mais profunda e contextualizada, pois os alunos se envolvem com o conteúdo histórico de maneira prática e criativa, utilizando as tecnologias como ferramentas para produzir e compartilhar conhecimento.

Além disso, a utilização de jogos educativos e simulações históricas tem se mostrado uma estratégia eficaz para integrar as tecnologias no ensino da História. A gamificação tem se revelado uma ferramenta poderosa para engajar os discentes, tornando o aprendizado mais atrativo e desafiador. Marc Prensky (2001), um dos principais defensores do uso de jogos no contexto educacional, argumenta que os jogos têm o poder de envolver emocionalmente os educandos, criando uma experiência de aprendizagem mais imersiva e motivadora. No ensino da História medieval, por exemplo, jogos de simulação podem permitir que os alunos vivenciem decisões políticas e sociais da época, como a gestão de um feudo, por exemplo. Esses jogos não apenas ajudam a entender a História de forma mais lúdica, mas também estimulam habilidades como o pensamento crítico, a tomada de decisões e a resolução de problemas.

A realidade aumentada (RA) e a realidade virtual (RV) são outras tecnologias inovadoras que oferecem grandes potencialidades para o ensino da História. Helena Mendonça (2018) destaca que o uso dessas tecnologias pode proporcionar uma imersão mais profunda no conteúdo, permitindo que os discentes explorem cenários históricos de forma tridimensional. No caso da Idade Média, por exemplo, os alunos poderiam “caminhar” por uma cidade medieval recriada em realidade virtual ou explorar em RA uma batalha medieval, observando os detalhes dos equipamentos, a disposição das tropas e os cenários de guerra. Essas experiências imersivas não

só tornam o ensino mais atrativo, mas também proporcionam uma compreensão mais detalhada e vivencial dos eventos históricos, estimulando a curiosidade e o aprendizado significativo.

Para que essas metodologias e estratégias sejam eficazes, é fundamental que o uso das tecnologias seja sempre acompanhado de uma reflexão crítica sobre o conteúdo e a abordagem pedagógica. Kenski (2012), ao discutir a integração das tecnologias na educação, argumenta que elas devem ser utilizadas como meios para incentivar a autonomia e a participação ativa dos estudantes, e não como instrumentos de controle ou passividade. Nesse sentido, ao incorporar as tecnologias no ensino de História, é fundamental que os educadores explorem seu potencial para promover uma aprendizagem mais reflexiva e crítica, superando a mera transmissão de informações. O uso de tecnologias digitais no ensino da História deve, portanto, ser sempre orientado por um projeto pedagógico que incentive o pensamento crítico e a análise profunda, ajudando os alunos a desenvolverem uma visão mais completa e contextualizada dos eventos históricos.

No entanto, a implementação dessas metodologias inovadoras não está isenta de desafios. A falta de infraestrutura tecnológica nas escolas, a resistência de alguns educadores a novas abordagens pedagógicas e a necessidade de formação continuada dos professores são obstáculos que precisam ser superados. Siemens (2005), ao discutir a aprendizagem conectivista, resalta que a mudança no processo educacional requer mais do que a simples introdução de novas ferramentas; é necessário que haja uma transformação cultural nas escolas, onde as tecnologias sejam vistas como elementos que favorecem uma aprendizagem colaborativa, aberta e contínua. Apesar das inúmeras vantagens proporcionadas pelas tecnologias digitais, sua aplicação no ensino de História medieval enfrenta desafios consideráveis. Por isso, é essencial que escolas, professores e gestores educacionais se dediquem a superar essas dificuldades, explorando ao máximo as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias para promover um ensino mais dinâmico e transformador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração das tecnologias digitais no ensino da História, e especificamente no estudo da Idade Média, apresenta um enorme potencial para transformar as práticas pedagógicas tradicionais, tornando-as mais dinâmicas, interativas e relevantes para os estudantes do século XXI. Ao proporcionar uma abordagem mais imersiva e colaborativa, as tecnologias oferecem aos educandos oportunidades únicas de explorar o passado de maneira profunda e envolvente, indo além da simples memorização de fatos e datas. A história medieval, muitas vezes vista como distante e pouco relevante para esses, ganha uma nova dimensão ao ser explorada por meio de simulações, recursos multimídia, jogos educativos e até mesmo ambientes virtuais que permitem a reconstrução de cenários históricos.

Essas estratégias promovem o desenvolvimento de habilidades fundamentais para a formação de cidadãos críticos e criativos, como pensamento analítico, resolução de problemas, colaboração e competências digitais (Brasil, 2017). Ao possibilitar que os estudantes “experimentem” o passado, as tecnologias digitais tornam a aprendizagem mais significativa e contextualizada, auxiliando na compreensão das complexas relações sociais, políticas e culturais que caracterizaram o período medieval.

No entanto, a implementação eficaz dessas tecnologias no ensino da História depende de uma série de fatores, incluindo a formação continuada dos educadores, a superação de barreiras infraestruturais nas escolas e a adaptação das práticas pedagógicas para incorporar as novas ferramentas de forma crítica e reflexiva. Conforme Freire (1996) destacou, a educação transformadora só se concretiza quando os professores estão devidamente capacitados e engajados em adotar abordagens pedagógicas inovadoras. Nesse contexto, as tecnologias devem ser vistas não como um objetivo final, mas como instrumentos para fomentar a aprendizagem crítica e colaborativa. Assim, a formação profissional dos docentes deve ser priorizada, garantindo que possam utilizar plenamente o potencial das ferramentas digitais de forma alinhada aos objetivos educacionais.

Além disso, o processo de transformação pedagógica deve ser guiado por uma visão conectivista da aprendizagem, onde os educandos não são apenas consumidores passivos de informações, mas protagonistas ativos da construção do conhecimento. Siemens (2005) nos lembra que, em um mundo digitalizado e interconectado, a aprendizagem deve ser entendida como um processo contínuo e colaborativo, onde as tecnologias desempenham um papel crucial na criação de redes de conhecimento. Ao adotar uma abordagem centrada no aluno e utilizar as tecnologias como mediadoras da aprendizagem, é possível não só melhorar o ensino da História medieval, mas também preparar os estudantes para os desafios e oportunidades de um futuro cada vez mais digital e globalizado.

Portanto, ao refletirmos sobre o uso das tecnologias digitais no ensino da História medieval, fica claro que sua integração não deve ser vista como uma simples adição de ferramentas, mas como uma verdadeira revolução na forma de ensinar e aprender. As tecnologias têm o poder de transformar a experiência educacional, tornando-a mais significativa, acessível e alinhada às necessidades da sociedade contemporânea. Ao utilizar essas ferramentas de forma crítica e criativa, os educadores podem contribuir para a formação de educandos mais preparados para interpretar o passado, compreender o presente e atuar de forma consciente e inovadora no futuro. Assim, o ensino da Idade Média, longe de ser um desafio insuperável, pode se tornar uma oportunidade única para enriquecer a educação e formar cidadãos críticos, criativos e aptos a lidar com as complexidades do mundo digital e globalizado em que vivemos.

REFERÊNCIAS

- BENDER, William N. **Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI**. Trad. Fernando de S. Rodrigues. Porto Alegre: Penso, 2014.
- BOA SORTE, Paulo; SANTOS, Jefferson do C. A.; SOARES, Leonardo R. Letramentos Digitais Na Formação Contínua De Professores. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 60, p. 270–281, 2020. DOI: 10.12957/teias.2020.45853. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/45853>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- DIAS-TRINDADE, S. Ecologias digitais de aprendizagem no desenvolvimento de cenários educativos sustentáveis. In D. Mill, B. Veloso, G. Santiago, & M. Santos (orgs.). **Escritos sobre educação e tecnologias: entre provocações, percepções e vivências**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- MENDONÇA, Helena A. Construção de jogos e uso de realidade aumentada em espaços de criação digital na educação básica. In: BACICH, L; MORAN, J. (orgs.). In: **Metodologias Ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 106-128.
- MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus, 2007.
- PRANSKY, Marc. **Digital game-based learning**. New York: McGraw-Hill, 2001.
- SANTAELLA, L. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.
- SIEMENS, George. Connectivism: A Learning Theory for the Digital Age. In: **Scientific Research: An Academic Publisher**, 2005. Disponível em: http://www.itdl.org/Journal/Jan_05/article01.htm. Acesso em 11 jul. 2023.
- TAMANINI, Paulo A.; SOUZA, Maria do S. O ensino de história na Era Digital: a inclusão como possibilidade real. O caso dos NTE e NTM em Mossoró-RN. **História & Ensino**, 25(2), 139–166. <https://doi.org/10.5433/2238-3018.2019v25n2p139>. Acesso em 16 nov. 2024.
- WESCH, Michael. From Knowledgeable to Knowledge-Able: Learning in New Media Environments. Edutopia. In: **University of Michigan Press: JSTOR**. 2008. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/j.ctv65swj3.18>. Acesso em 16 nov. 2024.

CONTAR HISTÓRIAS *ANTIGAS* PARA QUEM? USOS DO PASSADO E POSSIBILIDADES DIDÁTICAS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE NO CURSO DE HISTÓRIA DA UFRN (NATAL, 2023)

Manuela Aguiar Damião de Araújo
(Universidade Federal da Paraíba, aguiarmanuela4@gmail.com)

RESUMO

As experiências em sala de aula, no campo da história, são fundamentais para comentarmos e debatermos sobre as propostas metodológicas e desafios para a construção crítica tão necessária para os estudantes que entram no ambiente acadêmico. Partindo desse pressuposto, este trabalho tem como grande questão a prática da pesquisa no campo da licenciatura para o componente curricular intitulado *Prática como Componente Curricular II* que compõe a matriz do curso de história da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus Natal. O componente em questão tem trazido longos debates sobre a chegada dos estudantes do ensino médio à Universidade no sentido de percorrerem as propostas da escrita historiográfica assim como dialogarem com as múltiplas facetas da contemporaneidade que já trazem consigo como literatura, filmes, jogos digitais, redes sociais, etc. Assim, com o intuito de problematizarmos esse diálogo, oficinas foram realizadas para estudarmos a História Antiga diante desses desafios do presente e como resultado construímos um material didático para o ensino básico levando em consideração o que Pedro Paulo Funari (2004), Edward Said (1990), Leandro Hecko (2021), Bittencourt (1998) e outros, especificam sobre os caminhos da aprendizagem histórica.

Palavras-chave: Formação docente, Aprendizagem histórica, Prática como Componente Curricular, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR E A LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Começo esse artigo com uma indagação que percorre minha trajetória como formadora docente há 20 anos: O que se ensina na licenciatura de uma Universidade? Que tipo de docente estamos preocupados em formar para atuar no ensino básico? Quais histórias são abordadas num curso de licenciatura? A partir dessas três indagações elaborei o título de como meus estudantes poderiam contar histórias antigas no ensino básico, ou seja, como eu poderia contribuir para a formação docente diante de um componente curricular que se intitula *Prática como componente curricular II*?

O componente em questão tem como ementa o estudo dos conceitos, conteúdos e releituras da antiguidade em suas múltiplas facetas na contemporaneidade levando em consideração como essas releituras podem ser realizadas de forma prática em sala de aula enquanto etapa da formação docente. Por isso, ao longo da ementa são apresentadas algumas atividades que podem ser realizadas enquanto um produto como, por exemplo, peças teatrais, jogos de tabuleiros e digitais, sítios, *blogs*, livros didáticos de história, entre outros.

Este componente foi ofertado no ano de 2023, no segundo semestre, e teve como eixo norteador o estudo da história antiga, mais especificamente, a do oriente próximo e África. A escolha do oriente próximo se deu a partir de uma demanda dos próprios estudantes em questionamentos sobre a matriz curricular centrada em Europa. Desta forma, os planejamentos construídos para o semestre estiveram de acordo com o que Edward Said me instigou desde a graduação diante da análise de discurso orientalista: observar quais são as negociações com oriente que se autoriza declarações, opiniões e, principalmente, “um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (SAID, 1990, p. 15). Principalmente quando pensamos nessas negociações de construção moderna repercutindo nos livros didáticos.

Diante disso, os estudantes de dois turnos (manhã e noite) iniciaram o componente levantando questões sobre temas que não estudaram no ensino fundamental e no ensino médio sobre o oriente próximo e África. Diante de uma longa lista, elenco, aqui alguns temas: A música, a filosofia, a sexualidade, a criança, os hinos para as sacerdotisas, o Egito negro, enfim, todos vinculados ao espaço da Mesopotâmia, Assírios, Babilônicos, Egito, África.

Como Said já destacara, as negociações que foram feitas em uma rede de instituições determinaram não apenas aquelas opiniões ou declarações, mas um campo acadêmico que repercute até hoje sobre a forma unilateral de seleção de conteúdo. O que ele conceitua de orientalismo, nos trouxe perguntas e desafios de como realizar atividades didáticas que contassem outra história antiga para a formação docente assim como uma análise sobre o livro que faz parte dessa formação.

Os primeiros caminhos do planejamento para as unidades seguiram as proposições de como ler o oriente próximo tanto nos livros didáticos que os estudantes foram formados no ensino básico como propor a elaboração de um capítulo de livro diante dos temas que elencaram em sala de aula. Partindo desse pressuposto, Pedro Paulo Funari (2004) juntamente com Fattori (2020), Pozzer (2018), Oliveira (2017), entre outros, repercutiram num direcionamento teórico-metodológico levando em consideração o que a historiografia sobre o oriente próximo e África tem produzido recentemente vinculada à história cultural.

Como Funari contribuiu para esse planejamento inicial? O autor teve a preocupação em 2004 de apontar os temas que repercutiram no estudo da antiguidade assim como pesquisadores/as que passaram a elaborar hipóteses vinculadas, por exemplo, às relações de gênero.

As discussões sobre as relações de gênero, tema de primeira importância nas humanidades e também nos movimentos sociais contemporâneos, também se fizeram sentir nos estudos sobre a Antiguidade, e hoje constituem uma temática de particular interesse para os investigadores nacionais e estrangeiros. Em particular, destaca-se a experiência histórica feminina, obliteradas inúmeras vezes nas narrativas históricas. (FUNARI, 2021, p. 05)

Dialogando com essa sua citação, foi unânime em sala de aula o público feminino, em 2023, elencar essa falta e essa necessidade da experiência histórica feminina na sua trajetória no ensino básico. O que Funari começa a debater e a dar destaque, outras pesquisadoras como Antia Fattori (2020) e Katia Pozzer (2018) realizaram sobre as relações de gênero e foram fundamentais para “um exercício epistemológico direcionado ao estabelecimento de novos olhares sobre essas sociedades” (FATTORI, 2020, p. 107). Pozzer, por exemplo, também trouxe para o ambiente acadêmico outras fontes como a representação do feminino em placas de argila com decoração moldada em alto relevo. Apresentou a arte mesopotâmica e suas produções diante do corpo feminino e estabeleceu uma análise sobre o que era divindade feminina e sua repercussão na historiografia.

A partir daí muitos outros temas foram redescobertos diante das relações de gênero. Além deste, um dos temas que repercutiu nas conversas em sala de aula foi a representação africana nos conteúdos de história antiga, principalmente quando o Egito é apresentado nos livros didáticos. Nesse caminho, a pesquisa de Rosana Medeiros de Oliveira (2017), mesmo quando aborda a educação do campo, me trouxe o estudo fundamental sobre descolonização para o livro didático. Como a minha proposta caminhou para que os discentes tivessem como ponto de partida a representatividade do livro na sua educação, Rosana desafiou: “transformar a dita ausência de saber em presença, em conhecimento, é uma forma de resistência e re-existência epistêmica e cultural à colonialidade e aos seus modos de subalternização” (OLIVEIRA, 2017, p.15).

Diante do desafio e da proposta de revermos, em conjunto, o que os pesquisadores e pesquisadoras estavam colocando em questão, iniciamos o percurso ao longo de um semestre que teve como linha metodológica as leituras direcionadas, a procura de fontes históricas, elaboração da narrativa para o livro didático (levando em consideração o público escolhido) e a diagramação final para apresentação do tema escolhido.

AÇÕES PARA CONTAR *HISTÓRIAS ANTIGAS*: O ENSINO BÁSICO, O LIVRO DIDÁTICO E A FORMAÇÃO DOCENTE

Neste subtópico metodológico, apresento minha ação para planejamento da confecção de um capítulo de livro didático pelos discentes assim como a ação destes para sua elaboração prática. Primeiramente, o meu caminho metodológico para trazer novas discussões historiográficas, outras metodologias pedagógicas e atividade prática para o componente curricular,

foi perceber, inicialmente, que “no momento mesmo em que a escola foi ideada já se pensava também num livro específico para ela e um designativo para esse objeto” (MUNAKATA, 2016, p. 123). Partindo desse pressuposto, o livro didático foi colocado em questão em sala de aula diante de uma posição política bem definida dentro do ambiente escolar.

Para a formação docente, sempre dei destaque à importância de comentarmos e analisarmos o livro que faz parte desse cotidiano e que as críticas a ele são extremamente relevantes diante das reformas curriculares que foram iniciadas na redemocratização da sociedade brasileira. Assim, quando Circe Bittencourt (1998, p. 72) já destacara que o livro didático era “um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura”, levei proposituras que abordassem as relações de poderes que perpassavam a seleção de conteúdos históricos assim como de imagens e referências de leituras. A autora também destacou na sua obra como era fundamental os futuros profissionais de história identificar os estereótipos, os valores, os preceitos de uma sociedade branca e burguesa refletidas nesse material didático. Um caminho que foi realizado pelos discentes em cada proposta de releitura do livro.

Margarida Dias e Aryana Costa (2007, p. 152) quando elencaram os vários eventos e seminários promovidos no Brasil pós anos 80, me trouxeram uma abordagem para pensar a produção de um capítulo de livro didático com os discentes. Uma abordagem de considerar a “constituição e desenvolvimento da indústria do livro didático, da sua história como instrumento pedagógico, das relações com o Estado brasileiro, da sua utilização em sala de aula”. A partir destas leituras, o que foi lavado para a sala de aula foi a instrumentalização de conversas sobre os temas que essas três indicações me instigaram: a) a história da escola com seu livro; b) os preceitos da sociedade branca e burguesa; c) a relação do estado com a sala de aula.

Diante das três propostas de problematização, a identificação nos livros didáticos dos discentes foram visualizados e abordados nas mais variadas editoras, anos de publicação e distribuição. Menciono aqui que poucos livros fizeram menção àquela relação de temas que muitos discentes disseram não ter estudado na sua formação no ensino básico. Por isso, foi fundamental a conversa sobre como começarmos a estudar o material para a história antiga do oriente próximo e África.

As ações realizadas pelos discentes para a confecção de um capítulo de livro didático com tema sobre a antiguidade do oriente próximo e África foi realizar um diálogo com o que já tinham lido e pesquisarem fontes históricas a partir de seus temas. Levando em consideração as informações no livro que já tinham pesquisado, cada dupla se preparou para mostrarem o que seria relevante para ser ensinado e, principalmente, relevante para sua formação docente. Já que a pesquisa do tema e da fonte era direcionada para um público específico do ensino básico, essa ação também repercutiu em como a prática como componente curricular estava relacionada à licenciatura.

Leandro Hecko (2013) foi necessário nesse caminho para compreenderem os usos do passado juntamente com o que foi proposto para a compreensão de uma consciência histórica diante dos temas escolhidos para o estudo da história antiga. Ou seja, nas suas leituras sobre Jörn Rüsen, encontraram em Leandro Hecko a possibilidade de abordagem da teoria daquele para antiguidade. Desta forma, “a história antiga e os usos do passado se inserem utilizando o pensamento rüseano: aparecem como objeto de ciência e, também, fundam-se no cotidiano e vida prática das pessoas” (HECKO, 2013, p. 162).

Esse caminho foi de extrema valia tanto para a formação docente como para a confecção de um capítulo para o livro didático já que a pesquisa histórica (ciência especializada) está vinculada à interesses ou orientações existenciais (vida prática), ou seja, “conhecer o passado, apropriar-se dele, significá-lo e ressignificá-lo, estabelecendo usos para o mesmo, faz parte de nossa própria vida na modernidade” (Id. Ibid, p. 163).

O que Hecko problematizou foi fundamental para a narrativa dos temas escolhidos assim como a pesquisa da fonte, pois ele trouxe Rüsen para os discentes pensarem sobre a importância da narrativa de um passado escolhido diante de uma proposta de ação e autoconhecimento. Mais precisamente uma consciência histórica diante do oriente próximo e África que se irá estudar/divulgar. Assim, a formação histórica que perpassou esse debate esteve presente também com Maria Auxiliadora Schimdt (2014, p.32) quando afirmou: “o papel que tem a consciência histórica na vida de uma sociedade, aparece como uma contribuição cultural fundamentalmente específica que afeta e influi em quase todas as áreas das práxis da vida humana”. E os discentes de *prática como componente curricular II* começaram a mostrar essa contribuição cultural diante de suas seleções de conteúdo da história antiga.

A HISTÓRIA DO EGITO ANTIGO NO LIVRO DIDÁTICO: A CRIANÇA E VIVÊNCIAS COTIDIANAS NO EGITO ANTIGO

Seguindo a proposta teórica-metodológica apresentada anteriormente, o resultado aqui exposto faz parte da listagem dita anteriormente sobre os temas que os discentes elencaram. Apresento, aqui a produção da dupla Ana Julia Lopes Vital e Ludmylla Hellen Arruda da Cunha com a confecção de um capítulo para livro didático a partir da fonte história divulgada por Eugen Strouhal (2007) para estudar as crianças e sua representação nas relações com os adultos no Egito Antigo. Na fonte, é representado adultos e crianças trabalhando e a proposta surgiu de perguntas que a dupla começou a realizar sobre quais representações das crianças na antiguidade para que ambas pudessem falar sobre o Egito antigo para as crianças do ensino fundamental. Desta forma, elaboraram a proposta de narrar esse tema diante da fonte abaixo:

Figura 01: Adultos e crianças trabalhando



Fonte: STROUHAL, Eugen. A vida no Antigo Egito. Barcelona: Folio, 2007.

A partir dessa fonte as discentes elaboraram um caminho para a confecção do capítulo para o livro didático intitulado: *Vivências cotidianas no Egito antigo: explorando a vida dos jovens entre 10 e 15 anos*. No subtópico que analisa a fonte, as discentes intitularam: *Trabalhos e deveres: participação em ofícios familiares*. Neste subtópico, construíram a seguinte diagramação:

Figura 01: Capa do livro didático



Fonte: Livro didático pelas discentes

Figura 02: Trabalhos/deveres no Egito antigo

Havia também uma possibilidade de mulher que educava as crianças não ser sua mãe biológica, levando em consideração que muitas mulheres morriam no parto no Egito Antigo. Desse modo, a mulher poderia ser uma segunda esposa do pai, outra pessoa da família ou o próprio pai.

Para os meninos que não seguem a profissão do pai, eles eram enviados para uma escola que podia ser perto do templo para aprender um novo ofício, relacionado à leitura, à escrita e à manipulação dos números. Algumas meninas aprendiam a ler e a escrever, mas, não existem registros de mulheres escritas, apenas algumas cartas que as meninas enviavam.

2. Trabalhos e deveres

Participação em ofícios familiares

Algumas crianças acompanhavam o trabalho dos pais, e os auxiliavam em suas tarefas. A produção da cerâmica era uma atividade que exigia um grande esforço. Logo ao amanhecer, adultos que se dedicavam ao trabalho de ceramistas e crianças se dirigiam às margens dos canais de irrigação para recolher a argila necessária para confecção de vasos e recipientes de uso doméstico e funerário.



Fonte: Livro didático pelas discentes

De acordo com os objetivos e problematizações lançadas pelas discentes, a fonte teve uma relação importante para o produto final, pois identificavam as crianças tanto da antiguidade como as do sexto ano do ensino básico que elas gostariam de alcançar com sua aula. Na justifi-

cativa construída pela dupla, afirmaram que ler sobre o Egito antigo no livro didático apenas a partir da história política, deixava muitos desses estudantes alheios a este mundo antigo. Nesse sentido, construíram um diálogo inicial com alguns livros didáticos a fim de demonstrarem como um tema vinculado a esse público poderia ser viável para relacionarem conceitos e alguns eventos já estudados.

Assim, diante do produto apresentado com a respectiva fonte, identificar os sujeitos que participaram de um cotidiano foi fundamental para que as futuras docentes observassem de que forma poderiam elaborar aulas para o sexto ano tanto com o livro didático selecionado para sua escola como com o material que confeccionaram. O que mais as instigaram na produção da narrativa histórica sobre a criança no Egito antigo foi o que Nilton Mullet e Fernando Seffner destacou: “trata-se de levar as novas gerações a conhecerem suas próprias determinações, a construir relações de pertencimento a um grupo, a uma história coletiva e a lutas coletivas” (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p. 119).

Por isso que a proposta do componente esteve atrelada a colocar em foco essa nova geração que tem tido perguntas, questionamentos e, principalmente, propostas de como estudar, como pesquisar e reconstruir um tema para a sala de aula. Na reconstrução de Ana Julia Lopes Vital e Ludmylla Hellen Arruda da Cunha, ambas promoveram um debate sobre como o livro didático proposto pelo componente poderiam levá-las a redescobrir o cotidiano e sujeitos silenciados. Sabendo que “o livro didático é a transcrição do que era ensinada, ou que deveria ser ensinado, em cada momento da história da escolarização” (MUNAKATA, 2016, p. 123), o momento que elas construíram no seu livro foi a partir do seu momento de escolarização.

O que Nilton Mullet e Fernando Seffner comentaram anteriormente sobre construir relações de pertencimento, observei em cada tema proposto para confecção de um capítulo para o livro. Em cada tema colocado em questão o que estava em pauta era a falta de identificação de muitos deles com os temas estudados no ensino básico e, conseqüentemente, com seus livros didáticos. Assim, foi interessante debatermos o que Erinaldo Cavalcanti já havia ressaltado quando problematizou os escritores dos livros didáticos de história, ou seja, esses autores não estão sozinhos. E para que se transforme em um livro didático são vários caminhos percorridos para a construção desse material.

Nesse processo, inúmeros profissionais atuam na construção desse material. Profissionais ligados à pesquisa iconográfica, revisores, diagramadores e editores. Todos eles, de diferentes maneiras desempenham a função de autor, entre as distintas etapas constitutivas de um mesmo livro. Por isso, um livro didático é, antes de tudo, filho de muitos pais e muitas mães, haja vista necessitar do suporte material – ou digital – para ganhar existência, e, não raro, não é o profissional que escreve o texto o responsável pela elaboração material do livro. (CAVALCANTI, 2016, p. 269)

Nessa perspectiva, o que o componente curricular ofertado no segundo semestre de 2023 propôs foi que os discentes observassem e fossem capazes de realizar um diálogo com o livro que lhe formou historicamente, ou seja, analisar a editora, os autores, os revisores, enfim, quem faz parte daquela materialidade. Diante dessa prática, a proposta didática foi torná-los parte das ferramentas e dos instrumentos que possibilitaram a circulação de livros em grande quantidade. Ao serem autoras que foram pesquisar fontes para seu tema, as discentes realizaram os primeiros caminhos que o componente colocou em foco: serem parte da construção do saber no ensino básico.

A partir do momento que se tornaram autoras, elas realizaram um pequeno passo diante da grandiosidade das relações de poderes que existem e são exibidos na produção do livro didático. E foi o que Roger Chartier (2005) já ressaltou sobre o estudo da materialidade do livro e suas distribuições. Nesse sentido, o primeiro passo para a formação docente com a ação teórica-metodológica das discentes foi realizado. E a partir do que elas propuseram e apresentaram, a sala de aula percebeu que a busca de fontes, a partir de hipóteses, é possível quando estamos diante de pesquisadores e pesquisadoras lançando outros olhares para as vivências cotidianas.

A produção historiográfica sobre essas vivências vem crescendo cada vez mais com pesquisadoras sendo financiadas para o estudo de África, de Egito e do Oriente antigo. Deixo aqui, finalizando esse artigo, uma dessas pesquisadoras: Jessica Alexandra Monteiro Santos. Com sua dissertação sobre *A proteção mágica da “primeira infância” no Egito Antigo*, Ana Julia e Ludmylla puderam perceber o que está sendo produzido sobre os temas diante das crianças, família, maternidade, parto no Egito antigo. Segundo Jessica Santos são discussões urgentes para a história antiga a fim de que outras fontes possam ser debatidas e divulgadas. Ao abordar a proteção mágica ela nos ofereceu uma visão sobre como buscar essas fontes, como analisá-las e, principalmente, como levar o tema para um debate historiográfico tão necessário para a formação docente.

Nos primeiros passos que realizamos em sala de aula, outras histórias puderam ser construídas, problematizadas e, conseqüentemente, reescritas. A formação docente é sempre desafiadora exatamente por trazer outros temas, outras histórias, outras reescritas. Por causa disso, a sala de aula é o espaço dessas possibilidades. A sala de aula é o espaço de construção de novas pontes que interligam não apenas os discentes que chegam em novos componentes, mas, também, com seus desejos de histórias futuras. Por que não me conectar com aqueles desejos que vejo refletido em cada olhar que me observa? Porque não dar a mão para ultrapassar com eles as novas pontes que podem ser construídas? A prática como componente curricular na Universidade Federal do Rio Grande do Norte me proporcionou isso. E sou grata Ana Julia Lopes Vital e Ludmylla Hellen Arruda da Cunha por levarem toda a sala de aula para seus desejos históricos.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. Livro didático entre textos e imagens. In: _____. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In: _____. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2005.

CAVALCANTI, Erinaldo. História, livro didático e formação docente: produção, limites e possibilidades. In: **Revista História Hoje** v. 5, nº 9, p. 262-284 – 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v5i9.219> Acesso em 12 nov. 2022

COSTA, Aryana Lima; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. O ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá. In: **Sæculum - Revista de História**, n. 16, p. 147-160, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11378> . Acesso em 17 nov. 2024.

FATTORI, Anita. Atuação de mulheres assírias nas redes de comércio inter-regional do II milênio AEC: possibilidades de abordagens de gênero nos estudos da antiga mesopotâmia. In: **Mare Nostrum: Ensaios sobre o Mediterrâneo Antigo**. São Paulo, v. 11, nº 1, p. 105-130, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/marenostrum/article/view/165813>. Acesso em 10 fev. 2023

FUNARI, Pedro Paulo A.; GARRAFFONI, Renata Senna. História Antiga na Sala de Aula. Campinas: IFCH/UNICAMP, julho de 2004 (Textos Didáticos n. 51).

GONÇALVES, M. T. Ana; SILVA, V. Gilvan. O ensino de História Antiga nos livros didáticos brasileiros: balanço e perspectivas. In: CHEVITARESE, L. André; CORNELLI, Gabriele; SILVA, O. A. Maria (Org). **A Tradição Clássica e o Brasil**. Brasília: Fortium, 2008.

HECKO, Leandro. História antiga e usos do passado em perspectiva: entre o conhecimento formal e a vida prática. In: **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia** v. 4, n.2, p. 160-167, 2013. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/2154 Acesso em 10 fev. 2023

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. In: **História da Educação**. Porto Alegre v. 20 n. 50, p. 119-138, 2016 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/624037> . Acesso em 12 nov. 2022

OLIVEIRA, Rosana Medeiros. Descolonizar os livros didáticos: raça, gênero e colonialidade nos livros de educação do campo. In: **Revista Brasileira de Educação** v. 22 n. 68, p. 11-33, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017226802>. Acesso em 12 nov. 2022

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. In: O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. In: **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.113-128, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7961> . Acesso em 12 nov. 2022

POZZER, Katia Maria Paim. Arte, Sexo e Religião: a deus Istar na Mesopotâmia. In: **Das Questões: Filosofia, Tradução, Arte**. [S. l.], v. 5, n. 5, p. 01-17, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/18537> . Acesso em 10 mar. 2023.

SANTOS, Jessica Alexandra Monteiro. A protecção mágica da «Primeira Infância» no Egito Antigo. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/17690> . Acesso em 12 nov. 2022

SCHIMDT, Maria Auxiliadora. Cultura histórica e aprendizagem histórica. In: Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 6, n. 10, p. 31-50, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/article/view/5398>. Acesso em 10 mar. 2023.

STROUHAL, Eugen. **A vida no Antigo Egito** (Tradução de Iara Freiberg, Francisco Manhães, Marcelo Neves). Barcelona: Folio, 2007.

TESSITURAS DA PESQUISA CIENTÍFICA NO OFÍCIO DO HISTORIADOR

Olávia Fernandes¹

Dayane Nascimento Sobreira²

RESUMO

Este trabalho é resultado das discussões realizadas no estágio docência do mestrado em História (PPGH) pela Universidade Federal de Campina Grande³. Essa observação e regência ocorreu no período de julho de 2024 a outubro de 2024, com aulas ofertadas na graduação de História, no componente curricular Seminário de Pesquisa em História. Defronte à experiência, observou-se que a metodologia de ensino utilizada no plano de curso da professora titular da disciplina ocasionou inquietação sobre como elaborar projetos de pesquisa. A metodologia consistia em uma dinâmica entre discussão teórica sobre formular hipótese para o trabalho final de curso e debates de projetos de mestrandas/os. Desta forma, esse trabalho objetiva refletir sobre a importância do uso de metodologias alternativas para o ensino e pesquisa em História. Para coleta e avaliação dos dados foram utilizadas a metodologia qualitativa e a observação participante, no campo da discussão teórica nos baseamos em Roger Chartier (1998), que discute sobre História Intelectual e História das Mentalidades, fazendo uma reavaliação sobre como fazer pesquisa científica das subjetividades relacionando com outras ciências, e Aguirre Rojas (2007), que traz a pauta sobre a formação do historiador crítico para a compreensão e análise do sociocultural, com aparato de outros saberes.

Palavras-chave: docência; fontes; pesquisa em História.

INTRODUÇÃO

O ensino em História tem sido representado no ambiente educacional como possibilidade de investigação do passado. Essa é a ideia que vem à mente dos estudantes que chegam no Ensino Superior, na licenciatura em História. Isso pode ocorrer porque no Ensino Médio as/os professoras/os trabalham com livros que fazem uma releitura dos fatos já mostrados no Ensino Fundamental. Embora os livros didáticos atualmente tragam uma porcentagem de indicação

1 Mestranda em História pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. Bolsista CAPES. E-mail olavia.fernandes@gmail.com.

2 Co-orientadora. Pós-Doutoranda no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail dayanesobreira26@gmail.com.

3 Este trabalho é resultado da docência realizada no mestrado de História no componente curricular Seminário Pesquisa em História, cuja professora titular foi Michelly Pereira de Sousa Cordão, doutora em Ciências Sociais, orientadora da autora deste trabalho.

de novas leituras, abordagens e produções cinematográficas, o tempo estimado para a aula de História não comporta todo material de estudo extracurricular.

Dessa forma, se trabalham as temáticas básicas voltadas para a História Geral, limitando o tempo de abordagem para temáticas socioculturais do meio em que se vive. São as temáticas que envolvem a federação de origem dos alunos que vão dar suporte para ideias de pesquisas científicas, no desenvolvimento da hipótese para seu projeto de pesquisa. Daí a importância de conhecer a história da ancestralidade, a política, a econômica, entre outros temas que estejam relacionados à história do lugar em que se vive. Esse conhecimento sobre o lugar em que o indivíduo está inserido aponta para diversas pesquisas científicas, dentre elas a pesquisa macro, a pesquisa micro, a pesquisa regional e a pesquisa local.

São essas pesquisas que estão relacionadas com a vivência do pesquisador que delimitam ou caracterizam o seu lugar de fala. O lugar de fala é importante não somente pelo conhecimento dos fatos, mas também, pelo lançamento de um novo olhar crítico sobre o que já foi escrito de forma “positivista”. Assim, a releitura realizada pelo pesquisador, que está inserido no meio social da temática, produzirá um conhecimento com relevância social e com teor de representatividade histórica. O aumento de produção de pesquisas científicas em torno do lugar de fala possibilitará ao historiador um desempenho do seu ofício com propriedade.

Esta dificuldade de assimilação do objeto de estudo está no passado ou no presente? Foi a dúvida inicial dos discentes de História para a construção do projeto de pesquisa. A outra dúvida estava relacionada às fontes e ao método. Por exemplo, se o objeto de pesquisa está no passado, como coletar dados? Se este objeto está no presente já existem fontes, mas, será que isso possibilita um olhar para a História? Questionamentos que o historiador, em seu ofício, se envolve na prática de pesquisa de campo ou de revisão bibliográfica; desta forma era necessário tão somente relacionar as dúvidas com cada objeto de pesquisa definido pelos discentes de História.

Esse trabalho objetiva refletir sobre a importância do uso de metodologias alternativas para o ensino de História. Para coleta e avaliação dos dados, utilizamos metodologia qualitativa e observação participante; no campo da discussão teórica fizemos um diálogo com Roger Chartier (1998), que discute sobre História Intelectual e História das Mentalidades, fazendo uma reavaliação sobre como fazer pesquisa científica das subjetividades relacionando com outras ciências., e Aguirre Rojas (2007), que traz a pauta sobre a formação do historiador crítico para compreensão e análise do sociocultural, com aparato de outros saberes.

A COMPLEXIDADE DA PESQUISA CIENTÍFICA: UMA REFLEXÃO SOBRE O OFÍCIO DO HISTORIADOR

A pesquisa histórica pode desenvolver o objeto de estudo na área social ou na área cultural, como também a pesquisa pode ser sociocultural. O necessário a se fazer na pesquisa é conhecer o objeto e, a partir deste objeto, esmiuçá-lo para que assim se consiga definir se essa se configura uma pesquisa intelectual ou popular. Saber se o objeto de pesquisa é intelectual ou popular é questionar o que é evidente, o que está visivelmente exposto para entender a problemática que envolve a hipótese da pesquisa. Ou seja, teríamos que distinguir as matérias das ideias para saber se o objeto é cultural ou social.

Para além dos métodos de análise ou das definições disciplinares, o cerne fundamental dos debates dos nossos dias diz respeito às delimitações essenciais, que até agora eram admitidas por todos. Estas distinções primordiais expressas na maioria das vezes através de pares de oposições (erudito/popular, criação/consumo, realidade/ficção, etc.) (Chartier, 1998, p. 54).

O intelectual e o cultural para a pesquisa histórica tomaram caminhos similares, e se tornava necessária uma investigação detalhada para que esse objeto das mentalidades fosse definido com respaldo metodológico. A História precisaria de um método que entendesse o objeto das mentalidades de forma não positivista, que não estivesse alinhado às ciências naturais. O estudo mais próximo para esse objeto das mentalidades era a análise feita pelo cientista social. Essa abordagem consistia em uma consciência coletiva com mecanismos de controle normativo. Assim, separar e entender o que é uma produção intelectual e o que faz parte do imaginário do sujeito ficou esclarecido para apontamentos de hipótese.

Chartier (1998) orienta sobre um falso problema de pesquisa que pode ser identificado “[...] nas práticas, nas representações ou nas produções, se cruzam e se imbricam diferentes formas culturais” (Chartier, 1998). Dentro desta explicação, percebemos que a esparrela de encontrar este objeto de pesquisa está entre não saber discernir o imaginário do objeto intelectual e da cultura. Por isso, o autor cita como exemplos de imaginário o folclore e o cordel profissional, esse se encaixa em uma pesquisa intelectual. Para ser mais precisa, a representação do folclore vai ocorrer na sociedade de forma fantasiosa.

O cordel poderá ter a representação trabalhada na pesquisa de forma popular ou de forma erudita. De forma popular, quando as produções são ligadas à cultura da região, trazendo as características de acesso ao povo de acordo com a cultura da época, como os cordéis (poemas) pendurados em cordões. Quanto à abordagem do cordel erudito, ela é possível quando a produção desses cordéis for de textos redigidos por profissionais, textos letrados. São estas inquietações acerca do objeto de pesquisa que tem que ser amplamente discutidas para se chegar ao elemento que dará suporte à pesquisa histórica.

Essa preocupação não existe apenas sobre o objeto de pesquisa: há também uma apreensão sobre a formação do historiador na área de pesquisa. Essa preocupação está ligada ao desenvolvimento do trabalho crítico e científico. Isso pode ocorrer por causa da exigência de se escrever de forma acessível para melhor atender a uma alta demanda das/es leitoras/os. A linguagem acessível pode ser aplicada, porém, o que acontece quando há facilidade nas publicações de escritas são o pouco tempo da pesquisa, a falta de conceito e método utilizado para a coleta de dados necessária para finalizar uma pesquisa científica com responsabilidade intelectual. A pesquisa precisa ter um respaldo dos pares para que seja cumprido o ofício do historiador e, ao mesmo tempo, para que seja acessível à compreensão dos leitores.

Nosso direcionamento na discussão nesse trabalho é singular quanto à prática do ofício do historiador. O que queremos não é transformar em simples ideias que são complexas, isto seria uma desvalorização das teorias e das pesquisas científicas. Pretendemos, sim, analisar ideias rotineiras e já superadas sobre a definição do que deveria ser a História e como trabalhar os elementos históricos no seu espaço temporal sem o perigo do anacronismo. A metodologia é mantida e reproduzida desde a Educação Básica, e quando chega na academia, na graduação e na pós-graduação, é reconhecida pela maioria, contribuindo, assim, na construção de uma noção empobrecida do que se constitui como pesquisa histórica (Aguirre Rojas, 2007).

Essa crítica sobre a História, de Aguirre Rojas (2007), acontece porque o autor afirma que na História deve estar contido o “passado”, assim como o “presente”, para evitar historiografia “artificial”. Esta produção historiográfica contendo passado com ligação para o presente, ou vice-versa, responde a fatos correlacionados com a problemática social estudada, seja ela com rupturas ou continuidades. Quando o historiador se limita a escrever somente história sobre o passado, a pesquisa torna-se artificial e fica propensa ao pesquisador influenciar o objeto ou se deixar influenciar sobre ele, comprometendo a seriedade da pesquisa científica. Reforçamos o compromisso do historiador com o seu tempo.

Aguirre Rojas (2007) também tece sua crítica em torno de se fazer história geral de algo. Ou seja, quando o historiador abraça a história de um continente ou de um país, esse tipo de pesquisa tende a deixar lacunas de estudos. Essas lacunas de estudos que ficam esquecidas são grupos que historicamente foram marginalizados pela estrutura da sociedade. Assim, o autor alerta sobre objeto de estudo que se encaixa no macro, para esta pesquisa fluir teria que possuir elementos na conjectura social, delimitando, assim, o problema. Se esta pesquisa macro decorrer sobre a história incontestável, o objeto fica impossibilitado de ser visto de outros ângulos.

O autor aponta histórias voltadas para o micro porque poderão ser percebidas por povos e culturas locais, regionais e nacionais, ofertando um leque de pesquisa com diferentes direcionamentos. Essas instruções são para a prática do ofício do historiador, segundo o autor, para um historiador crítico, criativo e que esteja compromissado com a pesquisa científica, não aquele historiador que está engessado com as tradições da academia de endereçar o passado à História, limitando a temporalidade a ser explorada dentro de suas análises. Assim, a seleção da hipótese

terá que dialogar com o historiador, e esse diálogo só será possível se o pesquisador tiver um senso crítico aguçado.

Nessa criatividade para pesquisar História, precisamos das fontes para dar andamento à escrita do projeto de pesquisa. Essa ideia surge a partir de que os documentos podem fazer afirmações ou comprovações. Nessas fontes são descritos o período, códigos de ética e moral, política, e outras formas de organizações de sociedade (Albuquerque Júnior, 2013). Contudo, essa observação é para fontes advindas de arquivo (documentos). Com isso as fontes até podem falar, mas uma linguagem, a época do objeto de pesquisa e essa interpretação quem discernirá será o historiador, que a organizará de acordo com o contexto que deva ser trabalhado.

É necessário cuidado quanto ao uso das fontes: documentos ou arquivos, isso porque quando se está ingressando na pesquisa científica devemos saber que existem documentos raros que necessitamos manusear sem danificar. Mas, o que queremos destacar é que esses arquivos e documentos também servem como História Oral. Vale salientar que a História Oral não é somente uma metodologia com entrevista gravada, ela está contida nos arquivos e documentos, que são tratados como memória, e o seu formato vai aparecer organizado como entrevista, diálogo, correspondências trocadas com pessoas do mesmo convívio e partilhando dos mesmos interesses em comum.

A prática da metodologia com base na memória foi o que ajudou os discentes a definirem as temáticas dos projetos de pesquisa no componente curricular Seminário de Pesquisa em História.

ESTRUTURA ACADÊMICA E PRÁTICA DOCENTE: A PESQUISA CIENTÍFICA ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

O contato inicial direto com os discentes da graduação de História, enquanto mestranda em História, ocorreu no sentido de consolidar os trâmites da documentação necessária para a aceitação do estágio obrigatório da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Neste período pude perceber a dimensão do local no qual ocorriam as aulas nas segundas e quartas-feiras. O prédio é recém-construído, possui três andares, cada qual com uma escadaria que dá acesso aos andares seguintes; ele possui um amplo espaço de acolhimento; defronte à entrada do edifício há bancos de alvenaria para os estudantes se acomodarem.

Na entrada ficam dois vigilantes e nas mediações do prédio ficam dois funcionários da higienização. As salas de aula ficam de um lado e do outro do corredor, alinhadas de frente para a varanda, com vista para o *campus* universitário. As salas de aulas possuem janelas com divisórias de vidro transparente, dois aparelhos de ar-condicionado, quadro branco com três divisórias de uso, as carteiras, a mesa da/o professora/o e um *data show*. Cada andar possui

sanitários destinados ao público masculino e feminino; os banheiros possuem portas de madeira na entrada, também vasos sanitários, além de pias para lavagem das mãos.

O estágio docência foi dividido em três momentos: observações nas aulas ministradas pela professora titular, prática de aula expositiva pela mestrandia em História com o tema indicado pela professora, e acompanhamento de estudo dirigido para a elaboração de projetos de pesquisa dos discentes. A observação e a prática da docência ocorreu de julho a outubro de 2024. Assim, a aula ministrada com o tema sugerido pela professora titular da turma foi: *Como fazer uma tese*, do filósofo Umberto Eco. Para essa aula foi sugerida leitura prévia do texto pelos alunos/as. Depois da aula expositiva foi pedido, como exercício de fixação, o fichamento do texto, e os discentes teriam que enviar para o e-mail da mestrandia docente. Os alunos se demonstraram responsivos para com o cumprimento do que foi pedido e para com o prazo solicitado.

O ambiente educacional acadêmico se apresenta de forma ampla. A pluralidade vivenciada é percebida pela diversidade cultural de cada estudante, o que favorece a diversidade cultural é o fato dos alunos pertencerem a regiões diferentes da Paraíba.

Nesta realidade, as aulas ministradas têm como foco o aprendizado recíproco através das relações humanas. Assim, ensinar tornou-se uma troca de saberes ao instruir na produção do projeto de pesquisa de cada aluno/a, mas com ressignificação intelectual através do método de pesquisa apresentado por cada discente. Existe ainda o processo motivacional de fazer com que o estudante reflita sobre o meio social em que vive (Freire, 1997).

Esta capacidade de reflexão e aprendizado não está atrelada somente à sala de aula. O aprendizado recíproco pode ocorrer porque o/a aluno/a, quando chega na escola, traz uma bagagem cultural de conhecimento, cultura essa que vem endereçada pela família, religião ou lugar de origem. Assim, a proposta de aprendizado humanizado que foi ofertada começa respeitando o lugar de fala de cada indivíduo, e intervir dando dicas através da assimilação que geralmente é diferente de uma aluna/o para o outra/o, dessa forma, um aprende com o outro e assim sucessivamente. No contexto em que estamos, percebemos que a cultura de casa dificilmente está sendo trabalhada na escola. Assim, a cultura escolar é que frequenta a residência das pessoas, mostrando um legado de conhecimento científico. O ideal é que haja um equilíbrio entre a cultura do sujeito e a objetividade da educação formal.

Essa interação entre a cultura e o social foi motivada entre os discentes na sala de aula ministrada pela professora titular Michelly Pereira de Sousa Cordão. Esse incentivo servia para instigar a capacidade de aprendizado e as dúvidas que poderiam ir surgindo. Assim, os textos que seriam trabalhados eram postados no grupo de *WhatsApp* que tinha o nome do componente “Seminário de Pesquisa em História”, estes textos ficavam em uma pasta no drive do e-mail institucional da professora titular. Os textos em PDF facilitavam o acesso das/os alunas/os porque ficava a critério dos discentes efetuar a leitura de forma impressa ou em PDF. Salientando

que a leitura em PDF tem maior mobilidade de acompanhamento – a leitura pode ser feita pelo celular, computador, *tablet* e *notebook*.

A leitura dos textos pelos discentes era percebida através da discussão realizada em sala de aula. A professora titular realizava a aula expositiva e fazia apontamentos ligando o texto sugerido à temática da pesquisa de cada aluna/o. O empenho da/os aluna/os se dá em compreender os conceitos que os autores trabalhados em sala de aula mostravam para elas/es: o mundo de possibilidades de diferentes pesquisas. Pesquisas que poderiam ser de compilação ou de campo, e eles compreenderam que ambas as pesquisas tinham um investimento para realização no âmbito científica e esse investimento tinha que conciliar tempo e financiamento. Dentro do tempo, estariam as leituras e a escrita, no financiamento estaria a compra de livros, caderno para anotações, canetas, passagem de transporte, compra de lanches e água e outros.

Estes questionamentos sobre a construção do projeto, o que poderíamos fazer para coletar dados e o investimento da pesquisa científica foi discutido durante o texto que a professora titular incumbiu à mestranda para provocar os discentes da graduação de História. O texto referido foi *O Que é uma tese e para que serve*, texto do filósofo italiano Umberto Eco (2008). Esse conteúdo incitou os estudantes a pensarem na hipótese de seus projetos de forma que o objeto de pesquisa tivesse alguma ligação com o pesquisador. Neste artigo, Umberto Eco discute não somente os parâmetros de um projeto de pesquisa, como também faz ligação da própria pesquisa dele com a realidade da educação italiana. Desta forma, a técnica apresentada por Eco (2008) ajudou as/os alunas/os a delimitarem o tema em História e a escolherem o método de acordo com a necessidade da pesquisa de cada um.

Mesmo que a escrita do filósofo Eco não defina um método para pesquisa, ela provocou os discentes a pensarem em um trajeto que os levasse à tessitura do projeto de pesquisa, e que essa construção do projeto tivesse a hipótese de construção do objeto ou a desconstrução dele. O termo tessitura foi empregado nesse trabalho pelo fato de que, para se fazer pesquisa precisamos de ser multidisciplinares, haja vista que o objetivo do trabalho do historiador é também manter o diálogo com as outras vertentes com a finalidade de contribuir com a pesquisa de forma teórica e prática. Neste patamar de discussões foi mencionado que as pesquisas interdisciplinares também são de proficiência quando a discussão do objeto precisa de apoio sistematizado quanto a duas ou mais disciplinas com diversas ramificações de conhecimento.

Esse processo de aprendizado para os discentes, de fazer pesquisa científica, era algo que tinha que unir a parte teórica e a prática. Uma vez trabalhados autores que problematisassem como escolher o tema, teríamos que diferenciar o lugar do autor e o lugar do objeto de pesquisa. Era necessário o aluno entender que era possível que a temática proposta poderia estar ligada de forma intrínseca com a realidade do pesquisador, que não necessariamente a hipótese deveria ter relação com objeto de pesquisa que estivesse contido na Pré-História, Idade Média e/ou outros espaços temporais além do tempo do historiador; que poderia ser uma problemática atual, desde que essa problemática apresentasse fontes que evidenciassem a pesquisa.

Nesse sentido, decidimos, junto com a professora titular, que na segunda unidade seria viável convidar alunos do mestrado para apresentarem seus projetos de pesquisa, enfatizando a problemática, a metodologia e o referencial teórico dos seus trabalhos. A ideia foi aceita com êxito, tanto pelos discentes de graduação como pelos mestrandos em História. Dessa forma, foram disponibilizados os projetos de pesquisa desses para os discentes realizarem uma leitura prévia às apresentações. Essa leitura prévia era necessária para a compreensão da elaboração do projeto de pesquisa e a erradicação de dúvidas.

Assim, tivemos a colaboração de um mestrando por aula. A primeira a apresentar foi a mestranda “A”, esta estava em fase de conclusão do mestrado em História. O objeto de pesquisa da mestranda “A” era na área Educação. Ela tinha elaborado um jogo para ser utilizado em sala de aula cuja descrição era de cartas ilustradas com personagens históricos e denominações de hierarquias políticas. Esse jogo tinha a função de promover a concentração das/os alunas/os na aula de História no Ensino Médio.

O segundo mestrando, denominado de “D”, apresentou sua temática sobre como personagens negros anarquistas eram representados no jornal *A voz do trabalhador*. Uma temática de questão racial, analisando como o negro estava situado no contexto político e social, como era apresentado e aceito nesse contexto, no qual a raça tinha peso de negação individual e coletiva. Assim, não somente sua temática racial foi de suma importância para o entendimento da abordagem, como também a fonte utilizada pelo mestrando “D”. A fonte de pesquisa era o jornal de época, o qual era uma evidência que denotava acontecimentos no passado, e por isso era rico em detalhes de fatos da época.

O terceiro mestrando foi “I”, que falou sobre movimentos negro e suas narrativas de disputa, e sua projeção política. Essa também é uma pesquisa sobre a temática racial, porém, o que tem como ponto diferente é a sinalização das fontes para a construção do trabalho. Estas temáticas com o objeto de pesquisa situado no passado transmitem segurança na pesquisa através da fonte oral memória, encontrada em jornais e documentos digitalizados, como também denotam o lugar de fala do pesquisador pela sua ancestralidade, possibilitando uma pesquisa original realizada com propriedade.

Para tanto, deveríamos apontar que não era suficiente a produção textual desempenhar uma estética organizada e desenvolvida, com suporte teórico, autores e conceitos que dessem fundamentação à problemática apontada. Fazer essa diferenciação dos conceitos trabalhados à hipótese apontada pela/o pesquisadora/o é o que de fato fará com que o texto escrito tenha relevância social, contribuindo assim para uma contestação, sustentabilidade ou mudança sócio-histórica. As leituras históricas podem ser feitas do passado para o presente e vice-versa, o que vai fazer a diferença nessas pesquisas para a/o historiadora/o é o lugar de onde parte a problemática (Fischer, 2005).

Ao analisar essa possibilidade de as problemáticas possuírem essa flexibilidade de passado-presente, as/os alunas/os lançaram olhares sobre suas vivências e perceberam que elas/es são sujeitas históricas e que poderiam levantar hipóteses relacionadas ao seu lugar social e espaço temporal. Dessa forma, os elementos propostos pelos discentes foram: música, sexualidade, saúde, política, redes sociais, ensino, escravidão, racismo, movimento e outros. Eles perceberam que a partir do elemento de pesquisa é que se atribuíam o conceito, e que ao mesmo objeto de pesquisa poderia ser atribuído vários conceitos, dependendo do direcionamento da pesquisa e do olhar do historiador.

A partir do direcionamento da pesquisa, compreendemos que o conceito aplicado serve como aporte teórico, ou seja, não é recomendável preencher a pesquisa com diversas teorias, achando que isso vai enriquecer sua pesquisa ou colocar conceitos só porque falam do mesmo elemento. Esse tipo de escrita poderia até ser útil se a pesquisa fosse de compilação, mas como a escolha dos temas dos discentes foi relacionada à historicidade do lugar em que vivem, alguns lugares objetivados (origem) e outros subjetivos (identidade), essas teriam que ser produções historiográficas instigadoras (Fischer, 2005).

Para fechar o aprendizado de elaboração dos projetos pelos discentes, foram realizadas apresentações dos projetos de pesquisa dos orientandos e mestrandos para a professora titular, para maior esclarecimento. Esses definiram seus objetos de pesquisa, a metodologia, autores e conceitos abordados. Essa abordagem de apresentação de projetos de graduandos e mestrandos orientados pela professora titular do componente propôs o entendimento de que a temática pesquisada na graduação de História poderia ser ampliada no mestrado e, posteriormente, no doutorado, como é o caso da mestranda docente “O”, que segue pesquisando gênero e identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática da docência do mestrado na graduação de História nos proporcionou a aproximação com os alunos/as, com isso pudemos interagir, conversar e manter um diálogo de sociabilidade e confiança. Podemos perceber que o ambiente acadêmico não é somente a estrutura física da Universidade, que o cotidiano do profissional não se resume ao quadro, pincel e lista de chamada, que são materiais de representação do ofício do professor-historiador; e que, sobretudo as técnicas e teorias precisam estar intrínsecas para que a/o discente possa se sentir acolhida/o. Assim, se não forem compreendidas as tipologias do diferente na sala de aula, elas não serão percebidas nem, conseqüentemente, trabalhadas (Veiga Neto, 2001).

Desta forma, a relação professor-aluno tornou-se uma ferramenta importante para o processo de erradicação dos mecanismos de falta de participação e acompanhamento do aprendizado do componente Seminário de Pesquisa em História pelas/os discentes.

Precisávamos de um estudo dirigido que pudesse ser trabalhado em sala de aula, e que este estudo continuasse com essas/es alunas/os em casa com a ajuda dos familiares no acompanhamento das tarefas acadêmicas. A presença da família é indispensável na educação institucional porque a atuação dessa transmite confiança para seguir adiante com os estudos. Essa ajuda da família não envolve apenas o entendimento da teoria, mas também a compreensão de estudo de caso, a forma de ver o objeto e a aproximação do sujeito com a dinâmica do campo de estudo, dependendo do local da pesquisa. Para tanto, os familiares podem contribuir na construção do objeto dessa pesquisa com a prática metodológica de uso da memória, História de Vida e História Oral sobre o objeto de pesquisa.

Essa ajuda da família na pesquisa histórica é possível porque os conceitos aplicados às temáticas propostas pelos discentes estão contidos nas instituições sociais como: família, escola, trabalho, política e outras. Olhando por essa perspectiva, fica perceptível se os elementos históricos são funcionais ou construtivos.

Percebemos também que as temáticas dos discentes de História estavam correlacionadas; por exemplo, a temática sobre política trazia ligação com movimento e sexualidade, uma vez que tratava de mulheres lésbicas no período de Ditadura no Brasil. O elemento racismo estava/ está correlacionado com a escravatura e a música. E ficava viável aplicar a metodologia de História Oral/Vida, uma vez que, nesse caso em específico, o pesquisador teria avós que viveram a Ditadura e até mesmo eram descendentes de povos escravizados.

Assim, tentamos elaborar um modelo de ensino em que os discentes pudessem conciliar a teoria trabalhada em sala de aula com o meio em que vivem. E isso foi possível através de um olhar antropológico, que permitiu trazer para sala de aula o sociocultural dos discentes, além de fazer construções a partir de recortes que distinguissem o objeto dentro da temporalidade, sem cometer anacronia. Essa promoção prática do espaço homologado pela apropriação da família do sujeito contribuiu com o crescimento intelectual do indivíduo. Isto fez com que o/a aluno/a fosse reconhecido intelectualmente, evitando, assim, o aumento de “[...] repetência, e a exclusão na e da escola, as dificuldades cognitivas, [...] disciplinamento, as relações de gênero [...]” (Tosta, 2011, p. 247).

REFERÊNCIAS

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antônio. **Antimanual do mau historiador**. Tradução: Jurandir Malerba. Londrina: EDUEL, 2007.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Raros e rotos, restos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. *In: ArtCultura*, Uberlândia, v. 15, n. 26, p. 7-28, 2013.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Memória e Sociedade. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Lisboa: Difel, 1998.

ECO, Umberto. Que é uma tese e para que serve. A escolha do tema. In: ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 1-34.

FISHER, Rosa Maria Bueno. Escrita acadêmica: arte de assinar o que se lê. In: Costa, Marisa Vorraber; Bujes, Maria Isabel Edelweiss (Orgs.) **Caminhos Investigativos III**: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 117-140.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

TOSTA, Sandra Pereira. Antropologia e educação: Interfaces em construção e as culturas na escola. In: **Rvistainter-legere**. Natal, PPGCS/CCHLA-UFRN, n 9, p. 234-252, 2011.

VEIGA NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: Larrosa, J.; Skliar, C. (org.) **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2001. p. 105-118.

VIVENDO NA TERRA DOS ENCANTADOS: EXPLORANDO O UNIVERSO MITOLÓGICO AFROINDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Rosiane Ferreira da Silva

ETE de Arte, Tecnologia e Economia Criativa Poeta Juca Pontes

rosianesilva280@gmail.com

RESUMO

Pretende-se apresentar nesse artigo um trabalho realizado na Escola Técnica Estadual de Arte, Tecnologia e Economia Criativa Poeta Juca Pontes que ocorreu no 1º semestre do ano de 2024. Nesse período, foi criada uma disciplina eletiva vinculada ao conteúdo de História Popular, o qual é tratado dentro da disciplina de História. A eletiva intitulou-se de “Folclore-se: Fulozinhas, Botijas e Lendas Indígenas” e teve como foco conhecer, discutir e aprender sobre as entidades afro-indígenas que fazem parte do imaginário popular das regiões Norte e Nordeste. A partir da série brasileira Cidade Invisível, produzida pela Netflix e que foi assistida pela turma, os/as estudantes construíram a caracterização, idealização e produção de figurinos de 10 entidades afro-indígenas e produziram ensaios fotográficos. As entidades escolhidas foram Saci, Iara, Cuca, Maria Caninana, Cobra Norato, Matinta Perê, Cumade Fulozinha, Boto, Lobisomem e Zaori. As fotos resultantes dos ensaios foram dispostas em uma exposição fotográfica na escola para que toda a comunidade escolar apreciasse o trabalho produzido.

Palavras-chave: História Popular, Entidades, Afro-indígena.

INTRODUÇÃO

As histórias que fazem parte do imaginário popular possuem raízes desde antes da chegada dos portugueses ao Brasil. Mesmo com a mistura das narrativas entre europeus, africanos e indígenas, as lendas e mitologias ainda tem uma aproximação muito forte com a identidade afro-indígena e com os nossos parentes mais próximos, como avôs e avós, bisavós, pais, mães e outros familiares que guardam essas histórias populares até nós.

Outra questão é que aparentemente os adolescentes em idade escolar hoje em dia sabem muito menos das histórias populares do que os adolescentes de minha época. Nesse sentido, para resgatar o imaginário popular e fortalecer a memória local, bem como a história, foi estruturada uma disciplina eletiva sobre as entidades afro-indígenas na Escola Técnica de Arte, Tecnologia e Economia Criativa Poeta Juca Pontes no 1º semestre de 2024. A partir daqui comentarei sobre algumas práticas realizadas na eletiva.

A CRIAÇÃO DA DISCIPLINA ELETIVA FOLCLORE-SE

No início do ano de 2024, a Escola de Arte, assim como todas as escolas integrais no estado da Paraíba realizam o feirão das eletivas, evento esse que tem como objetivo exibir aos estudantes as disciplinas eletivas/optativas que querem fazer durante o primeiro semestre do ano. Nessa ocasião, eu ofereci a disciplina chamada “Folclore-se: Fulozinhas, Butijas e Lendas Indígenas”. A turma que foi montada tinha em média 25 estudantes. O objetivo maior da disciplina foi popularizar o conhecimento acerca das mitologias afro-indígenas das regiões Norte e Nordeste através do estudo da história das entidades.

Inicialmente, os/as estudantes assistiram a série Cidade Invisível, uma série brasileira disponível na Netflix, que narra histórias, relações e contextos que envolvem algumas entidades pertencentes à mitologia afro-indígena. A partir dela, a turma começou a discutir sobre a idealização e caracterização de figurinos que personificassem algumas entidades que foram escolhidas pela turma.

A escolha para se trabalhar com a elaboração de figurinos partiu da atenção de trabalhar a interdisciplinaridade entre a História e os cursos técnicos da ETE de Arte. A escola possui cinco cursos técnicos: Artesanato, Teatro, Informática, Produção Audiovisual e Design Gráfico. Desse modo, a eletiva tinha como propósito captar estudantes dos cursos de Teatro, Audiovisual e Teatro, pois são cursos que trabalham com elaboração e produção de figurinos.

Dessa maneira, separamos funções para cada estudante, com alguns assumindo a idealização e pesquisa histórica da entidade, outros trabalhando no desenho da idealização, alguns ficaram responsáveis pela maquiagem, seleção dos produtos e roupas, sapatos. Os/As estudantes do curso de audiovisual ficaram responsáveis pela fotografia das pessoas modelo.

A turma fez a seleção das entidades que foram idealizadas e produzidas, as quais foram: Saci, Cuca, Zaori, Matinta Pere, Iara, Cumade Fulozinha, Boto Cor de Rosa, Lobisomen, Maria Caninana e Cobra Norato. A única entidade que não pertence à região Norte/Nordeste é o Zaori, o qual pertence à região Sudeste. Os/As estudantes optaram por incluir essa entidade entre as escolhidas.

A CUMADE FULOZINHA

Imagem 1 – Estudante Letícia do curso de Design Gráfico

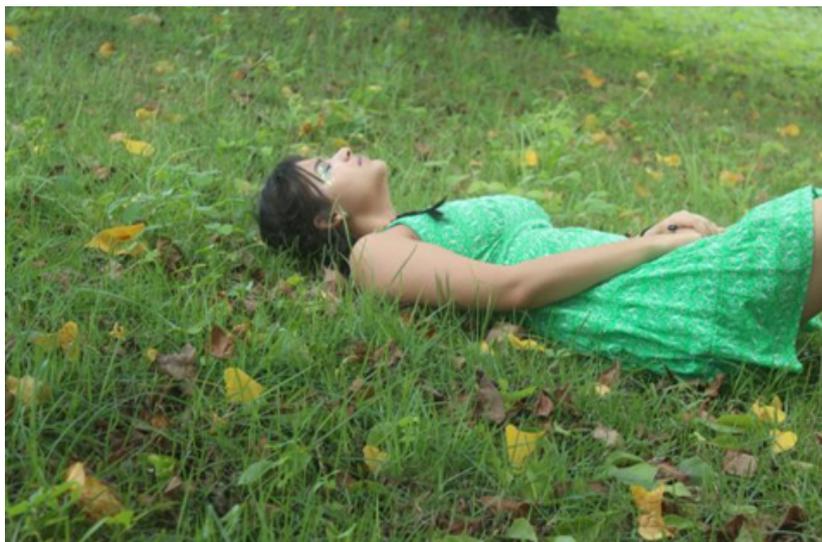


Foto: 2º ano de Produção Audiovisual, 2024.

Imagem 2- Estudante Cecília do curso de Teatro

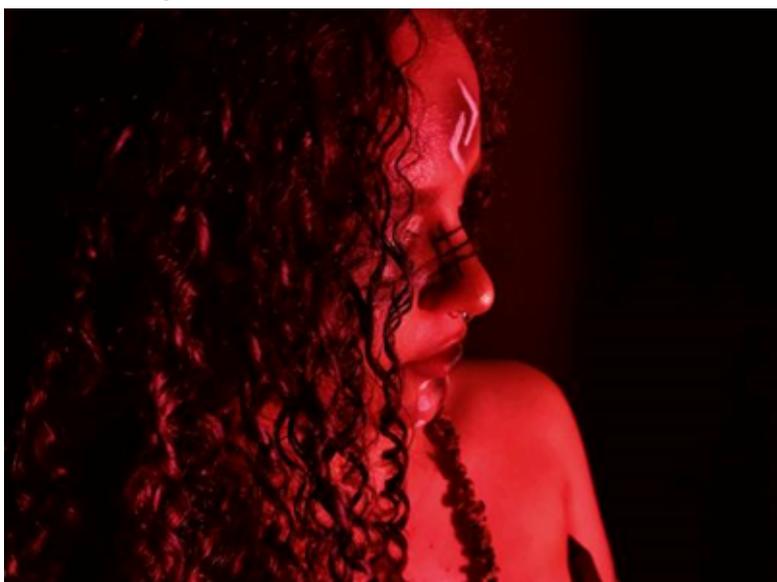


Foto: 2º ano de Produção Audiovisual, 2024.

Nas imagens acima, temos duas estudantes trazendo representações diferentes de uma das entidades mais conhecidas da região da Paraíba, que é a Cumade Fulozinha, entidade de origem potiguara. Na primeira imagem, podemos observar a estudante Letícia representando uma Cumade Fulozinha mais tranquila, com predominância da cor verde fazendo uma relação com a mata. Em muitos relatos sobre ela, diz-se que ela é a protetora da mata e costuma agredir pessoas que façam mal às florestas. Já na segunda imagem, temos a estudante Cecília trazendo uma representação mais misteriosa da entidade, com o uso de pintura corporal e uso de acessórios feitos de pedras naturais.

O ZAORI

Imagem 3 – Estudante Luiz Eduardo do curso de Produção Audiovisual



Foto: 2º ano de Produção Audiovisual, 2024.

Acima temos uma imagem do estudante Luiz representando o Zaori, única entidade escolhida pelos/as estudantes que pertence à região sudeste. Conta-se que o Zaori era uma entidade que surgiu no período da mineração de ouro no Sudeste. Essa entidade possuía o dom de enxergar ouro em qualquer lugar, inclusive se ele estivesse escondido. Na série *Cidade Invisível*, ele é retratado como um senhor e que no momento em que ele enxerga o ouro, seus olhos brilham na cor dourada. O estudante que retrata essa entidade explorou a cor dourada no rosto e mãos para fazer referência ao ouro.

A CUCA

Imagem 4 – Estudante Otavia do curso de Teatro



Foto: 2º ano de Produção Audiovisual, 2024.

A Cuca é uma entidade que possui diversas misturas culturais, tanto europeia, como indígena. Ela, que ficou muito conhecida pelo desenho do Sítio do Pica Pau Amarelo, é retratada por meio dele como um jacaré. Já na série Cidade Invisível, ela possui forma humana e forma animal, representada por uma borboleta. A estudante Otavia, quis trazer a predominância do verde, que faz à Cuca do desenho, como também trouxe o mistério que é uma marca da atriz que faz a Cuca na série.

A IARA

Imagem 5 – Estudante Eduarda do curso de Design Gráfico



Foto: 2º ano de Produção Audiovisual, 2024.

Imagem 6 – Estudante Liany do curso de Teatro

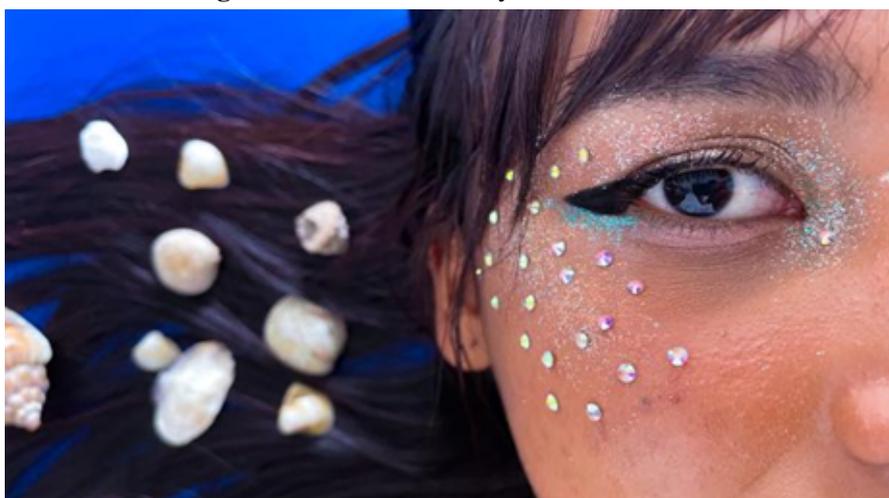


Foto: 2º ano de Produção Audiovisual, 2024.

A lenda da Iara é uma das mais conhecidas e faladas. Aqui, temos duas estudantes representando-a. A primeira imagem é da Eduarda, que está retratando uma Iara muito próxima da que é exibida na série *Cidade Invisível*, uma Iara mais citadina e urbana. Já na segunda imagem, temos a estudante Liany retratando a entidade com características mais místicas, explorando elementos que lembram o mar e as águas. A Iara possui contribuição europeia. A figura da sereia foi trazida para o Brasil e se mesclou com as narrativas nativas que contavam sobre uma mulher que também se transformava em peixe.

O COBRA NORATO

Imagem 7 – Estudante Vinicius do curso de Produção Audiovisual



Foto: 2º ano de Produção Audiovisual, 2024.

Nessa representação, temos o estudante Vinicius retratando uma entidade nortista que é irmão gêmeo da Maria Caninana. Os relatos contam que eles possuem forma humana e forma de serpente. Na série *Cidade Invisível*, os dois irmãos protegem um lugar sagrado chamado Marangatu. É um lugar rico em ouro, muito cobiçado por mineradores que lutam para encontrar o lugar e que também lutam para encontrar o Cobra Norato, que sabe da localização do Marangatu.

A MARIA CANINANA

Imagem 9 – Estudante Wanda do curso de Produção Audiovisual



Foto: 2º ano de Produção Audiovisual, 2024.

A Maria Caninana, irmã gêmea de Cobra Norato, é protetora do Marangatu e possui forma de serpente quando se transmuta. Na série Cidade Invisível, ela foi raptada quando criança por um grupo de mineradores que queriam encontrar os gêmeos que sabiam onde encontrar o Marangatu. Maria Caninana foi levada e foi educada a partir de uma cultura ocidentalizada, exploratória e chegou a contribuir na busca pelo irmão, que acaba sendo assassinado pelos mineradores. As pinturas corporais usadas pela estudante Wanda e Vinicius fazem referência à cultura potiguara, onde a tinta vermelha é produzida a partir do urucum e a cor preta é proveniente do jenipapo.

A MATINTA PERÊ

Imagem 8 – Estudante Maria Luiza do curso de Teatro



Foto: 2º ano de Produção Audiovisual, 2024.

Na imagem acima temos a estudante Maria Luiza retratando a Matinta Perê, uma entidade da região Norte. Maria Luiza explorou bastante o preto, o mistério e o ar sombrio que se relacionam com as características da Matinta Perê. Os relatos contam que ela possui forma de idosa, com cabelos grisalhos e roupas desgrenhadas. Ela também assume a forma de coruja. Nos contos, ela é uma senhora que consegue realizar qualquer pedido que alguém queira, mas a pessoa terá que dar em troca o que a Matinta quiser. Essa entidade possui uma semelhança com outro história que é famosa na região nordeste, a Rasga Mortalha. As pessoas mais idosas contam que a Rasga Mortalha é uma coruja e que quando ela passa emitindo o seu canto pela noite, significa que alguém irá falecer.

O BOTO COR DE ROSA

Imagem 10 – Estudante Thierry do curso de Produção Audiovisual



Foto: 2º ano de Produção Audiovisual, 2024.

O boto cor de rosa é um conto famoso na região norte, mas também no nordeste. Conta-se que em sua forma humana ele é um homem jovem que gosta de se divertir e é mulherengo. Na série Cidade Invisível, ele tem a prática de engravidar as moças com quem se relaciona e esses/as filhos/as são retratados como híbridos, metade humano e metade entidade. Em sua forma animal, ele é um boto, animal de água doce. O estudante Thierry destacou a cor rosa em seu olhar e os pingos em seu cabelo na foto dá a entender a presença da água, fazendo uma relação com o boto que é uma animal aquático.

O SACI

Imagem 11 – Estudante Ana Julia do curso de Design Gráfico



Foto: 2º ano de Produção Audiovisual, 2024.

O saci é uma das histórias mais famosas e mais conhecidas no Brasil. Sempre retratado como um menino brincalhão, que faz travessura e anda sempre com um tecido vermelho na cabeça que, se for retirado, ele conta a verdade. Existem muitas narrativas sobre ele se torna o saci. Na série Cidade Invisível, ele era uma pessoa escravizada no período do Brasil colonial e tenta fugir de seu senhor. Ele, com os pés acorrentados, não consegue correr. Então ele decide cortar a própria perna para poder fugir, mas ele desmaia. A partir disso, ele se transforma em uma entidade. Na imagem acima, temos a estudante Ana Julia trazendo a predominância da cor vermelha e destacando a perna com barbante. Ana Julia também foi caracterizada com pintura corporal na cor vermelha.

O MENINO LOBO/LOBISOMEM

Imagem 12 – Estudante Ítalo do curso de Design Gráfico



Foto: 2º ano de Produção Audiovisual, 2024.

A história do Lobisomen também é bastante famosa nas regiões norte e nordeste. Conta-se que quando chega a noite, ele se transforma em um lobo feroz. Outra narrativa conta que ele só se transforma em lobo quando é noite de lua cheia. Na série Cidade Invisível, ele é retratado através de um menino, o qual pertence a uma família de 7 filhos, 6 meninas e um menino. Conta-se que todo sétimo filho de uma família nasce como essa entidade, o Lobisomen. O estudante Ítalo quis explorar tons escuros, os quais a predominância é do vermelho e preto, que dão um ar de mistério.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgatar as histórias populares e ancestrais que pertencem ao nosso povo e constituem nossas identidades é fundamental para que os/as estudantes compreendam que essas histórias contadas de geração à geração também são histórias. Esse trabalho também contribui com a construção de um entendimento sobre o que é o mito na sala de aula. Geralmente os discentes consideram o mito como algo falso, uma inverdade que foi inventada. Mas o mito significa uma compreensão de mundo e de vida e é um elemento constituinte de identidades.

A predominância de uma narrativa histórica ocidentalizada nos livros de história reforça esse entendimento nos/as estudantes, pois a história que geralmente é contada e ensinada nas escolas revela muito fortemente o quanto a história escolar ainda é colonizadora, potencializan-

do uma narrativa que é contada a partir do ponto de vista dos vencedores, dos colonizadores, inferiorizando outras histórias que são ancestrais e que possuem significados e sentidos para povos que historicamente foram colonizados, dominados e inferiorizados.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca de. Apontamentos para um estudo de emergência do conceito de folclore no pensamento social brasileiro o caso de Sílvia Romero. *In: JÚNIOR, Antonio Gasparetto., BÔSCARO, Ana Paula Dutra. (org.). História: Espaço fecundo para diálogos 2*. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020. p. 321-328.
- DE OLIVEIRA SALES, Joémerson; PIO, Rosilene. NARRATIVAS AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENAS COMO RESISTÊNCIA NA SALA DE AULA. *Revista Saberes da Fapan*, v. 6, n. 1, p. 4-14, 2019.
- DELBEM, Daniele. FOLCLORE, IDENTIDADE E CULTURA. *UNAR, Araras (SP)*, v.1, n.1, p.19-25, 2007.
- ROCHA, Gilmar. Cultura popular: do folclore ao patrimônio. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 14, n. 1, p. 218–236, 2009
- SILVA, Adriele. Representação das lendas folclóricas pelos meios de comunicação de massa: uma análise sobre a série Cidade Invisível, da Netflix. *Revista Internacional de Folkcomunicação*, v. 19, n. 43, p. 351-356, 2021.
- ZANETTE, Edgard Vinicius Cacho; DOS SANTOS, Josué Carlos Souza; FERREIRA, Daniel Lopes Gameiro. Eles estão entre nós: Uma discussão sobre o folclore brasileiro a partir da série Cidade Invisível. *Ambiente: Gestão e Desenvolvimento*, v. 15, n. 2, p. 5-18, 2022.

O ENSINO REMOTO DURANTE À PANDEMIA DA COVID-19: OS DESAFIOS DO USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Tatiana de Sousa Lins¹
(FESC - linstatiana1@gmail.com)

RESUMO

A pandemia da Covid-19 provocou várias mudanças na sociedade. Com a necessidade do distanciamento social, as pessoas tiveram que reinventar as rotinas e readaptar o funcionamento das instituições da sociedade; no âmbito educacional não foi diferente. Diante desse cenário, o Ministério da Educação e Cultura optou pelo ensino remoto como estratégia para que a educação continuasse a funcionar. Essa determinação trouxe consigo uma necessidade de adaptação imediata no ambiente de trabalho dos professores, o que causou um grande impacto na rotina e na estrutura de trabalho dos docentes. Dessa forma, este artigo tem por objetivo analisar as consequências que a pandemia provocou na prática docente, desde as transformações na rotina das aulas, como também as mudanças que foram necessárias para se adaptar a essa nova realidade. Sendo assim, esta pesquisa se estrutura em três eixos discursivos: “**A pandemia da Covid-19 e os impactos na educação**”; “**Os desafios da prática docente durante a pandemia da Covid-19**”; e “**A importância das TIC’s e TDIC’s aplicadas à prática docente**”. Para tanto, a abordagem metodológica parte de uma perspectiva qualitativa e bibliográfica, tendo como aparato teórico Dullius (2012), IBGE (2020) e o Censo Escolar (2021).

Palavras-chave: Ensino remoto. Pandemia. TIC’s.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 provocou várias mudanças na sociedade. Com a necessidade do distanciamento social, as pessoas tiveram que reinventar as rotinas e readaptar o funcionamento das instituições da sociedade. Diante desse cenário, o sistema educacional também passou por adaptações na sua estrutura de ensino, dentre elas a mais significativa foi anunciada por meio da portaria nº 343 de 17 de março de 2020, na qual o MEC determinou “a substituição das aulas

¹ Pós-graduanda em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Católica da Paraíba. Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande, UFCG/CFP, *campus* Cajazeiras-PB.

presenciais por aulas em meios digitais” durante o período pandêmico. Essa estratégia visava ser uma solução para que a educação continuasse funcionando, assim várias outras estratégias foram colocadas em prática e os professores começaram a atuar por meio de “aulas remotas”.

O conceito do termo “aulas remotas” se expandiu abarcando várias metodologias dentro das possibilidades que os docentes e discentes tinham acesso, indo desde aulas por videochamada, vídeos gravados e compartilhados por WhatsApp, às atividades impressas entregues nas escolas e repassadas aos alunos que não dispunham de acesso à internet para participar das aulas. Esse contexto trouxe consigo muitos desafios para os docentes, principalmente, para aqueles mais acostumados com as estratégias de ensino tradicionais e distantes das inovações tecnológicas ligadas à prática docente.

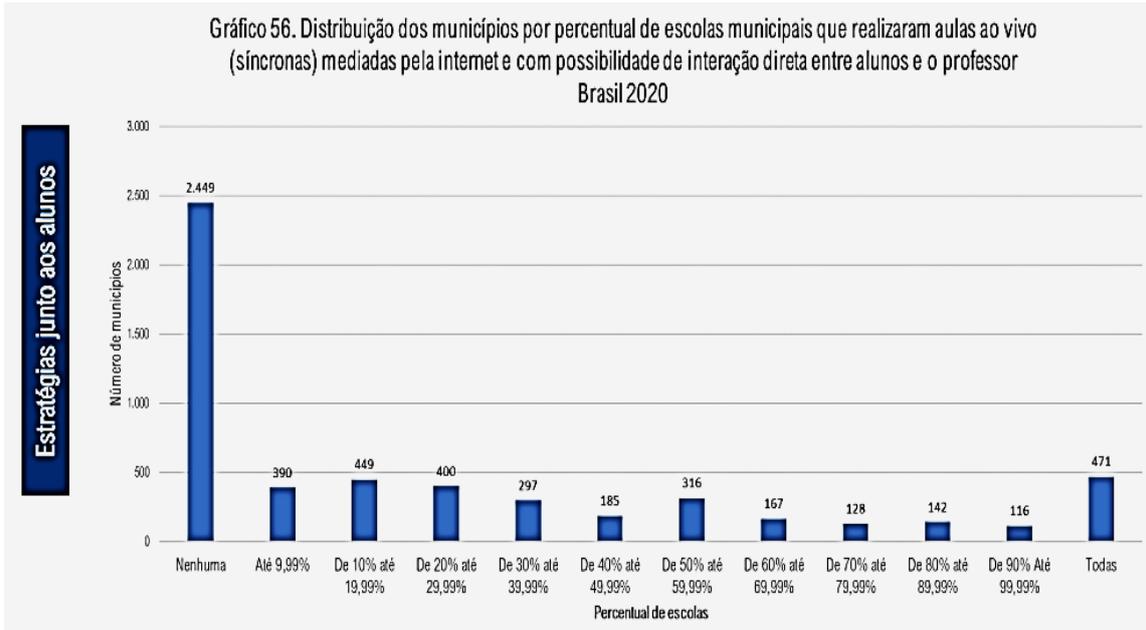
Dessa forma, esta pesquisa tem por objetivo analisar as consequências que a pandemia da Covid-19 provocou na prática docente, desde as transformações na rotina das aulas, como também as mudanças que foram necessárias para se adaptar a essa nova realidade. Sendo assim, esta pesquisa se estrutura em três eixos discursivos: **“A pandemia da Covid-19 e os impactos na educação”** em que serão discutidas as principais mudanças na estrutura do ensino durante o período pandêmico; **“Os desafios da prática docente durante a pandemia da Covid-19”** no qual abordam-se as principais adversidades pelas quais os professores passaram para se adaptar ao ensino remoto; e **“A importância das TIC’s e TDIC’s aplicadas à prática docente”**, debatendo-se sobre a importância da atualização didática por meio do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s) no ensino remoto e presencial. Para tanto, a abordagem parte de uma perspectiva qualitativa e bibliográfica, fazendo uso de artigos, revistas e de dados disponibilizados no Censo Escolar (2021).

2 A PANDEMIA DA COVID-19 E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o coronavírus, causador da doença Covid-19, alcançou o patamar de pandemia no dia 11 de março de 2020. Originada na China, a pandemia chegou ao Brasil no mês de fevereiro [...] (Pereira, Nanduchi, Miranda, 2020, p.222). Devido ao alto grau de disseminação e letalidade, foram tomadas medidas de segurança que envolviam principalmente o distanciamento social, a utilização de máscaras e álcool em gel.

Diante desse cenário, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), através da portaria nº 343 de 17 de março de 2020, determinou “a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais” durante o período pandêmico. A partir deste momento, a comunidade escolar buscou, com auxílio das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC’s) e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC’s), uma alternativa para que a educação continuasse a funcionar, através de aulas síncronas por meios digitais.

Gráfico 1

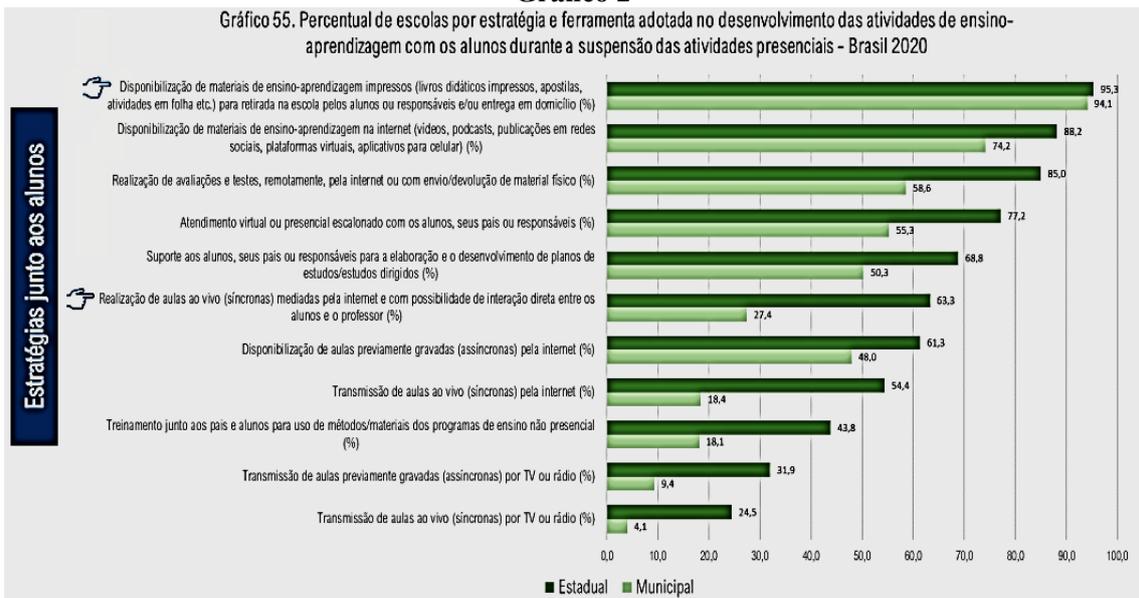


Fonte: Inep/Censo Escolar (2021).

Entretanto, de acordo com o gráfico acima, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), disponível no Censo Escolar (2021), é possível visualizar a baixa porcentagem de escolas municipais que estavam realizando aulas síncronas mediadas pela internet, o que elucida uma grave falha na implementação dessa proposta, devido principalmente à falta de acesso à internet por boa parte do alunado.

Visando conter essa situação, foram desenvolvidas algumas medidas a fim de englobar esses alunos por outros meios.

Gráfico 2

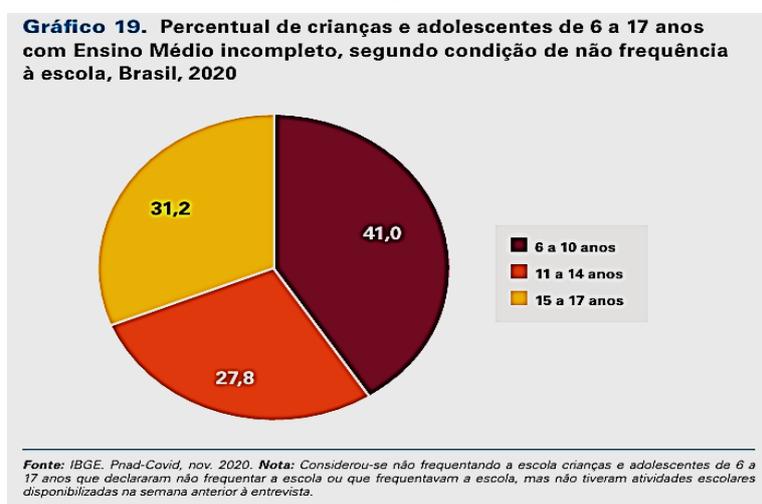


Fonte: Inep/Censo Escolar (2021).

Ainda com base nos dados disponibilizados no Censo Escolar 2021, percebe-se, no gráfico 2, que o principal meio utilizado para englobar os alunos que não possuíam acesso à internet foi a disponibilização de materiais de ensino-aprendizagem impressos para a retirada na escola pelos pais e/ou responsáveis pelos alunos. Diante dessa estratégia, tem-se a mediação professor-aluno impossibilitada, o que exigia dos discentes uma maior autonomia no domínio do conteúdo apresentado nas atividades impressas e/ou a necessidade do auxílio dos responsáveis para a realização delas.

Em vista dessa conjuntura, na qual uma boa porcentagem dos alunos não possuía os meios para acompanhar as aulas ou mesmo não tinham um auxílio para realizar as atividades em casa, um quadro de desistências se formou (como aponta o gráfico 03) e, conseqüentemente, um atraso no desenvolvimento escolar de muitas crianças e adolescentes.

Gráfico 3



Fonte: IBGE. Pnad-Covid, nov. 2020.

Dessa forma, a partir da análise apresentada acima, é evidente que a pandemia da Covid-19 ocasionou um enorme impacto na educação brasileira em diferentes âmbitos, desde o desenvolvimento educacional das crianças e adolescentes às adversidades enfrentadas pelos docentes para se adequar às diferentes estratégias necessárias para trabalhar durante esse período.

3 OS DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19

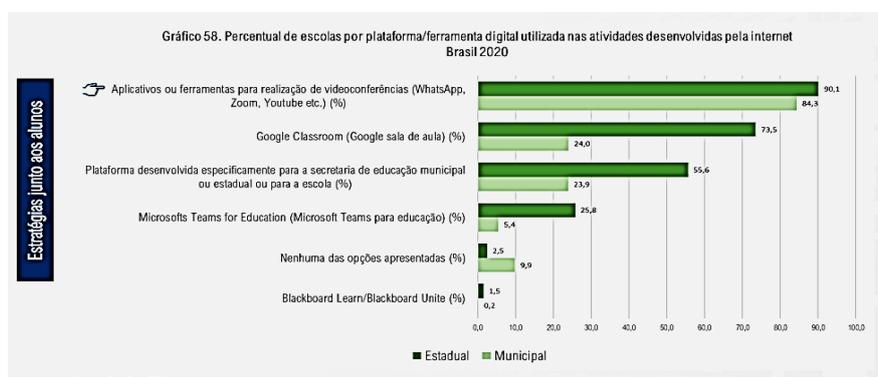
Dado o panorama geral de como o sistema educacional reagiu à pandemia, neste momento, volta-se a discussão para como o corpo docente lidou com essa nova estrutura de ensino. É perceptível que a necessidade “criada” pela pandemia para uma adaptação imediata no ambiente de trabalho dos profissionais da Educação causou uma grande mudança na rotina e estrutura de trabalho deles, visto que

Os professores iniciantes no uso das tecnologias geralmente precisam de muito suporte para vencer os obstáculos iniciais de insegurança, incerteza, preocupações quanto a mudanças nas relações entre professor e alunos e sobre os resultados da inovação, devido à “quebra” de relações e rotinas tradicionais (Cysneiros, s.d., p. 10 *apud* Dullius, 2012, p.113).

Habitados à dinâmica de sala de aula na modalidade presencial, com a interação direta com os alunos e com o ambiente escolar, os professores passaram a ter que encerrar a câmera do computador e/ou a tela de um celular e buscar fazer daquele recurso o mais interativo possível.

No gráfico a seguir, é possível ter uma dimensão das principais plataformas e ferramentas digitais utilizadas durante o ensino remoto.

Gráfico 4

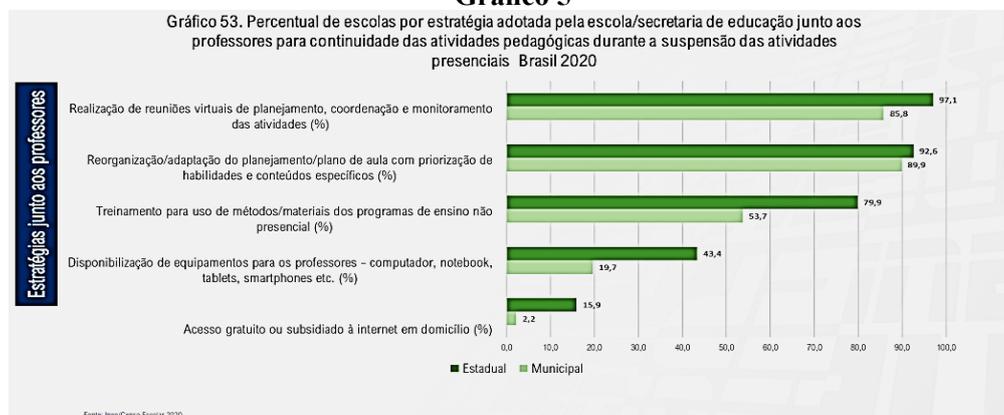


Fonte: Inep/Censo Escolar (2021).

Diante das informações disponibilizadas no gráfico acima, é notória a presença de ferramentas e plataforma do uso cotidiano, como o WhatsApp e o YouTube, apontadas como as mais utilizadas para a interação das aulas remotas. Isso ocorreu, principalmente, pela facilidade de manuseio, assim como reflete uma falta de conhecimento sobre outras TIC's específicas à área da educação, que poderiam se mostrar mais proveitosas e interativas.

As secretárias de Educação, em conjunto com os professores, tomaram medidas para sanar algumas questões, dentre elas estava o treinamento para o uso das TIC's.

Gráfico 5



Fonte: Inep/Censo Escolar (2021).

A falta de preparação para lidar com a nova realidade de ensino acarretou uma sobrecarga de trabalho, pois muitos profissionais tiveram que aprender a utilizar as plataformas que foram disponibilizadas para as aulas remotas, algo que já deveria ser familiar e integrado durante o ensino presencial.

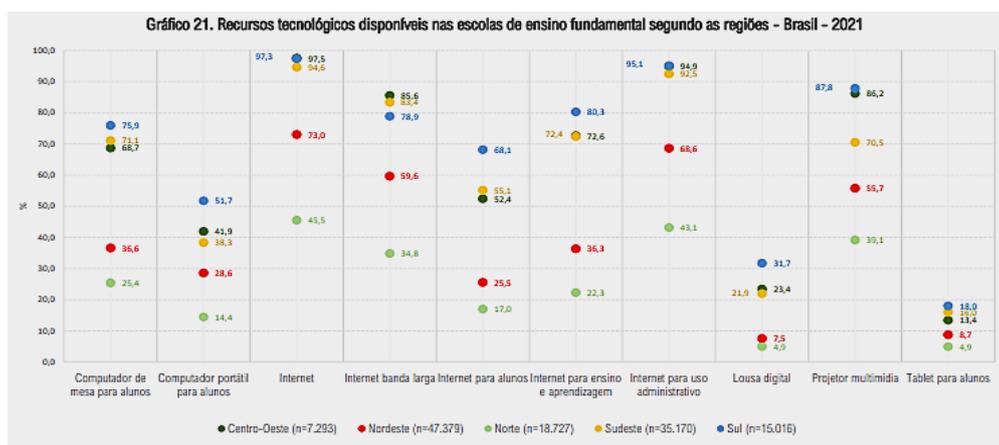
4 A IMPORTÂNCIA DAS TIC'S E TDIC'S APLICADAS À PRÁTICA DOCENTE

O debate sobre a implementação das TDIC's e TIC's na sala de aula não é uma discussão recente.

Na virada do século, não se trata mais de nos perguntarmos se devemos ou não introduzir as novas tecnologias da informação e da comunicação no processo educativo. Já na década de 80, educadores preocupados com a questão consideraram inevitável que a informática invadisse a educação e a escola, assim como ela havia atingido toda a sociedade. Atualmente, professores de várias áreas reagem de maneira mais radical, reconhecendo que, se a educação e a escola não abrirem espaço para essas novas linguagens, elas poderão ter seus espaços definitivamente comprometidos (Rezende 2002, p. 1 *apud* Dullius, 2012, p.112).

Como ressaltado por Rezende (2002), é indiscutível que a tecnologia adentrou o cotidiano e a rotina de toda a sociedade, desde às crianças e adolescentes aos adultos. De acordo com o Censo Escolar, em 2021, a disponibilidade de recursos tecnológicos, como computadores para os alunos, internet, projetor multimídia; já é uma realidade em todas as regiões do Brasil, apesar da desigualdade de distribuição entre elas.

Gráfico 6



Fonte: Inep/Censo Escolar (2021).

No entanto, a utilização desta ferramenta deve ocorrer de forma consciente e responsável, pois os meios, por si sós, não são capazes de trazer contribuições para a área educacional

(Dullius, 2012, p.112). Posto isso, o impacto da tecnologia na sociedade, de forma geral, adentrou o âmbito educacional, evidenciando a necessidade de letramento digital para a comunidade escolar. Documentos norteadores como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), através da 5ª competência geral, apontam que é preciso:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BNCC, 2018, p.9).

Dessa forma, para além dos recursos tecnológicos, faz-se necessário realizar formações continuadas para que os professores se aperfeiçoem na utilização das tecnologias da informação e comunicação aplicadas à prática docente, como meio de dinamizar as aulas, estreitar as relações professor-aluno, assim como, atualizar as estratégias de ensino-aprendizagem, não só para situações de ensino remoto, mas também para a modalidade presencial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi posto durante esta pesquisa, é perceptível que a pandemia da Covid-19 impactou a educação brasileira em diversos aspectos, assim como, escancarou as desigualdades e as lacunas no sistema educacional brasileiro. A docência nesse contexto tornou-se ainda mais árdua e sobrecarregada por uma nova roupagem de ensino para a qual a comunidade educacional não estava preparada.

Assim, como afirma Freire (1996, p.43), “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é a reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

Portanto, o ensino remoto trouxe consigo um novo universo de possibilidades, mas também mostrou na prática a necessidade de atualização das estratégias de ensino junto às Tecnologias da Informação e Comunicação, não apenas para situações emergenciais como também para um ensino presencial atualizado e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica**, 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/01/integra-censo-2021.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2023.

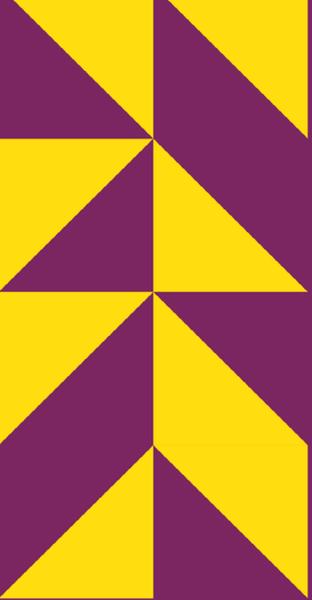
BRASIL. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo

Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, p. 39. 18 de mar. 2020. Sessão 01. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 25 fev. 2023.

DULLIUS, Maria Madalena. Tecnologias no ensino: por que e como? **Caderno Pedagógico**, Lajeado, v.9, n.1, p. 111-118, 2012. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/cadped/article/view/849>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FREIRE. Paulo. **A Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PEREIRA, Alexandre de Jesus; NARDUCHI, Fábio; MIRANDA, Maria Geralda de. Biopolítica e educação: os impactos da pandemia de covid-19 nas escolas públicas. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v.25, n.51, p. 219-236, jul./out., 2020. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/tfr-biopolitica-e-educacao-os-impactos-da-pandemia-do-covid-19-nas-escolas-publicas,2abc7470-5ef3-4ad8-9cb7-b336605dc910>. Acesso em: 14 mar. 2023.



ST 09

**HISTÓRIA ANTIGA EM ABORDAGENS
MÚLTIPLAS: ENSINO, PESQUISA E
EXTENSÃO**

Coodenadores: Bruno Santrovitsch da Silva
e Ana Carolina Simões Silva

PODER E CONFLITO: A *STASIS* NA POLÍTICA E NA SOCIEDADE DO MUNDO GREGO CLÁSSICO

Bruno Santrovitsch da Silva
(UFPB – bruno.santrovitsch@gmail.com)¹

RESUMO

Este trabalho explora a noção de *stasis* conforme esteve presente nas discussões teóricas mais relevantes sobre conflito social e político no mundo grego clássico. Refletir sobre o conceito de *stasis* na política e na sociedade grega clássica nos permite determinar como os conflitos internos ajudaram a moldar as organizações póliades. A *stasis*, distúrbio, luta ou guerra civil, era uma forma de conflito que desestabilizava as cidades, revelando profundas divisões sociais e políticas. O estudo investiga as possíveis causas e as consequências dessas guerras internas, destacando as lutas pelo poder, a fragmentação social e a tensão entre ricos e pobres. Por meio das fontes clássicas e da literatura histórica e teórica, o estudo busca verificar como a *stasis* influenciava o conceito de tipos de governo e a coesão social, evidenciando o impacto duradouro desse fenômeno sobre a estrutura política e nas relações sociais do mundo grego clássico.

Palavras-chave: História Antiga, historiografia, Grécia Antiga, pensamento político, *stasis*.

A questão do poder e do conflito interno nas *poleis* gregas do período clássico (séculos V-IV AEC) é um tema de grande relevância para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas que caracterizavam essas comunidades. O termo *stasis* desempenha um papel central nesse contexto, servindo para descrever não apenas os episódios de conflito, mas também as tensões sociais que frequentemente culminavam em divisões violentas nas cidades-estado do mundo grego. Este texto visa explorar como a *stasis* foi interpretada e utilizada em uma seleção de fontes históricas, especialmente em Platão e Aristóteles, passando por Tucídides, bem como algumas das interpretações atuais sobre o conflito no período clássico (séculos V-IV AEC).

O termo *stasis* é central para o entendimento dos conflitos internos que marcaram o mundo grego clássico. Em sua obra, o historiador Tucídides emprega uma variedade de termos derivados desse radical para descrever situações de instabilidade nas *poleis* gregas. Uma breve análise das traduções propostas por Kury (1987) e Fernandes & Granwehr (2013) revela uma

¹ Professor-historiador licenciado pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). Pesquisa temática voltada à historiografia antiga com enfoque em Tucídides e no conflito social no mundo antigo.

gradação no significado de *stasis*, que vai desde a uma simples agitação social e desavenças políticas até o estágio mais extremo de guerra civil².

Como apontado por Hansen (2004, p. 126), a *stasis* não era uma ocorrência excepcional, mas sim um elemento cotidiano das *poleis* gregas. A ideia de que o conflito era uma parte inevitável da vida política grega é central para a compreensão da forma como essas sociedades operavam. Em muitas cidades-estado, a *stasis* era uma válvula de escape para a expressão de tensões sociais acumuladas, permitindo que mudanças políticas ocorressem, por vezes, de formas abruptas.

Platão, em suas obras *Leis* e *República*, explora o conceito de *stasis*, buscando entender suas causas e apresentar soluções para evitar a fragmentação das *poleis* do mundo grego. No diálogo *Leis* (832b-c), Platão introduz o termo *stasioteia* (“estado-facção”), contrastando-o com *politeia* – termo que pode ser traduzido como república (Correa, 2023, p. 10) ou como constituição no sentido de forma de governo. Platão apresenta as *poleis* de seu tempo como *stasioteia*, justificando a sua abstração de uma *politeia* ideal, saudável e coesa.

Em *República* (470b), Platão diferencia *stasis* de *polemos* (guerra). Enquanto *polemos* é uma guerra contra estrangeiros – ou bárbaros – que pode unir a cidade contra um inimigo comum, a *stasis* é um conflito entre cidadãos, comparável a uma luta dentro da mesma família. Esse tipo de guerra interna é considerado mais destrutivo, pois corrói e ameaça a própria existência da *polis*. Dessa forma, Platão vê a *stasis* como um perigo mais grave que a guerra externa, pois afeta diretamente os laços que sustentam a comunidade.

No Livro VIII da *República* (550c-d), Platão identifica a crescente desigualdade entre ricos e pobres como uma das principais causas deste estado de *stasis* em seu momento histórico (Ste. Croix, 1981, p. 70). Quando a riqueza se concentra nas mãos de poucos e a maioria se empobrece, surgem ressentimento e divisão. Essas desigualdades, por sua vez, levam ao colapso da ordem, pois os pobres, marginalizados, são levados a se rebelar contra os ricos.

Platão vê a *stasis* como um sintoma da falência das instituições políticas e da moralidade cívica. Suas reflexões sugerem que, para evitar a fragmentação das *poleis*, é essencial uma *politeia* adequada, as quais pretende demonstrar em seus livros *República* e *Leis*.

A análise de Aristóteles sobre a *stasis* é distinta da de Platão, apresentando-a como um fenômeno natural, também oferecendo soluções pragmáticas para mitigar suas consequências. Para Aristóteles, a *stasis* não é uma anomalia, mas um aspecto da dinâmica política, decorren-

2 Traduções do termo *stasis* ou correlatos na *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides: agitação social, mal-estar social, mal-estar político, discórdia interna, desavença, desunião, dissensão, dissidência, divergência interna, disputa, divisão, partidos rivais, querelas, facções, grupos, violência social, lutas civis, lutas internas, sedição, mudança de governo, guerra social, guerra civil, tumulto revolucionário, revolução, rebelião, revolta e sublevação. (Traduções de Kury, 1987; Fernandes & Granwehr, 2013).

te das diferenças socioeconômicas e das paixões humanas. Conforme discutido por Pellegrin (2019, p. 246), Aristóteles vê a *stasis* como algo que emerge naturalmente dentro das comunidades políticas. Em sua obra *Política*, ele argumenta que as cidades-estado são compostas por diferentes grupos com interesses conflitantes, principalmente ricos e pobres, que tenderiam a defender, respectivamente, o governo oligárquico ou o democrático (Arist. *Pol.* 3.8). Os interesses discrepantes levariam, assim, naturalmente a uma situação de *stasis*.

Não obstante, Aristóteles identifica uma solução para o problema da *stasis*: o fortalecimento da camada média. O estagirita observa que tanto os ricos quanto os pobres são frequentemente incapazes de agir com razoabilidade, pois os ricos são guiados pela arrogância e os pobres pela inveja (Pol. 4.11.1295b.1 - 1296b.2). Os *mesoi* – a camada média, por sua vez, possuiria uma posição intermediária que favoreceria a moderação e a justiça, tornando-se, portanto, a mais adequada para governar e arbitrar os conflitos.

Da mesma forma, ele propõe que a melhor forma de governo seja aquela que incorpore elementos tanto da oligarquia quanto da democracia — uma constituição mista (Pol. 4.11.1296a.7). Esse modelo seria mais resistente à *stasis* por combinar as virtudes de ambos os sistemas, equilibrando a influência dos ricos e dos pobres. A proposta de Aristóteles para evitar a *stasis* está profundamente enraizada em sua concepção de virtude, que se encontra no ponto médio entre dois extremos. Para o filósofo macedônio, a moderação é a chave para a estabilidade política, e os *mesoi* representam esse equilíbrio na sociedade.

As interpretações modernas sobre a *stasis* são diversas e passam desde a compreensão do fenômeno como proveniente das disputas entre as elites ou pela expressão do conflito social latente entre diferentes grupos sociais, até uma perspectiva do conflito como perene à organização política do ocidente.

Entre os estudiosos contemporâneos, Gehrke (1985) e Börm (2016) destacam a *stasis* como um fenômeno aristocrático, no qual as disputas refletem as rivalidades entre as elites pelo controle político e prestígio social. Para Gehrke, o elemento de ambição pessoal era um fator determinante: as lideranças, motivadas pelo desejo de poder e prestígio, frequentemente usavam a população (*demos*) ou suas facções como ferramentas em suas lutas pelo controle político (Gehrke, 1985, p. 352). Isso resultava em divisões internas que muitas vezes culminavam em violência e derramamento de sangue.

A abordagem de Gehrke e Börm destaca uma interpretação focada nos grandes homens que estavam em constante disputa por honra e reconhecimento. Nessa visão, a *stasis* não era um conflito entre classes sociais ou uma expressão de desigualdade econômica, mas um reflexo das rivalidades pessoais. Essas disputas aristocráticas eram marcadas por alianças e traições que se desenrolavam dentro do complexo cenário político das *poleis* gregas.

Elites rivais buscavam demonstrar superioridade não apenas através de conquistas militares, mas também por meio de demonstrações de generosidade pública e influência política.

Assim, a *stasis* era, em grande parte, uma competição por reconhecimento, onde a derrota significava uma perda de honra tão devastadora quanto a perda de poder.

Além dos conflitos internos, outras leituras apontam para o papel dos fatores externos na deflagração da *stasis* dentro das *poleis*. Essa abordagem, explorada por estudiosos como Bruce (1971) e Ober (2006), destaca como a dinâmica externa – guerras, rivalidades entre cidades e influências culturais – moldou o cenário político interno, exacerbando tensões pré-existentes.

De acordo com Bruce (1971, p. 117), a *stasis* frequentemente ocorria como um reflexo das guerras e das disputas pela hegemonia entre as cidades-estado gregas. As pressões externas, como a ameaça de invasão ou a competição por recursos, podiam intensificar divisões internas, empurrando facções rivais a se aliar com potências estrangeiras para obter vantagem política – como no caso da *stasis* na ilha de Corcira registrada por Tucídides. Essas alianças muitas vezes transformavam as lutas locais em conflitos mais amplos, conectando questões internas com o contexto amplo do mundo grego.

Ober (2006, p. 143) propõe uma análise da Guerra do Peloponeso (431-404 AEC) na qual é possível ler a *stasis* como um reflexo interno da luta entre duas culturas políticas distintas: o modernismo-democrático ateniense e tradicionalismo-oligárquico de Esparta. Segundo essa perspectiva, o conflito envolvia divergências ideológicas profundas sobre a natureza do governo e da sociedade, e as levava para o interior do lar. Cidades que adotavam reformas democráticas, como no caso de Atenas, muitas vezes enfrentavam a resistência de facções, gerando um choque de visões de mundo em disputa pela hegemonia não somente estritamente política, mas cultural.

Ao explorar como guerras, disputas hegemônicas e choques culturais contribuíam para o surgimento de facções, essas análises ajudam a contextualizar a *stasis* como parte de uma rede complexa de relações geopolíticas e culturais. Contudo, outro enfoque significativo no estudo da *stasis* está em entendê-la como um reflexo das tensões sociais, disputas econômicas ou da luta de classes. Essa abordagem analisa a *stasis* para além de um mero conflito entre elites ou como consequência de fatores externos, mas como uma expressão das desigualdades e fricções sociais estruturais dentro das *poleis* – em um sentido mais próximo aos autores antigos.

Essa linha de interpretação é desenvolvida tanto por estudiosos que enfatizam aspectos de consciência política (Lintott, 1982, p. 254) por parte do *demos*, a camada livre mais pobre da população, quanto por aqueles que adotam uma perspectiva materialista histórica (Ste. Croix, 1981).

Conforme dito, a *stasis*, enquanto conflito social, pode ser entendida como um resultado direto das tensões entre diferentes grupos dentro das *polis*. Essas tensões frequentemente surgiam de disputas econômicas, especialmente em contextos em que a concentração de riqueza criava uma divisão acentuada entre ricos e pobres. No entanto, alguns estudiosos, como Lintott, argumentam que os conflitos nas cidades-estado gregas não podem ser reduzidos apenas

a fatores econômicos ou até mesmo considerados como um caso de luta de classes (1982, p. 258-260). Esses conflitos muitas vezes envolviam debates sobre inclusão política, direitos de participação e o reconhecimento de status social.

Em contrapartida, a leitura de G. E. M. de Ste. Croix oferece uma visão marxista da *stasis*, enxergando-a como uma expressão da luta de classes no mundo grego, especialmente em seus aspectos mais violentos (1981, p. 49). Nesse sentido, a *stasis* refletiria um conflito estrutural entre aqueles que detinham os meios de produção (as elites) e os explorados. As revoltas e lutas internas seriam manifestações de uma sociedade profundamente dividida, na qual os interesses materiais e econômicos guiavam a dinâmica do conflito.

Por fim, a *stasis* pode ser compreendida, a partir de uma perspectiva filosófica e a-histórica, como um aspecto intrínseco da vida política. Esse enfoque, explorado por pensadores como Loraux (1997) e Agamben (2015), trata a *stasis* não apenas como um fenômeno histórico localizado nas *poleis* gregas, mas como um reflexo do caráter essencialmente conflitual do elemento político. Essa linha de interpretação vê o conflito como um elemento constitutivo da sociabilidade e das relações políticas.

Para Nicole Loraux (1997), a *stasis* é uma expressão do modelo conflituoso inerente à vida política das comunidades gregas. Ela utiliza a metáfora do conflito no “seio da família” para ilustrar como a *stasis* era vista pelos gregos como uma forma de guerra entre pessoas deveriam estar unidas. Loraux também enfatiza a importância dos mecanismos de esquecimento ou anistia como tentativas das pólis de lidar com os traumas causados pela *stasis*. Esses atos de reconciliação eram necessários para restaurar a unidade política, mas nunca eliminavam completamente a possibilidade de novos conflitos.

Carl Schmitt, em sua obra *O Conceito de Político* (1932), propõe que a essência do político reside na distinção entre amigos e inimigos. A *stasis*, sob essa perspectiva, é uma manifestação desse antagonismo fundamental que define a política. Para Schmitt, a política é inevitavelmente marcada por essa polarização, e o conflito é uma condição inescapável do político. Giorgio Agamben (2015) expande a leitura de Schmitt, argumentando que a *stasis* representa o “grau extremo de desassociação” dentro de uma comunidade política. Para Agamben, o conflito interno, em sua forma mais aguda, revela os limites e as fragilidades do conceito ocidental de soberania e ordem política. Nesse sentido, a *stasis* é um lembrete constante das tensões que permeiam as tentativas de construir uma ordem social estável.

Sob essas interpretações, ao invés de ver o conflito como algo que deve ser suprimido ou resolvido, esses autores sugerem que a política é, por sua própria natureza, um espaço de confronto e antagonismo que nunca pode ser completamente eliminado. Assim, a perspectiva desta *stasis* perene nos convida a repensar a política como uma arena de conflito contínuo, onde o antagonismo não é um desvio, mas o próprio motor da dinâmica social.

A análise da *stasis* na Grécia clássica revela que esse fenômeno não pode ser encapsulado em um único modelo explicativo. Os vários enfoques – desde a visão de conflito aristocrático e disputas entre elites, até as interpretações materialistas de luta de classes e as perspectivas filosóficas que a veem como um traço perene da vida política – não são excludentes nem autossuficientes. Pelo contrário, cada um desses modelos oferece uma lente distinta para compreender a complexidade desse fenômeno.

A *stasis* era, de fato, um elemento central e multifacetado na política e na sociedade gregas, funcionando como uma síntese de fatores sociais, econômicos e ideológicos. Para muitos autores gregos, como Tucídides, Platão e Aristóteles, a *stasis* representava uma ameaça constante à estabilidade da *polis*, também servindo como ponto de partida para reflexões sobre a natureza do poder, da justiça e da cidadania.

A riqueza e a amplitude dos sentidos associados ao termo *stasis* permitem uma diversidade de interpretações, tornando-a uma temática especialmente polêmica e fértil para a pesquisa histórica. Essa pluralidade de sentidos reflete não apenas a complexidade das *poleis* do mundo grego clássico, mas também a relevância contínua do tema na compreensão da dinâmica política em contextos tanto antigos quanto contemporâneos.

Portanto, ao invés de buscar uma definição única ou uma interpretação final, é mais produtivo reconhecer que a *stasis* encapsula uma série de tensões que são inerentes a qualquer sociedade. Essa multiplicidade de perspectivas nos permite compreender melhor a natureza conflitual da vida pública, tanto no mundo antigo quanto no presente, em que as disputas continuam a moldar a experiência humana.

REFERÊNCIAS

Autores antigos

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução e notas de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa, Portugal: Editora Vega, 1998.

ARISTÓTELES. **A República dos Atenienses**. Tradução, introdução e notas de Denis Correa. 1. ed. São Paulo: Editora Madamu, 2023.

PLATÃO. **A República**. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. 3. ed. 1. reimp. São Paulo: Edipro, 2022.

PLATO. **The Laws of Plato**. Translated, with notes and an interpretive essay, by Thomas L. Pangle. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

THUCYDIDES. **The Landmark Thucydides: a comprehensive guide to the Peloponnesian War**. Tradução de Richard Cawley. 1st ed. New York: Free Press, 2008.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução do texto grego, prefácio e notas introdutórias de Raul M. Rosado Fernandes e M. Gabriela P. Granwehr. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução de Mario da Gama Kury. 3. ed. Brasília: Editora da Unb, 1987.

Autores contemporâneos

AGAMBEN, Giorgio. **Stasis: civil war as a political paradigm**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2015.

BÖRM, Henning. Civil Wars in Greek and Roman Antiquity: Contextualizing Disintegration and Reintegration. *In*: BÖRM, Henning; MATTHEIS, Marco; WIENAND, Johannes (ed.). **Civil Wars in Ancient Greece and Rome: Contexts of Disintegration and Reintegration**. Stuttgart, Germany: Fraz Steiner Verlag, 2016.

BRUCE, I. A. F. The Corcyraean Civil War of 427 BC. **Phoenix**, v. 25, n. 2, p. 108-117, 1971.

FISHER, Nick. Hybris, revenge and stasis in the Greek city-states. *In*: WEES, Hans van (ed.). **War and Violence in Ancient Greece**. Swansea, United Kingdom: The Classical Press of Wales, p. 83-124, 2009.

FUKS, Alexander. Plato and the social question: the problem of poverty and riches in the “Republic”. **Ancient Society**, v. 8, p. 49-83, 1977.

HANSEN, Mogens Herman; NIELSEN, Thomas Heine. **An Inventory of Archaic and Classical *Poleis***. Oxford: Oxford University Press, 2004.

LINTOTT, Andrew. GEHRKE, H.-J. Stasis: Untersuchungen zu den inneren Kriegen in den griechischen Staaten des 5. und 4. Jahrhunderts v. Chr. München: Beck, 1985. **The Classical Review**, v. 37, n. 1, p. 108-108, 1987.

LINTOTT, Andrew. **Violence, Civil Strife and Revolution in the Classical City: 750-330 BC**. 1st ed. New York: Routledge, 2014, 1st ed. London, New York, Sydney: Croom Helm, 1982.

LORAU, Nicole. **The Divided City: on memory and forgetting in Ancient Athens**. New York: Zone Books, 2006 [1997].

OBER, Josiah. Thucydides and the Invention of Political Science. *In*: RENGAKOS, Antonios; TSAMAKIS, Antonios (ed.). **Brill’s Companion to Thucydides**. Leiden: Brill, 2006, p. 131-160.

PELLEGRIN, Pierre. Aristotle on Stasis as a Natural State of Cities. *In*: RIEDWEG, Christoph (Ed.). **Philosophie für die Polis**, v. 5, p. 235-248, 2019.

SCHMITT, Carl. **The Concept of the Political**. Translated by George Schwab. Chicago, United States of America: University of Chicago Press, 2007 [1932].

STE. CROIX, G. E. M. de. **The Class Struggle in the Ancient Greek World: from the Archaic Age to the Arab Conquests**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1998 [1981].

WILLIAMS, M. F. Two Traditional Elements in Thucydides’ Corcyrean Excursus. **The Classical World**, v. 79, n. 1, p. 1-3, 1985.

TRAÇANDO UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA: AS REPRESENTAÇÕES DA MULHER NO EGITO ANTIGO EM *UM MERGULHO PARA O ALTO DE TÂNIA* CARVALHO¹

Elisama Lima da Silva²

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano³

RESUMO

Ler constitui-se uma fusão de sensações, como aludem Deleuze e Guattari (1992). E a literatura, enquanto uma manifestação sócio-cultural e fonte histórica da História Cultural, desenha e revela os complexos e diversos aspectos no campo social de onde provém e daquele que deseja retratar (Borges, 2010). Foi nesse pensar que Tânia Carvalho delineou, em seu *Um Mergulho para o Alto* (2002), os mais sortidos traços da mulher egípcia do mundo antigo. Segundo Wiedemann, no Egito Antigo, a mulher possuía, teoricamente, um papel ativo, podendo, inclusive, atuar, no seu contexto social, com certo grau de liberdade (2007, p. 97). Carvalho, nesse viés, dá à luz a várias personagens femininas que se destacam como mulheres poderosas, cheias de personalidade, liberdade, força e resistentes às tentativas de opressões que surgem ao longo da trama. Com teor histórico que revela cuidados da autora ao escrever sua obra, o livro ilustra trajetórias que remontam a vida de rainhas, mães, amas, mulheres pobres, sacerdotisas e mestras, destacando seus protagonismos nas relações sociais do Antigo Egito. Logo, a partir do diálogo entre a História e a Literatura, pretendemos trazer à tona as aproximações e os distanciamentos acerca das representações das mulheres.

Palavras-Chave: Egito Antigo, Mulheres, História e Literatura.

Numa manhã, por volta de 1300 antes de Cristo, a menina Maatkare admira o nascer do Sol no Vale dos Reis, observando *a areia do deserto em contraste com o azul do céu, ainda escuro pela hora, parecendo separar o Nilo do céu, perguntando-se que deus terá feito tão bela*

1 Esse artigo faz parte das nossas problematizações desenvolvidas na atividade de monitoria do componente curricular História Antiga I, com a orientação da professora Serioja R. C. Mariano.

2 Graduanda do curso de História na UFPB, (elisama.lima@academico.ufpb.br).

3 Professora titular do Departamento de História e da Pós-Graduação de História da UFPB, (serioja.mariano@academico.ufpb.br).

*paisagem?*⁴ Assim, Tânia Carvalho começa sua obra, e Maatkare nos revela sua genialidade, que desde a infância, mostra-se como forte impulsora das grandes realizações de sua vida. É, nesse viés, observando as nuances da trajetória de mulheres como Maatkare, que esse estudo pretende navegar, refletindo acerca das mulheres de Tânia Carvalho, a partir da perspectiva historiográfica de egiptólogos que pesquisam as egípcias no mundo antigo. Traçando, dessa forma, um diálogo entre a História e a Literatura, pensando as representações das mulheres do Egito Antigo em *Um mergulho para o Alto* (2002).

Maurice Blanchot, em seu *O espaço Literário* (1987), parafraseando Deleuze e Guattari (1992), conta-nos que lidar com a arte é um bloco de sensações. É nesse caminhar que, ao tempo que contemplamos a obra literária, também, observamo-na com o olhar de historiador, percebendo as aproximações e os distanciamentos do que outrora aconteceu. É por esse caminho que dá-se início ao trabalho do pesquisador, que dentre as entrelinhas, revelará as marcas deixadas pelo autor e por seu contexto histórico, tendo em mente que a obra não se separa de seu criador, sendo uma extensão dele, que é fruto de seu tempo. Valdeci Borges (2010) nos diz que “recorrer à literatura para a produção do conhecimento histórico pressupõe uma reflexão sobre ela, problematizá-la e historicizá-la.” (2010, p. 102-03). Chalhoub e Pereira complementam

a proposta é historicizar a obra literária – seja ela conto, crônica, poesia ou romance -, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo. (1998, p.7 apud Borges, 2010, p. 102-03)

Perceber esses aspectos da obra é um passo imprescindível para compreender as representações propostas daquela que a criou. Consoante a isso, no decorrer desse diálogo entre História e Literatura, também está a História das Mulheres, que traça a trajetória de mulheres numa outra perspectiva, antes não vista, colocando-as, agora, como agentes históricos e mostrando-as enquanto seres dotados de historicidade. Michelle Perrot (1995) nos conta que, por longos séculos, as mulheres foram construídas, nas representações iconográficas e escritas, por homens e para homens, sendo que, nos primeiros momentos da construção dessa história das mulheres, eram elas mesmas encontrando meios para traçarem suas próprias trajetórias. Observa-se, a partir da década de 1980, um movimento acentuado de produções dentro das Academias, que objetivavam, em sua essência, produzir as histórias daquelas, antes, tão marginalizadas.

É seguindo essa onda, que o mar historiográfico⁵ sobre as mulheres egípcias chega ao meu litoral, fazendo-me perceber, que mesmo diante de outras problemáticas relacionadas às

4 Trechos retirados do livro *Um mergulho para o Alto* (2002, p. 09) de Tânia Carvalho.

5 Nas nossas pesquisas, encontramos obras como *A mulher nos tempos do faraó* (1986), de Christiane Noblecourt; *As egípcias* (1998) de Christian Jacq; *Women in Ancient Egypt* (1991) de Barbara Watterson, entre outros, que datam dos anos 1980 em diante. Até o momento, não encontramos obras datadas antes disso.

fontes deixadas pelos antigos egípcios, ainda há meios para conhecer e escrever sobre a passagem dessas mulheres que viveram a milhares de anos atrás. Perrot deixa evidente que

Escrever tal história significa levá-la a sério, querer superar o espinhoso problema das fontes (“Não se sabe nada das mulheres”, diz-se em tom de desculpa). Também significa criticar a própria estrutura de um relato apresentado como universal, nas próprias palavras que o constituem, não somente para explicitar os vazios e os elos ausentes, mas para sugerir uma outra leitura possível. (1995, p. 09)

É por esse trajeto que esse presente trabalho pretende caminhar, entendendo as nuances entre o que já se tem sobre as mulheres egípcias e os silêncios em torno de suas figuras. Procurando, assim, compreender suas vivências em seu contexto social e aquelas propostas por Tânia, uma mulher do século XXI.

UMA AUTORA, UM LIVRO E O EGITO ANTIGO: AS CONEXÕES ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA

Num dia de 1993, chega a João Pessoa, na Paraíba, Tânia Carvalho⁶, uma carioca que nos conta sobre sua história a partir dos seus anseios e questionamentos acerca do seu propósito de vida. Desde sua infância e adolescência, sentia-se estranha em relação ao mundo e sua totalidade, o que a fez ir em busca de respostas, chegando a navegar por todas as religiões que lhe foi acessível à época. Foi em 1983, quando ela se encontrou, ao ser iniciada na *Roda das Energias* e na *Sabedoria Egípcia*, por seu mestre espiritual – Elish –, e na *Kabbalah*, em 1986. Conquistando seu grau de maestria em 1989, especializando-se em Psicologia Mística, Tarot e Egíptologia.

Sua chegada em João Pessoa foi um divisor de águas em sua vida, já que, agora atendendo pelo seu nome espiritual Saat Maet⁷, dedica sua vida ao AD’OR (adór) - Centro de Expansão da Consciência, criado por ela, onde pesquisa e transmite seus conhecimentos acerca da Mística do Antigo Egito, da psicologia dos Grandes Hierofantes e da Kabbalah Prática e Teórica. Também fundou o conjunto filosófico, que chama-se de “Linha Adoriana do Pensamento”, ligado à busca pelo autoconhecimento e expansão da consciência.

E é a pedido de seus/uas companheiros/as que Tânia escreve a sua coleção *Um Mergulho no Tempo*,⁸ constituída por três livros, dois já lançados, o primeiro, objeto deste estudo, e o segundo, homônimo da coleção. Conhecendo sobre a vida de Saat Maet, conseguimos entender mais sobre sua obra, percebendo que sua vida espiritual, seus conhecimentos sobre o Egito e

6 Sobre sua vida e trajetória, pesquisamos em sites como *Saat Maet*, disponível em: <<https://www.saatmaet.com.br/home>> Acesso em 03 de nov. de 2024; *AD’OR*, disponível em: <<https://ad-or.org/>> Acesso em 03 de nov. de 2024.

7 Pelo qual prefere ser chamada.

8 *Um mergulho para o Alto*, de 2002, *Um mergulho no Tempo*, de 2007, e o terceiro, que ainda não foi lançado, *Hatshepsut, a rainha filha de Amon*.

suas viagens ao país a guiaram na construção de sua personagem principal, Maatkare. Como pontua Borges, “contextualizar o texto com o qual se trabalha é indispensável para elucidar o lugar em que foi produzido, seu estilo, sua linguagem, a história do autor, a sociedade que envolve e penetra o escritor e seu texto.”, continuando que “as representações do mundo social, como práticas intelectuais, dentre elas, as ficcionais, como as literárias, são sempre marcadas por múltiplos, complexos e diferenciados interesses sociais, sobretudo, aqueles dos grupos sociais que as forjam.” (2010, p. 96), dando-nos margem para compreender as sutilezas que as mulheres de Carvalho carregam consigo, a partir de seu lugar social.

Seu primeiro romance histórico foi publicado em 2002, intitulado *Um mergulho para o Alto*, o qual, não à toa, faz-nos navegar na vida da personagem Maatkare, enquanto ela se encaminha ao sacerdócio egípcio. Vivendo no Reino Novo⁹, em meio às reformas amarnianas¹⁰, a adoradora de Aton mostra-se como uma mulher de seu tempo, livre e resiliente, dedicando sua vida à sua fé. Sua vocação aparece desde cedo, quando, ainda criança, relata-nos sua persistência em conhecer templos e servir ao seu deus. Uma marca forte de sua vida é estar rodeada por mulheres impetuosas, livres e precisas naquilo que acreditam, Maatkare, não diferentes de suas contemporâneas, vive em uma sociedade em que a figura feminina não destoa, em seus direitos, da masculina e isso permite vivenciar aquilo que ela almeja.

Ao longo da narrativa, Tânia Carvalho nos permite viver uma aventura mística e histórica, presenciando “a saga de uma mulher corajosa e idealista que amou dois homens, viveu dois destinos, mas que acima de tudo amava a Deus e a sua missão.”¹¹. A leveza das palavras da autora, as quais retratam a música, a dança, os rituais e as mais diversas imagens do mundo antigo, faz-nos sentir a fusão de sensações que Deleuze e Guattari nos conta, todas elas nos aproximando dos personagens e do contexto histórico que Carvalho revive em sua obra.

Assim, a literatura passa a ser um fonte para a história, quando, segundo Borges,

[...] pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois é um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as inquietações, as expectativas, as esperanças, os sonhos e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico. (2010, p. 98)

É por esse caminho que percorremos, pensando, além disso, nas vivências da autora como determinante para a criação de sua narrativa (Davi, 2007, p. 12 apud Borges, 2010, p. 103).

9 Na cronologia do Egito antigo, a história é dividida em Reinos/Impérios e Períodos Intermediários. Para maiores esclarecimentos, ver: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Sociedade do Antigo Oriente Próximo**. 2ª ed. São Paulo: ed. Ática, 1988, p.31.

10 Que aconteceram na cidade de Amarna, que, em seu contexto histórico, foi criada e governada pelo faraó Akhenaton (Séc. XIV a.C.), que a nomeou de Akhetaton.

11 Trecho retirado do site da coleção, disponível em <<http://mergulhonotempo.com.br/um-mergulho-para-o-alto-vol-i/>>, acesso em: 01 de nov. de 2024.

Nesse viés, a literatura de Carvalho conta-nos mais sobre a mulher egípcia conhecida na hodiernidade, revelando traços do que a historiografia já traz, junto à perspectiva da escritora sobre o assunto. Contudo, é preciso ater-se, também, as intencionalidades, na obra, depositadas, já que, nas palavras de Borges, “a literatura, como um registro social, é uma reflexão e leitura sobre a cultura e suas questões, uma agente que institui um imaginário e uma memória, um produto de criação que envolve memórias e a elas recorre como matéria ficcional, é permeada de intencionalidades.”, ela é construída a partir de um objetivo, que precisa ser compreendido pelo historiador, quando a historiza, inserindo-a, continua Borges, “no tempo e na sociedade em que foi produzida, clareando a relação de trocas recíprocas, de contatos e interações entre essas dimensões, suas aproximações e seus distanciamentos internos e externos.” (2010, p. 105-06).

Essa mesma obra literária, bem localizada em seu contexto histórico e social de produção, também bebe da disciplina histórica, revelando-se como um mecanismo para trazer, à ficção, o efeito da realidade. A partir disso, “a literatura é influenciada pela história e dessa forma caminham juntas, trabalhando com o processo de construção da mentalidade de um povo em determinada época e lugar. Pois como fruto cultural, sofre influência e também influencia.” (Farias et al, [s.d.], p. 2)

UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: AS MULHERES EGÍPCIAS E AS MULHERES DE TÂNIA CARVALHO

Ser mulher, por volta dos 2000 anos antes de Cristo, constituía-se como uma dádiva divina. Fortes, engajadas e decididas, destacaram-se por uma atuação constante, que revelou-se a partir das descobertas, que nos mostraram mulheres ativas em altos cargos e exercendo papéis importantes dentro de seu contexto social. Christiane Noblecourt, em seu *A mulher no tempo dos faraós* (1994), remonta a ideia de que, sendo o homem e a mulher criação divina, regidos pela ordem dos deuses, sua missão na vida terrena era a procura por melhorias sem infringir a *maat* – a ordem, o equilíbrio, portanto, é nesse caminhar que se nota ambos os sexos vivendo em certa equidade nas suas atividades cotidianas. Nas palavras da autora,

De acordo com todas as aparências, assim se apresentava a mulher egípcia, feliz cidadã de um país em que a igualdade dos sexos parece ter sido considerada, desde a origem, como um fato natural e tão profundamente enraizado que o problema foi sequer levantado (Noblecourt, 1994, p. 207)

Não à toa, fizeram da deusa Ísis “Senhora do Gênero Humano”, a irmã cuidadosa, a esposa fiel, amante previdente (Noblecourt, 1994, 207), ou seja, na essência de suas vidas, suas crenças religiosas, a figura feminina representava parte crucial de sua humanidade. É seguindo essa trilha que começamos a entender como as mulheres exerciam seu papel em seu meio social. Graças a documentação que sobreviveu ao tempo e às destruições, sabemos que a mulher

egípcia podia exercer diversos cargos, sejam eles administrativos, políticos ou econômicos, até mesmo em meio à medicina egípcia. Podendo ser governadora de uma província, ou inspetora do Tesouro. Como assevera Christian Jacq, em *As Egípcias* (1998, p. 226), “em suma, e à exceção do exército, estavam-lhe abertos quase todos os sectores de actividade que caracterizavam a civilização faraônica”.

Um estela em Abidos nos conta que “a soberana, a senhora”, que foi princesa hereditária, filha dos deuses Hórus, Geb e Tot, companheira do rei do Alto e Baixo Egito, a dama Nébet também foi juíza e vizir! Foi assim que descobrimos uma mulher, sogra do rei Pépi I, da VI Dinastia, a qual, filha desses deuses, possuía qualidades como um olhar clarividente, tal qual o deus Hórus, conhecia a língua sagrada, como o deus Tot, todas elas indispensáveis para ser vizir (Jacq, 1998, p. 225-226). Uma mulher nesse cargo só aparecerá novamente na XXVI dinastia, diz-nos Noblecourt (1994, p. 232). Ainda percorrendo terras egípcias, em uma mastaba de Gizé, jazia o corpo da dama Peseshet, superiora dos médicos, diretora das doutoras, a qual viveu durante a IV Dinastia, e dispunha, em sua morada eterna, diversos tratados médicos, que traziam consigo observações rigorosamente classificadas, diagnósticos e prescrições (Jacq, 1988, p. 232-235; Noblecourt, 1994, p.232).

Contudo, relata-nos Amanda Wiedemann, em sua tese *A questão de gênero na literatura egípcia do II milênio a.C.* (2007), que essa atuação da mulher no meio social começa a enfraquecer a partir das crises no fim do Reino Antigo. Nesses momentos é notório que, ao sinal das fragilidades econômicas e políticas, no chamado Primeiro Período Intermediário¹², a figura masculina toma o protagonismo, fazendo com que, nas representações iconográficas, por exemplo, as esposas dos chefes locais apareçam menores e atrás de seus maridos (Wiedemann, 2007, p. 111-12). Mas, apesar desse infortúnio, ainda no Reino Médio, algumas mulheres se destacam, como é o caso da dama Tchat, “a jovem”, que, durante a XII dinastia, viveu na região de Beni Hassan no Médio Egito. Era funcionária do poderoso governador local Knum-Hotep, sendo intitulada como “tesoureira e guardiã dos bens do seu amo”, em outros termos, era ministra das finanças de um governo local (Jacq, 1988, p. 241-42; Noblecourt, 1994, p.232).

É nesse mesmo período, mais no final do Reino Médio (2040 a 1640 a. C.), que começa a ascender a ideia de *Nebet-per*, ou a “Senhora da Casa”. Noblecourt nos diz que “essas ocupações começaram a diminuir, no Médio Império, quando o estado de *nebet-per* passou a “drenar” a maioria das atividades femininas” (1994, p. 233). Diferentemente do que a Senhora da Casa significa na hodiernidade, as mulheres egípcias que assumiam essa função, passavam a administrar suas casas, em todos os sentidos. Para ilustrar, Christian Jacq nos apresenta a dama Neferu. Rainha, esposa de um Mentuhotep, sua história nos conta que “ao casar, a mulher não perde nenhuma parcela da sua autonomia legal e jurídica, mas adquire uma pesada responsabilidade: dirigir efetivamente uma casa de maiores ou menores dimensões” (Jacq, 1998, p. 205),

12 O Primeiro Período Intermediário foi marcado pela descentralização do poder no Egito Antigo, momento em que os Nomos governaram o Alto e Baixo Egito.

ou seja, a sua atuação, enquanto mulher, não é inteiramente direcionada para a sua casa, mas, ao tomar as rédeas dessa administração, dedicando seu tempo à casa e à maternidade, seu espaço em outros ambientes, como na administração e no sacerdócio, passa a ser ocupado por homens. Wiedemann destaca que

Durante o Reino Médio, as principais ocupações femininas continuaram sendo as da vida doméstica, sob seu aspecto econômico, confecção de pão, de cerveja, de tecidos, e no âmbito das artes, a música (a harpa) e a dança. Note-se que os mestres de música e dança não são mais mulheres como no período precedente. Esculturas de madeira mostram mulheres ocupadas em atividades da casa como moagem de grãos ou nos cultos funerários privados, como portadoras de oferendas. Um certo número de sacerdotisas foi encontrado, mas de posição inferior no meio sacerdotal, os grandes escalões estão ocupados por homens (2007, p. 113)

Chegado ao Reino Novo (1550- 1070 a. C.), após o conturbado Segundo Período Intermediário (1640-1550 a. C), as mulheres, em sua maioria camponesas, viviam segundo sua condição social e econômica. Enquanto que as que trabalhavam no campo tinham uma vida árdua, as mulheres nobres desfrutavam uma vida confortável, além de continuar com seus direitos a cargos altos no exercício social. Com o advento da Reforma de Amarna, durante a XVIII dinastia, promovida por Amenhotep IV, ou Akhenaton, observa-se, na figura de Nefertiti, sua rainha, uma mulher da realeza, uma certa igualdade iconográfica, notável nas representações da família real, quando o faraó se fez esculpir proporcionalmente do mesmo tamanho que ela¹³. É nesse contexto que Tânia Carvalho situa suas mulheres¹⁴. Em um período que, teoricamente, as mulheres nobres estavam na ativa, com direitos iguais aos do seu sexo oposto.

Maatkare nasce prima de Akhenaton, uma criança da realeza. Ela nos conta¹⁵ sua vontade de conhecer os templos de Aton, demonstrando-se enquanto uma criança questionadora. Ao longo de sua infância, é notória a influência de mulheres resilientes, fortes e poderosas, como sua mãe, esposa do irmão do faraó, a qual demonstra ser uma forte inspiração para a criança Maatkare. Além dela, a rainha Nefertiti, que segundo o pai de Maatkare, influencia a menina em relação ao deus Aton. Durante sua meninice, a personagem transparece felicidade e saúde, acompanhada por sua ama Nibirat, familiares e amigos, sempre rodeada de atenção e cuidados. Mas algo que chama atenção é a sua persistência em visitar o templo de Aton. Nesse caminho, ela consegue ir e adiantar sua carreira sacerdotal, iniciando antes do tempo .

A historiografia nos revela que a criança, no Egito Antigo, carrega um papel imprescindível, já que, como coloca Wiedemann, “era a finalidade obrigatória da família e o centro das preocupações morais”. A autora continua, dizendo que os egípcios adotaram a crença de que as conquistas que mereciam orgulho deveriam ser aquelas adquiridas pelo esforço, não por

13 David, Ann Rosalie. Capítulo 6: A Heresia de Amarna: O Novo Império, c. 1400-c. 1320 a. C. In: David, Ann Rosalie. *Religião e magia no Antigo Egito*. Trad. Angela Machado – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

14 Neste trabalho aprofundaremos a análise de duas personagens em específico: Maatkare e sua ama, Nibirat.

15 A personagem principal é a narradora do livro.

qualidades inatas. Isso permitia que toda criança tivesse a oportunidade de aprender, podendo ascender em diversos tipos de conhecimentos, podendo, por exemplo, tornar-se sábio (2007, pp. 147-48). Logo, desde o nascimento, a criança era rodeada de cuidados, ainda nos primeiros anos, era amamentada pela mãe ou pela ama-de-leite. Quando criança andava nua, geralmente rodeada de animais que a protegia de pequenos bichos peçonhentos. Brincava e jogava jogos assim como os meninos, praticava acrobacias que a preparava para o futuro junto às danças ritualísticas. Também podia, com algumas exceções, ter acesso à educação, que era, prioritariamente, ofertada aos meninos (Noblecourt, 1994, p. 227-232).

A dama Mut, aquela que carrega em seu nome, o significa “mãe”, preocupava-se com a educação de sua filha. Assim, Jacq (1998) nos mostra como era o processo para educar uma menina, que ouvia músicas, aprendia a cantar e a tocar um instrumento, a fiar e a tecer. Para além disso, a dama Mut ensinava acerca da moralidade,

para aplicar no dia-a-dia, a menina deverá amar a verdade e detestar a mentira, evitar os excessos e as paixões destrutivas, não se julgar o centro do mundo, praticar a solidariedade, saber ouvir, saborear as virtudes do silêncio e falar sabendo o que diz, respeito à palavra dada, não reagir ao mínimo impulso vindo do exterior, reconhecer em todas as coisas a presença do sagrado e do mistério e tentar ser reta (Jacq, 1998, p. 212)

Após ser iniciada, de criança questionadora, Maatkare passa a ser uma adulta obstinada. Agora, sacerdotisa, passa pelo processo de aprendizagem e aperfeiçoamento, tendo contato com sacerdotisas e gran-sacerdotisas. Durante esse momento de sua vida, ela demonstra afeto pelo seu povo, disponibilizando-se para ajudar aqueles que mais precisavam. Observa-se, ao longo da trama, que ela tem liberdade em relação a sua vida, ao tempo que precisa cumprir com alguns deveres, instituídos a sua pessoa, os quais, para ela, são necessários já que a vontade de Deus está acima de tudo. Ela apaixona-se, mas abdica o tempo com o seu amor, para cumprir o que lhe foi destinado. Nas entrelinhas dessas passagens, fica, no ar, a sensação de que há certo equilíbrio entre os papéis sacerdotais, seja masculino ou feminino. Não à toa, posto que, segundo Christian Jacq, um aspecto marcante na vida espiritual dos antigos seria “a ausência de rivalidade espiritual e intelectual entre homens e mulheres. Trabalharam juntos nos templos e formaram comunidades dirigidas ora por um homem ora por uma mulher [...]” (1998, p. 56)

À vista disso, o autor nos apresenta a filha do sumo sacerdote de Hathor, o nobre egípcio Nekanq, que, ao repartir o seu cargo sacerdotal, deixa partes iguais para os filhos e sua filha, que assume um cargo tão importante quanto os dos seus irmãos (Jacq, 1998, p.56-57). Por infelicidade, ou por não existir, não encontramos fontes que nos contassem mais sobre o sacerdócio durante a Reforma de Amarna, relativas às sacerdotisas de Aton. Contudo, percebendo, a partir da adoração a outras deusas e deuses, têm-se uma noção de como funcionava esse processo de iniciação e execução do cargo sacerdotal. Segundo Noblecourt, alguns deuses eram reverenciados e recebiam, para o sacerdócio, as mulheres, como a deusa Hathor e a deusa Neith, além dos

deuses Tot, Ptah, Konsu, Min e Sobek. Conquistado o título de sacerdotisa, recebiam a dignidade de Profetisa ou Serviçal do Deus: *Hemet-Néter* (1994, p. 236-37).

Contudo, como já apontamos, com as mulheres mais ligadas às suas casas, enquanto *nebét-per*, Noblecourt (1994, p.237) acentua que durante o Reino Novo, há uma regressão da atuação feminina nos templos, exceto para o serviço tebano, que recebeu algumas Segundas Profetisas. O movimento segue, reservando esse espaço para as mulheres nobres, que passam a ocupar cargos como o de Superiora do harém do deus, podendo, algumas damas burguesas¹⁶ ter acesso à função de cantora de Amon, já que ser Esposa do deus era exclusivo da realeza.

No seu tempo de criança, Maatkare passa a maior parte com sua ama, Nibirat. Com ela, a menina constrói uma relação de intimidade e confiança, presenteando-nos com episódios mais íntimos e de carinho entre as duas, nos quais Maatkare encontra conforto nos braços de sua ama, confidenciando-a seus pensamentos e angústias, ou quando nos descreve momentos de implicância entre elas. A ama mostra-se preocupada com os modos, com a educação e com o bem-estar da criança. Em alguns acontecimentos, revela-se certa angústia de sua parte, quando a menina se sente mal, principalmente, quando demonstra preocupação sobre como explicar a situação de Maatkare aos seus pais. Nessa perspectiva, sabe-se, pelos egiptólogos¹⁷, que as amas de leite de algum nobre provinham da alta classe – o que não fica claro em relação à Nibirat. Noblecourt nos diz que, no harém, encontrava-se a “Casa dos infantes reais”, onde ficavam as amas, escolhidas entre as damas da nobreza. A autora acrescenta que essas mulheres, estendiam-se na vida dos jovens também como preceptoras, não à toa, necessitavam de instrução para acompanhar os estudos de seus pupilos (1994, p. 101).

Wiedemann estende a ideia de que “a posição de “ama de leite do rei” não era um cargo dentro da burocracia estatal, mas ainda assim, carregava um potencial de influência com o próprio rei, e, portanto, um canal de poder.” (2007, p. 128). Não em vão, Christian Jacq continua que a ama entra em ação logo após o nascimento da criança (Jacq, 1998, p.192), carregando consigo títulos como “aquela que criou o deus”, “a do doce seio”, “vigorosa a amamentar”, “aquela cuja pele foi tocada por Hórus” (Ibidem, p.193). Como prova da importância dessas mulheres nas vidas dos membros reais, Hatshepsut¹⁸ coloca, no interior de sua morada eterna, o Deir el-Bahari, uma estátua de Satré, sua ama de leite (Ibidem). Maatkare nos permite saber que Nibirat, para além de ama, parece ter sido uma acompanhante do dia a dia de Maatkare, talvez, uma espécie de preceptora.

16 Termo utilizado pela autora.

17 Christiane Noblecourt, Christian Jacq e Amanda Wiedemann.

18 Mulher faraó da XVIII dinastia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É navegando na literatura de Tânia Carvalho, que conhecemos outras mulheres, que se mostram determinadas e seguem sempre firmes naquilo que acreditam, construindo o mundo que desejam para si. Nessas águas, a autora dá à luz a várias personagens femininas que se destacam a partir da sua feminilidade como poderosas, cheias de personalidade, liberdade, força e resistentes às tentativas de opressões que surgem ao longo da trama. Na construção do seu enredo, percebemos o teor histórico na narrativa, o que nos revela os cuidados da autora ao escrever sua obra, que ilustra trajetórias, remontando a vida de rainhas, mães, amas, mulheres pobres, sacerdotisas e mestras, e destacando seus protagonismos nas relações sociais do Antigo Egito.

Assim, através do diálogo entre a História e a Literatura, que se mostra como um suporte para a análise dessas figuras femininas, conseguimos conceber mais sobre as aproximações e os distanciamentos dessas mulheres na historiografia e na obra literária. Como nos fala Noblecourt, é quando o acaso traz para nós a “existência da mulher egípcia, a mãe respeitada acima de tudo, a mulher sujeita a uma estrita lei moral, mas dotada de grande liberdade de expressão [...] Sua feminilidade é radiante e rebuscada.” A partir disso, a literatura pode nos apresentar um pouco mais do que Noblecourt apresenta como “a vida de múltiplas faces”, quando “surgem as anedotas, aparecem as intrigas; o adultério, que deve ser severamente punido, encontra seus arranjos e as criadas bajulam as amas; sacerdotisas puderam se esquivar da fidelidade conjugal e, às vezes, até mesmo rainhas conspiraram contra seu soberano” (1994, p. 19).

É aqui que o movimento da História das Mulheres se revela como ferramenta imprescindível para a aclamação da mulher egípcia, no mundo antigo, enquanto ser dotada de historicidade, dando margem a diversas outras análises. Este é apenas o começo de um mergulho.

REFERÊNCIAS

- BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Trad: Álvaro Cabral - Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. **Revista de Teoria da História**. Goiás, Ano 1, n. 3, 2010.
- CARVALHO, Tânia. **Um Mergulho para o Alto**. João Pessoa: Manufatura, 2002.
- DAVID, Ann Rosalie. Capítulo 6: A Heresia de Amarna: O Novo Império, c. 1400-c. 1320 a. C. In: DAVID, Ann Rosalie. **Religião e magia no Antigo Egito**. Trad. Angela Machado – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- FARIAS, Joel Nunes de; MÉLO, Márcio de; SILVA, Luandson Luis da; SILVA, Marly Santos da. O USO DE LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA E A RELAÇÃO ENTRE A LITERATURA E A HISTÓRIA. **X Congresso Internacional de Línguas e Literaturas**. VI

Colóquio do núcleo de Estudos Hispânicos do CCHL - UESPI, [s.d.].

JACQ, Christian. **AS EGÍPCIAS**: retratos de mulheres do Egíto Faraônico. Trad. Maria Bragança. Portugal: Edições Asa, 1998.

NOBLECOURT, Christiane Desroches. **A mulher no tempo dos faraós**. Tradução: Tânia Pellegrini - Campinas, SP: Papyrus, 1994.

PERROT, Michelle. ESCREVER UMA HISTÓRIA DAS MULHERES: relato de uma experiência. **cadernos pagu** (4): DOSSIÊ: História das Mulheres no Ocidente. 1995: pp. 9-28.

WIEDEMANN, Amanda. **A questão de gênero na literatura egípcia do II milênio a.C.** Tese - Doutorado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói: UFF, 2007.

A REPRESENTAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA NAS MÁSCARAS FUNERÁRIAS NO EGITO ROMANO

Jéssica Ladeira Santana
j.ladeira.santana@gmail.com
UFES | LEIR/ES

RESUMO

Na presente comunicação temos o objetivo de apresentar como a elite da *chora* do Egito romano representava a sua identidade mediante a análise das máscaras funerárias de Hawara, no Faium, no século I d.C. Esta elite escolheu símbolos greco-romanos em conjunto com egípcios para a arte mortuária. Isso se deve ao contexto sócio político do Principado, no qual as elites da *chora* alçava *status* e privilégios ao demonstrar a *paideia*, participação no ginásio e o idioma grego. Além de visarem postos administrativos nas aldeias e nas capitais de nomos. Deste modo, transitavam em circunstâncias que a identidade greco-romana era requisitada, porém não deixaram a tradição milenar egípcia, pelo contrário, a elite da *chora* atuou na manutenção da memória cultural. Assim, preservaram o culto e a confecção de máscaras funerárias, as quais avocava seus antepassados, mas foram adicionados símbolos greco-romanos que demonstraram o pertencimento desta elite na aristocracia imperial, em menor ou maior grau. Para analisar as fontes utilizamos os conceitos de *representação*, *identidade*, *hibridismo cultural* e *memória coletiva*.

Palavras-chave: Egito romano, máscaras funerárias, representação, memória coletiva.

O EGITO NO SÉCULO I

No século I d.C., o Egito já estava sob dominação do Império Romano desde 30 a.C. Neste momento o governo romano promoveu uma série de reformas políticas e sociais. Augusto determinou os rumos da nova província, construiu alianças com as elites da *chora*,¹ as quais tinham ascendência helena (pois eram descendentes de veteranos que migraram da Hélade ao

¹ De acordo com Marcia Vasques (2014, p. 48-49), os Ptolomeus foram responsáveis por estabelecer a divisão do Egito em *pólis* e *chora*, concebendo o território egípcio como uma extensão de Alexandria. É importante destacar que diferenciar as áreas rurais e urbanas do Egito antigo apresenta grande complexidade, pois a vida nesse território era profundamente influenciada pelo Nilo. Suas margens férteis favoreciam a agricultura, enquanto as regiões mais afastadas eram desérticas. Além disso, a religião egípcia organizava o espaço conforme o ciclo solar: a leste do rio, localizavam-se as áreas destinadas à habitação, enquanto a oeste, onde o sol se punha, estavam situadas as necrópoles.

Egito, pois receberam terras dos ptolomeus). Para ser considerado parte da elite da *chora*, os sujeitos deveriam comprovar participação no ginásio, ter terras rurais e uma habitação na capital do nomo. Além disso, as elites locais auxiliaram o governo romano na municipalização da *chora*, levando instituições e monumentos greco-romanos, viabilizando a imagem imperial (Von Seehausen, 2014, p. 56). Esta política foi mais ativa no Faium, região do Médio Egito, em que muitas aldeias eram compostas do plano ortogonal, pois algumas foram fundadas sob dominação ptolomaica.

Estamos falando das elites da *chora*, mas quem as compunha no Faium? Eram indivíduos abastados, membros do ginásio e detentores da *paideia*.² Atuavam como proprietários de terras, profissionais agrícolas, ricos sacerdotes, banqueiros, comerciantes, entre outros. A partir do século I, as elites da *chora* conseguiram desempenhar cargos administrativos municipais. Elas podiam ser provenientes da capital do nomo ou aldeões (Bowman; Rathbone, 1992, p. 122; 126). Além de ocupar atividades na política, alguns membros desta elite buscaram prestígio social ao associar às autoridades locais, sendo uma das formas o casamento com um alto funcionário da administração (Langellotti, 2020, p. 118).

Na esfera cultural, estas elites permeavam entre as culturas egípcia, helena e romana. A cultura egípcia mantinha por meio da atuação dos sacerdotes, que perpetuavam a tradição egípcia faraônica a milênios e passavam de geração em geração. A cultura helena foi adotada por meio de casamentos mistos entre os veteranos que migraram para o Egito, durante o período ptolomaico, e também mediante a participação no ginásio, lugar em que recebiam a *paideia*. E a cultura romana estava a pouco tempo no Egito, mas se associar a ela era bem quisto pelo governo romano, e era um meio para garantir prestígio social. Sendo assim, em vida um membro da elite da *chora* poderia percorrer por estas três culturas de acordo com o contexto, mas na morte todas estas identidades eram agrupadas todas e faziam do ritual funerário uma manifestação de uma cultura híbrida sendo produzida no Egito romano.

A MORTE E OS ENVOLTÓRIOS DE MÚMIAS

As concepções funerárias no Antigo Egito eram profundamente ligadas às crenças religiosas. Entre os egípcios, destacavam-se duas mitologias principais: o ciclo ctônio, associado a Osíris,³ e o ciclo solar, relacionado a Ra,⁴ ambos orientando a forma como a morte era com-

2 Conforme Margarida Maria de Carvalho (2010, p. 153), “[...] quando nos remetemos à Paideia estamos, necessariamente, nos referindo à questão da educação ou formação dos homens [...]”. Esse conceito abrangia um conjunto de saberes literários, mitológicos, filosóficos, políticos, oratórios e retóricos, que formavam a base da cultura clássica greco-romana. Esses conhecimentos eram essenciais para aqueles que buscavam alcançar posições de destaque na sociedade imperial (Lima Neto, 2018, p. 73).

3 Osíris é o deus do submundo egípcio, o Duat (Hart, 2005, p. 114).

4 Ra, o deus-sol, é a essência suprema de todas as manifestações do deus-sol, abrangendo os três reinos: céu, terra e submundo (Hart, 2005, p. 133).

preendida. Essas crenças moldaram não apenas os rituais e práticas funerárias, mas também a confecção de artefatos, como máscaras funerárias, que desempenhavam um papel crucial na proteção e representação do falecido.

Os dois entendimentos sobre a morte consistia em: o solar de Ra, o óbito é como renovação, no retorno do falecido ao seio da mãe, simbolizado pela deusa Nut;⁵ e de o ciclo ctônio de Osiris, a morte é como justificação (Von Seehausen, 2014, p. 61). Da mesma forma, como Rá e Osiris enfrentaram os desafios do desconhecido para atingir o renascimento, o falecido poderia encarar os temores e os perigos da morte e renascer, não como era em vida, mas como uma entidade transformada e aprimorada, o *Akh* (Riggs, 2005, p. 28). Os egípcios acreditavam que, após a morte, os diversos elementos da parte “espiritual” do indivíduo se dividiam, sendo eles o *Ka*, o *Ba*, o *Akh*, a sombra e o nome. O *Ba* é semelhante a uma “alma”, representado com cabeça humana e corpo de falcão, e, em alguns casos, com braços. O *Ka* é gerado junto com o corpo da pessoa, simbolizado por dois braços erguidos verticalmente. O *Akh* era o espírito exaltado, quando o falecido deixava a morte para trás e se transformava em um ser luminoso, associado às estrelas. Este componente não descreve um estado, pois o falecido se torna *Akh* ao ser glorificado, estágio que só era atingido por aqueles que viveram de acordo com Maat (Vasques, 2005a, p. 28).⁶

Para proteger o corpo, os egípcios tinham uma longa tradição de mumificar e também de confeccionar máscaras para representar o morto. As primeiras máscaras foram elaboradas entre o final do Primeiro Período Intermediário e o início do Médio Império (séculos XX ou XXI a.C.). Em aproximadamente 1200 a.C., a utilização das máscaras funerárias caiu em desuso, porém voltou a serem usadas na XXVI (26ª) Dinastia (664-525 a.C.), em sepultamentos de oficiais em Hawara e Saqqara. Continuaram a ser utilizadas até no período romano, momento em que foram bastante requisitadas, e além das máscaras o corpo poderia receber um envoltório no padrão romboide ou de cartonagem (Vasques, 2005a, p. 33-35).

Informações sobre os artesãos que fabricaram as máscaras funerárias são escassas. Mas é possível que existia uma oficina com o monopólio da confecção das máscaras no Faium, e que há uma suposição que ela fosse controlada pelo governo romano (Vasques, 2005, p. 44). Já sobre o material que as máscaras foram fabricadas, temos mais conhecimento. A máscara funerária que analisamos é de cartonagem, material bastante popular para esta finalidade no Faium. Os artesãos tinham moldes para fabricar as máscaras, e isso permitia pouca diferenciação física entre elas. E os detalhes como penteado, cabelo, barba, bigode, orelha, coroa e joias eram adicionados posteriormente (Vasques, 2005a, p. 41-42).

5 A deusa Nut atuava no funerário, não deixando o defunto sem água e proporcionando a respiração no pós-morte (Hart, 2005, p. 110; 112).

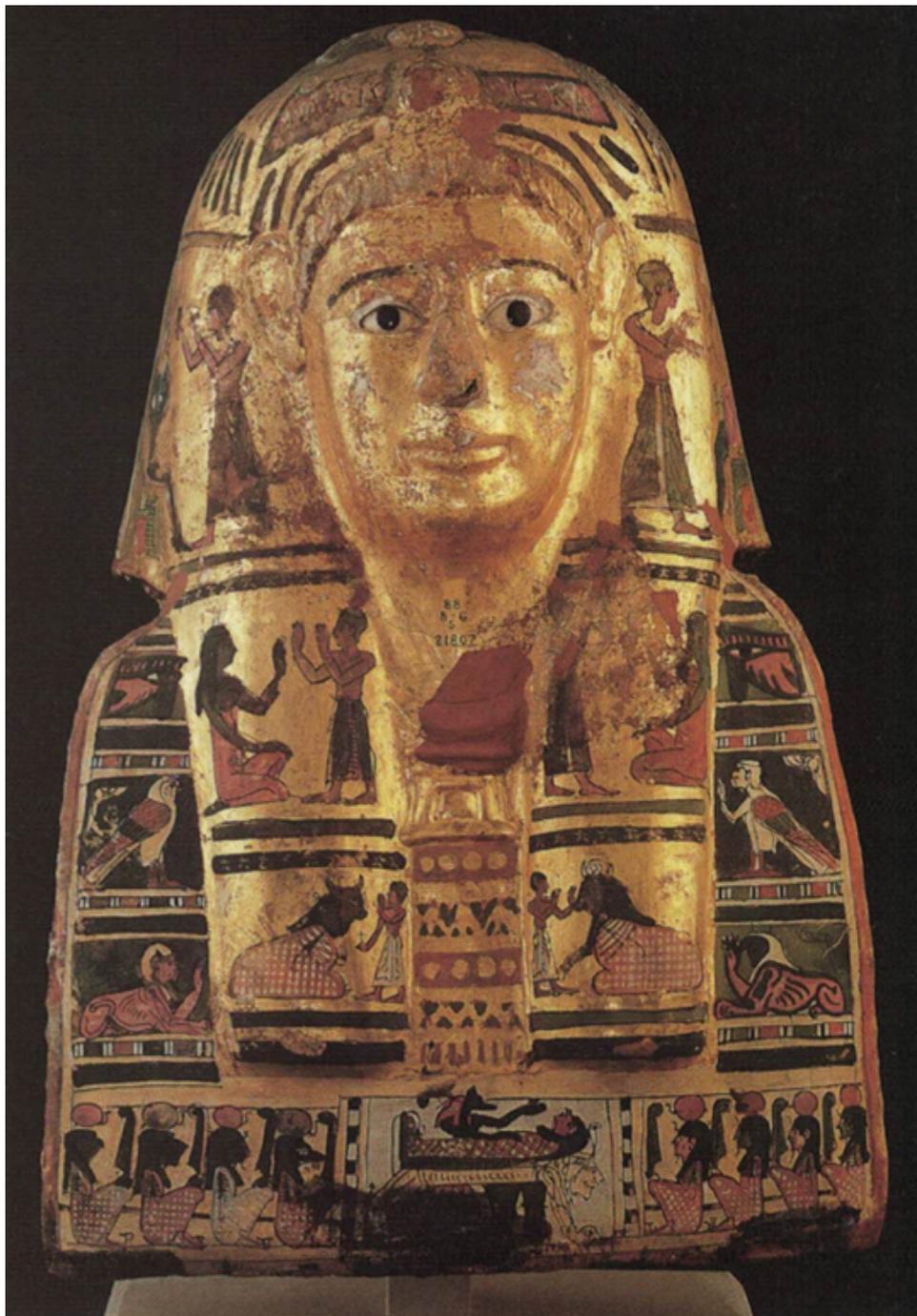
6 Maat é a representação dos conceitos de justiça, verdade e ordem cósmica (Vasques, 2005a, p. 67).

À vista disso, as práticas funerárias no Antigo Egito, demonstram a complexidade das crenças religiosas dos egípcios em época romana. As máscaras funerárias, que eram praticadas a milênios, desempenhavam além de sua função protetora e representativa, pois os símbolos utilizados nelas contribuíam para o renascimento e a continuidade da alma, mostrando a preocupação dos egípcios em garantir que o falecido fosse devidamente acompanhado em sua transição para o além. Ao longo do tempo, a evolução e o uso dessas máscaras, desde o Médio Império até o período romano, também revelam a adaptação das práticas funerárias egípcias às diferentes dinastias e influências externas, como o governo romano. A fabricação das máscaras reflete a habilidade artesanal e a importância desse elemento no processo de mumificação e sepultamento. Em suma, a tradição egípcia funerária não apenas demonstra a crença dos egípcios, no período romano, mas também evidencia a importância da preservação da identidade e da alma do falecido, garantindo sua transformação e continuidade no além e também para os vivos, na comunidade em que pertencia.

ANALISANDO A MÁSCARA DE MAREIS

No século I d.C. as máscaras funerárias estavam em voga, e em cada região poderia mudar mediante aos estilos dos artistas das oficinas e de acordo com os requisitos das elites locais. Estudamos as máscaras do Faium, um bom exemplo é a *máscara funerária de Mareis* (Figura 1) é de aproximadamente 20 e 40 d.C., sepultada na necrópole de Hawara, próxima a capital Arsínoe, no Faium. Ela é dourada e com representação do morto usando um toucado tripartite, um sorriso e olhos incrustados. Segundo Marcia Vasques (2005b, p. 15), o rosto de Mareis (Figura 1) foi feito seguindo o estilo ptolomaico, com um leve sorriso, olhos incrustados e com o toucado com cenas egípcias.

Figura 1 - Máscara funerária de Mareis



Fonte: British Museum (2024).⁷

A máscara de Mareis (Figura 1) também tem uma franja cacheada na testa, penteado que segue o estilo Júlio-Claudiano, aludindo ao imperador de sua época. Este elemento demonstra a filiação do defunto com a família imperial. Deste modo, conseguimos perceber a interação das culturas egípcias e greco-romanas na construção de um objeto que demonstra como os egípcios

⁷ A imagem utilizada está disponível no acervo digital do Museu Britânico, e pode ser acessada pelo seguinte endereço: https://www.britishmuseum.org/collection/object/Y_EA21807. Acesso em: 30 jan. 2024.

se entendiam no período romano, assim exibiam um hibridismo cultural sendo construindo e representado nas máscaras funerárias, que pertence a tradição egípcia, com símbolos da crença faraônica, com o rosto análogo aos confeccionados no período ptolomaico e com a franja semelhante ao imperador, e com o nome no idioma grego.

Além de representar um hibridismo cultural, a *máscara funerária de Mareis* (Figura 1) manteve a memória coletiva egípcia. Devido as representações das divindades cultuadas pelos egípcios a milênios. No alto de sua cabeça há um escaravelho alado, inseto que representava o deus-sol e tinha a capacidade de viajar pelo céu, assim como Osíris, sob cuja cabeça um escaravelho apareceu enquanto ele repousava em um sarcófago funerário, em Abidos (Riggs, 2005, p. 4). Em ambos os lados do rosto, há uma figura em pé, em postura de oração. Logo depois, um indivíduo de pé reverencia uma divindade: de um lado, Ísis,⁸ e do outro, Néftis,⁹ ambas desempenhando o papel de protetoras do falecido (Vasques, 2005a, p. 64). A cena inferior mostra uma figura em pé reverenciando um touro mumificado com o disco solar sobre a cabeça. Este animal possivelmente simboliza o touro Ápis,¹⁰ o qual recebe em seu corpo a alma de Osíris (Sales, 2013, p. 65). No peitoral, também há representações da crença egípcia em ambos os lados. O primeiro registro mostra o olho *udjat*, de Hórus, metade humano e metade falcão, símbolo de cura, poder unidade (Pinch, 2002, p. 231). Em seguida, há um pássaro (possivelmente um falcão) no lado direito, e um pássaro *ba*,¹¹ no lado esquerdo. O terceiro registro mostra uma esfinge, com cabeça humana à direita e com cabeça de pássaro à esquerda. Na parte inferior, há uma série de quatro figuras sentadas de ambos os lados e, no centro, Anúbis cuidando da múmia. A *máscara funerária de Mareis* (Figura 1) é composta por símbolos de proteção ao falecido, com representações da mitologia egípcia, proporcionando um enterro adequado, protegendo o corpo e ajudando no renascimento (Riggs, 2005, p. 2).

À vista disso, as máscaras funerárias, como a de Mareis (Figura 1), eram utilizadas para demonstrar a identidade o morto e em grande medida a sociedade local, representando todas as filiações políticas e culturais e também para preservar a memória coletiva egípcia. Assim, os egípcios mantiveram símbolos por milênios, reconstruindo para dar sentido ao contexto social e histórico, desta forma organizando a prática do passado para o presente (Assmann, 2011, p. 22-28).

Em suma, as máscaras funerárias do Egito romano, como a de Mareis, são testemunhos do hibridismo cultural produzido no Egito romano. As máscaras funerárias nos mostram como,

8 A deusa Ísis é de “imenso poder mágico, mãe simbólica do rei” (Hart, 2005, p. 79).

9 A deusa Néftis é uma “deusa funerária com um papel subordinado no mito de Osíris” (Hart, 2005, p. 102).

10 O touro Ápis estava associado à fecundidade agrícola, como símbolo da força da natureza. Durante sua vida, seu *ba* era considerado “a segunda vida de Ptah”, tornando-o “o intermediário vivo de Ptah”. Além disso, seu corpo era receptáculo da alma de Osíris, o que lhe conferia o papel de divindade funerária na necrópole de Mênfis (Sales, 2013, p. 64-65).

11 O pássaro *ba* é um dos componentes que constituem a personalidade de um indivíduo, sendo separado no momento da morte (Vasques, 2005a, p. 68).

mesmo sob o domínio romano, os egípcios conseguiram preservar suas práticas religiosas e sociais, ao mesmo tempo em que se associaram ao novo *status* imperial, demonstrando o dinamismo e a resiliência dessa civilização ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

Documentação primária da cultura material

DOXIADIS, E. **The Mysterious Fayum Portraits: Faces from Ancient Egypt**. London: Thames & Hudson, 2000.

Obras de referência

HART, G. **Egyptian Gods and Goddesses**. London/ New York: Routledge, 2005,

Bibliografia instrumental

ASSMANN, J. **Cultural Memory and Early Civilization: Writing, Remembrance, and Political Imagination**. Cambridge: Cambridge University, 2011.

BURKE, P. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2021. p. 7-72.

Obras de apoio

BOWMAN, A. K.; RATHBONE, D. Cities and Administration in Roman Egypt. **The Journal of Roman Studies**, v. 82, p. 107-127, 1992.

CARVALHO, M. M. de. **Paideia e retórica no séc. IV d.C.: a construção da imagem do Imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno**. São Paulo: Annablume, 2010.

LANGELLOTTI, M. **Village life in Roman Egypt: Tebtunis in the First Century AD**. Oxford: Oxford University, 2020.

LIMA NETO, B. M. *Paideia* e ascensão social na África romana: a biografia de Apuleio de Madaura (séc. II d.C.). **Heródoto**, n. 2, v. 3, p. 72-87, 2018.

PINCH, G. **Handbook of Egyptian mythology**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2002.

RIGGS, C. **The Beautiful Burial in Roman Egypt: Art, Identity and Funerary Religion**. Oxford: Oxford University, 2005.

SALES, J. das C. Em busca do touro Ápis pelos caminhos da mitologia do antigo Egípto. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**, n. 18-19, p. 61-81, 2013.

VASQUES, M. S. Espaços urbanos e relações de poder no Egito Romano. **Romanitas**, v. 3, p. 47-64, 2014.

VASQUES, M. S. **Crenças funerárias e identidade cultural no Egito romano**: máscaras de múmia – volume I. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005a.

VASQUES, M. S. **Crenças funerárias e identidade cultural no Egito romano**: máscaras de múmia – volume II. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005b.

VON SEEHAUSEN. P. L. D. **Etnia e identidade nas estelas funerárias do Egito romano**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Sites de apoio:

THE TRUSTEES OF THE BRITISH MUSEUM. Mummy-mask; cartonnage. c.2024.
Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/collection/object/Y_EA21807>. Acesso em: 30 jan. 2024.

O BREVIÁRIO DA HISTÓRIA ROMANA, DE FLÁVIO EUTRÓPIO, PARA O PORTUGUÊS: UMA EXPERIÊNCIA TRADUTÓRIA

Jonathan Faustino de Jesus
(Letras Clássicas – UFPB. E-mail: bluejonathan4@gmail.com)

Félix Jácome Neto
(DLCV-UFPB. Orientador. E-mail: felix.jacome@academico.ufpb.br)

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar o projeto de uma tradução comentada do *Breviarium historiae Romanae* (Breviário da história Romana), do historiador romano Flávio Eutrópio, que serviu como secretário do imperador Flávio Júlio Valente, a quem dedicou sua *Magnum Opus*. Como o próprio nome da obra sugere, o *Breviarium* é um compêndio das ações e dos imperadores, de forma breve (*brevi*) e em ordem cronológica (*per ordinem temporum*) desde a fundação da urbe, ou seja, a partir de Rômulo. A obra é de tal relevância que durante muito tempo serviu como material de ensino, a ponto de merecer uma ampliação por Paulo, o Diácono, para chegar até os tempos do imperador Justiniano I, pois o texto, inicialmente, narrava até a ascensão e feitos do próprio Valente. Devido a isso e a um número reduzido de traduções do texto disponíveis em língua portuguesa, nos propomos a fazer uma tradução integral da obra e nesta comunicação mostraremos excertos já traduzidos que ilustram nossas escolhas tradutórias.

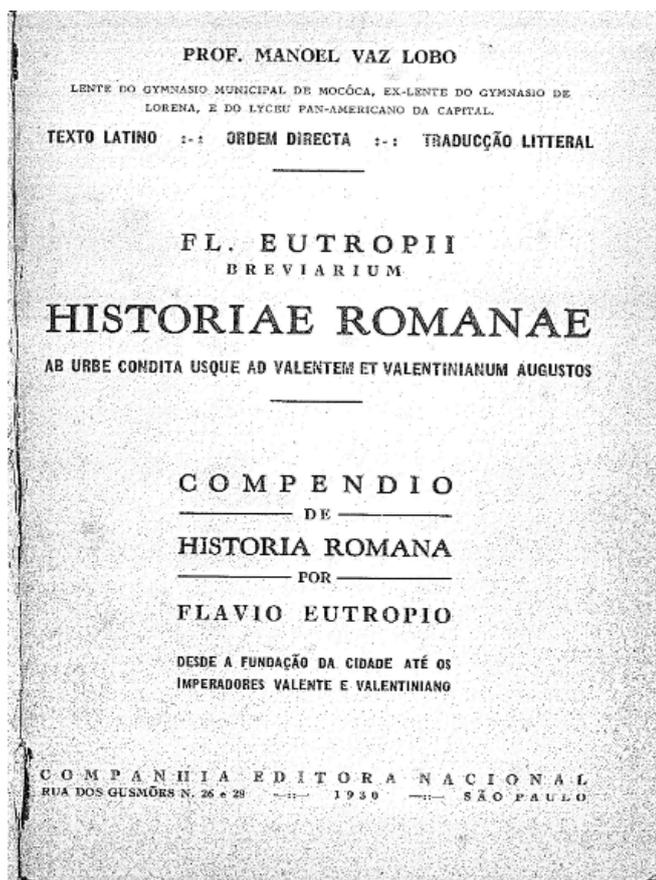
Palavras-chave: História Antiga, Tradução, Flávio Eutrópio.

INTRODUÇÃO

As informações sobre Flávio Eutrópio são escassas, havendo apenas algumas suposições acerca delas, no entanto, a que mais prevalece no meio acadêmico é a de que ele teria nascido por volta 320 e falecido em 390, possivelmente. Ao longo de sua vida, nos é atestado que ele tivera boas relações com imperadores romanos e outras personalidades de prestígio do império, tanto que conseguiu manter o cargo de *magister epistularum*, e mais tarde ser nomeado *magister memoriae*, época na qual concluiu sua obra e entregou a Valente, conforme podemos inferir com base na dedicatória escrita pelo autor. Ao que tudo indica, tinha conhecimento da língua grega, visto que se vale dela para explicar alguns termos técnicos ao longo do texto. Serviu a cinco imperadores: Constâncio II, Juliano, Joviano, Valente e Teodósio. Logo seu prestígio

profissional é indiscutível. Dentre os autores que possivelmente Eutrópio teria usado como referência para seu Breviário, destacam-se: a) Tito Lívio; b) Fábio Pictor; c) Floro.

Emma Falque (1999), na introdução da edição espanhola da Gredos, aponta que os brevíários romanos tinham certa fama, porque eram respostas ao pedido do povo, que buscava saber sobre as principais ações e história romana de forma breve e sucinta, sem rebuscamentos estilísticos, sendo outro fator ligado à difusão e cópia do manuscrito a extensão, se fosse deveras longo implicaria em dificuldades na reprodução, logo na aquisição, com aumento do preço.



Ademais, parte da popularidade dos brevíários ou epitomes se dava no ensino, que precisava de manuais didáticos e sucintos. A tudo isso, o Breviário de Eutrópio atendia, inclusive, continuou a ser usado na posteridade, tendo sido utilizado nesse mesmo intuito até o século XX no Brasil, quando ainda se estudava latim na Educação Básica.

A última tradução para o português que localizamos data de 1930, uma tradução integral do Breviário, chamado de Compêndio, que era utilizado para ensino história e latim, devido à sua simplicidade estilística, aliás, era bilíngue.

Depois desta, só conseguimos localizar em língua portuguesa uma edição de 2016, traduzida pelo professor da UnB Henrique Modanez de Sant'Anna, publicada pela revista *Romantitas*, porém, esta é parcial, abrangendo apenas o Livro I.

DESENVOLVIMENTO

Dentre as características do texto de Eutrópio, podemos destacar algumas próprias do “latim vulgar”, mas entenda-se vulgarismo aqui por popular, não como algo banal, pois como argumenta Jason (2004, p. 69-70), o termo “vulgar” pode levar a falsa impressão de que se trata de um latim sem qualidade ou mesmo de uma língua distinta do “latim clássico”. O “latim vulgar” foi a expressão falada do latim e, como tal, parte integrante do sistema linguístico que chamamos de língua latina. Por exemplo, Eutrópio utiliza muita parataxe, que é a coordenação, em grande parte do texto, evitando subordinação, isso mostra pelo uso constante de “*et*”, conjunção coordenativa por excelência do latim. Por outro lado, na maioria das vezes em que utiliza a subordinação, esta é feita com um pronome relativo retomando o termo antecedente, ou com o uso de pronomes como *hic*, *haec*, *hoc*, recorrendo assim poucas vezes às conjunções. De igual modo o uso do caso dativo, com exceção de *sibi*, caem em desuso, dando vez às preposições.

Usa-se também um grande número de preposições para demarcar bem o sentido, sendo esta prática tipicamente “vulgar”, assim como outros elementos como o uso frequente de pronomes pessoais, demonstrativos e indefinidos, orações curtas, uso constante de partículas consecutivas repetitivas, como *post*, *deinde*, *postea*, que significam “depois” ou “em seguida”. Algumas dessas características são próprias ao gênero *Breviário*, talvez, por isso, tenha se tornado tão famoso entre os romanos, por causa dessa linguagem mais simplista. Há ainda um último apontamento, no sexto parágrafo ocorre a variação vulgar *inchoavit*, que vem do verbo *inchoo*, na qual o “o” medial cai, possivelmente para uma facilitação de pronúncia, evitando a sílaba “ho” aspirada e formando o fonema “cho”.

METODOLOGIA

Pym (2017) conclui que se deve ficar à vontade para transitar entre os paradigmas tradutórios existentes, selecionando ideias que nos auxiliem na resolução de problemas, afinal todo e qualquer paradigma incorre em problemas, desde teorias de equivalência, do escopo, paradigmas descritivista, incerteza, localização, até a tradução cultural. Portanto, é de suma importância estabelecer não necessariamente uma teoria da tradução a se seguir, mas, sobretudo, critérios colhidos nas mais diferentes teorias, que nos auxiliem na produção de um texto funcional.

Assim exploramos teorias da tradução, a fim de colher elementos teórico-tradutórios que sejam compatíveis ao nosso *modus operandi*, atendendo aos critérios pré-estabelecidos de nosso projeto tradutório, a saber: a) tradução operacional-litera; b) paralelismo sintático; c) preservação de figuras de linguagem e outros elementos ao texto, como vocábulos pertinentes, sempre traduzidos, quando possível, por vocábulos de mesma raiz etimológica; d) rearranjo das orações em ordem direta.

Quanto ao trabalho de tradução propriamente dito, este foi feito, a princípio, aliado à análise morfosintática do texto latino, recorrendo ao original latino, disponível em acesso aberto em *The Latin Library*. No tocante ao processo tradutório, deve-se destacar o uso da análise morfosintática, sobretudo pela estrutura sintética da língua latina em contraste com a língua portuguesa, que é analítica, de modo que em latim a função sintática de um elemento é definida não por sua posição na oração, mas pela morfologia deste, que ao ser declinado será imbuído de diferentes funções. Por isso, nosso processo de tradução contou com três etapas, a saber: 1) análise morfosintática e levantamento de vocabulário; 2) tradução ao português; 3) revisão e alinhamento à tradição.

RESULTADO

DOMINO VALENTI GOTHICO MAXIMO PERPETUO AUGUSTO

EUTROPIUS V. C. MAGISTER MEMORIAE.

Res Romanas ex voluntate mansuetudinis tuae ab urbe condita ad nostram memoriam, quae in negotiis vel bellicis vel civilibus eminebant, per ordinem temporum brevi narratione collegi, strictim additis etiam his, quae in principum vita egregia extiterunt, ut tranquillitatis tuae possit mens divina laetari prius se inlustrium virorum facta in administrando imperio secutam, quam cognosceret lectione.

AO PERPÉTUO SENHOR AUGUSTO VALENTE GÓTICO

EUTRÓPIO, HOMEM CLARÍSSIMO, MESTRE DA MEMÓRIA

Reuni, por ordem dos tempos em uma breve narração, as ações romanas, de acordo com a vontade de Vossa Benevolência, desde a fundação da urbe até nossa memória, as quais destacavam-se nos negócios ora bélicos ora civis, além disso a elas estas foram ligeiramente adicionadas, as quais existiram na vida egrégia dos príncipes, para que a mente divina de Vossa Serenidade possa se alegrar, por ter seguido os feitos de homens ilustres no administrar do império, antes que tivesse conhecido através da leitura.

LIBER PRIMUS

[1] *Romanum imperium, quo neque ab exordio ullum fere minus neque incrementis toto orbe amplius humana potest memoria recordari, a Romulo exordium habet, qui Reae Silviae, Vestalis virginis, filius et, quantum putatus est, Martis cum Remo fratre uno partu editus est. Is cum inter pastores latrocinaretur, decem et octo annos natus urbem exiguam in Palatino monte constituit XI Kal. Maias, Olympiadis sextae anno tertio, post Troiae excidium, ut qui plurimum minimumque tradunt, anno trecentesimo nonagesimo quarto.*

LIVRO PRIMEIRO

[1] O Império Romano, do qual a memória humana geralmente não consegue lembrar coisa alguma de seu exórdio, muito menos dos avanços em todo o território, tem o exórdio a partir de Rômulo, filho de Réia Sílvia, uma virgem Vestal, também é considerado filho de Marte, que nasceu junto ao irmão, Remo, em parto único. Embora este roubasse em meio aos pastores, aos 18 anos constituiu uma exígua urbe no monte Palatino na 11^a Calenda de Maio, no terceiro ano da sexta olimpíada, após a extinção de Troia, conforme aqueles que narram mais e menos, no trecentésimo nonagésimo quarto ano.

[2] *Condita civitate, quam ex nomine suo Romam vocavit, haec fere egit. Multitudinem finitimorum in civitatem recepit, centum ex senioribus legit, quorum consilio omnia ageret, quos senatores nominavit propter senectutem. Tum, cum uxores ipse et populus suus non haberent, invitavit ad spectaculum ludorum vicinas urbi Romae nationes atque earum virgines rapuit. Commotis bellis propter raptarum iniuriam Caeninenses vicit, Antemnates, Crustuminos, Sabinos, Fidenates, Veientes. Haec omnia oppida urbem cingunt. Et cum orta subito tempestate non comparuisset, anno regni tricesimo septimo ad deos transisse creditus est et consecratus. Deinde Romae per quinos dies senatores imperaverunt et his regnantibus annus unus completus est.*

[2] Com a urbe tendo sido fundada, a qual chamou de Roma procedente de seu nome, no geral, ele realizou estes atos: Recebeu uma multidão de vizinhos na cidade, elegeu cem dentre os idosos, para que, com o conselho deles, conduzisse todos os assuntos, os quais nomeou como senadores por causa de sua idade avançada. Então, como ele mesmo e seu povo não tinham esposas, convidou as nações vizinhas de Roma para um espetáculo de jogos e até raptou as virgens delas. Venceu os Ceninenses, Antenates, Crustuminos, Sabinos, Fidenates e Veientes, que foram levados às guerras por causa da injúria contra as raptadas. Todas essas cidades armaram-se contra a urbe. E não tivesse comparecido subitamente com a nascente tempestade, no trigésimo sétimo ano do reino, ele foi creditado e consagrado transpor aos deuses. Em seguida, os senadores de Roma governaram por cinco dias cada e este ano foi completado com regentes.

[3] *Postea Numa Pompilius rex creatus est, qui bellum quidem nullum gessit, sed non minus civitati quam Romulus profuit. Nam et leges Romanis moresque constituit, qui consuetudine proeliorum iam latrones ac semibarbari putabantur, et annum descripsit in decem menses prius sine aliqua supputatione confusum, et infinita Romae sacra ac templa constituit. Morbo decessit quadragesimo et tertio imperii anno.*

[3] Posteriormente, o rei Numa Pompílio foi criado, que, ao menos, não gerou guerra alguma, mas não serviu menos à cidade do que Rômulo. Na verdade, constituiu também leis e valores

para os Romanos, que nessa época eram considerados como ladrões e até semibárbaros com o costume dos combates, e dividiu o ano em dez meses, que antes era confuso sem qualquer medida, e constituiu os muitos ritos sacros e até os templos de Roma. Ele morreu com uma doença no quadragésimo terceiro ano de império.

[4] *Huic successit Tullus Hostilius. Hic bella reparavit, Albanos vicit, qui ab urbe Roma duodecimo miliario sunt, Veientes et Fidenates, quorum alii sexto miliario absunt ab urbe Roma, alii octavo decimo, bello superavit, urbem ampliavit, adiecto Caelio monte. Cum triginta et duos annos regnasset, fulmine ictus cum domo sua arsit.*

[4] A este sucedeu Tulo Hostílio. Este retomou as guerras, venceu os Albanos, que ficam a doze milhas da urbe de Roma, os Veientes e Fidenates, dos quais uns distam seis milhas da urbe de Roma, outros dezoito milhas; triunfou na guerra, ampliou a urbe, tendo anexado o monte Célio. Após reinar por trinta e dois anos, foi atingido por um raio e queimado junto com sua casa.

[5] *Post hunc Ancus Marcius, Numae ex filia nepos, suscepit imperium. Contra Latinos dimicavit, Aventinum montem civitati adiecit et Janiculum, apud ostium Tiberis civitatem supra mare sexto decimo miliario ab urbe Roma condidit. Vicesimo et quarto anno imperii morbo periit.*

[5] Depois desse, Anco Márcio, neto da filha de Numa, assumiu o império. Lutou contra os Latinos e adicionou o monte Aventino e Janículo à cidade, fundou uma cidade sobre o mar junto à boca do Tibre a 16 milhas da urbe de Roma. E pereceu com uma doença no vigésimo quarto ano de império.

[6] *Deinde regnum Priscus Tarquinius accepit. Hic numerum senatorum duplicavit, circum Romae aedificavit, ludos Romanos instituit, qui ad nostram memoriam permanent. Vicit idem etiam Sabinos et non parum agrorum sublatum isdem urbis Romae territorio iunxit, primusque triumphans urbem intravit. Muros fecit et cloacas, Capitolium inchoavit. Tricesimo octavo imperii anno per Anci filios occisus est, regis eius, cui ipse successerat.*

[6] Em seguida, Prisco Tarquínio recebeu o reino. Este duplicou o número de senadores, edificou o circo de Roma, instituiu os jogos romanos, que permanecem até nossa memória. O mesmo venceu também os Sabinos e, tendo tirado não poucas terras deles, juntou-as ao território da urbe de Roma e foi o primeiro que entrou triunfante na urbe. Fez os muros e os esgotos, iniciou a construção do Capitólio. Foi assassinado no trigésimo oitavo ano de seu reinado pelos filhos de Anco, o rei a quem ele sucedera.

[7] *Post hunc Servius Tullius suscepit imperium, genitus ex nobili femina, captiva tamen et ancilla. Hic quoque Sabinos subegit, montes tres, Quirinalem, Viminalem, Esquilinum, urbi adiunxit, fossas circum murum duxit. Primus omnium censum ordinavit, qui adhuc per orbem terrarum incognitus erat. Sub eo Roma omnibus in censum delatis habuit capita LXXXIII milia civium Romanorum cum his, qui in agris erant. Occisus est scelere generi sui Tarquinii Superbi, filii eius regis, cui ipse successerat, et filiae, quam Tarquinius habebat uxorem.*

[7] Depois deste, Sêrvio Túlio assumiu o império, gerado de uma nobre mulher, todavia, cativa e escrava. Este também subjugou os Sabinos, adicionou três montes à urbe: Quirinale, Viminale e Esquilino. Construiu fossos ao redor da muralha. Foi o primeiro que ordenou o censo de todos, que até aqui era desconhecido das terras em volta do território. Sob seu reinado, Roma teve 83 mil cabeças de civis romanos, tendo sido todos levados ao censo, com aqueles que estavam nos campos. Foi assassinado por seu genro, Tarquínio Soberbo, filho do rei a quem ele havia sucedido, e marido de sua filha.

[8] *L. Tarquinius Superbus, septimus atque ultimus regum, Volscos, quae gens ad Campaniam euntibus non longe ab urbe est, vicit, Gabios civitatem et Suessam Pometiam subegit, cum Tuscis pacem fecit et templum Jovis in Capitolio aedificavit. Postea Ardeam oppugnans, in octavo decimo miliario ab urbe Roma positam civitatem, imperium perdidit. Nam cum filius eius, et ipse Tarquinius iunior, nobilissimam feminam Lucretiam eandemque pudicissimam, Collatini uxorem, stuprasset eaque de iniuria marito et patri et amicis questa fuisset, in omnium conspectu se occidit. Propter quam causam Brutus, parens et ipse Tarquinii, populum concitavit et Tarquinio ademit imperium. Mox exercitus quoque eum, qui civitatem Ardeam cum ipso rege oppugnabat, reliquit; veniensque ad urbem rex portis clausis exclusus est, cumque imperasset annos quattuor et viginti cum uxore et liberis suis fugit. Ita Romae regnatum est per septem reges annis ducentis quadraginta tribus, cum adhuc Roma, ubi plurimum, vix usque ad quintum decimum miliarium possideret.*

[8] Lúcio Tarquínio, o soberbo, foi o sétimo e último dos reis, venceu os Volscos, um povo que vivia perto de Roma, na direção da Campânia; subjugou a cidade dos Gabios e Suessa Pomécia; fez a paz com os Tuscos e edificou o templo de Jove no Capitólio. Depois, lutando contra Árdea, uma cidade posicionada no décimo oitavo miliário da urbe de Roma, perdeu o império. Assim como o filho dele, o próprio Tarquínio Júnior, estuprou a mesma nobilíssima e pudicíssima mulher, Lucrécia, esposa de Colatino, e esta ao questionar sobre a injúria ao marido, pai e amigos, matou-se no conspecto de todos. Por causa disso, Brutus, e ele mesmo parente de Tarquínio, concitou o povo e tirou o império de Tarquínio. Em pouco tempo o exército, que lutava contra a cidade de Árdea com o próprio rei, também o abandonou; o rei, vindo para a urbe, foi

expulso com os portões fechados, após ter reinado por vinte e quatro anos e fugiu com a esposa e seus filhos. Assim foi o reinado de Roma composto por sete reis durante duzentos e quarenta e três anos, e até aqui Roma ao todo teria possuído, quando muito dificilmente, até o décimo quinto milíario.

[9] *Hinc consules coepere, pro uno rege duo, hac causa creati, ut, si unus malus esse voluisset, alter eum, habens potestatem similem, coerceret. Et placuit, ne imperium longius quam annum haberent, ne per diuturnitatem potestatis insolentiores redderentur, sed civiles semper essent, qui se post annum scirent futuros esse privatos. Fuerunt igitur anno primo ab expulsis regibus consules L. Iunius Brutus, qui maxime egerat, ut Tarquinius pelleretur, et Tarquinius Collatinus, maritus Lucretiae. Sed Tarquinio Collatino statim sublata est dignitas. Placuerat enim, ne quisquam in urbe remaneret, qui Tarquinius vocaretur. Ergo accepto omni patrimonio suo ex urbe migravit, et loco ipsius factus est L. Valerius Publicola consul. Commovit tamen bellum urbi Romae rex Tarquinius, qui fuerat expulsus, et collectis multis gentibus, ut in regnum posset restitui, dimicavit.*

[9] Começaram então os cônsules, dois em lugar de um rei, por causa disso são criados os dois cônsules, visto que, se um quisesse ser mal, o outro, tendo poder similar, reprimiria-o. para que não se tornassem arrogantes pelo poder prolongado, mas permanecessem sempre cidadãos conscientes de que, após um ano, voltariam a ser cidadãos comuns. Assim, no primeiro ano após a expulsão dos reis, tornaram-se cônsules, no primeiro ano, Lúcio Júnio Bruto, que muito se esforçara para que Tarquínio fosse afastado, e Tarquínio Collatino, marido de Lucrecia. Mas a dignidade imediatamente foi tomada de Tarquínio Collatino. Pois havia sido decidido que ninguém permanecesse na urbe, que fosse chamado Tarquínio. Portanto, migrou da urbe, tendo recebido todo seu patrimônio, e no lugar dele Lúcio Valério Público foi feito cônsul. Todavia, o rei Tarquínio, que fora expulso, tendo reunido muitas gentes, moveu a guerra para a urbe de Roma e lutou para que pudesse restituir-se no reino.

[10] *In prima pugna Brutus consul et Arruns, Tarquinii filius, in vicem se occiderunt, Romani tamen ex ea pugna victores recesserunt. Brutum matronae Romanae, defensorem pudicitiae suae, quasi communem patrem per annum luxerunt. Valerius Publicola Sp. Lucretium Tricipitinum collegam sibi fecit, Lucretiae patrem, quo morbo mortuo iterum Horatium Pulvillum collegam sibi sumpsit. Ita primus annus quinque consules habuit, cum Tarquinius Collatinus propter nomen urbe cessisset, Brutus in proelio perisset, Sp. Lucretius morbo mortuus esset.*

[10] Na primeira luta, Brutos, o cônsul, e Aruns, filho de Tarquínio, mataram-se um ao outro, os romanos, todavia, saíram vitoriosos daquela luta. Por um ano, as matronas romanas lastimaram

Bruto, defensor de sua pudicidade, quase como um pai em comum. Valério Públicola nomeou como colega para si Espúrio Lucrécio Tricipitino, pai de Lucrecia, o qual tendo sido morto por uma doença, escolheu novamente como colega para si Horácio Pulvilo. Assim, o primeiro ano teve cinco cônsules, já que Tarquínio Colatino deixou a cidade por causa de seu nome, Bruto morreu em batalha, e Espúrio Lucrécio morreu de doença.

[11] *Secundo quoque anno iterum Tarquinius ut reciperetur in regnum bellum Romanis intulit, auxilium ei ferente Porsenna, Tusciae rege, et Romam paene cepit. Verum tum quoque victus est. Tertio anno post reges exactos Tarquinius, cum suscipi non posset in regnum neque ei Porsenna, qui pacem cum Romanis fecerat, praestaret auxilium, Tusculum se contulit, quae civitas non longe ab urbe est, atque ibi per quattuordecim annos privatus cum uxore consenuit. Quarto anno post reges exactos, cum Sabini Romanis bellum intulissent, victi sunt et de his triumphatum est. Quinto anno L. Valerius ille, Bruti collega et quater consul, fataliter mortuus est, adeo pauper, ut, collatis a populo nummis, sumptum habuerit sepulturae. Quem matronae sicuti Brutum annum luxerunt.*

[11] Também no segundo ano, novamente, Tarquínio, para recuperar o reino, levou a guerra aos Romanos, com Porsena levando auxílio para ele, rei da Tuscia, e quase conquistou Roma. Então, também foi vencido, em verdade. No terceiro ano após os extintos reis, Tarquínio, como não podia ser recebido no reino nem Porsena a ele, que fizera a paz com os romanos, prestasse auxílio, exilou-se em Túsculo, aquela cidade não é longe da urbe, e nesse lugar por quatorze anos viveu como cidadão comum com sua esposa. No quarto ano após os extintos reis, quando os Sabinos levaram a guerra aos romanos, foram vencidos e celebrou-se o triunfo sobre os Sabinos. No quinto ano, aquele Lúcio Valério, colega de Bruto e quarto cônsul, morreu por decreto do destino, tão pobre que, para que, com os dinheiros coletados do povo, tivesse os custos de seu funeral pagos. A quem as matronas lastimaram por um ano, assim como a Bruto.

[12] *Nono anno post reges exactos, cum gener Tarquini ad iniuriam soceri vindicandam ingentem collegisset exercitum, nova Romae dignitas est creata, quae dictatura appellatur, maior quam consulatus. Eodem anno etiam magister equitum factus est, qui dictatori obsequeretur. Neque quicquam similis potest dici quam dictatura antiqua huic imperii potestati, quam nunc tranquillitas vestra habet, maxime cum Augustus quoque Octavianus, de quo postea dicemus, et ante eum C. Caesar sub dictaturae nomine atque honore regnaverint. Dictator autem Romae primus fuit T. Larcius, magister equitum primus Sp. Cassius.*

[12] No nono ano após os extintos reis, quando o genro de Tarquínio tivesse reunido um exército ingente para haver de vingar a injúria do sogro, a nova dignidade de Roma foi criada, que

foi chamada de ditadura, maior que o consulado. Ao mesmo ano, todavia, o mestre da cavalaria foi feito, que obedeceria ao ditador. Nem alguém pode ter dito ser mais similar a este poder do império do que a antiga ditadura, o qual vossa tranquilidade tem agora, grandemente como também Augusto Otaviano, sobre isto que depois diremos, e antes dele, Caio César reinassem sob o nome e até honra da ditadura. Porém, o primeiro ditador de Roma foi Tito Lúrcio, o primeiro mestre da cavalaria foi Espúrio Cássio.

[13] *Sexto decimo anno post reges exactos seditionem populus Romae fecit, tamquam a senatu atque consulibus premeretur. Tum et ipse sibi tribunos plebis quasi proprios iudices et defensores creavit, per quos contra senatum et consules tutus esse posset.*

[13] No décimo sexto ano após os extintos reis, o povo de Roma fez uma sedição, foi pressionada tanto pelo senado quanto pelos cônsules. Então, também o próprio criou para si tribunos da plebe, quase como os próprios juizes e defensores, pelos quais pudesse estar seguro contra o senado e os cônsules.

[14] *Sequenti anno Volsci contra Romanos bellum reparaverunt, et victi acie etiam Coriolos civitatem, quam habebant optimam, perdiderunt.*

[14] No ano seguinte, os Volscos retomaram a guerra contra os romanos, e vencidos com a espada também a cidade de Coriolos, a qual ótima tinham, perderam.

[15] *Octavo decimo anno postquam reges eiecti erant expulsus ex urbe Q. Marcius, dux Romanus, qui Coriolos ceperat, Volscorum civitatem, ad ipsos Volscos contendit iratus et auxilia contra Romanos accepit. Romanos saepe vicit, usque ad quintum miliarium urbis accessit, oppugnaturus etiam patriam suam, legatis qui pacem petebant, repudiatis, nisi ad eum mater Veturia et uxor Volumnia ex urbe venissent, quarum fletu et deprecatione superatus removit exercitum. Atque hic secundus post Tarquinium fuit, qui dux contra patriam suam esset.*

[15] No décimo oitavo ano após os reis que foram exilados, Quinto Márcio foi exilado, chefe romano, que capturara Coriolos, cidade dos Volscos, contundiu, irado, para os próprios Volscos e aceitou auxílios contra os romanos. Venceu os romanos muitas vezes, acessou até cinco milários da urbe, todavia, havendo de lutar contra sua pátria, tendo repudiados os legados que pediam a paz, se não viessem da urbe até ele a mãe Vetúria e a esposa Volumnia, das quais com o choro e a depreciação foi superado e removeu o exército. E este foi o segundo após Tarquínio, que fosse chefe contra sua pátria.

[16] *C. Fabio et L. Virginio consulibus trecenti nobiles homines, qui ex Fabia familia erant, contra Veientes bellum soli susceperunt, promittentes senatui et populo per se omne certamen implendum. Itaque profecti, omnes nobiles et qui singuli magnorum exercituum duces esse deberent, in proelio conciderunt. Unus omnino superfuit ex tanta familia, qui propter aetatem puerilem duci non potuerat ad pugnam. Post haec census in urbe habitus est et inventa sunt civium capita CXVII milia CCCXIX.*

[16] Com os cônsules Caio Fábio e Lúcio Virgínio, trezentos nobres homens, que eram da família Flávia, sozinhos susteram a guerra contra os Veientes, prometendo ao senado e ao povo haver de ser impelido todo certame por si só. E assim tendo partindo, todos os nobres e aqueles que deveriam ser os comandantes singulares dos grandes exércitos, tombaram no combate. Somente um sobreviveu de tamanha família, que por causa da idade pueril não pudera ter sido conduzido à luta. Após essas coisas, o censo foi um hábito na urbe e foram contadas 117,319 mil cabeças de civis.

[17] *Sequenti anno cum in Algido monte ab urbe duodecimo ferme miliario Romanus obsideretur exercitus, L. Quintius Cincinnatus dictator est factus, qui agrum quattuor iugerum possidens manibus suis colebat. Is cum in opere et arans esset inventus, sudore deterso togam praetextam accepit et caesis hostibus liberavit exercitum.*

[17] No ano seguinte, quando o exército romano foi sitiado no monte Algido, a aproximadamente 12 milários da urbe, Lúcio Quinto Cincinnatus foi feito ditador, o qual, possuindo um campo de quatro geiras, colhia com suas mãos. Quando este fosse encontrado no trabalho e arando, aceitou a toga pretexta, depois de enxugar o suor, e liberou o exército com as hostes abatidas.

[18] *Anno trecentesimo et altero ab urbe condita imperium consulare cessavit et pro duobus consulibus decem facti sunt, qui summam potestatem haberent, decemviri nominati. Sed cum primo anno bene egissent, secundo unus ex his, Ap. Claudius, Virginii cuiusdam, qui honestis iam stipendiis contra Latinos in monte Algido militarat, filiam virginem corrumpere voluit; quam pater occidit, ne stuprum a decemviro sustineret, et regressus ad milites movit tumultum. Sublata est decemviris potestas ipsique damnati sunt.*

[18] No trecentésimo segundo ano desde a fundação da urbe, o império consular cessou e em oposição aos dois cônsules foram feitos dez, que tivessem o sumo poder, nomeados decênviros. Mas com o primeiro ano agissem bem, no segundo um deles, Ápio Cláudio, desejou corromper a filha virgem de um certo Virgínio, que, com honras militares, já marchara contra os Latinos no

monte Alcido; o pai matou-a, e não sustivesse o estupro por um decemviro, e tendo regressado moveu um tumulto contra os soldados. O poder foi subtraído dos decênviros e eles mesmos foram condenados.

[19] *Anno trecentesimo et quinto decimo ab urbe condita Fidenates contra Romanos rebellaverunt. Auxilium his praestabant Veientes et rex Veientium Tolumnius. Quae ambae civitates tam vicinae urbi sunt, ut Fidenae sexto, Vei octavo decimo miliario absint. Coniunxerunt se his et Volsci. Sed Mam. Aemilio dictatore et L. Quintio Cincinnato magistro equitum victi etiam regem perdiderunt. Fidenae captae et excisae.*

[19] No trecentésimo décimo quinto ano desde a fundação da urbe, os Fidenates rebelaram-se contra os romanos. Os Veientes e o rei dos Veientes, Tolúnio, prestavam auxílio a eles. As quais ambas as cidades tanto as vizinhas eram vizinhas à urbe, visto que Fidenas está seis miliários, Veio está a 18 miliários. Juntaram-se a eles e os Volscos. Mas vencidos, pelo ditador Mamerco Emílio e o mestre da cavalaria Lúcio Quinto Cincinato, também perderam o rei. Fidenas foi capturada e destruída.

[20] *Post viginti deinde annos Veientani rebellaverunt. Dictator contra ipsos missus est Furius Camillus, qui primum eos vicit acie, mox etiam civitatem diu obsidens cepit, antiquissimam Italiaeque ditissimam. Post eam cepit et Faliscos, non minus nobilem civitatem. Sed commota est ei invidia, quasi praedam male divisisset, damnatusque ob eam causam et expulsus civitate. Statim Galli Senones ad urbem venerunt et victos Romanos undecimo miliario a Roma apud flumen Alliam secuti etiam urbem occupaverunt. Neque defendi quicquam nisi Capitolium potuit; quod cum diu obsedissent et iam Romani fame laborarent, accepto auro ne Capitolium obsiderent, recesserunt. Sed a Camillo, qui in vicina civitate exulabat, Gallis superventum est gravissimeque victi sunt. Postea tamen etiam secutus eos Camillus ita cecidit, ut et aurum, quod his datum fuerat, et omnia, quae ceperant, militaria signa revocaret. Ita tertio triumphans urbem ingressus est et appellatus secundus Romulus, quasi et ipse patriae conditor.*

[20] Depois, após vinte anos, os Veientanos rebelaram-se. O ditador Fúrio Camilo foi enviado contra eles, que primeiro venceu-os na espada, em pouco tempo também capturou, sitiando durante muito tempo, a cidade antiquíssima e distintíssima da Itália. Depois dela, capturou também os Faliscos, cidade não menos nobre. Mas a inveja foi movida a ele, como se tivesse dividido mal a presa, foi condenado por causa dela e expulso da cidade. Imediatamente os gauleses senoneses vieram para a urbe e ocuparam também a urbe, tendo perseguido os romanos vencidos a 11 miliários de Roma junto ao rio Allia. E algo não pode ser defendido, a não ser o Capitólio; que quando sitiaram durante muito tempo e agora, os romanos trabalhassem com

fome, recuaram, tendo sido aceitado o ouro para que não sitiassem o Capítulo. Mas foram vencidos gravissimamente por Camilo, que exilava-se na cidade vizinha para sobrevir aos gauleses. Depois, todavia, também tendo perseguido eles, Camilo desse modo acabou, visto que tanto o ouro, que fora dado a eles, quanto todas as coisas, as quais pegassem, retomasse os sinais militares. Assim o foi ingressado para a urbe, o terceiro triunfante e chamado de segundo Rômulo, como se também ele mesmo fosse o condutor da pátria.

REFERÊNCIAS

SANT'ANNA, Henrique Modanez de. **Os reis de Roma e os primeiros desdobramentos da República romana, segundo Eutrópio**: tradução anotada do livro primeiro de seu Breviarium. In Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos, n. 7, p. 188-197, 2016.

EUTROPIUS. **Eutropii Breviarium ab urbe condita**; Kurze Geschichte Roms seit Gründung. Übersetzung von F. L. Müller. Stuttgart: F. Steiner Verlag, 1995.

FARIA, Ernesto. **Dicionário escolar latino-português**. Rio de Janeiro: Campanha Nacional de Material de Ensino, 2003.

GAFFIOT, Félix. **Dictionnaire Latin-Français**. Nouvelle édition revue et augmentée sous la direction de Pierre Flobert. Paris: Hachette, 2000.

EUTRÓPIO, Flávio. **Compêndio da História Romana por Flávio Eutrópio**: desde a fundação da cidade até os imperadores Valente e Valentiano. Tradução de Prof. Manoel Vaz Lobo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.

PYM, Anthony. **Explorando Teorias das Tradução**. Tradução Rodrigo Borges de Faveri, Claudia Borges de Faveri, Juliana Steil. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

SARAIVA, F. R. dos Santos. **Novíssimo Dicionário Latino-Português**. 12ª ed. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2006.

EUTRÓPIO/ Aurélio Vítor. **Breviario. Libro de los césares**. [S.l.]: Introd., trad. e notas de Emma Falque. Madrid : Editorial Gredos, 1999.

JASON, Tore. **A Natural History of Latin**. Translated by Merethe Damsgård Sørensen and Nigel Vincent. Oxford: Oxford University Press, 2004.

A CRIAÇÃO DO MUNDO NO EGITO ANTIGO: RECONECTANDO IDENTIDADES E DESAFIANDO ESTRUTURAS COLONIAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Vanessa dos Santos Silva
(UFPB/vanessasantoss@outlook.com.br)

RESUMO

Este artigo aponta o papel da cosmologia do Egito Antigo na promoção de uma abordagem decolonial no ensino e no desenvolvimento da consciência histórica. Sendo a mitologia egípcia, rica em narrativas de criação, oferece ferramentas poderosas para desenvolver uma consciência histórica que desafie a colonialidade presente no ensino tradicional. Ao abordar mitos cosmológicos em sala de aula, é possível não apenas reconectar os alunos e alunas com as raízes africanas, mas também questionar estruturas sociais, como o colorismo e mito da democracia, que continuam a influenciar a percepção de identidade e perspectivas de beleza na sociedade contemporânea. Ao integrar mitologias africanas, em particular a egípcia, o texto argumenta que é possível se desvincular das leituras eurocêntricas sobre o passado, justo que a inclusão desses mitos no currículo pode promover o combate a estereótipos raciais e culturais.

Palavras-chave: Mitologia Egípcia, Ensino decolonial, Consciência Histórica

INTRODUÇÃO

Para conhecer um povo e seus costumes, um ponto de partida eficaz é a imagética, o mito. Pensar sobre a visão de mundo de determinado povo por meio de suas narrativas mitológicas é uma abordagem didática. Ao abordar a cultura africana e iniciar uma discussão sobre decolonialidade, um caminho promissor é explorar as cosmovisões desses povos.

A cosmovisão egípcia, com sua concepção integral da criação do mundo e suas principais divindades, é especialmente relevante para refletir dentro do ensino decolonial quando tomamos como ponto de partida o fato de que durante o século XIX, a concepção do continente africano como um lugar sem história impulsionou e fortaleceu a ideologia imperialista, que, aliada ao Darwinismo social, promoveu a noção do “peso do homem branco” e sua suposta missão civilizadora.

Nesse contexto, Santos (2020) destaca que uma das respostas a essa narrativa foi a construção de uma história e representação do Egito Antigo que o dissociasse do continente africano e da “raça” negra. Essa perspectiva histórica distorcida, que ainda persiste nos dias atuais, reflete uma tentativa de marginalizar a contribuição africana para a civilização e reforçar estereótipos prejudiciais.

Em países formados pela colonização, como o Brasil, o imaginário foi moldado para pensar que os portugueses, apesar da exploração, “civilizaram” o país. Aníbal Quijano (2005), ao refletir sobre a colonialidade do poder na América Latina, aponta que a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus.

Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. É assim que a imagética dos povos das áfrias é configurada por alunos e alunas nas escolas.

Sob a perspectiva de Lévi-Strauss, Rocha (2006) afirma que o “trabalho de campo” nos apresenta o mito em sua concretude social, vivido como uma força cultural e prática entre aqueles que nele acreditam. Pleno de significações, usos, comentários, possibilidades, pensamentos e práticas, o mito estabelece uma relação dinâmica com a existência, inaugurando uma perspectiva analítica. O conceito de mito revela padrões de pensamento humano que transcendem contextos específicos, pois o mito, assim como a linguagem, é parte fundamental da experiência humana.

A mais fundamental das idéias de Lévi-Strauss, quase que o ponto de partida, é que existe uma relação muito próxima entre o mito e a linguagem. É como está na primeira frase deste livro: o mito é uma narrativa. Lévi-Strauss assume que o mito provém do discurso se dando a conhecer pela palavra. É como dizem os ingleses: “back to basic”, volta ao básico, retomar o óbvio como início do jogo. E esta atitude vai se mostrar extremamente enriquecedora. Aproveitando a deixa, a constatação seguinte é que um e outro possuem características comuns. Ao mito e à linguagem, Lévi-Strauss ainda vai somar a música, compondo um trio (redundâncias à parte) de semelhanças e diferenças muito interessantes. (ROCHA, 2006, p.34)

Ao considerar um universo cosmológico africano, refletido no nível de análise de Lévi-Strauss, é importante compreender seus padrões e conexões internas, levando em conta outros mitos da mesma cultura ou de culturas distintas.

A multiplicidade de povos e mitos implica que os significados devem ser escolhidos e percebidos de forma intencional em conjunto com a colonialidade do saber, pois é ela que interage com os imaginários dos/as estudantes. Portanto, a análise deve considerar tanto as

especificidades culturais e sociais do passado, quanto as influências coloniais que moldam a percepção dos mitos.

Ao estudar as figuras centrais da mitologia egípcia, como os deuses envolvidos na criação do mundo, podemos analisar como essas divindades moldam o que compreendemos hoje sobre posição social, identidade e cor. Neste artigo, proponho explorar a figura central da criação no Egito Antigo: O deus Rá. .

A busca por uma aprendizagem baseada em mitos é semelhante ao pensamento fundamentado no conceito de consciência histórica de Jörn Rüsen, Segundo Marrera & Souza (2013) a consciência histórica é definida por Rüsen como uma categoria relacionada ao pensamento histórico, através da qual os sujeitos experienciam o passado e o interpretam como história. A consciência histórica representa a soma das operações mentais com as quais os indivíduos interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de maneira a orientar, intencionalmente, sua vida prática ao longo do tempo.

Assim, minha abordagem se concentrará em descrever suas características e sua importância no contexto cosmológico egípcio, dentro das percepções a associadas ao deus Rá, com o objetivo de promover uma reflexão que se desvie das lógicas do saber colonial, e permita considerar uma história anterior ao tráfico transatlântico de pessoas para a América. Pretendo também desenvolver uma análise crítica sobre a hierarquia de cores e as questões socioculturais associadas ao colorismo e ao mito da democracia racial

ENSINO DECOLONIAL E COLORISMO: REFLEXÕES SOBRE A DEMOCRACIA RACIAL

A Inclusão de epistemologias diversas no currículo escolar, ampliando o espectro de conhecimentos ensinados além do cânone eurocêntrico, com integração de conhecimentos, como os indígenas, africanos e outras tradições que foram historicamente apagadas da memória nos leva a pensar no Ensino Decolonial, e o papel do Ensino Decolonial gira em torno de pensar por propostas que recuperam estas memórias. Torres (2018) afirma que a Decolonialidade é:

A decolonialidade, entretanto, não é um projeto de salvação individual, e sim um projeto que aspira “construir o mundo do Ti”. O pensamento, a criatividade e a ação são todos realizados não quando se busca reconhecimento dos mestres, mas quando estendemos as mãos aos outros condenados. São os condenados e os outros, que também renunciam à modernidade/colonialidade, que pensam, criam e agem juntos em várias formas de comunidade que podem perturbar e desestabilizar a colonialidade do saber, poder e ser, e assim mudar o mundo. (TORRES, 2018, p. 58).

Compreendendo o conceito de decolonialidade, nos deparamos com as urgências que Heringer (2023) nos aponta, segundo o autor descolonizar o currículo escolar e problematizar

as raízes epistêmicas hierárquicas – branca, patriarcal e europeia, de forma consistente, crítica e efetiva de outras narrativas que podem e vão emergir dos conteúdos transmitidos pelas vozes silenciadas, da valorização do saber local, da desconstrução de estereótipos e do fomento ao diálogo entre os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

A colonialidade do saber e do ser, portanto é rasurada com a possibilidade de outras vozes ocuparem a centralidade do espaço de dizer e de ser dito na rotina escolar. Outros atores e autores sociais e históricos afloram no universo epistêmico, no exercício crítico do questionamento e na reelaboração dos perfis construídos pela sociedade, sobretudo daqueles que ela insiste em manter à margem e que, para isso, utiliza a educação como uma das ferramentas de exclusão e de manutenção das estruturas sociais calcadas em preconceitos e sistemas opressivos. (HERINGER, 2023, p.5)

Sobre o ambiente escolar, Alcanfor & Basso (2019) afirma que o currículo não pode mais permanecer divorciados de uma perspectiva decolonial de ensino, pois é cada vez mais urgente a constituição de uma ordem social baseada na igualdade e no respeito às diferenças, para o enfrentamento do preconceito racial e epistêmico vigente na sociedade.

Ao compreender a decolonialidade, ligando aos estudantes que interajo em sala, penso na decolonialidade dentro do ensino de História, como um movimento de transformação que desfaz a construção das identidades criadas especialmente em seu espectro racista e em seus elementos que contribuem para complexos de inferioridade. Esse movimento de pensar sobre um currículo decolonial, se relaciona com a colocação feita por Bittencourt (2018) ao tratar dos pressupostos eurocêntricos que tem presidido a seleção dos conteúdos escolares no ensino de História. Para a autora há a necessidade de pensar a História mundial numa perspectiva ampliada:

A história mundial não pode estar limitada ao conhecimento sobre a história do mundo, que na realidade é a história da Europa. Não se trata de negar a importância e o legado da Europa para a nossa história, trata-se, antes, de não omitir outras histórias de nossas heranças americanas e africanas. (BITTENCOURT, 2018, p.159)

Ao integrar essas histórias arquetípicas e seus elementos simbólicos no aprendizado, estamos enriquecendo a experiência educacional, promovendo não apenas o conhecimento factual, mas também o desenvolvimento nas categorias subjetivas das aprendizagens dos alunos e alunas.

E ao pensar na mitologia, e seguir particularmente para as narrativas africanas em seus arquétipos, quando incorporadas ao processo educativo e alinhadas à proposta da decolonialidade, os mitos africanos oferecem uma riqueza cultural que estimula não só a imaginação, mas a reflexão crítica sobre os imaginários coloniais.

Essa jornada envolve a subversão de narrativas dominantes, e relaciona-se ao processo da consciência histórica. Torres (2023) afirma que a decolonialidade é como um convite à construção de outros novos mundos.

Pensando assim, a decolonialidade vem promover novos saberes e perspectivas. Logo, Conforme Rüsen (2016), aponta a instrução histórica deve abranger desde a história arcaica até o presente, mantendo a coesão e o significado por meio de um “fio vermelho”, que é o desenvolvimento da consciência histórica dos estudantes. Esse conceito envolve a criação de um “mapa mental” que auxilia na compreensão do passado em relação ao presente e ao futuro, promovendo uma visão integrada e crítica da História. A construção dessa consciência é crucial para transformar a História em um campo de experiência e interpretação, sintetizando a pluralidade de acontecimentos em uma narrativa coerente

A proposta da decolonialidade no ensino de história é lidar com os obstáculos das estruturas coloniais de poder, ser e saber no processo de busca pelas nossas identidades. Mignolo afirma que é essencial desafiar e desconstruir essa narrativa dominante para recuperar a riqueza e a pluralidade das identidades suprimidas pela colonialidade, pois:

O problema da “ocidentalização” do planeta é que todo o planeta, sem exceção e nos últimos quinhentos anos, teve que responder de alguma maneira à expansão do Ocidente. Portanto “além do hemisfério ocidental e do Atlântico Norte” não significa que exista algum “lugar ideal” que é necessário defender, mas sim implica um “além da organização planetária baseada na exterioridade interior contida no imaginário da civilização ocidental, do hemisfério ocidental e do Atlântico Norte” (MIGNOLO, 2005, p. 57)

Sobre essa construção eurocêntrica no mundo ocidental, podemos, para entender um pouco melhor, refletir sobre o momento em que o primeiro trailer do *live-action* da *Pequena Sereia*, de 2023, protagonizado por Halle Bailey,¹ foi exibido, demonstrando o racismo de muitos fãs de fantasias e do universo da Disney. Neste episódio, percebe-se as nuances dos espaços imagéticos no universo fantástico no ocidente, onde há um imaginário do fantástico fortemente associado ao herói caucasiano.

De acordo com a CNN Brasil (2022), hashtags como #notmyariel (#nãoéminhaariel) circularam nas mídias sociais, o YouTube escondeu o contador de desgostos no vídeo oficial depois que foi bombardeado com comentários racistas e com mais de 1,5 milhão de “não curtidas”. Um grupo de críticos chegou a compartilhar uma versão digitalmente alterada do trailer que apresentava uma mulher branca no lugar da atriz que protagoniza o filme.

1 É uma atriz, cantora e compositora americana de 24 anos. Em julho de 2019, a Disney anunciou que Bailey havia sido escalada como Princesa Ariel no remake em live action de *A Pequena Sereia*, dirigido por Rob Marshall. O diretor Rob Marshall disse em um comunicado: «Depois de uma extensa pesquisa, ficou claro que Halle possui aquela rara combinação de espírito, coração, juventude, inocência e substância - além de uma gloriosa voz.»

Lembro que li na época, que o interesse, por parte dos internautas, em que a personagem principal fosse branca, seria sob a necessidade de fidelidade à origem regional e histórica do conto, uma atriz com um tom de pele diferente (uma atriz negra) na adaptação da animação de 1989 descaracterizaria a “essência da personagem”. Pensei no fato de que anos antes, em 2016, um filme estrelado pelo ator Gerard Butler como o deus Set, no filme *Deuses do Egito*, não levantou o debate para tal questão.

Há obviamente, a diferença entre a influência na formação da cultura pop entre a primeira obra e a segunda citada há pouco, mas na minha perspectiva não deixa de ser sobre a relevância do herói mítico precisar, nas nossas subjetividades, ter uma aproximação com a Europa. Isso ressalta como a cultura pop frequentemente privilegia narrativas e heróis eurocêntricos, refletindo e reforçando uma visão de mundo que marginaliza outras etnias.

Portanto, este é um exemplo de como os personagens e temas mitológicos recorrentes em nossos livros, pinturas, esculturas, peças teatrais, no pensamento filosófico, nas expressões populares e na percepção do belo incomodam se há a busca pelo decolonizar.

Graças ao imaginário do mundo moderno presente nas vivências dos alunos e alunas, o encantamento pelas mitologias originárias das culturas greco-romanas é, geralmente, mais acessível e fascinante devido à sua ampla presença nos currículos escolares e na cultura pop ocidental.

Assim, com este exemplo, percebemos como a sociedade ocidental se manifesta nos aspectos da colonialidade, enquanto imagética com relação às pessoas pardas e negras. Essas mitologias apresentadas na mídia são ricas em histórias de deuses, heróis e aventuras que capturam a imaginação alinhados a um protagonismo homogeneizado. Esse imaginário colonial, se manifesta nos processos expressivos dos alunos e alunas, e podemos perceber no dia a dia em sala com facilidade, como quando confrontados com religiões de matriz africana, que muitas vezes são percebidas como crenças diabólicas.

Vivendo em um país invadido e colonizado, quando pensamos no Renascimento e no Iluminismo, e movimentos intelectuais europeus que deram bases ideológicas para a formação dos estados nacionais e da demanda pelas grandes navegações e colonização, entre os séculos XV e XVI, uma vez que muitos europeus acreditavam que estavam “civilizando” e “educando” as populações locais, lidamos com um desequilíbrio frente aos saberes indígenas e africanos, pois as estruturas de poder herdadas do colonialismo são nutridas em maior quantidade desde então.

A utilização de personagens e histórias da mitologia com ares europeus em produções televisivas também ajuda a estabelecer uma ligação de apreço e encantamento por um lugar só, pelos países do norte, o fato dos colonizadores se consagrarem donos de uma superioridade natural, portadores de uma “civilização superior”, mesmo que cientes do maior número de protagonismo negro atual, se aplica em desequilíbrio, é mais comum para uma criança desejar ser

o deus do trovão Thor do que desejar ser o deus do trovão Xangô. O segundo deus, para muitos, não se escreve como herói.

As Kiandas², sereias africanas assim como Xangô³, não tiveram suas histórias adaptadas pela Disney, porque como Quijano (2005), afirma, com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, o norte global também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura.

A proposta de uma Ariel negra, é sobre o exercício que a decolonialidade nos propõe, o de rever e desver o mundo sob o olhar unilateral eurocêntrico. Temos uma mulher negra apresentada sem hipersexualização e sem os tais ares da negra raivosa. O protagonismo da Halley Bailey representa a tentativa de desconstrução do poder simbólico dessa hegemonia europeia.

Refletir sobre a ancestralidade dos reis europeus sem reconhecer a importância da realeza africana está profundamente associado à crença de que características fenotípicas, como a cor da pele, determinam o valor e a relevância histórica das linhagens. Essa visão cria uma necessidade subjetiva entre os/as estudantes e a sociedade em geral de não se reconhecerem ou não quererem se identificarem com heranças históricas que estão ligadas a um senso de inferioridade. Essa exclusão perpetua a ideia de que apenas as linhagens europeias têm valor histórico e cultural significativo, ignorando e desconsiderando a riqueza e a importância das contribuições africanas à história e à cultura global.

Além das estruturas sociais desiguais que já conhecemos, reforço que, o fato de os seres míticos e fantásticos apreciáveis “pertencerem” à Europa é o que gera contemporâneos incomodados, há uma quebra de perspectiva de ser mítico apreciável, porque o racismo é ainda um dos maiores legados do colonialismo.

Beatriz Nascimento destacou que a persistência do racismo estrutural influencia a vida cotidiana dos indivíduos, sua análise revela que esses desafios não são apenas questões individuais, mas sim parte de um sistema enraizado que afeta diversas esferas da vida social:

Somos tratados como se vivêssemos ainda sob o escravismo. A representação que se faz de nós na literatura, por exemplo, é a de criado doméstico, ou, em relação à mulher, a de concubina no período colonial. O aspecto

2 Para o povo angolano são seres sobrenaturais que podem fazer o bem e o mal. Em quimbundo, língua Bantu a sereia é conhecida como Kianda. Cada rio, cada lago, cada poço, cada reservatório de água pode ter uma Kianda. Contudo, a rainha das Kiandas mora mesmo no mar.

3 Xangô é um dos mais populares orixás do Para o povo angolano são seres sobrenaturais que podem fazer o bem e o mal. Em quimbundo, língua Bantu a sereia é conhecida como Kianda. Cada rio, cada lago, cada poço, cada reservatório de água pode ter uma Kianda. Contudo, a rainha das Kiandas mora mesmo no mar.panteão ioruba. É considerado orixá dos trovões, dos raios, da justiça, da virilidade, da dança e do fogo. Como personagem histórico, Xangô teria sido o quarto alafim de Oiô (rei). Ficou órfão de mãe muito cedo, não chegou a conhecer sua mãe, Torossi. Antes dele assumir o trono, o seu pai já havia sido o primeiro Rei.

mais importante do desleixo dos estudiosos é que nunca houve tentativas sérias de nos estudar como raça. (NASCIMENTO, 2021, p. 36)

Em outras palavras, é comum que se repitam estereótipos e visões reducionistas. Sendo assim, é válido que sejam realizadas reavaliações das narrativas impostas e que se invista em pesquisas que levem em consideração as nuances e a riqueza das experiências e identidades negras.

Num mundo que, por muito tempo, tem como foco as características físicas associadas à branquitude, quando uma figura conhecida como Ariel é retratada de forma diferente desses padrões, isso desafia as regras que o racismo estrutural estabelece sobre raça e beleza. Carine (2023) afirma que é sobre um sistema que nos forjou para olhar o mundo sob a óptica de uma racialidade que hierarquiza pessoas por seu fenótipo e isso é racismo.

A falta de familiaridade e conforto com a diversidade racial na cultura pop é consequência direta da representação histórica de personagens de diferentes etnias em papéis principais em todas as produções. A recusa de ver personagens brancos retratados como negros sugere a necessidade de uma educação que promova um diálogo aberto sobre as representações raciais. Além disso, é relevante considerar o que pode ser criado com o universo narrativo dos povos africanos na educação

Como se sabe, a divisão dos países Norte e Sul é uma consequência direta do colonialismo. Essa divisão não é apenas geográfica, mas também econômica, política e cultural, refletindo as desigualdades de poder que surgiram durante os períodos coloniais. O colonialismo europeu estabeleceu uma hierarquia global, onde as nações do Norte (os colonizadores) foram privilegiadas em detrimento das nações do Sul (os colonizados), perpetuando diferenças que ainda são perceptíveis hoje.

Essa divisão afeta a maneira como compreendemos e estudamos a história. A narrativa histórica dominante frequentemente centra-se na perspectiva europeia, dividindo a história em períodos como Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna sem levar em consideração a diversidade de lugares, povos e culturas. Ela ignora as vastas narrativas e contribuições das sociedades africanas, que não se encaixam nos padrões eurocêntricos.

Especificamente para meus alunos e alunas do ensino público, o conhecimento prévio sobre muitos aspectos do ensino de História e Geografia é escasso ou limitado. Os/as alunos/as chegam com configurações e noções baseadas nas suas vivências sociais e culturais externas e no espectro da colonialidade. O estudo e a reflexão sob a perspectiva das ciências humanas, por exemplo, são apresentados de forma inédita para muitos deles/as. É somente a partir do sexto ano que muitas alunas e alunos têm contato com as ciências humanas.

Existe a divisão desigual, com aspectos filosóficos e sociais das civilizações africanas sendo resumidos e abordados de maneira superficial, muitas vezes em um único capítulo que cobre três, quatro povos distintos da África, enquanto a Grécia Antiga, por exemplo, pode ocu-

par três capítulos completos nos livros didáticos. Essa fragmentação reflete as nuances de um currículo colonizado

No contexto brasileiro, esse fenômeno é marcado pela relutância nacional em usar a palavra “negra” para descrever pessoas de pele escura, algo que se associa ao mito da Democracia Racial e a criação do termo “moreno”. Embora essa ideia de Democracia Racial sugira uma convivência harmoniosa entre diferentes grupos étnicos, sabe-se que, na prática, a igualdade racial não é plenamente enfatizada nem vivida.

Em sala, quando os/as estudantes fazem avaliações como a SAEB, usando um gabarito que os permita identificar-se como pardos, negros ou brancos, a pergunta é: “Sou o quê, professora?”

Segundo Schwarcz (2012) há uma multiplicidade de representação com relação à cor, a identificação racial é quase uma questão relacional no Brasil: varia de indivíduo para indivíduo, depende do lugar, do tempo e do próprio observador. Quanto mais claro aquele que pergunta, mais “escura” pode ser a resposta, e vice-versa

Nesse sentido, o colorismo surge como uma importante vertente de análise para entender como essas diferenciações de tratamento afetam a população negra. Segundo Soares (2023) conceito de colorismo, ou Pigmentocracia, tem sua primeira elaboração atribuída à escritora Alice Walker, que o introduziu nos Estados Unidos por volta de 1982. Walker descreve o colorismo como o tratamento prejudicial ou diferencial de pessoas de uma mesma raça, baseado unicamente na cor de sua pele.

Segundo a autora, Walker dividiu as discussões sobre os efeitos do colorismo em torno de três aspectos principais e interligados: primeiro, a opressão racial exercida sobre pessoas negras pela sociedade como um todo, dominada por valores que favorecem a branquitude; segundo a valorização social que pessoas de pele mais clara tendem a receber, muitas vezes por parte da própria comunidade negra; e, por fim, o auto preconceito que pode se estabelecer entre pessoas de pele mais escura.

No Brasil, onde a mestiçagem foi promovida como um ideal de identidade nacional, o colorismo opera com particular intensidade. A ideia de uma “mistura de raças” foi usada para criar a falsa ideia de igualdade e harmonia entre diferentes tons de pele, mas, na prática, resultou em uma hierarquia que privilegia pessoas de pele mais clara em detrimento das de pele escura, o Colorismo.

Assim, o mito da democracia racial, perpetua um sistema de discriminação sutil, mas presente, em que a tonalidade da pele ainda define em grande medida as oportunidades e o valor social atribuído a cada indivíduo.

A COSMOLOGIA NO EGITO ANTIGO: O DEUS RÁ, COR E SUAS DERIVAÇÕES SOCIAIS

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Ramos Coutinho, localizada no município de Sapé/PB, foi realizada uma atividade com discentes de dois sextos anos, onde cada um desenhou a si e a seus familiares. Essa prática proporcionou um espaço para refletir sobre a cor e suas implicações sociais.

Os desenhos revelaram não apenas a autoimagem dos alunos e alunas, mas também como as relações familiares e a percepção de cor influenciam a identidade. Ao observar as escolhas de cores e representações, ficou evidente que a cor da pele e as características raciais estão entrelaçadas nas experiências cotidianas das crianças, refletindo uma realidade social complexa que molda suas identidades.

Essa atividade se mostra, portanto, um recurso importante para discutir questões de pertencimento, fundamentais para a formação da identidade dos alunos e alunas. Alguns estudantes não se sentiram confortáveis em desenhar a família e a si mesmos; alguns não participaram, e outros demonstraram insegurança ao escolher uma cor para se representarem, perguntando aos colegas ou à professora qual seria a cor adequada para pintar a si próprios. Embora uma caixa de giz de cera Gizao - Pele 12 Cores estivesse disponível, o tom mais escuro não parecia ser uma escolha confortável nos espaços imagéticos dos alunos negros, e alguns preferiram não colorir suas representações.

Esse cenário reflete a ideia de Eliade (2004) de que, mesmo em sociedades dessacralizadas, os mitos continuam a influenciar percepções e comportamentos sob novas formas. Dito isto, quando percebemos que mitos ocidentais, sustentam determinados poderes intelectuais, podemos refletir sobre como as narrativas históricas oferecidas aos brasileiros ainda contêm vestígios de mitos modernos, moldados para servir a interesses específicos do poder colonial.

A hesitação dos alunos e alunas em escolher cores que representem suas identidades ressalta a necessidade de desmistificar essas narrativas e promover um ambiente em que todas as representações, inclusive de cor e raça, sejam valorizadas e respeitadas. Essa conexão entre a experiência dos/das estudantes e os mitos sociais nos ajuda a compreender como as questões de identidade são complexas e interligadas com estruturas de poder mais amplas.

Nesse sentido, é pertinente refletir sobre o colorismo, e um dos caminhos pode ser trilhados à luz dos aspectos cosmológicos dos deuses e das cores consideradas sagradas no Egito Antigo. Essa abordagem está alinhada à competência EF06HI03, da BNCC, que consiste em identificar as hipóteses científicas sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade, além de analisar os significados dos mitos de fundação.

Para abordar as primeiras reflexões sobre o colorismo por meio do conteúdo direcionado pela BNCC, sendo o colorismo conceituado como a valorização de tons de pele mais claros em

detrimento de tons mais escuros, iniciamos pela análise sob a ótica das representações coloridas que os antigos egípcios atribuíam aos seus deuses.

A narrativa da criação egípcia é introduzida na sala de aula com base na obra *De Onde Viemos*, de Carlos Ruas, cartunista brasileiro conhecido pela webcomic *Um Sábado Qualquer*. A linguagem dos quadrinhos, com imagens acessíveis e de fácil compreensão, torna a obra ideal para abordar o mito da criação egípcia nesta série.

No início da narrativa, Rá, o deus do sol, toma consciência de si e respira, dando início ao processo de criação. A partir de suas palavras, surgem deuses como Shu, o deus do ar seco, e outros seres e elementos. A narrativa termina com Nut e Geb, deuses que representam a separação entre o céu e a terra, simbolizando a estrutura fundamental do universo egípcio.

A cor dourada de Rá, que representa o poder e a luz do sol, era crucial para a vida no Egito Antigo. Claude Traunecker (1992) destaca que, nos antigos textos egípcios, o ouro é descrito como a “carne dos deuses” e, desde os Textos das Pirâmides, reflete o brilho do sol. Amon-Rá iluminava o céu com o ouro de sua face, o que desperta imediatamente a atenção de forma pedagógica ao apresentar aos alunos uma história de deuses que brilham como ouro.

Pensando na cor dourada de Rá, que simboliza o poder e a luz do sol, fundamentais para a vida no Egito Antigo, é interessante refletir sobre como cores, inclusive tons de pele, carregam diferentes significados sociais na contemporaneidade. No Egito Antigo, o dourado estava associado à divindade, à imortalidade e ao poder supremo. O próprio Rá era uma representação sublime, inatingível e perfeita da luz e da criação.

Na sociedade atual, o significado atribuído às cores e aos tons de pele continua a ser carregado de simbolismo, mas de maneira delicada, violenta e, muitas vezes, opressiva. A cor da pele é um marcador social que, historicamente, tem servido para estabelecer status, poder e hierarquia. Por exemplo, a atribuição de poder ou valor com base em características físicas, como a cor da pele, reflete uma lógica racista que perpetua desigualdades estruturais.

Para os/as discentes, a ideia de uma cor dourada, semelhante ao brilho do sol ou ao ouro, associada a um ser humano pode parecer inatingível ou inexistente. Isso porque, no senso comum, não existem pessoas com a pele dourada como Rá. Contudo, é importante destacar que as diferenças de percepção sobre cor e valor também se relacionam com a forma como as culturas e sociedades construíram suas hierarquias e imaginários em torno da estética e da identidade. A valorização da branquitude ou a desvalorização de tons de pele negra, são exemplos de como essas construções se manifestam ao longo da colonização e imperialismo europeu.

A metáfora da cor dourada de Rá pode servir como um ponto de partida para discutir como diferentes culturas atribuem poder e valor estético a certas cores, e como essas associações impactam as percepções de identidade e pertencimento dos/as estudantes na contemporaneidade.

Em algumas representações, Rá aparece associado à cor vermelha, que, em certas imagens, pode ser percebida como marrom. Essa representação ajuda a legitimar a ideia de que

existe uma cor próxima ao tom humano, relacionando a divindade com características mais acessíveis que possam gerar identificação entre os/as estudantes pardos e negros.

Estudando o Egito Antigo, localizado na África, os alunos e alunas podem refletir sobre como a associação de cores nas representações divinas permitem explorar em sala de aula como a percepção de cor e suas associações culturais mudam ao longo do tempo e variam entre diferentes culturas.

A habilidade EF06HI03 permite explorar a mitologia do Egito Antigo, bem como as cosmologias de outros povos africanos, compreendendo como essas sociedades percebiam e interpretavam o mundo ao seu redor. Ao relacioná-las com a contemporaneidade, podemos observar como as heranças do colonialismo influenciaram as percepções raciais atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre as habilidades da BNCC para o ensino de História da África no sexto ano, foi possível identificar que, das 19 habilidades propostas, apenas quatro (EF06HI05, EF06HI07, EF06HI08 e EF06HI17) abordam objetivamente aspectos dos povos africanos. Essa limitação evidencia um enfoque curricular que, como aponta Figueiredo (2018), frequentemente hierarquiza as ciências exatas e a alfabetização em detrimento das ciências humanas e sociais, perpetuando a colonialidade na educação básica. Na reforma do Ensino Médio e na distribuição de disciplinas, observa-se uma priorização das habilidades de letramento e matematização, em detrimento de outras áreas de conhecimento igualmente essenciais.

Temos assim, o estudo da História da África reduzido a um conteúdo fragmentado, e para alunos do ensino público, cujas experiências culturais e sociais frequentemente carregam as marcas da colonialidade, o contato com as ciências humanas ocorre pela primeira vez no sexto ano.

Portanto, é essencial que o ensino de História da África não só abarque os conteúdos específicos, mas também promova uma compreensão crítica das estruturas culturais e sociais que afetam as relações raciais.

Nesse contexto, é possível incluir na educação uma abordagem que abra espaços para perspectivas decoloniais. Ao utilizar representações como o deus Rá e a cosmologia egípcia, não apenas introduzimos percepções estéticas e historiográficas sobre os países da África, mas também criamos um espaço inicial para discutir temas como o colorismo e o conceito de democracia racial no Brasil.

REFERÊNCIAS

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ALCANFOR, L. R.; BASSO, J. G.. **Infância, Identidade Étnica e Conhecimentos de**

Matriz Africana na Escola. Educação & Realidade, v. 44, n. 2. 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos** 5 ed. São Paulo: Cortez: 2018.

CARINE, Bárbara. **Como ser um Educador Antirracista.** 3ª Edição. São Paulo: Planeta, 2023.

FIGUEIREDO, Thamara Da Silva. **Mitologia africana em sala de aula: uma experiência renovadora.** Anais IV CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/37461>>. Acesso em: 16/01/2024 20:21.

HERINGER, Elisangela Silva; CASTRO, Dominique Jacob Fernandes de Assis; CALVO, Thamy Antunes. **Decolonialidade do saber, do ser e do fazer: práticas de sala de aula.** [S.l.]: [s.n.], 2023.

MARRERA, Karla; SOUZA, Adriana. **A consciência histórica como categoria do pensamento histórico: contribuições de Jörn Rüsen para o ensino de História.** *Revista História Hoje*, 2013.

MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade.** In: LANDER, Edgardo et al. (Ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 71-103.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos.** Organização de Alex Ratts. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROCHA, Everardo. **O que é mito.** São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção primeiros passos)

Ruas, Carlos. **De Onde Viemos?.** 2. ed. São Paulo: Carlos Ruas Produções, 2021.

RÜSEN, Jörn. **Os princípios da aprendizagem: Filosofia da História na Didática da História,** Karlsson, p. 101-126. 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira.** São Paulo: Claro enigma, 2012.

SOARES, Maria Andrea dos Santos. Colorismo. In: RIOS, Flávia. et al. **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas.** São Paulo: Perspectiva, 2023.p.77-84.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **O Egito fica na África: notas de como a sociedade egípcia pode servir como porta de entrada para o estudo da Antiguidade Clássica no continente africano.** In: SOUZA NETO, José Maria Gomes de; MOERBECK, Guilherme; BIRRO, Renan M. (Org.). *Antigas leituras: ensino de História.* 1ª ed. Março de 2020. p. 115-133

TORRES, Nelson Maldonado. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas.** In: COSTA, Joaze Bernardino; GROSFUGUEL, Ramón (Org.).

Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico. São Paulo: Ed. Autêntica, 2023. p. 27-53.

TORRES, Nelson Maldonado. **Nações, colonialidade e pensamento decolonial: pontos interrelacionais**. Lisboa: Edições Pedagogo, 2018.

TRAUNECKER, Claude. **Os deuses do Egito**. Tradução de Emanuel Araujo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

A DESAFRICANIZAÇÃO E A REAFRICANIZAÇÃO DO ANTIGO EGITO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA.

Wanderson Alberto da Silva¹
(PPGH/UFPB; wandeson.silva@academico.ufpb.br)

RESUMO

O tema que permeia a problemática desse artigo consiste no objeto de pesquisa de doutorado em curso, que é o ensino de História do Antigo Egito no instrumento educacional do livro didático. A partir daí, desenvolvo uma pesquisa acerca do processo de deslocamento (ou retirada) do Egito do contexto cultural e geográfico africano (desafricanização), assim como as possibilidades de trazer de volta a sua identidade continental (reafricanização). Os materiais didáticos selecionados para a análise deste trabalho justificam-se pela sua importância em âmbito nacional, por terem sido os de maior distribuição de acordo com o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD, sendo estes das editoras FTD Educação e Editora Moderna. A relevância dessa problemática de trabalho está pautada nas lacunas, ainda existentes, sobre o campo de ensino e aprendizagem na historiografia paraibana, assim como a diminuta frequência na produção acadêmica a nível nacional, o que reforça, portanto, a relevância e o ineditismo temático dessa abordagem. O aporte teórico que possibilitará uma análise mais aprofundada sobre o tema tem como ponto de partida as discussões pós-coloniais e decoloniais contemporâneas, que permeiam a construção de argumentação de tese e, são pouco aprofundadas em sala de aula na educação básica. Apresento discussões essenciais no crescente debate da pauta antirracista e na luta contra o persistente eurocentrismo da educação brasileira. Este trabalho se fundamenta na linha de Ensino de História, na problemática das discussões sobre o Livro de Didático, este pensado como “portador dos saberes escolares”, bem como um importante instrumento de consolidação, disseminação e perenização das disciplinas escolares. Discussão que será fundamental para uma melhor análise do *corpus documental* que são os livros didáticos utilizados em sala de aula.

Palavras-chave: Antigo Egito; Livro Didático; Ensino de História.

Durante a Dinastia XVIII, o faraó Akhenaton, após a construção da cidade Akhetaton (Horizonte de Aton), acordava todos os dias, antes do nascer do sol, se dirigia até o pátio principal do palácio e, seguido de uma multidão, entoava o Grande Hino à Aton. Ressoando em

¹ Doutorando e Mestre em História pelo PPGH/UFPB; pesquisador do grupo Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista; coordenador do Grupo de Estudo e Ensino do Antigo Egito (DH/UFPB) e professor de rede estadual da Paraíba.

uníssono que Um Deus que a tudo criou e que, assim como o sol a tudo ilumina, está para todos, sem distinção. Não apenas para os egípcios.

Ó Deus Único, igual não existe outro! Você fez a Terra conforme seu desejo, somente você. Todas as pessoas, rebanhos e manadas. Tudo que existe na terra, que anda sobre pernas. Tudo que paira acima, que voa com asas [...] (Grande Hino à Aton)²

Nesse trecho é possível identificar que havia distinção entre os seres, entre as pessoas, entre as terras/territórios. Mas o Criador de tudo que existe, criou conforme seu próprio desejo e está para tudo e todos da mesma maneira, como o sol (Aton), que a tudo ilumina. Essas características registram a identidade governamental de um soberano do Antigo Egito que percebia a compreensão muito além do espaço geográfico ao qual esteve inserido o país do Nilo. Uma nação, com identidade própria, diferenciada das demais, porém, que sabia das terras estrangeiras mediterrâneas e asiáticas.

Analisar a Africanidade identitária do Antigo Egito é pesquisar a memória cultural daquela nação, como de um recorte temporal apresentado acima, o reinando de Amenhotep IV (Akhenaton), ou mesmo de toda a sua história de mais de 5 mil anos. E, “uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2011, p. 31). A identidade está dentro de um processo memorial, a memória nos dará a ilusão de que o passado não estará definitivamente inacessível, é possível revivê-lo graças a lembrança, visto que “é a memória, faculdade primeira, que alimenta a identidade” (CANDAU, 2016, p. 16).

Pois, sem identidade, somos um objeto da história, um instrumento utilizado pelos outros, um utensílio (KI-ZERBO, 2006, p. 12). A compreensão acerca de identidade insere-se nas recentes discussões sobre os conceitos de colonialidade³ e decolonialidade⁴, buscando respostas, e ainda, gerando mais dúvidas, sobre as estruturas de poder e dominação que surgiram durante as colonizações e perduram insistentemente na atualidade.

Essas colonizações, presentes no ensino da educação básica sob a ótica unilateral dos dominantes perpetuam-se no livro didático de História - LDH, que em muitas casas pode ser o único livro presente em uma família em sucessivas gerações. Respeitando a sua importância informativa, esse instrumento de ensino precisa passar por uma revisão profunda das narrativas históricas que, frequentemente, de caráter ou olhar dos povos colonizadores, silenciou/apagou

2 Trecho extraído de *Grande Hino à Aton*, do livro **Religião e Magia no Antigo Egito** (DAVID, 2011, p. 298).

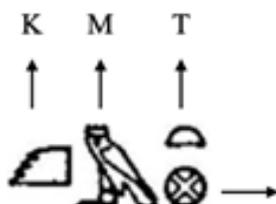
3 Walter Mignolo introduziu o conceito de “colonialidade do poder” para descrever as relações de poder que foram estabelecidas durante o período colonial e que continuam a influenciar as dinâmicas globais, econômicas, políticas e culturais (MIGNOLO, 2003).

4 A teoria da decolonialidade, desenvolvida por Catherine Walsh e outros, expande as ideias de Mignolo, enfatizando a necessidade de dismantlar não apenas as estruturas de poder coloniais, mas também os padrões de pensamento e conhecimento que sustentam essas estruturas (WALSH, 2005).

abruptamente a história vista de baixo, da subalternidade daqueles que foram relegados às margens (SHARPE, 1992).

Após décadas e, por que não dizer séculos, de um ensino que prioriza a batuta europeizante, seja na educação jesuíta ou nos moldes mercadológicos focados em aprovações concurrenças, os LDH no Brasil, pouco trabalham por um esforço identitário africano. Quando muito, parecem apenas preocupados em seguir superficialmente protocolos essenciais para as seleções do PNLD.

Dentro dessa temática, a essa resignificação, ou projeto incipiente de resgate da memória e identidade kemética africana, denominamos Reafricanização do Antigo Egito.



Hieróglifo determinativo para nação⁵

O RAPTO DE *KEMET*

No início da Contemporaneidade, *Kemet* passou a ser um centro de novidades arqueológicas e de mistérios substanciais que serviram como reforço de um considerado exotismo comercialmente viável. O Egito foi espoliado e teve suas preciosidades materiais expostas nos museus espalhados no globo. E, segundo o arqueólogo e ex-ministro de antiguidades do Egito, Zahi Hawass, é chegada a hora de exigir o retorno das preciosidades egípcias para a sua terra natal, a começar pela Pedra de Rosetta, que está no Museu Britânico; o Busto de Nefertiti, guardada no *Neues Museum*, de Berlim; o teto do Zodíaco, arrancado do templo de Dendera, que está alojado no Museu do Louvre, só para citar algumas⁶. Até o momento, as negociações para o retorno desse patrimônio material não tiveram sucesso nem em caráter de empréstimo, uma vez que já foi solicitado para compor o acervo do *Grand Egyptian Museum* – GEM.

É fato, que na antiguidade, os egípcios saqueavam as tumbas de seus contemporâneos em busca de riquezas materiais. Entretanto, na expedição (invasão) francesa de 1798, quando o general Napoleão Bonaparte, levou mais de 40 mil homens civis e militares, dentre esses, cientistas e artistas, exímios pesquisadores, *Kemet* não foi apenas contemplada e estudada,

5 Essa figura pode ser pronunciada, de acordo com a Egiptologia Moderna como *Kemet*, simbolizado em hieróglifo egípcio nesse subtítulo, que é o nome como os egípcios antigos chamavam sua própria terra, significando Terra Negra ou Terra de Negros, segundo o egiptólogo senegalês Cheikh Anta Diop (2010).

6 Entrevista de Zahi Hawass concedida à Revista *Dasartes*, em outubro de 2022. Disponível em: <https://dasartes.com.br/de-arte-a-z/ex-ministro-de-antiguidades-egipcio-pede-devolucao-de-pecas-a-museus-europeus/>

mas roubada de sua terra natal. De acordo com Edward Said: “uma invasão que foi de muitas maneiras o modelo de uma apropriação verdadeiramente científica de uma cultura por outra na aparência mais forte” (2020, p. 76).

A partir desse contexto da empreitada napoleônica, houve a apropriação de uma cultura, mesmo que muitos estudiosos considerem o nascimento da Egiptologia Moderna, com a descoberta da Pedra de Rosetta (1799) e a decifração dos hieróglifos por Jean-François Champollion, nas primeiras décadas do século XIX. Outro grande agente impulsionador das pesquisas acerca do Antigo Egito e, também das consequentes retiradas de materiais, ocorreu com “a divulgação das fotos da tumba de Tutankhamon, uma corrida à terra dos faraós foi lançada, portanto, o mundo passou a ter mais conhecimento sobre as descobertas da Egiptologia, da Egiptomania e até da Egitofilia⁷” (SILVA, 2023, p. 45).

Atualmente, o governo egípcio tem promovido uma série de eventos com objetivos não apenas turísticos, mas também de recuperar a força, a cultura e, porque não dizer, a identidade egípcia há tanto perdida/raptada pelo Ocidente na “indústria civilizatória” do Imperialismo e do Orientalismo⁸. Este que incitou uma construção de um Egito e de egípcios antigos pela ótica colonialista de dominação, que “transpassam o etnocentrismo europeu, acarretando um racismo epistêmico que paira sobre a África” (SAGREDO, 2023, p. 260).

Um bom exemplo da tentativa de recuperação identitária cultural egípcia antiga foi

The Pharaohs' Golden Parade, que foi um evento ocorrido em 3 de abril de 2021, como uma grande festa, que lembrou os Festivais de Osíris⁹, na condução de 22 múmias faraônicas do Museu Egípcio do Cairo para o Museu Nacional da Civilização Egípcia (MNEC), localizado em Fustat, também no Cairo, que guarda coleções desde a Pré-História até os dias atuais. (SILVA, 2023, p. 48).

No entanto, ainda observo com frequência, forças mantenedoras colonialistas que persistem em imprimir nas mentes, e é preciso destacar aqui nas mentes estudantis, um Egito exótico, à parte da África. Os meios midiáticos, acessíveis aos estudantes, principalmente com o advento da internet, com produções audiovisuais, e nesse caso incluímos os jogos *on-line* ou *off-line*, ainda insistem nas permanências eurocêntricas.

De acordo com José Maria de Souza Neto (2019)¹⁰, a utilização filmica como recurso audiovisual em sala de aula reporta a uma reflexão, inclusive, do currículo de História. Por

7 Egitofilia é o gosto pelo exotismo e pela posse de objetos relativos ao Egito antigo (BAKOS, 2004, p.10).

8 Orientalismo é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o “Oriente” e (na maior parte do tempo) o “Ocidente” (SAID, 2020, p. 29).

9 Para saber mais sobre os Festivais de Osíris sugiro o estudo da tese de doutorado de Lúcias Gomes Serpa (SERPA, 2021, p. 34).

10 Para mais detalhes recomendo os artigos: **Deuses do Egito (2016)**: uma narrativa filmica da civilização branca; e **Ensinando História Antiga e Medieval no Brasil**: da inércia à poética (SOUZA NETO, 2019).

meio de fontes históricas como o cinema e outras mídias, podemos levantar uma série de características das continuidades imperialistas ocidentais, como a prática de *whitewashing*¹¹, cuja representante “grita aos olhos quando polêmicas envolvendo grandes personagens da História vêm à tona, como [...] a icônica figura da última faraó do Egito, Cleópatra” (SAGREDO, 2023, p. 254), costumeiramente presente nos LDH.¹²

EGITO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

Nos mais de 20 livros analisados na pesquisa de doutorado (em curso) encontrei indicações de produções audiovisuais que reportam à rainha Cleópatra, sempre apresentada nos padrões do *whitewashing*, salvo a última produção da Netflix, interpretada pela atriz britânica, negra, Adele James, em *Rainha Cleópatra* (2023).

Inúmeros acadêmicos e autoridades egípcias têm disputado a narrativa sobre a herança étnica de Cleópatra, que já foi interpretada na Sétima Arte, em sequência, por Theda Bara (1917), Claudette Colbert (1934), Vivien Leigh (1945), Sophia Loren (1953), Elizabeth Taylor (1963), Leonor Varela (1999) e Monica Bellucci (2002), todas mulheres brancas (SILVA, 2023, p. 95).

Além disso, no livro didático, há ainda uma prioridade pelo Egito faraônico, palaciano e templário, das tumbas dos nobres e da magnificência arquitetônica. Silenciando-se o pobre, a mulher, os camponeses, os operários, as pessoas com deficiências, os enfermos, as enlutadas, as carpeideiras, e em especial, emudecendo a negritude kemética. Materiais, muitas vezes tidos como manuais didáticos, que são folheados pelos estudantes com tantas impressões de tinta preta para tantos textos fomentadores do *whitewashing*, que já transpassaram a película cinematográfica ao ilustrarem com cenas de filmes que se passam nos países africanos com a imensa maioria de personagens brancas (SOUZA NETO, 2019).

Entendendo o Livro Didático como objeto cultural e material de pesquisa e análise, que tem uma produção, circulação e consumo (CAIMI, 2010, p.103), tem um poder gigantesco, pois “[...] o papel do livro didático na vida escolar pode ser o de instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por determinados setores do poder e do Estado” (BITTENCOURT, 2019, p. 73). Mas, sabemos que “como todo objeto de pesquisa, o livro escolar não é um dado, mas o resultado de uma construção intelectual: não pode então ter uma definição única” (CHOPPIN, 2009, p. 67).

11 A tradução imediata seria “branqueamento”, uma vez que *washing* é o ato de lavar algo. Como se as produções audiovisuais estivessem sendo lavadas, com pessoas brancas, como uma forma de violência simbólica, excluindo a possibilidade de etnias não caucasianas de atuarem nessa indústria. Extraído de <https://canaltech.com.br/entretenimento/o-que-e-whitewashing-185696/>

12 Uma versão desse debate foi apresentada no encontro *ANPUH-RN, 20 anos de História: desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade*, como o trabalho intitulado **A produção audiovisual sobre o antigo Egito no livro didático de História**.

Vale ressaltar que o livro até chegar nas mãos dos estudantes, “mobiliza inúmero atores sociais [...] pesquisadores, professores, estudante e suas famílias [...]” (CAIMI, 2010, p. 103), e há um longo e dispendioso processo de produção, comercialização e aquisição, que envolve uma série de profissionais, sejam esses, produtores de conteúdos, técnicos de produção gráfica ou vendedores, com todas as suas ramificações de funções e atributos. Como ressaltam Luís Filipe Assumpção e Carlos Campos, na ponta final do processo está o estudante, que em sua maioria adquire esse material “com o intuito de fomentar o processo de ensino-aprendizagem durante um ano letivo” (2020, p.69).

Entretanto, sabemos que se esse consumidor for de uma instituição pública de ensino, está propenso a receber o livro gratuitamente, mas, se os estudantes forem das escolas particulares, “os materiais são tomados como investimentos necessários para a plena realização do aprendizado em sala de aula” (ASSUMPCÃO; CAMPOS, 2020, p. 69). De maneira geral, a criação dos conteúdos segue as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN. Suas diferenciações estão primordialmente nas abordagens e nos elementos adicionais à obra. Estes diferenciais, muitas vezes acabam por adquirir um caráter de extra, para emplacar as vendas ou mesmo superar as concorrências no processo de avaliação do livro conhecido como PNLD.

Nas análises dos LDH, os conceitos referentes à Africanidade do Antigo Egito e suas manifestações no processo de Desafrikanização e Reafrikanização, estão carregados por uma visão eurocentrista, que silencia a sua história pertencente ao Continente africano. A África, “quando incluída, muitas vezes, como apêndice da história da Europa. Casos raros são os que tentam romper com este padrão alentando uma historicidade própria da África” (BORGES, 2009, p. 53-54).

Nos materiais analisados na proposta deste trabalho, das editoras FTD Educação e Editora Moderna, percebe-se um modelo estrutural em sequência didática padronizada que se repete há mais de uma década, em tópicos como: *Localização Geográfica; o Nilo; Economia; Política/Religião; Sociedade; Egito Faraônico*. Relegando aos *boxes* de final de capítulo as temáticas emergentes e, por que não dizer, urgentes, que poderiam incitar as discussões contemporâneas que trazemos neste artigo. Desta feita, essas indicações de final de capítulo permanecem como meras *Curiosidades*, por vezes disfarçadas com a fantasia atrativa de um *Saiba Mais*. Nesse mesmo diminuto espaço encontram-se alternadas as sugestões de sites e indicações de produções audiovisuais, ou trechos referentes aos assuntos “esquecidos”, portanto, subalternizados.

Temas como *Africanidade, Negritude, a Mulher, o Povo e seus Ofícios, as Relações Internacionais; a História da Saúde e das Doenças; as Relações como o Hoje*, enfim, aqueles assuntos que trazem proximidade com o público estudantil e sua história local, são brutalmente negligenciados.

Dessa maneira, sem o rompimento dessas continuidades, as permanências perpetuam-se ao longo dos anos, com maquiagens superficiais de mudanças com o objetivo único de recebe-

rem o selo do PNLD, ou um carimbo de “de acordo com a BNCC”. Percebe-se que para estar de acordo com as premissas editoriais é preciso conter discussões acerca da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história da África e dos africanos, assim com suas relações com a formação da cultura afro-brasileira. Muito embora, o que se percebe é uma superficialização temática para se afirmar que está presente no LDH.

Exemplo disso, é apenas conter no texto conteudista que o Egito está localizado na África, que a rainha Tiye, mãe de Akhenaton tem traços negroides. Ou pior, generalizar, expondo que se o Egito está na África a população é por excelência negra, sem levantar indagações de pró ou contra, sem estimular reflexões, sem desenvolver a criticidade, uma das principais atribuições do professor de História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É chegada a hora de revisitar as abordagens do estado da arte, não apenas para promover o constante balanço na produção historiográfica escolar, mas para entender como se insere nesse contexto dos debates acerca do Ensino de História a partir dos LDH.

Os LDH precisam ser investigados sob as lentes pós-coloniais e decoloniais, com aportes teóricos que envolvam várias facetas, sejam elas afrocentristas, panafricanistas, orientalistas, afro-brasileiros e antirracistas. Debatendo com a produção sobre políticas educacionais, cultura escolar e a história do livro didático. É necessário levantar questões inquietantes e recentes para a compreensão do percurso desaffricanizador e atual tentativa de reafrikanização do objeto de estudo Antigo Egito no teor do componente curricular História na educação básica.

Acredito que estudar os historiadores africanos que problematizam a questão da Africanidade do Antigo Egito, como por exemplo, Diop (2010) e Ki-Zerbo (2006), debatendo com Mudimbe (2013), Mbembe (2014), pesquisadoras como Ella Shohat (2004) e Thaís Rocha da Silva (2014), entre outras, é respeitar o ‘seu lugar de fala’, enquanto vivente da realidade *in loco*. É escutar aquele que presenciou, e ainda presencia, por tanto tempo a história de sua terra escrita/transmitida de fora para dentro, muitas vezes criando o mito do herói branco, numa terra inóspita de tantos Tarzans quantos forem necessários para se apropriar do que é alheio. Assimilando a noção de Apropriação como aquela que “visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1990, p. 180).

As mudanças que proponho com este artigo, e se aprofundam no meu argumento de tese, podem contribuir na promoção de uma educação mais inclusiva, crítica e justa, ajudando os estudantes a compreender não apenas o que aconteceu no passado, mas também como as estruturas de poder colonial continuam a influenciar o mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

FONTES

ANTONELLI, Maria Clara. **Araribá conecta história: 6º ano: manual do professor**. Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2022.

BRASIL, Planalto. **Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania: 6º ano: ensino fundamental: anos finais**. 1ª ed. São Paulo: FTD, 2022.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania: 6º ano: ensino fundamental: anos finais**. 4ª ed. São Paulo: FTD, 2018.

CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. **História escola e democracia: 6º ano: manual do professor**. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2019.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Expedições da história: 6º ano: manual do professor**. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2022.

BIBLIOGRAFIA

ASSUMPTÃO, Luis Filipe Bantim de; CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. O livro didático e o ensino de história antiga – desafios no presente e problemas do passado. *Revista de História Social e Práticas de Ensino*, v. 2, n. 6, p. 66-87, jul./dez. 2020.

BAKOS, Margaret (Org.). **Egiptomania: o Egito no Brasil**. São Paulo: Paris Editorial, 2004.

BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 12. Ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

BORGES, Jorgeval Andrade. **Ambígua África, memórias e representações da África Antiga no livro didático: Egito, reinos e impérios africanos**. Dissertação de Mestrado. Vitória da Conquista: UESB, 2009.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução: Maria L. Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CAIMI, Flávia Eloisa. Escolhas e usos do livro didático de História: o que dizem os professores. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (et al.). **Ensino de história: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: Est. Exclamação/ANPUH/RS, 2010. p. 101-114.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e pesquisa**, São Paulo, p. 549-566, set./dez. 2004.

DAVID, A. Rosalie. **Religião e magia no antigo Egito**. Tradução Ângela Machado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

DIOP, C. A. **Origem dos antigos egípcios**. In: MOKHTAR, G. (Org.). **História geral da África: a África antiga**. São Paulo: Cortez/Brasília: UNESCO, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo horizonte: editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade: o lado mais sombrio da modernidade**. Imprensa da Universidade Duke, 2011.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MUDIMBE, V. Y. **A ideia de África**. Luanda: Mulemba, 2013.

SAGREDO, Raisa. **(Re)Pensando o Egito em sala de aula: estratégias e metodologias decoloniais**. **Revista História Hoje**, v.12, nº. 24. Florianópolis: UFSC, 2023, p. 253-273.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SERPA, Lúcia Gomes. **Em busca de Osíris: o Mistério no Antigo Egito**. 2021. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SHARPE, Jim. **A História Vista de Baixo** In: BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. Trad. De Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992, p.41-62.

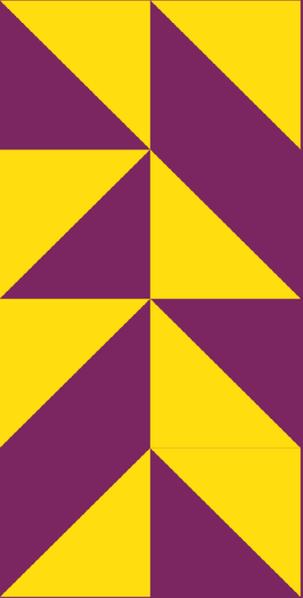
SHOHAT, E. **Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno da identidade**. **Cadernos Pagu**, n. 23, p. 11-54, 2004.

SILVA, Thaís Rocha da. **O sorriso da esfinge: reflexões sobre o ensino do Egito antigo no Brasil**. In: LEMOS, R. S. (Org.). **O antigo Egito: novas contribuições brasileiras**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014, p. 279-299.

SILVA, Wanderson Alberto da. **História a gente aprende vivendo: o ensino da história egípcia entre a prática em sala de aula e a Proposta Curricular do Novo Ensino Médio da Paraíba (2016-2021)**. João Pessoa, PB: UFPB, Dissertação de Mestrado, 2023.

SOUZA NETO, José maria Gomes de. **Deuses do Egito (2016): uma narrativa filmica da civilização branca**. **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro, n. 16, Agosto, 2019.

WALSH, Catherine. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial: reflexiones latino-americanas**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Ediciones Abya-Yala, 2005.



I ENCONTRO D!SCENTE

PPGH | UFPB

07 e 08 de outubro de 2024
Evento online